ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIII Nº 219

Brasília - DF, quarta-feira, 16 de novembro de 2016

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 5
Ministério da Cultura 88
Ministério da Defesa 91
Ministério da Educação 92
Ministério da Fazenda 93
Ministério da Justiça e Cidadania 95
Ministério da Saúde 99
Ministério das Cidades 101
Ministério de Minas e Energia 101
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário 106
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 107
Ministério do Esporte 107
Ministério do Meio Ambiente 107
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 108
Ministério do Trabalho 109
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 111
Ministério Público da União 113
Tribunal de Contas da União 114
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 129

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.135 (1)
ORIGEM : ADI - 5135 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (0020016/DF, 20016/DF, 91152/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM
ADV.(A/S) : PAULO ANTÔNIO CALIENDO VELLOSO DA SILVEIRA (33940/RS)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISCO - CNC
ADV.(A/S) : RODRIGO REIS DE FÁRIA (1394B/RJ)
AM. CURIAE. : CONFERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : RICARDO MAGALDI MESSETTI (30373/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), julgando improcedente o pedido formulado, no que foi acompanhado pelos Ministros Teori Zavascki, Rosa Weber, Luiz Fux e Dias Toffoli, e os votos dos Ministros Edson Fachin e Marco Aurélio, que julgavam o pedido procedente, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes e o Ministro Ricardo Lewandowski, que participa da abertura do VI Encontro Nacional de Juízes Estaduais - ENAJE, em Porto Seguro, na Bahia. Falaram, pelo requerente, Confederação Nacional da Indústria - CNI, o Dr. Cassio Augusto Muniz Borges; pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União; pelo *amicus curie* Estado de São Paulo, o Dr. Elival da Silva Ramos, Procurador do Estado, e, pelo *amicus curiae* Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, o Dr. Daniel Corrêa Szelbracikowski. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 03.11.2016.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente o pedido formulado, vencidos os Ministros Edson Fachin, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. Fixada tese nos seguintes termos: "O protesto das Certidões de Dívida Ativa constitui mecanismo constitucional e legítimo, por não restringir de forma desproporcional quaisquer direitos fundamentais garantidos aos contribuintes e, assim, não constituir sanção política". O Ministro Marco Aurélio, vencido no mérito, não participou da fixação da tese. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Teori Zavascki, participando em missão oficial do Programa de Eleições dos Estados Unidos (USEP) e da 7ª Conferência da Organização Global de Eleições (GEO-7), em Washington, Estados Unidos, e o Ministro Dias Toffoli, acompanhando as eleições norte-americanas a convite da *International Foundation for Electoral Systems (IFES)*. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 09.11.2016.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 59, DE 2016

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 746,** de 22 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 do mesmo mês e ano, em Edição Extra, que "Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 14 de novembro de 2016
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 604, de 14 de novembro de 2016. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor LEANDRO FONSECA DA SILVA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em virtude da renúncia de Leandro Reis Tavares.

Nº 605, de 14 de novembro de 2016. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor RENATO ALENCAR PORTO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Nº 606, de 14 de novembro de 2016. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor LUÍS CLÁUDIO VILLAFAÑE GOMES SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Nicarágua.

Nº 607, de 14 de novembro de 2016. Encaminhamento ao Congresso Nacional da proposta de modificação do Projeto de Lei nº 34, de 2016-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 810.288.821,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Nº 608, de 14 de novembro de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.617.

CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 337, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Institui o Plano de Dados Abertos da Imprensa Nacional (PDA/IN).

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso XXVI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e de acordo com o contido no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir o Plano de Dados Abertos da Imprensa Nacional (PDA/IN), para o período 2016-2017, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Anexo contendo o Plano de Dados Abertos estará disponível no sítio eletrônico institucional da Imprensa Nacional, assim como suas atualizações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BERTONE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 739, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso XV, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, e;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT; e as Instruções Normativas/INCRA nº 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombos Minador elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço nº 47/2011, de 23 de agosto de 2011;

Considerando os termos da Ata da 21ª Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, de 05 de novembro de 2012, da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Ceará que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-02/CE nº 54130.002017/2009-91; resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Minador a área de 1.886,1199 ha (mil oitocentos e oitenta e seis hectares, onze ares e noventa e nove centiares), situada no Município de Novo Oriente, no Estado do Ceará.

§ 1º Os limites e confrontações do território quilombola de Minador são: ao norte com as terras de Antonio Bonfim de Oliveira, Antonio Fernandes Leitão, Francisco Maurício Sales e Cícero Leite Pinho; a leste com terras de Cicero Leite Pinho, Ananias Lopes da Silva, Francisco Ferreira da Mota, Luiz Soares de Andrade e outros; ao sul com terras de Abdias Mota de Sousa e outros, Hosana Machado da Ponte Soares e Antonio Freire da Costa; a oeste com terras do Espólio de Francisco Ferreira Viana.

§ 2º A planta e o memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54130.002017/2009-91 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

PORTARIA Nº 740, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso XV, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Boqueirão da Arara, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR(02)/Nº037, de 25 de junho de 2012;

Considerando os termos da Ata de 06 de maio de 2014, da 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR- 02 no Estado do Ceará, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-02/CE nº 54130.000544/2012-67, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Boqueirão da Arara, a área de 718,5989 ha (Setecentos e dezoito hectares, cinquenta e nove ares e oitenta e nove centiares), situada no Município de Caucaia, no Estado do Ceará.

§ 1º Os limites e confrontações do território quilombola de Boqueirão da Arara são: ao norte com a BRITAGEM PONTES LTDA - BRITAP E TERRAS DE LUIS MIRANDA BATISTA; ao leste com TERRAS DE PEDRO LUCIANO CRISÓSTOMO, MANOEL CRISOSTOMO DO VALE, FRANCISCO INOCÊNCIO PIMENTA DE SOUSA, ESPÓLIO ARNOLDO AZEVEDO SILVEIRA, PEDREIRA IOLITA LTD E KURT GAM PERLY; ao sul com TERRAS DE KURT GAM PERLY E ANTONIO ALMEIDA DE MELO; ao oeste com TERRAS DE JULIA MOREIRA SALES E BRITAGEM PONTES LTDA.

§ 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54130.000544/2012-67 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

PORTARIA Nº 741, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso XV, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo SÍTIO PAVILHÃO, elaborado pela Comissão instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR-19/Nº 20, de 27 de fevereiro de 2012;

Considerando os termos da Ata de 03 de fevereiro de 2015, da Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-19 no Estado do Rio Grande do Norte, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos do Processo Administrativo INCRA/SR-19/RN nº 54330.000221/2010-55, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Sítio Pavilhão, a área de 52,1668 ha (cinquenta e dois hectares, dezesseis ares e sessenta e oito centiares), situada no Município de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo 1º Os limites e confrontações do território quilombola Sítio Pavilhão são: ao norte com José Eduardo Sobral Sales; leste com José Jonas da Silva; sul com José Jonas da Silva; oeste com José Jonas da Silva, José Laureano da Silva e Luiz Trajano Ferreira.

Parágrafo 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54330.000221/2010-55 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

PORTARIA Nº 742, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E para fins de atualização monetária da Taxa de Serviços Cadastrais - TSC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com o inciso VII, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/No 20, de 8 de abril de 2009, resolve:

Considerando a necessidade de utilizar um novo indexador a ser aplicado na atualização monetária da Taxa de Serviços Cadastrais - TSC, lançada e cobrada por esta Autarquia.

Considerando o fato de que os índices anteriormente utilizados, quais sejam: Maior Valor de Referência - MRV e Unidade de Referência Fiscal - UFIR foram respectivamente extintos pela Lei nº 8.177, de 01 de março de 1991 e pela Medida Provisória 2095 - 76, de 13 de junho de 1971.

Considerando o Despacho nº 519/GAB/PFE/INCRA/AGU exarado pela Advocacia-Geral da União - AGU, onde é citada a Resolução nº 242 do Conselho de Justiça Federal a seguir transcrita: "A partir de jan/2001 deve - se utilizar o IPCA-E, divulgado pelo IBGE, em razão da extinção da UFIR como indexador, pela MP nº 1973-67, artigo 29, § 3º.", resolve:

Art. 1º Aprovar a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA - E, calculado e divulgado trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, para a atualização monetária da Taxa de Serviços Cadastrais - TSC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo estabelecido o prazo de 30 dias para adaptação aos novos preceitos.

LEONARDO GÓES SILVA

PORTARIA Nº 743, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto no 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso XV, do art. 122, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, e;

Considerando o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos Artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho OIT, e as Instruções Normativas/INCRA nº. 20/2005, 49/2008 e 57/2009;

Considerando os termos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID, relativo à regularização das terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo, elaborado pela Comissão instituída pelas Ordens de Serviço/INCRA/SR(30)STM/Nº 07, de 08/01/2014 (fl. 59) e Nº 24, de 23/02/2015 (fl. 385);

Considerando os termos da Ata de 08 de maio de 2015, da Reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do Incra SR-30 em Santarém, que aprovou o citado Relatório Técnico;

Considerando a decisão registrada na Ata de 05 de maio de 2016 da Reunião do Comitê de Decisão Regional - CDR, da Superintendência Regional do INCRA SR-30 em Santarém, que excluiu a área reivindicada pelos remanescentes de quilombo de Nossa Senhora das Graças do perímetro do Projeto de Assentamento Agroextrativista Três Ilhas, publicada no DOU em 13/05/16 (Resolução nº 05, de 09/05/2016);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-30/STM nº 54501.016340/2006-34, resolve:

Art. 1º Reconhecer e declarar como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo, a área de 576,60 ha (quinhentos e setenta e seis hectares e sessenta ares), situada no Município de Óbidos, no Estado do Pará.

§ 1º Os limites e confrontações do território quilombola Nossa Senhora das Graças do Paraná de Baixo são: ao norte com CHIQUINHO AQUINO; leste com o RIO AMAZONAS; sul com PEDRO DE TAL e CRISTINA DE TAL; oeste com CHIQUINHO AQUINO, ANTÔNIO PRATA E PROJETO DE ASSENTAMENTO TRÊS ILHAS.

§ 2º A planta e memorial descritivo encontram-se disponíveis no Processo Administrativo nº 54501.016340/2006-34 e no Acervo Fundiário do INCRA pelo endereço eletrônico http://acervofundiario.incra.gov.br.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO CEARÁ - SR(02)/CE, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231, de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto Legislativo nº 2, de 29 de março de 1989, por seu Superintendente Regional Substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº. 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o inciso XIV, do Art. 132 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/nº. 20, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 09 de abril seguinte, e tendo em vista a Resolução CD/Nº 01/2013, de 20 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 02 de abril seguinte:

Considerando o saneamento do Processo Administrativo nº 54130.000358/2005-11, que trata da Regularização Fundiária Quilombola das Terras do Território Quilombola da Associação dos Moradores de Água Preta - Tururu/Ce, especificamente no que tange à SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO PROCEDIMENTAL, quanto a contagem de prazo para apresentação de contestação.

Considerando que, após análise do único ponto de pauta, da 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Decisão Regional - CDR, realizada em 10 de novembro de 2016, e após a leitura do Parecer Jurídico da Procuradoria Federal Especializada, constante das fls., 518/521, recomendando ao Sr. Superintendente Regional o indeferimento do pedido, com a consequente submissão da matéria ao Comitê de Decisão Regional - CDR, para apreciá-lo por ocasião do julgamento de eventuais contestações

Considerando o de acordo, às fls., 522, do Sr. Superintendente Regional, das recomendações da Procuradoria Federal Especializada, resolve:

Art. 1º Aprovar o indeferimento do pleito solicitado, mantendo as notificações já apresentadas com os seus respectivos prazos estipulados.

MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA
Coordenador do Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-13/MT Nº 067 de 17 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União nº 243 de 21 de dezembro de 2001, na Seção 01 página 26, que criou o Projeto de Assentamento Jonas Pinheiro, código SIPRA MT0495000, localizado nos municípios de Sorriso e Vera/MT, com área de 7.305,3365 (sete mil trezentos e cinco hectares trinta e três ares e sessenta e cinco centiares), "...**onde se lê** que prevê a criação de 271 (duzentas e setenta e uma unidades agrícolas familiares)"... **leia-se** que prevê a criação de 447 (quatrocentos e quarenta e sete unidades agrícolas familiares).

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 65, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na lei 10.420, de 10 de abril de 2002 e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos à safra 2015/2016 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra no município constante no anexo.

Art. 2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de novembro de 2016, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamentos de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON AUGUSTO PAIVA FERREIRA

ANEXO
(Safra 2015/2016)

UF	IBGE	Município
CE	2300705	Alto Santo
CE	2301000	Aquiraz
CE	2302008	Barro
CE	2302701	Campos Sales
CE	2306256	Itaitinga
CE	2312908	Sobral
MG	3101003	Águas Vermelhas
MG	3107303	Bocaiúva
MG	3108255	Bonito de Minas
MG	3112703	Capitão Enéas
MG	3113008	Caraí
MG	3120300	Cristália
MG	3122454	Divisópolis
MG	3126604	Francisco Dumont
MG	3130051	Icaraí de Minas
MG	3130655	Indaiabira
MG	3132008	Itacambira
MG	3136520	José Gonçalves de Minas
MG	3136579	Josenópolis
MG	3137007	Ladainha
MG	3142254	Miravânia
MG	3145307	Novo Cruzeiro
MG	3146255	Padre Carvalho
MG	3164209	São Romão
MG	3165909	Senador Modestino Gonçalves
MG	3170651	Vargem Grande do Rio Pardo
MG	3171071	Veredinha
PE	2601102	Araripina
PE	2601607	Belém de São Francisco
PE	2603926	Carnaubeira da Penha
PE	2604304	Cedro
PE	2605608	Flores
PE	2605707	Floresta
PE	2606309	Granito
PE	2606903	Iguaraci
PE	2607109	Ingazeira
PE	2607307	Ipubi
PE	2608057	Jatobá
PE	2609303	Mirandiba
PE	2614303	Moreilândia
PE	2609907	Ouricuri
PE	2610400	Parnamirim
PE	2612208	Salgueiro
PE	2612455	Santa Cruz
PE	2612604	Santa Maria da Boa Vista
PE	2613503	São José do Belmonte
PE	2614105	Sertânia
PE	2614600	Tabira
PE	2614808	Tacaratu
PE	2615607	Trindade
PE	2615706	Triunfo
PE	2615904	Tuparetama
PE	2600302	Agrestina
PE	2601706	Belo Jardim
PE	2604106	Caruaru
PE	2606002	Garanhuns
PE	2608255	Jucati
PE	2608305	Jupi
PE	2610301	Paranatama
PE	2613008	São Bento do Una

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 126, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO no uso das atribuições que lhe conferem o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, e suas alterações, e o que consta no Processo nº 21000.051983/2016-98, resolve:

Art. 1º Os itens 2, 3, 4, 5 e 6 do Anexo da Portaria nº 183, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido ao item 2 os subitens 2.1, 2.2, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.3, 2.3.1, 2.4, 2.5, 2.5.1, 2.5.2 e 2.6, ao item 5 os subitens 5.1, 5.2, 5.3 e 5.3.1, e ao item 6 os subitens 6.1 e 6.2:

"2. Para o reconhecimento da equivalência mencionada no item 1 acima, as autoridades competentes deverão responder os questionários técnicos fornecidos pelo DIPOA, relativos às competências, atribuições, atividades e metodologias da inspeção veterinária, bem como às legislações e regulamentos sanitários correspondentes. Depois de avaliados e considerados equivalentes aos brasileiros, o DIPOA enviará missão veterinária para verificação do sistema de inspeção sanitária do país estrangeiro e proceder visita aos estabelecimentos interessados, para a necessária habilitação." (NR)

2.1. Os questionários técnicos serão elaborados pelas áreas técnicas competentes da SDA, abrangendo a saúde animal e a inspeção de produtos de origem animal e, quando necessário, subsidiariamente, os insumos pecuários, laboratórios, e os resíduos e contaminantes.

2.2. O país interessado em exportar produtos de origem animal ao Brasil formalizará seu pleito pelas vias diplomáticas oficiais, com informações sobre os produtos ou categorias de produtos de origem animal que pretende exportar ao Brasil, incluindo a(s) espécie(s) animal(is), processamento tecnológico e lista de estabelecimentos de fabricantes.

2.2.1. As categorias de produtos serão informadas com base nos processos tecnológicos a que são submetidos e sua relação com os tratamentos de mitigação de riscos a saúde animal ou saúde pública para cada produto de origem animal.

2.2.2. A solicitação de reconhecimento de equivalência de sistema de inspeção sanitária será avaliada, inicialmente, pelo Departamento de Saúde Animal - DSA, para verificação de impedimentos ou restrições técnicas sob o aspecto da saúde animal e definição dos requisitos sanitários aplicáveis.

2.2.3. Somente após avaliação favorável pelo DSA os pedidos de reconhecimento serão submetidos a análise do DIPOA e, quando necessário, das demais áreas competentes da SDA.

2.3. Em decorrência das negociações ou tratativas bilaterais com o país e a critério do DIPOA, poderão ser definidos procedimentos complementares para habilitação de novos estabelecimentos estrangeiros ou inclusão de novos produtos, estabelecida a obrigatoriedade de preenchimento e envio de questionário individual de estabelecimentos, bem como serem fixados prazos de vigência das habilitações.

2.3.1. A habilitação poderá ser concedida nas seguintes formas:

a) habilitação planta a planta, modalidade que consiste na obrigatoriedade de visita individual para avaliação de cada estabelecimento interessado a exportar ao Brasil pelo DIPOA; ou

b) habilitação por indicação pela autoridade sanitária estrangeira, modalidade na qual a habilitação de novos estabelecimentos ou inclusão de novos produtos poderá ser realizada por indicação da autoridade sanitária do país estrangeiro e posterior homologação pelo DIPOA, podendo ser dispensada a visita prévia aos estabelecimentos indicados.

2.4. Poderá ser dispensada, a critério do DIPOA, a realização de visita prévia de avaliação de estabelecimentos estrangeiros para importação de produtos de origem animal de baixo risco sanitário sob os aspectos de saúde pública e saúde animal, caso o resultado da análise dos questionários técnicos seja favorável.

2.5. O país que já teve seu sistema de inspeção sanitária reconhecido como equivalente ao nacional para determinada área ou espécie animal poderá requerer a extensão do reconhecimento para outra(s) área(s) ou espécie(s) animais(s), devendo, para tanto, complementar as informações do(s) questionário(s) técnico(s) tratados no item 2.1 com informações sobre a cadeia produtiva a ser incluída.

2.5.1. Caso a avaliação documental para extensão de reconhecimento do sistema de inspeção sanitária seja favorável, o DIPOA poderá dispensar a prévia realização de missão ao país para concessão provisória da extensão da equivalência. Neste caso, a avaliação local será postergada até a próxima missão, conforme prevê o item 6.

2.5.2. A dispensa de missão apenas poderá ser realizada quando as atividades de inspeção de produtos de origem animal da(s) nova(s) área(s) ou espécie(s) animal (is) forem realizadas pelo mesmo órgão ou instituição competente no país de origem já reconhecido como equivalente ao nacional.

2.6. Os relatórios das missões estrangeiras serão elaborados, em sua versão preliminar, no prazo de sessenta dias contados do término da missão, sendo disponibilizados para comentários por parte da autoridade sanitária competente no país estrangeiro e atendimento às recomendações, por igual período. Após análise dos comentários e das ações adotadas pelo país estrangeiro, será elaborado, no prazo de trinta dias, o relatório final da missão, o qual será divulgado pelo DIPOA no sítio eletrônico do MAPA.

"3. Em decorrência das negociações ou tratativas bilaterais com o país estrangeiro e a critério da SDA, as missões veterinárias brasileiras poderão ser custeadas, total ou parcialmente, pelo país pretendente a exportar produtos de origem animal para o Brasil." (NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"4. Os estabelecimentos interessados a exportar produtos de origem animal para o Brasil deverão atender aos requisitos previstos na legislação e regulamentos brasileiros específicos, relativos às condições das instalações físicas, equipamentos, fluxograma operacional e higienização industrial; formulação, processos tecnológicos, embalagem e rotulagem dos produtos de origem animal; bem estar animal, quando aplicável; e aplicação de boas práticas de fabricação e metodologias de garantia de inocuidade dos alimentos baseados nos princípios da análise de perigos e pontos críticos de controle - APPCC, recomendadas pelo Codex Alimentarius." (NR)

"5. Finalizados os procedimentos especificados nos itens anteriores e caso a avaliação conclua pela equivalência com o sistema de inspeção sanitário brasileiro, o DIPOA emitirá declaração de reconhecimento do país como apto a exportar produtos de origem animal para o Brasil." (NR)

5.1. Na declaração de reconhecimento de equivalência constarão informações sobre o(s) produto(s) ou categoria(s) de produto(s) de origem animal autorizados por área(s) ou espécie(s) animal(s), a modalidade de habilitação de novos estabelecimentos ou inclusão de produtos e requisitos adicionais estabelecidos.

5.2. Os modelos de certificados sanitários internacionais de importação serão divulgados pelo DIPOA para conhecimento e verificação nos pontos de ingresso e reinspeção pelos setores competentes.

5.3. O DIPOA atualizará e disponibilizará no sítio eletrônico do MAPA a lista de países, estabelecimentos e produtos de origem animal autorizados à exportação para o Brasil.

5.3.1. A lista de produtos autorizados observará os critérios das categorias mencionadas no item 2.2.1.

"6. A SDA, subsidiada pelo DSA, poderá, a qualquer momento, suspender total ou parcialmente as importações de produtos de origem animal de países acometidos por enfermidades que representem risco a saúde animal." (NR)

6.1. O DIPOA realizará auditorias periódicas aos países de equivalência reconhecida e nos estabelecimentos habilitados, visando assegurar a manutenção das condições aprovadas, podendo manter ou suspender, total ou parcialmente, a qualquer tempo, a aprovação dos países ou a habilitação dos estabelecimentos, nos seguintes casos:

a) comprometimento do sistema de inspeção sanitária; ou

b) comprometimento do padrão higiênico-sanitário dos estabelecimentos e seus respectivos produtos.

6.2 O DIPOA poderá, ainda, manter ou suspender, total ou parcialmente a aprovação dos países ou a habilitação dos estabelecimentos, nos seguintes casos:

a) detecção de violações à legislação brasileira por ocasião da reinspeção de produtos de origem animal importados;

b) quando as autoridades sanitárias do país de origem deixarem de adotar e informar ao Brasil ações corretivas e preventivas adotadas para as violações detectadas; ou

c) quando as autoridades sanitárias do país de origem deixarem de apresentar informações solicitadas pelo Brasil.

Art. 2º Fica o DIPOA autorizado a atualizar, homologar e divulgar a lista de países estrangeiros autorizados a exportar para o Brasil mediante o cruzamento das informações referentes aos estabelecimentos estrangeiros já habilitados contidas no Serviço de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal - SIGSIF e no histórico de importações de produtos de origem animal disponíveis no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX nos últimos dez anos e consulta ao DSA quanto a existência de restrições para importação de produtos de origem animal em razão de episódios sanitários ocorridos nos países desde a habilitação inicial dos estabelecimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.600, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de JUIZ DE FORA, Estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.051374/2016-81 e da Nota Técnica nº 25609/2016/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.605, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a SOCIEDADE PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de ITAPORANGA, Estado da Paraíba, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.027776/2016-65 e da Nota Técnica nº 24582/2016/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.607, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO VIRGINIUS DA GAMA E MELO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de CATOLÉ DO ROCHA, Estado da PARAÍBA, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.027813/2016-35 e da Nota Técnica nº 26325/2016/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.621, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar MODELO FM LTDA - EPP a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, Estado do PARÁ, por meio do canal 40 (quarenta), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TELEVISÃO LIBERAL LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 7 (sete), no município de BELÉM, estado do PARÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.006001/2016-56 e da Nota Técnica nº 26784/2016/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o projeto técnico para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.141, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art, 7º do Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 857, de 5 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09 de setembro de 2013,

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS A DESASTRES NATURAIS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN é unidade integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, conforme o disposto no inciso IV do art. nº 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituído pelo Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O CEMADEN é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede atual do CEMADEN está localizada na Rodovia Presidente Dutra km 137,8, Estrada Doutor Altino Bondesan, 500, Distrito de Eugênio de Melo, CEP 12247-016, São José dos Campos, SP, onde se encontra instalada sua administração central.

Art. 4º Ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais compete:

I - elaborar alertas de desastres naturais relevantes para ações de proteção e de defesa civil no território nacional;

II - elaborar e divulgar estudos visando à produção de informações necessárias ao planejamento e à promoção de ações contra desastres naturais;

III - desenvolver capacidade científica, tecnológica e de inovação para continuamente aperfeiçoar os alertas de desastres naturais;

IV - desenvolver e implementar sistemas de observação para o monitoramento de desastres naturais;

V - desenvolver e implementar modelos computacionais para desastres naturais;

VI - operar sistemas computacionais necessários à elaboração dos alertas de desastres naturais;

VII - promover capacitação, treinamento e apoio a atividades de pós-graduação, em suas áreas de atuação; e

VIII - emitir alertas de desastres naturais para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - Cenad, do Ministério da Integração Nacional, auxiliando o Sistema Nacional de Defesa Civil.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria

a) Coordenação de Administração - COCAD

b) Coordenação de Relações Institucionais - CORIN

II - Coordenação-Geral de Operações e Modelagens - CGOM

a) Divisão de Monitoramento e Alertas - DIMON

III - Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento - CGPD

a) Divisão de Desenvolvimento de Produtos Integrados - DIPIN

Art. 6° O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico-Científico - CTC.

Art. 7º O CEMADEN será dirigido por um Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 8º As Coordenações-Gerais serão chefiadas por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, e, as Divisões, por Chefes, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma da legislação pertinente.

Art. 9º Os ocupantes dos cargos em comissão e funções gratificadas serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Diretoria

Art. 10. À Coordenação de Administração compete:

I - assistir ao Diretor do CEMADEN na formulação de políticas e estratégias, em especial no planejamento de captação e formação de recursos humanos nas áreas de interesse do CEMADEN, bem como na definição de procedimentos para a execução dos programas e ações internas de sua competência, incluindo planejar e delinear proposta de estruturação da Coordenação em divisões específicas, tais como de Orçamento e Finanças, Recursos Humanos, Convênios e Contratos, Suprimentos, Patrimônio e outras atividades que lhe forem cometidas em suas áreas de competência;

II - o planejamento e acompanhamento do orçamento anual e plurianual, em especial:

a) interagir com as demais unidades do CEMADEN para assistir o Diretor na elaboração e execução do planejamento administrativo anual da Instituição, com base no Plano Plurianual - PPA e na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI;

b) coordenar, orientar e controlar o processo de elaboração da proposta orçamentária, bem como da execução físico-financeira e atividades dos Sistemas de Orçamento e Finanças, de acordo com as orientações da Direção do Centro e do órgão central do Sistema de Orçamento;

c) coordenar o processo de ajustes do orçamento ao longo de cada exercício financeiro;

d) realizar a conformidade dos registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos Ordenadores de Despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade documental da unidade gestora;

e) administrar, detalhar e descentralizar os créditos orçamentários; e

f) propor a programação financeira anual e mensal à Direção.

III - a gestão de recursos humanos, em especial:

a) coordenar, dirigir e controlar a execução das atividades relativas a registros, lotação, movimentação, concessão e pagamento de pessoal;

b) planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com as políticas de administração e desenvolvimento de recursos humanos, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC e da Administração Central do MCTIC;

c) coordenar programas de melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho, buscando aliar o desenvolvimento de habilidades à ampliação das oportunidades de convívio social no próprio CEMADEN, estimulando a criatividade, o desenvolvimento do espírito de equipe e de ajuda mútua no corpo funcional; e

d) apoiar a realização de eventos técnicos e científicos de interesse do CEMADEN, como congressos, simpósios, seminários, workshops etc.

IV - a gestão de convênios, contratos e recursos logísticos, em especial:

a) criar condições para assegurar eficácia na identificação dos instrumentos contratuais e de convênios a serem firmados e nos controles internos e externos, buscando garantir regularidade na realização da receita e da despesa e na prestação de contas, em articulação com o órgão superior competente e demais unidades do CEMADEN;

b) examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto a sua observância em questões suscitadas pela aplicação de leis, decretos e regulamentos relativos às atividades de contratos, licitações e convênios do CEMADEN e sinalizando a necessidade de providências cabíveis na fiscalização, aplicação de penalidades e direito à ampla defesa na execução de contratos e convênios;

c) supervisionar a ocupação do espaço físico do CEMADEN e participar da definição de áreas e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades atuais e futuras, bem como promover e gerenciar atividades relacionadas a transportes, comunicação administrativa, guarda de documentos, segurança patrimonial, segurança do trabalho, manutenção e modernização das instalações de infraestrutura e logística;

d) planejar, organizar, coordenar, executar e supervisionar as atividades relativas à aquisição de bens e contratação de serviços, administração de material e patrimônio, licitações e contratos, obras e serviços de engenharia, transporte, terceirização, telefonia e serviços gerais, reprografia, administração e manutenção predial;

e) decidir, em primeira instância, sobre os recursos e representações interpostos em face das decisões das Comissões de Licitação e Pregoeiros, referentes à unidade de administração de serviços gerais do CEMADEN;

f) reconhecer a inexigibilidade de licitação e a dispensa de licitação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93;

g) aplicar ou retirar penalidades a fornecedores e prestadores de serviços, inclusive providenciando o registro nos órgãos de controle se assim for necessário;

h) emitir atestado de capacidade técnica e demais atos necessários à gestão contratual, no âmbito do CEMADEN;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

i) analisar e propor contratações, termos aditivos ou apostilamentos de despesas, observadas as normas vigentes;

j) formalizar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência, em sua área de atuação;

k) coordenar, organizar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com execução orçamentária e financeira, passagens e diárias, licitações e contratos; e

l) coordenar, organizar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com, obras e manutenção de edifícios públicos, material e patrimônio, transporte, telefonia, terceirização, reprografia e serviços gerais.

V - a gestão da informação, protocolo e documentação, em especial:

a) planejar, coordenar e desenvolver as atividades e projetos relativos à modernização e organização administrativa, segundo as diretrizes e padrões emanados do Órgão Central do Sistema de Organização e Modernização Administrativa - SOMAD;

b) executar a política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, em conformidade com o Sistema de Arquivos - SIARQ do MCTIC;

c) proceder a formalização, tramitação e controle dos processos administrativos;

d) controlar o envio de matérias para publicação no Diário Oficial da União;

e) elaborar, editar e distribuir Boletins de Serviço;

f) implementar os dispositivos legais voltados para a formalização e o controle de processos e documentos;

g) controlar os contratos com as empresas de postagem, fornecedoras de periódicos e de carga nas máquinas franqueadoras;

h) elaborar, implementar e manter o Plano Arquivístico; e

i) organizar, preservar, controlar e atualizar o acervo bibliográfico.

VI - a gestão da tecnologia da informação, em especial:

a) coordenar a implementação, a utilização e a avaliação dos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

b) apoiar no planejamento, orientar, executar e controlar as atividades de desenvolvimento de sistemas informatizados e de sítios; e

c) promover e coordenar a elaboração de projetos para execução de atividades relacionadas com o estudo, implantação, modernização, avaliação de produtos e serviços, aquisição, expansão, remanejamento, segurança e utilização dos recursos computacionais, visando a sua compatibilidade e integração.

Art. 11. À Coordenação de Relações Institucionais compete:

I - coordenar as ações de articulação e representação institucional com vistas ao cumprimento da missão do CEMADEN, bem como ao aprimoramento das ações relacionadas ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - GRRD e na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI;

II - coordenar, estruturar e supervisionar as atividades de participação e realização de eventos de representação institucional, bem como formular estratégias e ações promocionais da imagem do CEMADEN;

III - coordenar, estruturar e supervisionar as atividades de divulgação e comunicação social, de popularização da ciência, de desenvolvimento social e de capacitação externa de recursos humanos;

IV - coordenar e viabilizar ações de responsabilidade social, envolvendo atividades e projetos de inclusão social, difusão científica, promoção do aumento da percepção de risco de desastres naturais, desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida;

V - coordenar as ações de capacitação externa de recursos humanos através do gerenciamento do apoio institucional, de parcerias com outras instituições e oferta de cursos nas áreas de competência do CEMADEN;

VI - coordenar o estabelecimento e gerenciamento de acordos de cooperação técnica, convênios, e outros instrumentos de cooperação entre o CEMADEN e instituições governamentais ou não governamentais, nas áreas de atuação do CEMADEN;

VII - promover a implementação de política aberta de disseminação de dados e informações, contribuindo para a troca de experiências e conhecimentos na área de desastres naturais;

VIII - promover a articulação e expansão de redes de pesquisa e de monitoramento de desastres, de maneira sinérgica e otimizada, visando implantação, consolidação e expansão do sistema nacional de monitoramento e alertas de desastres naturais;

IX - assistir ao Diretor do CEMADEN na formulação de políticas e estratégias, em especial no planejamento de captação e formação de recursos humanos nas áreas de interesse do CEMADEN, bem como na definição de procedimentos para a execução dos programas e ações internas de sua competência, incluindo planejar e delinear proposta de estruturação da Coordenação em divisões específicas; e

X - auxiliar o Diretor na formulação de políticas de cooperação nacional e internacional e acompanhar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade.

Seção II

Da Coordenação-Geral de Operações e Modelagens

Art. 12. À Coordenação-Geral de Operações e Modelagens compete:

I - coordenar, acompanhar, avaliar e propor metas e indicadores para o desenvolvimento das atividades relacionadas à rotina operacional do CEMADEN, da Modelagem dos Sistemas Físicos, e do Serviço Computacional;

II - garantir a operação contínua, ininterrupta e a qualidade dos produtos elaborados pelo CEMADEN;

III - propor e implementar ações de adequação ou expansão dos sistemas observacionais de monitoramento de desastres naturais, garantindo a sua plena execução e integração dos resultados ao centro operacional do CEMADEN;

IV - realizar operacionalmente o monitoramento e alertas de desastres naturais e disseminá-los para os usuários das informações, respeitadas as leis, normas e acordos vigentes;

V - zelar pela manutenção de padrões internacionais de qualidade, tempestividade e acerto;

VI - desenvolver, implementar, operar e avaliar uma suíte de modelos numéricos de desastres naturais em apoio à elaboração de alertas;

VII - garantir o provimento dos serviços de supercomputação e serviços de suporte de TI essenciais para o funcionamento do Centro;

VIII - administrar a operação dos sistemas computacionais (supercomputação, estações de trabalho, comunicação);

IX - presidir o Comitê de Usuários e o Comitê de Provedores de Informações;

X - coordenar a manutenção e operacionalização de laboratório de instrumentação ambiental voltado para desastres naturais;

XI - avaliar, desenvolver, operar e implementar novas tecnologias que usam meios de telecomunicações para disseminação de alertas e informações de desastres naturais;

XII - elaborar, coordenar, assistir e supervisionar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira das ações, programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade, propondo medidas para a correção de suas distorções e para o seu aperfeiçoamento, de forma articulada com a Coordenação de Administração do CEMADEN; e

XIII - subsidiar o Diretor, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo na sua área de competência, visando o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - GRRD e na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI.

Art. 13. À Divisão de Monitoramento e Alertas compete:

I - monitorar em regime contínuo de 7x24h as condições hidro-geo-meteorológicas e os possíveis impactos socioambientais, considerando inclusive as informações prestadas por entes estaduais ou municipais em situações de crise;

II - elaborar, nos casos em que se julgar necessário, alertas de desastres naturais com o maior detalhamento espacial e temporal possível;

III - enviar os alertas ao Cenad, tendo em vista o disposto no Protocolo de Cooperação CEMADEN - CENAD;

IV - propor e acompanhar planos operativos e emitir relatórios estatísticos e gerenciais de execução das ações de responsabilidade do centro operacional; e

V - providenciar o registro e arquivamento de toda documentação, digital ou física, recebida e emitida pelo CEMADEN, relativa às atividades do centro operacional.

Seção III

Da Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento

Art. 14. À Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento compete:

I - coordenar, avaliar, propor metas e indicadores, definir as linhas prioritárias de pesquisa para o cumprimento dos objetivos do CEMADEN;

II - estabelecer parcerias com instituições de pesquisa nacionais e internacionais nas áreas afetas aos desastres naturais;

III - realizar pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos sobre todos os tipos de desastres naturais que ocorrem no País e na América do Sul;

IV - desenvolver pesquisas e produtos tecnológicos buscando soluções integradas (combinação de observações e modelagem) em gestão de riscos de desastres naturais no tocante a alertas;

V - realizar pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos sobre eventos de natureza geológica e hidrológica associados a desastres naturais;

VI - realizar pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos a partir de resultados de modelos numéricos de previsões do tempo, de clima sazonal e de cenários de mudanças climáticas diretamente relacionados com os desastres naturais;

VII - promover a capacitação, treinamento e apoio às atividades de formação de recursos humanos, com ênfase no nível de pós-graduação;

VIII - propor, implementar e controlar ações de adequação ou expansão dos sistemas observacionais de monitoramento de desastres naturais, garantindo o suporte necessário ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologias avançadas para o aprimoramento das atividades do centro operacional;

IX - elaborar, coordenar, assistir e supervisionar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira das ações, programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade, propondo medidas para a correção de suas distorções e para o seu aperfeiçoamento, de forma articulada com a Coordenação de Administração do CEMADEN; e

X - subsidiar o Diretor, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo na sua área de competência, visando o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - GRRD e na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI.

Art. 15. À Divisão de Desenvolvimento de Produtos Integrados compete:

I - acompanhar a implementação de estratégias e procedimentos adotados para a execução dos programas de pesquisa e desenvolvimento em Desastres Naturais, conduzidos pelo CEMADEN;

II - acompanhar o cumprimento da elaboração e execução de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução de programas de pesquisa e desenvolvimento;

III - gerenciar e promover ações de disseminação dos estudos e artigos científicos produzidos pelo CEMADEN;

IV - providenciar o registro e arquivamento de toda documentação, digital ou física, recebida e emitida pelo CEMADEN, relativa às atividades da coordenação-geral de pesquisa e desenvolvimento, bem como gerenciar e promover ações de disseminação dos estudos e artigos científicos produzidos pelo CEMADEN; e

V - apoiar o desenvolvimento de agenda conjunta entre os dirigentes do CEMADEN e autoridades de entidades públicas ou privadas, que contribuem na implementação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - GRRD.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃO COLEGIADO

Seção I

Do Conselho Técnico Científico

Art. 16. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função consultiva e de assessoramento na implementação da política científica e tecnológica da unidade de pesquisa.

Art. 17. O CTC contará com onze membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do CEMADEN, que o presidirá;

II - um Coordenador;

III - três servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

IV - três membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do CEMADEN; e

V - três membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do CEMADEN.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos III, IV e V terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) o do inciso II será indicado pelo Diretor;

b) os do inciso III serão indicados a partir de cinco nomes obtidos a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade, entre os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

c) os do inciso IV serão indicados pelo CTC; e

d) os do inciso V serão indicados a partir de listas tríplices elaboradas pelo CTC, na forma do regimento interno.

Art. 18. Compete ao CTC:

I - apreciar e opinar a respeito da implementação da política científica e tecnológica, sobre suas prioridades e sobre a programação anual e/ou plurianual de suas atividades;

II - emitir pareceres relativamente aos programas científicos e tecnológicos, bem como avaliar seus resultados, para que melhor possam atender às políticas de trabalho definidas;

III - contribuir para a melhoria dos planos de trabalho;

IV - avaliar, quando solicitado, programas, projetos e atividades a serem implementados;

V - propor novas atividades de ciência e tecnologia a serem desenvolvidas, julgadas adequadas e prioritárias, após avaliados os esforços e recursos a serem envolvidos;

VI - apreciar avaliações do desempenho institucional realizadas segundo indicadores pré-definidos pelo MCTIC;

VII - apreciar modelo de avaliação de desempenho do quadro de pesquisadores e tecnologistas do CEMADEN, proposto pelo Diretor;

VIII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor; e

IX - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 19. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 20. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do CEMADEN e outras atividades que lhe forem cometidas em suas áreas de competência;

II - exercer a representação do CEMADEN;

III - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual - PPA, no Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - GRRD e na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI;

IV - acompanhar e orientar o processo de elaboração do orçamento constante do Plano Plurianual (PPA);

V - Propor a programação financeira anual e mensal à Administração Central do MCTIC;

VI - atuar como ordenador de despesa, designar o Gestor Financeiro e o Responsável pela Conformidade de Gestão, e seus respectivos substitutos eventuais;

VII - designar servidores para assinarem notas de movimentação de crédito, guias de recebimento, cadastros de credores, notas de empenho e suas anulações e notas de lançamento;

VIII - formalizar a designação de gestores de contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, com a participação da área demandante, assim como designar servidores para acompanhamento, fiscalização e recebimento de obras e serviços de engenharia;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IX - reconhecer despesas de exercícios anteriores, em conjunto com a Coordenação cujas atribuições se correlacionam com a despesa a ser reconhecida;

X - conceder passagens aéreas e terrestres em território nacional e internacional, diárias e ajuda-de-custo, na forma das normas legais e regulamentares pertinentes;

XI - aprovar a prestação de contas de viagens, analisando os relatórios de viagens e comprovação de embarques;

XII- autorizar a abertura de processos licitatórios;

XIII - decidir e ratificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação e de dispensa de licitação realizados pelo Coordenador de Administração, nos termos do art. 26 da Lei no. 8.666/93;

XIV - instituir grupos de trabalho e comissões, inclusive de Comissão Permanente ou Especial de Licitação, de Pregoeiros e Equipe de Apoio, de cadastramento de fornecedores, de recebimento e desfazimento de materiais, de inventários, de avaliação e destinação de documentos, para atender as necessidades do CEMADEN;

XV - homologar e Adjudicar o objeto da licitação, podendo, na forma da lei, revogar ou anular o procedimento;

XVI - decidir, em segunda instância, sobre os recursos e representações interpostos em face das decisões das Comissões de Licitação e Pregoeiros;

XVII - decidir, respeitadas a natureza e atribuições do cargo, sobre a lotação e remoção de servidores na estrutura organizacional do Centro, evitando e corrigindo, quando for o caso, situações de desvio de função eventualmente verificadas;

XVIII - designar servidores para o exercício de Funções Gratificadas - FG;

XIX - nomear substitutos eventuais para os cargos em comissão, exceto o de Diretor;

XX - com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, instaurando, para esse efeito, sindicâncias ou processos disciplinares e comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados;

XXI - nomear servidor sindicante e os membros das comissões de processo disciplinar, observando as exigências legais pertinentes;

XXII - julgar processos administrativos disciplinares, em qualquer de suas modalidades, aplicando as penas de advertência e suspensão por até trinta (30) dias;

XXIII - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das chefias imediatas;

XXIV - assinar convênios, protocolos, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, quando não envolverem Estados estrangeiros ou organismos internacionais;

XXV - designar servidores para assinatura conjunta de documentos necessários às tarefas de natureza administrativa e de pessoal;

XXVI - autorizar a aquisição, alienação, permuta, cessão e baixa de material, respeitada a legislação vigente;

XXVII - conceder suprimentos de fundos e aprovar as respectivas prestações de contas, supervisionando e orientando a realização dos gastos decorrentes;

XXVIII - designar o responsável e seu substituto, pela elaboração de termos de referência - TRs, visando a contratação de consultores por intermédio de projetos de cooperação técnica internacional;

XXIX - encaminhar a Unidade Gestora de Projetos - UGP os termos de referência - TRs, elaborados;

XXX - encaminhar os produtos elaborados pelos consultores e aprovados pelo supervisor ou coordenador técnico, e respectivos termos de regimento e avaliação, à Unidade Gestora de Projetos - UGP para pagamento;

XXXI - encaminhar as solicitações de passagens e pagamento de diárias, necessárias à elaboração dos produtos, à Unidade Gestora de Projetos - UGP;

XXXII - promover, após autorização específica do Ministro, processo seletivo simplificado destinado à contratação temporária de pessoal, respeitando as disposições legais pertinentes e os limites fixados em ato específico;

XXXIII - conceder aposentadoria aos servidores lotados no mencionado Centro, bem como pensão por morte aos respectivos beneficiários;

XXXIV- convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC;

XXXV - aprovar a regulamentação de normas internas do órgão; e

XXXVI - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Parágrafo único: As competências supracitadas poderão ser subdelegadas pelo Diretor do CEMADEN, respeitadas a legislação vigente.

Art. 21. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades a cargo da unidade;

II - participar na definição de políticas, diretrizes e metas do CEMADEN, nas áreas de competência da respectiva unidade;

III - coordenar o relacionamento do CEMADEN com instituições nacionais, e internacionais, nas áreas de competência da respectiva unidade;

IV - assistir ao Diretor nos assuntos de sua competência; e

V - praticar os demais atos necessários ao cumprimento das competências de sua unidade, ou daquelas que lhe forem conferidas.

Art. 22. Aos Chefes de Divisão incumbe:

I - dirigir, orientar e controlar as atividades da unidade;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à unidade; e

III - praticar os demais atos necessários ao cumprimento das competências de sua unidade, ou daquelas que lhe forem conferidas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O CEMADEN, com base no disposto nos artigos 2º e 12, inciso XV, do Decreto nº 5.886, de 6 de setembro de 2006, alterado pelo Decreto nº 7.513, de 1 de julho de 2011, receberá apoio da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica da entidade na realização de suas atividades de monitoramento de desastres nacionais, elaboração e divulgação de alertas para ações de proteção e de defesa civil no território nacional.

Art. 24. As atividades do CEMADEN se inserem no contexto do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - GRRD e serão desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do mesmo.

Art. 25. O CEMADEN celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um termo compromisso de gestão do CEMADEN e da DPO em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 27. O Diretor poderá, sem qualquer custo adicional, instituir unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do CEMADEN, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do CEMADEN.

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.142, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 755, de 03 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 4 de dezembro de 2002, nº 510, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 868, de 16 de novembro de 2006, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2006, nº 638, de 27 de setembro de 2007, publicada no D.O.U. de 1 de outubro de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O CBPF é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto n° 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede do CBPF está localizada à Rua Dr. Xavier Sigaud, 150, Ed. César Lattes, Urca, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, onde se encontra instalada sua Administração Central.

Art. 4º O CBPF tem por finalidade realizar pesquisa básica em física e desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de física do MCTIC e polo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico.

Art. 5º Ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF compete:

I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da física e suas aplicações;

II - criar e manter programas de pós-graduação em física e cursos especiais;

III - estabelecer intercâmbio científico;

IV - promover a difusão do conhecimento científico, no campo da sua área de atuação;

V - desenvolver, transferir e comercializar, produtos e tecnologias geradas pelo CBPF, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;

VI - divulgar e manter um acervo de documentação e biblioteca especializada; e

VII - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação de Física de Altas Energias - COHEP

II - Coordenação de Materiais, Nanociências e Física Aplicada - COMAN

III - Coordenação de Física Teórica - COTEO

IV - Coordenação de Cosmologia, Astrofísica e Interações Fundamentais - COSMO

V - Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico - COTEC

VI - Coordenação de Formação Científica - COEDU

VII - Coordenação de Ações Institucionais - COINS

VIII - Coordenação de Administração - COADM

a) Serviço de Gestão de Pessoas - SEGEP

b) Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças - SECOF

c) Serviço de Material e Patrimônio - SEMAP

d) Serviço de Logística, Infraestrutura e Contratos - SELIC

Art. 7° Os Órgãos Colegiados vinculados ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF são:

I - Conselho Técnico-Científico - CTC

II - Comitê Científico Assessor - COCI

Art. 8º O CBPF será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação pelo Ministro de Estado de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República nomeará Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do Diretor.

Art. 10. As Coordenações do CBPF serão chefiadas por Coordenador e os Serviços por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão e função gratificada serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1° O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2° Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação de Física de Altas Energias

Art. 12. À Coordenação de Física de Altas Energias compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da física de altas energias e na das astropartículas, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física de altas energias e astropartículas.

Seção II

Da Coordenação de Materiais, Nanociências e Física Aplicada

Art. 13. À Coordenação de Materiais, Nanociências e Física Aplicada compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisa no campo da física dos materiais, nanociências, nanotecnologia e de física aplicada, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física dos materiais, nanociência, nanotecnologia e de física aplicada.

Seção II

Da Coordenação de Física Teórica

Art. 14. À Coordenação de Física Teórica compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas nos campos da física com ênfase em física estatística e sistemas complexos, física clássica e física quântica, física atômica e molecular, física de fluidos e plasmas, física da matéria condensada, física matemática e ótica, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em física estatística e sistemas complexos, física clássica e física quântica, física atômica e molecular, física de fluidos e plasmas, física da matéria condensada, física matemática e ótica.

Seção IV

Da Coordenação de Cosmologia, Astrofísica e Interações Fundamentais

Art. 15. À Coordenação de Cosmologia, Astrofísica e Interações Fundamentais compete:

I - coordenar e desenvolver pesquisas no campo da astrofísica relativística, cosmologia, e em temas de teorias fundamentais da interação com a matéria e da física nuclear, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - coordenar a interação entre os grupos dedicados à pesquisa em temas da astrofísica relativística, cosmologia, teorias fundamentais da interação com a matéria e da física nuclear.

Art. 16. Às Coordenações Científicas citadas nos artigos de 12 a 15 compete, ainda:

I - promover a manutenção de linhas de pesquisas, e estimular a abertura de novas propostas de caráter inovador no campo do conhecimento da sua área de competência;

II - apoiar o intercâmbio de informações científicas entre os membros da Coordenação, destinadas ao desenvolvimento de programas nacionais e internacionais;

III - supervisionar e coordenar pessoal, bem como o uso de laboratórios de tecnologias avançadas;

IV - promover e realizar seminários, encontros, cursos e outros eventos pertinentes á sua área de atuação;

V - colaborar na formulação da programação e execução de cursos de pós-graduação no âmbito do CBPF;

VI - contribuir para o desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica e científica; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção V

Da Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico

Art. 17. À Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico compete:

I - coordenar o desenvolvimento de tecnologias e instrumentos científicos nas áreas de mecânica, eletrônica, criogenia, computação em alinhamento com as demais Coordenações, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - acompanhar a evolução técnica nas áreas de computação, comunicação de dados, criogenia, eletrônica e mecânica e fomentar a geração de tecnologias nestas áreas;

III - coordenar a prestação de serviços de apoio técnico e logísticos especializados nas áreas de computação, comunicação de dados, criogenia, segurança do trabalho, eletrônica e mecânica para os programas institucionais e em projetos dos quais participa; e

VI - atuar na formação de recursos humanos em conjunto com a Coordenação de Formação Cientifica e em outras atividades pertinentes à sua área de competência.

Seção VI

Da Coordenação de Formação Científica

Art. 18. À Coordenação de Formação Científica compete:

I - coordenar e acompanhar o funcionamento dos programas de formação cientifica, em particular a Pós-Graduação, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF;

II - coordenar outros programas de formação cientifica como a Iniciação e Vocação Científica; e

III - coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação.

Seção I

Da Coordenação de Ações Institucionais

Art. 19. À Coordenação de Ações Institucionais compete:

I - coordenar ações da instituição e suas relações junto a instituições nacionais e internacionais;

II - coordenar o acompanhamento e a avaliação dos resultados das atividades institucionais, de acordo com as políticas de estado para as áreas de ciência, tecnologia e inovação; em particular o Plano Diretor e o Termo de Compromisso de Gestão da instituição;

III - coordenar as ações da instituição junto aos órgãos de controle em particular junto ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU;

IV - coordenar o Núcleo de Comunicação Social - NCS e promover ações de divulgação e difusão do conhecimento científico;

V - coordenar o Programa de Capacitação Institucional - PCI;

VI - coordenar as atividades de inovação, em particular junto ao Arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica das Unidades de Pesquisa - UPs do Ministério no Rio de Janeiro - NIT-Rio;

VII - planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história da física no país;

VIII - planejar e coordenar as atividades da biblioteca e serviços de informação cientifica e publicações na área de física; e

IX - acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso, recuperação e disseminação da informação.

Seção I

Da Coordenação de Administração

Art. 20. À Coordenação de Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades e serviços relativos às áreas de gestão estratégica de pessoas, logística, infraestrutura e contratos, contabilidade, orçamento e finanças, material e patrimônio e importação, de acordo com as especificações do Plano Diretor do CBPF; e

II - coordenar a elaboração de relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos de sua área de atuação.

Art. 21. Às Coordenações citadas nos artigos de 18 a 21 competem, ainda:

I - promover reuniões regulares de comitê supervisor, formado por membros indicados por regulamento específico; e

II - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 22. Ao Serviço de Gestão de Pessoas compete:

I - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados, processos de avaliação e desempenho funcional;

II - organizar e planejar a capacitação funcional dos servidores ativos da instituição; e

III - atuar em consonância com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do MCTIC.

Art. 23. Ao Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças compete:

I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta institucional orçamentária e analisar as necessidades de sua reformulação; e

II - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle.

Art. 24. Ao Serviço de Material e Patrimônio compete:

I - organizar, planejar, classificar a aquisição e registro todos os materiais, patrimônios e serviços;

II - organizar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando a elaboração de convites e editais de licitação; e

III - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 25. Ao Serviço de Logística, Infraestrutura e Contratos:

I - organizar, planejar e manter a infraestrutura patrimonial e geral da instituição;

II - realizar os processos licitatórios e efetuar controle das despesas decorrentes da execução dos contratos;

III - organizar e manter as atividades de zeladoria do campus do CBPF, incluindo vigilância, conservação e serviços operacionais; e

IV - planejar, executar, acompanhar e fiscalizar a realização de obras.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico-Científico

Art. 26. O Conselho Técnico-Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CBPF.

Art. 27. O CTC contará com dez membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - O Diretor do CBPF, que o presidirá;

II - três servidores do último nível do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

III - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do CBPF; e

IV - quatro membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do CBPF.

§ 1º Os membros mencionados nos incisos II, III e IV serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso II serão indicados a partir de listas tríplices, obtidas a partir de eleição, promovida pela Direção da Unidade, entre os servidores de nível superior do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

b) os do inciso III serão indicados, fundamentadamente, pelo CTC; e

c) os do inciso IV serão indicados a partir de listas tríplices elaboradas pelo CTC.

§ 2º Os membros do CTC terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução.

§ 3º Participará, como membro convidado, o substituto do Diretor, que o substituirá nos seus impedimentos eventuais.

Art. 28. Compete ao CTC:

I - apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica do CBPF e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

III - acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCTIC;

V - participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao CBPF, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e

VI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 29. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de regimento interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção II

Comitê Científico Assessor

Art. 30. O Comitê Científico Assessor - COCI é órgão colegiado consultivo de apoio ao Diretor em assuntos referentes à política científica e gerenciamento administrativo, orçamentário e de pessoal.

Parágrafo único. As resoluções do COCI não terão caráter decisório, devendo ser aprovada pelo Diretor ou pelo CTC, conforme suas atribuições.

Art. 31. O Comitê Científico Assessor - COCI terá a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - os Coordenadores:

a) de Física de Altas Energias;

b) de Materiais, Nanociências e Física Aplicada;

c) de Física Teórica;

d) de Cosmologia, Astrofísica e Interações Fundamentai;

e) de Desenvolvimento Tecnológico;

f) de Formação Científica;

g) de Ações Institucionais; e

h) de Administração.

III - até quatro servidores indicados pelo Diretor;

IV - um representante da categoria de Pesquisador Titular;

V - um representante da categoria de Pesquisador Associado;

VI - um representante da categoria de Pesquisador Adjunto;

VII - um representante da categoria de Tecnologista;

VIII - um representante do corpo discente; e

IX - um representante da categoria de Analista em Ciência e Tecnologia.

§ 1º Os membros mencionados no inciso II são membros natos.

§ 2 º Os membros mencionados no inciso III são indicados diretamente pelo Diretor, podendo ser substituídos ad nutum.

§ 3º Os membros mencionados nos incisos IV a IX serão escolhidos por votação entre os membros de cada categoria, conduzidas por comissão eleitoral nomeada pelo COCI.

§ 4º Os membros eleitos do COCI terão mandato de dois anos, admitida uma única recondução.

Art. 32. Compete ao COCI:

I - formular e acompanhar a execução do Plano Diretor do CBPF;

II - propor normas quanto à alocação de espaço para laboratórios, grupos de pesquisa, visitantes e alunos;

III - emitir pareceres para subsidiar decisões do Diretor e do CTC quanto a:

a) promoções e análise de relatórios de desempenho de pesquisadores e tecnologistas;

b) questões de ética e de conflitos internos; e

c) concessão do título de pesquisador emérito pelo CBPF;

IV - analisar propostas de:

a) colaboração e intercâmbio com outras instituições científicas do país e do exterior;

b) apoio a eventos organizados por pesquisadores do CBPF;

c) vinculação de pesquisadores e tecnologistas associados e visitantes; e

d) criação e extinção de coordenações e serviços.

Art. 33. O funcionamento do COCI será disciplinado na forma de regimento interno, produzido e aprovado pelo próprio Comitê e publicado através de portaria do Diretor.

CAPÍTULO VI

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 34. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do CBPF;

II - exercer a representação do CBPF;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC e do Comitê Científico Assessor - COCI; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 35. Aos coordenadores incumbe planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas áreas, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 36. Aos chefes incumbe supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua área, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. O CBPF celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um termo compromisso de gestão em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 38. O Diretor poderá instituir outras unidades colegiadas internas, desde que não implique em aumento de despesa, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do CBPF.

Art. 39. O CBPF atuará em colaboração com organizações públicas e privadas, visando o alcance de sua missão institucional.

Art. 40. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 5.144, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Centro de Tecnologia Mineral, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 741, de 22 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 26 de novembro de 2002, nº 511, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 494, de 15 de julho de 2005, publicada no D.O.U. de 19 de julho de 2005, nº 867, de 16 de novembro de 2006, publicada no D.O.U. de 21 de novembro de 2006, nº 292, de 28 de março de 2013, publicada no D.O.U. de 03 de abril de 2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Centro de Tecnologia Mineral - CETEM é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O CETEM é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede do CETEM está localizada na Avenida Pedro Calmon, 900, Ilha da Cidade Universitária, cidade do Rio de Janeiro - RJ, onde se encontra instalada sua administração central e seus laboratórios.

Art. 4º O CETEM tem por finalidade a realização de pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias na área mineral e a disponibilização de serviços destinados a atividades produtivas e à criação de soluções compatíveis com o uso sustentável dos recursos não renováveis e à preservação do meio ambiente.

Art. 5º Ao Centro de Tecnologia Mineral - CETEM compete:

I - promover, executar e divulgar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área mineral;

II - realizar estudos de viabilidade econômica, de assistência técnica a projetos industriais e de mineração dirigidos ao desenvolvimento sustentável nas atividades minero- metalúrgicas;

III - executar programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para identificação de composição, propriedades e usos de materiais com conteúdo mineral;

IV - promover, manter e articular atividades de cooperação e intercâmbio técnico-científico com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais com interesses técnicos e científicos na sua área de atuação;

V - promover, estabelecer e manter, nos limites de sua competência legal, convênios, contratos e demais acordos;

VI - promover ou patrocinar a articulação de competências interinstitucionais para a realização de programas, pesquisas e desenvolvimento, em temas de interesse para o país ligados a sua área de competência;

VII - difundir os conhecimentos técnico-científicos por meio de palestras, publicações informativas, técnicas e científicas;

VIII - promover ou patrocinar a formação e especialização de recursos humanos, bem como realizar atividades de extensão com vistas ao aprimoramento do conhecimento científico e tecnológico na sua área de competência;

IX - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;

X - promover, patrocinar e realizar cursos, conferências, seminários e outros conclaves de caráter técnico-científico, de interesse direto ou correlato ao órgão; e

XI - criar mecanismos de captação de novos recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Centro de Tecnologia Mineral - CETEM tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria

a) Núcleo de Comunicação Social - NCS

II - Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação - COPGI

a) Seção de Tecnologia da Informação - SECAT

b) Núcleo de Apoio à Gestão - NAG

c) Núcleo de Documentação e Informação - NDI

d) Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT

III - Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais - COPTM

a) Serviço de Desenvolvimento de Processos Industriais - SEDPI

b) Serviço de Desenvolvimento de Tecnologias Minerais - SEDTM

IV - Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais - COPMA

a) Serviço de Tecnologias Limpas - SETEL

b) Serviço de Desenvolvimento de Processos Minerometalúrgicos e Biotecnológicos - SEPMB

V - Coordenação de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais - COROM

a) Serviço do Núcleo Regional do Espirito Santo - SENES

VI - Coordenação de Análises Minerais - COAMI

a) Setor de Caracterização Tecnológica - SECAT

VII - Coordenação de Administração - COADM

a) Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças - SECOF

b) Serviço de Gestão de Recursos Humanos - SEGRH

c) Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura - SEMPI

Art. 7° O Centro de Tecnologia Mineral - CETEM tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico-Científico - CTC.

Art. 8º O CETEM será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia nomeará diretor interino e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação do diretor.

Art. 10. As coordenações do CETEM serão chefiadas por Coordenador, as divisões, os serviços e a seção por Chefes, cujos cargos em comissão, exceto as Funções Gratificadas, serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão e função gratificada serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Diretoria

Art. 12. Ao Núcleo de Inovação Tecnológica compete:

I - apoiar a execução da Política de Inovação do CETEM;

II - assegurar os meios necessários ao cumprimento dos atos estabelecidos na Política de Inovação Institucional em consonância com a Lei no 10.973/04 e com o Decreto no 5.563/05;

III - promover a apresentação de Projetos de Inovação Tecnológica;

IV - fortalecer a atuação do Comitê Gestor da Inovação do CETEM;

V - apoiar e estimular a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação nas demais unidades do CETEM;

VI - promover a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia para o setor produtivo e para a sociedade;

VII - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição, bem como zelar pelo cumprimento dos contratos de transferência de tecnologia;

VIII - estimular iniciativas empreendedoras e proativas, visando à criação de oportunidades para inovação, incluindo estimular o inventor independente;

IX - atuar como facilitador na transferência de tecnologia para a sociedade ao promover o diálogo entre instituições de pesquisa e empresas;

X - apoiar e fomentar a criação e a coordenação de redes de inovação nas áreas mineral e afins;

XI - promover a articulação das atividades do CETEM com o Arranjo NIT Rio; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 13. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - promover a comunicação integrada do CETEM, visando à difusão e divulgação de sua imagem institucional perante a sociedade;

II - realizar ações de assessoria de imprensa, divulgando o CETEM e suas atividades nas mídias especializadas em ciência e tecnologia e na grande imprensa, bem como arquivar as notícias veiculadas na mídia, por meio da realização de clipping eletrônico;

III - zelar pela identidade visual da instituição, cuidando da aplicação da logomarca e da uniformidade e qualidade da produção gráfica elaborando peças de divulgação institucional;

IV - realizar a atualização do site e das mídias sociais;

V - organizar a participação do CETEM em eventos externos (técnico-científicos e de divulgação institucional) e apoiar a realização daqueles programados internamente;

VI - desenvolver a comunicação interna do CETEM;

VII - organizar e manter atualizada a mala direta do CETEM; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 14. Ao Núcleo de Documentação e Informação compete:

I - identificar, selecionar, adquirir, registrar, organizar, preservar, disponibilizar e disseminar os acervos bibliográficos e informações que apoiem e incentivem a produção técnico científica;

II - preservar e manter sob sua guarda o acervo bibliográfico do CETEM, controlando os procedimentos para consulta, empréstimo e reprodução, segundo as normas biblioteconômicas;

III - organizar e manter a informação bibliográfica e o armazenamento de dados das coleções de periódicos, livros, normas técnicas, folhetos, relatórios técnicos, catálogos técnicos, mapas e outros, bem como controlar sua circulação e disseminação;

IV - realizar o inventário da biblioteca dentro da periodicidade estabelecida;

V - normalizar, no que se refere à sua área de atuação, as publicações produzidas pelo CETEM;

VI - executar programas de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse do CETEM;

VII - elaborar manuais de procedimentos técnicos para gestão do acervo bibliográfico sob a guarda do CETEM; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 15. Ao Núcleo de Apoio à Gestão compete:

I - disseminar cultura de excelência na Instituição, com foco no público alvo, na inovação, no aprendizado organizacional e na adoção de boas práticas corporativas;

II - promover a melhoria continuada do ambiente institucional por meio de projetos e processos, além da interlocução com o Programa GESPÚBLICA do governo federal;

III - participar de redes colaborativas de boas práticas de gestão e de incentivo à inovação, com vistas ao aumento da eficiência, efetividade e eficácia das ações institucionais;

IV - promover a interlocução e gerenciar contratos e serviços que remetam ações de apoio técnico científico à gestão institucional;

V - liderar os grupos de trabalhos e comissões vinculadas ao planejamento estratégico;

VI - implementar, no ambiente interno, as políticas governamentais e as normativas de órgãos de controle, nacionais e internacionais, relacionadas a rotinas e procedimentos integrados de refinamento de práticas;

VII - elaborar relatórios institucionais; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção II

Da Coordenação de Planejamento, Gestão e Inova

Art. 16. À Coordenação de Planejamento, Gestão e Inovação compete:

I - supervisionar, coordenar as ações de acompanhamento e avaliação da execução de planos anuais e plurianuais do órgão;

II - orientar, supervisionar, elaborar, acompanhar e avaliar planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica;

III - dar suporte ao Diretor do órgão na supervisão e coordenação das ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre ações das demais unidades;

IV - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter, regional, nacional e internacional;

V - colaborar, orientar e executar a elaboração de relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

VI - orientar, supervisionar e coordenar as atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT do CETEM;

VII - orientar, supervisionar e coordenar as atividades do Núcleo de Comunicação Social - NCS do CETEM;

VIII - orientar, supervisionar e coordenar as atividades do Núcleo de Documentação e Informação - NDI do CETEM;

IX - orientar, supervisionar e coordenar as atividades do Núcleo de Apoio à Gestão - NAG do CETEM; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 17. À Seção de Tecnologia da Informação compete:

I - prestar apoio às atividades fins do CETEM, no que concerne as necessidades em tecnologia da informação;

II - implementar, manter e administrar as atividades relativas às áreas de informática e redes de comunicação de dados interna, bem como sua respectiva conectividade às redes acadêmicas e comerciais, sempre em consonância com as demais unidades organizacionais e organismos gestores oficiais;

III - operar, manter e administrar a rede de comunicação de dados interna, com suas conexões às redes externas acadêmicas e comerciais, bem como prover o suporte operacional da infraestrutura computacional da instituição;

IV - implementar e gerenciar tecnologias que assegurem a disponibilidade, integridade e sigilo das informações digitais;

V - planejar, definir e homologar estruturas, arquiteturas, hardwares, softwares e materiais de informática que sejam adequados às necessidades do CETEM, com o apoio da Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - prestar apoio a Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC, na elaboração de projetos que viabilizem a implantação e operação da rede de comunicação de dados interna institucional, bem como propor e orientar as demais áreas de atuação, quanto aos procedimentos de manutenção e atualização;

VII - assistir e facilitar aos usuários, através dos recursos computacionais da instituição, a localização e acesso de dados, informações e conhecimento nas áreas de informática, sistemas computacionais e redes de comunicação de dados, pertinentes ao exercício de suas atividades;

VIII - pesquisar, coordenar e propor o uso de produtos e serviços e tecnologias emergentes em informática, objetivando sua ampla disseminação e utilização como alternativas àquelas em uso, com a devida orientação aos usuários do sistema;

IX - disseminar informações relevantes sobre as facilidades da rede corporativa, credenciando usuários e estabelecendo condições de acesso à rede de comunicação de dados;

X - instalar, adaptar e atualizar os atuais sistemas operacionais em uso, bem como propor a implantação com a subsequente instalação e migração para sistemas operacionais, aplicativos e utilitários emergentes, baseados no conceito de software não proprietário;

XI - propor, desenvolver, realizar e supervisionar processos de treinamento sobre sistemas operacionais, programas e aplicativos de uso já consolidado, bem como as possíveis alternativas de novos sistemas operacionais, utilitários e aplicativos visando a universalização da informática, agilizar e melhorar o desempenho do usuário final;

XII - apoiar a Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC quanto ao estudo, elaboração e implantação de soluções corporativas de políticas de segurança da informação, em conformidade com os interesses da unidade organizacional, envolvendo todos os aspectos relevantes da instituição para a proteção, controle e monitoramento dos dados e dos recursos computacionais, trabalhando de forma coordenada com as demais unidades organizacionais e os organismos oficiais gestores da área de segurança de sistemas computacionais, objetivando a detecção, identificação, resolução e prevenção de incidentes de segurança;

XIII - gerenciar os dados e informações gerados durante a concretização de ações estruturadas recuperável e promover a disseminação de informações organizacionais;

XIV - gerenciar e controlar o acesso ao ambiente de rede, à internet e aos equipamentos de informática, visando maximizar a utilização dos mesmos;

XV - gerenciar, inventariar e controlar as licenças de software no CETEM;

XVI - especificar, gerenciar, acompanhar e implementar a operação física e lógica de redes locais;

XVII - auditar a utilização dos recursos computacionais, de acordo com as normas vigentes;

XVIII - orientar a execução de operações e manutenção da rede de comunicação de dados, bem como prover o suporte operacional da infraestrutura computacional;

XIX - dar suporte técnico aos usuários da rede, no que diz respeito à utilização dos equipamentos, hardware, softwares e serviços disponíveis;

XX - realizar diagnóstico para apuração de eventuais problemas em equipamentos ou na rede e gerenciar os serviços de manutenção contratados a terceiros;

XXI - realizar manutenção corretiva, adaptações e melhorias nos sistemas desenvolvidos, e atendimento das necessidades dos usuários; e

XXII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Da Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais

Art. 18. À Coordenação de Processamento e Tecnologias Minerais compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de estudos, de pesquisas e de desenvolvimento de tecnologias físico-químicas voltadas para o tratamento de minérios e minerais, em geral;

II - realizar, desenvolver e promover projetos e programas de desenvolvimento sustentável em atividades de extração e produção mineral com vistas a proteção do meio ambiente, ao estímulo e manutenção da economia e da melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas;

III - orientar e coordenar a execução de projetos pilotos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias destinadas a identificação de novos usos e maior economicidade no emprego de materiais mineral e metalúrgicos;

IV - orientar e coordenar o desenvolvimento a utilização de tecnologias limpas, de beneficiamento mineral aplicadas à reciclagem de materiais ao tratamento de rejeitos contaminados;

V - contribuir na elaboração e aplicação de tecnologias apropriadas em programas de desenvolvimento sustentado no âmbito da competência do órgão;

VI - coordenar e supervisionar a operação de instrumentos de medições necessários à realização de suas atividades técnicas e de pesquisa;

VII - colaborar, orientar e coordenar a elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido na sua área de competência;

VIII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

IX - identificar, promover e articular políticas de planejamento empresarial e governamental destinadas ao desenvolvimento sustentável da atividade de extração e produção mineral e materiais afins;

X - orientar ou colaborar na elaboração de relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XI - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de sua área competência; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 19. Serviço de Desenvolvimento de Processos Industriais compete:

I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento em escala de laboratório e de protótipos piloto a partir de processos de comunicação, concentração gravítica, separações magnética e eletrostática, flotação, desaguamento e secagem;

II - executar projetos de beneficiamento de minérios em escala piloto, bem como extrair dados para dimensionamento de usinas industriais, preservação ambiental e sustentabilidade econômica;

III - elaborar estudos de pré-viabilidade técnica e econômica de projetos na área mínero-metalúrgica e de meio ambiente;

IV - executar trabalho de campo, envolvendo amostragem de minérios, avaliação do desempenho de usinas de beneficiamento, estudos de impacto ambiental;

V - colaborar na elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido na sua área de competência;

VI - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

VII - colaborar, orientar e preparar relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

VIII - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de sua área competência; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 20. Ao Serviço de Desenvolvimento de Tecnologias Minerais compete:

I - realizar projetos de pesquisa na área de físico-química de interfaces e sistemas coloidais;

II - desenvolver ou aperfeiçoar procedimentos de avaliação e especificação de novos produtos minerais baseados em processos de flotação e floculação, bem como na área de reciclagem de materiais e descontaminação de resíduos;

III - executar serviços de caracterização físico-química de superfície de minerais e materiais, bem como pesquisas para modificar as propriedades superficiais visando novos usos;

IV - colaborar na elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido na sua área de competência;

V - participar do processo de negociação, bem como supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter, regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

VI - colaborar, orientar e preparar relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

VII - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de sua área competência; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IV

Da Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais

Art. 21. À Coordenação de Processos Metalúrgicos e Ambientais compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de estudos, de pesquisas e de desenvolvimento de tecnologias nas áreas de metalurgia extrativa em geral, como pirometalurgia, hidrometalurgia e extração por solventes, tratamento de efluentes, biotecnologia, eletroquímica, reciclagem e áreas correlatas;

II - orientar e coordenar a execução de projetos pilotos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias destinadas ao emprego de processos de metalurgia extrativa e de melhoria e preservação ambiental;

III - orientar e coordenar o desenvolvimento a utilização de tecnologias limpas, de extração de metais e de tratamento de rejeitos contaminados;

IV - contribuir na elaboração e aplicação de tecnologias apropriadas em programas de desenvolvimento sustentado no âmbito da competência do órgão;

V - coordenar e supervisionar a operação de instrumentos necessários à realização de suas atividades técnicas e de pesquisa;

VI - colaborar, orientar e coordenar a elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido na sua área de competência;

VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

VIII - orientar ou colaborar na elaboração de relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

IX - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de sua área competência; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 22. Ao Serviço de Tecnologias Limpas compete:

I - realizar pesquisas, estudos e diagnósticos em escala de laboratório, piloto e no campo visando desenvolver ou adaptar métodos de mitigação de impactos ambientais em áreas sob a influência de instalações industriais;

II - programar, realizar e supervisionar projetos, análise e desenvolvimento de processos e ensaios de laboratório e de campo em temas relativos à qualidade ambiental sob a influência de instalações industriais;

III - realizar a operação de instrumentos necessários à realização de suas atividades técnicas e de pesquisa;

IV - colaborar, orientar e coordenar a elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido na sua área de competência;

V - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

VI - colaborar, orientar e preparar relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

VII - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de sua área competência; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 23. Ao Serviço de Desenvolvimento de Processos Minerometalúrgicos e Biotecnológicos compete:

I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de metalurgia extrativa e tratamento ambiental de efluentes;

II - programar, realizar e supervisionar o desenvolvimento ou otimização de processos, bem como buscar alternativas de tecnologias de menor impacto ambiental;

III - programar e supervisionar a realização de projetos, ensaios de laboratório e de campo em temas relativos à análise e ao desenvolvimento de processos em metalurgia extrativa, entre outros;

IV - colaborar, orientar e coordenar a elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido na sua área de competência;

V - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

VI - colaborar, orientar e preparar relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

VII - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de sua área; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção V

Da Coordenação de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais

Art. 24. À Coordenação de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de estudos, análises e pesquisas para o desenvolvimento de metodologias voltadas ao apoio técnico a empresas de Rochas Ornamentais e Minerais Industriais, majoritariamente à micro e pequenas empresas na solução de problemas relacionados ao uso de tecnologias apropriadas, a melhoria de produtividade, redução de desperdícios, adequação legal, a preservação do meio ambiente, entre outros de caráter socioeconômico;

II - coordenar e supervisionar as ações do Núcleo Regional do Espírito Santo (NR-ES), localizado na Rodovia Cachoeiro Alegre, km 5, Morro Grande - Anexo ao IFES, Cachoeiro de Itapemirim (ES), previstas no Plano Diretor do CETEM (PDU);

III - efetuar estudos e pesquisas sobre aspectos econômicos, políticos e legais referentes aos recursos naturais brasileiros, em especial os minerais, seu aproveitamento e uso pela sociedade;

IV- desenvolver e/ou adaptar novas metodologias de abordagem de problemas que envolvem a sociedade, o meio ambiente e a produção de recursos naturais/minerais;

V - apoiar o setor industrial mineral brasileiro, na sua área de competência, por intermédio da disseminação de informação, dados e estudos e análises de seu interesse, ou solicitados pelas suas organizações mais representativas;

VI - prestar serviços tecnológicos, emitir certificados, elaborar relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais dentro de sua competência oficialmente reconhecida ou credenciada;

VII - disponibilizar apoio tecnológico a micro e pequenas empresas organizadas em arranjos produtivos locais (APL) de base mineral de forma direta, ou através de redes de apoio às quais o CETEM esteja associado;

VIII - subsidiar o Diretor do CETEM com estudos e diagnósticos sobre a produção e uso dos recursos naturais/minerais, incluindo aspectos relativos ao seu ciclo de vida e impactos ambientais;

IX - orientar, supervisionar e coordenar a elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido no âmbito do CETEM;

X - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional;

XI - orientar ou colaborar na elaboração de relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XII - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de suas áreas; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 25. Ao Serviço do Núcleo Regional do Espírito Santo compete:

I - implementar e executar processos gerenciais e técnicos do CETEM no Núcleo Regional do Espírito Santo - SENES;

II - executar as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação especializadas em Rochas Ornamentais e Minerais Industriais, com ênfase no atendimento de demandas das empresas do setor;

III - executar outras ações voltadas a estudos, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia mineral e ambiental, em temas ligados a bens minerais de interesse regional;

IV - prestar serviços tecnológicos, emitir certificados, elaborar relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais dentro de sua competência oficialmente reconhecida ou credenciada;

V - prestar assessoramento e consultoria a órgãos públicos e entidades privadas, com as quais haja celebração de contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;

VI - promover a difusão de conhecimento adquirido nacional e internacionalmente dos resultados de pesquisa e desenvolvimento tecnológico mediante a participação em congressos, seminários, palestras, artigos, livros, e utilizando os meios de disseminação da informação disponíveis;

VII - promover cursos, treinamentos e estágios destinados ao aprimoramento de sua equipe, bem como para a capacitação de mão de obra especializada em suas áreas de conhecimento e competência; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção VI

Da Coordenação de Análises Minerais

Art. 26. À Coordenação de Análises Minerais compete;

I - planejar, coordenar, supervisionar, desenvolver, otimizar e implementar metodologias analíticas para os projetos de pesquisa em desenvolvimento no CETEM, nas áreas mínero-metalúrgica e de controle do impacto ambiental;

II - desenvolver, otimizar e implementar métodos analíticos clássicos e instrumentais, visando a caracterização tecnológica de amostras de minérios, rochas, resíduos, ligas, produtos manufaturados, efluentes, de origem ambiental e similares;

III - emitir certificados de análises químicas;

IV - coordenar projetos de química analítica aplicada às áreas mineral e ambiental;

V - disponibilizar consultorias em qualidade laboratorial, metrologia e estatística, bem como para a implementação de laboratórios analíticos de pequeno porte, aplicados às áreas mínero-metalúrgica e de controle do impacto ambiental;

VI - coordenar programas interlaboratoriais para validação de métodos analíticos;

VII - conduzir processo de certificação dos laboratórios de química analítica, assim como ações contínuas para manter a certificação;

VIII - orientar e coordenar o desenvolvimento de pesquisas em técnicas para caracterização tecnológica de minérios, materiais, gemas e do meio ambiente;

IX - coordenar e supervisionar procedimentos de caracterização tecnológica de gemas, minérios e materiais, incluindo rejeitos industriais, visando seu melhor uso e aplicações de impactos ambientais, através da caracterização de constituintes geoquímicos naturais e antropogênicos e detectar possíveis tratamentos aos quais estes possam ter sido submetidos;

X - orientar, supervisionar e coordenar a elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido no âmbito do CETEM;

XI - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional;

XII - orientar e colaborar na elaboração de relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XIII - interagir com as demais unidades do CETEM, na execução de projetos de suas áreas;

XIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades do Setor de Caracterização Tecnológica - SECAT do CETEM; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 27. Ao Setor de Caracterização Tecnológica compete:

I - desenvolver e realizar pesquisas em técnicas para caracterização tecnológica de minérios, materiais, gemas e do meio ambiente;

II - realizar procedimentos de caracterização tecnológica de gemas, minérios e materiais, incluindo rejeitos industriais, visando seu melhor uso e aplicações de impactos ambientais, através da caracterização de constituintes geoquímicos naturais e antropogênicos e detectar possíveis tratamentos aos quais estes possam ter sido submetidos;

III - colaborar, orientar e preparar relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável; e

IV- exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção VII

Da Coordenação de Administração

Art. 28. À Coordenação de Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de tecnologia da informação, recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades fins do CETEM;

III - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;

V - fornecer infraestrutura administrativa às unidades organizacionais, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;

VI - coordenar a execução de compras no País e no exterior, como também a administração de bens e serviços;

VII - prestar assessoramento e apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;

VIII - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento às solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externo;

IX - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

X - orientar, supervisionar e coordenar as atividades da Seção de Tecnologia da Informação - SEIN do CETEM; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 29. Ao Serviço de Contabilidade, Orçamento e Finanças compete:

I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual;

II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;

III - promover a avaliação da execução orçamentária e financeira, elaborando relatórios gerenciais;

IV - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;

V - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;

VI - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;

VII - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;

VIII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;

IX - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

X - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XI - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;

XII - dar suporte a elaboração das tomadas de contas;

XIII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 30. Ao Serviço de Gestão de Recursos Humanos compete:

I - participar da definição de políticas, diretrizes e metas relacionadas a sua área de atuação;

II - identificar necessidades de treinamento, planejar e viabilizar a realização e ou participação em cursos, encontros, palestras, seminários e similares, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos;

III - estruturar sistema de avaliação de desempenho funcional, bem como os processos de avaliação de estágio probatório, de avaliação de desempenho para fins de promoção/progressão, gratificação de desempenho, de qualificação e de retribuição de titulação, de forma a garantir a efetividade e eficácia do modelo adotado;

IV - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;

V - preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, e expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;

VI - efetuar o registro, controle, atualização e acompanhamento dos sistemas de frequência, dados cadastrais de servidores, recadastramento de inativos e pensionistas, marcação e gozo de férias de pessoal ativo, preenchimento de cargos e funções de confiança, acumulação de cargos e funções, admissão e exoneração de servidores, e publicação de portarias;

VII - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;

VIII - analisar processos de revisão de proventos e pensões;

IX - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;

X- preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;

XI - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestados aos servidores e seus dependentes;

XII - controlar as atividades relativas à licenças médicas e consultar junta médica para fins de perícia;

XIII - coordenar, acompanhar e operacionalizar o programa voltado para estagiários no âmbito do CETEM;

XIV- aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério, as orientações emanadas daquela unidade;

XV - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessários a realização de projetos, contratos e convênios e outros acordos firmados pelo CETEM;

XVI- elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

XVII - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável; e

XVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 31. Ao Serviço de Material, Patrimônio e Infraestrutura compete:

I - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras e terceirização;

II - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;

III - receber, conferir, aceitar e armazenar, observadas as especificações de compra, os materiais adquiridos pelo órgão;

IV - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;

V - prover as necessidades de material;

VI - registrar e controlar os materiais em estoque;

VII - fornecer o material regularmente requisitado, observando as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;

VIII - zelar para que os materiais existentes em estoque estejam armazenados de forma adequada e em local apropriado e seguro;

IX - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;

X - preparar os processos de dispensa de inexigibilidade de licitação e providenciar as respectivas ratificações, de acordo com a legislação específica;

XI - apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, quando necessário, a elaboração de convites e editais de licitação;

XII - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, assim como no Sistema de Convênios - SICONV;

XIII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;

XIV - fornecer, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;

XV - classificar, registrar, cadastrar e tombar bens patrimoniais;

XVI - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação, reavaliação e alienação de bens móveis;

XVII - registrar transferência de responsabilidade por guarda e uso de bens patrimoniais;

XVIII - promover mudança, remanejamento, recolhimento e redistribuição de bens móveis;

XIX - atestar o recebimento de materiais em nota fiscal, fatura ou documento equivalente;

XX - elaborar, mensalmente, demonstrativo contábil de materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, bem como de bens patrimoniais adquiridos, movimentados e nos quais foram efetuados baixas;

XXI - coordenar, controlar e executar as atividades de importação e exportação de materiais e bens patrimoniais;

XXII - administrar e executar as atividades referentes à concessão de diárias e passagens;

XXIII - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos decorrentes da contratação de energia elétrica, água e telefonia, registrando as informações referentes ao consumo de energia elétrica e de água, no Sistema do Projeto Esplanada Sustentável - SisPES.

XXIV - administrar as atividades, relacionadas ao recebimento, registro, distribuição, circulação de correspondências, expedição de documentos e de malotes;

XXV - coordenar, supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza e conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

XXVI - coordenar e controlar as atividades de segurança da instituição, como vigilância, monitoramento por câmeras, sistema de alarmes, prevenção contra incêndio, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências da instituição;

XXVII - acompanhar e providenciar a manutenção dos veículos oficiais e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

XXVIII - promover medidas para manter atualizada a documentação dos veículos oficiais, assim como adotar os procedimentos quanto a operação, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos;

XXIX - gerenciar tecnicamente a demanda de energia elétrica, de água e de outros insumos, introduzindo controle informatizado e promovendo ações para diminuir seus gastos;

XXX - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável; e

XXXI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃO COLEGIADO

Seção I

Do Conselho Técnico Científico

Art. 32. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função consultiva e de assessoramento na implementação da política científica e tecnológica da unidade de pesquisa.

Art. 33. O CTC contará com onze membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência e tecnologia, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do CETEM, que o presidirá;

II - um Coordenador;

III - três servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

IV - três membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do CETEM; e

V - três membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do CETEM.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos III, IV e V terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) o do inciso II será indicado pelo Diretor;

b) os do inciso III serão indicados a partir de cinco nomes obtidos a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade, entre os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

c) os do inciso IV serão indicados pelo CTC; e

d) os do inciso V serão indicados a partir de listas tríplices elaboradas pelo CTC, na forma do regimento interno.

Art. 34. Compete ao CTC:

I - apreciar e opinar a respeito da implementação da política científica e tecnológica, sobre suas prioridades e sobre a programação anual e/ou plurianual de suas atividades;

II - emitir pareceres relativamente aos programas científicos e tecnológicos, bem como avaliar seus resultados, para que melhor possam atender às políticas de trabalho definidas;

III - contribuir para a melhoria dos planos de trabalho;

IV - avaliar, quando solicitado, programas, projetos e atividades a serem implementados;

V - propor novas atividades de ciência e tecnologia a serem desenvolvidas, julgadas adequadas e prioritárias, após avaliados os esforços e recursos a serem envolvidos;

VI - apreciar avaliações do desempenho institucional realizadas segundo indicadores pré-definidos pelo MCTIC;

VII - apreciar modelo de avaliação de desempenho do quadro de pesquisadores e tecnologistas do CETEM, proposto pelo Diretor;

VIII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor; e

IX - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado da Ciência, e Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 35. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 36. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do CETEM;

II - exercer a representação do CETEM;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 37. Aos coordenadores incumbe planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 38. Aos chefes incumbe supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O CETEM celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um termo compromisso de gestão em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 40. O Diretor poderá, desde que isso não implique em aumento de despesa, instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do CETEM, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do CETEM.

Art. 41. O CETEM atuará em colaboração com organizações públicas e privadas, visando o alcance de sua missão institucional.

Art. 42. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.145, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O CETENE é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede do CETENE está localizada na Av. Prof. Luiz Freire nº 01 - Cidade Universitária, na cidade de Recife, PE, onde se encontra instalada sua administração central.

Art. 4º O CETENE tem como missão desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste Brasileiro, promovendo cooperações baseadas em redes de conhecimento e nos agentes da economia nordestina.

Art. 5º Ao Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE compete:

I - executar atividades, programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento;

II - prestar serviços técnicos especializados no âmbito de sua competência;

III - desenvolver estudos e propor diretrizes para a formulação de políticas ou para a execução de programas no campo da tecnologia no âmbito de suas competências;

IV - estabelecer e manter intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, bem como de transferência de tecnologia com instituições de pesquisa e ensino, e outras entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - capacitar recursos humanos em suas áreas de competência;

VI - emitir certificados, relatórios e laudos técnicos, bem como criar padrões de acordo com as normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

VII - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;

VIII - manter e operar, direta ou indiretamente, escritórios, laboratórios e unidades regionais; e

IX - criar mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas própria.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico - COTEC

II - Coordenação de Gestão Administrativa - COGEA

a) Divisão de Orçamento e Finanças - DIORF

b) Serviço de Pessoal - SESEP

Art. 7° O Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico Científico - CTC.

Art. 8º O CETENE será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTI C a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nomeará diretor interino e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação do diretor.

Art. 10. As coordenações do CETENE serão chefiadas por Coordenador, as divisões, os serviços e a seção por Chefes, cujos cargos em comissão, exceto as Funções Gratificadas, serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão e função gratificada serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico

Art. 12. À Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, destinados ao uso de tecnologias emergentes para o Nordeste;

II - transferir tecnologia, prestar serviços técnicos no âmbito de sua competência, à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias, na forma da legislação em vigor;

III - interagir e prestar assessoramento e consultoria a órgãos públicos e entidades privadas que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral com o CETENE; e

IV - promover a gestão da inovação, acompanhando um processo estruturado e contínuo que possibilite novas formas de criação de valor e de antevisão das demandas e tendências sociais e tecnológicas.

Seção II

DA Coordenação de Gestão Administrativa

Art. 13. À Coordenação de Gestão Administrativa compete:

I - supervisionar a programação e a execução orçamentária e financeira dos recursos consignados ao CETENE, para o do desenvolvimento de recursos humanos, da administração de pessoal, manutenção predial, informática, e do suprimento de bens e serviços, comunicação institucional e controle de almoxarifado e patrimônio;

II - consolidar a elaboração da proposta orçamentária, anual e plurianual, no âmbito do CETENE;

III - promover ações de caráter estratégico e operacional, ligadas ao CETENE, relativas à integração da programação física e a execução orçamentária e financeira, por meio de processos administrativos;

IV - controlar os registros referentes à execução orçamentária e financeira, de contratos e convênios, bem como os registros contábeis dos recursos consignados ao CETENE; e

V - acompanhar e responder à auditoria externa.

Art. 14. À Divisão de Orçamento e Finanças compete:

I - executar as atividades relativas aos sistemas de planejamento operacional, programação e orçamento, e administração financeira;

II - implantar e executar a programação orçamentária e financeira e controlar os registros referentes à contabilização dos recursos consignados ao CETENE;

III - executar e acompanhar as ações relativas à aquisição de bens e serviços, comunicação administrativa, guarda de documentos, segurança e higiene do trabalho, e almoxarifado e patrimônio; e

IV - administrar o cadastro de regularidade junto aos órgãos federais, estaduais e municipais dos fornecedores de bens e serviços.

Art. 15. Ao Serviço de Pessoal compete:

I - realizar o recrutamento, seleção, admissão e desligamento de pessoal, na forma da Lei nº 8112/90;

II - efetuar levantamento de necessidades de capacitação e treinamento de pessoal;

III - propor a política de valorização do quadro funcional do CETENE;

IV - processar toda a rotina da área de pessoal envolvendo folha de pagamento, licenças, afastamentos, aposentadorias, férias, frequência, e saúde do servidor;

V - efetuar o registro e controle dos terceirizados, consultores e demais colaboradores que compõem a equipe de pessoal do CETENE; e

VI - efetuar o registro e controle dos estagiários e bolsistas em capacitação no CETENE.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃO COLEGIADO

Seção I

Do Conselho Técnico Científico

Art. 16. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CETENE.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 17. O CTC contará com onze oito membros, todos designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do CETENE, que o presidirá;

II - um Coordenador do CETENE;

III - dois servidores, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

IV - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do CETENE; e

V - dois membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do CETENE.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos III, IV e V terão o mandato de três anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso III serão indicados a partir de lista de cinco nove nomes, obtida a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade de Pesquisa, entre servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico; e

b) os do inciso II, IV e V serão indicados pelo Diretor.

Art. 18. Ao CTC compete:

I - apreciar e supervisionar a implantação da política científica e tecnológica e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implantados;

III - acompanhar a avaliação de desempenho dos servidores das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCTIC;

V - participar efetivamente, por intermédio de um de seus membros externos ao CETENE, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e

VI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 19. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 20. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do CETENE;

II - exercer a representação do CETENE;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC;

IV - conceder declarações e certificados de capacitação e treinamento de recursos humanos;

V - aprovar a tabela de preços dos serviços técnicos especializados, prestados a terceiros, bem como negociar valores para os projetos e tecnologias gerados/desenvolvidos com o CETENE; e

VI - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 21. Aos coordenadores incumbe planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 22. Aos chefes incumbe supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O CETENE celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um termo compromisso de gestão do CETENE e da DPO em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 24. O Diretor poderá, desde que isso não implique em aumento de despesa, instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do CETENE, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do CETENE.

Art. 25. O CETENE atuará em colaboração com organizações públicas e privadas, visando o alcance de sua missão institucional.

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas, surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor do CETENE, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.146, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 834, de 18 de dezembro 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 19 de dezembro de 2002, nº 512, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 907, de 4 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 6 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O CTI é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, e pode ser apoiada por fundação privada nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º A sede do CTI está localizada à Rodovia D. Pedro I, km 143,6 - Amarais, na cidade de Campinas - SP.

§ 1º É parte da estrutura do CTI o Parque Tecnológico CTI - Tec, criado pela portaria MCT nº 877 de 20 de outubro de 2010.

§ 2º É parte da estrutura do CTI o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA, instituído pela Portaria MCT nº 139, de 23 de fevereiro de 2012.

§ 3º Integra a estrutura do CTI o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, disciplinado por Portaria do Diretor que disporá a respeito de seu funcionamento e atribuições em conformidade com a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e legislação correlata.

Art. 4º É parte integrante do CTI o Núcleo Regional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia da Informação no Nordeste, CTI-NE, com sede em Fortaleza, estado do Ceará, consolidado a partir do Escritório de Cooperação e Promoção da Inovação no Estado do Ceará, autorizado pela Portaria nº 995, de 29 de dezembro de 2006, e em operação desde então.

§ 1º O CTI poderá instalar mais 3 (três) unidades descentralizadas, na forma de Núcleos Regionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P,D&I nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, como estratégia de descentralização de sua atuação e difusão regional de suas especialidades. A criação de novas unidades descentralizadas deve ser aprovada pelo Ministro.

§ 2º Caberá aos Núcleos Regionais do CTI realizar Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em áreas pertinentes à sua missão regimental.

§ 3º O CTI poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas e privadas para execução de atividades de P,D&I por meio de seus Núcleos Regionais.

Art. 5º O CTI tem por missão gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em Tecnologia da Informação, em articulação com os agentes socioeconômicos, promovendo inovações que atendam às necessidades da sociedade.

Art. 6º Ao Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI compete:

I - promover, executar projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação nas áreas de energia, saúde, segurança, justiça, governo, transporte, comunicações, habitação, educação, agricultura e pecuária, indústria, meio-ambiente, trabalho, inclusão social, urbanismo, defesa, esportes, cultura e recursos naturais;

II - utilizar seus resultados em aplicações de utilidade e interesse socioeconômicos, principalmente no contexto de políticas públicas;

III- produzir técnicas e métodos para educação científica e tecnológica, sempre buscando excelência, integridade e ética na aplicação dos métodos científicos e de engenharia, bem como nas atividades de gestão pública;

IV - desenvolver competências nas suas áreas de atuação tecnológica e disponibilizar serviços de apoio às empresas, ao governo e à sociedade em geral, sempre buscando envolver inovação, atuar em área estratégica ou em setor com notória escassez de oferta;

V - instalar e operar infraestrutura laboratorial de âmbito nacional para uso compartilhado nos moldes de laboratórios abertos ou multiusuários, acessíveis a pesquisadores internos e externos ao CTI;

VI - desenvolver atividades e projetos inovadores que assegurem o acompanhamento e o desenvolvimento de tecnologias de ponta, contribuindo para a emergência de novas tecnologias, inclusive aquelas consideradas alternativas de baixo custo de produção;

VII - atuar como articulador nacional de projetos na implementação das políticas de governo na área de sua competência;

VIII - contribuir, através de suas competências, para a formulação de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento humano, visando o avanço social, cultural, econômico, político e ambiental da sociedade;

IX - atuar na qualificação de produtos e processos nas suas áreas de atuação tecnológica e emitir pareceres técnicos em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

X - gerir e desenvolver as atividades de apoio e promoção às empresas de base tecnológica, sua incubação e sua inserção nos mercados nacional e internacional;

XI - promover a formação e a capacitação de recursos humanos e a difusão de conhecimentos nas suas áreas de atuação tecnológica, através de esforços próprios ou por meio de cooperação com outras instituições nacionais ou internacionais;

XII - promover um ambiente plural, capaz de estimular o interesse público, a meritocracia, a aproximação com o setor produtivo e a livre circulação de ideias;

XIII - implementar projetos estruturantes envolvendo entidades de ensino, pesquisa e empresas, de forma a contribuir com o esforço nacional de desenvolvimento de tecnologia e suas aplicações;

XIV - promover e executar as ações necessárias para implementação de arranjos multi-institucionais, que permitam o desenvolvimento de complexos tecnológico, científicos, educacionais e produtivos;

XV - adotar as medidas de segurança adequadas ao funcionamento dos laboratórios e instalações do CTI, de acordo com a legislação pertinente, inclusive no tocante ao descarte de resíduos, com auxílio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA, com vistas a proteger seus colaboradores e o meio-ambiente;

XVI - atender aos dispostos das Leis de Inovação, de Informática e de Fundações de Apoio, no âmbito de sua atuação;

XVII - expandir regionalmente sua atuação no desenvolvimento da tecnologia da informação, mediante estabelecimento de núcleos de pesquisa, escritórios ou campi avançados regionais;

XVIII - fomentar a participação de representantes da comunidade científica, tecnológica, empresarial ou local, na definição, gestão e execução das políticas públicas sob sua responsabilidade;

XIX - gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em tecnologia da informação e em áreas correlatas, além de produzir e fornecer à sociedade componentes, equipamentos e sistemas, software, métodos e protótipos, abrangendo também ações em qualificação de produtos eletrônicos, em resíduos eletrônicos, em tecnologia assistiva, em fotônica, em células solares, em sistemas eletrônicos para monitoramento ambiental e climático, incluindo alerta antecipado de catástrofes, em manufatura avançada, Design House, em automação, em robótica, em visão computacional, aprendizado de máquina, reconhecimento de padrões, em redes, em engenharia de software, em qualidade de software, em qualidade de processos, em mostradores de informação, em sistemas para a gestão de informação, em sistemas para a gestão empresarial, em sistemas para avaliação e gestão de políticas públicas, em pesquisa operacional, em simulações diversas, em segurança da informação e forense computacional, em micro e nanoestruturas, em materiais, em processos físico-químicos, em microeletrônica, em empacotamento eletrônico, em sistemas corporativos, em disseminação científica e tecnológica, entre outros;

XX - atuar em articulação com os agentes socioeconômicos, oferecendo para a sociedade brasileira saberes, competências, capacitação, metodologias, serviços, produtos e soluções, principalmente aquelas de caráter inovador, voltadas para a promoção do desenvolvimento humano; e

XXI - contribuir para a evolução das políticas públicas definidas pelo Governo Federal com forte interação com os setores produtivo, educacional, cultural e acadêmico e realizar atividades de produção e oferta de bens e serviços inovadores, nas suas áreas de conhecimento, estrategicamente selecionados em prol do desenvolvimento do país.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Centro do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria:

a) Coordenação de Atuação Regional - COARE

b) Coordenação de Planejamento e Melhoria de Processos - COPMP

1. Divisão de Relações Institucionais - DIRIN

2. Divisão de Acompanhamento e apoio a Políticas em Tecnologia Digital - DIPTD

3. Divisão de Acompanhamento e apoio a Políticas em Tecnologia Social - DIPTS

II - Coordenação-Geral de Competências Institucionais - CGCI

a) Coordenação do Laboratório Aberto e Parque Tecnológico - COLAB

1. Divisão de Infraestrutura para Caracterização e Qualificação - DICAQ

2. Divisão de Infraestrutura para Nano e Microssistemas - DINAM

3. Divisão de Infraestrutura para Sistemas Mesoscópicos - DIMES

4. Divisão de Infraestrutura para Sistemas Mecatrônicos e Eletrônicos - DIMEC

b) Divisão de Infraestrutura Computacional e Sistemas de Informação - DICSI

c) Divisão de Infraestrutura Predial e Manutenção - DIPMA

d) Divisão de Projetos de Infraestrutura - DIPIN

e) Divisão de Inovação Tecnológica - DITEC

III - Coordenação-Geral de Projetos e Serviços - CGPS

a) Divisão de Gestão, Acompanhamento e Controle da Prestação de Serviços - DIGPS

b) Divisão de Gestão, Acompanhamento e Controle de Contratos e Convênios de P&D&I - DIPDI

c) Divisão de Planejamento e Análise de Desempenho - DIPAD

IV - Coordenação-Geral de Administração - CGAD

a) Divisão de Logística e Apoio Administrativo - DILAD

b) Divisão de Suprimentos - DISUP

c) Divisão de Material e Patrimônio - DIMPA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

d) Divisão de Gestão de Pessoas - DIGEP

e) Divisão de Finanças - DIFIN

Art. 8º O Centro do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico-Científico - CTC.

Art. 9º O CTI será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, o Diretor contará com um Assessor Técnico, que será responsável por estruturar e atualizar os procedimentos internos de conformidade e integridade, no âmbito do CTI, observando as normas aplicáveis.

Art. 10. O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República nomeará Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do novo Diretor.

Art. 11. As Coordenações-Gerais serão chefiadas por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador e as Divisões por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º O CTI poderá criar Núcleos, através de Portaria do Diretor, voltados para o desenvolvimento das áreas de competência do CTI exemplificadas no Art. 6º deste regimento.

§ 2º Os Núcleos serão constituídos por servidores designados por portaria, dentre os quais será designado um coordenador.

§ 3º O regime de criação, operação e extinção de Núcleos será objeto de regimento próprio a ser aprovado pelo CTC.

Art. 12. Os ocupantes dos cargos em comissão e funções gratificadas serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado por ele e designado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Diretoria

Art. 13. À Coordenação de Atuação Regional compete:

I - acompanhar, promover, apoiar e divulgar projetos para expansão regional da atuação do CTI, mediante estabelecimento de núcleos de pesquisa, escritórios ou campi regionais no País;

II - informar e apoiar a Direção do CTI na gestão de projetos para expansão regional da atuação do CTI;

III - auxiliar a direção do CTI na interlocução com os núcleos de pesquisa, escritórios ou campi avançados regionais do CTI estabelecidos no país, quando pertinente;

IV - gerir os processos de negociação de projetos e serviços com entidades externas, no âmbito de sua região de atuação;

V - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Parágrafo único. As reuniões ocorridas nos processos de negociação mencionados no inciso IV deverão ser realizadas sempre com a presença de dois servidores e registradas em ata, em conformidade com o Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, e com os demais regulamentos pertinentes.

Art. 14. À Coordenação de Planejamento e Melhoria de Processos compete:

I - assessorar o CTI nos assuntos relacionados ao planejamento estratégico da instituição, à gestão de projetos especiais, à gestão dos planos plurianuais e programas governamentais, bem como na melhoria do Regimento Interno, quando pertinente;

II - promover o desenvolvimento dos processos de qualidade, planejamento, controle e integridade;

III - acompanhar a realização das ações, atividades e projetos estruturantes previstos no Plano Estratégico, propondo intervenções para sua consecução;

IV - coordenar as atividades pertinentes à elaboração do Termo de Compromisso de Gestão (TCG), ou documento equivalente, bem como respectivas avaliações;

V - promover a melhoria dos processos internos e a divulgação das melhores práticas administrativas;

VI - exercer as funções de Ouvidoria do CTI, promovendo a elaboração das normas pertinentes;

VII - avaliar, em termos dos indicadores previstos no TCG, ou documento equivalente, a concretização dos projetos e o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão do CTI;

VIII - manter atualizados os registros das informações pertinentes às suas atribuições no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 15. À Divisão de Relações Institucionais compete:

I - dar assistência ao Diretor na representação política e institucional do CTI e na organização da agenda da Direção;

II - coordenar as atividades de comunicação social, manutenção da imagem institucional e de relações públicas;

III - gerenciar a biblioteca e o conteúdo fornecido pelas unidades a ser publicado nas páginas da Internet e Intranet e submeter ao Diretor para aprovação;

IV - coordenar a logística de organização de eventos do CTI;

V - coordenar a recepção e acompanhamento de visitas nas dependências do CTI;

VI - responder pelo cerimonial do CTI;

VII - promover o acesso e publicidade de informações de acordo com a legislação vigente, em particular o que está previsto nas Leis nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, bem como nas portarias internas e boletins de serviço;

VIII - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

§ 1º A aprovação de que trata o inciso III poderá ser delegada pelo Diretor para servidor ou comissão editorial.

§ 2º As atividades previstas no inciso VII poderão ser realizadas em cooperação com outras divisões do CTI, mediante designação por portaria.

Art. 16. À Divisão de Acompanhamento e Apoio a Políticas em Tecnologia Digital compete, além de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Diretor pertinentes à sua área de competência ou inerentes à Administração Pública:

I - executar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento em metodologias de acompanhamento e avaliação de projetos e de políticas públicas em tecnologias digitais;

II - acompanhar, promover, apoiar e divulgar projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia digital;

III - informar e apoiar a direção do CTI na gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia digital;

IV - atuar como articulador de projetos na implementação das políticas de governo na área de tecnologia digital;

V - contribuir, através de suas competências, para a formulação e na modelagem de políticas públicas na área de tecnologia digital, voltadas para o desenvolvimento sustentado e sustentável;

VI - acompanhar e assistir a Direção do CTI nas atividades de apoio e promoção às empresas de base tecnológica, sua incubação e sua inserção nos mercados nacional e internacional;

VII - promover e apoiar a formação e a capacitação de recursos humanos e a difusão de conhecimentos na área de tecnologia digital;

VIII - promover e apoiar a formação e a capacitação de recursos humanos e a difusão de conhecimentos na área de formulação e avaliação de políticas públicas em tecnologia digital;

IX - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 17. À Divisão de acompanhamento e apoio a Políticas em Tecnologia Social compete:

I - gerir o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, de acordo com as competências definidas na Portaria MCTI nº 139, de 23 de fevereiro de 2012;

II- acompanhar, promover, apoiar e divulgar projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia social;

III - informar e apoiar a Direção do CTI na gestão de projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia social;

IV - atuar como articulador de projetos na implementação das políticas de governo na área de tecnologia social;

V - contribuir, através de suas competências, para a formulação e na modelagem de políticas públicas na área de tecnologia social, voltadas para o desenvolvimento sustentado;

VI - acompanhar e assistir a Direção do CTI nas atividades de apoio e promoção às empresas de base tecnológica, sua incubação e sua inserção nos mercados nacional e internacional;

VII - promover e apoiar a formação e a capacitação de recursos humanos e a difusão de conhecimentos na área de tecnologia social;

VIII - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção II

Da Coordenação-Geral de Competências Institucionais

Art. 18. À Coordenação-Geral de Competências Institucionais compete:

I - coordenar e planejar as ações no desenvolvimento dos processos tecnológicos, bem como os recursos logísticos necessários para operação e evolução das Divisões Tecnológicas responsáveis pela infraestrutura de laboratórios do CTI, de forma a garantir que as lideranças técnico-científicas do CTI, bem como as externas, possam efetivamente usufruir de competências efetivamente operacionais e no estado da arte;

II - contribuir para a proposição de metas para os indicadores institucionais de desempenho e qualidade, acompanhando sua evolução e tomando as providências necessárias para atingir as metas do Plano Estratégico;

III - desenvolver políticas de capacitação para excelência em tecnologias-chave da informação, incluindo a promoção do sistema de qualidade das competências do CTI;

IV - orientar a formação e atualização do acervo de conhecimentos técnico-científicos do CTI, em particular do sistema de registro das instruções de execução de processos de laboratório físicos ou virtuais, bem como da respectiva capacitação dos usuários internos ou externos dos laboratórios;

V - estabelecer competências para o desenvolvimento de tecnologias portadoras de futuro, visando à consolidação da base tecnológica brasileira no setor e, especificamente, o portfólio de competências do CTI;

VI - orientar e supervisionar o registro do conhecimento tecnológico e científico gerado pelos projetos das Divisões Tecnológicas responsáveis pela infraestrutura do CTI no Sistema de Informações da entidade;

VII - zelar pela sustentabilidade do esforço de disponibilização de competências científico-tecnológicas;

VIII - coordenar as discussões dos comitês de usuários das diversas competências tecnológicas do CTI, visando garantir o bom atendimento de suas demandas; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

§ 1º Os comitês de usuários de que trata o inciso VIII serão nomeados pelo Diretor e deverão contar com a participação da CGPS, da CGCI e da COLAB.

§ 2º Os comitês de usuários serão prioritariamente constituídos por servidores da CGPS.

§ 3º Os comitês de usuários deverão ter agenda regular de reuniões, definida em regimento próprio.

Art. 19. À Coordenação do Laboratório Aberto e Parque Tecnológico compete:

I - chefiar a DICAQ, DINAM, DIMES e DIMEC, coordenando a oferta de infraestrutura laboratorial em âmbito nacional para uso compartilhado, nos moldes de laboratórios abertos ou multiusuários, acessíveis a pesquisadores internos e externos ao CTI;

II - caberá à COLAB observar norma regulamentadora específica sobre critérios de funcionamento dos laboratórios do CTI, visando excelência, qualidade, disponibilidade e seu efetivo compartilhamento interno e externo;

III - coordenar as ações necessárias para a manutenção/obtenção de certificações que garantam a qualidade de operação da infraestrutura laboratorial do CTI;

IV - coordenar a implantação de metodologia de controle do centro de custos da infraestrutura laboratorial do CTI, de modo a garantir a sustentabilidade e atualização dos laboratórios, utilizando, dentre outras ferramentas adequadas, a implantação de sistema de ordens de serviço e de agendamento para gestão da utilização da infraestrutura;

V - garantir o acesso dos pesquisadores do CTI aos laboratórios sempre que solicitado por Núcleo ou do Grupo de Trabalho, de acordo com os critérios de agendamento, disponibilidade e capacitação dos usuários, como pré-estabelecido em norma própria;

VI - garantir que a utilização da infraestrutura da COLAB por não-servidores públicos só ocorra no contexto de projetos coordenados por membros participantes de Núcleos e Grupos de Trabalho;

VII - atuar para garantir o funcionamento de equipes de operação, manutenção e qualidade voltadas para a infraestrutura laboratorial, zelando por sua capacitação constante na operação dos aparelhos e de processos;

VIII - coordenar as divisões da COLAB, com auxílio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA, visando a adoção constante de medidas de segurança adequadas ao funcionamento dos laboratórios do CTI, de acordo com a legislação pertinente, inclusive no tocante ao descarte seguro de resíduos;

IX - zelar pela adoção das medidas necessárias para garantir o pleno funcionamento da infraestrutura laboratorial do CTI em condições adequadas de segurança, solicitando a alocação dos recursos orçamentários, materiais, humanos e organizacionais necessários para tanto, recomendando as ações para adaptar as instalações quando estas não estiverem em padrões aceitáveis de funcionamento, podendo, em última análise, propor a interdição parcial do laboratório;

X - contribuir para o planejamento e coordenação das ações necessárias para implantação de arranjos multi-institucionais que permitam o desenvolvimento de complexos tecnológicos, científicos, educacionais e produtivos, com a participação de servidores e não-servidores nas atividades de pesquisa;

XI - propor norma interna, a ser amplamente discutida, que vise disciplinar as hipóteses, requisitos e limites para a utilização da infraestrutura laboratorial do CTI em projetos de pesquisa e desenvolvimento dos servidores responsáveis pela gestão desta infraestrutura;

XII - manter atualizados os registros das informações pertinentes às suas atribuições no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

XIII - interagir com a ouvidoria do CTI, visando esclarecer dúvidas e reclamações referentes à disponibilidade dos recursos laboratoriais para servidores e não-servidores, nos termos da norma que estiver vigente;

XIV - zelar pela satisfação de todos os usuários do laboratório aberto do CTI; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

§ 1º A definição da infraestrutura integrante do laboratório aberto, bem como sua evolução, deverá ocorrer de forma participativa, com protagonismo dos Núcleos de Pesquisa e Grupos de Trabalho.

§ 2º O CTI estabelecerá norma própria, amplamente discutida em comitês de usuários, para

disciplinar as condições nas quais membros das divisões da COLAB poderão utilizar a própria infraestrutura em seus projetos de pesquisa, como previsto no inciso XI.

§ 3º Todas as atividades de pesquisa realizadas internamente às divisões integrantes da COLAB, bem como a evolução de suas competências, deverão ser aprovadas por comitê de usuários externos a esta coordenação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º O portfólio de serviços oferecido pelas divisões da COLAB deverá ser amplamente discutido e aprovado por comitê de usuários externos a esta coordenação.

§ 5º É vedada a participação dos membros das divisões da COLAB em núcleos de pesquisa internos ao CTI.

§ 6º Os membros das divisões da COLAB não poderão receber atribuição de coordenador de Grupo de Trabalho, exceto nos casos em que o GT tenha a finalidade de promover a evolução da infraestrutura própria da divisão, ou em casos de força maior.

§ 7º A participação de membros das divisões da COLAB na prestação de serviços ou no desenvolvimento de projetos voltados para clientes externos ao CTI só poderá ocorrer sob a coordenação de membros de Núcleos ou de Grupos de Trabalho, salvo casos de força maior.

§ 8º É vedada a gestão direta de recursos oriundos de serviços e projetos externos por membros das divisões da COLAB.

§ 9º O chefe de uma divisão da COLAB poderá propor a constituição de fundos visando garantir a sustentabilidade de sua infraestrutura e competências relacionadas, desde que não envolvam a contraprestação direta de serviços para entidades externas.

§ 10º Caberá à CGCI, em conjunto com a CGPS, promover a sustentabilidade da infraestrutura de laboratórios da COLAB.

§ 11º Caberá à Diretoria do CTI estabelecer um conjunto de portarias que regulem o estímulo à inovação e sustentabilidade dos sistemas CGCI/CGPS, no contexto das Leis nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, e da legislação correlata.

Art. 20. À Divisão de Infraestrutura para Caracterização e Qualificação compete:

I - gerir, no contexto da infraestrutura sob sua responsabilidade, os sistemas de:

a) agendamento de equipamentos;
b) centro de custos;
c) contratos de manutenção e de licenças de software;
d) compartilhamento de serviços;
e) capacitação de usuários;
f) infraestrutura básica; e
g) ordens de serviço internas, adotando uma postura de prestador de serviços aos usuários externos à COLAB, garantindo a regularidade do funcionamento do sistema de qualidade, quando pertinente;

II - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento, desde que ocorram de forma secundária e não conflitante com o papel principal de atendimento aos usuários externos à divisão, nos termos da regulamentação mencionada nos termos do §2º e inciso XI do Art. 19 deste regimento;

III - disponibilizar, aos usuários externos à divisão, métodos e técnicas de caracterização, qualificação e análise de "hardware", voltados para o processo de manufatura ou para o produto eletrônico em si, bem como para seus componentes e materiais integrantes;

IV - disponibilizar aos usuários externos à divisão, métodos de avaliação de usabilidade e ergonomia nos campos posturais e sensoriais;

V - contribuir para o cumprimento do Termo de Compromisso de Gestão e das metas acordadas para o Plano Estratégico do CTI, registrando as informações necessárias;

VI - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito, podendo atuar no desenvolvimento de novas infraestruturas, desde que de forma coordenada com os Núcleos e Grupos de Trabalho do CTI;

VII - realizar a prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento no âmbito de sua atuação, de acordo com as demandas de Núcleos e Grupos de Trabalho, inclusive através da produção de material didático relacionado;

VIII - gerir os processos de acesso à infraestrutura tecnológica do CTI sob sua responsabilidade para os usuários externos à divisão, nos termos de norma interna que contemple condições e critérios pré-estabelecidos auditáveis pelas áreas de controle;

IX - manter atualizados os registros das informações pertinentes às suas atribuições no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

X - pronunciar-se sobre questões e reclamações apresentadas à ouvidoria do CTI, buscando promover a sua correção quando pertinente;

XI - garantir que a operação da infraestrutura sob sua responsabilidade ocorre de forma segura e ambientalmente adequada; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. À Divisão de Infraestrutura para Nano e Microssistemas compete:

I - gerir, no contexto da infraestrutura sob sua responsabilidade, os sistemas de:

a) agendamento de equipamentos;
b) centro de custos;
c) contratos de manutenção e de licenças de software;
d) compartilhamento de serviços;
e) capacitação de usuários;
f) infraestrutura básica; e
g) ordens de serviço internas, adotando uma postura de prestador de serviços aos usuários externos à COLAB, garantindo a regularidade do funcionamento do sistema de qualidade, quando pertinente.

II - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento, desde que ocorram de forma secundária e não conflitante com o papel principal de atendimento aos usuários externos à divisão, nos termos da regulamentação mencionada nos termos do §2º e inciso XI do Art. 19 deste regimento;

III - disponibilizar aos usuários externos processos físico-químicos no estado-da-arte para a confecção de microestruturas, microdispositivos e microssistemas, incluindo métodos de síntese de materiais relacionados a sua área de atuação;

IV - disponibilizar aos usuários externos processamento de dispositivos semicondutores e fotônicos, bem como processos diversos em escala manométrica, para a fabricação de circuitos e demais sistemas integrados;

V - disponibilizar aos usuários externos métodos e processos para o desenvolvimento de processamento de dispositivos semicondutores e fotônicos, bem como processos diversos em escala manométrica, para a fabricação de circuitos e demais sistemas integrados;

VI - contribuir para o cumprimento do Termo de Compromisso de Gestão e das metas acordadas para o Plano Estratégico do CTI, registrando as informações necessárias;

VII - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito, podendo atuar no desenvolvimento de novas infraestruturas, desde que de forma coordenada com os Núcleos e Grupos de Trabalho do CTI;

VIII - realizar a prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento no âmbito de sua atuação, de acordo com as demandas de Núcleos e Grupos de Trabalho, inclusive através da produção de material didático relacionado;

IX - gerir os processos de acesso à infraestrutura tecnológica do CTI sob sua responsabilidade para os usuários externos à divisão, nos termos de norma interna que contemple condições e critérios pré-estabelecidos auditáveis pelas áreas de controle;

X - manter atualizados os registros das informações pertinentes às suas atribuições no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

XI - pronunciar-se sobre questões e reclamações apresentadas à ouvidoria do CTI, buscando promover a sua correção quando pertinente;

XII - garantir que a operação da infraestrutura sob sua responsabilidade ocorre de forma segura e ambientalmente adequada; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 22. À Divisão de Infraestrutura para Sistema Mesoscópicos compete:

I - gerir, no contexto da infraestrutura sob sua responsabilidade, os sistemas de:

a) agendamento de equipamentos;
b) centro de custos;
c) contratos de manutenção e de licenças de software;
d) compartilhamento de serviços;
e) capacitação de usuários;
f) infraestrutura básica; e
g) ordens de serviço internas, adotando uma postura de prestador de serviços aos usuários externos à COLAB, garantindo a regularidade do funcionamento do sistema de qualidade, quando pertinente.

II - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento, desde que ocorram de forma secundária e não conflitante com o papel principal de atendimento aos usuários externos à divisão, nos termos da regulamentação mencionada nos termos do §2º e inciso XI do Art. 19 deste regimento;

III - disponibilizar aos usuários externos métodos e técnicas de manufatura avançada no estado-da-arte, produzindo protótipos com qualidade assegurada de acordo com as especificações exigidas pelos usuários;

IV - disponibilizar para usuários externos técnicas e processos de empacotamento de circuitos, sistemas e componentes eletrônicos no estado-da-arte;

V - disponibilizar para usuários externos técnicas e processos para o desenvolvimento de superfícies de interação e displays;

VI - contribuir para o cumprimento do Termo de Compromisso de Gestão e das metas acordadas para o Plano Estratégico do CTI, registrando as informações necessárias;

VII - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito, podendo atuar no desenvolvimento de novas infraestruturas, desde que de forma coordenada com os Núcleos e Grupos de Trabalho do CTI;

VIII - realizar a prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento no âmbito de sua atuação, de acordo com as demandas de Núcleos e Grupos de Trabalho, inclusive através da produção de material didático relacionado;

IX - gerir os processos de acesso à infraestrutura tecnológica do CTI sob sua responsabilidade para os usuários externos à divisão, nos termos de norma interna que contemple condições e critérios pré-estabelecidos auditáveis pelas áreas de controle;

X - manter atualizados os registros das informações pertinentes às suas atribuições no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

XI - pronunciar-se sobre questões e reclamações apresentadas à ouvidoria do CTI, buscando promover a sua correção quando pertinente;

XII - garantir que a operação da infraestrutura sob sua responsabilidade ocorre de forma segura e ambientalmente adequada; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 23. À Divisão de Infraestrutura para Sistemas Mecatrônicos e Eletrônicos compete:

I - gerir, no contexto da infraestrutura sob sua responsabilidade, os sistemas de:

a) agendamento de equipamentos;
b) centro de custos;
c) contratos de manutenção e de licenças de software;
d) compartilhamento de serviços;
e) capacitação de usuários;
f) infraestrutura básica; e
g) ordens de serviço internas, adotando uma postura de prestador de serviços aos usuários externos à COLAB, garantindo a regularidade do funcionamento do sistema de qualidade, quando pertinente.

II - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento, desde que ocorram de forma secundária e não conflitante com o papel principal de atendimento aos usuários externos à divisão, nos termos da regulamentação mencionada nos termos do §2º e inciso XI do Art. 19 deste regimento;

III - disponibilizar para usuários externos à divisão métodos, processos, equipamentos e infraestrutura para o desenvolvimento de pesquisa em robótica e visão computacional;

IV - disponibilizar para usuários externos à divisão a infraestrutura necessária para a realização de projetos de circuitos integrados e sistemas eletrônicos, inclusive para viabilizar a modalidade de design house;

V - contribuir para o cumprimento do Termo de Compromisso de Gestão e das metas acordadas para o Plano Estratégico do CTI, registrando as informações necessárias;

VI - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito, podendo atuar no desenvolvimento de novas infraestruturas, desde que de forma coordenada com os Núcleos e Grupos de Trabalho do CTI;

VII - realizar a prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento no âmbito de sua atuação, de acordo com as demandas de Núcleos e Grupos de Trabalho, inclusive através da produção de material didático relacionado;

VIII - gerir os processos de acesso à infraestrutura tecnológica do CTI sob sua responsabilidade para os usuários externos à divisão, nos termos de norma interna que contemple condições e critérios pré-estabelecidos auditáveis pelas áreas de controle;

IX - manter atualizados os registros das informações pertinentes às suas atribuições no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

X - pronunciar-se sobre questões e reclamações apresentadas à ouvidoria do CTI, buscando promover a sua correção quando pertinente;

XI - garantir que a operação da infraestrutura sob sua responsabilidade ocorre de forma segura e ambientalmente adequada; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 24. À Divisão de Infraestrutura Computacional e Sistemas de Informação compete:

I - desenvolver competência técnica especializada na área de Tecnologia de Redes, Comunicação e Sistemas de Informação;

II - promover o desenvolvimento da capacitação e da prestação de serviços de infraestrutura computacional, sistemas de informação e comunicação;

III - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito;

IV - realizar a prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento, no âmbito de sua atuação e de acordo com as diretrizes e regras do CTI;

V - assegurar o funcionamento, a qualidade e a evolução das redes e do parque computacional do CTI;

VI - uniformizar os procedimentos e a integração da rede e sistemas do CTI;

VII - gerir os processos de acesso à sistemas de informação e infraestrutura tecnológica do CTI sob sua responsabilidade pelos seus usuários e clientes, nos termos de norma interna que contemple as condições e critérios a serem utilizados para esse fim;

VIII - zelar pela aplicação das políticas de segurança das redes de dados do CTI e de seu acesso à Internet definidas por norma própria e propor melhorias e atualizações para essas normas;

IX - desenvolver tecnologias e serviços em Sistemas de Informação;

X - promover o estabelecimento e desenvolvimento no CTI de núcleo responsável por um ambiente de tecnologias livres;

XI - gerir e oferecer o serviço de help desk para os serviços de rede, micro informática, impressão e outros;

XII - coordenar, no âmbito de comitê especificamente criado pelo Diretor para este fim, a proposição de políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação, manutenção e administração das atividades relativas às áreas de informática e redes de comunicação de dados interna, bem como sua respectiva conectividade às redes acadêmicas e comerciais, sempre em consonância com as demais unidades organizacionais e organismos gestores oficiais;

XIII - contribuir para o cumprimento do Termo de Compromisso de Gestão e das metas acordadas para o Plano Estratégico do CTI;

XIV- manter atualizados os registros das informações nos Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 25. À Divisão de Infraestrutura Predial e Manutenção compete:

I - operar e realizar a manutenção preventiva e corretiva dos sistemas da infraestrutura predial geral e das utilidades laboratoriais;

II - assegurar o funcionamento da infraestrutura predial e o suprimento das utilidades laboratoriais aos demais agentes do CTI, proporcionando segurança e qualidade para o desenvolvimento dos seus trabalhos, visando cumprir o estabelecido na sua missão, sua finalidade e seus objetivos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - estabelecer e promover a evolução da capacitação física e operacional, de conhecimentos, habilidades e processos, de sua área de atuação;

IV - adotar, com auxílio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA, as medidas de segurança adequadas ao funcionamento da infraestrutura predial e operacional do CTI de acordo com a legislação vigente, inclusive no tocante à verificação da qualidade do sistema de água e esgoto utilizado pela instituição;

V - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

VI - contribuir para a concretização dos projetos e o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão do CTI;

VII - gerir os processos de acesso à infraestrutura tecnológica do CTI sob sua responsabilidade pelos seus usuários e clientes, nos termos de norma interna que contemple as condições e critérios a serem utilizados para esse fim; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 26. À Divisão de Projetos de Infraestrutura compete:

I - executar o planejamento e incentivar o desenvolvimento e a atualização dos recursos de infraestrutura;

II - estabelecer e promover a evolução da capacitação física e operacional, de conhecimentos, habilidades e processos, de sua área de atuação;

III - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

IV - contribuir para a concretização dos projetos e o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão do CTI;

V - fiscalizar, com auxílio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA, as situações de risco presentes na infraestrutura da instituição de acordo com as normas vigentes, contribuindo para relatórios e produzindo projetos de segurança do ambiente do CTI; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 27. À Divisão de Inovação Tecnológica compete:

I - coordenar o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT do CTI, nos termos da norma prevista no § 3º do art. 3º deste regimento;

II - contribuir para a estruturação de processos associados à aplicação das políticas de inovação tecnológica e proteção do conhecimento;

III - supervisionar os macroprocessos tecnológicos, integrando processos das várias Unidades de Competência do CTI, a documentação técnica e administrativa associada e o acervo de conhecimentos gerado nesses processos;

IV - orientar e supervisionar o registro e transferência do conhecimento tecnológico e científico gerado através dos projetos de competência CTI, contribuindo para a divulgação dos resultados científicos e tecnológicos;

V - promover a capacitação interna e externa em propriedade intelectual;

VI - manter-se atualizado sobre a evolução das competências tecnológicas do CTI, com vistas a identificar potenciais para gerar a inovação;

VII - gerir os ativos de propriedade intelectual do CTI;

VIII - promover o emprego dos mecanismos de estímulo à inovação previstos na Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004;

IX - coordenar a avaliação pelo NIT dos critérios a serem observados no processo de avaliação de propostas de projeto quanto à sua compatibilidade com os objetivos e preceitos da Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, zelando para preservar a referida avaliação quanto a eventuais conflitos de interesse;

X - manter atualizados os registros das informações referentes à inovação no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Da Coordenação-Geral de Projetos e Serviços

Art. 28. À Coordenação-Geral de Projetos e Serviços compete:

I - coordenar e desenvolver as relações do CTI com a comunidade externa, por intermédio de projetos e programas de âmbito nacional e internacional;

II - contribuir para a proposição de metas para os indicadores institucionais de desempenho e qualidade, acompanhando sua evolução e tomando as providências necessárias para atingir as metas do Plano Estratégico;

III - coordenar a negociação de projetos e de serviços padronizados com clientes e beneficiários;

IV - designar servidor da DIGPS ou da DIPDI, ou, de acordo com a necessidade do projeto ou serviço negociado, de outra área do CTI, para acompanhar representante do Núcleo ou do Grupo de Trabalho em reunião de negociação de projeto ou serviço com particulares, zelando para que seja mantido registro destas audiências em conformidade com o Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002;

V - estabelecer, em articulação com a Coordenação-Geral de Competências Institucionais, os macroprocessos necessários para atender à demanda dos seus clientes e beneficiários e atingir os objetivos e finalidades do CTI;

VI - orientar e supervisionar o registro do conhecimento tecnológico e científico gerado através dos projetos sob sua coordenação no Sistema de Informações do CTI; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 29. À Divisão de Gestão, Acompanhamento e Controle da Prestação de compete:

I - divulgar aos agentes socioeconômicos as competências em serviços e outras formas de atuação tecnológica, valendo-se dos meios necessários para obter este resultado, tais como, eventos regulares, reuniões, boletins, dentre outros;

II - manter-se atualizada sobre a evolução das competências tecnológicas do CTI;

III - buscar a integração das várias áreas de competência do CTI visando o atendimento das demandas por serviços, propondo formas de organização dos núcleos tecnológicos adequadas para esta finalidade;

IV - contribuir para a uniformização de procedimentos e a integração dos agentes do CTI, assegurando o cumprimento dos regulamentos e da legislação nos processos de negociação, em particular das Leis nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nº10.973, de 02 de dezembro de 2004, e da legislação correlata;

V - contribuir para a execução dos processos de negociação de serviços, mantendo registros de todas as fases;

VI - acompanhar a execução dos serviços prestados, auxiliando a direção do CTI na gestão da prestação de serviços à sociedade, atualizando regularmente indicadores pertinentes aos Termos de Compromisso de Gestão, ou documentos equivalentes;

VII - manter atualizados os registros das informações pertinentes às suas atribuições no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

VIII - contribuir para a concretização dos projetos e o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão do CTI, alertando a administração no caso de atrasos ou não cumprimento de ajustes;

IX - zelar pela publicidade, transparência e visibilidade das negociações em andamento, preservando informações quando pertinente;

X - participar das reuniões de negociação de serviços com entidades externas juntamente com as lideranças técnicas de núcleos e chefias de divisão, registrando-as em ata;

XI - zelar pela sustentabilidade do esforço do CTI, bem como por sua integridade e adequação aos princípios da administração pública, principalmente no que concerne o adequado ressarcimento da União quando o serviço se destinar a entidade privada; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Parágrafo único. Nos casos em que não for viável a participação da chefia da DIGPS, ou motivo de ordem técnica demandar a participação de servidor de outra área nas reuniões de que trata o inciso X, caberá à liderança técnica interessada na negociação solicitar ao Coordenador Geral da CGPS a designação de servidor para acompanhamento das reuniões, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002.

Art. 30. À Divisão de Gestão, Acompanhamento e Controle de Contratos e Convênios de P&D&I compete:

I - promover, internamente e externamente, a ampla divulgação das competências em pesquisa, desenvolvimento e inovação do CTI, valendo-se dos meios necessários para obter este resultado, tais como, eventos regulares, reuniões, boletins, dentre outros;

II - manter-se atualizada sobre a evolução das competências tecnológicas do CTI, bem como sobre a abertura de chamadas públicas ou privadas para o fomento de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

III - buscar a integração das várias áreas de competência do CTI visando o atendimento das demandas por projetos, propondo formas de organização dos núcleos tecnológicos adequadas para esta finalidade;

IV - contribuir para a uniformização de procedimentos e a integração dos agentes do CTI, assegurando o cumprimento dos regulamentos e da legislação nos processos de negociação de contratos, convênios e outras formas de ajustes em pesquisa, desenvolvimento e inovação, em particular das Leis nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, e da legislação correlata aplicável a cada caso;

V - contribuir para a execução dos processos de negociação de contratos, convênios e outras formas de ajustes em pesquisa, desenvolvimento e inovação, mantendo registros de todas as fases;

VI - acompanhar a execução dos contratos, convênios e outras formas de ajustes em pesquisa, desenvolvimento e inovação e auxiliar a direção do CTI na gestão destes instrumentos, atualizando regularmente indicadores pertinentes aos Termos de Compromisso de Gestão, ou documentos equivalentes;

VII - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

VIII - contribuir para a concretização dos projetos e o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão do CTI, alertando a administração no caso de atrasos ou não cumprimento de ajustes;

IX - zelar pela publicidade, transparência e visibilidade das negociações em andamento, preservando informações quando pertinente;

X - participar das reuniões de negociação de projetos com entidades externas juntamente com as lideranças técnicas de núcleos e chefias de divisão, registrando-as em ata;

XI - zelar pela sustentabilidade do esforço do CTI, bem como por sua integridade e adequação aos princípios da administração pública, principalmente no que concerne o adequado ressarcimento da União em projetos cujo resultado produza vantagem para ente privado; e

XII - executar outras atividades inerentes à Administração Pública que lhe forem cometidas pelo Diretor.

Parágrafo único. Nos casos em que não for viável a participação da chefia da DIPDI, ou motivo de ordem técnica demandar a participação de servidor de outra área nas reuniões de que trata o inciso X, caberá à liderança técnica interessada na negociação solicitar ao Coordenador Geral da CGPS a designação de servidor para acompanhamento das reuniões, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002.

Art. 31. À Divisão de Planejamento e Análise de Desempenho - DIPAD compete:

I - auxiliar no desenvolvimento dos processos de qualidade, planejamento e controle, propondo a criação e monitorando os métodos de mensuração adequados à realidade do CTI e à sua missão institucional;

II - elaborar o Termo de Compromisso de Gestão - TCG, ou documento equivalente, e realizar as avaliações relacionadas, coordenadamente com a chefia;

III - acompanhar os indicadores de produção e qualidade do CTI e as metas anuais do Plano Estratégico;

IV - auxiliar no acompanhamento e execução da Lei Orçamentária Anual e dos Planos Plurianuais no âmbito do CTI, fornecendo os subsídios para elaboração do Planejamento Orçamentário Anual;

V - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas do CTI;

VI - contribuir para a concretização dos projetos e o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão do CTI; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IV

Da Coordenação-Geral de Administração

Art. 32. À Coordenação-Geral de Administração compete:

I - coordenar a execução das atividades de gestão de pessoal, compras e suprimentos, patrimônio, estoque, orçamento, contabilidade, finanças e serviços gerais;

II - supervisionar a operação dos sistemas integrados do Governo Federal colocados à disposição e a atualização dos dados administrativos no Sistema de informações Gerenciais e Tecnológicas - SIGTEC;

III - acompanhar e apoiar as atividades administrativas relativas aos contratos e convênios do CTI;

IV - coordenar as atividades administrativas e de apoio logístico, integrando o trabalho das divisões e comissões administrativas;

V - acompanhar políticas, planos e programas governamentais, visando subsidiar o planejamento global do CTI;

VI - tratar das questões administrativas relativas ao estabelecimento de outros campi regionais do CTI;

VII - manter articulação com os Coordenadores e Gestores para permanente suporte à execução dos projetos em desenvolvimento no CTI;

VIII - viabilizar, respeitando as limitações existentes, as operações de registro, cadastro, acompanhamento e pesquisa de fornecedores no Sistema Integrado de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no e no Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 33. À Divisão de Logística e Apoio Administrativo compete:

I - executar e acompanhar ações relativas à administração do prédio, transporte, publicações, refeições, passagens, vigilância, correio, protocolo e serviços gerais;

II - fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços de segurança patrimonial, de permissão do uso das instalações;

III - administrar as atividades de utilização de viaturas, de circulação de correspondências internas e externas e de controle e expedição de malotes;

IV - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos com energia elétrica e ligações telefônicas;

V - providenciar seguro do prédio e das viaturas, bem como zelar pelo bom estado e manutenção da frota;

VI - manter atualizada a informação relativa aos indicadores de desempenho da Divisão nos centros armazenadores dos resultados institucionais;

VII - agregar e organizar informações, consolidando-as em relatórios e outros documentos similares; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 34. À Divisão de Suprimentos compete;

I - planejar, executar e acompanhar as ações relativas à importação;

II - supervisionar a aquisição de bens e serviços, no País e no exterior;

III - atender às necessidades das unidades do CTI, no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, SIDEC, SIREP, observada a legislação em vigor no que se refere a licitações;

IV - efetuar o acompanhamento de compras, e o cumprimento de prazos de entrega de bens e serviços;

V - dar suporte e acompanhar o fechamento de câmbio de importação e exportação, bem como o desembaraço alfandegário e os demais registros pertinentes à entrada ou saída de bens do País;

VI - acompanhar o suprimento, registro, distribuição, despacho e controle dos materiais de uso comum destinados ao atendimento das necessidades de consumo dos usuários internos;

VII - agregar e organizar informações, consolidando-as em relatórios e outros documentos similares; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 35. À Divisão de Material e Patrimônio compete;

I - supervisionar e orientar a execução das atividades de recebimento/expedição de bens, administração de estoques e patrimônio, realização de inventários, apoio a comissões de bens, emissão de relatórios mensais e operação dos sistemas de estoque/bens;

II - realizar o levantamento e efetuar a atualização do inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis, no âmbito do Sistema de Patrimônio da União - SPU;

III - manter atualizada a informação relativa aos indicadores de desempenho da Divisão;

IV - supervisionar a classificação do cadastro de bens móveis, a codificação e catalogação do material permanente, bem como a movimentação e saída de material permanente;

V - manter atualização de dados e elaborar relatórios de carga e termos de responsabilidade, e de processos de desfazimento e baixa de bens patrimoniais;

VI - gerir e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação das áreas e de outros que por ventura venham a ser definidos; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 36. À Divisão de Gestão de Pessoas compete:

I - zelar pelas ações institucionais de caráter estratégico, promovendo a concretização de ações e atividades na área de recursos humanos, com vistas ao cumprimento da missão e finalidade do CTI;

II - participar da definição de políticas, diretrizes e metas relacionadas à sua área de atuação;

III - acompanhar a execução dos planos estratégicos, bem como a evolução dos indicadores do desempenho institucional;

IV - propor a adequação da força de trabalho, por meio do estabelecimento de perfis de competência profissional utilizados no provimento de vagas por Concurso Público quando consultada;

V - propor a política de incentivo e estímulo ao desenvolvimento profissional de servidores;

VI - estruturar sistema de avaliação de desempenho dos servidores, de forma a garantir a efetividade e eficácia do modelo adotado, utilizando seus resultados na tomada de decisão relativa a progressão funcional e promoção de servidores;

VII - submeter à direção, a proposta do programa de educação e treinamento institucional para servidores;

VIII - analisar e instruir processos de servidores, bem como de aposentadoria e pensão;

IX - operacionalizar o cálculo de valores à crédito e à débito de servidores em folha de pagamento, relativos à remuneração mensal, e a processos de reivindicação de servidores ativos, inativos e pensionistas, no âmbito do SIAPE;

X - processar em folha de pagamento a concessão de benefícios assistenciais relativos a auxilio creche, vale transporte, auxilio alimentação, e assistência médica, na forma da legislação e procedimentos em vigor;

XI - efetuar o registro, controle, atualização e acompanhamento dos sistemas de frequência, dados cadastrais de servidores, recadastramento de inativos e pensionistas, marcação e gozo de férias de pessoal ativo, preenchimento de cargos e funções de confiança, acumulação de cargos e funções, admissão e exoneração de servidores, e publicação de portarias;

XII - providenciar a expedição de identidade funcional, crachás de identificação, certidões de tempo de serviço e atestados e declarações à vista dos assentamentos funcionais;

XIII - providenciar a emissão e atualização de certidões negativas de débito relativas à obrigações patronais;

XIV - elaborar e expedir o Boletim de Pessoal, contendo todos os atos e publicações pertinentes à área de pessoal, e de interesse dos servidores da instituição;

XV - agregar e organizar informações, consolidando-as em relatórios e outros documentos similares;

XVI - acompanhar e propor a viabilização de ações voltadas a garantir a segurança do trabalho dos servidores;

XVII - promover formas de registro dos saberes e competências adquiridos pelos servidores ao longo de suas carreiras; e

XVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 37. À Divisão de Finanças compete:

I - acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual em colaboração com as demais áreas do CTI;

II - promover a avaliação da execução orçamentária e financeira, elaborando relatórios gerenciais;

III - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;

IV - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;

V - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;

VI - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;

VII - efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências porventura existentes;

VIII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;

IX - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externo;

X - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XI - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;

XII - dar suporte a elaboração da tomadas de contas;

XIII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

DA INFRAESTRUTURA E DOS GRUPOS DE TRABALHO TÉCNICO-CIENTÍFICOS

Art. 38. As instalações, equipamentos e recursos humanos alocados para sua manutenção e operação, que compõem a infraestrutura laboratorial do CTI, obedecerão aos princípios de uso compartilhado nos moldes de laboratórios abertos ou multiusuários, sendo acessíveis a pesquisadores internos e externos ao CTI, nos termos de norma interna que disporá a respeito dos seguintes aspectos:

I - sustentabilidade e otimização de infraestrutura;

II - atendimento aos diferentes perfis de usuários;

III - ampla divulgação dos resultados alcançados;

IV - sistema de agendamento para utilização das instalações;

V - reserva de horas de operação para pesquisas conduzidas pelos Núcleos ou Grupos de Trabalho Técnico-Científico do CTI;

VI - remuneração pela utilização das instalações; e

VII - indicadores de qualidade dos serviços prestados pelo CTI.

Art. 39. O CTI poderá instituir Grupos de Trabalho Técnico-Científicos constituídos por servidores do quadro, bolsistas e pesquisadores convidados, com a finalidade de promover, executar e divulgar projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia nas áreas de atuação da instituição exemplificadas no art. 6º deste regimento, que terão acessos prioritários à estrutura laboratorial nos termos da norma interna, que disporá a respeito da utilização da infraestrutura laboratorial.

Parágrafo único. Os Grupos de trabalho propostos serão criados por Portaria do Diretor e terão prazo determinado.

CAPÍTULO V

ÓRGÃO COLEGIADO

Seção I

Do Conselho Técnico Científico

Art. 40. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do CTI.

Art. 41. O CTC contará com onze membros e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do CTI, que o presidirá;

II - os Coordenadores-Gerais de Projetos e Serviços e de Competências Institucionais;

III - um membro do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

IV - um membro escolhido entre os agentes públicos que exerçam suas funções no CTI, assim entendidos, como aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função no CTI;

V - três membros dentre especialistas de outras unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do CTI; e

VI - três membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do CTI.

§ 1º Os membros mencionados nos incisos III, IV, V e VI terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os dos inciso III e IV serão indicados a partir de lista tríplice, obtida a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade, respectivamente, entre servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico e entre os agentes públicos que exerçam suas funções no CTI, assim entendidos, como aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função no CTI; e

b) os do inciso V e VI serão indicados, fundamentadamente, pelo Diretor, em comum acordo com o Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ouvido o CTC.

§ 2º Os membros mencionados nos incisos I e II assumirão a função em decorrência da nomeação nos cargos a que os incisos se referem.

§ 3º Os membros mencionados nos incisos III, IV, V e VI serão nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em portaria específica para esta finalidade.

§ 4º Nos casos de vacância dos cargos mencionados nos incisos I e II deste artigo, assumirão, como membros do CTI nas respectivas vagas os substitutos designados para aqueles cargos.

§ 5º Nos casos de encerramento dos mandatos, renúncia, bem como em quaisquer outras hipóteses de vacância da função dos membros do CTC indicados nos incisos, III, IV, V e VI deste artigo, o Diretor do CTI indicará servidores, agentes públicos ou representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do CTI, para assumirem provisoriamente as funções dos membros indicados nos respectivos incisos até que haja nomeação de membros permanentes para novos mandatos nos moldes previstos neste artigo.

Art. 42. Compete ao CTC, além de outras atribuições de órgão colegiado superior do CTI disciplinadas na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, no Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e na legislação correlata:

I - apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

III - acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

V - participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao CTI, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão;

VII - aprovar as normas para criação, operação e extinção de Núcleos voltados para o desenvolvimento das áreas de competência do CTI exemplificadas no Art. 6º deste regimento; e

VIII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 43. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO VI

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 44. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do CTI;

II - exercer a representação do CTI;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas em ato específico de delegação de competência.

Art. 45. Aos Coordenadores-Gerais incumbe coordenar e supervisionar a execução das várias atividades a seu cargo.

Art. 46. Aos Coordenadores e Chefes incumbe praticar os atos necessários à consecução dos objetivos de suas unidades, bem como aquelas que lhes forem atribuídas pelo Diretor.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. O CTI celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um Termo de Compromisso de Gestão, no qual serão estabelecidos os compromissos da equipe de gestão do CTI e do DPO com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica da entidade.

Art. 48. O Diretor poderá, sem qualquer custo adicional, formar outras unidades colegiadas internas, assim como constituir comitês para promover a interação entre as unidades da estrutura organizacional do CTI ou entidades externas, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do CTI.

Art. 49. As competências das unidades da estrutura organizacional do CTI e as atribuições dos respectivos titulares serão estabelecidas de forma dinâmica, de modo a contemplar a evolução das tecnologias e paradigmas da Tecnologia da Informação por processo de proposição, análise e aprovação de proposta apresentada ao Diretor e submetida ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 50. O CTI poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente, ou em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Art. 51. O CTI poderá estabelecer núcleos de pesquisa, escritórios ou "campi" avançados em outras regiões do País, no cumprimento de suas finalidades e objetivos estratégicos.

Art. 52. O Diretor, em ato próprio ou por inclusão em Manual, poderá delegar competências pela supervisão, ou estabelecer níveis de relacionamento entre as diversas subunidades ou áreas da estrutura organizacional do CTI.

Art. 53. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 54. Em até 1 (um) ano, a partir de sua publicação, este regimento poderá sofrer revisões e melhorias de acordo com as sugestões resultante do Processo de Planejamento Estratégico do CTI referente ao período de 2017 a 2020.

Parágrafo único. O Planejamento Estratégico do CTI referente ao período de 2017 a 2020 deverá ser iniciado em até 6 meses a partir da publicação deste regimento, cabendo à Diretoria dar início aos procedimentos, propondo metodologia para sua realização.

Art. 55. Os seguintes Núcleos voltados para o desenvolvimento das áreas de competência do CTI, exemplificadas no Art. 6º deste regimento, têm a seguinte estrutura organizacional do CTI:

I - Núcleo de Concepção de Sistemas de Hardware - NCSH

II - Núcleo de Segurança de Sistemas de Informação - NSSI

III - Núcleo de Microssistemas - NMS

IV - Núcleo de Mostradores de Informação - NMI

V - Núcleo de Robótica e Visão Computacional - NRVC

VI - Núcleo de Gestão Empresarial - NGE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - Núcleo de Software para Sistemas Distribuídos - NSSD

VIII - Núcleo de Tecnologia de Redes - NTR

IX - Núcleo de Sistemas de Informações - NSI

X - Núcleo de Sistemas da Qualidade - NSQ

XI - Núcleo de Empacotamento Eletrônico - NEE

XII - Núcleo de Qualificação e Análise de Produtos Eletrônico - NAPE

XIII - Núcleo de Qualificação em Software - NQS

XIV - Núcleo de Tecnologias Tridimensionais - NT3D

XV - Núcleo de Melhoria de Processos de Software - NMPS

§1º A relação de Núcleos previstos neste artigo poderá ser alterada após a entrada em vigor da norma prevista no §3º do artigo 10 deste regimento.

§2º No prazo de até 1 (um) ano após a aprovação deste regimento o CTC deverá aprovar a norma prevista no §3º do artigo 10 deste regimento, disciplinando a criação, operação e extinção de Núcleos voltados para o desenvolvimento das áreas de competência do CTI exemplificadas no Art. 6º deste regimento.

Art. 56. Os servidores participantes de Núcleos ou de Grupos de Trabalho serão alocados na CGPS, respondendo hierarquicamente diretamente ao Coordenador Geral.

PORTARIA Nº 5.147, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877, de 8 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 732, de 14 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de novembro de 2002, nº 513, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 961, de 13 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 15 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAE TECNOLOGIA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O IBICT é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 alterada pela Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016.

Art. 3º A sede do IBICT está localizada no SAS - Setor de Autarquias Sul, Quadra 5, Lote 6, Bloco H - Brasília - DF.

Art. 4º O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia tem por finalidade promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infraestrutura de Informação Científica e Tecnológica para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico.

Art. 5º Ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT compete:

I - propor ao MCTIC políticas para orientação do setor de Informação Científica e Tecnológica, colaborando com a sua implementação;

II - apoiar, induzir, coordenar e executar programas, projetos, atividades e serviços na sua área de competência;

III - estabelecer e manter cooperação e intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;

IV - apoiar e promover a formação e capacitação de recursos humanos, com perfis profissionais que respondam as demandas da área de informação em ciência, tecnologia e inovação tecnológica no País;

V - apoiar e promover a geração, difusão e absorção de conhecimento e tecnologia para a informação em ciência, tecnologia e inovação tecnológica; e

VI - criar mecanismos de produção e capacitação de novos recursos financeiros e ampliar as receitas próprias.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria

a) Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - COPAV

1. Divisão de Acompanhamento Institucional - DINST

1.1. Seção de Editoração - SEDIT

b) Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação - COEPE

1. Seção de Relações Internacionais - SERIN

c) Coordenação de Administração - COADM

1. Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade - DIOFI

2. Divisão de Material e Patrimônio - DIMPA

3. Divisão de Apoio Administrativo - DIAPA

4. Divisão de Recursos Humanos - DIRHU

4.1. Seção de Qualidade de Vida - SEVID

II - Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática - CGTI

a) Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas - CODES

1. Divisão de Produção e Redes - DIRED

2. Divisão de Suporte Técnico - DISUP

3. Divisão de Revisão - DIREV

III - Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos - CGNP

a) Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia - COTEC

b) Coordenação de Redes e Serviços de Informação de Novos Produtos - CORES

1. Divisão de Projetos de Inovação - DINOV

c) Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos - COTEA

1. Divisão de Desenvolvimento e Inovação de Produtos de Informação - DINFO

IV - Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados - CGPC

a) Coordenação dos Laboratórios de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação - COLAB

1. Divisão de Pesquisa, Atualização e Manutenção de Produtos Especiais - DIPPE

b) Coordenação de Atendimento à Comunidade - COMUM

1. Seção de Biblioteca - SEBIB

Art. 7° O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico-Científico - CTC.

Art. 8º O IBICT será dirigido por diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador e as Divisões por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Presidente da República de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação pelo Ministro de Estado de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro Chefe da Casa Civil nomeará Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do Diretor.

Art.10. O diretor e os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados pelos titulares e nomeados pelo diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Diretoria

Art. 11. À Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação compete:

I - coordenar a elaboração das propostas dos planos anuais e plurianuais do IBICT;

II - coordenar e acompanhar a execução anual do Planejamento Estratégico;

III - dar suporte ao Diretor do órgão em atividades de assessoria institucional relacionada a sua área de atuação;

IV - coordenar as atividades do Escritório de Gerenciamento de Projetos;

V - coordenar a formalização de acordos e parcerias institucionais;

VI - acompanhar os indicadores institucionais definidos previamente;

VII - coordenar a elaboração dos relatórios semestrais e anuais de avaliação dos indicadores institucionais;

VIII - coordenar o acompanhamento da execução do Subprograma de Capacitação Institucional - PCI/IBICTC;

IX - interagir como o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, ou com o Arranjo de Núcleo de Inovação Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTIC ao qual o IBICT estiver integrado, na formatação dos processos de interesse do Instituto e acompanhar todas as etapas de implantação, conforme Portaria MCTI nº 251 de 12 de março de 2014; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 12. À Divisão de Acompanhamento Institucional compete:

I - acompanhar a execução das metas propostas no Plano Diretor da Unidade;

II - proceder à consolidação das propostas dos planos anuais e plurianuais do IBICT;

III - dar suporte operacional ao acompanhamento da execução anual do Planejamento Estratégico do IBICT;

IV - elaborar os instrumentos de formalização e atuar na implementação de acordos e parcerias institucionais afetas à sua área de atuação ou ao Arranjo de Núcleo de Inovação Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTIC ao qual o IBICT estiver integrado, conforme Portaria MCTI nº 251 de 12 de março de 2014;

V - dar suporte na supervisão, orientação e formatação dos processos a serem submetidos ao Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT;

VI - interagir com as demais áreas, na execução de atividades de sua área de competência; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 13. Ao Setor de Editoração compete;

I - coordenar a execução do Programa Editorial do IBICT;

II - intermediar as negociações sobre a captação e elaboração de trabalhos para edição das publicações do IBICT;

III - identificar obras de interesse para edição, incluindo a reedição de obras esgotadas;

IV - coordenar o planejamento das publicações editadas pelo IBICT;

V - coordenar o planejamento gráfico e a execução dos serviços de editoração de publicações e respectivos serviços de impressão;

VI - apoiar e implementar as atividades de editoração das instituições parceiras em coedição de publicações, concernentes aos serviços de editoração de publicações;

VII - coordenar e acompanhar os serviços de tradução e revisão de textos para publicação e divulgação;

VIII - propor padrões para normalização das publicações a serem editas em conformidade com a ABNT, bem como definir e produzir padrões gráficos para os diversos formatos e mídias das obras a serem editadas;

IX - coordenar, manter e propiciar treinamento para a equipe de editoração; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 14. À Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação compete:

I - coordenar as atividades de ensino e pesquisa e desenvolvimento do IBICT;

II - organizar, coordenar e acompanhar o funcionamento dos programas de pós-graduação, com base no regulamento da pós-graduação em vigência, em articulação com outras instituições de ensino e pesquisa;

III - propor e acompanhar o cumprimento do calendário dos cursos de pós-graduação em articulação com as áreas de pesquisa assim como organizar as disciplinas, definindo seus conteúdos de acordo com as linhas de pesquisa do IBICT;

IV - planejar, organizar e executar o processo seletivo para ingresso nos cursos de pós-graduação e distribuir as bolsas de estudo concedidas por órgãos governamentais;

V - instituir comissões e bancas para avaliação de candidatos e para julgamento de dissertações e teses;

VI - colaborar com o programa de iniciação científica e com projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento em suas áreas de atuação;

VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

VIII - coordenar e executar atividades concernentes à edição de publicações de forma articulada com a Coordenação de Editoração;

IX - realizar pesquisar no âmbito de sua área de atuação;

X - colaborar com a disseminação do conhecimento produzido nas áreas de atuação do IBICT; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 15. À Seção de Relações Internacionais compete:

I - dar suporte à direção e demais coordenações nas atividades relacionadas com a cooperação e cumprimento de acordos internacionais relativos aos assuntos relativos à área de atuação do IBICT;

II - orientar a concepção e elaboração de acordos bilaterais e multilaterais com organismos internacionais, em articulação com coordenações do IBICT e com a interveniência do MCTIC, destinados ao desenvolvimento das áreas de ciências e desenvolvimento das tecnologias de informação;

III - estabelecer contatos com organismos; elaborar e acompanhar a programação e cronogramas de visitas do diretor e demais áreas técnicas do IBICT, junto a entidades internacionais de caráter bilateral ou multilateral;

IV - acompanhar o cumprimento dos acordos internacionais em que o IBICT fizer parte;

V - acompanhar as iniciativas internacionais na área de informação em C&T e propor ações de inserção do IBICT, no mesmo sentido;

VI - orientar e executar os procedimentos de afastamento do país de servidores e colaboradores do IBICT; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 16. À Coordenação de Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades fins do IBICT;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;

V - disponibilizar infraestrutura administrativa as unidades organizacionais, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;

VI - coordenar a execução de compras no País e no exterior, como também a administração de bens e serviços;

VII - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo de licitação, de acordo com a legislação pertinente;

VIII - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 17. À Divisão de Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual;

II - colaborar na identificação e análise das necessidades de reformulação orçamentária;

III - promover a avaliação da execução orçamentária e financeira, elaborando relatórios gerenciais;

IV - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;

V - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;

VI - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;

VII - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;

VIII - efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências porventura existentes;

IX - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;

X - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

XI - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XII - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;

XIII - dar suporte a elaboração da tomadas de contas;

XIV - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 18. À Divisão de Material e Patrimônio compete:

I - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras e terceirização;

II - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;

III - receber, conferir, atestar, aceitar e armazenar, observadas as especificações de compra, os materiais adquiridos pelo órgão;

IV - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;

V - prover as necessidades de material;

VI - registrar e controlar os materiais em estoque;

VII - fornecer o material regularmente requisitado, observando as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;

VIII - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;

IX - organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de aquisição de bens e serviços;

X - elaborar os atos convocatórios das licitações realizadas pelo IBICT;

XI - instruir processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

XII - elaborar os respectivos instrumentos negociais a serem utilizados na contratação de bens e serviços;

XIII - operacionalizar o Sistema de Integrado de Apoio e Serviços Gerais - SIASG, nos módulos atinentes às atividades da Divisão, inclusive treinamento e emissão de senhas;

XIV - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

XV - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;

XVI - fornecer, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;

XVII - classificar, registrar, cadastrar e tombar bens patrimoniais;

XVIII - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação, reavaliação e alienação de bens móveis;

XIX - registrar transferência de responsabilidade por guarda e uso de bens patrimoniais;

XX - promover mudança, remanejamento, recolhimento e redistribuição de bens móveis; e

XXI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 19. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - orientar a execução de serviços de apoio às atividades da Coordenação de Administração, na elaboração de relatórios, redação de correspondências, expedientes, contratos editais e outros expedientes administrativos;

II - acompanhar, controlar, conferir e executar os procedimentos de concessão de diárias e passagens;

III - acompanhar e supervisionar a execução e o controle das de despesas referentes a contratos de serviços de água, luz, telefonia, limpeza e conservação, vigilância, reprografia, carpintaria, hidráulica, pintura, serralheria, marcenaria, copa, manutenção elevadores, central telefônica, equipamentos de informática, central de ar condicionado, softwares, informática e outros de serviços gerais;

IV - acompanhar e supervisionar de recepção, expedição e distribuição de correspondências procedentes dos correios, malotes e serviços de entregas;

V - gerir os serviços de protocolo e acompanhamento de expedientes e processos;

VI - administrar as atividades de serviços reprográficos, de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes;

VII - supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza, conservação, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;

VIII - supervisionar e controlar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências da instituição;

IX - acompanhar e providenciar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

X - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos, assim como adotar os procedimentos quanto a operação, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos;

XI - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos entre outros documentos específicos, por determinação superior relativos à sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

XII - controlar a venda de publicações e os respectivos recebimentos de pagamentos e depósitos bancários; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 20. À Divisão de Recursos Humanos compete:

I - identificar necessidades de treinamento, planejar e organizar a realização de cursos, encontros, palestras, seminários e similares, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos;

II - aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional;

III - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;

IV - preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, e expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;

V - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, frequência e licença e acompanhamento dos atos relacionados a provimento e falecimento dos servidores;

VI - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;

VII - analisar processos de revisão de proventos e pensões;

VIII - controlar as atividades relativas à licenças médicas e consultar junta médica para fins de perícia;

IX - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;

X - preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;

XI - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestadas aos servidores e seus dependentes;

XII - aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério, as orientações emanadas daquela unidade;

XIII - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessários a realização de projetos, contratos e convênios e outros acordos firmados pelo IBICT;

XIV - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos entre outros documentos específicos, por determinação superior relativos à sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. À Seção de Qualidade de Vida compete:

I - encaminhar e acompanhar o afastamento por doença à junta médica do CNPq para homologação;

II - acompanhar os casos de licença médica por doenças crônicas e, avaliação com da junta médica legal, de processos para aposentadoria por invalidez;

III - promover a readaptação e reintegração de servidores que retornam de licença médica prolongada;

IV - coordenar e implementar o programa qualidade de vida e saúde no trabalho;

V - efetuar a triagem, análise, diagnóstica e encaminhamento dos servidores para as diversas ações desenvolvidas pelo programa;

VI - elaborar a agenda de atendimentos das oficinas do programa de qualidade de vida e saúde no trabalho;

VII - efetuar inscrições nos formulários eletrônicos para as oficinas do programa de qualidade de vida e saúde no trabalho oferecido após entrevista;

VIII - identificar parcerias com instituições e profissionais que possam colaborar no programa de qualidade de vida e saúde no trabalho;

IX - coordenar os profissionais envolvidos no programa de qualidade de vida e saúde no trabalho;

X - avaliar profissionais envolvidos no programa de qualidade de vida e saúde no trabalho e manter o controle dos atendimentos;

XI - elaborar relatórios anuais com os resultados obtidos nos subprogramas e respectivas oficinas; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção II

Da Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática

Art. 22. À Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática compete:

I - propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação, manutenção e administração das atividades relativas às áreas de informática e redes de comunicação de dados interna, bem como sua respectiva conectividade às redes acadêmicas e comerciais, em consonância com as demais unidades organizacionais e organismos gestores oficiais;

II - elaborar e implantar o plano diretor de informática do IBICT;

III - coordenar e supervisionar todas as atividades relacionadas às tecnologias de informação com emprego da informática no âmbito do IBICT ou que envolvam o relacionamento em rede com outras entidades;

IV - participar da elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos e construção de sistemas de informação, banco de dados e websites demandados no IBICT, em consonância com os objetivos institucionais;

V - definir e adotar, em articulação com as demais áreas do IBICT, modelos de relacionamento, fluxos de trabalho, e indicadores de desempenho, para uso interno e com clientes externos;

VI - planejar, coordenar, implementar e manter atualizadas metodologias de desenvolvimento de sistemas, de gerenciamento de bancos de dados, de monitoramento dos recursos tecnológicos divulgando normas para utilização dos recursos tecnológicos de informática;

VII - orientar, acompanhar e avaliar sistemas de avaliação dos níveis de atendimento dos serviços prestados no âmbito de sua competência;

VIII - planejar, coordenar, implementar e manter padrões tecnológicos sobre software, hardware, segurança de acesso, redes e telecomunicações e fomentar o uso de softwares livres;

IX - coordenar e supervisionar a gestão e manutenção das condições operacionais de todo o ambiente computacional do IBICT, incluindo, equipamentos, redes internas, telecomunicações, sistemas operacionais, repositórios de dados e sistemas aplicativos de informática;

X - planejar, coordenar, implementar e manter aplicação de planos de contingências de segurança da informação contemplando infraestrutura, comunicações (intranet e internet), software e serviços;

XI - coordenar, supervisionar e acompanhar o funcionamento 24 horas, sete dias por semana, de forma ininterrupta, dos recursos e serviços disponíveis;

XII - planejar, coordenar e desenvolver ações voltadas para o aperfeiçoamento tecnológico dos recursos de informática e evitar a sua obsolescência;

XIII - gerenciar e promover o desenvolvimento profissional dos recursos humanos, garantindo a eficiência e eficácia no atendimento às demandas institucionais;

XIV - coordenar e orientar o provimento das áreas sob sua supervisão com ferramentas de suporte e auxilio as atividades de desenvolvimento de sistemas, websites e de gerenciamento de bancos de dados;

XV - coordenar a elaboração e disponibilização de indicadores de desempenho, progresso dos desenvolvimentos, das disponibilidades dos sistemas e websites em produção, das demandas de cargas e disponibilidades das redes, servidores e softwares básicos bem como dos níveis de atendimentos de serviços prestados a usuários finais internos e externos; e

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 23. À Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas compete:

I - coordenar supervisionar e viabilizar o desenvolvimento de projetos de Sistemas de Informações/websites e de Estruturação de Banco de Dados adotando os requisitos e atividades previstas na Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS em atendimento às demandas de usuários internos e externos, em consonância com os compromissos do IBICT;

II - analisar e implementar solicitações dos usuários referentes a manutenções corretivas ou evolutivas para os sistemas e bases de dados implantadas e em produção;

III - coordenar e desenvolver programas de treinamento destinados aos usuários dos Projetos desenvolvidos;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - coordenar, supervisionar e implementar a implantação de soluções no ambiente de produção promovendo o repasse da operação às áreas interessadas no projeto;

V - desenvolver e manter atualizada, observando-se o estado da arte das tecnologias da informação e da comunicação, da metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação;

VI - coordenar estudos para elaboração de normas e padrões de: conectividade entre sistemas, de interfaces web, de identidade visual de websites, de técnicas de navegação, busca, estilos, entre outros meios, bem como implementar a sua aplicação;

VII - promover e executar, em articulação com as demais áreas, a modelagem de informações e de processos institucionais do IBICT;

VIII - avaliar e propor aperfeiçoamento tecnológico constante do site institucional, bem como de todos os sistemas implantados no IBICT;

IX - dar suporte ao Laboratório de Tecnologias da Informação, por meio da instalação, testes e aplicação das tecnologias identificadas por esse laboratório;

X - elaborar relatórios de indicadores de desempenho do setor contemplando o progresso dos desenvolvimentos, execuções de manutenções e serviços prestados, níveis de satisfação de clientes, entre outros instrumentos de acompanhamento e avaliação; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 24. À Divisão de Produção e Redes compete:

I - executar as ações relacionadas com o estudo, avaliação e expansão de servidores, ativos de rede, sistemas operacionais, banco de dados, software de apoio e de segurança, bem como o uso dos recursos computacionais corporativos, voltados para a sua compatibilização e integração com outros ambientes;

II - manter operacional e em níveis adequados de desempenho de disponibilidade e de segurança, toda a infraestrutura tecnológica dedicada à operação dos serviços e sistemas em regime de produção do IBICT, mantendo-a conectada à Internet em funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana, de forma ininterrupta;

III - definir e aplicar as normas, diretrizes, padrões técnicos e de procedimentos, de forma a promover o maior nível de segurança física e lógica do ambiente de informática, inclusive com relação às interconexões, com outros ambientes;

IV - homologar sistemas a serem implantados em regime de produção nos termos das metodologias e normas técnicas vigentes;

V - gerenciar a rede interna de computadores, promovendo o controle e a conservação dos dados e equipamentos de informática;

VI - supervisionar e controlar os meios de comunicação de dados, avaliando o desempenho e a utilização dos recursos;

VII - elaborar relatórios de indicadores de desempenho do setor contemplando: a demanda de recursos; a disponibilidade dos sistemas operacionais e aplicativos em produção; equipamentos, servidores e ativos de redes, as comunicações de dados, conexões, internet, entre outros dessa natureza; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 25. À Divisão de Suporte Técnico compete:

I - implementar o sistema de atendimento de chamados de suporte a usuários finais internos do IBICT;

II - prestar suporte aos usuários do IBICT em assuntos de microinformática e redes, principalmente em atendimento de chamados;

III - receber solicitações, identificar e planejar as necessidades de treinamento dos usuários finais nos níveis operacional, tático e estratégico, visando subsidiar um plano de projetos de treinamento de âmbito institucional;

IV - elaborar estudos de aperfeiçoamento de desempenho dos equipamentos e software de microinformática;

V - prestar assessoria técnica as demais áreas para contratação de títulos de software de microinformática, participando de análises de viabilidade técnica e compatibilidade com os demais softwares existentes no IBICT;

VI - realizar atividades de instalação de equipamentos de microinformática, manutenção de rede elétrica estabilizada, software para estações de trabalho;

VII - dar suporte à administração de contratos de manutenção de hardware e software para com terceiros;

VIII - prover as demais áreas que demandam serviços de suporte divisão com ferramentas de suporte e auxilio as atividades de desenvolvimento de sistemas / websites e de gerenciamento de bancos de dados;

IX - elaborar relatórios de indicadores de desempenho do setor contemplando: demanda e resolução de chamadas de usuários; índices de disponibilidade das estações de trabalho e equipamentos acessórios; utilização de impressoras centrais; treinamentos aplicados, níveis de satisfação de do usuário, entre outros instrumentos de acompanhamento e avaliação; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 26. À Divisão de Revisão compete:

I - proceder à normalização técnica dos originais, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II - manter contato com os autores das obras e materiais para proceder as alterações s nos originais relativas às normas técnicas;

III - auxiliar os autores no emprego de normas técnicas sempre que houver solicitação;

IV - encaminhar para o registro das obras, junto às agências brasileiras e internacionais;

V - proceder à revisão linguística das obras aprovadas pelo Conselho Editorial de todo material composto destinado à impressão;

VI - proceder à revisão tipográfica, em todas as suas etapas, de todo material composto para edição; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Da Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos

Art. 27. À Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos compete:

I - estimular a consolidação da indústria brasileira de conteúdos de informação, mediante a criação de infraestrutura metodológica - padrões, protocolos, metodologias, instrumentos terminológicos;

II - promover o acesso e compartilhamento da informação, mediante a criação de redes e serviços de informação;

III - articular parcerias com universidades, institutos tecnológicos e o setor industrial;

IV - realizar prospecção tecnológica, pesquisa e inovação de produtos e serviços de informação;

V - articular e integrar atores sociais, por intermédio de projetos cooperativos;

VI - popularizar o uso da informação científica e tecnológica e buscar a inclusão de públicos distintos e a diversidade cultural na sociedade da informação;

VII - definir as linhas de ação e o portfólio de produtos e serviços de informação da Coordenação;

VIII - estabelecer metas e indicadores de desempenho e qualidade no âmbito da Coordenação, avaliar os resultados e fazer a correção de rumos;

IX - identificar e negociar oportunidades de financiamento e a realização de parcerias para mobilização de recursos financeiros, humanos e materiais;

X - estabelecer um modelo de gestão que propicie o aprimoramento do capital intelectual, a participação no processo decisório e a atuação em rede;

XI - disponibilizar as competências geradas no âmbito da Coordenação, por meio da prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 28. À Coordenação de Articulação, Geração e Aplicação de Tecnologia compete:

I - coordenar a geração e aplicação de tecnologia para avaliação, acompanhamento e validação da qualidade de produtos e serviços de informação em ciência e tecnologia;

II - desenvolver, elaborar e aplicar métodos e ferramentas voltadas para a melhoria de produtos;

III - desenvolver metodologias de trabalho de estímulo à inovação;

IV - prover infraestrutura de pesquisa e serviços para uso compartilhado de seus sistemas e métodos de trabalho;

V - participar da definição e execução dos processos de prestação de serviços do IBICT;

VI - contribuir para a elaboração de normas, de publicações do IBICT, palestras, cursos e serviços de consultoria entre outras atividades no âmbito de sua competência;

VII - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito através da prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento, no âmbito de sua atuação e de acordo com as diretrizes e normas do IBICT;

VIII - promover ações de articulação com a comunidade científica, tecnológica e outras áreas de interesse do IBICT;

IX - coordenar e organizar reuniões com interlocutores e parceiros participantes das redes coordenadas pelo IBICT;

X - coordenar e articular a participação do IBICT em reuniões e eventos de interesse do Instituto;

XI - prospectar, acompanhar, absorver e propor ações relacionadas à missão do IBICT;

XII - elaborar relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor, entre outros; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 29. À Coordenação de Redes e Serviços de Informação de Novos Produtos compete:

I - planejar sistemas de informação na Web para públicos específicos;

II - articular parcerias para a concepção e implantação de projetos cooperativos;

III - executar o acompanhamento físico-financeiro, controle de custos, documentação técnico-administrativa e da prestação de contas dos projetos;

IV - disponibilizar infraestrutura de pesquisa e serviços para uso compartilhado de seus sistemas e métodos de trabalho;

V - supervisionar a execução dos projetos, o acompanhamento físico-financeiro e o controle de seus custos, a documentação técnica e administrativa gerada e as suas prestações de contas;

VI - participar da execução dos processos de prestação de serviços do IBICT;

VII - colaborar na elaboração de normas, de publicações do IBICT, palestras, cursos e serviços de consultoria entre outras atividades no âmbito de sua competência;

VIII - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito através da prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento, no âmbito de sua atuação e de acordo com as diretrizes e normas do IBICT; e

IX - elaborar relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor, entre outros; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 30. À Divisão de Projetos de Inovação compete:

I - articular atividades de gestão e execução dos projetos com instituições parceiras, de modo a garantir o trabalho cooperativo em redes de informação;

II - coletar, tratar, organizar e disseminar conteúdos de informação na Web;

III - participar da identificação, definição e do desenvolvimento de mecanismos adequados de recuperação da informação e os instrumentos terminológicos necessários;

IV - identificar, definir e participar da construção de mecanismos de comunicação, visando assegurar o intercâmbio de ideias e a gestão de redes de parceiros;

V - realizar estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento de novos produtos e o aperfeiçoamento dos já existentes;

VI - elaborar e aplicar metodologias para o desenvolvimento adequado dos novos produtos e serviços de informação;

VII - elaborar normas, padrões e metodologias para o tratamento e disseminação da informação;

VIII - desenvolvimento de projetos de prospecção tecnológica, pesquisa e inovação, em cooperação com universidades, institutos tecnológicos e a indústria, para a concepção de novos produtos e serviços de informação em Ciência, Tecnologia e Inovação;

IX - adotar desenvolver metodologias de trabalho de estímulo à inovação no desenho de novo produtos;

X - participar da execução dos processos de prestação de serviços do IBICT;

XI - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito através da prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento, no âmbito de sua atuação e de acordo com as diretrizes e normas do IBICT;

XII - acompanhar e supervisionar a execução dos projetos relativos aos novos produtos e serviços de informação;

XIII - monitorar e promover o uso dos serviços de informação disponibilizados na web;

XIV - elaborar relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor, entre outros;

XV - organizar bases de dados de interesse da gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação;

XVI - criar mecanismos de comunicação e interação entre as comunidades virtuais das redes de informação;

XVII - identificar oportunidades e definir ações de divulgação dos produtos e serviços da Coordenação;

XVIII - identificar necessidades de treinamento e propor a capacitação de recursos humanos alocados na Coordenação;

XIX - elaborar relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor, entre outros; e

XX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 31. À Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos compete:

I - coordenar e executar a prospecção de novas tecnologias, promovendo a sua absorção e adequação às necessidades da Coordenação;

II - gerenciar projetos relacionados ao desenvolvimento de produtos, programas e sistemas de informação, no âmbito da Coordenação;

III - buscar soluções tecnológicas, em articulação com universidades, institutos tecnológicos e o setor produtivo, para garantir o acesso e compartilhamento da informação nas redes e sistemas de informação;

IV - realizar prospecção tecnológica para promover a inovação de produtos e serviços de informação;

V - contribuir para a elaboração e a implantação de um modelo de gestão que propicie o aprimoramento do capital intelectual, a participação no processo decisório e a atuação em rede;

VI - disseminar o conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no âmbito da Coordenação, por meio de cursos de extensão e treinamento, assim como de outras prestações de serviços, de acordo com as diretrizes e normas do IBICT;

VII - participar do desenvolvimento de projetos específicos da Coordenação, em articulação com as áreas afins de desenvolvimento de sistemas, de produção de redes e suporte de informática;

VIII - garantir a aderência aos padrões de interoperabilidade para o desenvolvimento de novos produtos e serviços de informação, assim como para a integração de sistemas legados na esfera federal;

IX - estabelecer sistemas de trabalho que permitam o surgimento de processos e produtos inovadores;

X - disponibilizar suporte metodológico e tecnológico voltados para a interação com as comunidades científicas e de desenvolvimento tecnológico, empresas e entidades civis;

XI - elaborar relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor, entre outros; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 32. À Divisão de Desenvolvimento e Inovação de Produtos de Informação compete:

I - prospectar, especificar e participar da construção de mecanismos de comunicação e colaboração entre os parceiros das redes de informação;

II - aplicar normas de acessibilidade em sistemas de informação do IBICT, em consonância com a política social e o Programa de Inclusão do Governo Federal, para garantir a integração social dos cidadãos com necessidades especiais;

III - realizar estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento de novos produtos;

IV - elaborar projetos de arquitetura de informação para o desenvolvimento de novos produtos;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - confeccionar artefatos, por meio de ferramentas multimídia, de apoio a palestras, cursos e eventos voltados para os públicos específicos;

VI - apoiar a realização de prospecção tecnológica para promover a inovação de produtos e serviços de informação;

VII - aplicar padrões de interoperabilidade no desenvolvimento de novos produtos e serviços de informação;

VIII - elaborar relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor, entre outros;

IX - representar o IBICT junto ao Comitê de Coordenação de Inovação de Arranjo de Núcleo de Inovação Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTIC a que estiver integrado; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IV

Da Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados

Art. 33. Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados compete:

I - coordenar a execução dos projetos contratados, realizados em cooperação com beneficiários do IBICT, em âmbito nacional e internacional, destinados ao atendimento à demanda de manutenção e ajustamentos de programas, métodos e sistemas;

II - planejar, coordenar e supervisionar, em articulação com as demais áreas fins do IBICT, pesquisas nas áreas de informação em ciências e tecnologia e de tecnologias da informação e da comunicação aplicadas ao tratamento e disseminação da informação com o propósito de promover a manutenção e ajustes de produtos e serviços do IBICT;

III - participar do estabelecimento bem como coordenar a aplicação de padrões e normas de tratamento da informação e metodologias de avaliação, acompanhamento de produtos e serviços;

IV - coordenar, elaborar e propor políticas e diretrizes destinadas a manutenção ou ajustes dos produtos de programas ou sistemas de informação e bem como das formas de interação com as comunidade científicas e de desenvolvimento tecnológico, empresas e entidades civis;

V - coordenar e supervisionar a manutenção e ajustes de programas ou sistemas de informação em ciência e tecnologia voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - viabilizar o atendimento à demanda da sociedade por conhecimentos, serviços de informação científica, tecnológica e de inovação na sua aplicação, de forma integrada com as demais áreas fins do IBICT;

VII - desenvolver e propor, em articulação com comunidade e as demais áreas do IBICT, políticas de capacitação para excelência em ciência e tecnologias da informação;

VIII - contribuir para a proposição de metas, indicadores institucionais de desempenho e qualidade, bem como acompanhar sua evolução e programar medidas para o seu alcance;

IX - promover a articulação com os interlocutores e parceiros do IBICT, assim como com potenciais parceiros e instituições de interesse para as ações do Instituto;

X - promover o incremento da produção científica do IBICT;

XI - orientar e supervisionar o registro do conhecimento científico e tecnológico gerado pelos projetos desenvolvidos nos seu âmbito;

XII - prover infraestrutura de pesquisa e serviços para uso compartilhado e participar da execução dos processos de prestação de serviços do IBICT;

XIII - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito através da prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento, no âmbito de sua atuação e de acordo com as diretrizes e normas do IBICT;

XIV - coordenar a elaboração de relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor;

XV - propor e coordenar programas de divulgação para os produtos e serviços do IBICT; e

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 34. À Coordenação dos Laboratórios de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação compete:

I - coordenar a realização de projetos, em articulação com as áreas afins, de desenvolvimento de sistemas, destinados à criação, manutenção e ajustes dos sistemas, produtos e serviços de informação;

II - disponibilizar suporte metodológico e tecnológico voltados para a interação com as comunidades científica e tecnológica;

III - coordenar e desenvolver metodologias, padrões e normas para o tratamento e disseminação da informação científica e tecnológica, contribuindo para o estímulo à inovação na área de informação em ciência e tecnologia;

IV - propor e coordenar a realização de estudos e pesquisa para a criação, manutenção e ajuste de projetos, programas, métodos, produtos e serviços de informação;

V - participar da negociação, elaboração e execução dos processos de prestação de serviços do IBICT;

VI - realizar atividades de prospecção, monitoramento, desenvolvimento, customização e avaliação de sistemas de informação;

VII - colaborar na elaboração de normas de procedimento, de publicações do IBICT, palestras, cursos e serviços de consultoria entre outras atividades no âmbito de sua competência;

VIII - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito através da prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento, no âmbito de sua atuação e de acordo com as diretrizes e normas do IBICT;

IX - promover o incremento da produção científica do IBICT;

X - elaborar relatórios de atividades, de indicadores de desempenho do setor, entre outros; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 35. Divisão de Pesquisa, Atualização e Manutenção de Produtos Especiais compete:

I - realizar os procedimentos de manutenção e ajustes de projetos, em articulação com as áreas afins de desenvolvimento de sistemas, de produção de redes e suporte de informática, destinados ao processamento produtos de programas, métodos e sistemas de tratamento da informação consolidados de caráter especial e diferenciados;

II - disponibilizar suporte metodológico e tecnológico voltados para a interação com as comunidades científica e tecnológica, empresas e entidades civis;

III - desenvolver metodologias, padrões e normas para o tratamento e disseminação da informação científica e tecnológica, contribuindo para o estímulo à inovação na área de informação em ciência e tecnologia;

IV - realizar pesquisa e estudos com vistas à criação, manutenção e ajustes de projetos, programas, métodos, produtos e serviços de informação consolidados;

V - participar da negociação, elaboração e execução dos processos de prestação de serviços do IBICT;

VI - supervisionar a execução dos projetos, o acompanhamento físico-financeiro e o controle de seus custos, a documentação técnica e administrativa gerada e as suas prestações de contas;

VII - colaborar na elaboração de normas de procedimento, de publicações do IBICT, palestras, cursos e serviços de consultoria entre outras atividades no âmbito de sua competência;

VIII - participar da disseminação do conhecimento adquirido e disponibilizar as competências geradas no seu âmbito através da prestação de serviços, cursos de extensão e treinamento, no âmbito de sua atuação e de acordo com as diretrizes e normas do IBICT;

IX - contribuir para o incremento da produção científica do IBICT; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 36. À Coordenação de Atendimento à Comunidade compete;

I - coordenar, supervisionar e efetuar a execução dos projetos de serviços e os realizados em cooperação com beneficiários do IBICT destinados ao atendimento à demanda por aplicações de interesse social, científico, tecnológico e econômico, junto a comunidade interessadas nos serviços prestados pelo IBICT;

II - supervisionar a execução dos projetos, o acompanhamento físico-financeiro, o controle de seus custos, a documentação técnica e administrativa gerada e as suas prestações de contas;

III - coordenar a manutenção das estruturas e execução de macroprocessos e atender as demanda de manutenção e ajustamentos de programas, métodos e sistemas consolidados, de forma integrada com os processos das demais áreas afins e de desenvolvimento de sistemas, de produção de redes e suporte de informática, destinados ao processamento de seus produtos;

IV - propor temas de pesquisa e desenvolvimento de novos métodos e técnicas necessárias para a criação e o desenvolvimento de aplicações de interesse social e econômico;

V - orientar e supervisionar o registro do conhecimento tecnológico e científico gerado através dos projetos da sua área de competência nos programas, métodos sistemas de informações do IBICT;

VI - participar da divulgação das competências, serviços e outras formas de atuação de sua área;

VII - promover a execução dos processos de negociação de serviços, convênios e outras formas de parceria científica e tecnológica;

VIII - propor, implantar e manter um serviço de atendimento ao usuário dos produtos e serviços do IBICT;

IX - promover a operacionalização dos produtos e serviços do IBICT;

X - promover ações visando o fornecimento de produtos e serviços com critérios de alta qualidade; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 37. À Seção de Biblioteca compete:

I - planejar, coordenar e executar pesquisas realizadas no âmbito da preservação da memória documental para a história do IBICT;

II - assessorar e orientar instituições científicas sobre seus acervos bem como atender a demanda dos demais usuários internos e externos;

III - selecionar, adquirir, registrar e organizar os acervos bibliográficos, audiovisual e multimídia de acordo com a política de aquisição do IBICT;

IV - implementar e controlar a circulação de documentos do acervo da biblioteca;

V - controlar e manter atualizadas as assinaturas de periódicos no País e no exterior;

VI - elaborar o inventário da biblioteca dentro da periodicidade estabelecida;

VII - aplicar os sistemas de classificação, tesauros e outros instrumentos próprios para o tratamento da informação de acordo com as especificidades da biblioteca;

VIII - produzir índices, guias, bibliografias ou outros produtos e serviços de informação relacionados à história da ciência e da técnica, ensino e divulgação da ciência da informação;

IX - disseminar o acervo da biblioteca e divulgar os trabalhos desenvolvidos pela biblioteca em eventos e publicações específicas da área;

X - constituir e disseminar base de dados nas áreas de atuação da biblioteca;

XI - executar programa de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse da biblioteca;

XII - acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso e disseminação da informação;

XIII - absorver, testar e aplicar técnicas, tecnologias e metodologias inovadoras de tratamento e disseminação da informação na biblioteca, transformando-a em laboratório de experimentação de tecnologias em bibliotecas; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃO COLEGIADO

Seção I

Do Conselho Técnico Científico

Art. 38. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e de assessoramento ao diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do IBICT.

Art. 39. O CTC contará com dez membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do IBICT, que a presidirá;

II - três servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

III - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do IBICT;

IV - quatro membros representantes da comunidade científica, tecnológica e empresarial, atuantes em áreas afins às do IBICT.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos II, III e IV terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso II serão indicados a partir de cinco nomes obtidos a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade, entre os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

b) os do inciso III serão indicados, fundamentadamente, pelo CTC; e

c) os do inciso IV serão indicados a partir de listas tríplices elaboradas pelo CTC, na forma do Regimento Interno.

Art. 40. Compete ao CTC:

I - apreciar e supervisionar a execução da política científica e tecnológica e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades executadas;

III - acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCTIC;

V - participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao IBICT, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e

VI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo diretor.

Art. 41. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO VI

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 42. Ao Diretor incumbe:

I - exercer a representação do IBICT;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

III - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 43. Aos coordenadores-gerais incumbe planejar, coordenar e supervisionar a execução das várias atividades a seu cargo.

Art. 44. Aos coordenadores incumbe coordenar, desenvolver e executar as tarefas atribuídas pelas coordenações-gerais.

Art. 45. Aos chefes de divisão incumbe executar e controlar as atividades vinculadas às unidades a que se subordinam.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. O IBICT celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um compromisso de gestão em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 47. O diretor poderá instituir comitês entre outras unidades colegiadas internas para interação entre as unidades da estrutura organizacional do IBICT, desde que não implique em aumento de despesa. Poderá, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do IBICT.

Art. 48. O Diretor, em ato próprio ou por inclusão em Manual, poderá delegar competências pela supervisão, ou estabelecer níveis de relacionamento entre as diversas subunidades ou áreas da estrutura organizacional do IBICT.

Art. 49. O IBICT poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente, ou se integrar a um dos Arranjos dos Núcleos de Inovação Tecnológica das Unidades de Pesquisa do MCTIC, estabelecidos pela Portaria nº 22 de 30 de janeiro de 2015, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Art. 50. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 5.148, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 815, de 17 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18 de dezembro de 2002, nº 504, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 970, de 15 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 19 de dezembro de 2006, nº 792, de 6 de dezembro de 2007, publicada no D.O.U. de 10 de dezembro de 2007, nº 423, de 16 de julho de 2008, publicada no D.O.U. de 17 de julho de 2008, nº 132, de 14 de março de 2011, publicada no D.O.U. de 15 de março de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E DA COMPETÊNCIA

Art. 1° O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2° O INPA é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3° A sede do INPA está localizada na Avenida André Araújo, 2.936, Bairro Petrópolis, na cidade de Manaus - AM, onde se encontra instalada sua administração central, estendendo suas atividades por toda Amazônia Legal.

Art. 4° O INPA tem por finalidade gerar e disseminar conhecimentos e tecnologias, bem como capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia.

Art. 5° Ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA compete:

I - gerar conhecimentos científicos e tecnológicos visando à solução de problemas ambientais;

II - ampliar o conjunto de informações e conhecimentos sobre recursos ambientais e socioeconômicos;

III - monitorar a dinâmica dos ecossistemas da Amazônia;

IV - participar da formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional promovendo o aproveitamento dos recursos naturais;

V - estabelecer intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais e estrangeiras;

VI - contribuir com a elevação da capacidade regional para pesquisa científica e tecnológica, por meio de treinamento e fixação de recursos humanos;

VII - promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico por intermédio de publicações informativas, técnicas e científicas relativas a assuntos amazônicos;

VIII - aprimorar e intensificar o intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras (submetendo ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações os contratos ou convênios que venham a ser celebrados com essas instituições);

IX - transferir para a sociedade serviços e produto resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;

X - incentivar e apoiar conferências nacionais e internacionais, simpósios e outros tipos de eventos técnico-científicos;

XI - prestar serviços técnicos, emitir certificados, relatórios e laudos técnicos, bem como criar padrões de acordo com as normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

XII - criar mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias;

XIII - atuar na prestação de serviços à comunidade para garantir a correta utilização dos recursos naturais; e

XIV - constituir-se fonte de referência da biodiversidade da Amazônia mediante criação, desenvolvimento e manutenção de coleções científicas biológicas, administradas na forma de Programa de Coleções e Acervos Científicos.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - GINPA

a) Serviço Administrativo do Gabinete - SEGAB

b) Serviço de Documentação e Acervo Bibliográfico - SEDAB

II - Coordenação de Apoio aos Programas, Contratos e Convênios - COAPC

III - Coordenação de Ações Estratégicas - COAES

a) Núcleo de Apoio à Pesquisa em Roraima - NAPRR

b) Núcleo de Apoio à Pesquisa em Rondônia - NAPRO

c) Núcleo de Apoio à Pesquisa no Acre - NAPAC

d) Núcleo de Apoio à Pesquisa no Pará - NAPPA

IV - Coordenação de Tecnologia da Informação - COTIN

V - Coordenação de Cooperação e Intercâmbio - COCIN

VI - Coordenação de Administração - COADI

a) Núcleo de Apoio Administrativo - NADMI

VII - Coordenação de Apoio Técnico e Logístico - COATL

a) Setor de Apoio Administrativo - SEATL

b) Divisão de Suporte às Estações e Reservas - DISER

c) Divisão de Engenharia e Arquitetura - DIEAR

d) Serviço de Orçamento e Finanças - SEOFI

e) Serviço de Material, Patrimônio e Compras - SEMPC

VIII - Coordenação de Gestão de Pessoas - COGPE

a) Setor de Apoio Administrativo - SEGPE

b) Serviço de Recursos Humanos - SEREH

1. Setor de Treinamento de Recursos Humanos - SETRH

IX - Coordenação de Pesquisas - COPES

X - Coordenação de Dinâmica Ambiental - CODAM

a) Seção de Apoio Administrativo - SEDAM

XI - Coordenação de Sociedade, Ambiente e Saúde - COSAS

a) Seção de Apoio Administrativo - SESAS

XII - Coordenação de Tecnologia e Inovação - COTEI

a) Seção de Apoio Administrativo - SETEI

XIII - Coordenação de Biodiversidade - COBIO

a) Seção de Apoio Administrativo - SEBIO

b) Setor de Apoio ao Programa de Coleções e Acervos Científicos - SEPCA

XIV - Coordenação de Capacitação - COCAP

a) Divisão de Apoio Técnico - DIDAT

XX - Coordenação de Pós Graduação - COPOG

a) Núcleo de Apoio Administrativo - NAPOG

a) Divisão do Curso de Pós-Graduação em Biologia de Água Doce e Pesca Interior - DIBAD

b) Divisão do Curso de Pós-Graduação em Botânica - DIBOT

c) Divisão do Curso de Pós-Graduação em Ciências de Florestas Tropicais - DICFT

d) Divisão do Curso de Pós-Graduação em Ecologia - DIECO

e) Divisão do Curso de Pós-Graduação em Entomologia - DIENT

f) Divisão do Curso de Pós-Graduação em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva - DIGEN

g) Divisão do Curso de Pós-Graduação em Clima e Ambiente - DICAM

h) Divisão do Curso de Pós-Graduação Agricultura no Trópico Úmido - DIATU

XVI - Coordenação de Extensão - COEXT

XVII - Coordenação de Extensão Tecnológica e Inovação - COETI

XVIII - Coordenação de Tecnologia Social - COTES

a) Serviço de Apoio as Áreas de Visitação - SEAAV

Art. 7º Os Órgãos Colegiados vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA são:

I - Conselho Técnico Científico - CTC

II - Conselho Diretor - CD

III - Comissão Permanente de Licitação - CPL

Art. 8º O INPA será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas às prerrogativas do Presidente da República de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação pelo Ministro de Estado de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Presidente da República nomeará um Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do Diretor.

Art. 10. As Coordenações serão dirigidas por Coordenador, as Divisões e os Serviços por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os Núcleos e Seções de apoio serão dirigidos por chefes, bem como a Comissão Permanente de Licitação dirigida por servidor efetivo, cujas Funções Gratificadas serão providas pelo Diretor.

Art. 12. Os ocupantes dos cargos em comissão e funções gratificadas serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

Parágrafo único. O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Art. 13. Ao Gabinete do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia compete:

I - assistir ao Diretor em sua representação social, política e institucional;

II - incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

III - fornecer apoio técnico e administrativo nos diversos assuntos encaminhados ao Diretor;

IV - opinar sobre a divulgação de matérias relacionadas com a área de atuação do INPA;

V - promover as atividades de suporte ao CTC;

VI - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados permanentes; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Diretor.

Art. 14. Ao Serviço Administrativo do Gabinete compete:

I - desempenhar tarefas que, direta ou indiretamente, contribuam para o bom andamento, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

II - requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade do Gabinete;

III - solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos, e outros serviços gerais;

Art. 15. Ao Serviço de Documentação e Acervo Bibliográfico compete:

I - planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades de organização, análise e tratamento técnico, relativas ao acervo bibliográfico, bem como promover a divulgação dos serviços, produtos e sistemas de documentação e informação do INPA;

II - coletar, organizar e manter a coleção completa das publicações editadas pelo INPA, para fins de preservação da sua produção editorial;

III - fomentar normas reguladoras para o atendimento público; e

IV - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Seção II

Da Coordenação de Apoio aos Programas, Contratos e Convênios

Art. 16. À Coordenação de Apoio aos Programas, Contratos e Convênios compete:

I - orientar a elaboração dos programas, contratos e convênios do INPA;

II - acompanhar e avaliar a execução dos programas, contratos e convênios institucionais, verificando o cumprimento dos seus objetivos e metas;

II - sugerir políticas e diretrizes de orientação geral no âmbito dos programas, contratos e convênios, em consonância com a Coordenação de Ações Estratégicas;

IV - fornecer informações concernentes aos programas contratos e projetos institucionais, para a formação de proposta orçamentária do INPA; e

V - executar outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Chefe de Gabinete.

Seção III

Da Coordenação de Ações Estratégicas

Art. 17. À Coordenação de Ações Estratégicas compete:

I - propor diretrizes para orientar a formulação do Plano Diretor do INPA;

II - compatibilizar estudos, pesquisas, projetos e atividades das estratégias de trabalho do INPA;

III - desempenhar ações de modernização administrativa, elaborar normas e procedimentos necessários ao funcionamento do INPA nos assuntos de sua competência;

IV - avaliar a execução dos programas, projetos e atividades a cargo das unidades do INPA;

V - propor, coordenar e negociar a programação orçamentária do INPA;

VI - elaborar, implantar e controlar a execução do Plano Estratégico do INPA;

VII - acompanhar e avaliar a execução orçamentária do INPA;

VIII - implementar o processo de planejamento participativo permanente;

IX - planejar e coordenar a Política de Informática do INPA;

X - elaborar, implementar e executar a Política de Propriedade Intelectual do INPA e a Política de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado;

XI - elaborar proposta para a obtenção de recursos extra orçamentários, atendendo às disposições legais exigidas; e

XII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Diretor.

Art. 18. Aos Núcleos de Apoio à Pesquisa em Roraima, Rondônia, Acre e Pará competem:

I - representar oficialmente o INPA em conselhos e eventos locais relacionados à ciência e tecnologia;

II - identificar demandas de serviços técnico-científicos e oportunidades de realização de ações de pesquisa (básica e aplicada) e extensão, a serem executadas por seu pessoal local, da sede em Manaus ou de outros Núcleos;

III - buscar recursos financeiros via submissão de propostas em Editais de agências financiadoras para realizar ações de pesquisa e extensão localmente em colaboração com pesquisadores da sede, de outros Núcleos ou de parceiros locais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - realizar diagnóstico anual do panorama de ciência & tecnologia local para subsidiar o INPA no planejamento de suas ações de pesquisa e extensão regionalizadas (grandes projetos regionais); identificar pontos fortes e fracos de instituições congêneres locais bem como oportunidades de parcerias; evitar sobreposição de ações com instituições locais e ajustar metas e/ou objetivos do seu plano de ação à realidade de cada Estado;

V - apoiar pesquisadores do INPA em suas missões de pesquisa e extensão nas áreas de atuação efetiva de cada Núcleo, disponibilizando apoio logístico (transporte, laboratório multidisciplinar, facilidade de comunicação, escritório temporário) e humano (técnicos de campo e administrativo), independentemente da existência de colaboração efetiva com o pessoal local;

VI - apoiar estudantes de pós-graduação ligados aos Programas do INPA por ocasião de coletas de dados de campo nas áreas de atuação efetiva de cada Núcleo, independentemente da existência de colaboração com pessoal local de cada Núcleo;

VII - identificar e apoiar a participação do INPA em eventos locais voltados para a divulgação de resultados de pesquisa e extensão de tecnologias desenvolvidas por pesquisadores da instituição;

VIII - colaborar em programas de pós-graduação e graduação de parceiros locais, atuando formalmente no ensino e orientação de alunos destes programas;

IX - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

X - dar apoio logístico e administrativo às ações do MCTIC no âmbito local de cada Núcleo quando estas forem solicitadas ao INPA.

Seção IV

Da Coordenação de Tecnologia da Informação

Art. 19. À Coordenação de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar, orientar, controlar, formular e avaliar os planos e programas relativos à execução das atividades na área de informática, no âmbito do INPA;

II - propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação e manutenção das atividades relativas à informática;

III - coordenar e acompanhar o desenvolvimento de métodos, procedimentos, planos, programas, projetos e atividades de informática no INPA;

IV - prestar orientação técnica e normativa às coordenações, unidades administrativas e de pesquisa, inclusive visando à integração entre as coordenações e demais unidades do Instituto, bem como do INPA com outros órgãos da administração pública;

V - avaliar os planos setoriais de compras de equipamentos de tecnologia da informação dos setores do INPA, visando à racionalização dos investimentos de informática e a proposição de subsídios para a elaboração do orçamento de informática;

VI - propor e implementar medidas visando à racionalização do uso dos recursos de informática, inclusive definindo e implementando padrões de equipamentos de informática e programas de computador a serem adotados no INPA;

VII - pronunciar-se, previamente, em processos relativos à aquisição de bens e serviços de informática, bem como em projetos de sistemas informatizados no âmbito do INPA;

VIII - emitir parecer técnico sobre a contratação de consultorias externas específicas para atuar na área de informática;

IX - propor programas de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos julgados necessários ao desempenho dos projetos de informática, em articulação com o Serviço de Recursos Humanos do INPA;

X - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos centrais da administração pública, com vistas ao aperfeiçoamento e ao aprimoramento da atuação desta Coordenação;

XI - coordenar o desenvolvimento, a utilização e a avaliação do processo de engenharia de sistemas informatizados, no escopo de aplicações da informática para a biodiversidade e da gestão de informação espacial, entre outros;

XII - propor a adoção de normas, diretrizes, padrões técnicos e definir procedimentos, de forma a promover o maior nível de segurança física e lógica do ambiente de informática, inclusive com relação às interconexões com outros ambientes;

XIII - gerenciar a rede de computadores, promovendo o controle e a conservação dos dados e equipamentos de informática, inclusive na instalação;

XIV - acompanhar a execução dos contratos relativos aos sistemas informatizados no âmbito do INPA;

XV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XVI - executar outras competências que lhe forem delegadas, no seu campo de atuação.

Seção V

Da Coordenação de Cooperação e Intercâmbio

Art. 20. À Coordenação de Cooperação e Intercâmbio compete:

I - articular, formalizar, acompanhar e avaliar parcerias entre o INPA e outras instituições nacionais e internacionais nas áreas de geração, promoção e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a Amazônia Brasileira, em conformidade com as diretrizes do MCTIC e do INPA;

II - assistir as unidades organizacionais do INPA em assuntos voltados à cooperação institucional e intercâmbio;

III - prospectar, articular e apoiar a inserção do INPA em novas redes de cooperação;

IV - apoiar as demandas de cooperação do INPA com outras instituições em missão exploratória;

V - registrar, acompanhar e avaliar as cooperações e os intercâmbios vigentes;

VI - subsidiar a elaboração e a atualização sistemática da política de cooperação institucional e intercâmbio do INPA; e

VII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes.

Seção VI

Da Coordenação de Administração

Art. 21. À Coordenação de Administração compete:

I - administrar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, orçamento e finanças, material, patrimônio e compras, serviços gerais de manutenção e infraestrutura institucional, engenharia e arquitetura, e estações e reservas do INPA, inclusive dando suporte aos demais aspectos administrativos;

II - coordenar as atividades de análise econômico-financeiras do INPA;

III - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades do INPA;

IV - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

V - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;

VI - propor a indicação de servidores para atuarem como pregoeiros e membros da Comissão Permanente de Licitação, acompanhando suas respectivas atividades, de acordo com a legislação pertinente;

VII - prestar informações relacionadas à gestão administrativa para compor o relatório do Termo de Compromisso de Gestão - TCG;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Diretor.

Art. 22. Ao Núcleo de Apoio Administrativo compete:

I - apoiar os Coordenadores na interação e comunicação com as unidades subordinadas às Coordenações e com as demais unidades do INPA;

II - encarregar-se do preparo e despacho do expediente dos Coordenadores;

III - fornecer apoio técnico-administrativo aos assuntos encaminhados às Coordenações;

IV - desempenhar tarefas administrativas que direta ou indiretamente contribuam para o bom andamento, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

V - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo de responsabilidade das Coordenações;

VI - solicitar e controlar serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção e outros relacionados ou delegados pelos Coordenadores;

VII - imprimir, distribuir e recolher a folha de frequência de servidores ativos e estagiários e posterior encaminhamento ao SEREH;

VIII- elaborar requisições de materiais e serviços;

IX - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes;

X- exercer outras atividades que lhe sejam conferidas pelos Coordenadores.

Seção VII

Da Coordenação de Apoio Técnico e Logístico

Art. 23. À Coordenação de Apoio Técnico e Logístico compete:

I - zelar pela segurança física dos bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio do INPA e, principalmente, a dos servidores, dos alunos, dos estagiários, dos prestadores de serviço, dos convidados e dos visitantes do Instituto;

II - planejar, coordenar e supervisionar os serviços de recepção, portaria, vigilância, zeladoria, transportes em geral e a circulação de pessoas nas dependências do Instituto;

III - organizar e promover a execução dos transportes terrestre, aquático, bem como a realização da manutenção preventiva e corretiva dos bens patrimoniais pertencentes ao instituto que executam ou apoiam essas atividades;

IV - operacionalizar as atividades referentes à utilização e manutenção de viaturas, embarcações e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios, peças de reposição e atualização da documentação de veículos pertencentes ao patrimônio do INPA;

V - promover a execução da manutenção, tanto preventiva como corretiva, incluídas a limpeza, conservação das instalações, vias e edificações em todos os Campi, nas estações, reservas e flutuantes, contando com o apoio técnico da Divisão de Engenharia e Arquitetura e da Divisão de Suporte às Estações e Reservas;

VI - controlar e manter o sistema de comunicações administrativas, protocolo, correios, redes de telecomunicações e apoio em reprografia;

VII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador de Administração.

Art. 24. Ao Setor de Apoio Administrativo compete:

I - imprimir, distribuir e recolher folha de frequência dos servidores ativos e estagiários e posterior encaminhamento ao SEREH;

II - elaborar requisições de materiais e serviços;

III - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes;

IV- exercer outras atividades que lhe sejam conferidas pelo Coordenador;

V - prestar suporte administrativo e operacional à Coordenação;

VI - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos sob sua responsabilidade, bem como dos gastos decorrentes da contratação de energia elétrica, telefonia, rádio chamada, entre outros;

VII- dar suporte as atividades de serviços reprográficos, de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes e passagens;

VIII- demandar a execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;

IX- demandar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e controle de circulação de pessoal nas dependências da instituição;

X- dar suporte a operacionalização, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

XI- elaborar lista de necessidades para melhor manutenção da infraestrutura do INPA, no que se refere, entre outros, a reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas;

XII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XIII- exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 25. À Divisão de Suporte às Estações e Reservas compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à administração das Reservas, Estações Experimentais e Flutuantes (REEF), em consonância com outras unidades;

II - gerenciar o uso das REEF;

III - coordenar a fiscalização e a proteção das REEF;

IV - exercer efetivo e constante controle e fiscalização sobre os servidores do Instituto ou vigilantes contratados para a segurança das áreas e patrimônio das REEF, gerenciando e acompanhando o contrato com a empresa encarregada da guarda;

V - autorizar a utilização das REEF por pesquisadores, alunos e visitantes;

VI - elaborar pedidos de compra de material e requisições de serviço para atender as necessidades de operação e manutenção das REEF;

VII - solicitar manutenção preventiva e corretiva para os bens patrimoniais das REEF;

VIII - operar e responsabilizar-se pelo patrimônio, manutenção preventiva e corretiva do sistema, equipamentos e locais de guarda da rede de radiofonia do Instituto;

IX - executar constante fiscalização sobre as cercas, as medidas de proteção, a sinalização e a proteção contra incêndios das áreas das REEF;

X - controlar a entrada nas reservas;

XI - apoiar as atividades de pesquisa, capacitação e extensão nas reservas;

XII- participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XIII- exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 26. À Divisão de Engenharia e Arquitetura compete:

I - elaborar projetos básicos, memoriais descritivos, plantas e planilhas de custos para elaboração e execução dos projetos de engenharia;

II - estabelecer normas e critérios de planejamento de edificações no INPA;

III - realizar vistorias periódicas nos edifícios e imóveis do Instituto, propondo os reparos, melhoramentos, ampliações ou adaptações que se fizerem necessários e condenar e interditar os prédios, construções, edificações, instalações e vias que apresentem problemas para o uso por pessoas e veículos, conforme o grau de risco tecnicamente constatado;

IV - emitir pareceres técnicos e fiscalizar obras e projetos contratados pelo INPA, bem como atestar o recebimento de obras e serviços de reformas;

V - adotar todas as medidas cabíveis para a observação dos cronogramas de execução de obras civis e manutenção;

VI - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes;

VII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 27. Ao Serviço de Orçamento e Finanças compete:

I - executar e controlar o orçamento e as finanças, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;

II - providenciar a emissão e atualização de certidões negativas de débito junto aos órgãos competentes;

III - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos por meio da emissão dos documentos contábeis correspondentes de acordo com o Plano de Contas da União;

IV - promover a avaliação da execução orçamentária, financeira e elaborar relatórios gerenciais de sua área de competência;

V - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;

VI - manter atualizada a legislação e as normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;

VII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos, inclusive de processos encerrados;

VIII - acompanhar e controlar os gastos com os Cartões de Pagamentos do Governo Federal e as respectivas prestações de contas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IX - elaborar as tomadas de contas anuais do INPA, consolidando os diversos relatórios das outras áreas;

X - registrar as conformidades de gestão dos lançamentos contábeis efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG;

XI - registrar e liberar os recursos orçamentários via Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas - SIGTEC;

XII - executar financeiramente as diárias do Instituto via Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

XIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XIV - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 28. Ao Serviço de Material, Patrimônio e Compras compete:

I - coordenar, planejar, executar e acompanhar as ações relativas à administração de material, contratos e importação;

II - coordenar e supervisionar a aquisição de bens no País e no exterior;

III - atender às necessidades das unidades do INPA, no SIGTEC e no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, módulos Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SIDEC, Sistema Integrado de Registro de Preços - SIREP, Sistema de Gestão de Contratos - SICON, observada a legislação em vigor no que se refere a licitações;

IV - acompanhar o registro, cadastro e pesquisa de fornecedores no Sistema Integrado de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

V - efetuar o acompanhamento de compras, e o cumprimento de prazos de entrega de bens;

VI - dar suporte e acompanhar o fechamento de câmbio de importação e exportação, bem como o desembaraço alfandegário e os demais registros pertinentes à entrada ou saída de bens do País;

VII - acompanhar o suprimento, registro, distribuição, despacho e controle dos materiais de uso comum destinados ao atendimento das necessidades de consumo dos usuários internos;

VIII - supervisionar e orientar a execução das atividades de recebimento/expedição de bens, administração de estoques e patrimônio, realização de inventários, apoio a comissões de bens, emissão de relatórios mensais e operação dos sistemas de estoque e bens;

IX - realizar o levantamento e efetuar a atualização do inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis, no âmbito do Sistema de Patrimônio da União - SPU;

X - supervisionar a classificação do cadastro de bens móveis, a codificação e catalogação do material permanente, bem como a movimentação e saída de material permanente;

XI - manter cadastro e atualização de bens cedidos ou emprestados a outras instituições por meio de instrumentos adequados;

XII - manter a atualização de dados e elaborar relatórios de carga e termos de responsabilidade, e de processos de desfazimento e baixa de bens patrimoniais;

XIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XIV - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Parágrafo único. O Serviço de Material, Patrimônio e Compras contará com uma Comissão de Cadastro, a qual será disciplinada na forma de Regimento Interno, produzido pela própria Comissão e aprovado pelo Diretor.

Seção VIII

Da Coordenação de Gestão de Pessoas

Art. 29. À Coordenação de Gestão de Pessoas compete:

I - zelar pelas ações institucionais de caráter estratégico, promovendo a concretização de ações e atividades na área de recursos humanos, com vistas ao cumprimento da missão e finalidade do INPA;

II - propor política de incentivo e estímulo ao desenvolvimento profissional de servidores;

III - elaborar Relatórios do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO;

IV - elaborar e executar programas de melhoria da saúde ocupacional por meio de unidade médico-odontológico e social;

V- propor a adequação da força de trabalho, por meio do estabelecimento de perfis de competência profissional utilizada no provimento de vagas por Concurso Público;

VI - submeter à direção proposta do programa de educação e treinamento institucional para servidores;

VII - orientar e acompanhar a execução de tarefas insalubres ou com periculosidade, com controle dos fatores de risco, para fins de prevenção de acidentes e manutenção da segurança no trabalho;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 30. Ao Setor de Apoio Administrativo compete:

I - imprimir, distribuir e recolher a folha de frequência dos servidores ativos e estagiários e posterior encaminhamento ao servidor responsável pelo registro das ocorrências;

II - elaborar requisições de materiais e serviços;

III - prestar suporte administrativo e operacional à Coordenação;

IV - dar suporte as atividades de serviços reprográficos e de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes;

V - demandar a execução dos serviços de limpeza, conservação, reparos e restauração de imóveis, móveis, elétricas, hidráulicas e outras;

VI - elaborar lista de necessidades para melhor manutenção da infraestrutura do INPA, no que se refere, entre outros, a reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas;

VII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 31. Ao Serviço de Recursos Humanos compete:

I - exercer o controle das informações pessoais e funcionais dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e estagiários no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE;

II - acompanhar as movimentações financeiras dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e estagiários no SIAPE, por meio da inserção, exclusão, alteração e conferência de dados na folha de pagamento;

III - realizar a simulação, concessão e demais rotinas relacionadas à aposentadoria, abono permanência, pensão civil vitalícia e temporária, no SIAPE ;

IV - conceder auxílio funeral e ajuda de custo;

V- enquadrar, registrar e acompanhar de tarefas insalubres ou com periculosidade, para fins de concessão dos adicionais ou gratificações respectivas no SIAPE;

VI- manter atualizados os dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados, incluindo seus dependentes, dos pensionistas e dos estagiários;

VII- disponibilizar e recepcionar a frequência dos servidores ativos e estagiários e registrar as ocorrências;

VIII - disponibilizar escala de férias e proceder o registro do programa anual de férias dos servidores bem como as respectivas alterações no SIAPE ;

IX- formalizar processo de provimento, vacância, redistribuição, remoção concessão de afastamentos de servidores;

X- efetuar o registro, controle, atualização e acompanhamento, de cargos e funções de confiança, acumulação de cargos e funções, admissão e exoneração de servidores e estagiários no SIAPE;

XI - supervisionar e acompanhar os processos de avaliação de desempenho em estágio probatório;

XII- gerenciar e controlar o programa institucional de estágio de gestão junto à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP do MCTIC;

XIII- estruturar sistema de avaliação de desempenho dos servidores, utilizando seus resultados na tomada de decisão relativa à progressão funcional e promoção de servidores e para concessão de gratificação de desempenho;

XIV- providenciar a expedição de identidade funcional, crachás de identificação, certidões de tempo de serviço e atestados e declarações à vista dos assentamentos funcionais;

XV - registrar e acompanhar informações referentes à concessão de benefício de assistência médica, hospitalar e odontológica dos servidores e seus dependentes;

XVI - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XVII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 32. Ao Setor de Desenvolvimento de Recursos Humanos compete:

I - consolidar os instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, de acordo com o Decreto nº 5.707/2006;

II - realizar levantamento das necessidades de capacitação dos servidores e orientar os gestores e líderes quanto aos procedimentos para a execução;

III - administrar os recursos orçamentários destinados a capacitação dos servidores;

IV - elaborar o Plano Anual de Capacitação, de acordo com as ações de capacitação voltadas às habilidades individuais dos servidores vinculadas a missão do INPA;

V- elaborar o Relatório de Execução do Plano Anual de Capacitação, contendo informações de capacitação realizadas no exercício anterior e a análise dos resultados alcançados;

VI - gerenciar o Sistema de Gestão por Competência, planejando, monitorando e avaliando as ações de capacitação necessárias ao desempenho dos servidores;

VII- acompanhar e controlar os afastamentos de servidores inclusos nos Programas de Desenvolvimento de Pessoal;

VIII - criar e gerenciar todas as atividades desenvolvidas pelos programas voltados para o desenvolvimento de pessoal;

IX - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

X - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Seção IX

Da Coordenação de Pesquisas

Art. 33. À Coordenação de Pesquisas compete:

I - propor políticas e diretrizes para a elaboração da Agenda de Pesquisa do INPA, em consonância com a missão institucional ouvindo as Coordenações de Dinâmica Ambiental (CODAM), Coordenação de Sociedade, Ambiente e Saúde (COSAS), Coordenação de Tecnologia e Inovação (COTEI), e Coordenação de Biodiversidade (COBIO);

II - consolidar os resultados dos projetos, programas e redes de pesquisa;

III - gerar relatórios periódicos em cumprimento às exigências do MCTIC;

IV - promover a implantação e execução de projetos de pesquisa e programas integrados com outras instituições;

V - coordenar a elaboração de propostas para obtenção de recursos extra orçamentários, atendendo às disposições legais exigidas;

VI - planejar e propor a execução orçamentária e financeira das Coordenações de Dinâmica Ambiental, Sociedade, Ambiente e Saúde, Tecnologia e Inovação, Biodiversidade, Laboratórios Temáticos e Coleções in situ e ex situ;

VII - consolidar as propostas de necessidades de recursos humanos e infraestrutura das Coordenações de Pesquisas e submetê-las ao Diretor;

VIII - coordenar, orientar, supervisionar e avaliar os registros e resultados de projetos, programas e redes de pesquisa no Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas - SIGTEC;

IX - acompanhar e avaliar as evoluções das atividades de pesquisas do INPA e propor medidas para sua melhoria, incluindo as relacionadas a novas fronteiras do conhecimento;

X - propor a constituição de Comissões de Assessoramento quando necessário;

XI - submeter ao Diretor a indicação de curador de coleção para homologação;

XII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XIII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Diretor.

Parágrafo único. A Coordenação de Pesquisa deve avaliar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas coleções in situ e ex situ respectivamente.

Art. 34. Ao Setor de Apoio ao Programa de Coleções e Acervos Científicos compete:

I - propor, deliberar e submeter à COPES o Programa de Coleções e Acervos Científicos - PCAC as decisões sobre:

a) a política curatorial das coleções científicas biológicas do INPA;

b) propostas de reestruturação da composição das curadorias integrantes do PCAC;

c) capacitação, treinamento, proposição de projetos institucionais, nacionais ou internacionais, relatórios técnicos, e sobre quaisquer outros temas pertinentes no âmbito das coleções;

d) projetos e atividades de interesse do PCAC; e

e) matérias que lhe forem submetidas por seus membros.

II - elaborar normas e procedimentos necessários ao funcionamento das coleções e acervos científicos das curadorias, e para gerenciamento e uso das coleções e respectivas informações, almejando sempre padrões de procedimentos internacionalmente aceitos pela comunidade científica;

III - promover a difusão das informações contidas nos bancos de dados das coleções científicas biológicas, ressalvadas as diretrizes institucionais sobre o assunto;

IV - colaborar na elaboração do orçamento anual e plurianual do PCAC;

V - encaminhar a COPES, solicitação de substituição de Curador de uma coleção, obedecido o disposto neste Regimento;

VI - priorizar critérios de aplicação dos recursos orçamentários do PCAC;

VII - propor planos de ação/gestão para cada coleção, ouvindo os respectivos Curadores;

VIII - propor alterações neste regimento que forem de consenso e aprovadas pela maioria dos membros do Comitê de Curadores;

IX - cumprir e zelar pela observância das legislações federal, estadual, municipal e institucional sobre coleta, transporte e destinação de material científico;

X - assessorar a COPES e o Diretor quando solicitado;

XI - incorporar as políticas e diretrizes institucionais nos planejamentos do PCAC;

XII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes;

XIII - buscar nos acervos científicos aprimoramentos de técnicas de preservação e novas coleções; e

XIV - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Seção X

Da Coordenação de Dinâmica Ambiental

Art. 35. À Coordenação de Dinâmica Ambiental compete:

I - subsidiar a elaboração da Agenda de Pesquisa do INPA;

II - promover a implantação e execução de projetos de ciência, tecnologia e inovação em sua área de competência;

III - acompanhar a execução das metas do Plano Diretor da Unidade e elaboração de relatórios semestrais e anuais em atendimento ás exigências do MCTIC;

IV - avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa executados pelos grupos de pesquisa certificados pelo INPA;

V - analisar e opinar sobre os projetos de suas respectivas áreas de competência;

VI - estimular a capacitação de recursos humanos;

VII - apoiar as atividades de capacitação e extensão do INPA;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pela COPES ou pelo Diretor.

Art. 36. À Seção de Apoio Administrativo compete:

I - apoiar os Coordenadores na interação e comunicação com os grupos de pesquisas subordinadas as respectivas Coordenações e outras unidades administrativas do INPA;

II - preparar e despachar o expediente dos Coordenadores;

III - fornecer apoio técnico-administrativo aos assuntos encaminhados às Coordenações;

IV - desempenhar tarefas administrativas que direta ou indiretamente contribuam para o bom andamento, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

V - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos grupos de pesquisa;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VI - solicitar e acompanhar serviços de apoio logístico as atividades de pesquisa;

VII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelos Coordenadores.

Seção XI

Da Coordenação de Sociedade, Ambiente e Saúde

Art. 37. À Coordenação de Sociedade, Ambiente e Saúde compete:

I - subsidiar a elaboração da Agenda de Pesquisa do INPA;

II - promover a implantação e execução de projetos de ciência, tecnologia e inovação em sua área de competência;

III - acompanhar a execução das metas do Plano Diretor da Unidade e elaboração de relatórios semestrais e anuais em atendimento ás exigências do MCTIC;

IV - avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa executados pelos grupos de pesquisa certificados pelo INPA;

V - analisar e opinar sobre os projetos de suas respectivas áreas de competência;

VI - estimular a capacitação de recursos humanos;

VII - apoiar as atividades de capacitação e extensão do INPA;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pela COPES ou pelo Diretor.

Art. 38. À Seção de Apoio Administrativo compete:

I - apoiar os Coordenadores na interação e comunicação com os grupos de pesquisas subordinadas as respectivas Coordenações e outras unidades administrativas do INPA;

II - preparar e despachar o expediente dos Coordenadores;

III - fornecer apoio técnico-administrativo aos assuntos encaminhados às Coordenações;

IV - desempenhar tarefas administrativas que direta ou indiretamente contribuam para o bom andamento, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

V - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos grupos de pesquisa;

VI - solicitar e acompanhar serviços de apoio logístico as atividades de pesquisa;

VII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelos Coordenadores.

Seção XII

Da Coordenação de Tecnologia e Inovação

Art. 39. À Coordenação de Tecnologia e Inovação compete:

I - subsidiar a elaboração da Agenda de Pesquisa do INPA;

II - promover a implantação e execução de projetos de ciência, tecnologia e inovação em sua área de competência;

III - acompanhar a execução das metas do Plano Diretor da Unidade e elaboração de relatórios semestrais e anuais em atendimento ás exigências do MCTIC;

IV - avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa executados pelos grupos de pesquisa certificados pelo INPA;

V - analisar e opinar sobre os projetos de suas respectivas áreas de competência;

VI - estimular a capacitação de recursos humanos;

VII - apoiar as atividades de capacitação e extensão do INPA;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pela COPES ou pelo Diretor.

Art. 40. À Seção de Apoio Administrativo compete:

I - apoiar os Coordenadores na interação e comunicação com os grupos de pesquisas subordinadas as respectivas Coordenações e outras unidades administrativas do INPA;

II - preparar e despachar o expediente dos Coordenadores;

III - fornecer apoio técnico-administrativo aos assuntos encaminhados às Coordenações;

IV - desempenhar tarefas administrativas que direta ou indiretamente contribuam para o bom andamento, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

V - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos grupos de pesquisa;

VI - solicitar e acompanhar serviços de apoio logístico as atividades de pesquisa;

VII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelos Coordenadores.

Seção XIII

Da Coordenação de Biodiversidade

Art. 41. À Coordenação de Biodiversidade compete:

I - subsidiar a elaboração da Agenda de Pesquisa do INPA;

II - promover a implantação e execução de projetos de ciência, tecnologia e inovação em sua área de competência;

III - acompanhar a execução das metas do Plano Diretor da Unidade e elaboração de relatórios semestrais e anuais em atendimento ás exigências do MCTIC;

IV - avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa executados pelos grupos de pesquisa certificados pelo INPA;

V - analisar e opinar sobre os projetos de suas respectivas áreas de competência;

VI - estimular a capacitação de recursos humanos;

VII - apoiar as atividades de capacitação e extensão do INPA;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

IX - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pela COPES ou pelo Diretor.

Art. 42. À Seção de Apoio Administrativo compete:

I - apoiar os Coordenadores na interação e comunicação com os grupos de pesquisas subordinadas as respectivas Coordenações e outras unidades administrativas do INPA;

II - preparar e despachar o expediente dos Coordenadores;

III - fornecer apoio técnico-administrativo aos assuntos encaminhados às Coordenações;

IV - desempenhar tarefas administrativas que direta ou indiretamente contribuam para o bom andamento, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

V - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos grupos de pesquisa;

VI - solicitar e acompanhar serviços de apoio logístico as atividades de pesquisa;

VII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelos Coordenadores.

Seção XIV

Da Coordenação de Capacitação

Art. 43. À Coordenação de Capacitação compete:

I - planejar, coordenar e avaliar a execução dos programas, projetos e atividades a cargo da unidade;

II - formular as propostas de políticas e de diretrizes para o desenvolvimento da capacitação, em conformidade com a política do INPA, para formação de Recursos Humanos de demandas externas;

III - promover o desenvolvimento de programas integrados com outras instituições, bem como viabilizar a sua implantação;

IV - propor e executar os programas, planos de trabalho, convênios, contratos e ajustes;

V - elaborar, propor e executar as normas de procedimentos necessários à execução dos programas institucionais de bolsa;

VI - planejar, elaborar e executar proposta orçamentária de sua área de competência;

VII - promover a integração das suas atividades com a Pesquisa e Extensão;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes;

IX - administrar os recursos oriundos das agencias de fomento e outras fontes; e

X - exercer outras atividades que lhe sejam conferidas pelo Diretor.

Art. 44. À Divisão de Apoio Técnico compete:

I - dar suporte à entrada e permanência no País de pesquisadores, estudantes, convidados e participantes de convênios internacionais devidamente legalizados;

II - orientar os procedimentos para execução do Programa de Desenvolvimento e Intercâmbio de Recursos Humanos, para bolsistas e estagiários;

III - promover a cooperação e interação com instituições de ensino públicas e privadas visando o desenvolvimento das competências e formação dos servidores;

IV - expedir, controlar e registrar certificados de participação em eventos de treinamento e desenvolvimento dos servidores e demais eventos promovidos pelo INPA ao público em geral;

V - gerenciar e controlar o programa de estágio curricular;

VI - elaborar e submeter às agências de fomento projetos institucionais direcionados a iniciação cientifica, Programa de Capacitação Institucional - PCI, estágio curricular e não curricular;

VII - coordenar o processo de seleção e acompanhamento dos projetos institucionais;

VIII - organizar bancos de dados para controle dos cadastros dos programas;

IX - elaborar relatórios técnicos científicos;

X - organizar eventos e divulgação de resultados dos programas institucionais;

XI - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Seção XV

Da Coordenação de Pós-Graduação

Art. 45. À Coordenação de Pós-Graduação compete:

I - acompanhar a gestão das ações inerentes à capacitação;

II - executar as deliberações das unidades subordinadas à Coordenação de Capacitação;

III - manter em dia a listagem e o credenciamento de professores e orientadores das unidades competentes;

IV - acompanhar o controle da programação acadêmica;

V - manter atualizado o cadastro de alunos e ex-alunos dos programas de Pós-Graduação do INPA;

VI - providenciar a expedição de crachás de identificação, declarações e diplomas à vista dos assentamentos acadêmicos;

VII - elaborar o relatório do Termo de Compromisso de Gestão - TCG nas seções concernentes à gestão institucional

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

IX - exercer outras atividades que lhe sejam conferidas pelo Coordenador.

Art. 46. Ao Núcleo de Apoio Administrativo compete:

I - apoiar os Coordenadores na interação e comunicação com as unidades subordinadas às Coordenações e com as demais unidades do INPA;

II - encarregar-se do preparo e despacho do expediente dos Coordenadores;

III - fornecer apoio técnico-administrativo aos assuntos encaminhados às Coordenações;

IV - desempenhar tarefas administrativas que direta ou indiretamente contribuam para o bom andamento, regularidade e eficiência dos serviços a seu cargo;

V - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo de responsabilidade das Coordenações;

VI - solicitar e controlar serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, manutenção e outros relacionados ou delegados pelos Coordenadores;

VII- elaborar requisições de materiais e serviços;

VIII - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes;

IX - exercer outras atividades que lhe sejam conferidas pelos Coordenadores.

Art. 47. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Biologia de Água Doce e Pesca Interior compete:

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 48. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Botânica compete:

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 49. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Ciências de Florestas Tropicais compete:

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 50. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Ecologia compete:

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 51. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Entomologia compete:

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 52. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Genética Conservação e Biologia Evolutiva compete:

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 53. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Clima e Ambiente compete:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 54. À Divisão do Curso de Pós-Graduação em Agricultura do Trópico Úmido compete:

I - assegurar a realização da finalidade da Pós-Graduação Stricto e Latu Sensu em consonância com o disposto nas regulamentações do Ministério da Educação - MEC e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

II - zelar pela aplicação do regulamento geral e regimentos específicos de cada Programa de Pós-Graduação;

III - administrar os bens patrimoniais e o material de consumo sob a responsabilidade dos Programas de Pós-Graduação;

IV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

V - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Seção XVI

Da Coordenação de Extensão

Art. 55. À Coordenação de Extensão compete:

I - formular propostas de políticas e diretrizes para o desenvolvimento das atividades de extensão;

II - propor e viabilizar programas e planos de trabalho, na sua área de competência;

III - promover, coordenar e executar ações para divulgação da produção científica, tecnológica e inovação do INPA;

IV - promover, em parceria com outras unidades, visitas, palestras, exposições, eventos e cursos de extensão direcionados à sociedade;

V - produzir material de divulgação relativo às pesquisas e atividades do INPA;

VI - avaliar as atividades de extensão desenvolvidas pelo INPA;

VII - administrar as áreas de visitação do INPA;

VIII - promover a integração das suas atividades com a Capacitação e a Pesquisa;

IX - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

X - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Diretor.

Seção XVII

Da Coordenação de Extensão Tecnológica e Inovação

Art. 56. À Coordenação de Extensão Tecnológica e Inovação compete:

I - implementar, aprimorar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei nº 10.973/2004;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 23 do Decreto de regulamentação nº 5.563/2005;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas no INPA;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual do INPA;

VII - promover a oferta de produtos, processos e serviços tecnológicos resultantes das pesquisas desenvolvidas pelo INPA;

VIII - identificar, no setor empresarial, oportunidades de realização de transferência de tecnologia e de projetos de inovação para a execução conjunta com o INPA;

IX - promover, em conjunto com a Coordenação de Cooperação e Intercâmbio, alianças estratégicas tendo como base a Lei de Inovação;

X - opinar, tomar as providências cabíveis, e elaborar os instrumentos para a celebração de contratos, acordos e convênio envolvendo inovação e a pesquisa cientifica e tecnológica que incluam cláusulas de propriedade intelectual e de sigilo;

XI - acompanhar a execução e controle dos contratos relativos à inovação e transferência de tecnologias;

XII - opinar nos contratos, convênios e acordos que envolvem transferências de conhecimento entre pesquisadores e tecnologistas com instituições públicas e privadas nacionais e estrangeiras;

XIII - prospectar as tecnologias desenvolvidas no INPA;

XIV - definir, implementar e acompanhar o processo de registro de patentes;

XV - apoiar a negociação e opinar sobre participação na cotitularidade de criação intelectual, bem como providências na elaboração de acordo de titularidade;

XVI - criar e incubar projetos de base tecnológica ou relacionados à inovação;

XVII - divulgar, de forma ampla e abrangente, os resultados obtidos com os projetos de inovação desenvolvidos no âmbito do INPA, resguardando o dever do sigilo previsto em contratos, acordos ou convenio firmados;

XVIII - apreciar e emitir parecer técnico de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado em projetos científicos e tecnológicos passíveis de proteção intelectual;

XIX - formar e capacitar recursos humanos da equipe executora, do INPA, extensivo às outras instituições científicas e tecnológicas, em temas relacionados ao patenteamento;

XX - promover eventos voltados para a disseminação da cultura da propriedade intelectual;

XXI - compartilhar os resultados das ações implementadas com as demais instituições científicas e tecnológicas locais e regionais;

XXII - manter atualizados os registros das informações no Sistema de Informações do INPA;

XXIII - acompanhar os resultados da implantação dos produtos e serviços;

XXIV - requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

XXV - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

XXVI - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Seção XVIII

Da Coordenação de Tecnologia Social

Art. 57. À Coordenação de Tecnologia Social compete:

I - promover tecnologias sociais desenvolvidas no INPA, visando proporcionar inclusão social;

II - contribuir com políticas públicas que promovam a inclusão social;

III - divulgar e promover as técnicas e processos desenvolvidos no INPA em conjunto com as populações tradicionais, visando à validação e adequação do conhecimento adquirido na instituição;

IV - organizar e favorecer a implantação e utilização de um substrato tecnológico e científico, em parceria com universidades e centros de pesquisa, para a consolidação da Tecnologia Social;

V - requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

VI - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

Art. 58. Ao Serviço de Apoio às Áreas de Visitação compete:

I - elaborar planejamento de necessidades anuais do setor e apresentar ao Coordenador de Extensão;

II - realizar e supervisionar a manutenção da estrutura física, receptivo, serviços gerais, vigilância, portaria e apoio administrativo geral às atividades do SEAAV;

III - receber as solicitações de visitas e apoiar nas atividades educacionais nas áreas de visitação;

IV - organizar e apoiar a agenda de eventos científicos, culturais nas áreas de visitação;

V - requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

VI - participar ou se fazer representar nas reuniões dos órgãos colegiados pertinentes;

VII - apresentar relatórios de andamento das atividades e prestação de contas em sua área de competência; e

VIII - exercer outras atividades que lhe forem conferidas pelo Coordenador.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico-Científico

Art. 59. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INPA.

Art. 60. O Conselho Técnico Científico - CTC contará com onze membros, todos designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - quatro servidores, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

III - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do INPA; e

IV - quatro membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em área afins às do INPA.

§ 1º Os membros mencionados nos incisos II, III e IV serão escolhidos da seguinte forma:

a) os membros mencionados no inciso II serão designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a partir de listas tríplices encaminhadas pelo CTC e obtidas por votação do corpo permanente de nível superior das carreiras de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico, promovida pela Direção da Unidade, garantindo até três nomes para cada vaga do Conselho;

b) a indicação dos membros mencionados no inciso III será do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a partir de sugestão fundamentada do CTC; e

c) a indicação dos membros mencionados no inciso IV, será do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a partir de listas tríplices elaboradas pelo CTC, garantindo a indicação de três nomes para cada vaga do Conselho, no caso de representantes de instituições afins.

§ 2º Os membros do CTC terão um mandato de dois anos, admitida a recondução por mais um mandato.

§ 3º O CTC reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, duas vezes ao ano e extraordinariamente por convocação do Diretor.

Art. 61. Ao Conselho Técnico Científico - CTC compete:

I - apreciar e opinar a respeito da implementação da política científica, tecnológica e inovação e suas prioridades;

II - emitir pareceres relativamente ao relatório anual de atividades, aos programas científicos e tecnológicos, bem como avaliar seus resultados para que melhor possam atender às políticas de trabalho definidas;

III - contribuir para a melhoria dos planos de trabalho;

IV - apreciar avaliações do desempenho institucional realizadas e os critérios utilizados;

V - apreciar o modelo de avaliação de desempenho do quadro de servidores permanentes, proposto pelo Diretor;

VI - apreciar e emitir parecer sobre propostas de contratações, promoções funcionais e movimentação de pessoal;

VII - apreciar as normas propostas para afastamento no país e no exterior;

VIII - manifestar-se sobre propostas de modificação do Regimento Interno da estrutura organizacional;

IX - propor novas atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação a serem desenvolvidas, avaliados os esforços e recursos a serem envolvidos;

X - avaliar programas, projetos e atividades a serem implementados;

XI - apreciar e emitir parecer sobre a execução orçamentária e financeira do exercício;

XII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. As decisões do Diretor relativamente aos incisos I a VIII deverão obrigatoriamente, conter a manifestação do CTC.

Art. 62. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno produzido pelo próprio Conselho.

Seção II

Conselho Diretor

Art. 63. O Conselho Diretor - CD é órgão colegiado de assessoramento ao Diretor na gestão das atividades do INPA.

Art. 64. O Conselho Diretor - CD tem a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - o Chefe de Gabinete;

III - os Coordenadores de Apoio aos Programas, Contratos e Convênios, de Ações Estratégicas, de Administração, de Pesquisas, de Capacitação, e de Extensão; e

Art. 65. Ao Conselho Diretor - CD compete:

I - deliberar e aprovar a proposta orçamentária;

II - deliberar sobre a Agenda de Pesquisa, de acordo o e plano de gestão do INPA;

III - assessorar o Diretor na administração e no planejamento de atividades técnicas, científicas e de gestão;

IV - aprovar projetos intersetoriais;

V - acompanhar e apreciar a execução das atividades e relatórios dos Conselhos de Gestão das Ações do Plano Plurianual - PPA;

VI - apreciar os relatórios de projetos, programas e convênios que envolvam outras unidades de ensino, pesquisa e inovação intersetoriais; e

VII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

Art. 66. O funcionamento do CD será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção III

Comissão Permanente de Licitação

Art. 67. À Comissão Permanente de Licitação - CPL compete:

I - analisar os termos de referência dos processos licitatórios;

II - elaborar editais e extratos para publicações relativas às licitações;

III - executar todos os tipos de modalidades de licitações (Convites, Tomada de Preços, Concorrências e Pregões), para aquisição de bens e serviços comuns;

IV - conduzir os procedimentos licitatórios, após a fase preparatória, visando ao alcance do interesse público pretendido com licitação;

V - responder os questionamentos referentes aos processos licitatórios;

VI - manter quadro de demonstrativo atualizado das licitações realizadas e em andamentos; e

VII - elaborar Atas de Registros de Preços e Contratos.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação ficará vinculada administrativamente ao Gabinete.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 68. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do INPA;

II - exercer a representação do INPA;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC e do Conselho Diretor - CD; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas em ato específico de delegação de competência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 69. Ao Chefe de Gabinete incumbe:
I - planejar, dirigir, coordenar, organizar cerimonial, orientar e supervisionar a execução das atividades a cargo da unidade;
II - assistir ao Diretor nos assuntos afetos à sua área de competência;
III - praticar outros atos necessários à consecução dos objetivos da unidade; e
IV - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Diretor.
Art. 70. Aos Coordenadores incumbe:
I - harmonizar as várias atividades, a fim de assegurar, nas respectivas unidades e áreas de competência, a plena realização da finalidade do INPA, em consonância com o disposto no art. 5º e todos os seus incisos, planejando, coordenando, orientando, supervisionando e avaliando as atividades;
II - formular propostas de políticas e de diretrizes para o desenvolvimento das atividades relativas à sua área de competência;
III - promover e incentivar a interação de sua unidade com as demais, de forma a propiciar a sinergia e o melhor desenvolvimento das atividades de pesquisas executadas pelo INPA;
IV - representar a unidade no relacionamento com entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais;
V - submeter à decisão do Diretor as questões alheias a sua competência, atribuições e responsabilidades, mas pertinentes a sua unidade, acompanhadas de proposta de solução;
VI - elaborar a organização dos eventos de avaliação de suas respectivas unidades e submetê-la ao Diretor;
VII - contribuir para a elaboração de Planos Anuais e/ou Plurianuais definidos pela administração superior do INPA;
VIII - coordenar a elaboração de relatórios de gestão periódicos de sua unidade a partir do Sistema de Informação do INPA;
IX - providenciar ações para assegurar, no âmbito de sua unidade e área de competência, a integridade, inteireza e qualidade dos registros das informações gerenciais e tecnológicas no Sistema de Informações do INPA;
X - providenciar ações para assegurar, no âmbito de sua unidade e área de competência, a integridade, inteireza e qualidade dos registros das informações necessárias à avaliação de desempenho individual no Sistema de informações do INPA;
XI - acompanhar, no âmbito de sua respectiva unidade, os cronogramas físico-financeiros dos programas e projetos, bem como providenciar ações para a consecução de seus objetivos e metas;
XII - planejar e coordenar, no âmbito de sua unidade, a especificação e aquisição de equipamentos, bem como sua manutenção preventiva e corretiva;
XIII - planejar, coordenar e implementar ações e procedimentos visando a melhoria da qualidade da gestão, no âmbito de sua unidade;
XIV - assistir ao Diretor nos assuntos afeitos à sua área de competência; e
XV - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos de sua unidade ou cuja competência lhe seja expressamente atribuída pelo Diretor.
Art. 71. Aos Chefes de Divisão e Serviço incumbe:
I - assegurar, nas respectivas áreas de competência, a realização da finalidade do INPA, em consonância com o disposto no art. 5º e todos os seus incisos, planejando, coordenando, orientando, supervisionando e avaliando suas atividades a cargo da unidade;
II - conduzir o processo de formulação de propostas de projetos, bem como dar instrumentos às informações necessárias para avaliação de sua exequibilidade, emitindo parecer para subsidiar decisão superior;
III - elaborar relatórios técnicos e gerenciais afeitos a sua unidade;
IV - assistir ao superior hierárquico no planejamento, emissão de relatórios e pareceres em sua área de competência;
V - elaborar a organização dos eventos de avaliação de suas respectivas unidades e submetê-la ao superior hierárquico;
VI - zelar pelo bom funcionamento e manutenção dos laboratórios, equipamentos ou instalações prediais a cargo da unidade; e
VII - praticar outros atos de administração necessários à execução de suas atividades ou cuja competência lhe seja expressamente atribuída pelo superior hierárquico.
Art. 72. Aos Chefes de Seção, Setor e Núcleo incumbem:
I - supervisionar as atividades a cargo das respectivas unidades;
II - praticar os atos necessários à consecução dos objetivos da unidade;
III - zelar pelo bom funcionamento e manutenção dos equipamentos e instalações prediais a cargo da unidade; e
IV - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas pelos respectivos superiores hierárquicos.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 73. O INPA celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do MCTIC, um Termo de Compromisso de Gestão, no qual serão estabelecidos os compromissos da equipe de gestão do INPA e da DPO com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica da entidade.
Art. 74. O Diretor poderá, sem qualquer custo adicional, formar outras unidades colegiadas internas, assim como constituir comitês para promover a interação entre as unidades da estrutura organizacional do INPA ou entidades externas, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do INPA.
Art. 75. O INPA poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente ou em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT, com a finalidade de gerir sua política institucional.
Art. 76. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa.

PORTARIA Nº 5.149, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art.7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:
Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, na forma do anexo a esta Portaria.
Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 782, de 9 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 10 de dezembro de 2002, nº 505, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 20, de 14 de janeiro de 2004, publicada no D.O.U. de 15 de janeiro de 2004, nº 906, de 04 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 6 de dezembro de 2006, nº 897, de 3 de dezembro de 2008, publicada no D.O.U. de 4 de dezembro de 2008.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS
CAPÍTULO I
DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA
Art. 1º O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.
Art. 2º O INPE é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.
Art. 3º A sede do INPE está localizada na Avenida dos Astronautas, 1.758, na cidade de São José dos Campos - SP, onde se encontra instalada sua administração central.
Art. 4º O INPE tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e áreas do conhecimento correlatas, consoante à política definida pelo Ministério.
Art. 5º Ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE compete:
I - realizar pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de ciência espacial e suas aplicações;
II - executar projetos de pesquisa e desenvolvimento conforme as diretrizes do Programa Nacional de Atividades Espaciais e dos programas do Plano Plurianual do Governo Federal referentes às suas áreas de competência;
III - realizar atividades de cooperação técnico-científica com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, dentro de suas áreas de competência;
IV - implantar e manter a infraestrutura necessária para suas atividades;
V - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante dispositivos legais aplicáveis;
VI - disseminar os conhecimentos resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento e estimular a sua transferência para o setor econômico produtivo;
VII - capacitar e qualificar a indústria brasileira, no fornecimento de tecnologias para a atividade espacial e áreas correlatas;
VIII - promover e patrocinar a formação de recursos humanos nas áreas de sua competência;
IX - promover eventos técnico-científicos nacionais e internacionais, nas áreas de sua competência e temas associados;
X - emitir pareceres e laudos técnicos relativos aos assuntos de sua competência, quando solicitado;
XI - editar publicações técnico-científicas pertinentes às matérias de sua competência; e
XII - sediar instituições de âmbito internacional, dentro de suas áreas de competência, em cumprimento a acordos do governo brasileiro.
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO
Art. 6° O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE tem a seguinte estrutura organizacional:
I - Gabinete do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - GBDIR
a) Serviço de Informação e Documentação - SESID
b) Serviço de Pós-Graduação - SESPG
c) Seção de Relações Internacionais - SCRIN
d) Núcleo de Comunicação e Imprensa - NUCIM
II - Coordenação de Recursos Humanos - COCRH
a) Divisão de Gestão de Pessoas - DIDGP
b) Serviço de Gestão de Capacitação por Competências - SESGC
c) Seção de Assistência e Benefícios - SCSAS
d) Núcleo de Prevenção de Acidente de Trabalho - NUPAT
III - Coordenação de Acompanhamento de Processos e Formalização de Atos Normativos - COAPF
a) Setor de Acompanhamento de Processos - SEAPR
b) Setor de Formalização de Atos Normativos - SEFAN
IV - Coordenação de Gestão Científica e Tecnológica - COGCT
a) Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário - SESPO
b) Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Resultados - SEPAR
c) Núcleo de Inovação Tecnológica - NUINT
V - Coordenação de Tecnologia da Informação - COCTI
a) Seção de Tecnologia da Informação - SCSTI
VI - Centro de Ciência do Sistema Terrestre - COCST
VII - Centro de Rastreio e Controle de Satélites - COCRC
VIII - Laboratório de Integração e Testes - COLIT
a) Seção de Ensaios de Compatibilidade Eletromagnética - SCECE
IX - Coordenação de Laboratórios Associados - COCTE
a) Laboratório Associado de Sensores e Materiais - LABAS
b) Laboratório Associado de Plasmas - LABAP
c) Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada - LABAC
d) Laboratório Associado de Combustão e Propulsão - LABCP
X - Coordenação dos Centros Regionais - COCRE
a) Centro Regional da Amazônia - CRCRA
b) Centro Regional do Nordeste - CRCRN
c) Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais - CRCRS
1. Serviço do Projeto Antártico - SEPAN
XI - Coordenação de Administração - COADM
a) Serviço de Compras, Recebimento e Importação - SESCR
1. Setor de Licitações e Contratos - SELCO
2. Núcleo de Pregão Eletrônico - NUPEL
b) Serviço de Controle de Orçamento e Finanças - SESOF
1. Núcleo de Orçamento e Finanças de Cachoeira Paulista - NUOCP
c) Serviço de Infraestrutura Administrativa - SESIA
1. Seção de Transportes - SCSET
2. Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio - NUAPA
d) Serviço de Engenharia e Manutenção - SEEMA
e) Unidade Regional de Cachoeira Paulista - URURC
f) Unidade Regional do Centro-Oeste - URURO
XII - Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas - CGCEA
a) Divisão de Aeronomia - DIDAE
b) Divisão de Astrofísica - DIDAS
c) Divisão de Geofísica Espacial - DIDGE
d) Setor de Lançamento de Balão - SESLB
XIII - Coordenação-Geral de Observação da Terra - CGOBT
a) Coordenação do Programa Amazônia - COAMZ
b) Coordenação do Segmento de Aplicações do Programa CBERS - COACB
c) Divisão de Geração de Imagens - DIDGI
d) Divisão de Processamento de Imagens - DIDPI
e) Divisão de Sensoriamento Remoto - DIDSR
XIV - Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial - CGETE
a) Coordenação do Programa de Satélites Baseados na Plataforma Multimissão - COPMM
b) Coordenação do Segmento Espacial do Programa CBERS - COCBS
c) Divisão de Desenvolvimento de Sistemas de Solo - DIDSS
d) Divisão de Eletrônica Aeroespacial - DIDEA
e) Divisão de Mecânica Espacial e Controle - DIDMC
f) Divisão de Sistemas Espaciais - DIDSE
g) Serviço de Engenharia da Qualidade - SESEQ
h) Serviço de Manufatura - SESMF
1. Setor de Tratamentos de Superfície - SESTS
2. Setor de Mecânica e Desenho - SESMD
XV - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CGCPT
a) Divisão de Modelagem e Desenvolvimento - DIDMD
b) Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais - DIDSA
c) Divisão de Operações - DIDOP
d) Serviço de Supercomputação e Suporte - SESSS
e) Serviço de Apoio Administrativo - SESAA
Art. 7° Os Órgãos Colegiados vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE são:
I - Conselho Técnico-Científico - CTC
II - Conselho Pós-Graduação - CPG
Art. 8° O INPE será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência República por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico-Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.
§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.
§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República nomeará Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do novo Diretor.
Art. 10. O Gabinete será dirigido por Chefe, o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos e as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, as Divisões, os Serviços, os Laboratórios e os Centros, por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
EXEMPLAR DE IMPRENSA NACIONAL

Art. 11. As Seções, os Setores e os Núcleos serão dirigidos por Chefe, cujas Funções Gratificadas serão providas pelo Diretor.

Art. 12. Os ocupantes dos cargos em comissão e funções gratificadas serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e designado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e designados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

Art. 13. Ao Gabinete do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais compete:

I - assessorar o Diretor em sua representação social e política;

II - coordenar e acompanhar as atividades do Serviço de Informação e Documentação;

III - supervisionar e acompanhar as atividades do Serviço de Pós-Graduação, em consonância com o Conselho de Pós-Graduação - CPG;

IV - supervisionar e acompanhar as atividades da Seção de Relações Internacionais;

V - supervisionar e acompanhar as atividades do Núcleo de Comunicação e Imprensa;

VI - supervisionar a gerência das bolsas o Programa de Capacitação Institucional - PCI do INPE;

VII - supervisionar a gerência dos os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI, do INPE;

VIII - processar as solicitações de afastamento do país;

IX - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei de Acesso à Informação; e

X - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 14. Ao Serviço de Informação e Documentação compete:

I - dotar o INPE de acervo de informações bibliográficas, organizando-as e controlando-as de forma a proporcionar aos seus usuários o acesso rápido e eficaz na busca dessas informações;

II - orientar servidores quanto aos princípios e normas de editoração, com a finalidade de registrar a memória técnico-científica do INPE, organizar as informações para publicação e divulgar os resultados das pesquisas realizadas;

III - supervisionar a circulação de todo o acervo bibliográfico do INPE;

IV - realizar as atividades de aquisição, doação ou permuta, no mercado interno e externo, de todo o material bibliográfico, convencional ou não, do INPE; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 15. Ao Serviço de Pós-Graduação compete:

I - apoiar os cursos de pós-graduação do INPE;

II - apoiar o Conselho de Pós-Graduação e os Conselhos de Cursos de Pós-Graduação na elaboração das estratégias e diretrizes da Pós-Graduação do INPE;

III - realizar o controle da distribuição de bolsas de estudos de Pós-Graduação e do uso dos recursos financeiros de apoio à Pós-Graduação;

IV - manter controle e a documentação das atividades acadêmicas;

V - emitir declarações relativas à vida acadêmica dos alunos de Pós-Graduação;

VI - providenciar a emissão e registro de certificados e diplomas, observada a legislação vigente;

VII - apoiar administrativamente o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC do INPE; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 16. À Seção de Relações Internacionais compete:

I - coordenar a área de Cooperação Internacional do INPE;

II - gerenciar os convênios e acordos internacionais do Instituto;

III - gerir a interface do INPE com o Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais - IAI; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 17. Ao Núcleo de Comunicação e Imprensa compete:

I - planejar e avaliar as atividades de difusão científica do INPE;

II - promover a realização de atividades educacionais em ciência, aplicações e tecnologia espacial, bem como apoiar aquelas realizadas em cooperação com outras entidades nacionais e internacionais;

III - coordenar a participação do INPE em eventos institucionais e correlatos;

IV - gerenciar o Centro de Visitantes do INPE;

V - supervisionar a organização de solenidades e recepções de autoridades; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção II

Da Coordenação de Recursos Humanos

Art. 18. À Coordenação de Recursos Humanos compete:

I - coordenar as atividades da relação de trabalho com servidores ativos, inativos e estagiários;

II - promover atividades de ambientação e integração de novos colaboradores;

III - coordenar e supervisionar a área de gestão de capacitação por competências observando aspectos legais e organizacionais;

IV - coordenar e supervisionar as áreas de gestão de pessoas, assistência e benefícios, segurança e higiene do trabalho, observando aspectos legais e organizacionais; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 19. À Divisão de Gestão de Pessoas compete:

I - desenvolver atividades relacionadas a servidores ativos e inativos incluindo pagamento, registros e assentamentos funcionais, lotação e movimentação, aposentadoria e pensão;

II - expedir certidões, atestados e declarações à vista dos assentamentos funcionais;

III - prestar suporte técnico-administrativo às Comissões específicas de concurso público, de avaliação de desempenho e de plano de carreiras;

IV - operacionalizar, acompanhar e controlar o sistema de concessão de estágios a estudantes, nos termos da legislação vigente;

V - atuar nas atividades de ambientação e integração de novos colaboradores;

VI - atuar nas áreas de gestão de pessoas, observando aspectos legais e organizacionais;

VII - acompanhar programas de concessão de auxílio transporte e alimentação; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 20. Ao Serviço de Gestão de Capacitação por Competências compete:

I - realizar levantamento das necessidades de treinamento e desenvolvimento dos servidores, atendendo ao plano de capacitação dos servidores do INPE;

II - consolidar as propostas de programa de treinamento e desenvolvimento, de acordo com os objetivos e metas do INPE;

III - promover a pesquisa de Clima Organizacional;

IV - expedir, controlar e registrar certificados de participação em eventos de treinamento e desenvolvimento; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 21. À Seção de Assistência e Benefícios compete:

I - desenvolver atividades referentes à assistência médica, psicológica e social dos servidores e seus dependentes;

II - desenvolver atividades relacionadas ao funcionamento da Unidade SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor) no INPE;

III - realizar as atividades de prevenção à saúde dos servidores, através de acompanhamento e avaliações médicas;

IV - assessorar atividades de medicina do trabalho;

V - acompanhar programas de concessão de auxílios e benefícios ao servidor; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 22. Ao Núcleo de Prevenção de Acidente de Trabalho compete:

I - supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho;

II - aplicar os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho ao ambiente institucional e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador;

III - vistoriar, avaliar, realizar perícias, arbitrar, emitir parecer, laudos técnicos e indicar medidas de controle sobre grau de exposição a agentes agressivos riscos físicos, químicos e biológicos, tais como: poluentes atmosféricos, ruídos, calor, radiação em geral e pressões anormais, caracterizando as atividades, operações e locais insalubres e perigosos;

IV - analisar riscos, acidentes e falhas, investigando causas, propondo medidas preventivas e corretivas e orientando trabalhos estatísticos, inclusive com respeito a custo;

V - especificar, controlar e fiscalizar sistemas de proteção coletiva e equipamentos de segurança, inclusive os de proteção individual e os de proteção contra incêndio, assegurando-se de sua qualidade e eficiência;

VI - opinar e participar da especificação para a aquisição de substâncias e equipamentos cuja manipulação, armazenamento, transporte ou funcionamento possam apresentar riscos, acompanhando o controle do recebimento e da expedição;

VII - elaborar planos destinados a criar e desenvolver a prevenção de acidentes, promovendo a instalação de comissões e assessorando-lhes o funcionamento;

VIII - responsabilizar-se, tecnicamente, pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas NR aplicáveis executadas pelo estabelecimento;

IX - promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, tanto através de campanhas quanto de programas de duração permanente; e

X - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção III

Da Coordenação de Acompanhamento de Processos e Formalização de Atos Normativos

Art. 23. À Coordenação de Acompanhamento de Processos e Formalização de Atos Normativos compete:

I - supervisionar e acompanhar as atividades do Setor de Acompanhamento de Processos;

II - supervisionar e acompanhar as atividades do Setor de Formalização de Atos Normativos;

III - atender as demandas provenientes do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União, bem como acompanhar as auditorias pelos mesmos realizadas;

IV - elaborar as minutas de decisão do Diretor nos casos de sindicâncias e processos administrativos disciplinares;

V - atender as demandas da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 24. Ao Setor de Acompanhamento de Processos compete:

I - verificar a adequada instrução dos processos gerados no INPE que requeiram manifestação jurídica e proceder ao encaminhamento dos mesmos aos órgãos da Advocacia Geral da União - AGU;

II - elaborar e encaminhar para assinaturas, as vias definitivas dos contratos e outros instrumentos congêneres;

III - encaminhar ao Diretor do INPE para assinatura, os instrumentos jurídicos, já assinados pela outra parte;

IV - publicar no Diário Oficial da União - DOU, os extratos de contratos, termos aditivos e termos de reconhecimento de dívida formalizados pelo Instituto;

V - interagir com as unidades internas e órgãos externos do INPE, nos assuntos inerentes às suas atribuições; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 25. Ao Setor de Formalização de Atos Normativos compete:

I - executar e manter os atos normativos de competência do Diretor;

II - revisar e atualizar as resoluções, regimento interno, tabelas e quadros e as legislações institutivas para cumprimento da legislação;

III - articular com as Unidades envolvidas nos processos internos, padrões e ações que visem a interação e a integração institucional;

IV - elaborar as portarias de designação para acompanhamento e fiscalização de contratos e outros instrumentos jurídicos;

V - manter atualizado o acervo de atos normativos na rede interna do INPE;

VI - pesquisar legislações pertinentes para atribuições, responsabilidades e delegação de competência, dispondo-as em atos normativos;

VII - publicar no Diário Oficial da União - DOU as portarias e editais de concurso de competência do Diretor;

VIII - compilar mensalmente as matérias das Unidades Gestoras de modo a gerar e publicar o Boletim de Serviço do INPE e posterior envio ao Ministério, bem como a disponibilização do arquivo eletrônico na Intranet;

IX - divulgar aos titulares da Estrutura Organizacional do INPE, os atos normativos disponibilizados na Intranet;

X - orientar os servidores quanto ao disposto nos atos normativos;

XI - gerenciar os cadastros do INPE no Sistema de Envio Eletrônico de Matérias (INCom) da Imprensa Nacional;

XII - elaborar os processos de exoneração, nomeação e apostilamento de servidores em cargos comissionados, a serem encaminhados ao Ministério; e

XIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de atuação.

Seção IV

Da Coordenação de Gestão Científica e Tecnológica

Art. 26. À Coordenação de Gestão Científica e Tecnológica compete:

I - coordenar o planejamento estratégico do INPE;

II - coordenar a elaboração de propostas do INPE para o orçamento anual e plurianual, bem como das propostas de captação de recursos orçamentários suplementares;

III - coordenar a programação físico-orçamentária e acompanhar os resultados físicos e orçamentários anuais e plurianuais do INPE;

IV - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento;

V - gerenciar o compromisso de gestão das áreas do INPE com a Direção, e do INPE com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e Agência Espacial Brasileira - AEB;

VI - coordenar as atividades do Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário e do Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Resultados;

VII - avaliar e propor mudanças organizacionais e novas formas de gestão que visem a melhorar o funcionamento do INPE;

VIII - supervisionar e acompanhar as atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica;

IX - coordenar e acompanhar os programas técnico-científicos de pesquisa vinculados às Redes Temáticas do MCTIC e de outros órgãos;

X - coordenar as atividades de avaliação de custos diretos e indiretos dos contratos de gestão, promovendo o rateio entre as áreas finalísticas;

XI - gerenciar e acompanhar a captação de recursos extra orçamentários para pesquisa, desenvolvimento e gestão; e

XII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 27. Ao Serviço de Programação e Acompanhamento Orçamentário compete:

I - realizar a programação orçamentária e o acompanhamento orçamentário do INPE;

II - coletar dados e elaborar controles visando subsidiar a distribuição interna de recursos orçamentários;

III - realizar atividades relacionadas com a Programação e Controle Administrativo - PCA;

IV - efetuar a descentralização de recursos orçamentários às outras Unidades Gestoras do INPE; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 28. Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Resultados compete:

I - realizar a coleta e análise de informações estratégicas e gerenciais relativas aos Programas e Ações do INPE;

II - analisar as metas, os resultados e as necessidades financeiras dos Programas e Ações do INPE;

III - analisar e controlar os custos dos Programas e Ações do INPE;

IV - estabelecer e manter atualizada a Estrutura de Divisão de Trabalho - EDT do INPE; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 29. Ao Núcleo de Inovação Tecnológica compete:

I - planejar, gerir e zelar pela manutenção da política institucional de inovação;

II - propor diretrizes e normas para regulamentar e orientar as atividades relativas à inovação tecnológica;

III - apoiar e promover a proteção das criações intelectuais e a transferência de tecnologia;

IV - realizar atividades de capacitação e difusão de conhecimentos relacionados à inovação tecnológica;

V - realizar atividades de prospecção tecnológica e identificação de demandas da sociedade;

VI - estimular a execução de programas e projetos objetivando o desenvolvimento de tecnologias estratégicas, promovendo a autonomia tecnológica e o desenvolvimento do setor produtivo nacional;

VII - avaliar e classificar os resultados decorrentes das atividades e projetos de pesquisa e desenvolvimento;

VIII - apoiar e gerir as atividades de cooperação científica e tecnológica com instituições nacionais, por meio de convênios e outros instrumentos congêneres;

IX - criar banco de dados das pesquisas, tecnologias e competências do INPE;

X - elaborar critérios para levantamento dos custos das pesquisas e utilização dos laboratórios, precificação de serviços tecnológicos e valoração de tecnologias; e

XI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção V

Da Coordenação de Tecnologia da Informação

Art. 30. À Coordenação de Tecnologia da Informação compete:

I - estabelecer a política institucional de tecnologia da informação e comunicações do INPE, por meio da elaboração e atualização periódica do Plano Diretor de TI - PDTI/INPE;

II - estabelecer normas e mecanismos de segurança da informação para utilização e acesso devido aos recursos computacionais do INPE, aos dados e serviços essenciais providos pela área de TI e para o uso da Intranet e Internet, descrevendo-os na Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC/INPE;

III - coordenar os planos e programas relativos à execução das atividades na área de tecnologia da informação e comunicações no âmbito institucional e para execução de serviços de terceiros de TI;

IV - prestar orientação e disseminação de informações relacionadas à tecnologia da informação e comunicações, e para aquisição de bens e serviços de TI;

V - coordenar as atividades de suporte aos recursos computacionais corporativos, às redes de comunicações locais e de longa distância do INPE, aos sistemas institucionais, às plataformas computacionais, às bases tecnológicas e aos demais serviços oferecidos pela área de TI;

VI - atuar no planejamento orçamentário e gerir os investimentos de TIC, com base em Planos e Metas do Instituto;

VII - coordenar a utilização de novas tecnologias de informação e comunicações aplicáveis ao Instituto, e apoiar políticas e planos de capacitação e desenvolvimento de pessoal, para atendimento às necessidades da área e acompanhar a sua execução;

VIII - coordenar e acompanhar as atividades da Seção de Tecnologia da Informação; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 31. À Seção de Tecnologia da Informação compete:

I - gerenciar o fornecimento de suporte de hardware, software básico e de rede aos sistemas computacionais de uso geral das diversas unidades do INPE garantindo que estejam sempre disponíveis;

II - manter atualizados os recursos computacionais de uso geral das diversas unidades do INPE;

III - fornecer suporte à especificação, coordenar compras e efetuar a verificação e aceitação formal dos recursos computacionais de uso geral;

IV - fornecer treinamento em software básico e aplicações de uso geral (editor de texto, planilhas, etc.);

V - controlar o parque de sistemas computacionais de uso geral e de software instalados;

VI - coordenar os contratos de prestação de serviço nas atividades de suporte na sede do INPE e nos núcleos de TI das Unidades Remotas;

VII - implantar e manter as redes de comunicação local e de longa distância do INPE, os recursos computacionais (provedores de serviço) e equipamentos necessários para implantar esta comunicação;

VIII - prover os serviços básicos de rede como correio eletrônico, transferência de arquivos, videoconferência, Web e outros que se façam necessários para todas as Unidades do INPE;

IX - gerenciar a implantação e manutenção das ferramentas de segurança para a rede do INPE, propondo padrões e regras gerais;

X - monitorar o acesso e uso da rede do INPE reportando as transgressões ao uso;

XI - coordenar o uso de recursos comuns do INPE designando rotas, domínios, entre outros; e

XII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção VI

Do Centro de Ciência do Sistema Terrestre

Art. 32. Ao Centro de Ciência do Sistema Terrestre compete:

I - desenvolver modelos do Sistema Terrestre, especialmente do Sistema Climático, de seus componentes e interfaces para utilização em estudos sobre mudanças ambientais globais e sua regionalização para a América do Sul;

II - implementar modelos do Sistema Terrestre, especialmente do Sistema Climático, nos sistemas de supercomputação do INPE, elaborar e disponibilizar rotineiramente cenários futuros de mudanças ambientais globais de interesse do país;

III - coordenar, realizar e acompanhar pesquisas de excelência em mudanças ambientais globais e regionais, com ênfase em temas de Modelagem e Observações do Sistema Terrestre, especialmente do Sistema Climático, Mudança de Uso e Cobertura da Terra, Hidrologia, Química Ambiental, Energias Renováveis, Eletricidade Atmosférica, Oceanografia e Zonas Costeiras, Queimadas, Desastres Naturais, Adaptação, Mitigação, e Políticas Públicas;

IV - apoiar as atividades de pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais;

V - apoiar o desenvolvimento de pesquisas sobre mudanças climáticas globais e regionais em parceria com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais e agências de fomento à pesquisa;

VI - conduzir estudos para avaliação de impactos das mudanças ambientais globais e regionais nos sistemas sócio-econômico-ambientais, especialmente aqueles associados às implicações no desenvolvimento nacional e na qualidade de vida;

VII - desenvolver tecnologias aplicáveis ao monitoramento, mitigação e adaptação às mudanças ambientais globais e regionais;

VIII - contribuir para a formação especializada de recursos humanos em sua área de competência, através de programas de treinamento, especialização, pós-graduação e pós-doutoramento, para atender às demandas institucionais e científicas relacionadas às mudanças ambientais globais; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção VII

Do Centro de Rastreio e Controle de Satélites

Art. 33. Ao Centro de Rastreio e Controle de Satélites compete:

I - operar a infraestrutura do centro de controle de satélites e de estações de rastreio e controle de satélites do INPE;

II - planejar atividades de controle de satélites;

III - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, na área de sua competência;

IV - apoiar atividades docentes dos cursos de pós-graduação do Instituto ou de outras instituições com as quais o INPE mantenha convênios ou acordos, nas áreas de sua competência; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção VIII

Do Laboratório de Integração e Testes

Art. 34. Ao Laboratório de Integração e Testes compete:

I - desenvolver, difundir e prestar serviços de integração e testes de materiais, componentes, equipamentos e sistemas espaciais;

II - atender, complementarmente, necessidades correlatas do setor produtivo nacional e internacional, para o desenvolvimento e qualificação dos produtos industriais que exijam alta confiabilidade;

III - suprir e qualificar componentes e materiais para os programas de satélites do INPE;

IV - montar, integrar e realizar testes funcionais e de performance, testes ambientais de desenvolvimento, qualificação e aceitação de componentes, equipamentos, subsistemas e sistemas de aplicação espacial;

V - apoiar, provendo ensaios e análises, a seleção, o desenvolvimento e a nacionalização de componentes e materiais para utilização espacial;

VI - realizar análises e investigações de falhas em componentes eletrônicos e partes, e emitir laudo técnico;

VII - desenvolver e aplicar processos e metodologias utilizados na montagem, integração e testes de sistemas espaciais;

VIII - colocar à disposição do mercado externo, quando possível, os recursos humanos e materiais existentes, compatíveis com os níveis solicitados na área espacial; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 35. À Seção de Ensaios de Compatibilidade Eletromagnética compete:

I - qualificar o desempenho e a confiabilidade de equipamentos e dispositivos das missões espaciais do INPE, das demais coordenações do Instituto e, também, das solicitações externas pelos setores do governo e da indústria em colaboração ao desenvolvimento tecnológico; e

II - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção IX

Da Coordenação de Laboratórios Associados

Art. 36. À Coordenação de Laboratórios Associados compete:

I - coordenar as atividades de pesquisa básica e desenvolvimento tecnológico nas áreas de combustão, materiais especiais, dispositivos, plasma, computação e matemática aplicada;

II - buscar o domínio de tecnologias de ponta e de interesse estratégico às atividades espaciais ou correlatas;

III - incentivar a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos por seus Laboratórios Associados;

IV - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais e internacionais, na área de sua competência;

V - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 37. Ao Laboratório Associado de Sensores e Materiais compete:

I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento de materiais, dispositivos, processos e suas caracterizações nas áreas de interesse espacial ou correlatas;

II - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;

III - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;

IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 38. Ao Laboratório Associado de Plasmas compete:

I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de física de plasmas, tecnologia de plasmas e fusão termonuclear controlada;

II - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;

III - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;

IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência;

V - obter o domínio de técnicas, processos e desenvolvimentos em plasmas, visando a sua disseminação e uso, de acordo com os interesses do INPE; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 39. Ao Laboratório Associado de Computação e Matemática Aplicada compete:

I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informática e matemática nas áreas de interesse espacial ou correlatas;

II - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;

III - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;

IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência;

V - obter o domínio de técnicas e métodos computacionais e de matemática aplicada, visando a sua disseminação e uso, de acordo com os interesses do INPE; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 40. Ao Laboratório Associado de Combustão e Propulsão compete:

I - realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de sistemas de propulsão de satélites, propulsão auxiliar, propulsão avançada, combustão e catálise e áreas correlatas;

II - prestar serviços em áreas de sua competência ao INPE como à comunidade científica e tecnológica externa;

III - promover a divulgação e a transferência de tecnologia dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos;

IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção X

Da Coordenação dos Centros Regionais

Art. 41. À Coordenação dos Centros Regionais compete:

I - gerir as atividades científicas e tecnológicas realizadas no Centro Regional da Amazônia, estabelecendo procedimentos para acompanhar e avaliar seus projetos e atividades;

II - gerir as atividades científicas e tecnológicas realizadas no Centro Regional do Nordeste, estabelecendo procedimentos para acompanhar e avaliar seus projetos e atividades;

III - gerir as atividades científicas e tecnológicas realizadas no Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, estabelecendo procedimentos para acompanhar e avaliar seus projetos e atividades;

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016111600029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - gerir as atividades científicas e tecnológicas realizadas nas instalações regionais de Alcântara - MA e São Luís - MA e no Radio Observatório de Itapetinga, Atibaia - SP, estabelecendo procedimentos para acompanhar e avaliar seus projetos e atividades; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 42. Ao Centro Regional da Amazônia compete:

I - apoiar as atividades do INPE realizadas nas instalações de Belém, Manaus e Boa Vista;

II - apoiar atividades de campo e de mapeamento realizadas pela equipe do Centro Regional e/ou por outras equipes do INPE, na região amazônica;

III - manter e operar infraestrutura de coleta e processamento de dados em suas instalações;

IV - difundir a geotecnologia em sua região;

V - ser um centro internacional de difusão de tecnologia de monitoramento orbital de florestas tropicais;

VI - realizar a administração das atividades do Centro e de seus recursos humanos;

VII - executar as atividades de suporte administrativo, necessárias ao desenvolvimento e concretização das atividades do Centro Regional; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 43. Ao Centro Regional do Nordeste compete:

I - apoiar as atividades do INPE realizadas nas instalações de Natal - RN e Eusébio - CE;

II - manter e operar infraestrutura de coleta e processamento de dados em suas instalações;

III - difundir as tecnologias espaciais em sua região;

IV - realizar a administração do Centro, de seus recursos humanos e dos recursos orçamentários e financeiros movimentados pelo Centro Regional;

V - executar as atividades de suporte administrativo, necessárias ao desenvolvimento e concretização das atividades do Centro Regional; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 44. Ao Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais compete:

I - apoiar as atividades do INPE realizadas nas instalações de Santa Maria e São Martinho - RS;

II - manter e operar infraestrutura de coleta e processamento de dados em suas instalações;

III - coordenar as atividades do Projeto Antártico - PAN do INPE;

IV - difundir as tecnologias espaciais em sua região;

V - coordenar as atividades do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe - CRECTEALC;

VI - realizar a administração das atividades do Centro e de seus recursos humanos;

VII - executar as atividades de suporte administrativo, necessárias ao desenvolvimento e concretização das atividades do Centro Regional; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 45. Ao Serviço do Projeto Antártico compete:

I - organizar, supervisionar e manter infraestrutura, tanto no INPE como na Estação Antártica, para a realização das pesquisas e atividades relacionadas ao Projeto;

II - organizar a participação de servidores, bolsistas e colaboradores externos nas Operações Antárticas do verão e inverno;

III - gerenciar orçamentos e recursos destinados ao Projeto;

IV - representar o INPE junto aos órgãos envolvidos em atividades do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR, como também nas negociações de convênios nacionais e internacionais afins;

V - promover e participar de reuniões científicas e produzir matéria de divulgação do PROANTAR; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção XI

Da Coordenação de Administração

Art. 46. À Coordenação de Administração compete:

I - coordenar e controlar a execução de atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Administração de Serviços Gerais e de Administração Orçamentária e Financeira;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades do INPE;

III - planejar, prover e coordenar o suporte orçamentário e financeiro necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades dos Centros e Unidades Regionais;

IV - coordenar e controlar as atividades da administração de compras e aquisição de bens e serviços, recebimento e importação;

V - coordenar o Setor de Licitações e Contratos;

VI - coordenar e controlar as atividades do Serviço de Infraestrutura Administrativa;

VII - responder pelas obras e serviços de engenharia civil executados pelo Serviço de Engenharia e Manutenção;

VIII - responder pela guarda, controle, movimentação e inventário de bens móveis e imóveis do INPE;

IX - suprir, registrar, distribuir, despachar e controlar materiais de uso comum para atender às necessidades de consumo dos usuários internos do INPE;

X - realizar o controle de materiais, almoxarifado e patrimônio do INPE;

XI - gerir administrativamente o Centro Regional da Amazônia, o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, a Unidade Regional de Cachoeira Paulista e a Unidade Regional do Centro-Oeste;

XII - coordenar e controlar o apoio administrativo e logístico do Centro Regional da Amazônia; do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais; da Unidade Regional de Cachoeira Paulista; da Unidade Regional do Centro-Oeste; da Seção de Transportes; das atividades do INPE em Brasília; e do Rádio Observatório de Itapetinga, em Atibaia - SP;

XIII - coordenar o acompanhamento e a fiscalização da execução de contratos de infraestrutura do INPE;

XIV - processar as solicitações de atestados de fornecimento, atestados de capacidade técnica e outros afins, verificando a veracidade de seu conteúdo e encaminhando-os para assinatura; e

XV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 47. Ao Serviço de Compras, Recebimento e Importação compete:

I - executar os processos de compras de bens e serviços nas diversas modalidades, no país e no exterior, atendendo às necessidades das unidades do INPE;

II - registrar, pesquisar e cadastrar informações e processos nos diversos módulos do Sistema de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal - SIASG;

III - acompanhar o Setor de Licitações e Contratos, os pregoeiros e respectiva equipe de apoio na condução dos processos de compras de bens e serviços em sua fase preparatória, fase externa e interna, bem como no recebimento das propostas e lances, análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor;

IV - gerenciar os cadastros do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF efetuados pelo INPE com Unidade Cadastradora - SICOM;

V - proceder à abertura de processo de importação e exportação, acompanhando os trâmites necessários para desembaraço alfandegário, incluindo todas as ações junto ao SISCOMEX, bem como acompanhar e registrar embarque e desembarque de materiais/equipamentos importados e exportados;

VI - providenciar o credenciamento dos funcionários da área, autorizados e responsáveis pelos desembaraços alfandegários;

VII - efetuar o acompanhamento, registro e recebimento das compras dos bens e serviços adquiridos pelo INPE, observando o cumprimento de prazos de entrega;

VIII - fornecer suporte e acompanhamento aos processos de importação e exportação de bens e serviços;

IX - efetuar recebimento e expedição de bens e materiais;

X - interagir com as áreas e unidades do INPE nos assuntos inerentes aos processos licitatórios; e

XI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 48. Ao Setor de Licitações e Contratos compete:

I - conduzir os processos de compras de bens e serviços em sua fase preparatória, fase externa e interna para as modalidades de licitação;

II - receber e analisar as propostas dos participantes das licitações;

III - habilitar e adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 49. Ao Núcleo de Pregão Eletrônico compete:

I - conduzir os processos de compras de bens e serviços em sua fase preparatória, fase externa e interna para as modalidades pregão eletrônico;

II - receber e analisar as propostas dos participantes dos pregões;

III - habilitar e adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 50. Ao Serviço de Controle de Orçamento e Finanças compete:

I - controlar e executar os serviços referentes à execução orçamentária, à programação financeira de desembolsos, à administração financeira e à contabilização dos recursos consignados ao INPE, de acordo com o Plano de Contas da União;

II - provisionar e repassar recursos financeiros aos Centros Regionais do INPE, observando os limites aprovados;

III - elaborar prestações de contas para as unidades de controle interno e para as entidades financiadoras;

IV - prover, atualizar e controlar os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP e do Sistema de Cartão Corporativo;

V - realizar a tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 51. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças de Cachoeira Paulista compete:

I - executar e controlar os serviços referentes à execução orçamentária, à programação financeira de desembolsos, à administração e à contabilização dos recursos consignados a Unidade Regional de Cachoeira Paulista;

II - contribuir para elaboração, prestação de contas para as unidades de controle interno e para as entidades financiadoras;

III - prover, atualizar e controlar os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP e do Sistema de Cartão Corporativo;

IV - efetuar controle, acompanhamento e execução financeira de contratos e convênios firmados com terceiros e entidades financiadoras; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 52. Ao Serviço de Infraestrutura Administrativa compete:

I - acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços de segurança patrimonial, de limpeza e conservação das áreas, de apoio administrativo, de permissão de uso das instalações do restaurante e de passagens aéreas;

II - administrar as atividades de serviços de circulação de correspondências internas e externas, bem como a de controle e expedição de malote;

III - elaborar os instrumentos de Planejamento da Contratação e Termo de Referência de novos contratos de prestação de serviços de infraestrutura;

IV - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços de infraestrutura administrativa;

V - controlar o acesso às dependências do INPE, bem como confeccionar crachás para empresas terceirizadas, Bancos, visitantes e bolsistas com contratos inferiores a 6 meses;

VI - prestar suporte técnico-administrativo no que se refere ao gerenciamento de resíduos sólidos do Instituto; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 53. À Seção de Transportes compete:

I - executar as atividades de serviços de utilização das viaturas, bem como acompanhar e fiscalizar a execução de contratos de manutenção das viaturas;

II - autorizar solicitação de transporte especial ou, conforme o caso, encaminhar para autorização do Diretor;

III - providenciar as escalas dos motoristas;

IV - escolher o veículo para execução do serviço;

V - estabelecer calendário para o transporte consolidado; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 54. Ao Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio compete:

I - efetuar o registro patrimonial dos bens patrimoniais;

II - distribuir os bens patrimoniais e de consumo às unidades requisitantes mediante a emissão da Nota de Entrega de Bens Patrimoniais;

III - emitir e controlar os Termos de Responsabilidade Por Detentor, os Termos de Responsabilidade Por Unidade e os Termos de Transferência;

IV - controlar os estoques dos bens de consumo e, quando necessário, providenciar a sua reposição;

V - realizar a remoção de bens patrimoniais;

VI - providenciar a manutenção periódica para a conservação dos bens patrimoniais;

VII - providenciar a realização de inventários de bens patrimoniais e de consumo;

VIII - executar as atividades de recebimento de bens patrimoniais e de consumo;

IX - acompanhar, junto ao servidor responsável pelo bem, o andamento do procedimento de conserto, bem como o cumprimento da data de retorno do material;

X - regularizar a situação de todos os bens de propriedade do INPE emprestados à terceiros;

XI - providenciar a baixa, do patrimônio do INPE, dos bens patrimoniais considerados obsoletos e/ou antieconômicos pela Comissão Permanente para Cessão, Alienação, Inutilização, Abandono e Baixa de Materiais; e

XII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 55. Ao Serviço de Engenharia e Manutenção compete:

I - elaborar projetos básicos de arquitetura, elétrica, hidráulica, estrutura, planilhas orçamentárias relativas à obras e serviços de engenharia;

II - fiscalizar a execução de contratos de obras e de serviços de engenharia e efetuar o recebimento definitivo mediante termo circunstanciado e vistoria;

III - fiscalizar os serviços prestados por empresas contratadas para execução de manutenção predial do INPE;

IV - apoiar os Centros e Unidades Regionais do INPE no planejamento e execução dos respectivos projetos de obras e serviços de engenharia civil;

V - responder pelas atividades gerais em pequenas obras do INPE, de carpintaria, de instalação e manutenção elétrica e de ar condicionado, bem como pelo abastecimento de água potável e pela manutenção hidráulica preventiva e corretiva;

VI - apoiar a Comissão Permanente de Licitação nas licitações de obras e serviços de engenharia, verificando a capacidade técnica, analisando as propostas técnicas e de preços dos licitantes e emitindo parecer técnico; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 56. À Unidade Regional de Cachoeira Paulista compete:

I - executar as atividades de suporte administrativo, necessárias ao desenvolvimento e concretização das atividades da Unidade Regional;

II - exercer as atividades de administração de pessoal, bem como aquelas referentes à assistência médica, psicológica e social aos servidores;

III - efetuar compras de bens e serviços e manter controle e guarda de material de estoque e de bens patrimoniais;

IV - realizar atividades gerais de alvenaria de pequenas obras e de manutenção de bens móveis e imóveis e de conservação da área física; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 57. À Unidade Regional do Centro-Oeste compete:

I - prestar suporte logístico e administrativo às atividades desenvolvidas pelo INPE, em Cuiabá;

II - zelar pela manutenção das instalações da Unidade Regional;

III - realizar as atividades de administração, desenvolvimento e controle dos recursos humanos, bem como as de suprimento de materiais, bens patrimoniais e as de orçamento e finanças da Unidade Regional; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção XII

Da Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas

Art. 58. À Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas compete:

I - desenvolver atividades de pesquisa básica e aplicada na área de ciências espaciais e atmosféricas, bem como disseminar e publicar os seus resultados;

II - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, na área de sua competência;

III - constituir e participar de comissões que visem a avaliação e proposição de soluções de assuntos relativos às atividades de ciências espaciais e atmosféricas;

IV - contribuir para a formação de recursos humanos, em nível de pós-graduação na área de sua competência;

V - promover a transferência do conhecimento e da tecnologia adquirida no desenvolvimento instrumental a outros centros de pesquisa ou à indústria; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 59. À Divisão de Aeronomia compete:

I - desenvolver atividades de pesquisa científica em aeronomia, nas áreas de física da alta atmosfera, luminescência atmosférica e ionosfera;

II - desenvolver cooperação científica com pesquisadores e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras;

III - realizar estudos, desenvolvimento e construção de equipamentos necessários ao bom andamento das atividades e projetos da Divisão;

IV - coletar dados e disseminar os resultados observacionais entre outros centros de pesquisas nacionais e internacionais, arquivando-os e mantendo-os em banco de dados formatados de acordo com padrões internacionais;

V - efetuar a operação e a manutenção dos equipamentos e da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento situados nas instalações do INPE em São Luís - MA (Observatório Espacial de São Luís); e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 60. À Divisão de Astrofísica compete:

I - realizar atividades de pesquisa científica em astrofísica nas áreas de astrofísica de altas energias, astrofísica óptica e no infravermelho, radioastronomia, física do meio interplanetário, cosmologia e astrofísica de ondas gravitacionais;

II - desenvolver cooperação científica com pesquisadores e instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras;

III - realizar estudos, desenvolvimento e construção de experimentos e equipamentos necessários ao bom andamento das atividades e projetos da Divisão;

IV - coletar dados e disseminar os resultados observacionais entre outros centros de pesquisas nacionais e internacionais, arquivando-os e mantendo-os em banco de dados formatados de acordo com padrões internacionais; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 61. À Divisão de Geofísica Espacial compete:

I - realizar atividades de pesquisa científica em geofísica espacial, nas áreas de geomagnetismo, magnetosfera e heliosfera, eletricidade atmosférica, física e química da média e baixa atmosfera;

II - desenvolver cooperação científica com pesquisadores e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras;

III - realizar estudos, desenvolvimento e construção de equipamentos necessários ao bom andamento das atividades e projetos da Divisão;

IV - coletar dados e disseminar os resultados observacionais entre outros centros de pesquisas nacionais e internacionais, arquivando-os e mantendo-os em banco de dados formatados de acordo com padrões internacionais; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 62. Ao Setor de Lançamento de Balão compete:

I - realizar atividades de lançamentos de balões estratosféricos e serviços técnicos correlatos, destinados à aquisição de dados relativos a missões técnico-científicas desenvolvidas no INPE;

II - orientar e supervisionar as atividades de campo durante as campanhas de lançamento e resgate dos equipamentos;

III - desenvolver sistemas eletrônicos, mecânicos e outros, necessários à execução das missões;

IV - desenvolver e implementar estrutura necessária a novas campanhas; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção XIII

Da Coordenação-Geral de Observação da Terra

Art. 63. À Coordenação-Geral de Observação da Terra compete:

I - acompanhar os programas internacionais de satélites de observação da Terra, para apoiar a distribuição nacional de dados de interesse do País;

II - coordenar a operação das estações de recepção e geração de imagens de satélite e o Centro de Dados de Sensoriamento Remoto do INPE, para receber e distribuir as imagens de programas de interesse do INPE;

III - estabelecer competência nas tecnologias de recepção e geração de imagens de satélite, bancos de dados de imagens e dados geoespaciais, e correção geométrica e radio métrica de imagens;

IV - acompanhar a realização de pesquisa com excelência na especificação, avaliação e uso de sistemas imageadores de sensoriamento remoto, em apoio ao programa espacial brasileiro;

V - acompanhar a realização de pesquisa de excelência em modelagem ambiental no Brasil, com ênfase nos temas de Mudança de Uso e Cobertura da Terra, Biodiversidade, Hidrologia, Dinâmicas Socioeconômicas e Modelos de Ecossistemas;

VI - apoiar a sociedade brasileira no uso de Sensoriamento Remoto, Geoinformação e Modelagem Ambiental;

VII - contribuir para a formação especializada de recursos humanos em sua área de competência, através de programas de treinamento, especialização e pós-graduação;

VIII - promover a transferência do conhecimento em sua área de atuação, através de uma política de disseminação de dados, tecnologias, metodologias e pesquisas científicas sem restrições de uso e com base apenas no custo de reprodução; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 64. À Coordenação do Programa Amazônia compete:

I - fomentar estudos e pesquisas para monitoramento e modelagem de recursos naturais e da interação homem-natureza na Amazônia, utilizando técnicas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e modelagem matemática;

II - produzir estimativas completas do processo de desflorestamento da Amazônia Brasileira, com metodologias, prazos e detalhamento adequado à formulação de políticas públicas para a região;

III - conduzir estudos e pesquisas multidisciplinares na área de Modelagem Ambiental da Região Amazônica; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 65. À Coordenação do Segmento de Aplicações do Programa CBERS compete:

I - fomentar o uso e aplicação de imagens e produtos dos satélites CBERS, para maximizar os seus benefícios para a sociedade brasileira;

II - propor e coordenar programas de cooperação técnica que envolvam a participação de imagens CBERS;

III - conduzir estudos para melhorar a qualidade dos produtos CBERS e dos sistemas de relacionamento com os usuários;

IV - participar com outros órgãos internos ou externos ao INPE, na definição, especificação, análise, e desenvolvimento das missões CBERS atuais e futuras; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 66. À Divisão de Geração de Imagens compete:

I - processar, armazenar e disseminar, de forma operacional, dados e imagens de satélites de observação da Terra;

II - manter e aperfeiçoar os sistemas e equipamentos de processamento de dados de satélites de observação da Terra;

III - estabelecer relacionamento com operadores de satélites de observação da Terra, públicos e privados, a fim de garantir a disponibilidade de dados de interesse do País;

IV - garantir a recepção e geração das imagens dos satélites de observação da Terra do programa espacial brasileiro, estabelecendo procedimentos para a disseminação mais ampla possível destas imagens;

V - participar ativamente na capacitação da indústria nacional para a autonomia tecnológica nacional na recepção e processamento de imagens de sensores remotos;

VI - manter atualizado e amplamente acessível à comunidade nacional o Centro de Dados de Sensoriamento Remoto, cujo acervo é composto de todas as imagens de sensoriamento remoto recebidas pelo INPE; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 67. À Divisão de Processamento de Imagens compete:

I - desenvolver tecnologia em Processamento de Imagens e Geoinformação, garantindo a autonomia tecnológica nacional e a ampla disseminação dos produtos e metodologias gerados;

II - desenvolver e disseminar aplicações de geoinformação para uso público;

III - estabelecer mecanismos de cooperação com instituições públicas e privadas brasileiras, para a disseminação e transferência das tecnologias desenvolvidas pela Divisão;

IV - apoiar a criação de competência em processamento de imagens, geoprocessamento e análise espacial, e tecnologias associadas em universidades e empresas nacionais;

V - promover ativamente a disseminação dos dados, metodologias e tecnologias desenvolvidas, através de uma política de licenciamento baseada preferencialmente no uso de software livre; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 68. À Divisão de Sensoriamento Remoto compete:

I - realizar atividades de pesquisa, desenvolvimento e aplicações de dados de sensores remotos e outros instrumentos, para utilização em estudos dos recursos naturais renováveis e não renováveis;

II - desenvolver metodologias para extração de informações dos dados dos satélites de observação da Terra visando diferentes aplicações incluindo Agricultura, Recursos Naturais Renováveis e Não Renováveis, Gestão Territorial, Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, Estudos Oceanográficos;

III - transferir e difundir os conhecimentos e metodologias desenvolvidas aos setores usuários, através de treinamentos, encontros, seminários e simpósios;

IV - orientar usuários no tocante aos produtos disponíveis e metodologias associadas para a sua utilização;

V - desenvolver cooperação com instituições acadêmicas e setores usuários das tecnologias de Sensoriamento Remoto e Geoinformação, através de acordos e convênios firmados com o INPE; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção XIV

Da Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial

Art. 69. À Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial compete:

I - desenvolver e difundir tecnologias de sistemas espaciais para suportar programas das áreas científicas e de aplicações;

II - colaborar com a capacitação do País na área de tecnologia espacial e seus desdobramentos, incluindo a formação de recursos humanos, em nível de graduação e de pós-graduação, na área de sua competência;

III - coordenar os programas de desenvolvimento de satélites e sistemas correlatos, bem como dos sistemas de solo associados, que venham a ser executados na área de engenharia e tecnologia espacial;

IV - coordenar os programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico voltados para construção de equipamentos, software e dispositivos utilizados em satélites e sistemas correlatos, bem como em sistemas de solo associados;

V - coordenar as atividades de fabricação e garantia do produto, executadas no âmbito da engenharia e tecnologia espacial, junto ao setor industrial do País;

VI - coordenar as atividades de gerenciamento de projetos, visando implementar procedimentos internos unificados para a execução dos programas e projetos das unidades subordinadas;

VII - realizar cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, na área de sua competência; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 70. À Coordenação do Programa de Satélites Baseados na Plataforma Multimissão compete:

I - coordenar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

II - coordenar as relações entre as diversas unidades do INPE e de outras instituições externas, no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

III - garantir que as diretrizes provenientes das especificações técnicas dos programas desenvolvidos no seu âmbito sejam integralmente implementadas;

IV - elaborar o plano de desenvolvimento, integração e testes dos satélites baseados na plataforma multimissão; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 71. À Coordenação do Segmento Espacial do Programa CBERS compete:

I - coordenar as atividades de desenvolvimento, integração e testes dos satélites CBERS;

II - elaborar plano de desenvolvimento e testes dos satélites CBERS;

III - coordenar as relações entre o INPE e as instituições chinesas envolvidas no desenvolvimento do segmento espacial, para garantir que as especificações e cronogramas sejam cumpridos; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 72. À Divisão de Desenvolvimento de Sistemas de Solo compete:

I - conceber, especificar, integrar e qualificar sistemas na área de comunicação de dados relacionados a aplicações na área espacial;

II- realizar pesquisa e desenvolver projetos e atividades na área de software com ênfase em controle, rastreio, teste e simulador de aeronaves e disseminação de dados;

III - conceber, especificar, integrar e qualificar sistemas de comunicação, relacionados a estações terrenas de rastreio e controle e de recepção e transmissão de dados;

IV - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de processamento digital e analógico de sinais, radiofrequência e modulação para aplicação em equipamentos de telecomunicações, instrumentação e automação para sistemas de solo; e

V - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 73. À Divisão de Eletrônica Aeroespacial compete:

I - realizar pesquisas e desenvolver tecnologia na área de sistemas computacionais para uso em satélites e implementar metodologias para elaboração de software de alta confiabilidade para sistemas embarcados;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - realizar pesquisas e desenvolver tecnologia na área de sensores eletro ópticos para determinação de atitude de satélites e sistemas correlatos e de imageadores eletro ópticos para observação da Terra, incluindo a implementação de metodologias de caracterização de sensores eletro ópticos;

III - realizar pesquisas e desenvolver tecnologia na área de sistemas de geração, armazenagem, regulação e distribuição de potência para equipamentos embarcados;

IV - realizar pesquisas e desenvolver projetos de circuitos e equipamentos nas áreas de rádio frequência/microondas, antenas, modulação analógico-digital e processamento de sinais, para aplicação em equipamentos de comunicação de sistemas embarcados;

V - especificar, projetar e desenvolver subsistemas e equipamentos para os programas institucionais de satélites e sistemas correlatos, no âmbito de sua competência; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 74. À Divisão de Mecânica Espacial e Controle compete:

I - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de dinâmica orbital, controle e guiarem, projetos mecânicos e estruturas, controle térmico e propulsão de satélites artificiais;

II - pesquisar e desenvolver métodos e algoritmos para determinação e propagação de órbita e atitude de satélites e sistemas correlatos, bem como subsistemas de controle de atitude e órbita;

III - realizar análises de estabilidade, de perturbações ambientais e de dinâmica de satélites e sistemas correlatos;

IV - pesquisar e desenvolver tecnologias de projeto mecânico, estruturas e controle térmico de plataformas espaciais;

V - pesquisar, projetar e desenvolver tecnologias de motores de propulsão líquida para controle de satélites artificiais;

VI - especificar, projetar, desenvolver e qualificar subsistemas e equipamentos para os programas de satélites e sistemas correlatos, nas áreas de sua competência; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 75. À Divisão de Sistemas Espaciais compete:

I - conceber e especificar alternativas de sistemas, incluindo o segmento espacial, segmento solo e conceito de operações, para propostas de missões espaciais;

II - dar suporte aos intervenientes (stakeholders) de uma missão espacial, na transformação de seus objetivos em requisitos de sistema para a Missão;

III - estabelecer procedimentos para construção de soluções conceituais de sistemas espaciais;

IV - conceber e especificar sistemas espaciais, a partir da definição de seus objetivos de missão;

V - estabelecer procedimentos de engenharia de sistemas, para atividades de gerenciamento e execução de projetos de sistemas espaciais;

VI - preparar as especificações de sistema e de subsistemas dos segmentos espacial e solo de missões espaciais;

VII - executar as atividades de análise de missão, arquiteturas de missões espaciais: mecânica, elétrica, telecomunicações, térmica, tratamento de dados, e concepção e definição de sistemas de solo, acompanhando e dando suporte aos programas desde a fase de concepção até a operação em órbita;

VIII - dar suporte aos programas para estabelecer e manter as condições de interação entre os novos sistemas e a infraestrutura existente, em especial no que concerne aos centros de controle e de missão e às estações terrenas;

IX - dar suporte aos programas para gerenciar e executar as atividades de interface junto a Agências Lançadoras, Laboratório de Integração e Testes, Centro de Controle e Centro de Missão;

X - executar atividades de verificação e validação para suporte aos programas, procurando confrontar e verificar os requisitos iniciais estabelecidos para as missões com resultados obtidos ao longo do ciclo de vida, tanto para hardware como software, atuando de forma a corrigir eventuais discrepâncias;

XI - desenvolver modelos e ferramentas computacionais para projeto e análise de sistemas espaciais, visando o aumento da eficiência do processo de construção de soluções, utilizando abordagem de engenharia simultânea em ambiente integrado de projeto; e

XII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 76. Ao Serviço de Engenharia da Qualidade compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades de garantia do produto, gerenciamento da configuração e da documentação, engenharia do produto, componentes elétricos, eletrônicos e eletromecânicos - EEE, garantia da segurança de sistemas espaciais, engenharia da radiação, engenharia e garantia da dependabilidade, e garantia do produto software;

II - manter as atividades estruturadas para responder aos desafios atuais e futuros dos programas e projetos espaciais do INPE;

III - atuar em todas as fases do ciclo de vida e em todos os segmentos dos programas e projetos espaciais do INPE; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 77. Ao Serviço de Manufatura compete:

I - promover e supervisionar a execução das atividades de suporte e fabricação mecânica, análise estrutural, projetos e desenhos mecânicos, e processos químicos no âmbito dos projetos e programas espaciais e das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

II - desenvolver equipamentos e dispositivos mecânicos com qualificação militar e espacial;

III - fabricar protótipos de placas de circuito impresso por processo de fresagem;

IV - elaborar documentos e procedimentos específicos de fabricação mecânica, e processos químicos;

V - executar a montagem e integração de equipamentos mecânicos com qualificação espacial para atendimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

VI - apoiar os programas institucionais, na elaboração de documentação e no acompanhamento da fabricação mecânica, e processos químicos relativos a contratos externos; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 78. Ao Setor de Tratamentos de Superfície compete:

I - realizar tratamentos superficiais em materiais metálicos dentre os quais destacam-se os processos industriais de galvanoplastia como a douração, niquelação, prateação e cobreação sobre diversos substratos, e anodização e cromatização em alumínio e suas ligas;

II - preparação e análise metalográfica voltada para controle de processos;

III - realização de ensaios eletroquímicos de corrosão e teste acelerado de corrosão em câmara de névoa salina;

IV - fornecer suporte nas auditorias em empresas contratadas pelos programas espaciais em desenvolvimento no INPE, visando qualificação e orientação de fornecedores;

V - fabricar protótipos de PCI's por processo de fresagem;

VI - atuar junto aos grupos de desenvolvimento do INPE de modo a suprir suas necessidades, através de estudo, adequação e realização de processos químicos com qualificação militar e espacial; e

VII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 79. Ao Setor de Mecânica e Desenho compete:

I - promover e supervisionar a execução das atividades de suporte de fabricação, projetos e desenhos mecânicos relativos aos programas de desenvolvimento de satélites;

II - desenvolver, projetar e fabricar equipamentos e dispositivos mecânicos em apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

III - executar atividades de montagem e integração de equipamentos mecânicos com qualificação espacial; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Seção XV

Do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos

Art. 80. Ao Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos compete:

I - desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de meteorologia, climatologia, hidrologia, sensoriamento remoto da atmosfera, oceanografia e meio ambiente, com ênfase em técnicas de modelagem e de tratamento de observações da atmosfera, dos oceanos e da superfície;

II - manter serviços operacionais de previsão de tempo, clima e variáveis ambientais, gerando e disseminando publicamente produtos de qualidade de interesse da sociedade, e elaborar cenários de mudanças climáticas de interesse do país;

III - manter sistemas computacionais de alto desempenho destinados à previsão numérica de tempo, de clima e de variáveis ambientais e pesquisas correlatas;

IV - operar sistemas de satélites ambientais e radares meteorológicos para monitoramento ambiental e previsão meteorológica;

V - receber, arquivar e disponibilizar dados meteorológicos, climatológicos, hidrológicos, oceânicos e ambientais relacionados às atividades do Centro;

VI - realizar intercâmbio científico, tecnológico e de informações com as instituições nacionais e internacionais que se dedicam à meteorologia, climatologia, hidrologia, oceanografia e ciências do meio ambiente, nas áreas de sua competência;

VII - atuar junto aos Estados da Federação, no sentido de promover a política do MCTIC em relação à meteorologia, climatologia, hidrologia, oceanografia e meio ambiente, incluindo apoio aos sistemas de observações, e capacitação de recursos humanos de órgãos estaduais de meteorologia, recursos hídricos e meio ambientes;

VIII - participar, nas áreas de sua competência, na formação de recursos humanos, em nível de pós-graduação e pós-doutoramento, bem como promover estágios e treinamento de pessoal; e

IX - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 81. À Divisão de Modelagem e Desenvolvimento compete:

I - realizar pesquisas e desenvolvimento em modelagem atmosférica e oceânica;

II - desenvolver e adaptar modelos a serem transferidos para os setores operacionais, e implementar melhorias nos modelos em operação no centro, com relação aos processos físicos, dinâmicos e numéricos;

III - desenvolver estudos de previsão numérica de tempo, clima e ambiental utilizando modelos de circulação global e regional;

IV - realizar experimentos numéricos de sensibilidade e aplicações e de simulação da variabilidade climática nas várias escalas de tempo;

V - desenvolver ou adaptar métodos de assimilação de observações, tanto para modelos atmosféricos, como oceânicos, incluindo processos no solo e seus acoplamentos, hidrológicos e ambientais;

VI - desenvolver atividades com relação a processamento e programação de alto desempenho e a técnicas de otimização, vetorização e paralelização aplicadas aos modelos;

VII - supervisionar as atividades de pesquisa e desenvolvimento, de interesse do centro na área de modelagem atmosférica e oceânica; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 82. À Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais compete:

I - operar sistemas de recepção de dados de satélites, de sensores ativos e passivos da atmosfera instalados em terra e de plataformas de coleta automática de dados de responsabilidade do INPE;

II - gerar e disseminar produtos ambientais produzidos a partir dos dados recebidos;

III - realizar pesquisa básica e aplicada de sensoriamento remoto da atmosfera, e desenvolver aplicações para apoiar previsões de tempo, clima e variáveis ambientais;

IV - organizar, manter e disponibilizar para usuários internos e externos dados provenientes de satélites meteorológicos e sensores remotos atmosféricos, recebidos pelo Centro ou obtidos de outras instituições;

V - desenvolver especificações técnicas para novos sensores meteorológicos e ambientais e participar de campanhas de testes destes sensores;

VI - promover a transferência de conhecimentos e tecnologia na área de satélites e sistemas ambientais para as atividades operacionais e de pesquisa;

VII - apoiar a expansão de sistemas de coleta de dados por satélites; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 83. À Divisão de Operações compete:

I - realizar a operação meteorológica plena do Centro, incluindo atividades de recepção de dados, geração e disseminação de previsões de tempo, clima e de variáveis ambientais;

II - operar os modelos de previsão de tempo, clima, agitação marítima e outras aplicações ambientais;

III - arquivar e disponibilizar dados recebidos e gerados pelo Centro;

IV - implantar operacionalmente novos modelos e/ou produtos desenvolvidos pelas demais Divisões;

V - realizar o atendimento ao público em geral, usuários externos, órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e órgão de comunicação e da mídia;

VI - aprimorar as ferramentas de visualização dos produtos meteorológicos;

VII - avaliar o desempenho dos modelos de previsão de tempo, incluindo agitação marítima, clima, e variáveis ambientais; e

VIII - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 84. Ao Serviço de Supercomputação e Suporte compete:

I - manter a operação plena dos sistemas de supercomputação do Centro;

II - prover o suporte e treinamento aos usuários dos sistemas computacionais existentes;

III - instalar, configurar, monitorar e realizar a manutenção preventiva e corretiva dos recursos computacionais;

IV - prover assessoramento técnico para adquirir, especificar e selecionar recursos computacionais;

V - promover a atualização de ferramentas de hardware e software e o aperfeiçoamento de seus recursos humanos; e

VI - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

Art. 85. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - prover previsões de tempo, clima e de variáveis ambientais para o público em geral, usuários externos, órgãos setoriais de meteorologia dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e órgãos da mídia;

II - atender usuários internos e externos interessados em dados e informações meteorológicas, climáticas e ambientais geradas pelo Centro, incluindo mídia em geral em assuntos da área de competência do Centro;

III - elaborar e acompanhar propostas e convênios com usuários externos, instituições públicas e privadas; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem atribuídas pertinentes à sua área de competência.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico-Científico

Art. 86. O Conselho Técnico-Científico - CTC, é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INPE definida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

Art. 87. O CTC contará com treze membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do INPE, que o presidirá;

II - seis membros, de nível superior, do quadro permanente, sendo dois da carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, dois da carreira de Desenvolvimento Tecnológico e dois da carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia do Instituto;

III - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do INPE; e

IV - quatro membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do INPE.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos II, III e IV terão o mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, e assim serão escolhidos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

a) os do inciso II serão indicados a partir de três listas sêxtuplas, obtidas a partir de eleição, promovida pela Direção da Unidade, entre os servidores do quadro permanente, sendo uma correspondendo à carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, uma correspondendo à carreira de Desenvolvimento Tecnológico e uma correspondendo à carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia do Instituto; e

b) os dos incisos III e IV serão indicados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a partir de listas tríplices ou através de outro mecanismo de sua escolha.

Art. 88. Ao CTC compete:

I - supervisionar a política científica e tecnológica do Instituto, conforme o planejamento estratégico da instituição e o Plano Plurianual do Governo Federal;

II - avaliar os resultados dos projetos e atividades do INPE;

III - acompanhar a gestão de recursos humanos do INPE;

IV - recomendar novas atividades de ciência e tecnologia a serem desenvolvidas pelo Instituto e assessorar na sua implantação;

V - avaliar propostas de reformulação de atividades de ciência e tecnologia desenvolvidas pelo Instituto; e

VI - opinar sobre matérias submetidas pelo Presidente ou por membros em exercício.

Art. 89. O funcionamento do CTC será disciplinado por Regimento Interno.

Seção II

Conselho de Pós-Graduação

Art. 90. O Conselho de Pós-Graduação - CPG é órgão colegiado de assessoramento do Diretor do INPE para atividades de Pós-Graduação do Instituto.

Parágrafo único. O CPG é a unidade superior de gestão dos cursos de Pós-Graduação do INPE.

Art. 91. O funcionamento do CPG, bem como dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto, será disciplinado na forma do "Regimento dos Cursos de Pós-Graduação do INPE", a ser aprovado pelo Diretor do INPE.

§ 1º O CPG é composto de membros dos corpos docente, discente e administrativo dos Cursos de Pós-Graduação do INPE, na forma do "Regimento dos Cursos de Pós-Graduação do INPE".

§ 2º O presidente do CPG é designado pelo Diretor do Instituto dentre os docentes dos Cursos de Pós-Graduação do INPE.

Art. 92. Ao CPG compete:

I - submeter ao Diretor do INPE, propostas de política de ensino de Pós-Graduação, bem como o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação do INPE;

II - zelar pelo cumprimento do Regimento dos Cursos de Pós-Graduação do INPE, das normas, dos regulamentos e demais disposições pertinentes à Pós-Graduação do Instituto; e

III - exercer outras atribuições correlatas, por determinação do Diretor do INPE.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 93. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do INPE;

II - exercer a representação do INPE;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas em ato específico de delegação de competência.

Art. 94. Aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores, aos Chefes de Centro e ao Chefe de Laboratório incumbe:

I - assegurar, nas respectivas unidades e áreas de competência, a plena realização das missões do INPE;

II - formular propostas de políticas e de diretrizes para o desenvolvimento das atividades relativas à sua área de competência;

III - promover e incentivar a interação de sua unidade com as demais, de forma a propiciar a sinergia e o melhor desenvolvimento das atividades executadas pelo INPE;

V - representar a unidade no relacionamento com entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - submeter à decisão do Diretor as questões que não estejam no contexto de sua competência, atribuições e responsabilidades, mas pertinentes a sua unidade, acompanhadas de proposta de solução;

VI - elaborar a organização dos eventos de avaliação de suas respectivas unidades e submetê-la ao Diretor;

VII - contribuir para a elaboração dos vários Planos Anuais e/ou Plurianuais definidos pela administração superior do INPE;

VIII - coordenar a elaboração de relatórios de gestão periódicos de sua unidade a partir do Sistema de Informação do INPE;

IX - acompanhar, no âmbito de sua respectiva unidade, os cronogramas físico-financeiros dos programas e projetos, bem como providenciar ações para a consecução de seus objetivos e metas;

X - planejar e coordenar, no âmbito de sua unidade, a especificação e aquisição de equipamentos, bem como sua manutenção preventiva e corretiva;

XI - planejar, coordenar e implementar ações e procedimentos visando a melhoria da qualidade da gestão, no âmbito de sua unidade;

XII - assistir ao Diretor nos assuntos afetos à sua área de competência; e

XIII - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos de sua unidade ou cuja competência lhe seja expressamente atribuída pelo Diretor.

Art. 95. Aos Chefes de Divisão, de Serviço, de Laboratório Associado e de Centro Regional incumbe:

I - assegurar, nas respectivas áreas de competência, a plena realização da finalidade do INPE;

II - conduzir o processo de formulação de propostas de projetos, bem como instrumentar as informações necessárias para a avaliação de sua exequibilidade, emitindo parecer para subsidiar decisão superior;

III - elaborar relatórios técnicos e gerenciais afetos a sua unidade;

IV - assistir ao superior hierárquico no planejamento, emissão de relatórios e pareceres em sua área de competência;

V - elaborar a organização dos eventos de avaliação de suas respectivas unidades e submetê-la ao superior hierárquico;

VI - zelar para o bom funcionamento e manutenção dos laboratórios, equipamentos ou instalações prediais a cargo da unidade; e

VII - praticar outros atos de administração necessários à execução de suas atividades ou cuja competência lhe seja expressamente atribuída pelo superior hierárquico.

Art. 96. Aos Chefes de Seção, Setor e Núcleo incumbe:

I - supervisionar as atividades a cargo da respectiva unidade;

II - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos de sua unidade; e

III - desempenhar outras atribuições que lhes forem conferidas pelos respectivos superiores hierárquicos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97. O INPE celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do MCTIC, um Termo de Compromisso de Gestão, no qual serão estabelecidos os compromissos da equipe de gestão do INPE e da DPO com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica da entidade.

Art. 98. O Diretor poderá, sem qualquer custo adicional, formar outras unidades colegiadas internas, assim como constituir comitês para promover a interação entre as unidades da estrutura organizacional do INPE ou entidades externas.

Art. 99. O Diretor poderá criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do INPE.

Art. 100. As competências específicas de cada unidade e suas vinculações à estrutura organizacional, serão consubstanciadas em atos próprios a serem baixados pelo Diretor.

Art. 101. As Coordenações-Gerais, as Coordenações, os Centros e o Laboratório deverão possuir Comitês Assessores, na forma de unidades colegiadas internas com a competência de assessorar no planejamento, análise e avaliação de suas atividades.

Art. 102. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.150, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional do Semiárido, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 123, de 4 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 30 de março de 2005, nº 896, 30 de novembro de 2006, publicada no D.O.U. de 4 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Instituto Nacional do Semiárido - INSA, com sede na cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, é unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O INSA é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º O INSA tem por finalidade promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos polos socioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do semiárido brasileiro, bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.

Art. 4º Ao Instituto Nacional do Semiárido - INSA compete:

I - promover, coordenar e realizar estudos programas, projetos e atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, no âmbito de suas finalidades;

II - realizar atividades relacionadas com o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias apropriadas em áreas e programas estratégicos e de interesse regional e nacional;

III - promover e realizar estudos e pesquisas aplicados ao meio ambiente, especialmente aqueles voltados para o uso de recursos hídricos, para a preservação e recuperação de ecossistemas, e para sua sustentabilidade na região do semiárido brasileiro;

IV- propor diretrizes para formulação de políticas públicas e para execução de programas regionais, inclusive, para elaboração de planos de aplicação dos Fundos constitucionais;

V - difundir conhecimentos científicos e tecnologias, já disponíveis ou resultantes de sua atividade de pesquisa;

VI - promover e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos na sua área de competência;

VII - estabelecer intercâmbio científico e técnico com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;

VIII - prestar serviços técnicos, emitir relatórios e laudos técnicos, quando solicitados, bem como desenvolver produtos, serviços e tecnologias nas suas áreas de atuação;

IX - promover e patrocinar conferências, nacionais e internacionais, simpósios, cursos e outros tipos de eventos técnico-científicos.

X - dar apoio científico e tecnológico a atividades produtivas regionais compatíveis com as peculiaridades físicas da Região do Semiárido e a integração socioeconômica;

XI - propor mecanismos de captação de recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias; e

XII - interagir com as demais instituições de ensino e de pesquisa da Região, promovendo a integração de estudos, pesquisas, projetos e programas de caráter científico e tecnológico por elas realizados.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O Instituto Nacional do Semiárido - INSA tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação de Pesquisa - COPEQ

II - Coordenação de Administração - COADM

a) Serviço Administrativo - SEADM

Art. 6º Art. 7º O Instituto Nacional do Semiárido - INSA tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico-Científico - CTC.

Art. 7º O INSA será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 8º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação pelo Ministro de Estado de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro Chefe da Casa Civil nomeará Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do Diretor.

§ 4º O diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação de Pesquisa

Art. 9º À Coordenação de Pesquisa compete:

I - coordenar as atividades fins do INSA, que correspondem às áreas de pesquisas, formação, gestão da informação e popularização do conhecimento;

II - coordenar a implementação dos Projetos e Atividades do Programa de Ciência e Tecnologia aprovados no âmbito dos objetivos do INSA;

III - coordenar a elaboração e execução de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais dos programas sob sua responsabilidade; e

IV - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades relativas à sua área de atuação.

Parágrafo único. As atividades fins do INSA estão relacionadas as áreas de recursos hídricos, biodiversidade, sistemas de produção e desertificação.

Seção II

Da À Coordenação de Administração

Art. 10. À Coordenação de Administração compete:

I - coordenar as atividades meio do INSA, que correspondem às áreas de planejamento, licitação, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte à informática, documentação e arquivo, administração financeira e contábil; e

II - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Art. 11. Ao Serviço Administrativo compete auxiliar a Coordenação de Administração na supervisão e execução das atividades relacionadas ao planejamento, licitação, orçamento, organização, gestão de pessoas, logística, suporte à informática, documentação e arquivo, administração financeira e contábil.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO IV
CONSELHO TÉCNICO CIENTÍFICO
Seção I
Conselho Técnico Científico

Art. 12. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INSA.

Art. 13. O CTC contará com 10 (dez) membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - Diretor do INSA, que o presidirá;

II - dois membros, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

III - um representante das Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

IV - um representante das Federações das Indústrias dos Estados do Nordeste, indicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI;

V - dois membros representantes da comunidade científica e tecnológica atuantes em áreas afins e externos ao quadro de pessoal do INSA;

VI- um representante dos Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa das Universidades localizadas nos Estados do Nordeste;

VII - um representante dos Secretários de Estado de Ciência e Tecnologia do Nordeste; e

VIII - um representante da sociedade civil organizada com atuação nas áreas afins do INSA com abrangência no Semiárido Brasileiro.

§ 1º Os membros mencionados nos incisos II a VIII terão mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso II serão indicados a partir de três nomes, obtidos a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade entre servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia; e

b) os dos incisos de III a VIII serão indicados pelos Fóruns que os congregam, respectivamente, em caráter de rodízio.

Art. 14. Compete ao CTC:

I - apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica e suas prioridades e colaborar na divulgação das atividades e resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo INSA;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

III - acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCTIC;

V - participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao INSA, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão;

VI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo diretor.

Art. 15. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de regimento interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho, após análise jurídica.

CAPÍTULO V
ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 16. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do INSA;

II - exercer a representação do INSA;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 17. Aos Coordenadores incumbe planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas áreas, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 18. Ao Chefe de Serviço incumbe, supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua área, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. O INSA celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um termo compromisso de gestão da INSA e da DPO em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 20. O Diretor poderá, desde que não implique em aumento de despesa, instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as áreas da estrutura organizacional do INSA, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do INSA.

Art. 21. O INSA poderá editar regulamento e normas internas voltados à admissão, acesso e uso das instalações e utilização do seu patrimônio.

Art. 22. O INSA poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente, em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Art. 23. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.152, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 57, de 14 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 15 de março de 1990, nº 323, de 1 de agosto de 1996, publicada no D.O.U. de 2 de agosto de 1996, nº 462, de 29 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2002, nº 506, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 491, de 15 de julho de 2005, publicada no D.O.U. de 19 de julho de 2005, nº 871, de 21 de novembro de 2006, publicada no D.O.U. de 22 de novembro de 2006, nº 762, de 28 de novembro de 2007, publicada no D.O.U. de 29 de novembro de 2007, nº 100, de 29 de fevereiro de 2008, publicada no D.O.U. de 03 de março de 2008, nº 201, de 24 de março de 2009, publicada no D.O.U. de 26 de março de 2009.nº 619, de 17 de agosto de 2010, publicada no D.O.U. de 25 de agosto de 2010, nº 365, de 22 de abril de 2013, publicada no D.O.U. de 24 de abril de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

CAPÍTULO I
DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Instituto Nacional de Tecnologia - INT é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O INT é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e suas alterações.

Art. 3º O INT exerce a função de Organismo de Avaliação da Conformidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, acreditado pela Coordenação-Geral de Acreditação do INMETRO sob o nº OCP 0023 e de Organismo de Avaliação da Conformidade no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº OAC 010.

Art. 4º A sede do INT está localizada na Avenida Venezuela, 82, Saúde, na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Art. 5º O INT tem como missão participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação, objetivando ser parceiro preferencial da indústria nacional na busca da competitividade e ser referência na elaboração e na execução de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico.

Art. 6º O Instituto Nacional de Tecnologia - INT tem as seguintes competências:

I - exercer atividades, programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

II - prestar serviços técnicos especializados;

III - capacitar recursos humanos;

IV - executar a função de Organismo de Avaliação da Conformidade no âmbito dos Sistemas Brasileiros de Avaliação da Conformidade e de Avaliação da Conformidade Orgânica;

V - executar a função de Incubadora de Empresas de base tecnológica; e

VI - executar a atribuição legal na função de órgão pericial técnico independente, de acordo com o prescrito no Decreto nº 70. 235, de 6 de março de 1972.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º O Instituto Nacional de Tecnologia - INT tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação-Geral Regional - CGER
a) Divisão de Certificação - DICER
b) Divisão de Estratégias - DIEST
c) Divisão de Comunicação - DICOM
II - Coordenação de Gestão Tecnológica - COGET
a) Divisão de Gestão da Qualidade - DIGEQ
b) Divisão de Inovação Tecnológica - DINTE
c) Seção de Informação e Prospecção Tecnológica - SEIPT
III - Coordenação de Negócios - CONEG
a) Seção de Incubação, Empreendedorismo e Inovação - SEIEI
b) Setor de Serviços Técnicos Especializados - SESTE
IV - Coordenação de Gestão Administrativa - COADM
a) Divisão de Orçamento e Finanças - DIORF
1. Seção de Finanças - SEFIN
b) Divisão de Suprimentos - DISUP
1. Núcleo de Serviços e Importação - NUSIM
c) Divisão de Gestão de Pessoas - DIGEP
1. Seção de Pessoal - SEPES
2. Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Social - NUDTS
V - Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico - CODTE
a) Divisão de Ensaios em Materiais e Produtos - DIEMP
b) Divisão de Química Analítica - DIQAN
c) Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais - DIPCM
d) Divisão de Desenho Industrial - DIDIN
VI - Coordenação de Tecnologias Aplicadas - COTAP
a) Divisão de Catálise e Processos Químicos - DICAP
b) Divisão de Corrosão e Degradação - DICOR
c) Divisão de Energia - DIENE
d) Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção - DIEAP
VII - Coordenação de Logística e Infraestrutura - COLIN
a) Divisão de Administração Predial e de Engenharia - DIAPE
1. Setor de Serviços Gerais - SESEG
2. Núcleo de Manutenção - NUMAN
3. Núcleo de Instalações Prediais - NUINP
b) Divisão de Tecnologia da Informação - DINFO

Art. 8º Os Órgãos Colegiados vinculados ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT são:

I - Conselho Técnico Científico - CTC
II - Conselho Diretor de Certificação - CDC

Art. 9º O INT será dirigido por um Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 10. O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas às prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum, o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República nomeará Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do Diretor.

Art. 11. A Coordenação-Geral será chefiada por Coordenador-Geral, as Coordenações, por Coordenador e as Divisões, por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 12. As Seções, os Setores e os Núcleos serão dirigidos por Chefe, cujas Funções Gratificadas serão providas pelo Diretor.

Art. 13. Os ocupantes dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III
COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES
Seção I
Da Coordenação-Geral Regional

Art. 14. À Coordenação-Geral Regional compete:

I - atuar junto às demais coordenações na captação de novos clientes, gerenciamento de projetos e articulação com agências de fomento;

II - supervisionar e zelar pelo cumprimento das ações administrativas desenvolvidas na unidade e das orientações normativas emanadas dos órgãos central e setorial da AGU e do TCU;

III - articular e coordenar as atividades do INT relacionadas às fundações de apoio;

IV - estruturar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de licitações, contratos e convênios, gerenciamento de projetos especiais, de certificação, de estratégias e de comunicação;

V - coordenar o provimento dos recursos necessários ao custeio das atividades de certificação, de estratégias, de comunicação, de licitações, contratos e convênios e de gerenciamento de projetos especiais;

VI - coordenar os assuntos relativos a instrumentos contratuais e de convênios junto aos responsáveis pelas unidades da estrutura regimental do INT;

VII - encaminhar à Advocacia Geral da União - AGU a tramitação dos processos de licitação, contratos e convênios, e subsídios para a representação judicial e extrajudicial, relativamente aos processos em que o INT estiver citado;

VIII - acompanhar do ponto de vista legal a execução dos acordos, contratos e convênios firmados com o INT, sinalizando a necessidade de providências cabíveis; e

IX - apoiar e orientar os fiscais de contratos e convênios, na execução destes, bem como examinar as propostas de aplicação de penalidades, direito a ampla defesa e publicações legais previstas.

Art. 15. À Divisão de Certificação compete:

I - gerenciar e operacionalizar as atividades inerentes ao Organismo de Certificação de Produtos - OCP do INT, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade;

II - gerenciar e operacionalizar as atividades inerentes a outras designações do INT para atividades de certificação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - implementar a política de certificação e estabelecer programas de certificação relacionados às áreas de interesse do INT;

IV - participar das ações decorrentes de avaliações internas e externas e suas correlações com a área de avaliação da conformidade e certificação; e

V - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 16. À Divisão de Estratégias compete:

I - propor metodologia, critérios e implementar as ações relativas ao planejamento estratégico da Instituição;

II - realizar estudos de tendências e cenários;

III - participar das atividades de cooperação internacional;

IV - subsidiar as ações institucionais relativas à integração da programação física, a execução orçamentário-financeira e a elaboração de relatórios;

V - realizar e acompanhar os processos de avaliação interna e externa do desempenho institucional;

VI - gerenciar a execução do plano estratégico do INT, bem como a evolução dos indicadores de desempenho institucional; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 17. À Divisão de Comunicação compete:

I - reforçar a exposição das competências e dos resultados do INT para a sociedade, através da implementação de uma política de comunicação e popularização da ciência;

II - coordenar, promover e organizar a participação em eventos externos e internos de representação institucional;

III - planejar e realizar as atividades relativas ao cerimonial do INT;

IV - elaborar informações sobre projetos e resultados para publicações na mídia em geral;

V - agregar e organizar informações consolidando-as em material de divulgação institucional; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção II

Da Coordenação de Gestão Tecnológica

Art. 18. À Coordenação de Gestão Tecnológica compete:

I - estruturar, supervisionar e coordenar a execução de projetos e atividades de gestão da inovação tecnológica, da qualidade, de informação e prospecção, de transferência e cooperação tecnológica, comercialização e proteção intelectual da produção do INT;

II - propor a política da qualidade e coordenar a elaboração de programas da qualidade, bem como supervisionar a sua implantação e execução;

III - gerenciar o provimento de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades de gestão da inovação tecnológica e da qualidade, de informação e prospecção, de transferência e cooperação tecnológica, comercialização e proteção intelectual da produção do INT;

IV - gerenciar contratos de transferência de tecnologia e de comercialização dos produtos gerados pelas unidades internas de pesquisas do INT e seus tecnologistas, em consonância com as atribuições delegadas pela legislação pertinente; e

V - propor os meios financeiros para remuneração dos pesquisadores/inventores da apropriação dos direitos remuneratórios auferidos pelo trabalho de criação e de inovação tecnológica de acordo com os preceitos previstos em Lei.

Art. 19. À Divisão de Gestão da Qualidade compete:

I - prestar assessoramento superior no âmbito das ações especiais do INT relacionadas à sua área de atuação;

II - exercer a função das Secretarias Executivas do Comitê Gestor da Qualidade e do Comitê Interno do Programa da Excelência na Gestão do INT (CIPEG);

III - orientar a estruturação e organização das atividades do INT no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, estabelecendo, elaborando, implantando, monitorando, mantendo e revisando toda a documentação correspondente;

IV - executar e gerenciar o Programa Anual de Calibração do INT; e

V - promover a cultura da Qualidade e da Gestão do INT com atividades de desenvolvimento organizacional, processos de Melhoria da Gestão da Qualidade e auditorias internas da Qualidade.

Art. 20. À Divisão de Inovação Tecnológica compete:

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à inovação, à proteção das criações, licenciamento, e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa de modo a identificar as possibilidades de proteção e comercialização;

III - promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição e auxiliar as áreas técnicas na elaboração do relatório de pedido de patente, no Brasil e no exterior, e na busca de anterioridades impeditivas à concessão da patente;

IV - gerenciar e acompanhar a proteção de direitos autorais de trabalhos técnicos, de programas computacionais, o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual do INT;

V - avaliar os Projetos de Inovação Tecnológica para conceder aos pesquisadores envolvidos os benefícios previstos na Lei de Inovação em consonância com a Política de Inovação do INT;

VI - prestar assessoramento e consultoria no âmbito de sua competência a órgãos públicos e entidades privadas, que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral com o INT; e

VII - acompanhar a legislação sobre Propriedade Intelectual e as Políticas Públicas de Incentivo à Inovação bem como tomar as providências cabíveis para a aplicação das normas vigentes.

Art. 21. À Seção de Informação e Prospecção Tecnológica compete:

I - realizar atividades de informação e prospecção tecnológica, em temas estratégicos para o INT, coordenar e orientar projetos que visem ao uso das ferramentas de informação e de prospecção tecnológica para as tecnologias emergentes;

II - articular com outros centros de informação a busca de identificação e priorização de demandas de informação nas áreas de interesse do INT;

III - realizar o processamento técnico e o preparo das obras adquiridas pela Biblioteca do INT, visando a conservação e disponibilização para empréstimo; a gestão e manutenção do software de gerenciamento de acervos bibliográficos; e a gestão das atividades da Biblioteca do INT;

IV - buscar atividades de cooperação junto a grupos de profissionais de informação, promovendo a troca de experiência e intercâmbio de melhorias dos serviços de informação;

V - disponibilizar a produção científica do INT, tanto na base de dados da Memória Científica, como no Repositório Institucional; e

VI - prestar serviços técnicos, no âmbito de sua competência, à comunidade científica e tecnológica, órgãos públicos, empresas e indústrias, na forma da legislação em vigor.

Seção III

Da Coordenação de Negócios

Art. 22. À Coordenação de Negócios compete:

I - prospectar oportunidades junto a empresas e outros parceiros para ampliação da oferta de projetos e serviços tecnológicos com foco nas demandas da sociedade;

II - promover a uniformização das práticas de negócios do INT estabelecendo uma política de preços, metodologia de elaboração de orçamentos, modelos de contratos e demais instrumentos formais;

III - promover a implantação da atividade de gerenciamento de projetos no ambiente corporativo em apoio às divisões técnicas;

IV - coordenar as atividades de prestação de serviços técnicos especializados;

V - gerenciar a carteira de projetos e serviços, quanto a seus preços, custos e prazos;

VI - identificar e internalizar no INT, de forma sistemática, as informações referentes às diversas fontes de financiamento para projetos de pesquisa, desenvolvimento e assistência tecnológica, tanto no Brasil quanto no exterior; e

VII - atuar na formação de empresas de base tecnológica resultantes dos produtos e pesquisas desenvolvidos no INT visando sua ampla disseminação.

Art. 23. À Seção de Incubação, Empreendedorismo e Inovação compete:

I - gerenciar as atividades de incubação de empresas de base tecnológica no INT, bem como a utilização de serviços, infraestrutura e do espaço disponibilizado, mediante convênios e contratos formais estabelecidos;

II - disseminar a cultura do empreendedorismo no INT;

III - representar o INT em fóruns de empreendedorismo, parques tecnológicos e afins; e

IV - monitorar o nível de satisfação das empresas incubadas.

Art. 24. Ao Setor de Serviços Técnicos Especializados compete:

I - gerenciar as atividades de prestação de serviços técnicos especializados;

II - manter banco de dados atualizado com os registros dos serviços prestados, bem como o cadastro de usuários;

III - interagir junto aos clientes internos e externos do INT de forma a melhor atendê-los;

IV - monitorar o nível de satisfação dos clientes relativo ao serviço prestado; e

V - prover informações de caráter estratégico para a direção do INT a partir das bases de dados disponíveis de forma a ampliar a oferta de serviços do INT.

Seção IV

Da Coordenação de Gestão Administrativa

Art. 25. À Coordenação de Gestão Administrativa compete:

I - coordenar, estruturar e supervisionar as ações e atividades de planejamento plurianual, orçamento, finanças, suprimento e gestão de pessoas, bem como os sistemas integrados do governo federal;

II - propor e supervisionar a conformidade, segundo as normas vigentes, dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, e gestão de pessoas;

III - criar condições para assegurar a eficácia nos controles internos e externos, buscando garantir regularidade na realização da receita e da despesa;

IV - supervisionar as atividades de orçamento, finanças, administração de material e de patrimônio, serviços e importação, e supervisionar a aquisição de bens e serviços da instituição;

V - gerenciar o provimento recursos necessários ao desenvolvimento das atividades de gestão de orçamento e finanças, de gestão de suprimentos e de gestão de pessoas;

VI - promover o cumprimento das orientações normativas emanadas dos órgãos central e setorial de controle;

VII - coordenar e supervisionar a execução das atividades de administração de pessoal, saúde, segurança do trabalho, desenvolvimento e capacitação do INT; e

VIII - coordenar ações de desenvolvimento social através de atividades, projetos e ações de tecnologias sociais e de sustentabilidade.

Art. 26. À Divisão de Orçamento e Finanças compete:

I - promover a concretização de ações e atividades de orçamento e finanças, com vistas ao cumprimento da visão e missão institucionais;

II - elaborar o planejamento do orçamento anual e plurianual incluindo a definição da estimativa de receita;

III - executar a alocação interna do orçamento conforme definição da Direção;

IV - gerenciar a execução orçamentária e financeira;

V - acompanhar os balancetes financeiros dos projetos financiados por fontes externas;

VI - elaborar o Relatório de Gestão do exercício anual;

VII - acompanhar a execução orçamentária e financeira de transferência de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;

VIII - buscar o aprimoramento contínuo do controle orçamentário e financeiro; e

IX - supervisionar e controlar as atividades desenvolvidas na Seção de Finanças - SEFI.

Art. 27. À Seção de Finanças compete:

I - efetuar os registros referentes à execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;

II - efetuar classificações contábeis da receita e da despesa, de acordo com o Plano de Contas da União;

III - realizar controle e acompanhamento da arrecadação da receita das prestações de serviços tecnológicos;

IV - gerenciar a execução do serviço de concessão, emissão e registro de diárias e passagens;

V - identificar e classificar a natureza dos depósitos efetuados por meio de Guia de Recolhimento da União no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;

VI - executar a retenção dos tributos federais oriundos dos pagamentos de bens/serviços e emissão de Relatório Anual para o INSS e Receita Federal; e

VII - organizar e manter o arquivo dos processos de aquisições de bens e serviços.

Art. 28. À Divisão de Suprimentos compete:

I - planejar, executar e acompanhar as ações relativas à administração de material e de patrimônio, contratos, serviços e importação;

II - supervisionar a aquisição de bens e serviços, no País e no exterior, atendendo às necessidades das unidades do INT, no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, observada a legislação em vigor no que se refere a licitações;

III - acompanhar o registro, cadastro e pesquisa de fornecedores no Sistema Integrado de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

IV - efetuar o acompanhamento de compras e o cumprimento de prazos de entrega de bens e serviços;

V - acompanhar o suprimento, registro, distribuição, despacho e controle dos materiais de uso comum destinados ao atendimento das necessidades de consumo dos usuários internos;

VI - gerenciar o fechamento de câmbio de importação e exportação, bem como o desembaraço alfandegário e os demais registros pertinentes à entrada ou saída de bens do País;

VII - supervisionar os trabalhos relativos ao levanta mento e atualização do inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis, no âmbito do Sistema de Patrimônio da União - SPIU;

VIII - gerenciar a classificação do cadastro de bens móveis, a codificação e catalogação do material permanente, bem como a movimentação e saída de material permanente mediante atualização dos relatórios de carga e termos de responsabilidade, e de processos de desfazimento e baixa de bens patrimoniais; e

IX - supervisionar e controlar as atividades desenvolvidas no Núcleo de Serviços e Importação.

Art. 29. Ao Núcleo de Serviços e Importação compete:

I - processar aquisição de serviços requisitados, no âmbito do INT, e acompanhar sua execução;

II - organizar, controlar e elaborar relação de bens, materiais e serviços a serem importados, segundo a previsão e prioridades do INT;

III - providenciar e organizar documentação necessária à formação de processos de importação, fechamento de câmbio e de desembaraço aduaneiro;

IV - orientar, executar e acompanhar os procedimentos de importação, fechamento de câmbio e de desembaraço aduaneiro; e

V - acompanhar e manter atualizada a regulamentação das atividades de importação, inclusive aquelas relacionadas aos procedimentos de isenção fiscal e de regimes especiais de internalização de bens, materiais e serviços.

Art. 30. À Divisão de Gestão de Pessoas compete:

I - gerenciar e acompanhar ações institucionais relativas aos diversos aspectos da gestão de pessoas, em especial no que tange ao desenvolvimento pessoal, capacitação e treinamento, saúde e desenvolvimento social do INT;

II - promover atividades institucionais buscando garantir recursos humanos adequados para o funcionamento e crescimento do INT;

III - acompanhar o Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia e fazer o enquadramento funcional dos servidores, prestando apoio técnico-administrativo às comissões específicas de avaliação de desempenho, do plano de carreiras, consolidando a avaliação de desempenho dos servidores, com vistas à progressão e promoção funcional;

IV - gerenciar as atividades relacionadas à adequação da força de trabalho do INT, identificando os perfis de competência funcional;

V - promover a política de incentivo e estímulo ao desenvolvimento e capacitação de servidores;

VI - gerenciar a movimentação de pessoal através da análise, acompanhamento e implementação das atividades relacionadas com a lotação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - gerenciar e implementar programas e ações relativas as atividades de serviços de saúde para o quadro funcional do INT e acompanhar as licenças médicas dos servidores, submetendo à Perícia Médica Oficial, quando pertinente;

VIII - gerenciar as atividades de cadastro e pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista da instituição, no âmbito dos Sistemas Integrados do Governo Federal;

IX - gerenciar e acompanhar as atividades dos Programas de concessão de estagio e de bolsas para atividades estratégicas de pesquisa, desenvolvimento e gestão;

X - gerenciar e acompanhar os processos de capacitação de pós-graduação dos servidores do INT;

XI - gerenciar a execução anual do plano de capacitação do quadro funcional do INT no país e no exterior;

XII - gerenciar as ações de desenvolvimento social através de atividades, projetos e ações de tecnologias sociais e sustentabilidade; e

XIII - supervisionar e controlar as atividades desenvolvidas na Seção de Pessoal e no Núcleo de Desenvolvimento Social.

Art. 31. À Seção de Pessoal compete:

I - implementar, operacionalizar e controlar as atividades de administração de pessoal, relativas ao cadastro e pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, cumprindo e fazendo cumprir as orientações normativas do órgão central do Sistema de Administração de pessoal Civil - SIAPE do Ministério do Planejamento;

II - analisar e instruir processos de servidores, aposentados e pensionistas relativos à legislação de pessoal;

III - processar em folha de pagamento a concessão de benefícios assistenciais relativos a auxílio creche, auxílio transporte, auxílio alimentação e assistência médica, na forma da legislação e procedimentos em vigor;

IV - efetuar o registro, controle, atualização e acompanhamento dos sistemas de frequência, dados cadastrais de servidores, recadastramento de inativos e pensionistas, marcação e usufruto de férias de pessoal ativo, preenchimento de cargos e funções de confiança, acumulação de cargos e funções, admissão e exoneração de servidores e publicação de portarias;

V - expedir identidade funcional, crachás de identificação, certidões de tempo de serviço e atestados e declarações à vista dos assentamentos funcionais;

VI - emitir e atualizar certidões negativas de débito relativas às obrigações patronais;

VII - elaborar e expedir o Boletim de Pessoal, contendo todos os atos e publicações pertinentes à área de pessoal, e de interesse dos servidores da instituição;

VIII - cadastrar e acompanhar os atos administrativos de pessoal civil de entrada e saída de servidores, aposentadorias, pensões junto ao Sistema de Cadastro de Atos Civis -SISAC do Tribunal de Contas da União;

IX - cadastrar e enviar informações relativas à GFIP e RAIS, conforme legislação de pessoal em vigor; e

X - zelar pela guarda e atualização das informações de documentos relativos aos servidores ativos, inativos, pensionistas e ex-servidores.

Art. 32. Ao Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Social compete:

I - articular, fomentar e propor projetos de tecnologias para o desenvolvimento social e projetos de sustentabilidade e de tecnologias sociais envolvendo parceiros internos, externos e o setor produtivo;

II - planejar e executar o programa de responsabilidade social corporativa orientando a prática dessa responsabilidade pelas unidades organizacionais do INT;

III - articular e fortalecer parcerias internas e externas para a estruturação de projetos tecnológicos, culturais e sociais;

IV - articular, participar e representar a instituição nos fóruns e nas redes de Tecnologia Social, Mobilização Social, Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa; e

V - viabilizar programas de Qualidade de Vida no Trabalho, buscando a ampliação das oportunidades de convívio social no INT, estimulando a criatividade, o desenvolvimento do espírito de equipe e de ajuda mútua no ambiente de trabalho.

Seção V

Da Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico

Art. 33. À Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico compete:

I - estruturar, supervisionar e coordenar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de ensaios em materiais e produtos, química analítica, processamento e caracterização de materiais, desenho industrial e nanotecnologia;

II - propor, orientar e incentivar a elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como a oferta de serviços tecnológicos e a capacitação de recursos humanos;

III - coordenar e acompanhar a carteira de projetos estratégicos, objeto de convênios e contratos firmados com o INT;

IV - incentivar a transferência de tecnologia e prestação de serviços técnicos no âmbito de sua competência;

V - promover a manutenção e modernização das instalações físicas dos laboratórios, equipamentos, instrumentos e padrões de referência, visando ao cumprimento eficiente dos objetivos dos projetos, contratos e prestação de serviços técnicos sob sua responsabilidade, em consonância com o Sistema de Gestão da Qualidade do INT; e

VI - dar suporte técnico às negociações para a celebração de convênios, acordos e contratos, com entidades nacionais e internacionais.

Art. 34. À Divisão de Ensaios em Materiais e Produtos compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de ensaios mecânicos, ensaios metalográficos e análise de falhas de materiais metálicos, e avaliação da conformidade de produtos para a saúde e defesa do consumidor;

II - transferir tecnologia e prestar serviços técnicos no âmbito de sua competência à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias, na forma da legislação em vigor;

III - prestar assessoramento e consultoria a órgãos públicos e entidades privadas que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;

IV - prestar serviços e emitir relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

V - elaborar e participar de cursos de educação e extensão nas áreas de sua competência; e

VI - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação obtidos, através de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

Art. 35. À Divisão de Química Analítica compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, nas áreas de química analítica orgânica, inorgânica e ambiental em redes externas e internas;

II - atender as demandas internas do INT em química analítica através de parcerias com ênfase em projetos, contratos, convênios e cooperações;

III - prestar assessoramento e transferir tecnologia a órgãos públicos e entidades privadas, convênios, ajustes e acordos em geral;

IV - prestar serviços, emitir relatórios e pareceres técnicos, no âmbito de sua competência, à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

V - elaborar e participar de cursos de extensão nas áreas de sua competência; e

VI - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, por meio de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

Art. 36. À Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de materiais e produtos cerâmicos e poliméricos e tecnologia de pós-cerâmicos e metálicos;

II - transferir tecnologia e prestar serviços técnicos no âmbito de sua competência à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias;

III - prestar assessoramento e consultoria a órgãos públicos e entidades privadas que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;

IV - prestar serviços e emitir relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

V - elaborar e participar de cursos de extensão nas áreas de sua competência; e

VI - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, por meio de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

Art. 37. À Divisão de Desenho Industrial compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de ergonomia, antropometria, biomecânica, simulação em cenários virtuais, utilizando modelos humanos digitais 3D, prototipagem, modelagem tridimensional e no desenvolvimento e avaliação de produtos;

II - transferir tecnologia e prestar serviços técnicos no âmbito de sua competência à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias, na forma da legislação em vigor;

III - prestar assessoramento a órgãos públicos e entidades privadas que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;

IV - prestar serviços e emitir relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

V - elaborar e participar de cursos de extensão nas áreas de sua competência; e

VI - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e inovação por meio de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

Seção VI

Da Coordenação de Tecnologias Aplicadas

Art. 38. À Coordenação de Tecnologias Aplicadas compete:

I - estruturar, supervisionar e coordenar a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de corrosão e degradação, catálise e processos químicos, engenharia de avaliações e de produção, e energia;

II - propor, orientar e incentivar a elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, bem como a oferta de serviços tecnológicos e capacitação de recursos humanos;

III - coordenar e acompanhar a carteira de projetos estratégicos, objeto de convênios e contratos firmados com o INT;

IV - incentivar a transferência de tecnologia e prestação de ser viços técnicos no âmbito de sua competência;

V - promover a manutenção e modernização das instalações físicas dos laboratórios, equipamentos, instrumentos e padrões de referência, visando ao cumprimento eficiente dos objetivos dos projetos, contratos e prestação de serviços técnicos sob sua responsabilidade, em consonância com o Sistema de Gestão da Qualidade do INT; e

VI - dar suporte técnico às negociações para a celebração de convênios, acordos e contratos com entidades nacionais e internacionais.

Art. 39. À Divisão de Catálise e Processos Químicos compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação na área de processos catalíticos;

II - transferir tecnologia e prestar serviços técnicos no âmbito de sua competência à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias;

III - prestar assessoramento e consultoria a órgãos públicos e entidades privadas que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;

IV - prestar serviços e emitir relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

V - elaborar e participar de cursos de extensão nas áreas de sua competência; e

VI - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e inovação por meio de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

Art. 40. À Divisão de Corrosão e Degradação compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de prevenção, controle e análise de falhas por corrosão, proteção anticorrosiva, avaliação de produtos, processos e da integridade de componentes e equipamentos, materiais revestidos, eletroquímica e corrosão/degradação e compatibilidade de materiais e produtos frente a biocombustíveis;

II - transferir tecnologia e prestar serviços técnicos no âmbito de sua competência à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias;

III - prestar assessoramento e consultoria a órgão s públicos e entidades privadas que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;

IV - prestar serviços e emitir relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

V - elaborar e participar de cursos de extensão nas áreas de sua competência; e

VI - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e inovação, por meio de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

Art. 41. À Divisão de Energia compete:

I - propor, coordenar, executar e orientar projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de combustíveis, eficiência energética e energia renovável, buscando o alinhamento com as demandas da sociedade e foco de atuação do INT;

II - transferir tecnologia e prestar serviços técnicos no âmbito de sua competência à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias;

III - prestar assessoramento e consultoria a órgãos públicos e entidades privadas que tenham celebrado contratos, convênios, ajustes e acordos em geral;

IV - prestar serviços e emitir relatórios e pareceres técnicos, em conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais reconhecidas;

V - participar em redes internas e externas de forma a gerar maior sinergia em suas entregas;

VI - elaborar e participar de cursos de extensão nas áreas de sua competência; e

VII - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados obtidos de pesquisas, e inovação de desenvolvimento tecnológico, por meio de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

Art. 42. À Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção compete:

I - participar de soluções tecnológicas completas e serviços com emissão de Pareceres e Relatórios Técnicos na área de engenharia, em conformidade com normas técnicas;

II - promover o desenvolvimento de soluções de gestão da produção e de serviços;

III - atuar em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de competência;

IV - atuar em redes de parceria com universidades, instituições públicas e empresas de base tecnológica;

V - transferir, preservar e difundir o conhecimento e tecnologia gerados por servidores, bolsistas e contratados;

VI - prestar serviços técnicos e transferir tecnologias no âmbito de sua competência à comunidade científica, órgãos públicos, empresas e indústrias; e

VII - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e inovação por meio de congressos, seminários, palestras, artigos e outros meios.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção VII

Da Coordenação de Logística e Infraestrutura

Art. 43. À Coordenação de Logística e Infraestrutura compete:

I - coordenar e acompanhar a execução das atividades relativas à engenharia de instalações prediais, administração do prédio, transportes, comunicação administrativa e guarda de documentos;

II - coordenar e acompanhar as atividades de infraestrutura e logística de tecnologia da informação, em conformidade com a política de TI;

III - supervisionar a ocupação do espaço físico da sede do INT e participar da definição de áreas e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades atuais e futuras;

IV - interagir com as demais coordenações na elaboração do planejamento técnico administrativo, buscando a sustentabilidade do INT;

V - acompanhar os contratos de prestação de serviços de infraestrutura e logística;

VI - promover a segurança patrimonial, segurança do trabalho, manutenção e modernização das instalações de infraestrutura e logística; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 44. À Divisão de Administração Predial e de Engenharia compete:

I - gerenciar e acompanhar as atividades relativas às instalações prediais, administração do prédio, transportes, comunicação administrativa e guarda de documentos;

II - gerenciar e acompanhar as atividades de Segurança do Trabalho, Brigada de Incêndio e dos Sistemas de Segurança;

III - monitorar o uso do espaço físico da sede do INT, interagindo com as demais unidades organizacionais no planejamento e implementação de projetos;

IV - propor e gerenciar plano de aquisição, manutenção e substituição da frota de veículos do INT;

V - gerenciar e acompanhar os contratos de prestação de serviços de administração predial e de engenharia;

VI - supervisionar e controlar as atividades desenvolvidas no Setor de Serviços Gerais, Núcleo de Manutenção e Núcleo de Instalações Prediais; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 45. Ao Setor de Serviços Gerais compete:

I - gerenciar as ações relativas à segurança patrimonial, recepção, protocolo, controle e distribuição de correspondências, malote, guarda de documentos em arquivo geral, limpeza e conservação, serviços de transporte, estacionamento, serviços de retirada de lixo e entulho e outros necessários a logística de serviços gerais;

II - agregar, organizar e executar os controles da utilização dos recursos disponibilizados e atividades realizadas;

III - propor a modernização das atividades operacionais de serviços gerais; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 46. Ao Núcleo de Manutenção compete:

I - executar e acompanhar as atividades dos contratos de manutenção de equipamentos de uso geral e de laboratórios;

II - avaliar periodicamente os serviços prestados para as áreas clientes, consolidando os dados em relatórios e programas de melhoria;

III - promover a modernização dos equipamentos utilitários e acessórios às instalações prediais; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 47. Ao Núcleo de Instalações Prediais compete:

I - gerenciar e acompanhar as ações relativas à manutenção das instalações prediais elétrica, hidráulica, civil, combate a incêndios, gás, esgoto e águas pluviais;

II - acompanhar a execução dos contratos de obras e reformas civis e das concessionárias públicas;

III - coordenar e/ou participar do planejamento e execução de projetos de obras e reformas em geral;

IV - agregar, organizar e executar os controles da utilização dos recursos disponibilizados e das atividades realizadas;

V - acompanhar e promover a modernização das instalações em consonância com o programa de sustentabilidade e segurança e higiene do trabalho;

VI - executar e/ou participar da elaboração da programação anual das atividades, termos de referencia, contratos de manutenção e aquisição de material permanente pertinente ao Núcleo; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 48. À Divisão de Tecnologia da Informação compete:

I - propor e gerenciar a execução e atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

II - gerenciar os recursos de tecnologia de informação nas atividades do INT, prestando orientação técnica e normativa em consonância com as melhores práticas de gestão de TI;

III - gerenciar e suprir as necessidades de recursos de TI no INT, visando à padronização, compatibilidade, racionalização e otimização dos investimentos;

IV - gerenciar e fiscalizar as instalações, modificações, compatibilidades, funcionalidades e treinamentos dos recursos de TI;

V - prover suporte na utilização da infraestrutura de TI, hardware, software aplicativos, homologação de softwares, rede de dados, telefonia, impressão, sistemas corporativos e os desenvolvidos internamente;

VI - acompanhar a evolução das melhores práticas tecnológicas com foco na sustentabilidade do programa de TI Verde e buscar o aprimoramento contínuo na governança de TI estabelecida pelo governo federal;

VII - gerenciar e fiscalizar, no âmbito técnico, os contratos de prestação de serviços de TI;

VIII - auditar e fazer cumprir todas as políticas de TI implantadas de acordo com as normas e procedimentos vigentes; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico Científico

Art. 49. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do INT.

Art. 50. O CTC contará com onze membros, todos designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do INT, que o presidirá;

II - um Coordenador do INT;

III - três servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

IV - três membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do INT; e

V - três membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do INT.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos III, IV e V terão o mandato de três anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso III serão indicados a partir de lista de cinco nomes obtidos a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade de Pesquisa, entre servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Tecnológico e Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia; e

b) os do inciso II, IV e V serão indicados pelo Diretor.

Art. 51. Ao CTC compete:

I - apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

III - acompanhar a avaliação de desempenho dos servidores das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCTIC;

V - participar efetivamente, por intermédio de um de seus membros externos ao INT, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e

VI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 52. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno produzido pelo próprio Conselho.

Seção II

Conselho Diretor de Certificação

Art. 53. O Conselho Diretor de Certificação - CDC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades de avaliação e certificação de produtos e processos.

Art. 54. O CDC contará com até sete membros e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do INT, que o presidirá;

II - coordenador do INT;

III - representantes de órgãos da Administração Pública e Entidades Reguladoras atuantes em áreas afins às do INT;

IV - representante de entidades de proteção ao consumidor; e

V - representante de segmentos empresariais.

Parágrafo único. Os membros referidos nos incisos II, III, IV e V serão nomeados pelo Diretor.

Art. 55. Ao CDC compete pronunciar-se a respeito:

I - da política de certificação do INT e suas prioridades;

II - do relatório anual de atividades de certificação e de seus resultados; e

III - de outras solicitações efetuadas pelo Diretor, no âmbito de sua atuação.

Art. 56. O funcionamento do CDC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 57. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do INT, observada a competência para esse efeito, fixada em ato próprio;

II - exercer a representação do INT;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC;

IV - convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Certificação - CDC;

V - estabelecer e divulgar a política e objetivos da qualidade no INT;

VI - zelar pela imparcialidade e pela isenção de conflitos de interesse nas atividades de certificação do INT;

VII - emitir certificados para os quais o INT for designado como entidade certificadora;

VIII - conceder diplomas e certificados; e

IX - aprovar a tabela de preços dos serviços técnicos prestados a terceiros, bem como fixar preços para venda de produtos e tecnologias gerados pelo INT.

Parágrafo único. As atribuições referidas neste artigo podem ser subdelegadas.

Art. 58. Ao Coordenador-Geral, aos Coordenadores e aos Chefes incumbe:

I - zelar pelo alcance da Visão do INT prevista em seu Plano Diretor da Unidade - PDU, em consonância com sua missão;

II - participar na definição de políticas, diretrizes e metas do INT;

III - exercer a Responsabilidade Social Corporativa, buscando o equilíbrio entre os desempenhos ambientais, sociais e econômicos;

IV - coordenar o relacionamento do INT com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;

V - promover a divulgação nacional e internacional dos resultados de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;

VI - supervisionar as atividades inerentes à respectiva Coordenação-Geral, Coordenações, Divisões, Serviços, Seções, Setores e Núcleos, assegurando o completo cumprimento da missão e finalidade do INT;

VII - praticar os demais atos necessários à consecução dos objetivos de sua unidade, bem como aqueles que lhes forem atribuídos pelo Diretor;

VIII - manter e buscar a modernização das instalações físicas e de equipamentos sob sua responsabilidade, visando ao cumprimento eficiente das atividades, em consonância com o Sistema de Gestão da Qualidade do INT; e

IX - capacitar recursos humanos em suas áreas de competência.

Art. 59. Compete ainda, aos Chefes de Divisões, Seções, Setores e Núcleos:

I - participar na definição das metas institucionais;

II - promover, desenvolver e executar as atividades previstas nas suas competências;

III - especificar planos de atuação da área de sua competência e relatórios de avaliação dos resultados institucionais;

IV - manter atualizada a informação relativa aos indicadores de desempenho da área nos sistemas formais institucionais;

V - agregar e organizar informações consolidando-as em relatórios e outros documentos similares;

VI - exercer a Responsabilidade Social Corporativa, buscando a sustentabilidade no equilíbrio entre os desempenhos ambientais, sociais e econômicos;

VII - atuar em parcerias internas buscando a racionalidade dos recursos, a celeridade e a transversalidade em suas ações, pautadas na eficácia, eficiência e efetividade; e

VIII - atuar em consonância com o Sistema de Gestão da Qualidade proposto para o INT.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. O INT celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, um termo compromisso de gestão do INT com a DPO no qual que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência tecnológica.

Art. 61. O Diretor poderá, sem qualquer custo adicional, instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do INT, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do INT.

Art. 62. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.157, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877 de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Laboratório Nacional de Astrofísica, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 828, de 27 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28 de novembro de 2003, nº 805, de 24 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de outubro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O LNA é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º A sede do LNA está localizada à Rua Estados Unidos nº 154, Bairro das Nações, na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, onde se encontra instalada sua administração central e parte de seus laboratórios.

Art. 4º O LNA tem por finalidade planejar, desenvolver, prover, operar e coordenar os meios e a infraestrutura para fomentar, de forma cooperada, a astronomia observacional brasileira.

Art. 5º Ao Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA compete:

I - manter e operar o Observatório do Pico dos Dias e outros sob sua responsabilidade;

II - assegurar o acesso a toda a comunidade científica e afim, aos telescópios e instrumentos periféricos para as observações noturnas, segundo o plano de distribuição de tempo de telescópio, observado o disposto no presente Regimento;

III - executar programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;

IV - promover, estabelecer e manter relacionamento de cooperação e intercâmbio técnico-científico com entidades nacionais e internacionais, observadas as competências específicas das unidades da administração central do MCTIC;

V - exercer, no País, o papel de Secretaria Nacional dos consórcios internacionais GEMINI e SOAR e outros que forem firmados, no seu âmbito de atuação;

VI - proporcionar treinamento e aperfeiçoamento científico e tecnológico, bem como colaborar, se for o caso, com as instituições de ensino superior, técnico e centros de pesquisa;

VII - incentivar a formação, o aperfeiçoamento e a integração de recursos humanos, nas áreas afins, primordialmente as relativas a pesquisadores em fase de pós-graduação e pós-doutorado;

VIII - avaliar, planejar e coordenar os meios e a infraestrutura para a astronomia observacional brasileira;

IX - coordenar iniciativas e projetos de interesse comum da comunidade astronômica nacional para ampliar o escopo da pesquisa no País;

X - projetar, construir, instalar, desenvolver, operar e manter telescópios, instrumentação periférica, máquinas e equipamentos de astronomia e afins;

XI - fomentar e difundir o conhecimento em astronomia no País;

XII - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis; e

XIII - criar mecanismos de captação de novos recursos financeiros para pesquisa e ampliar receitas próprias.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação do Observatório do Pico dos Dias - COOPD

a) Serviço de Operações - SEOPE

b) Serviço de Suporte Logístico do Observatório do Pico dos Dias - SELOG

II - Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos - COEDP

III - Coordenação de Astrofísica - COAST

IV - Coordenação de Administração - COADM

Art. 7° Os Órgãos Colegiados vinculados ao Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA são:

I - Conselho Técnico-Científico - CTC

II - Comissões de Programas - CP

Art. 8º O LNA será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nomeará diretor interino e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação do Diretor.

Art. 10. As coordenações do LNA serão chefiadas por Coordenador e os serviços por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão e função gratificada serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação do Observatório do Pico dos Dias

Art. 12. À Coordenação do Observatório do Pico dos Dias compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades técnico-operacionais relacionadas ao Observatório do Pico dos Dias - OPD;

II - coordenar e supervisionar a operação, manutenção e a otimização dos telescópios e instrumentos periféricos do OPD;

III - elaborar, junto com o Presidente da CP responsável pela distribuição de tempo nos telescópios do OPD, ou pessoa indicada por ele, o plano de distribuição de tempo de telescópio;

IV - submeter o plano de distribuição de tempo de telescópio do OPD ao Diretor para homologação;

V - gerenciar a manutenção dos telescópios e instrumentos periféricos do OPD;

VI - manter e renovar periodicamente a aluminização dos espelhos dos telescópios;

VII - coordenar a execução de medidas estratégicas e práticas necessárias ao aprimoramento dos recursos no OPD;

VIII - decidir sobre questões emergenciais de qualquer natureza relacionadas ao OPD, na ausência do Diretor e do seu substituto eventual;

IX - executar serviços de manutenção das instalações de telescópios, de seus instrumentos periféricos, das cúpulas e as demais instalações dos prédios do OPD;

X - executar a manutenção preventiva e corretiva de sistemas elétrico-eletrônicos;

XI - efetuar a construção de pequenos dispositivos destinados ao suporte de observações astronômicas;

XII - prestar, dentro da sua área de atuação, serviços técnicos aos demais órgãos do LNA, desde que não interfiram nas operações normais da COOPD;

XIII - articular junto a COAST o banco de dados observacionais do OPD;

XIV - articular as atividades de sua área de atuação com as do SEOPE e SELOG;

XV - supervisionar as atividades do SEOPE e SELOG;

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 13. Ao Serviço de Operações compete:

I - manter e conservar instrumentos, periféricos, telescópios e cúpulas no que se refere à limpeza de seus componentes e manutenções normais periódicas, solicitando à COOPD os serviços de manutenção corretiva e preventiva que se fizerem necessários;

II - gerenciar todos os procedimentos das observações remotas junto aos pesquisadores solicitantes deste modo de operação, disponibilizando os telescópios e periféricos em conformidade com os projetos observacionais e fornecendo as informações e orientações necessárias;

III - prestar, dentro da sua área de atuação, serviços técnicos aos demais órgãos do LNA;

IV - articular as atividades de sua área de atuação com as da COOPD;

V - configurar e disponibilizar os telescópios e instrumentos periféricos para as observações noturnas, segundo o plano de distribuição de tempo de telescópio e de acordo com as especificações solicitadas;

VI - atender e assistir os astrônomos usuários na execução das suas missões observacionais;

VII - realizar manutenções corretivas e emergenciais, relativas às operações dos telescópios, em período diurno e noturno, quando solicitado;

VIII - identificar problemas e pontos fracos na operação dos telescópios do OPD e encaminhar relatório à Coordenação para providências;

IX - gerenciar e solicitar os materiais necessários para a conservação e manutenção da instrumentação e operação dos telescópios;

X - realizar anualmente junto com a COOPD a relação de atividades e necessidades para o próximo período;

XI - informar, consultar, articular e discutir as atividades de sua área de atuação diretamente à COOPD; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 14. Ao Serviço de Suporte Logístico do Observatório do Pico dos Dias - OPD compete:

I - operar as instalações de hotelaria e o restaurante no OPD;

II - manter as instalações prediais no OPD (exceto as cúpulas dos telescópios, que são de responsabilidade do COOPD), observando as necessidades específicas das demais unidades do LNA que atuam no OPD;

III - organizar e executar o transporte de pessoal e material para o OPD;

IV - manter o acesso ao OPD em bom estado;

V - cuidar da área florestal do OPD;

VI - zelar pelo patrimônio e pela segurança no OPD;

VII - informar, consultar, articular e discutir as atividades de sua área de atuação diretamente à COOPD; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação;

Seção II

Da Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos

Art. 15. À Coordenação de Engenharia e Desenvolvimento de Projetos compete:

I - coordenar, supervisionar e orientar as atividades de desenvolvimento, construção e modificações de instrumentos científicos, destinados aos observatórios do LNA;

II - obter e desenvolver tecnologia nas áreas de eletrônica, automação e controle, programação de computadores, mecânica, óptica e instrumentação astronômica, inclusive telescópios;

III - realizar estudos de viabilidade para construção de instrumentos astronômicos;

IV - elaborar projetos de instrumentos astronômicos;

V - elaborar projetos ópticos, mecânicos e eletrônicos de instrumentos astronômicos;

VI - especificar e selecionar detetores, componentes e sistemas para instrumentos astronômicos, e equipamentos voltados para astronomia e instrumentação astronômica;

VII - planejar e executar projetos instrumentais concebidos pela própria coordenação ou por outras unidades do LNA;

VIII - elaborar software de controle para os instrumentos construídos;

IX - instalar e integrar os instrumentos construídos ou modificados;

X - elaborar e divulgar a documentação dos aspectos técnicos de todos os instrumentos construídos; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Da Coordenação de Astrofísica

Art. 16. À Coordenação de Astrofísica, compete:

I - desenvolver e realizar atividades científicas, que exijam conhecimento específico da astronomia observacional;

II - caracterizar e comissionar instrumentos científicos utilizados no OPD e em outros observatórios sob responsabilidade direta do LNA;

III - documentar procedimentos observacionais destinados ao auxílio a astrônomos usuários dos observatórios sob responsabilidade direta do LNA;

IV - desenvolver pesquisa científica;

V - elaborar programas para tratamento e redução de dados científicos;

VI - gerenciar o Banco de Dados Observacionais do LNA;

VII - supervisionar a biblioteca do LNA;

VIII - conceber projetos instrumentais;

IX - colaborar, dentro da sua capacidade, com as demais coordenações afins, na construção, otimização e manutenção dos telescópios e instrumentos científicos sob responsabilidade do LNA;

X - cooperar, face solicitação da COPD, com as atividades operacionais dos telescópios do OPD;

XI - assessorar os astrônomos usuários de programas do LNA preparação e execução de observações;

XII - assessorar as CP no julgamento dos pedidos de tempo e na preparação dos planos de distribuição de tempo de telescópio;

XIII - executar tarefas operacionais advindas da responsabilidade do LNA como escritório nacional dos Projetos Gemini e SOAR e demais projetos que possam futuramente ficar sob responsabilidade do LNA;

XIV - realizar divulgação das atividades do LNA e dos observatórios sob sua responsabilidade, junto ao público externo, para elevar na população do grau do conhecimento da astronomia e do LNA;

XV - organizar visitas públicas ao OPD, com ênfase no atendimento de escolas;

XVI - estabelecer contatos com a mídia por intermédio de notícias e informações sobre realizações e eventos científicos;

XVII - organizar a participação do LNA em exposições, feiras e eventos semelhantes, distribuição de material de divulgação e demais medidas adequadas a cada evento; e

XVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IV

Da Coordenação de Administração

Art. 17. À Coordenação de Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios;

II - coordenar e supervisionar as atividades levantamento de necessidades de pessoal e de preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, de servidores;

III - supervisionar e acompanhar os procedimentos de controle de férias, frequência e licenças dos servidores e encaminhamentos à junta médica, para fins de perícia;

IV - supervisionar e acompanhar a elaboração das folhas de pagamento;

V - identificar as necessidades e desenvolver planos para a capacitação dos Recursos Humanos do LNA, e acompanhar a realização dos planos;

VI - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

VII - analisar as necessidades orçamentárias e administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades;

VIII - promover a avaliação da execução orçamentária e financeira, elaborando relatórios gerenciais;

IX - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades fins do LNA;

X - fornecer infraestrutura administrativa às unidades organizacionais, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;

XI - supervisionar e acompanhar a execução de compras no País e no exterior;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XII - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços e execução de obras;

XIII - orientar e auxiliar as demais unidades do LNA na elaboração de pedidos de compra de materiais e equipamentos;

XIV - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;

XV - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;

XVI - promover e acompanhar as atividades inerentes ao arquivo de documentos administrativos e financeiros;

XVII - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

XVIII - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XIX - supervisionar e coordenar a manutenção do terreno e dos prédios da sede do LNA;

XX - colaborar com o Diretor na elaboração de prestações de contas bem como nos processos de auditorias internas e externas relativas ao controle do gerenciamento do LNA; e

XXI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico-Científico

Art. 18. O Conselho Técnico-Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do LNA, e com competência de distribuir o tempo nos telescópios sob responsabilidade do LNA através de Comissões de Programas, subordinadas ao CTC.

Art. 19. Os membros do CTC serão designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 20. O CTC tem a seguinte composição:

I - o Diretor do LNA, que o presidirá;

II - dois servidores do quadro permanente do LNA da carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

III - um servidor do quadro permanente do LNA, representante dos servidores;

IV - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do LNA;

V - um membro para cada um dos programas de pós-graduação de nível de doutorado na área de astronomia no Brasil e que sejam usuários do LNA, escolhidos dentre seus cientistas de alta qualificação; e

VI - um membro representante da comunidade científica, indicado pela Sociedade Astronômica Brasileira - SAB.

§ 1º Haverá um suplente para cada membro, sendo que o suplente do Diretor é seu substituto, que também preside o CTC na ausência do Diretor.

§ 2º Os membros do CTC mencionados nos incisos II a VI e seus respectivos suplentes serão

designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 3º Para elaboração das cinco indicações dos membros referidos nos incisos II e das duas indicações dos membros referidos no inciso III, o CTC consultará todos os servidores do LNA, ou os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia conforme o caso, na forma prevista pelo Manual de Organização.

§ 4º Os membros mencionados no inciso IV e seus respectivos suplentes serão designados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a partir da proposta submetida pelo Diretor.

§ 5º Os membros mencionados no inciso V e seus respectivos suplentes serão escolhidos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a partir de listas tríplices elaboradas pelos Dirigentes dos respectivos programas de pós-graduação.

§ 6º O membro mencionado no inciso VI e seu respectivo suplente será escolhido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a partir de lista tríplice elaborada pela SAB, e submetida ao CTC.

§ 7º Os membros do CTC terão mandato de dois anos, admitida uma única recondução, salvo no caso do seu Presidente.

Art. 21. Ao CTC compete:

I - apreciar e opinar a respeito da implementação da política científica e tecnológica, sobre suas prioridades e sobre a programação anual e/ou plurianual de suas atividades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programa, projetos e atividades implementados;

III - avaliar, quando solicitado pelo Diretor ou por algum dos seus membros, programas, projetos e atividades a serem implementados;

IV - propor novas atividades de prestação de serviços à comunidade a serem desenvolvidas, julgadas adequadas e prioritárias, após avaliados os esforços e recursos a serem envolvidos;

V - definir o número de Comissões de Programa - CP, encarregadas da alocação de tempo para uso de telescópios e dos instrumentos periféricos sob a responsabilidade do LNA;

VI - indicar os membros que comporão as CP e seus Presidentes;

VII - aprovar os regimentos internos das CPs;

VIII - estabelecer diretrizes a serem adotada pelas CP;

IX - apreciar avaliações do desempenho institucional realizadas segundo indicadores pré-definidos pelo MCTIC;

X - apreciar modelo de avaliação de desempenho do quadro de pesquisadores e tecnologistas do LNA, proposto pelo Diretor;

XI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor;

XII - participar através de um de seus membros externos ao LNA, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão;

XIII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado a Ciência e Tecnologia.

Art. 22. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção II

Comissões de Programas

Art. 23. As Comissões de Programas - CP são órgãos colegiados, subordinadas ao CTC, com função de decisão nacional sobre projetos observacionais que se utilizam de telescópios e demais instrumental disponíveis nos observatórios sob responsabilidade do LNA.

Art. 24. Os membros das CP serão designados pelo Diretor do LNA na sua função como Presidente do CTC a partir da indicação formalizada pelo CTC.

Parágrafo único. As indicações dos membros das CP, a serem efetuadas pelo CTC, deverão observar os seguintes aspectos:

I - equilíbrio entre os membros no que se refere a sua distribuição geográfica e as áreas de pesquisa envolvidas nos observatórios sob sua competência;

II - presença obrigatória na sua composição de um membro do corpo técnico-científico do LNA; e

III - o Presidente da CP responsável pela distribuição de tempo de telescópio no Observatório do Pico dos Dias deve ser obrigatoriamente membro do corpo técnico-científico do LNA.

Art. 25. Os mandatos dos membros do CTC serão de dois anos, permitida uma recondução, e um interstício mínimo de um ano para um novo mandato, com substituição alternada.

§ 1º O disposto no caput não se aplica aos membros do corpo técnico-científico do LNA.

§ 2º Sempre que possível, membros do CTC não devem ser indicados para compor a CP.

Art. 26. Os Presidentes das CP serão indicados pelo CTC e designados pelo Diretor do LNA na sua função do Presidente do CTC;

Art. 27. Compete às CP;

I - deliberar periodicamente sobre as propostas de atividades científicas submetidas à sua apreciação, vinculadas ao uso de telescópios e instrumental disponíveis nos observatórios do LNA;

II - apreciar pareceres de consultores especializados na avaliação dos projetos;

III - distribuir o tempo de telescópio entre os proponentes e estabelecer as condições de uso dos telescópios e instrumental sob responsabilidade do LNA, obedecendo a critérios de mérito científico e de viabilidade técnica;

IV - submeter a lista de projetos científicos aceitos para serem executados nos telescópios sob responsabilidade do LNA ao Diretor para homologação e - no caso do Observatório do Pico dos Dias - estabelecimento de um cronograma de execução em colaboração com a Coordenação do Observatório do Pico dos Dias;

V - acompanhar e avaliar os projetos científicos e tecnológicos, bem como readequá-los ao uso do tempo e instrumental, se for o caso;

VI - estabelecer o calendário de suas reuniões; e

VII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo CTC.

Art. 28. O funcionamento das CPs será disciplinado na forma de Regimento Interno produzido pela própria Comissão e submetido à aprovação do CTC.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 29. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do LNA;

II - exercer a representação do LNA;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 30. Aos coordenadores incumbe planejar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 31. Aos chefes incumbe supervisionar, coordenar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. O LNA celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do MCTIC, um compromisso de gestão em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 33. O Diretor, sem qualquer custo adicional, poderá instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do LNA, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do LNA.

Art. 34. O LNA poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente, ou em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Art. 35. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.158, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Laboratório Nacional de Computação Científica, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 733, de 14 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de novembro de 2002, nº 507, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 969, de 15 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 19 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O LNCC é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede do LNCC está localizada na Avenida Getúlio Vargas, 333, Bairro Quitandinha, na cidade de Petrópolis - RJ, onde se encontra instalada sua administração central e seus laboratórios.

Art. 4º O LNCC tem por finalidade realizar pesquisa e desenvolvimento em Computação Científica, na criação e aplicação de modelos e métodos matemáticos e computacionais na solução de problemas científicos e tecnológicos; desenvolver e gerenciar ambiente computacional de alto desempenho; formar pesquisadores e profissionais ao nível de pós-graduação e promover a capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos; contribuir para a inovação tecnológica na sociedade e no ambiente produtivo.

Art. 5º Ao Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC compete:

I - realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento em métodos e aplicações de modelagem matemática e computacional, promovendo a inovação em temas das ciências e engenharias relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do país;

II - prover o uso compartilhado da sua infraestrutura de pesquisa e de serviços computacionais de alto desempenho, em consonância com suas finalidades e acessíveis às comunidades científica, tecnológica e empresarial, atuando como laboratório nacional do MCTIC;

III - formar pesquisadores e profissionais qualificados em Computação Científica com elevado grau de qualificação e perfil interdisciplinar, em nível de pós-graduação, e promover a capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em suas áreas de atuação;

IV - promover, por si ou em redes cooperativas, a realização de pesquisa científica avançada e inovadora e a atualização e o emprego de processamento de alto desempenho, junto às instituições componentes do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação;

V - disseminar conhecimentos e saberes que compõem o seu capital intelectual, por meio da promoção e da participação em fóruns especializados e da divulgação da ciência;

VI - criar e gerir mecanismos que transformem o conhecimento e as tecnologias geradas no LNCC em novos produtos e processos utilizados pelo setor produtivo brasileiro, com ênfase no apoio a empreendimentos nascentes e com elevado teor de inovação tecnológica;

VII - gerenciar os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades supervisionadas, incluindo as arrecadações decorrentes da prestação de serviços ou do uso dos equipamentos e os pagamentos aos pesquisadores decorrentes dessas atividades, conforme previstos em Lei;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - estruturar, supervisionar e coordenar projetos e atividades de prospecção, de transferência e cooperação científica e tecnológica, de prestação de serviços técnicos, de uso dos laboratórios e de proteção da propriedade intelectual contida ou resultante dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e

IX - prospectar oportunidades junto a instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, empresas e outras entidades para ampliação da oferta de projetos e serviços com foco nas demandas da sociedade e de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação de Métodos Matemáticos e Computacionais - COMAC

II - Coordenação de Modelagem Computacional - COMOD

III - Coordenação de Pós-Graduação e Aperfeiçoamento - COPGA

IV - Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIC

a) Serviço de Suporte de Sistemas e Redes - SERED

b) Serviço de Processamento de Alto Desempenho - SEPAD

c) Núcleo de Governança de Tecnologia da Informação - NUSTI

V - Coordenação de Gestão e Administração - COGEA

a) Serviço de Gestão Orçamentária e Financeira - SEGOF

b) Serviço de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SEGEP

c) Serviço de Logística e Patrimônio - SELEP

d) Serviço de Documentação e Biblioteca - SEDOC

e) Núcleo de Administração do Campus - NUCAM

Art. 7° Os Órgãos Colegiados vinculados ao Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC são:

I - Conselho Técnico Científico - CTC

II - Conselho de Pesquisa e de Formação de Recursos Humanos - CPFRH

III - Conselho de Atividades de Gestão - CAGE

Art. 8º O LNCC será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República por indicação do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República nomeará Diretor interino, indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de Comitê de Busca para indicação do Diretor.

Art. 10. As coordenações do LNCC serão chefiadas por Coordenador, as divisões, os serviços e a seção por Chefes, cujos cargos em comissão, exceto as Funções Gratificadas, serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão e função gratificada serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e designado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e designados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação de Métodos Matemáticos e Computacionais

Art. 12. À Coordenação de Métodos Matemáticos e Computacionais compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa sobre métodos matemáticos e computacionais, na construção e análise de modelos matemáticos e computacionais de sistemas complexos nas áreas das ciências e engenharias;

II - propor, planejar e participar da formação de pesquisadores ao nível de pós-graduação e na capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

III - planejar, desenvolver e coordenar as atividades laboratoriais sob sua supervisão;

IV - coordenar e apoiar equipes multidisciplinares relacionadas a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

V - implementar acordos de cooperação, de parceria ou convênios, participando da sua negociação e da prestação de contas aos órgãos de controle e entidades envolvidas nos mesmos;

VI - assegurar a confidencialidade dos dados classificados como sigilosos, em especial aqueles que envolvem, ou possam resultar em, direito de propriedade intelectual;

VII - divulgar o conhecimento científico nacionalmente e internacionalmente, resguardando os direitos de propriedade intelectual;

VIII - prestar serviços técnicos especializados e anuir nos contratos de uso de laboratórios;

IX - interagir com incubadoras, parques tecnológicos e o núcleo de inovação tecnológica;

X - prestar assessoria e consultoria às entidades e empresas partícipes em acordos, convênios ou contratos;

XI - orientar ou colaborar na elaboração de relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XII - interagir com as demais unidades do LNCC, na execução de projetos de sua área competência; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção II

Da Coordenação de Modelagem Computacional

Art. 13. À Coordenação de Modelagem Computacional compete:

I - executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa e aplicações da Computação Científica, na modelagem e simulação computacional de sistemas complexos nas áreas das ciências e engenharias;

II - propor, planejar e participar da formação de pesquisadores a nível de pós-graduação e na capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

III - planejar, desenvolver e coordenar as atividades laboratoriais sob sua supervisão;

IV - coordenar e apoiar a formação de equipes multidisciplinares relacionadas a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

V - implementar acordos de cooperação, de parceria ou convênios, participando da sua negociação e da prestação de contas aos órgãos de controle e entidades envolvidas nos mesmos;

VI - assegurar a confidencialidade dos dados classificados como sigilosos, em especial aqueles que envolvem, ou possam resultar em, direito de propriedade intelectual;

VII - divulgar o conhecimento científico nacionalmente e internacionalmente, resguardando os direitos de propriedade intelectual;

VIII - prestar serviços técnicos especializados e anuir nos contratos de uso de laboratórios;

IX - interagir com incubadoras, parques tecnológicos e o núcleo de inovação tecnológica;

X - prestar assessoria e consultoria às entidades e empresas partícipes em acordos, convênios ou contratos;

XI - orientar ou colaborar na elaboração de relatórios de procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XII - interagir com as demais unidades do LNCC, na execução de projetos de sua área competência; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Da Coordenação de Pós-Graduação e Aperfeiçoamento

Art. 14. À Coordenação de Pós-Graduação e Aperfeiçoamento compete:

I - promover e dar suporte ao desenvolvimento da pós-graduação interdisciplinar e de outras atividades para a formação e aperfeiçoamento científico-tecnológico de recursos humanos;

II - acompanhar, supervisionar e ordenar a execução das atividades de pós-graduação e aperfeiçoamento, em acordo com orientações do CPFRH;

III - participar da elaboração de planos, projetos e propostas de políticas de formação de recursos humanos a serem submetidos ao CPFRH;

IV - providenciar, junto às instituições de fomento e outras, os processos de solicitação de recursos para apoiaras atividades sob sua coordenação, de acordo com orientação do CPFRH;

V - providenciar a aprovação, reconhecimento e credenciamento nos órgãos competentes de cursos avançados de capacitação, de extensão, de especialização e de pós-graduação lato sensu, assim como de diplomas expedidos pelo LNCC;

VI - acompanhar a execução de convênios relativos às atividades de formação de recursos humanos com entidades acadêmicas;

VII - dar suporte ao CPFRH na definição de perfis profissionais a serem recrutados no programa de formação de recursos humanos do LNCC; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IV

Da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação

Art. 15. À Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades de gestão das plataformas computacionais, de rede de dados interna e externa, de segurança, bem como as atividades que englobam a Computação de Alto Desempenho e a Governança de TI;

II - assegurar a alta disponibilidade das plataformas computacionais e de redes de dados interna e externa ao LNCC;

III - orientar, coordenar, desenvolver e prospectar projetos tecnológicos, internos e externos de interesse do LNCC;

IV - planejar, coordenar e avaliar a implementação, a utilização e a manutenção dos sistemas Computacionais;

V - supervisionar a prestação de suporte técnico aos usuários, na instalação, utilização e operação dos recursos computacionais e de Alto Desempenho, assegurando a continuidade das atividades finalísticas;

VI - colaborar, orientar e coordenar ações em programas de formação de recursos humanos de alto nível na sua área de atuação;

VII - coordenar e fiscalizar o desenvolvimento e a implementação de sistemas, desenvolvidos e de terceiros, para uso no LNCC;

VIII - orientar ou colaborar na elaboração da documentação dos processos;

IX - interagir com as demais unidades do LNCC, na execução de projetos de sua área competência, bem como em outras atividades que forem pertinentes à sua área de competência;

X - assessorar a direção do LNCC; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 16. Ao Serviço de Suporte de Sistemas e Redes compete:

I - elaborar e executar projetos relacionadas com o estudo, levantamento, implantação, modernização, avaliação de produtos e serviços, aquisição, expansão, remanejamento, segurança e utilização dos recursos computacionais e de Alto Desempenho e redes de dados interna e externa;

II - desenvolver e manter os sistemas que permitam agilizar as atividades finalísticas e gerenciais do LNCC;

III - levantar, planejar e desenvolver novos sistemas de interesse do LNCC;

IV - propor a adoção de normas, padrões e procedimentos para o uso eficiente e seguro dos recursos computacionais disponíveis, incluindo as interconexões de rede;

V - planejar, implementar, supervisionar e controlar os meios de comunicação de dados e sistemas computacionais, avaliando o desempenho, bem como a correta utilização desses recursos;

VI - gerir a execução dos contratos relativos aos bens e serviços de infraestrutura computacional e de rede de dados;

VIII - manter, avaliar e otimizar os sistemas desenvolvidos;

IX - prestar suporte técnico aos usuários do LNCC, na instalação, utilização e operação dos sistemas computacionais homologados pelo LNCC, desenvolvidos ou adquiridos;

X - fazer o monitoramento proativo, a detecção, a correção das vulnerabilidades e o tratamento dos incidentes de segurança nos sistemas computacionais do LNCC; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 17. Ao Serviço de Processamento de Alto Desempenho compete:

I - prover apoio computacional aos usuários da plataforma computacional de processamento de Alto Desempenho (PAD) do LNCC;

II - promover, incentivar e apoiar o uso das diversas arquiteturas paralelas disponíveis nas plataformas computacionais de PAD do LNCC;

III - planejar e organizar a realização de treinamentos, cursos, encontros, palestras, seminários e similares, destinados ao uso de recursos computacionais de PAD;

IV - realizar estudos de prospecção tecnológica, com vista a identificar novos produtos ou serviços adequados à plataforma computacional de PAD;

V - monitorar o uso dos recursos computacionais de PAD do LNCC, com a finalidade de mapear a utilização desses recursos;

VI - avaliar as propostas de projetos externos, submetidos para uso de recursos computacionais de PAD do LNCC;

VII - interagir com as demais unidades do LNCC e externas, na execução de projetos em sua área de competência;

VIII - atuar em outras atividades que forem pertinentes à sua área de competência;

IX - coordenar o Centro de Processamento de Alto Desempenho do Rio de Janeiro - CENAPAD-RJ, vinculado ao Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho - SINAPAD; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 18. Ao Núcleo de Governança de Tecnologia da Informação compete:

I - apoiar a Coordenação na aplicação das melhores práticas da governança de TI;

II - apoiar a elaboração do Plano Diretor de TI do LNCC, alinhado com o Plano Diretor da Unidade;

III - coordenar as atividades de gerenciamento e monitoramento de contratações de soluções de TI;

IV - definir níveis de serviços de TI para os usuários;

V - apoiar a gestão dos projetos da Coordenação;

VI - apoiar o Comitê de TI na definição dos princípios e diretrizes que orientam a utilização da TI no LNCC;

VII - propor a padronização de normas, processos e políticas de TI;

VIII - acompanhar o gerenciamento de serviços de terceiros em TI no âmbito da COTIC; e

IX - contribuir para que as ações de TI cumpram as obrigações regulamentares, legais e contratuais aplicáveis.

Seção V

Da Coordenação de Gestão e Administração

Art. 19. À Coordenação de Gestão e Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização, serviços gerais, contratos, convênios e os demais aspectos administrativos;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades de acordo com as normas internas e legislação pertinente;

V - fornecer infraestrutura administrativa às unidades organizacionais, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações, de forma a preservar o seu patrimônio;

VI - coordenar a execução de compras no País e no exterior, como também a administração de bens e serviços;

VII - prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;

VIII - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

IX - coordenar e executar as atividades de suporte administrativo, necessárias a manutenção do campus do LNCC, determinando a execução de atividades gerais de alvenaria de pequenas obras e de manutenção de bens móveis e imóveis e de conservação da área física;

X - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XI - administrar e executar as atividades referentes à concessão de diárias e passagens;

XII - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos decorrentes de contratos continuados;

XIII - supervisionar as atividades de incubação de empresas de base tecnológica, bem como a utilização da infraestrutura e dos serviços utilizados nos termos dos instrumentos firmados;

XIV - apoiar as demais coordenações na elaboração e gestão de contratos, convênios e termos de cooperação;

XV - acompanhar as arrecadações decorrentes da prestação de serviços, direitos de propriedade intelectual ou uso das instalações do LNCC;

XVI - acompanhar os contratos de transferência de tecnologia e a comercialização de produtos e serviços gerados pelas atividades do LNCC;

XVII - realizar compras sustentáveis, assegurando a adoção de cláusulas contratuais de logística sustentável e de respeito à normas de saúde e de proteção ao meio ambiente; e

XVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 20. Ao Serviço de Gestão Orçamentária e Financeira compete:

I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, de acordo com o Plano Diretor do LNCC;

II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;

III - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;

IV - acompanhar a legislação e manter atualizados os procedimentos internos, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;

V - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos por meio da emissão dos documentos contábeis correspondentes;

VI - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos até a transferência para a área de arquivo do LNCC;

VII - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos;

VIII - conceder suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;

IX - dar suporte, no que couber, à elaboração do Termo de Compromisso de Gestão, aos relatórios de Gestão e nos processos de tomadas de contas; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. Ao Serviço de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério, as orientações emanadas daquela unidade;

II - participar da definição de políticas, diretrizes e metas relacionadas a sua área de atuação;

III - preparar atos relacionados a ingresso, provimento, exercício e afastamentos, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, aposentadorias e pensões;

IV - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;

V - efetuar o registro, controle, atualização e acompanhamento dos sistemas de frequência, dados cadastrais de servidores, recadastramento de inativos e pensionistas, marcação e gozo de férias de pessoal ativo, preenchimento de cargos e funções de confiança, acumulação de cargos e funções, admissão e exoneração de servidores, e publicação de portarias;

VI - efetuar controle de licenças e acompanhamento dos atos relacionados a afastamentos e capacitações no país ou no exterior dos servidores;

VII - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;

VIII - preparar, aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório, de Avaliação de Desempenho Funcional para fins de promoção/progressão, Gratificação de Desempenho, de Qualificação e de Retribuição de Titulação;

IX - emitir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;

X - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;

XI - coordenar, acompanhar e operacionalizar o programa de estágio;

XII - identificar necessidades de treinamento, planejar e viabilizar a realização e ou participação em cursos, encontros, palestras, seminários e similares, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos;

XIII - coordenar e promover as atividades voltadas a assistência social e promoção da saúde do servidor, bem como a realização de exames médicos admissionais e periódicos prestados aos servidores;

XIV - controlar as atividades relativas à licenças médicas e solicitações de isenções e encaminhar à junta médica para fins de perícia, quando necessário;

XV - orientar, preparar, analisar e revisar os processos de aposentadorias e pensões;

XVI - preparar processos relativos ao pagamento de exercícios anteriores, abonos de permanência, indenizações e auxílios, entre outros, devido aos servidores;

XVII - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e de pessoal, entre outros documentos específicos de sua área de atuação, por determinação superior ou para atendimento às solicitações dos órgãos supervisores ou de controle interno e externos;

XVIII - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XIX - gerenciar os pagamentos previstos em Lei aos pesquisadores, decorrentes das atividades relativas à inovação tecnológica; e

XX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 22. Ao Serviço de Logística e compete;

I - gerenciar ações relativas à administração de almoxarifado, patrimônio e licitações;

II - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de bens e prestação de serviços;

III - gerenciar os procedimentos relativos aos certames licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação, para aquisição de bens e serviços;

IV - apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, quando necessário, na elaboração dos Editais de licitação;

V - zelar pelo cumprimento das orientações normativas emanadas dos órgãos central e setorial da AGU e do TCU no que se refere a licitações;

VI - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

VII - planejar, executar e acompanhar o suprimento, registro, armazenamento, distribuição e controle dos materiais de uso comum destinados ao atendimento das necessidades de consumo dos usuários internos;

VIII - receber e conferir, observadas as especificações de compras, os materiais de consumo e de bens móveis, adquiridos pelo órgão;

IX - controlar os prazos de entrega de bens e execução de serviços não continuados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;

X - atestar o recebimento de materiais de escritório, observadas as especificações de compras;

XI - efetuar o tombamento, classificação e registro de bens móveis, bem como a movimentação e saída de material permanente mediante atualização dos relatórios de carga e termos de responsabilidade;

XII - gerenciar os processos de alienação, desfazimento e baixa de materiais de consumo e bens móveis;

XIII - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação e reavaliação dos bens patrimoniais;

XIV - elaborar, mensalmente, demonstrativo contábil das entradas, saídas e em estoque dos materiais de consumo e de bens patrimoniais;

XV - supervisionar os trabalhos relativos ao levantamento e atualização do inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis, no âmbito do Sistema de Patrimônio da União -SPIU;

XVI - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável; e

XVII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 23. Ao Serviço de Documentação e Biblioteca compete:

I - manter a biblioteca na área de computação científica, facultando o acesso ao público externo;

II - assessorar e orientar instituições científicas sobre seus acervos, bem como atender a demanda dos demais usuários internos e externos;

III - selecionar, adquirir, registrar e organizar os acervos bibliográficos, audiovisual e multimídia, de acordo com a política de aquisição;

IV - implementar e controlar a circulação de documentos do acervo da biblioteca;

V - controlar e manter atualizadas as assinaturas de periódicos;

VI - elaborar o inventário do acervo dentro da periodicidade estabelecida;

VII - aplicar os sistemas de classificação, tesauros e outros instrumentos próprios para a recuperação da informação, de acordo com as especificidades do acervo;

VIII - disseminar o acervo e divulgar publicações e trabalhos específicos das áreas afins;

IX - constituir e disseminar base de dados na sua área de atuação;

X - executar programa de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de documentação/informação ou outras instituições que atuem na área de interesse da biblioteca;

XI - promover reuniões periódicas do Comitê de Biblioteca;

XII - acompanhar o surgimento e implementar novas tecnologias para o tratamento, uso, recuperação e disseminação da informação; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 24. Ao Núcleo de Administração do Campus compete:

I - coordenar, supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;

II - coordenar e controlar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências da instituição;

III - coordenar e executar as atividades de serviços reprográficos e do protocolo geral, incluindo a circulação de correspondências e o controle, recebimento e expedição de malotes e correspondências;

IV - coordenar e executar as atividades do arquivo central;

V - acompanhar e providenciar as atividades de manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VI - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos, assim como adotar os procedimentos quanto à operação e utilização de viaturas e equipamentos;

VII - elaborar o Plano Anual de Manutenção da Infraestrutura do LNCC, quantificando os recursos necessários para a sua manutenção e melhoramentos;

VIII - controlar a demanda de energia elétrica, de água e de outros insumos, introduzindo controle informatizado e promovendo ações para seu uso sustentável e a diminuição dos gastos;

IX - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

X - receber, conferir, aceitar, registrar e controlar, observadas as especificações de compra, os materiais de manutenção predial e materiais de manutenção veicular adquiridos pelo órgão, atestando em nota fiscal, fatura ou documento equivalente;

XI - zelar para que os materiais de manutenção predial e materiais de manutenção veicular existentes em estoque estejam armazenados de forma adequada e em local apropriado e seguro; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico-Científico

Art. 25. Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do LNCC.

Art. 26. O CTC contará com onze membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - quatro servidores, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico; e

III - seis membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do LNCC.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos II e III terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso II serão indicados a partir de listas tríplices, obtidas por eleição promovida pela direção da Unidade entre os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico em exercício no LNCC; e

b) os do inciso III serão indicados a partir de listas tríplices elaboradas pelo CTC.

Art. 27. Ao CTC compete:

I - apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

III - acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCTIC;

V - participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao LNCC, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 28. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção II

Conselho de Pesquisa e de Formação de Recursos Humanos

Art. 29. O Conselho de Pesquisa e de Formação de Recursos Humanos - CPFRH é o órgão colegiado com função de assessoramento ao diretor do LNCC no planejamento e avaliação das atividades pesquisa, desenvolvimento, inovação e formação de recursos humanos em nível de pós-graduação e aperfeiçoamento técnico-científico.

Art. 30. O CPFRH contará com 8 membros e terá a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - os dois titulares das Coordenações científicas (COMAC e a COMOD);

III - dois membros adicionais com titulação de Doutor, um de cada Coordenação científica, indicado pelo respectivo Coordenador;

IV - o titular da Coordenação de Pós-graduação e Aperfeiçoamento - COPGA;

V - o titular da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação - COTIC sem direito a voto em matérias de caráter científico; e

VI - um representante dos laboratórios estabelecidos no LNCC por Portaria interna, escolhido entre seus titulares por votação dos mesmos, com mandato de 2 anos, renovável.

Art. 31. Ao CPFRH compete:

I - assessorar a elaboração e acompanhar a execução da política científica e tecnológica do LNCC e suas prioridades;

II - propor políticas e diretrizes, e acompanhar e avaliara implementação, para todas atividades de formação de recursos humanos no âmbito do LNCC;

III - analisar e avaliar os projetos de pesquisa do LNCC e propor prioridades;

IV - acompanhar a implementação dos projetos, programas e ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

V - assessorar o Diretor na definição de perfis profissionais a serem recrutados no programa de formação de recursos humanos do LNCC;

VI - assessorar o Diretor na distribuição de cotas institucionais de bolsas;

VII - indicar a composição e os membros da Comissão de Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC;

VIII - aprovar e encaminhar aos órgãos competentes, quando necessário, propostas de cursos avançados de capacitação, de extensão, de especialização e de pós-graduação lato sensu, bem como, de novas disciplinas e alterações de ementas, sugeridas pela Coordenação de Pós-Graduação e Aperfeiçoamento;

IX - credenciar docentes e orientadores internos e externos para atuar no programa de Pós-Graduação do LNCC;

X - credenciar instituições e aprovar a celebração de convênios para efeitos de cooperação em atividades de ensino de pós-graduação;

XI - apreciar a criação, transformação e extinção de laboratórios e grupos de pesquisa no LNCC;

XII - apreciar a contratação e promoção de servidores do quadro técnico científico, propostas pelas Coordenações a este vinculadas;

XIII - opinar sobre o mérito da celebração de convênios relacionados com a área de pesquisa;

XIV - avaliar e opinar sobre o Plano Diretor e a proposta orçamentária do LNCC;

XV - coordenar a elaboração do relatório anual de atividades de pesquisas, desenvolvimento e inovação;

XVI - pronunciar-se sobre os resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

XVII - pronunciar-se sobre a prestação de contas de recursos não-orçamentários utilizados em projetos de pesquisa e desenvolvimento;

XVIII - opinar sobre propostas de modificações no Regimento Interno do LNCC que afetam as atividades de pesquisa e desenvolvimento e formação de recursos humanos;

XIX - apreciar, em conjunto com o Conselho de Gestão, matérias relativas a instituições vinculadas ao LNCC; e

XX - apreciar e opinar a respeito de outras matérias relativas às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de formação de recursos humanos submetidas pelo Diretor.

Art. 32. O funcionamento do CPFRH será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo mesmo.

Seção III

Conselho de Atividades de Gestão

Art. 33. O Conselho de Atividades de Gestão - CAGE - é órgão colegiado com função de assessoramento ao diretor do LNCC no planejamento e avaliação das atividades administrativas e de infraestrutura.

Art. 34. O CAGE contará com 9 membros e terá a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - um titular de cada Coordenação, no total de cinco;

III - os Chefes do Serviço de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e do Serviço de Gestão Orçamentária e Financeira, no total de dois; e

IV - um representante dos laboratórios estabelecidos no LNCC por Portaria interna, escolhido entre seus titulares por votação dos mesmos, com mandato de 2 anos, renovável.

Art. 35. Ao CAGE compete:

I - assessorar o Diretor no planejamento das ações administrativas e de infraestrutura;

II - analisar e rever prioridades administrativas;

III - acompanhar a implementação dos projetos, programas e ações, relatando o andamento dos mesmos à Direção;

IV - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

V - pronunciar-se sobre a prestação de contas de recursos não-orçamentários utilizados em projetos intra ou interinstitucionais;

VI - apreciar, em conjunto com o CPFRH, matérias relativas a instituições vinculadas ao LNCC;

VII - promover a uniformização das práticas de prestação de serviços, estabelecendo uma política de preços, metodologia de elaboração de orçamentos, modelos de contratos e demais instrumentos formais; e

VIII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor ou seus membros.

Art. 36. O funcionamento do CAGE será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo mesmo.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 37. Ao Diretor incumbe:

II - exercer a representação do LNCC;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 38. Aos coordenadores incumbe planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 39. Aos chefes incumbe, supervisionar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. O LNCC celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um compromisso de gestão em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 41. O Diretor poderá, desde que isso não implique em aumento de despesa, instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do LNCC, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do LNCC.

Art. 42. O LNCC poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente, ou em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Art. 43. O LNCC atuará em colaboração com organizações públicas e privadas, visando o alcance de sua missão institucional.

Art. 44. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.159, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Museu de Astronomia e Ciências Afins, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 732, de 14 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28 de novembro de 2003, nº 802, de 23 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 25 de outubro de 2006, nº 640, de 27 de setembro de 2007, publicada no D.O.U. de 1 de outubro de 2007.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O MAST é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede do MAST está localizada na Rua General Bruce, 586, São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, onde se encontram instaladas sua administração central, áreas expositivas, laboratórios, arquivo histórico e demais dependências.

Art. 4º O MAST tem por finalidade a ampliação do acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, do ensino da pós-graduação, da preservação de acervos e da divulgação da história da ciência e da tecnologia no Brasil.

Art. 5º Ao Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST compete:

I - promover e realizar estudos e pesquisas no campo da história das ciências, da museologia, da preservação de acervos de ciência e tecnologia e da educação em ciências;

II - pesquisar, coletar, preservar e tornar acessíveis à sociedade acervos de ciência e tecnologia de importância histórica;

III - preservar o acervo móvel e imóvel sob sua guarda;

IV - apoiar instituições e associações de caráter científico e tecnológico na preservação de seus acervos de importância histórica;

V - disseminar o passado científico e tecnológico de instituições e cientistas brasileiros;

VI - disseminar o conhecimento científico e tecnológico;

VII - promover a formação e especialização de recursos humanos em suas áreas de atuação;

VIII - promover e realizar cursos, conferências, seminários e outros eventos de caráter técnico-científico, educativo e de divulgação científica de interesse direto ou correlato ao órgão;

IX - desenvolver e disponibilizar produtos e serviços especializados, em decorrência de suas atividades;

X - estabelecer intercâmbios científicos para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa;

XI - criar mecanismos de captação de recursos financeiros para as suas atividades;

XII - assessorar e orientar em suas respectivas áreas de competência, instituições científicas, em especial as vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

XIII - especificar e gerenciar, em suas áreas de competência, serviços a serem executados por terceiros.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria

a) Serviço de Comunicação Social - SECOM

b) Núcleo de Público - NUP

II - Coordenação de Administração - COADM

a) Serviço de Recursos Humanos - SERHU

b) Serviço de Orçamento e Finanças - SEOFI

c) Serviço de Compras, Licitações e Contratos - SECLC

d) Serviço de Infraestrutura e Logística - SEILO

e) Serviço de Tecnologia da Informação - SERTI

III - Coordenação de História da Ciência e Tecnologia - COHCT

a) Laboratório Digital de História das Ciências e Tecnologia - LADHIC

IV - Coordenação de Educação em Ciências - COEDU

a) Serviço de Programas Educacionais - SEPED

b) Laboratório de Inovação de Recursos Educacionais - LIRE

c) Núcleo de Divulgação de Ciência e Tecnologia - NDCT

V - Coordenação de Museologia - COMUS

a) Serviço de Produção Técnica - SEPTC

b) Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos - LAMET

c) Núcleo de Documentação e Conservação do Acervo Museológico - NUDCAM

VI - Coordenação de Documentação e Arquivo - CODAR

a) Serviço de Biblioteca e Informação Científica - SEBIC

b) Laboratório de Conservação e Restauração de Papel - LAPEL

c) Setor de Arquivo de História das Ciências do MAST - AHC

Art. 7° Os Órgãos Colegiados vinculados ao Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST são:

I - Conselho Técnico Científico - CTC

II - Conselho Diretor - CD

III - Conselho Acadêmico - CA

IV - Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo - COPAD

V - Comissão Permanente de Avaliação e Descarte de Documentos - CPAD

VI - Comissão Permanente de Exposições - COPEX

Art. 8º O MAST será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, o Diretor contará com um Assistente Técnico, sendo este responsável pelas atividades de planejamento e acompanhamento e de relações institucionais.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação do Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nomeará diretor interino e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação do Diretor.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 10. As coordenações do MAST serão chefiadas por Coordenador, e os serviços por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão e função gratificada serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Diretoria

Art. 12. Ao Serviço de Comunicação Social compete:

I - promover a comunicação das coordenações integrantes do MAST e realizar ou coordenar campanhas publicitárias visando a difusão e divulgação de sua imagem institucional;

II - realizar ações de assessoria de imprensa, divulgando o MAST e suas atividades nas mídias especializadas em ciência e tecnologia e na grande imprensa, bem como reunir as notícias veiculadas na mídia, por meio da realização de clipping;

III - zelar pela identidade visual da instituição, cuidando da aplicação da logomarca e da uniformidade e qualidade da produção gráfica elaborando peças de divulgação institucional;

IV - realizar a manutenção e atualização do website;

V - divulgar e apoiar tecnicamente a realização dos programas de eventos realizados internamente no MAST;

VI - participar da organização e divulgar eventos externos realizados pelo MAST;

VII - desenvolver a comunicação interna do MAST; e

VIII - organizar e manter atualizada a mala direta do MAST.

Art. 13. Ao Núcleo de Público compete:

I - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades relacionadas ao acolhimento e recepção aos visitantes;

II - responsabilizar-se pelo atendimento ao público seja de forma presencial, virtual ou por qualquer outro meio de comunicação;

III - agendar visitas escolares e de grupos diversos, em articulação com a Coordenação de Educação;

IV - realizar acompanhamento e estatística do público visitante;

V - prover, preparar e gerenciar a infraestrutura dos espaços de visitação articulando-se com os setores competentes para garantir o funcionamento das dependências do MAST, durante a realização de atividades rotineiras e eventos especiais;

VI - atuar como ouvidoria, captando, analisando, encaminhando e atendendo pleitos dos visitantes, bem como responder as demandas dos órgãos de comunicação e seus usuários;

VII - propor, organizar e coordenar programas de treinamento para as equipes que realizam atendimento ao público; e

VIII - realizar, quando solicitado, atividades culturais de recepção de público.

Seção II

Da Coordenação de Administração

Art. 14. À Coordenação de Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos, contabilidade, orçamento, finanças, material, patrimônio de uso corrente, almoxarifado, compras, suprimentos, importação, documentação, protocolo, arquivo, zeladoria, vigilância, transporte, manutenção, terceirização de serviços, serviços gerais e os demais aspectos administrativos, inclusive contratos e convênios;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades finalísticas do MAST;

III - propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando sua execução;

IV - assessorar o processo de elaboração da proposta orçamentária anual;

V - administrar o plano de contas e o plano operacional de acordo com normas internas e legislação pertinente;

VI - promover a elaboração de documentos orçamentários e financeiros para atendimento de solicitações superiores e de órgãos supervisores e de controles interno e externo;

VII - promover a implementação da política de recursos humanos de acordo com a legislação pertinente e observando as especificidades do MAST;

VIII - coordenar a realização de compras e a administração de bens e serviços;

IX - prestar assessoramento e apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente;

X - fornecer, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;

XI - fornecer infraestrutura administrativa às unidades organizacionais, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações; e

XII - promover a elaboração, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, dos procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável.

Art. 15. Ao Serviço de Orçamento e Finanças compete:

I - sistematizar dados e informações, orientando a preparação de documentos básicos e necessários à elaboração da proposta orçamentária anual, bem como acompanhar seu desenvolvimento;

II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;

III - elaborar relatórios gerenciais destinados à avaliação da execução orçamentária e financeira;

IV - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;

V - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;

VI - manter atualizada a legislação e as normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;

VII - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos por meio da emissão dos documentos contábeis correspondentes;

VIII - efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências por ventura existentes;

IX - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;

X - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

XI - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XII - administrar as atividades relacionadas ao suprimento de fundos, controlando as respectivas prestações de contas;

XIII - dar suporte à elaboração da tomadas de contas; e

XIV - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento.

Art. 16. Ao Serviço de Recursos Humanos compete:

I - identificar necessidades de treinamento, planejar e organizar a realização de cursos, encontros, palestras, seminários e similares, visando a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos;

II - aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional;

III - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;

IV - preparar atos relacionados a ingresso, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores, entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;

V - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, frequência e licença e acompanhamento dos atos relacionados a provimento e vacância dos cargos;

VI - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;

VII - analisar processos de revisão de proventos e pensões;

VIII - controlar as atividades relativas a licenças médicas e consultar junta médica para fins de perícia;

IX - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas;

X - preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;

XI - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar e odontológica prestadas aos servidores e seus dependentes;

XII - aplicar, como unidade complementar da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, as orientações emanadas daquela unidade;

XIII - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessários à realização de projetos, contratos, convênios e outros acordos firmados pelo MAST;

XIV - elaborar documentos orçamentários e financeiros, entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos; e

XV - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável.

Art. 17. Ao Serviço de Compras, Licitações e Contratos compete:

I - receber, conferir, classificar e registrar pedidos de aquisição de material, prestação de serviços, execução de obras e terceirização;

II - processar as aquisições e alienações de materiais e bens patrimoniais, bem como a contratação de serviços e obras;

III - receber, conferir, aceitar e armazenar, observadas as especificações de compra, os materiais adquiridos pelo órgão, provendo as respectivas demandas;

IV - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes;

V - registrar e controlar os materiais em estoque;

VI - fornecer o material regularmente requisitado, observando as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;

VII - zelar para que os materiais existentes em estoque estejam armazenados de forma adequada e em local apropriado e seguro;

VIII - organizar e manter atualizada a coleção de catálogos e especificações técnicas de materiais e serviços;

IX - preparar os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação e providenciar as respectivas ratificações, de acordo com a legislação específica;

X - apoiar o funcionamento da Comissão Permanente de Licitação, subsidiando, quando necessário, a elaboração de convites e editais de licitação;

XI - examinar pedidos de inscrição de empresas no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços, bem como promover sua inclusão e manutenção no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

XII - comprovar a idoneidade de firmas, para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;

XIII - elaborar, quando houver solicitação, atestado de capacidade técnica aos fornecedores e prestadores de serviço;

XIV - classificar, registrar e cadastrar bens patrimoniais;

XV - apoiar as comissões responsáveis pela realização de inventários de materiais e de bens patrimoniais e pela avaliação, reavaliação e alienação de bens móveis;

XVI - registrar transferência de responsabilidade por guarda e uso de bens patrimoniais;

XVII - promover mudança, remanejamento, recolhimento e redistribuição de bens móveis;

XVIII - atestar o recebimento de materiais em nota fiscal, fatura ou documento equivalente;

XIX - elaborar, mensalmente, demonstrativo contábil de materiais adquiridos, fornecidos e em estoque, bem como de bens patrimoniais adquiridos, movimentados e nos quais foram efetuados baixas;

XX - coordenar, controlar e executar as atividades de importação e exportação de materiais e bens patrimoniais; e

XXI - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável.

Art. 18. Ao Serviço de Infraestrutura e Logística compete:

I - programar, executar e supervisionar as atividades relativas à limpeza, jardinagem, zeladoria, transportes, manutenção das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, além dos serviços de reprografia, refrigeração, telefonia, protocolo, postagem e emissão de passagens;

II - realizar a manutenção e conservação dos bens imóveis e integrados do campus;

III - organizar as atividades de segurança, como portaria, vigilância, guarda-sala, monitoramento por câmeras, alarmes, prevenção contra incêndio, entre outros;

IV - controlar as chaves das dependências do MAST estabelecendo normas relativas a entrada e a saída nas edificações durante os horários de realização de atividades rotineiras e eventos especiais;

V - elaborar mapas demonstrativos mensais de consumo de energia elétrica, água, telefone, combustível e outros serviços sob a responsabilidade do Serviço;

VI - controlar, avaliar, conservar e manter os veículos próprios do MAST e aqueles colocados a sua disposição;

VII - organizar o recebimento, o registro, a distribuição e o controle da movimentação de documentos e papéis no MAST, observadas as orientações expedidas pelas áreas técnicas pertinentes; e

VIII - prover infraestrutura para as atividades e eventos do MAST.

Art. 19. Ao Serviço de Tecnologia da Informação compete:

I - projetar e gerenciar a rede interna e externa do MAST;

II - implementar e gerenciar tecnologias que assegurem a disponibilidade, integridade e sigilo das informações digitais;

III - definir e homologar estruturas, arquiteturas, hardwares, softwares e materiais de informática que sejam adequados às necessidades do MAST;

IV - planejar e coordenar o desenvolvimento de sistemas para o MAST bem como, desenvolver e implementar modificações em aplicativos de pequeno porte;

V - alocar e redistribuir recursos de hardware e software, bem como gerenciar e controlar o acesso ao ambiente de rede, à internet e aos equipamentos de informática, visando maximizar a utilização dos mesmos;

VI - desenvolver, instalar, configurar e atualizar qualquer equipamento de hardwar e/ou software a ser utilizado na rede do MAST, visando o aperfeiçoamento do Sistema de Informações;

VII - gerenciar as licenças de software no MAST;

VIII - auditar a utilização dos recursos computacionais, de acordo com as normas vigentes;

IX - dar suporte técnico aos usuários da rede, no que diz respeito à utilização dos equipamentos, hardware, softwares e serviços disponíveis;

X - realizar o diagnóstico para apuração de eventuais problemas em equipamentos ou na rede e gerenciar os serviços de manutenção contratados a terceiros;

XI - orientar a manutenção da rede de comunicação de dados, bem como prover o suporte operacional da infraestrutura computacional;

XII - pesquisar novos modelos e soluções computacionais para o MAST;

XIII - implementar novas tecnologias para o tratamento, uso e disseminação da informação documental e tecnológica; e

XIV - propor, organizar e coordenar programas de treinamento para utilização dos recursos computacionais, ministrando-os quando for o caso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção III

Da Coordenação de História da Ciência e Tecnologia

Art. 20. À Coordenação de História da Ciência e Tecnologia compete:

I - planejar, coordenar e realizar pesquisas em história das ciências e das tecnologias, privilegiando estudos sobre o Brasil;

II - planejar, coordenar e executar atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação no âmbito da história da ciência e da tecnologia;

III - divulgar os resultados de pesquisas e estudos em publicações especializadas;

IV - divulgar a história das ciências e tecnologias em veículos de comunicação de toda ordem;

V - assessorar e desenvolver projetos de acervos arquivísticos de ciências e tecnologias em consonância com as coordenações respectivas do MAST;

VI - assessorar e orientar instituições científicas, em especial as que integram o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, quanto à elaboração de estudos e pesquisas sobre sua história;

VII - organizar e participar de eventos técnico-científicos em história da ciência e tecnologia, em âmbito nacional e internacional;

VIII - identificar e indicar acervos arquivísticos, museológicos e bibliográficos a serem adquiridos pelo MAST, de acordo com a política estabelecida pelo COPAD;

IX - organizar e ministrar cursos de extensão e de pós-graduação em história da ciência e da tecnologia; e

X - Manter colaborações técnicas com instituições congêneres, nacionais e internacionais.

Art. 21. Ao Laboratório Digital de História das Ciências e Tecnologia compete:

I - desenvolver metodologias e atuar como aglutinador de inovações metodológicas para análise de fontes histórico-científicas;

II - promover intercâmbios para a realização de projetos de história digital das ciências de instituições e de cientistas brasileiros, mediante acordos de cooperação técnica;

III - criar bases de dados documentais que servirão a análise histórica, sociológica e à divulgação sobre a história das ciências e da tecnologia brasileiras;

IV - divulgar Bases de Dados Históricos sobre as ciências e tecnologias brasileiras; e

V - contribuir com o Arquivo de História das Ciências do MAST e estabelecer colaborações para preservação virtual e pesquisa de documentos histórico-científicos do país.

Seção IV

Da Coordenação de Educação em Ciências

Art. 22. À Coordenação de Educação em Ciências compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação no domínio da educação em ciências em espaços não formais;

II - conceber, desenvolver e documentar metodologias de avaliação dos programas de educação não formal e de divulgação científica realizados pelo MAST;

III - propor, coordenar e avaliar programas no campo da educação em ciências em espaços não formais;

IV - promover a realização de cursos de formação continuada para docentes e licenciandos de diferentes áreas;

V - desenvolver e implementar metodologias de capacitação de profissionais de educação para atuar em museus de ciência;

VI - desenvolver ações educativas e de divulgação das ciências com o foco no acervo do MAST;

VII - promover e participar de ações de divulgação e popularização das ciências e da tecnologia; e

VIII - promover e manter intercâmbios com instituições afins, nacionais e internacionais.

Art. 23. Ao Serviço de Programas Educacionais compete:

I - elaborar e executar programas de educação não formal em ciências, de acordo com as estratégias definidas e desenvolvidas pela Coordenação;

II - documentar e avaliar a eficácia e a eficiência dos programas de educação não formal e de divulgação de ciência;

III - participar, elaborando, acompanhando e registrando eventos de caráter nacional e local, na área da educação e divulgação da ciência; e

IV - conceber e implementar cursos de formação continuada para professores do ensino fundamental, médio e superior, bem como para licenciandos de diferentes áreas;

Art. 24. Ao Laboratório de Inovação de Recursos Educacionais compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades de criação e desenvolvimento de recursos educacionais na área de educação, divulgação e popularização da ciência e matemática produzidos na forma de objetos tridimensionais, jogos, vídeos, arquivos sonoros, multimídia, publicações e produtos para internet;

II - planejar, coordenar, orientar e executar a preservação dos acervos de recursos educacionais sob a guarda da Coordenação;

III - promover projetos de pesquisa e técnicos que agreguem grupos com atividades similares em universidades, institutos de pesquisa, museus e centros de ciência;

IV - promover a divulgação dos resultados de pesquisas realizadas na sua área de atuação;

V - emitir pareceres em assuntos relacionados em sua área de atuação;

VI - promover intercâmbios de capacitação de técnicos com instituições afins, desde que no âmbito de acordos de cooperação técnica formalizados entre os interessados;

VII - selecionar profissionais, bolsistas e estagiários, de acordo com as necessidades de sua área de atuação;

VIII - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária anual da Coordenação de Educação em Ciências e dos seus relatórios de atividades;

IX - conceber, planejar e propor a produção de material de divulgação em mídia digital e impressa, bem como tridimensional sobre temas relacionados à sua área de atuação; e

X - prestar serviços técnicos na sua área de atuação.

Art. 25. Ao Núcleo de Divulgação de Ciência e Tecnologia compete:

I - promover reuniões periódicas para discutir a implementação do programa de divulgação das ciências que contemple as diferentes áreas de interesse da instituição;

II - identificar e reunir profissionais do MAST com perfil adequado para desenvolver produtos nas diversas mídias visuais digitais ou impressas;

III - pesquisar e desenvolver produtos visando a divulgação das ciências produzidas no MAST;

IV - identificar e divulgar os conteúdos produzidos nas áreas fins do MAST; e

V - promover acordos de cooperação com instituições de C&T, especialmente as UPs e o MCTIC, visando a divulgação das respectivas práticas científicas e tecnologias.

Parágrafo Único. O funcionamento do NDCT será definido em regimento interno a ser elaborado pelo próprio Grupo e servirá de orientação para os processos de levantamento de conteúdo, produção, implementação e divulgação do produto.

Seção V

Da Coordenação de Museologia

Art. 26. À Coordenação de Museologia compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação em Museologia e preservação de acervos de ciência e tecnologia;

II - implementar, coordenar e orientar ações voltadas para a preservação, pesquisa e divulgação das coleções museológicas e do patrimônio imóvel tombado do MAST;

III - implementar, coordenar e orientar ações voltadas para a preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio de ciência e tecnologia pertencente a outras instituições ou organizações de caráter científico e tecnológico do país;

IV - estabelecer orientações quanto ao acesso às áreas de guarda dos acervos museológicos, áreas de exposição, de reserva técnica, e dos depósitos para material expográfico e às edificações tombadas sob a guarda do MAST;

V - selecionar profissionais, bolsistas e estagiários, de acordo com as necessidades de sua área de atuação;

VI - promover intercâmbios de capacitação de técnicos com instituições afins, desde que no âmbito de acordos de cooperação técnica formalizados entre os interessados;

VII - emitir pareceres em assuntos relacionados em sua área de atuação, sob demanda da Diretoria; e

VIII - propor, elaborar e coordenar projetos museológicos e expográficos do MAST.

Art. 27. Ao Serviço de Produção Técnica compete:

I - executar e acompanhar projetos museológicos expográfico conforme orientações da Coordenação;

II - coordenar e executar a montagem de exposições permanentes, temporárias e itinerantes do MAST;

III - coordenar e orientar a manutenção dos espaços de exposição e das áreas de guarda do acervo;

IV - colaborar com os demais setores do MAST nas áreas de programação visual, multimídia, produção de material gráfico e editoração;

V - produzir relatórios técnicos sobre os projetos executados;

VI - elaborar e acompanhar a realização de projetos e intervenções no patrimônio imóvel tombado; e

VII - organizar e manter a documentação das intervenções de conservação realizadas no acervo imóvel tombado do MAST.

Art. 28. Ao Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar a atividade de conservação do acervo museológico da instituição;

II - pesquisar e desenvolver procedimentos inovadores para conservação de objetos culturais metálicos, através da promoção de projetos técnicos e de pesquisa, inclusive os que agreguem grupos com atividades similares em universidades, institutos de pesquisa, museus de ciência;

III - organizar e manter a documentação atualizada referente às intervenções de conservação no acervo móvel do MAST, de acordo com o NUDCAM;

IV - participar das etapas de planejamento e montagem das exposições produzidas pelo MAST, no que se refere às questões relacionadas à conservação do acervo móvel;

V - realizar projetos e intervenções de restauração no acervo móvel sob guarda da instituição;

VI - prestar serviços técnicos na sua área de atuação;

VII - realizar treinamento e orientar pessoal de apoio, bolsistas e estagiários com relação às atividades do LAMET;

VIII - proporcionar regularmente aulas práticas para os cursos de pós-graduação do MAST e para outros cursos, quando for do interesse da Coordenação de Museologia; e

IX - emitir pareceres em assuntos relacionados em sua área de atuação, sob demanda da Coordenação de Museologia.

Art. 29. Ao Núcleo de Documentação e Conservação do Acervo Museológico compete:

I - pesquisar, registrar, catalogar e manter em segurança o acervo museológico da instituição, segundo as normas museológicas, incluindo os procedimentos para empréstimo ou transferência de acervo;

II - organizar e manter a documentação relativa ao acervo sob sua guarda, em qualquer suporte;

III - pesquisar e desenvolver procedimentos inovadores relacionados à gestão e à documentação de coleções de C&T;

IV - coletar novos acervos, em acordo com a política institucional de aquisição e descarte;

V - elaborar manuais de procedimentos para gestão de acervos museológicos;

VI - realizar treinamento e orientar pessoal de apoio, bolsistas e estagiários com relação às atividades do Núcleo;

VII - acompanhar o transporte do acervo sob sua guarda, em caso de transferência ou de empréstimo para exposições temporárias ou itinerantes;

VIII - promover colaborações técnicas e científicas de interesse em suas áreas de competência e prestar assessorias;

IX - selecionar profissionais, bolsistas e estagiários, de acordo com as necessidades de sua área de atuação;

X - prestar serviços técnicos na sua área de atuação; e

XI - promover a divulgação dos resultados de pesquisas realizadas na sua área de atuação.

Seção VI

Da Coordenação de Documentação e Arquivo

Art. 30. À Coordenação de Documentação e Arquivo compete:

I - planejar, coordenar e executar pesquisas no âmbito da preservação da memória documental da história das ciências no país;

II - adquirir, reunir e organizar acervos arquivísticos e bibliográficos, em consonância com a política de aquisição e descarte do MAST;

III - constituir, preservar e manter sob sua guarda e controle acervos arquivísticos de importância para a história das ciências e da técnica, respeitando as restrições previstas em lei ou em contratos de cessão;

IV - garantir e controlar o acesso a acervos arquivísticos e bibliográficos, observados os procedimentos para consulta, empréstimo e reprodução do acervo;

V - produzir catálogos, inventários, índices, guias e outros instrumentos de pesquisa para acesso aos acervos arquivístico e bibliográfico do MAST, incluindo a constituição e manutenção de base de dados de acervos;

VI - propor políticas, normas e procedimentos, bem como manuais técnicos de documentação e de conservação de acervos arquivísticos e bibliográficos;

VII - propor, coordenar, planejar e executar trabalhos de conservação e restauração dos acervos sob a guarda do MAST e de ciências e tecnologia do país;

VIII - coordenar a adoção e a implementação de normas e procedimentos destinados ao uso e preservação de documentos técnicos e administrativos do MAST assegurando-lhes a condição de fontes documentais para o estudo da história das ciências no país; e

IX - assessorar e orientar instituições científicas, em especial as vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, quanto à preservação de seus acervos históricos, arquivísticos e bibliográficos.

Art. 31. Ao Serviço de Biblioteca e Informação Científica compete:

I - identificar, selecionar, adquirir, registrar e organizar os acervos bibliográficos, audiovisual e multimídia de acordo com a política de aquisição do MAST;

II - preservar e manter sob sua guarda o acervo bibliográfico do MAST, controlando os procedimentos para consulta, empréstimo e reprodução, segundo as normas biblioteconômicas;

III - constituir e manter atualizada a base de dados do acervo da biblioteca;

IV - produzir catálogos, alimentar bases de dados e outros instrumentos para divulgação do acervo bibliográfico do MAST;

V - realizar o inventário da biblioteca dentro da periodicidade estabelecida;

VI - normalizar, no que se refere à sua área de atuação, as publicações produzidas pelo MAST;

VII - controlar o acesso e o uso da internet para o público externo, no seu âmbito de atuação;

VIII - executar programas de intercâmbio com outras bibliotecas, centros de informação ou outras instituições que atuem na área de interesse; e

IX - elaborar manuais de procedimentos técnicos para gestão do acervo bibliográfico sob a guarda do MAST.

Art. 32. Ao Laboratório de Conservação e Restauração de Papel compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades a preservação dos acervos arquivísticos e bibliográficos, conservação e restauração de documentos no seu âmbito de atuação;

II - promover pesquisas, estudos e projetos em técnicas e procedimentos de conservação e restauração de papel;

III - promover a divulgação dos resultados de pesquisas realizadas na sua área de atuação;

IV - emitir pareceres em assuntos de sua competência;

V - treinar técnicos externos ao MAST, desde que no âmbito de acordos de cooperação técnica devidamente aprovados pela instituição;

VI - selecionar para contratação, profissionais, bolsistas e estagiários, de acordo com as necessidades de sua área de atuação;

VII - contribuir para a elaboração da proposta orçamentária anual da Coordenação de Documentação e Arquivo e dos relatórios de atividades; e

VIII - prestar serviços técnicos na sua área de atuação.

Art. 33. Ao Arquivo de História das Ciências compete:

I - pesquisar, organizar, dar acesso e manter em segurança o acervo arquivístico da instituição, segundo as normas arquivísticas vigentes;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - implementar a aquisição de acervos arquivísticos para a história das ciências, de acordo com a Política de Aquisição e Descarte de Acervos, elaborada pela COPAD;

III - pesquisar e elaborar critérios de acesso, empréstimo e reprodução de documentos, bem como realizar seu controle;

IV - organizar e preservar a documentação arquivística textual, iconográfica, sonora e cartográfica sob sua guarda;

V - elaborar instrumentos de pesquisa para os documentos arquivísticos sob sua guarda;

VI - elaborar manuais de procedimentos técnicos para organização e tratamento do acervo sob sua guarda;

VII - implantar e gerir o programa de digitalização do acervo sob sua guarda;

VIII - coordenar a adoção e a implementação de normas e procedimentos destinados ao uso e preservação de documentos técnicos e administrativos do MAST, assegurando-lhes a condição de fontes documentais para o estudo da história da ciência no país; e

IX - promover acordos de cooperação com instituições de C&T, especialmente as UPs e o MCTIC, visando a preservação de acervos arquivísticos e a disponibilização virtual de seus documentos históricos.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico Científico

Art. 34. Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de orientação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do MAST.

Art. 35. O CTC contará com nove membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e terá a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - dois servidores, com título de doutor ou equivalente, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico, respectivamente;

III - um servidor, com nível superior do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

IV - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do MAST; e

V - três membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do MAST.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos de II a V terão o mandato de três anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso II serão indicados a partir de listas tríplices, mediante eleição promovida pela Direção da Unidade, entre os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico, respectivamente;

b) o do inciso III será indicado, mediante eleição promovida pela Direção, entre todos os servidores do quadro permanente;

c) os do inciso IV serão indicados, fundamentadamente, pelo CTC; e

d) os do inciso V serão indicados a partir de lista sêxtupla elaborada pelo CTC, na forma do Regimento Interno do próprio Conselho.

Art. 36. Ao CTC compete:

I - apreciar e opinar a respeito da implementação da política científica e tecnológica, sobre suas prioridades e sobre a programação anual e/ou plurianual de suas atividades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar seus resultados, para que melhor possam atender às políticas de trabalho definidas;

III - contribuir para a melhoria dos planos de trabalho;

IV - avaliar, quando solicitado, programas, projetos e atividades a serem implementados;

V - propor novas atividades de pesquisas a serem desenvolvidas, julgadas adequadas e prioritárias, após avaliados os esforços e recursos a serem envolvidos;

VI - apreciar avaliações do desempenho institucional realizadas segundo indicadores pré-definidos pelo MCTIC;

VII - apreciar e avaliar o desempenho dos pesquisadores e tecnologistas em ciência e tecnologia para efeito de progressão e promoção;

VIII - participar, através de um de seus membros externos ao MAST, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão;

IX - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

X - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 37. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção II

Conselho Diretor

Art. 38. O Conselho Diretor - CD é órgão colegiado de assessoramento ao Diretor na gestão das atividades do MAST.

Art. 39. O CD tem a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - os Coordenadores; e

III - o Assistente Técnico.

Art. 40. Ao CD compete:

I - assessorar o Diretor na elaboração de proposta orçamentária;

II - elaborar e acompanhar o plano de trabalho anual;

III - assessorar o Diretor na administração e no planejamento de atividades técnicas e científicas;

IV - definir e acompanhar os projetos interdepartamentais;

V - apreciar as propostas de contratação, transferência e demissão de pessoal técnico e científico;

VI - assessorar o Diretor na distribuição de cotas institucionais de bolsas; e

VII - apreciar e deliberar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 41. O funcionamento do CD será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção III

Conselho Acadêmico

Art. 42. O Conselho Acadêmico - CA é órgão colegiado de orientação e assessoramento do Diretor para assuntos de natureza técnico-científica.

Art. 43. O CA tem a seguinte composição:

I - o Diretor, que o presidirá;

II - dois membros do corpo permanente de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico, com titulação mínima de Doutor, escolhidos mediante eleição; e

III - um membro de cada Coordenação das áreas fim, com titulação mínima de Doutor, indicado pelo respectivo Coordenador.

Parágrafo único. Na falta dessa titulação mínima na Coordenação, deverá ser indicado excepcionalmente um membro com titulação de Mestre.

Art. 44. Ao CA compete:

I - assessorar o Diretor na definição de perfis de profissionais para abertura de vagas nas carreiras de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico;

II - assessorar o Diretor no acompanhamento das atividades de pesquisa, de ensino e de natureza técnica;

III - indicar o coordenador do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e os membros da Comissão de Avaliação deste Programa;

IV - apreciar solicitações de afastamento e liberação de pesquisadores e tecnologistas de ciência e tecnologia para períodos superiores a trinta dias;

V - elaborar e sugerir mudanças e aprimoramentos na Política de Pesquisa;

VI - analisar e avaliar os projetos de pesquisa e definir prioridades;

VII - definir a política de edições acadêmicas do MAST e indicar os membros dos conselhos editoriais;

VIII - acompanhar e avaliar a distribuição e utilização das cotas de bolsas institucionais;

IX - apreciar solicitações de transferência de pesquisadores para o MAST; e

X - manifestar-se sobre assuntos de natureza técnico-científica.

Art. 45. O funcionamento do CA será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção IV

Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo

Art. 46. A Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo - COPAD é órgão colegiado de assessoramento ao Diretor na definição e implementação da política de aquisição e descarte de acervo do MAST.

Art. 47. A COPAD tem a seguinte composição:

I - o Diretor, que a presidirá;

II - um membro indicado pela Coordenação de Museologia, escolhido entre os especialistas em conservação e processamento técnico do acervo;

III - um membro indicado pela Coordenação de Documentação e Arquivo, escolhido entre os especialistas em conservação e processamento técnico do acervo;

IV - um membro indicado pela Coordenação de Educação em Ciências; e

V - um membro indicado pela Coordenação de História da Ciência e Tecnologia.

§ 1º Os membros da COPAD terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º Pesquisadores de reconhecida atuação na área poderão ser convidados a participar do COPAD, sempre que o tema em exame requerer parecer adicional ou especializado.

Art. 48. À COPAD compete:

I - elaborar a política institucional de aquisição e descarte de acervo e supervisionar sua implementação;

II - emitir parecer sobre a aquisição e descarte de acervo, sempre que solicitado; e

III - assessorar o Diretor em assuntos relacionados ao acervo.

Art. 49. O funcionamento do COPAD será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pela própria Comissão.

Seção V

Comissão Permanente de Avaliação e Descarte de Documentos

Art. 50. A Comissão Permanente de Avaliação e Descarte de Documentos - CPADD é órgão colegiado de assessoramento ao Diretor para avaliação e descarte de documentos históricos constantes do arquivo do MAST.

Art. 51. A CPADD tem a seguinte composição:

I - o Diretor, que a presidirá;

II - dois membros indicados pela Coordenação de Documentação e Arquivo;

III - dois membros indicados pela Coordenação de História da Ciência e Tecnologia;

IV - um membro indicado pela Coordenação de Educação em Ciências; e

V - um membro indicado pela Coordenação de Museologia.

Art. 52. À CPADD compete:

I - estabelecer a temporalidade dos documentos arquivísticos do MAST, obedecendo as normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Arquivo Nacional;

II - agregar valor histórico aos documentos arquivísticos doados ao Arquivo de História das Ciências do MAST; e

III - descartar documentos arquivísticos institucionais, obedecendo as respectivas normas técnicas de temporalidade e considerando o valor histórico dos mesmos.

Seção VI

Comissão Permanente de Exposições

Art. 53. A Comissão Permanente de Exposições - COPEX é um órgão colegiado de assessoramento ao Diretor na definição e implantação do programa de exposições do MAST.

Art. 54. A COPEX tem a seguinte composição:

I - o Diretor, que a presidirá;

II - um membro de cada Coordenação e um membro do Serviço de Comunicação; e

III - um membro indicado pela Coordenação de Museologia, escolhido entre os especialistas do Serviço de Produção Técnica.

§ 1º Os membros da COPEX terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

§ 2º Pesquisadores e profissionais de reconhecida atuação na área poderão ser convidados a participar do COPEX, sempre que o tema em exame requerer consultoria especializada.

Art. 55. À COPEX compete:

I - propor e acompanhar a política institucional de exposições voltadas a divulgar conhecimento relacionado à relevância das temáticas de interesse do MAST, junto ao grande público, visando ampliar e diversificar a audiência da instituição;

II - propor um programa anual de exposições;

III - analisar propostas de exposições e emitir parecer para sua execução em consonância com a política estabelecida;

IV - definir funções e responsabilidades de profissionais envolvidos no empreendimento expositivo;

V - acompanhar o processo de elaboração das exposições;

Art. 56. O funcionamento do COPEX será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pela própria Comissão.

Parágrafo Único. O processo de exposição será revisado a cada dois anos.

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRESERVAÇÃO DE ACERVOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 57. O Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTIC (PPACT) tem por objetivos:

I - capacitar profissionais para a preservação de acervos de ciência e tecnologia, atendendo às diversas demandas sociais, profissionais e organizacionais;

II - contemplar a necessidade de qualificação stricto sensu de profissionais que atuam com a gestão e a preservação de acervos científicos e tecnológicos;

III - promover a formação de profissionais com base teórica na História das Ciências e da Divulgação Científica;

IV - favorecer os diálogos interdisciplinares entre diversas disciplinas e áreas de conhecimento, atendendo aos interesses de profissionais das áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que desejem aprofundar conhecimentos sobre a preservação de acervos;

V - estimular a produção de conhecimento sobre preservação de acervos e sua aplicação com bases científicas em vários ambientes organizacionais, nos setores público e privado, e acadêmico;

VI - fomentar estudos e debates sobre a preservação de acervos de científicos no plano nacional e internacional;

VII - favorecer o desenvolvimento inovador de processos, produtos e serviços de preservação de acervos, de forma a contribuir para a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas, bem como o uso social dos acervos; e

VIII - colaborar para a ampliação e consolidação da área de Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único. O PPACT foi criado pela Portaria 0794 publicada no D.O.U. em 12/09/2014 e homologado na reunião extraordinária do CTC-ES, parecer CNE/CES 154/2014.

CAPÍTULO VI

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 58. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades científicas, técnicas e administrativas do MAST;

II - exercer a representação do MAST;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico Científico - CTC, do Conselho Direto - CD, do Conselho Acadêmico - CA, da Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo - COPAD, e Comissão Permanente de Avaliação e Descarte de Documentos - CPADD; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 59. Aos coordenadores incumbe planejar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 60. Aos chefes incumbe, supervisionar, coordenar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. O MAST celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do MCTIC, um compromisso de gestão em que serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica.

Art. 62. O Diretor, sem qualquer custo adicional, poderá instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do MAST, podendo, ainda, criar áreas, grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do MAST.

Art. 63. O MAST poderá criar o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente ou em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

Art. 64. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Diretor, ouvida, quando for o caso, a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do MCTIC.

PORTARIA Nº 5.160, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8,877, de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Museu Paraense Emílio Goeldi, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 424, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18 de julho de 2002, nº 508, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 803, de 23 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 25 de outubro de 2006, nº 594, de 25 de junho de 2013, publicada no D.O.U. de 26 de junho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GÖELDI

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O MPEG é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede do MPEG está localizada na Avenida Governador Magalhães Barata, 376, São Brás, na cidade de Belém - PA, onde se encontra instalada sua administração central.

Art. 4º O MPEG tem como finalidade gerar e comunicar conhecimentos sobre os sistemas naturais e processos socioculturais relacionados à Amazônia.

Art. 5º Ao Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG compete:

I - elaborar e executar programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento técnico-científico, no âmbito de suas finalidades;

II - comunicar conhecimento científico e tecnológico;

III - formar recursos humanos no âmbito de suas finalidades;

IV - desenvolver e disponibilizar serviços decorrentes de suas pesquisas, contratos, convênios, acordos e ajustes, resguardados os direitos relativos à propriedade intelectual;

V - promover, patrocinar e realizar cursos, conferências, seminários e outros conclaves de caráter técnico-científico;

VI - formar, manter e custodiar acervos científicos e documentais; e

VII- fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento de projetos estratégicos para a Amazônia.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Museu Paraense Emílio Göeldi - MPEG tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação - COPPG

a) Serviço da Estação Científica Ferreira Penna - SECFP

b) Núcleo de Cooperação Internacional - NUCIT

c) Núcleo Editorial - Boletins - NUEBL

d) Núcleo de Serviço de Campo da Estação Científica Ferreira Penna - NUCFP

II - Coordenação de Ciências Humanas - COCHS

III - Coordenação de Botânica - COBOT

IV - Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia - COCTE

V - Coordenação de Zoologia - COZOO

VI - Coordenação de Comunicação e Extensão - COCEX

a) Serviço de Comunicação Social - SECOS

b) Serviço de Biblioteca - SEBIB

c) Serviço de Informação e Documentação - SEIDO

1. Núcleo de Arquivo Guilherme de La Penha

d) Serviço de Parque Zoobotânico - SEPZO

e) Núcleo Editorial - Livros - NUELI

VII - Coordenação de Museologia - COMUS

a) Serviço de Educação - SEEDU

1. Núcleo de Museografia - NUMUS

2. Núcleo de Visitas Orientadas ao Parque Zoobotânico - NUVOP

VIII - Coordenação de Planejamento e Acompanhamento - COPAC

a) Serviço de Tecnologia da Informação - SETIC

b) Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia - NUCIT

IX - Coordenação de Administração - COADM

a) Serviço de Orçamento e Finanças - SEOFI

b) Serviço de Gestão de Pessoas - SEGEP

c) Serviço de Compras e Patrimônio - SECOP

d) Serviço de Campus de Pesquisa - SECAP

e) Núcleo de Contratos e Convênios - NUCCO

f) Núcleo de Engenharia e Arquitetura - NUENA

Art. 7º O Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG tem como Órgão Colegiado vinculado o Conselho Técnico-Científico - CTC.

Art. 8º O MPEG será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro de Estado da Ciência Tecnologia nomeará diretor interino e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação do Diretor.

§ 4º Para o desempenho de suas funções, o Diretor contará com um Assistente Técnico, cujas competências serão por ele estabelecidas em Portaria.

Art. 10. As coordenações do MPEG serão chefiadas por Coordenador, as divisões e os serviços por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão e função gratificada serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação

Art. 12. À Coordenação de Pesquisas e Pós-Graduação compete coordenar as atividades de Pesquisas e Pós-graduação, da Coordenação de Ciências Humanas, Ciências da Terra e Ecologia, da Coordenação de Botânica, da Coordenação de Zoologia, do Serviço da Estação Científica Ferreira Penna e dos Núcleos de Cooperação Internacional e Editorial dos Boletins do Museu Paraense Emílio Goeldi, cujas atribuições são:

I - assessorar o Diretor nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa científica e inovação tecnológica no MPEG;

II - dirigir, coordenar e supervisionar os assuntos de caráter científico desenvolvidos no MPEG concernentes ao aperfeiçoamento, capacitação e afastamento do País do pessoal científico e tecnológico;

III - supervisionar as atividades de pós-graduação, bem como o processo de concessão de bolsas institucionais nas várias modalidades;

IV - acompanhar e avaliar as atividades de pós- graduação no âmbito de sua competência;

V - subsidiar a formulação de políticas pertinentes a formação de pessoal das carreiras de ciência e tecnologia no âmbito do MPEG;

VI - supervisionar e coordenar as ações da Estação Cientifica e Laboratórios Institucionais;

VII - supervisionar os programas estruturantes do MCTIC em que o MPEG participe;

VIII - planejar e gerenciar a utilização dos recursos institucionais destinados á pesquisa;

IX - presidir e supervisionar as atividades do conselho de curadoria e supervisionar as atividades dos demais conselhos científicos;

X - supervisionar as atividades dos comitês de ética na pesquisa;

XI - coordenar e Supervisionar as ações das revistas científicas do MPEG;

XII - tipificar, apoiar e supervisionar o desenvolvimento de projetos institucionais;

XIII- coordenar e supervisionar as ações de cooperação científica nacionais e internacionais;

XIV - promover a integração e supervisionar as ações integradas entre a pesquisa e a divulgação científica; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 13. Ao Serviço da Estação Científica "Ferreira Penna" compete gerir e executar atividades do plano de ação da ECFPn, bem como planejar os recursos e executar os serviços de limpeza, manutenção e conservação predial e mobiliário e a gestão de contas públicas, visando a funcionalidade das atividades desenvolvidas na base física da ECFPn em Caxiuanã e Breves, cuja atribuições são:

I - planejar e acompanhar as pesquisas realizadas no âmbito da ECFPn;

II - acompanhar as atividades do plano de manejo da Floresta Nacional de Caxiuanã, que podem afetar as atividades da ECFPn;

III - controlar o acesso às dependências físicas da ECFPn; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 14. Ao Núcleo de Cooperação Internacional compete Identificar e estabelecer atos de cooperação junto a organismos cujos interesses sejam compatíveis com os previstos na missão institucional com ênfase na pesquisa e comunicação de ciência sobre a Amazônia, cujas atribuições são:

I - planejar, coordenar e acompanhar a celebração e execução de Convênios e Acordos Internacionais de interesse do MCTIC/MPEG;

II - definir e apresentar à direção do MPEG o Manual para celebração de Convênios e Acordos Internacionais;

III - prospectar oportunidades de cooperação;

IV - identificar e apontar potenciais parceiros;

V - negociar as melhores e mais eficientes formas de colaboração;

VI - observar e respeitar a real capacidade de execução de compromissos de cooperação; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 15. Ao Núcleo Editorial - Boletins compete editar e produzir os periódicos do Museu Paraense, cujas atribuições são:

I - zelar pela qualidade científica do que é publicado pelos periódicos;

II - zelar pela organização, rigor e transparência dos procedimentos editoriais; e

III - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 16. Ao Núcleo de Serviço de Campo da Estação Científica Ferreira Penna compete executar as atividades de fiscalização e acompanhamento de manutenção, bem como a conservação predial e mobiliário e a gestão de contas públicas, visando a funcionalidade das atividades desenvolvidas na base física da ECFPn em Caxiuanã e Breves, cuja atribuições são:

I - executar as atividades de apoio operacional das bases físicas da ECFPn em Caxiuanã e Breves;

II - fiscalizar e gerenciar os contratos de terceirização, fornecimento de alimentação e contas públicas, para o pleno funcionamento da ECFPn; e

III - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção II

Da Coordenação de Ciências Humanas

Art. 17. À Coordenação de Ciências Humanas compete programar, estimular e desenvolver estudos e pesquisas no campo das Ciências Humanas na Amazônia, particularmente nas áreas de Antropologia, Arqueologia e Linguística, cujas atribuições são:

I - coordenar, analisar e acompanhar projetos de pesquisa com ou sem financiamento;

II - desenvolver e submeter trabalhos à publicações;

III - realizar viagens e expedições científicas de interesse da área de atuação;

IV - coordenar e participar de eventos de interesse da área de atuação;

V - apoiar e orientar os processos relativos à Pós-Graduação;

VI - realizar orientações em programas diversos;

VII - coordenar e participar de atividades de divulgação científica e cultural;

VIII - participar de comitês, comissões, curadoria relativos a área de interesse da coordenação;

IX - contribuir para a formulação de políticas públicas a partir de sua área de interesse;

X - manter e dinamizar pesquisas relacionadas aos acervos científicos de etnografia, arqueologia e linguística; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação;

Seção III

Da Coordenação de Botânica

Art. 18. À Coordenação de Botânica compete programar, coordenar, estimular e desenvolver estudos e pesquisas nas áreas de sistemática vegetal e micologia, morfologia e anatomia vegetal, ecologia vegetal, manejo e conservação e botânica econômica, etnobotânica e fitoquímica, cujas atribuições são:

I - coordenar, analisar, acompanhar e desenvolver projetos de pesquisa;

II - desenvolver e submeter trabalhos à publicações;

III - realizar viagens e expedições científicas de interesse da área de atuação;

IV - organizar, coordenar e participar de eventos de interesse da área de atuação;

V - apoiar e orientar atividades de Pós Graduação e iniciação cientifica;

VI - realizar orientações em programas diversos;

VII - coordenar e participar de atividades de divulgação científica e cultural;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VIII - participar de comitês, comissões, curadoria relativos a área de interesse da coordenação;

IX - contribuir para a formulação de políticas públicas a partir de sua área de interesse;

X - criar, manter, ampliar, catalogar dinamizar pesquisas sobre o acervo científico da flora, principalmente amazônica; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IV

Da Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia

Art. 19. À Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia compete programar, coordenar, estimular e desenvolver estudos e pesquisas nas áreas de geociências e ecologia, incluindo o Campus Avançado - Pantanal/Mato Grosso, cujas atribuições são:

I - coordenar, analisar e acompanhar projetos de pesquisa com ou sem financiamento;

II - desenvolver e submeter trabalhos à publicações;

III - realizar viagens e expedições científicas de interesse da área de atuação;

IV - coordenar e participar de eventos de interesse da área de atuação;

V - apoiar e orientar os processos relativos a Pós Graduação;

VI - realizar orientações em programas diversos;

VII - coordenar e participar de atividades de divulgação científica e cultural;

VIII - participar de comitês, comissões, curadoria relativos a área de interesse da coordenação;

IX - contribuir para a formulação de políticas públicas a partir de sua área de interesse;

X - criar, manter, ampliar, catalogar e dinamizar pesquisas relacionadas aos acervos científicos de Minerais e Rochas, Solos, Paleontologia e Palinologia; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção V

Da Coordenação de Zoologia

Art. 20. À Coordenação de Zoologia compete programar, coordenar, estimular e desenvolver estudos e pesquisas sobre biossistemática, biogeografia e ecologia animal, cujas atribuições são:

I - coordenar, analisar, acompanhar e desenvolver projetos de pesquisa;

II - desenvolver e submeter trabalhos à publicações;

III - realizar viagens e expedições científicas de interesse da área de atuação;

IV - organizar, coordenar e participar de eventos de interesse da área de atuação;

V - apoiar e orientar atividades de Pós Graduação e iniciação cientifica;

VI - realizar orientações em programas diversos;

VII - coordenar e participar de atividades de divulgação científica e cultural;

VIII - participar de comitês, comissões, curadoria relativos a área de interesse da coordenação;

IX - contribuir para a formulação de políticas públicas a partir de sua área de interesse;

X - manter e dinamizar pesquisas relacionadas aos acervos científicos de animais vertebrados e invertebrados; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção VI

Da Coordenação de Comunicação e Extensão

Art. 21. À Coordenação de Comunicação e Extensão compete coordenar as atividades de Comunicação Social, de Museologia, de Informação e Documentação, de Editoração de livros, Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, além das desenvolvidas no Parque Zoobotânico, cujas atribuições são:

I - assessorar o Diretor nos assuntos pertinentes à comunicação da ciência e à divulgação de acervos científicos nas áreas de atuação do MPEG e sobre a Amazônia;

II - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Serviço do Parque Zoobotânico, Serviço de Comunicação Social, Coordenação de Museologia, Coordenação de Informação e Documentação, Núcleo Editorial de livros, Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;

III - propor e supervisionar a execução de programas, projetos e ações relativas à museologia, educação, comunicação, informação, documentação e parque zoobotânico;

IV - presidir e convocar, mensalmente, órgão(s) colegiado(s) que venham a ser criados pelo Diretor destinados a deliberação de assuntos pertinentes a Comunicação e Extensão do MPEG;

V. planejar e gerenciar a utilização dos recursos institucionais destinados à Comunicação e extensão;

VI - presidir e convocar, mensalmente, órgão(s) colegiado(s) que venham a ser criados pelo Diretor destinados a deliberação de assuntos pertinentes a Comunicação e Extensão do MPEG;

VII - promover e acompanhar ações de integração das atividades das áreas da Comunicação e Extensão;

VIII - promover a integração e supervisionar as ações integradas entre a pesquisa e a divulgação científica; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 22. Ao Serviço de Comunicação Social compete construir e consolidar a imagem do Museu Goeldi perante seus diferentes públicos, visando à divulgação do conhecimento científico sobre a sociobiodiversidade da Amazônia, cujas atribuições são:

I - desenvolver atividades de assessoria de imprensa da direção do Museu Goeldi;

II - organizar o serviço de clipping de notícias de interesse do MPEG, mantendo um acervo de notícias na intranet;

III - monitorar a inserção do MPEG na mídia;

IV - manter o acervo de Informações Jornalística sobre a Amazônia - BDIJAm;

V - organizar e desenvolver ações de comunicação interna;

VI - planejar e organizar, veículos de comunicação institucional do MPEG;

VII - gerenciar o Portal e a intranet do MPEG;

VIII - desenvolver projetos e pesquisas sobre a comunicação pública da ciência e o desempenho do setor junto à comunidade interna e externa do MPEG;

IX- elaborar, orientar e acompanhar a produção de material promocional institucional;

X - manter o Laboratório de Comunicação Multimídia - LabCom, propondo o emprego de recursos multimídias, ferramentas de educomunicação e planos de comunicação integrada dos projetos institucionais estratégicos;

XI - planejar e gerenciar os perfis institucionais nas mídias sociais;

XII - propor campanhas institucionais, programas de integração, de responsabilidade social, ambiental, cultural e de gestão de crises; pesquisas de opinião e mercado, organizar eventos institucionais; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 23. Ao Serviço de Biblioteca compete disseminar informações bibliográficas, atendimento ao público sobre as áreas de atuação do Museu e sobre a Amazônia, cujas atribuições são:

I - coordenar as atividades desenvolvidas pela Biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, para seu funcionamento sistêmico;

II - possibilitar o acesso dos usuários às informações e documentos disponíveis em seus diversos suportes;

III - implementar e controlar a circulação de documentos do acervo da biblioteca;

IV - promover a disseminação da informação científica e tecnológica nas áreas de atuação do MPEG e Amazônia; e

V - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 24. Ao Serviço de Informação e Documentação compete gerenciar, as atividades do Núcleo de Arquivo, além de preservar e disseminar acervos bibliográficos e arquivísticos das áreas de atuação do Museu Goeldi e Amazônia, cujas atribuições são:

I - coordenar e Incentivar estudos com acervo científico e promover tecnologias para sua gestão;

II - participar de convênios, planos e programas de cooperação visando ampliação das pesquisas em rede;

III - estabelecer normas, padrões, procedimentos do fluxo de informação, visando disseminação do produto final, a informação;

IV - promover e prover condições para preservação e conservação preventiva dos acervos bibliográficos e arquivísticos;

V - desenvolver e acompanhar instrumentos de avaliação de documentos, conforme legislação pertinente;

VI - coordenar o funcionamento sistêmico do trato de documentos bibliográficos e arquivísticos;

VII - prover condições de acesso aos acervos bibliográficos por meio de Sistemas integrados;

VIII - incentivar e prover condições para estudos e pesquisa com o acervo bibliográfico e arquivístico;

IX - interagir com as demais coordenações do MPEG nos assuntos pertinentes à documentação e informação científica;

X - gerenciar junto com o Arquivo a custódia de acervos privados;

XI - resgatar acervos visando a preservação de patrimônios científicos de interesse para o Museu e Amazônia;

XII- desenvolver sistemas de classificação, tesaurus e outros instrumentos próprios para o tratamento da informação de acordo com as especificidades da biblioteca;

XIII - elaborar instrumentos de pesquisa (guias, catálogos, inventários, edições de fontes, bases de dados e outros) a fim de disseminar informações e documentos dos acervos arquivísticos;

XIV - elaborar e propor planos de conservação, organização, descrição e comunicação do acervo bibliográfico e arquivístico, recorrendo às novas tecnologias, nomeadamente no processamento de dados e na transferência de suportes;

XV - coordenar a comissão de avaliação de periódicos;

XVI - coordenar o inventário do acervo bibliográfico;

XVII- Supervisionar a prestação de contas da venda e distribuição de publicações; e

XVIII- exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 25. Ao Núcleo de Arquivo Guilherme de La Penha compete Gerenciar informações e documentos arquivísticos para a preservação da memória institucional e da Amazônia, cujas atribuições são:

I - garantir o funcionamento sistêmico do Arquivo Guilherme de La Penha;

II - promover, implementar e gerenciar a política de conservação preventiva do patrimônio documental do MPEG;

III - implementar a gestão documental do MPEG, bem como executar e controlar o registro, a tramitação e a expedição de documentos e processos administrativos da instituição;

IV - transferir, recolher e organizar o acervo documental produzido, recebido e acumulado pelo MPEG em suas fases corrente, intermediária e permanente, qualquer que seja o suporte físico;

V - elaborar e implementar o Plano de Classificação de Documentos de Arquivo, a Tabela de Temporalidade e demais instrumentos técnicos, em consonância com o disposto na legislação pertinente;

VI - possibilitar o acesso dos usuários às informações e documentos disponíveis em seus diversos suportes;

VII - proporcionar a custódia temporária ou permanente de acervos privados de interesse do MPEG, garantindo a organização, o acesso, a conservação e a divulgação dos mesmos;

VIII - promover o resgate e a preservação do patrimônio documental privado de valor permanente da região;

IX - divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo arquivo em eventos e publicações específicas da área; e

X- exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 26. Ao Serviço do Parque Zoobotânico compete: gerir, conservar e informar sobre os acervos vivos em exposição, bem como planejar e executar os serviços de limpeza interna, manutenção e conservação predial e gestão de contas públicas, visando a realização das atividades no Parque Zoobotânico, cujas atribuições são:

I - gerenciar, conservar e comunicar conhecimentos sobre os acervos vivos existentes no Parque Zoobotânico;

II - realizar pesquisas referentes ao acervo vivo do Parque Zoobotânico;

III- planejar e coordenar o processo de licenciamento ambiental e outorga de poços, visando à manutenção da licença operacional do Parque Zoobotânico;

IV- dar suporte e atuar em conjunto com as demais subunidades da Coordenação de Comunicação e Extensão em programas e projetos de divulgação de conhecimentos e acervos;

V - colaborar com as atividades de manutenção, limpeza e segurança do Parque Zoobotânico;

VI - viabilizar infraestrutura em conjunto com as demais subunidades da Coordenação Comunicação e Extensão para o manejo e conservação do acervo vivo do Parque Zoobotânico;

VII- planejar e acompanhar, anualmente, recursos para a execução dos serviços de limpeza e conservação de áreas internas e externas dos prédios, pequenos reparos e restauração de imóveis, móveis e viveiro dos animais, locação de maquinas fotocopiadoras e telefonia fixa e móvel do Parque Zoobotânico;

VIII - orientar e controlar a execução dos serviços de limpeza e conservação de áreas internas e externas dos prédios, pequenos reparos e restauração de imóveis, móveis e viveiro dos animais do Parque Zoobotânico do MPEG;

IX - realizar reparos nas instalações hidro-sanitárias, elétricas, telefônicas e de refrigeração do Parque Zoobotânico;

X - planejar e executar o transporte de materiais e móveis entre os setores do Parque Zoobotânico;

XI - gerenciar e fiscalizar os contratos de contas públicas (energia elétrica, água, correios) e serviços continuados referentes ao Parque Zoobotânico;

XII - acompanhar e supervisionar a execução das atividades de transporte do Parque Zoobotânico e de protocolo;

XIII - fazer atividades de Restauro e Manutenção do Patrimônio do Parque Zoobotânico; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 27. Ao Núcleo Editorial - Livros compete editar, produzir e fomentar a publicação de livros científicos e técnico-científicos, nas áreas de atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi e interdisciplinares, cujas atribuições são:

I - zelar pela qualidade de conteúdo científico, técnico ou educativo das publicações produzidas pelo Núcleo Editorial de Livros do MPEG;

II - zelar pelo padrão editorial e gráfico das publicações produzidas pelo Núcleo Editorial de Livros do MPEG;

III - realizar o Planejamento das atividades do Núcleo Editorial de Livros do MPEG, de acordo com as demandas institucionais;

IV - realizar atividades gerenciais, logística e divulgação de publicações do Núcleo Editorial de Livros; e

V - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção VII

Da Coordenação de Museologia

Art. 28. À Coordenação de Museologia compete coordenar as atividades do Núcleo de Museografia e do Serviço de Educação, a fim de transmitir ao público o conhecimento científico relativo à natureza, às sociedades e ao patrimônio material e imaterial, cujas atribuições são:

I - buscar junto às coordenações de pesquisa e especialistas, o embasamento científico para ações museais de iniciativas externas e internas;

II - atender a demanda das coordenações de pesquisa quanto à difusão do resultado de suas pesquisas;

III - promover e executar pesquisas de caráter museológico nas áreas de atuação do MPEG;

IV - prover o acesso do público ao Parque, qualificando a visitação aos vários ambientes nele localizados através de ações museais;

V - buscar meios materiais, financeiros e legais para concretizar os diversos projetos museais

VI - elaborar e coordenar o plano anual de exposições do MPEG;

VII - desenvolver projetos museográficos e expográficos para as exposições montadas pelo MPEG e para os espaços onde a instituição estiver representada;

VIII- realizar ações de comunicação expográfica e educativa nas áreas de interesse do MPEG;

IX - procurar capacitar, qualificar e atualizar permanentemente o seu pessoal através de atividades, cursos, visitas técnicas, etc. relativas à área;

X - supervisionar e controlar o acesso do público aos espaços expositivos do MPEG;

XI - avaliar e emitir parecer sobre propostas de intervenção nos espaços de acesso público do MPEG; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 29. Ao Serviço de Educação compete planejar e executar programas educativos e de inclusão social, de acordo com as especificidades dos diversos públicos do Museu Goeldi visando o desenvolvimento sociocultural e o exercício da cidadania das populações amazônicas, bem como gerenciar as atividades do Núcleo de Visitas Orientadas, cujas atribuições são:

I - participar na concepção e execução das ações educativas e de divulgação do conhecimento científico, de acordo com a política institucional;

II - promover cursos, oficinas, palestras e treinamentos para professores, estudantes de nível superior, profissionais especializados, monitores e estagiários, terceira idade;

III - manter e dinamizar a Coleção Didática Emília Snethlage e a Biblioteca de Ciências Clara Maria Galvão;

IV - produzir e dinamizar material educativo nas diversas áreas do conhecimento da instituição;

V - manter e dinamizar a Coleção Didática Emília Snethlage e a Biblioteca de Ciências Clara Maria Galvão;

VI - promover a iniciação científica de estudantes do ensino fundamental por meio do Clube do Pesquisador Mirim;

VII - realizar práticas educativas que estimulem a organização social de comunidades amazônicas para a melhoria de suas condições de vida e reconhecimento de sua identidade e seu patrimônio cultural;

VIII - promover a formação de recursos humanos para a pesquisa na Educação (em ciência, museal, ambiental e patrimonial), por meio de bolsas de iniciação científica;

IX - atender o público escolar por meio de programas educativos planejados pelo Núcleo de Visitas Orientadas/NUVOP;

X - promover a prática de atividades terapêuticas e da qualidade de vida da terceira idade;

XI - divulgar os processos educativos gerados no setor, por meio de publicações e eventos técnicos científicos;

XII - participar em fóruns, redes e projetos institucionais e interinstitucionais, visando o fortalecimento de políticas públicas;

XIII - realizar práticas educativas de caráter lúdico e cultural voltadas para o público em geral do PZB; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 30. Ao Núcleo de Museografia compete planejar e executar as ações museográficas e de identidade visual voltadas para a transmissão de conhecimentos científicos sobre a Amazônia, cujas atribuições são:

I - elaborar e executar projetos de pesquisa museográfica e áreas afins nos campos de interesse do MPEG;

II - realizar o planejamento anual de atividades com a concepção, execução e avaliação museográfica de ações expositivas de iniciativa do MPEG, e/ou em parceria com outras instituições;

III - estabelecer, juntamente com as curadorias das Coleções do MPEG, normas de conservação e manutenção periódica dos acervos expostos;

IV- manter as exposições do MPEG e os acervos nelas utilizados em condições adequadas de conservação;

V - organizar e participar de congressos, seminários, oficinas, palestras e cursos de Museografia e áreas afins;

VI - planejar e acompanhar a programação visual do MPEG;

VII - realizar a concepção e produção de material informativo dos eventos do setor de museografia, em qualquer tipo de mídia ou material;

VIII - manter o banco de dados das ações expositivas do Museu Goeldi; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 31. Ao Núcleo de Visitas Orientadas ao Parque Zoobotânico compete dar atendimento às escolas, creches, centros comunitários e afins que agendam visitas ao Parque Zoobotânico, com o objetivo de propiciar visitas com o máximo de aproveitamento por parte do público, cujas atribuições são:

I - atender às escolas (e outros grupos) que visitam o Parque Zoobotânico com finalidade educativa, tendo como princípio básico a Educação Ambiental, suscitando a sensibilidade ecológica e a percepção abrangente quanto aos problemas ambientais urbanos e da região Amazônica;

II - agendar as visitas de escolas, creches ou grupos comunitários ao Parque Zoobotânico;

III - criar e manter atualizado um cadastro das instituições de ensino que visitam o Parque Zoobotânico, com as seguintes informações: nome da escola, diretor, vice-diretor, endereço, correio eletrônico, telefones entre outros;

IV - criar e manter atualizado um cadastro com o nome e o contato dos professores ou profissionais que participam de cursos e atividades promovidos pelo NUVOP;

V - orientar as escolas e os professores na preparação e realização da visita ao parque, sugerindo roteiros e atividades, bem como oferecer monitores quando solicitado e quando não houver professores ou líderes de grupo preparados para tal;

VI - colaborar com o desenvolvimento e divulgação de material informativo sobre o Parque Zoobotânico e o MPEG, como folders, mapas, cartilhas, vídeos e multimídia;

VII - promover cursos de preparação para visitas ao Parque Zoobotânico e para a utilização do material didático oferecido pelo MPEG;

VIII - apoiar atividades educativas e campanhas promocionais relacionadas ao Parque Zoobotânico;

IX - participar de pesquisas de público e de avaliação de atividades educativas no Parque Zoobotânico; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção VIII

Da Coordenação de Planejamento e Acompanhamento

Art. 32. À Coordenação de Planejamento e Acompanhamento compete coordenar o planejamento institucional, o serviço de tecnologia da informação e gerenciar as atividades do Núcleo de Inovação e Transferência da Tecnologia, visando o desenvolvimento de programas, projetos e ações do MPEG, cujas atribuições são:

I - coordenar a elaboração, implantação e o acompanhamento do Plano Diretor do MPEG;

II - proceder os acompanhamentos e avaliações periódicas de execução dos planos e projetos em andamento no MPEG;

III - elaborar e acompanhar a proposta orçamentária, as solicitações de créditos suplementares e de outros recursos destinados ao desenvolvimento de programas e projetos do MPEG;

IV - realizar o processo de avaliação institucional;

V - acompanhar as programações de trabalho multisetoriais que objetivem a captação de recursos para a implantação de programas, projetos e atividades no MPEG;

VI - coordenar a articulação institucional e interinstitucional, objetivando a negociação de projetos científicos, tecnológicos e inovativos e a captação de recursos externos;

VII - supervisionar, coordenar e acompanhar ações relacionadas a transferência tecnológica;

VIII - manter atualizado o Sistema de Informações Gerenciais (SIGTEC); e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 33. Ao Serviço de Tecnologia da Informação, compete prover soluções em serviços de Tecnologia da Informação e em Pesquisa Computacional Aplicada alinhado ao do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI e ao Plano Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, cujas atribuições são:

I - planejar, coordenar, acompanhar e implementar soluções de Tecnologia da Informação do MPEG;

II - gerenciar Contratos de TI;

III - coordenar a elaboração, implantação e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do MPEG;

IV - gerenciar Projetos de Softwares;

V - gerenciar Projetos de Infraestrutura;

VI - gerenciar Serviços de suporte a usuários;

VII - gerenciar Projetos de Pesquisa em Computação Aplicada;

VIII - prospectar Novas Tecnologias de Tecnologia da Informação;

IX - gerenciar serviços de redes de comunicação de dados;

X - gerenciar serviços de Datacenter;

XI - coordenar comitê de Tecnologia da Informação;

XII - coordenar comitê de Segurança da Informação;

XIII - coordenar a articulação institucional e interinstitucional, visando a realização de projetos tecnológicos alinhados ao Planejamento Estratégicos do MPEG;

XIV - atender as demandas de regulamentação, legislação e determinações institucionais e ministeriais;

XV - coordenar capacitação de servidores e demais colaboradores na utilização de soluções de Tecnologia da Informação; e

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 34. Ao Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia compete proteger o conhecimento gerado no Museu Paraense Emílio Goeldi, promovendo a transferência para o setor produtivo, visando a geração de negócios sustentáveis para a Amazônia e para o Brasil, cujas atribuições são:

I - propor, executar, avaliar e revisar a política institucional de estímulo à inovação e outras formas de transferência de tecnologia à sociedade;

II - mapear e acompanhar sistematicamente os grupos de pesquisa, identificando competências e tecnologias geradas e monitorando os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para a promoção de inovações e transferências de tecnologias;

III - analisar e opinar sobre a estratégia de proteção da propriedade intelectual das criações desenvolvidas na instituição, sendo responsável pela gestão destes ativos;

IV - receber, prospectar e monitorar sistematicamente demandas de mercado e de setores de interesse da sociedade passíveis de serem atendidas por grupos de pesquisas das instituições associadas;

V - participar de negociações para a comercialização e transferência de tecnologia, incluindo a oferta de serviços e competências tecnológicas institucionais, orientando e apoiando as unidades do MPEG na elaboração de critérios para levantamento dos custos das pesquisas e utilização dos laboratórios, precificação de serviços tecnológicos e valoração de tecnologias;

VI - promover o aprendizado do público interno e externo sobre processos ligados à inovação tecnológica, por meio da promoção de cursos, seminários, workshops e outros eventos, com ênfase à articulação de atividades integradas entre institutos de pesquisa e atores sociais externos;

VII - acompanhar a atuação do Arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental (REDENAMOR);

VIII - conceber, executar e avaliar programas, metas e ações no PDU MPEG relacionadas às atribuições acima mencionadas sob a responsabilidade do NIT; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IX

Da Coordenação de Administração

Art. 35. À Coordenação de Administração compete coordenar e supervisionar as ações e políticas de gestão administrativa, financeira, contábil, de gestão de pessoas e patrimonial, a fim de manter a infraestrutura Institucional e de recursos humanos, para o desenvolvimento de pesquisas e difusão científica, bem como gerenciar as atividades do Núcleo de Contratos e Convênios, cujas atribuições são:

I - formular e propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

II - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;

III - fornecer infraestrutura administrativa às unidades organizacionais, promovendo a manutenção preventiva e corretiva das instalações;

IV - coordenar a execução de compras de bens e serviços no País e no exterior;

V- prestar assessoramento e apoio administrativo à comissão permanente de licitação, em todas as fases do processo licitatório, de acordo com a legislação pertinente a cada área;

VI- elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

VII- elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 36. Ao Serviço de Orçamento e Finanças compete processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas legais e dos órgãos de controle, cujas atribuições são:

I - acompanhar os créditos recebidos pela instituição, fazendo os respectivos registros;

II - emitir empenhos e pré-empenhos;

III - elaborar a programação financeira de desembolsos;

IV - efetuar pagamentos;

V - realizar outras movimentações orçamentário-financeiras;

VI - manter a regularidade fiscal da instituição junto aos órgãos competentes;

VII - dar suporte no acompanhamento da arrecadação de receitas próprias;

VIII - realizar consultas e emitir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis, entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento a solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

IX - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;

X- efetuar e analisar as conciliações bancárias, propondo medidas para eliminação das pendências existentes;

XI - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;

XII - elaborar as prestações de contas dos recursos disponibilizados ao MPEG, quando as despesas forem por ele diretamente executadas, bem como conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis, entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento às solicitações de órgãos supervisores de controle interno e externos;

XIII - elaborar, em conjunto com as demais unidades organizacionais envolvidas, os procedimentos descritivos dos processos sob sua gestão ou por cujo desenvolvimento for responsável;

XIV - dar suporte a elaboração das tomadas de contas;

XV - controlar a emissão de diárias e passagens; e

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 37. Ao Serviço de Gestão de Pessoas compete assistir e desenvolver os servidores do Museu Paraense Emilio Goeldi nas áreas de benefícios, saúde, segurança, capacitação, qualificação, avaliação de desempenho, cadastro e pagamentos de pessoal, visando bom desempenho do servidor, bem como a qualidade de vida no ambiente de trabalho para o alcance da missão institucional, cujas atribuições são:

I - planejar, desenvolver, coordenar e monitorar programas e projetos visando melhorias no Sistema de Gestão de Pessoas;

II - orientar os servidores sobre seus direitos e deveres;

III - atender às solicitações dos Órgãos de Controle;

IV - gerenciar e executar a lotação e movimentação interna dos servidores;

V - realizar Processos Administrativos: admissão, afastamentos temporários e desligamentos de pessoal - cessão, requisição, exercício provisório, licenças, remoção, aposentadorias, exoneração; avaliação de estágio probatório; avaliação de desempenho funcional; progressão/promoção funcional; requerimentos de gratificações e adicionais remuneratórios; perícias médicas; capacitação e qualificação profissional; pagamentos e descontos em folha; pensões; abonos e auxílios financeiros;

VI - emitir documentos referentes a pessoal: declarações; certidões; portarias; mapas de tempo de serviço; relatórios; memorandos; ofícios; notas técnicas; recibos de pagamentos;

VII - realizar acompanhamento e assistência social do servidor;

VIII - processar e instruir as solicitações de apoio de recursos humanos necessárias a realização de projetos, contratos e convênios e outros acordos firmados pelo MPEG;

IX - identificar necessidades de capacitação e desenvolvimento de pessoal: planejar e coordenar a realização de cursos e treinamentos, encontros, palestras, seminários e similares;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

X - realizar a movimentação financeira mensal da folha de pagamento;

XI - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;

XII - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, freqüência e licença; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 38. Ao Serviço de Compras e Patrimônio compete planejar e gerenciar processos licitatórios, de compras de materiais, bem como a gestão patrimonial e do almoxarifado, cujas atribuições são:

I - orientar e coordenar a execução e acompanhamento das ações relativas à administração de material e de patrimônio, contratos, serviços e importação;

II - instruir, no que couber, os processos licitatórios de obras, serviços e aquisição de bens;

III - instruir os procedimentos de compras, de contratação de serviços comuns demandados pelas diversas unidades do MPEG, agendando-as ao longo do exercício financeiro, utilizando os sistemas operacionais do Governo Federal;

IV - supervisionar a classificação do cadastro de bens móveis, a codificação e catalogação, bem como a movimentação e saída de material permanente;

V - manter atualização de dados e elaborar relatórios de carga e termos de responsabilidade, e de processos de desfazimento e baixa de bens patrimoniais;

VI - promover o acompanhamento, a regularização e avaliação depreciativa do patrimônio do MPEG;

VII - inventariar anualmente os bens móveis e imóveis do MPEG orientando a elaboração dos inventários dos demais setores;

VIII - definir o estoque mínimo e a baixa de material inservível; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 39. Ao Serviço de Campus de Pesquisa compete, planejar os recursos e executar os serviços de limpeza, manutenção e conservação predial e mobiliário e a gestão de contas públicas, visando a funcionalidade das atividades desenvolvidas, cujas atribuições são:

I - organizar, controlar e acompanhar as atividades de apoio administrativo e operacional do Campus de Pesquisa em articulação com a Coordenação Administrativa;

II - prestar suporte administrativo e operacional à realização de atividades do MPEG, no Campus;

III - fiscalizar, acompanhar e controlar as atividades de: serviços gerais, limpeza, manutenção predial, reprografia, vigilância armada e controle de pragas urbanas;

IV - administrar, fiscalizar e controlar a execução dos serviços de implementação e manutenção dos sistemas telefônicos, elétricos, hidrossanitários, de refrigeração e das demais instalações do Campus;

V- administrar, fiscalizar e controlar as faturas energia elétrica, de combustível e a distribuição de gás GLP, água natural e mineral;

VI - fiscalizar, supervisionar, prestar suporte administrativo e controlar as atividades de transporte no Campus de Pesquisa e de manutenção e licenciamento veicular do MPEG;

VII - gerenciar e fiscalizar os contratos de contas públicas (energia elétrica, água, correios) e serviços continuados referentes ao Campus de Pesquisa; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 40. Ao Núcleo de Contratos e Convênios compete gerenciar contratos de serviços e convênios ou instrumentos congêneres, visando suprir as necessidades de contratação de serviços, fornecimento de bens e celebração de parcerias interinstitucionais para o alcance dos objetivos institucionais, cujas atribuições são:

I - acompanhar a execução dos contratos e atas, bem como orientar e adotar as providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados em face das ocorrências registradas pelos fiscais relacionadas com a execução dos contratos;

II - notificar, por escrito, a Contratada sobre todas as ocorrências que possam vir embaraçar os serviços/fornecimentos contratados;

III - solicitar aos fiscais de contratos e posterior remessa à Coordenação de Administração, até o último dia útil mês de novembro de cada exercício o demonstrativo das necessidades financeiras para os contratos ainda em vigor no exercício seguinte;

IV - encaminhar à Diretoria, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

V - analisar a pertinência dos eventuais pedidos de equilíbrio econômico financeiro, repactuações e aditivos dos contratos, bem como orientar e acompanhar a execução destes;

VI - analisar todos os atos do MPEG/MCTIC relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções ou alteração do contrato;

VII - analisar as situações relacionadas às obrigações previdenciárias e trabalhistas nos contratos de serviços no que diz respeito à mão de obra exclusiva, para fins de posterior pagamento;

VIII - acompanhar em conjunto com os fiscais, respeitando os critérios legais e de oportunidade e conveniência, as prorrogações dos contratos de serviço com antecedência mínima de 120 dias da data do encerramento das suas vigências;

IX - observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT.

X - solicitar pagamentos e empenhos dos contratos de serviços, nas modalidades original, reforço e anulação de empenho, bem como conferir documentação encaminhada pelos fiscais para pagamentos dos Contratos;

XI - autuar e encaminhar os processos administrativos por descumprimento de contrato;

XII - autuar e acompanhar processos de acordos de cooperação e convênios; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 41. Ao Núcleo de Engenharia e Arquitetura compete planejar, coordenar, fiscalizar a execução de projetos executivos, obras e os serviços de engenharia e arquitetura realizados no âmbito do MPEG, cujas atribuições são:

I - atualizar as demandas por projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura no âmbito do MPEG;

II - revisar e atualizar os Planos Diretores e compatibilizá-los às demandas por obras e serviços de engenharia e arquitetura, definindo prioridades para o Campus de Pesquisa, PZB e ECFPn;

III - elaborar Termos de Referência com informações básicas para licitação (Registro de Preços) para contratar eventualmente os serviços de elaboração de projetos executivos, orçamentos para os projetos existentes e hora/homem (h/h) para fiscalizar os serviços e obras de engenharia;

IV - coordenar e fiscalizar a execução por terceiros de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Campus de Pesquisa, PZB e ECFPn, com base na Legislação Federal pertinente e no memorial descritivo e cronograma físico-financeiro das mesmas;

V - padronizar (criar modelos) atestados de visita técnica; relatórios técnicos; atestados de vistoria; termos de recebimento de obras (provisório e definitivo); atestados de capacidade técnica; atestados em faturas; orientações a empresas e receber os serviços de execução de projetos, obras e serviços de engenharia e arquitetura no âmbito do MPEG;

VI - solicitar a direção do MPEG a colaboração eventual de outros funcionários, bolsistas e estagiários na elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização da execução por terceiros de obras e serviços de engenharia e arquitetura no âmbito do MPEG;

VII - reunir, organizar e indicar a digitalização por terceiros do acervo de plantas, desenhos, gravuras, fotografias e outros (projetos executivos incluindo arquitetura, estrutura, hidro-sanitário, elétrico, ar-condicionado, lógica, telefonia, segurança eletrônica e outros) dos prédios do Campus de Pesquisa, PZB, e ECFPn;

VIII - manter a direção do MPEG informada dos problemas e soluções adotadas no âmbito dos projetos e obras de engenharia e arquitetura em andamento; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃO COLEGIADO

Seção I

Conselho Técnico Científico

Art. 42. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função de deliberação e assessoramento ao Diretor no planejamento das atividades científicas e tecnológicas do MPEG.

Art. 43. O CTC contará com onze membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e terá a seguinte composição:

I - o Diretor do MPEG, que o presidirá;

II - três servidores, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

III - três membros dentre os dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do MPEG; e

IV - quatro representantes da comunidade científica e tecnológica, não pertencentes às carreiras do Ministério, de setores produtivos e de movimentos sociais, atuantes em áreas afins às do MPEG.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos II, III e IV terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) Os do inciso II serão indicados a partir de lista tríplice, obtida a partir de eleição promovida pela Diretoria da Unidade, entre os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Tecnológico e de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia;

b) Os do inciso III serão indicados, fundamentadamente, pelo CTC; e

c) Os do inciso IV serão indicados a partir de lista tríplice elaborada pelo CTC, na forma do Regimento Interno.

Art. 44. Compete ao CTC:

I - apreciar e opinar a respeito da implementação da política científica e tecnológica, pós-graduação, comunicação, gestão e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar os seus resultados;

III - apreciar e opinar a respeito das diretrizes de qualificação de pessoal e valorização institucional;

IV - opinar sobre critérios de avaliação funcional e acompanhar a avaliação de desempenho de servidores do quadro de pesquisadores, tecnologistas e dos analistas de C&T, quanto as atividades que influenciem diretamente nos resultados científicos e tecnológicos do MPEG;

V - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão;

VI - participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao MPEG, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão; e

VII - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor.

Art. 45. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 46. Ao Diretor incumbe:

I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do MPEG;

II - exercer a representação do MPEG;

III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC; e

IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas em ato específico de delegação de competência.

Art. 47. Aos Coordenadores incumbe coordenar e supervisionar a execução das várias atividades a seu cargo.

Art. 48. Aos Chefes de Serviço orientar, acompanhar ou efetuar a realização das tarefas pertinentes à sua área de atuação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O MPEG celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO do MCTIC, um Termo de Compromisso de Gestão, no qual serão estabelecidos os compromissos da equipe de gestão do MPEG e da DPO com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica da entidade.

Art. 50. O Diretor poderá, sem qualquer custo adicional, formar outras unidades colegiadas internas, assim como constituir comitês para promover a interação entre as unidades da estrutura organizacional do MPEG ou entidades externas, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do MPEG.

Art. 51. O MPEG poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente, ou em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT coma finalidade de gerir sua política de inovação.

Art. 52. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.161, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Observatório Nacional, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 787, de 09 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 11 de dezembro de 2002, nº 509, de 21 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de julho de 2003, nº 493, de 15 de julho de 2005, publicada no D.O.U. de 19 de julho de 2005, nº 926, de 7 de dezembro de 2006, publicada no D.O.U. de 11 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA, SEDE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Observatório Nacional - ON, criado por Decreto Legislativo de 15 de outubro de 1827, é unidade de pesquisa integrante da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, na forma do disposto no Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016.

Art. 2º O ON é Instituição Científica e Tecnológica - ICT, nos termos da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 3º A sede do ON está localizada na rua General José Cristino, 77, São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, onde se encontra instalada sua administração central e parte de seus laboratórios.

Art. 4º O ON tem por finalidade realizar pesquisa e desenvolvimento em Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Frequência, formar pesquisadores em seus cursos de pós-graduação, capacitar profissionais, coordenar projetos e atividades nacionais nestas áreas e gerar, manter e disseminar a Hora Legal Brasileira.

Art. 5º Ao Observatório Nacional - ON compete:

I - promover, executar e divulgar estudos e pesquisas científicas e desenvolver tecnologias nas áreas de astronomia, astrofísica, geofísica e metrologia do tempo e de frequência e suas aplicações;

II - promover e patrocinar a formação e especialização de recursos humanos no âmbito de suas finalidades;

III - estabelecer intercâmbio científico para o desenvolvimento de pesquisas;

IV - gerar, conservar, manter e operar laboratório primário de tempo e frequência e difundir a Hora Legal Brasileira, nos termos da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913 e legislação posterior;

V - efetuar a difusão do conhecimento técnico-científico através de palestras, publicações informativas, técnicas e científicas;

VI - transferir para a sociedade serviços e produtos singulares, resultantes de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, mediante o cumprimento de dispositivos legais aplicáveis;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII - promover, patrocinar e realizar cursos, conferências, seminários e outros conclaves de caráter técnico-científico, de interesse direto ou correlato ao órgão;

VIII - desenvolver e disponibilizar produtos e serviços especializados, em decorrência de suas atividades; e

IX - criar mecanismos de captação de novos recursos financeiros para pesquisa e ampliar as receitas próprias.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º O Observatório Nacional - ON tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Diretoria

a) Núcleo de Informação e Documentação - NUCID

b) Núcleo de Pesquisa em e-Astronomia - NUPeA

II - Coordenação de Astronomia e Astrofísica - COPAA

III - Coordenação de Geofísica - COGEO

a) Observatório Magnético de Vassouras - SEOMV

b) Observatório Magnético de Tatuoca - SEOMT

IV - Coordenação de Administração - COADM

a) Serviço de Recursos Humanos - SERHU

b) Serviço Orçamentário, Financeiro e Contábil - SEFIN

c) Serviço de Material e Patrimônio - SEMAP

d) Serviço de Apoio Logístico - SELOG

e) Divisão do Serviço da Hora - DISHO

1. Serviço de Geração e Disseminação da Hora - SEGDH

f) Divisão de Pós-Graduação - DIPPG

g) Divisão de Atividades Educacionais - DIAED

h) Divisão de Tecnologia da Informação - DITIN

Art. 7º Os Órgãos Colegiados vinculados ao Observatório Nacional - ON são:

I - Conselho Técnico-Científico - CTC

II - Conselho Interno Científico e Tecnológico - CICT

Art. 8º O ON será dirigido por Diretor, cujo cargo em comissão será provido pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 9º O Diretor será nomeado a partir de lista tríplice elaborada por Comitê de Busca, criado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1º Observadas as prerrogativas do Ministro de Estado de exoneração ad nutum, faltando seis meses para completar efetivos quarenta e oito meses de exercício, o Conselho Técnico Científico - CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação de um novo Diretor.

§ 2º O Diretor poderá ter dois exercícios consecutivos, a partir dos quais somente poderá ser reconduzido após intervalo de 48 meses.

§ 3º No caso de exoneração ad nutum o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nomeará diretor interino e o CTC encaminhará ao MCTIC a solicitação de instauração de um Comitê de Busca para indicação do Diretor.

Art. 10. As coordenações do ON serão chefiadas por Coordenador, as divisões e os serviços por Chefe, cujos cargos em comissão serão providos pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 11. Os ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

§ 1º O Diretor será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor previamente indicado por ele e nomeado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 2º Os demais ocupantes dos cargos em comissão serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados por eles e nomeados pelo Diretor.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Diretoria

Art. 12. Ao Núcleo de Informação e Documentação compete:

I - reunir, organizar, preservar, disponibilizar e disseminar documentos e informações que apoiem e incentivem a produção técnico-científica;

II - organizar e manter a informação bibliográfica e o armazenamento de dados das coleções de periódicos, livros, normas técnicas, folhetos, relatórios técnicos, catálogos técnicos, mapas e outros, bem como controlar sua circulação e disseminação;

III - planejar, coordenar e executar atividades de editoração e impressão das séries e livros, bem como de material de divulgação;

IV - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento à solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos; e

V - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 13. Ao Núcleo de Pesquisa em e-Astronomia compete:

I - participar em grandes experimentos astronômicos nacionais e internacionais;

II - participar da organização de missões associadas a ocultações estelares;

III - participar da implementação de um centro para armazenamento, processamento e exploração de grandes volumes de dados astronômicos;

IV - contribuir para o desenvolvimento de portal científico com ferramentas para o gerenciamento de grandes volumes de dados astronômicos;

V - promover webinars, reuniões de trabalho, oficinas e encontros nacionais e internacionais;

VI - patrocinar o intercâmbio de pessoal científico e técnico com parceiros nacionais e internacionais;

VII - ajudar na formação de pessoal na área de Ciência de Dados;

VIII - contribuir na divulgação dos resultados de pesquisa para o grande público; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção II

Da Coordenação de Astronomia e Astrofísica

Art. 14. À Coordenação de Astronomia e Astrofísica compete:

I - coordenar, supervisionar e acompanhar atividades de pesquisa básica e aplicada no campo da Astrofísica e Astronomia;

II - organizar e coordenar missões observacionais, bem como uso de locais e instrumental disponível para sua realização;

III - orientar e coordenar a participação em análises, estudos, formulação e elaboração de projetos de instrumentação voltados para astronomia;

IV - colaborar na definição de políticas educacionais e de difusão do conhecimento técnico-científico da astronomia e da astrofísica;

V - colaborar na elaboração e execução dos programas de pós-graduação, de iniciação científica e de bolsistas e estagiários;

VI - colaborar na elaboração e na execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido na sua área de competência;

VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação;

VIII - promover reuniões de trabalho, workshops, escolas temáticas e encontros nacionais e internacionais;

IX - coordenar e executar programa de pós-doutoramento em Astronomia e Astrofísica;

X - participar de colaborações nacionais e internacionais em sua área de atuação; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Da Coordenação de Geofísica

Art. 15. À Coordenação de Geofísica compete:

I - coordenar, supervisionar e acompanhar atividades de pesquisa, em todo o território nacional, no campo de atuação da Geofísica;

II - orientar, participar e coordenar a execução de análises, estudos, formulação, e elaboração de projetos voltados à geração de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de instrumentos para pesquisa e atividades técnicas nas suas áreas de atuação;

III - orientar, coordenar e acompanhar a execução, instalação e manutenção de redes de monitoramento geofísico, em particular gravimétrico e geomagnético, em todo o território nacional;

IV - colaborar na definição de políticas educacionais e de difusão do conhecimento técnico-científico, na sua área de atuação;

V - colaborar na elaboração e execução dos programas de pós-graduação, de iniciação científica e de bolsistas e estagiários;

VI - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 16. Ao Observatório Magnético de Vassouras compete:

I - dar suporte técnico às pesquisas e ao monitoramento contínuo das variações do campo magnético terrestre;

II - manter em operação os instrumentos de medições necessários à realização de suas atividades;

III - registrar e armazenar dados relativos as variações do campo magnético terrestre; e

IV - atuar em outras atividades que lhe forem cometidas pertinentes à sua área de competência.

Art. 17. Ao Observatório Magnético de Tatuoca compete:

I - dar suporte técnico às pesquisas e ao monitoramento contínuo das variações do campo magnético terrestre;

II - manter em operação os instrumentos de medições necessários à realização de suas atividades;

III - registrar e armazenar dados relativos as variações do campo magnético terrestre; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção IV

Da Coordenação de Administração

Art. 18. À Coordenação de Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas às áreas de serviços e apoio do ON;

II - propiciar e coordenar o suporte administrativo necessário ao desenvolvimento e concretização das atividades finalísticas do ON;

III - propor diretrizes e planos referentes à administração dos recursos, supervisionando a execução dos planos aprovados;

IV - administrar o plano de contas e o plano operacional nos aspectos orçamentário, contábil e financeiro, bem como as suas atividades, de acordo com normas internas e legislação pertinente;

V - fornecer infraestrutura administrativa e técnica necessárias às unidades organizacionais do ON;

VI - coordenar a aquisição de materiais e serviços necessários ao ON;

VII - prestar assessoramento e apoio administrativo para as licitações, bem como na elaboração dos instrumentos dela resultantes;

VIII - acompanhar e dar suporte a execução de compras e contratação de bens e serviços no país e no exterior;

IX - elaborar e conferir relatórios, quadros demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis entre outros documentos específicos, por determinação superior de sua área de atuação, ou para atendimento às solicitações de órgãos supervisores e de controle interno e externos;

X - supervisionar e acompanhar a execução administrativa de convênios e dos contratos relativos à sua área de atuação;

XI - apoiar o funcionamento das Comissões de Licitação, subsidiando, quando necessário, a elaboração de convites e editais;

XII - orientar a preparação dos processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação e providenciar as respectivas ratificações, de acordo com a legislação específica;

XIII - coordenar, controlar e executar as atividades de importação e exportação de materiais e bens patrimoniais; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 19. Ao Serviço de Recursos Humanos compete:

I - organizar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e recursos humanos agregados;

II - elaborar a folha de pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas assim como preparar processos relativos a pagamento de exercícios anteriores, restos a pagar, indenizações e auxílios devidos aos servidores;

III - preparar atos relacionados a ingresso de pessoal, exercício e afastamento, temporário ou definitivo, vacância de cargos e funções, e expedir certidões, atestados, mapas de tempo de serviço, declarações e qualificação funcional de servidores entre outros documentos comprobatórios ou legais, bem como dar publicidade aos atos praticados;

IV - identificar necessidades de treinamento, planejar e organizar a realização de cursos, encontros, palestras, seminários e similares, visando à capacitação e ao desenvolvimento de recursos humanos;

V - aplicar, acompanhar e controlar os processos de Avaliação de Estágio Probatório e de Avaliação de Desempenho Funcional;

VI - orientar e supervisionar a execução do controle de férias, frequência e licença e acompanhamento dos atos relacionados a provimento e falecimento dos servidores e analisar processos de revisão de proventos e pensões;

VII - proceder à execução dos atos de lotação e movimentação interna dos servidores;

VIII - coordenar as atividades voltadas à assistência social, médica, hospitalar, odontológica e acompanhamento psicossocial prestados aos servidores e seus dependentes assim como controlar as atividades relativas à licenças médicas e consulta à junta médica para fins de perícia;

IX - aplicar, como unidade complementar da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do MCTIC, as orientações emanadas daquela unidade; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 20. Ao Serviço Orçamentário, Financeiro e Contábil compete:

I - preparar, orientar e acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual;

II - analisar as necessidades de reformulação orçamentária;

III - promover a avaliação da execução orçamentária e financeira, bem com elaborar relatórios gerenciais da sua área de competência;

IV - processar a execução orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com as normas do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e dos órgãos de controle;

V - analisar, para efeito de liquidação da despesa, toda a documentação a ser encaminhada para pagamento, especialmente no que diz respeito a sua exatidão e legalidade;

VI - manter atualizada a legislação e normas internas, no tocante à administração orçamentária, financeira e contábil, observando o seu cumprimento;

VII - efetuar o registro dos atos e fatos administrativos através da emissão dos documentos contábeis correspondentes;

VIII - receber, conferir, organizar e arquivar os movimentos financeiros, com a documentação básica anexada, exercendo a guarda e conservação dos mesmos;

IX - acompanhar suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;

X - dar suporte a elaboração das tomadas de contas e atestar a idoneidade de firmas, para fins de pagamento; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. Ao Serviço de Material e Patrimônio compete:

I - efetivar os serviços de aquisição, controle de bens móveis e imóveis bem como de almoxarifado, recebimento, conferência, aceitação, armazenamento e distribuição de materiais de consumo e permanente;

II - manter atualizado o catálogo de material permanente e o cadastro de bens patrimoniais, de acordo com os procedimentos de codificação, catalogação e classificação estabelecidos no plano de contas da União;

III - supervisionar, acompanhar, conferir e elaborar mapas de variação patrimonial decorrentes da incorporação e baixa de bens, bem como realizar os inventários de material permanente e de consumo;

IV - manter atualizado Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, segundo as normas de inclusão e exclusão de fornecedores e prestadores de serviços;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor aplicação de multas aos inadimplentes, bem como preparar atestado de idoneidade de firmas para fins de contratação de serviços e aquisição de materiais;

VI - efetivar e acompanhar os controles de estoque dos materiais utilizados no ON; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 22. Ao Serviço de Apoio Logístico compete:

I - prestar suporte administrativo e operacional à realização de atividades do ON;

II - efetuar controle mensal das despesas decorrentes da execução dos contratos, bem como dos gastos decorrentes da contratação de energia elétrica, telefonia e rádio chamadas;

III - administrar as atividades de serviços reprográficos, de circulação de correspondências e de controle e expedição de malotes e passagens;

IV - coordenar, supervisionar e controlar a execução dos serviços de limpeza, conservação, jardinagem, reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas e outras;

V - coordenar e controlar as atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoal nas dependências da instituição;

VI - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos, assim como adotar os procedimentos quanto a operação, utilização e manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - elaborar lista de necessidades para melhor manutenção da infraestrutura do ON, o que se refere, entre outros, a reparos e restauração de imóveis, móveis, instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 23. À Divisão do Serviço da Hora compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento e execução de programas, projetos e atividades técnicas ou de pesquisa básica e aplicações referentes a metrologia de tempo e frequência;

II - gerar, conservar e transmitir direta ou indiretamente, a Hora Legal e Oficial Brasileira, através dos meios possíveis;

III - promover e executar pesquisa e desenvolvimento em automação de medidas, automação de operação, escalas de tempo, padrões primários e sistemas de sincronismo com ou sem certificação digital;

IV - prover o sincronismo certificado à hora legal brasileira, às entidades integrantes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, e demais entidades que assim o desejarem, conforme acordos e contratos a serem operacionalizados;

V - manter o Laboratório Primário de Tempo e Frequência - LPTF, de acordo com o sistema da qualidade implantado em conformidade com as normas internacionais em vigor;

VI - manter os padrões primários nacionais, assegurando sua rastreabilidade ao Tempo Atômico Internacional - TAI, gerado pelo BIPM, com métodos e recursos que assegurem a menor incerteza possível;

VII - manter a Escala de Tempo Atômico Brasileira;

VIII - promover e executar com meios adequados a calibração sistemática dos padrões secundários de empresas e instituições assegurando a rastreabilidade dos padrões mantidos pelos laboratórios da Rede Brasileira de Calibração, RBC;

IX - participar de processos de negociação, coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, principalmente aqueles coordenados pelo Bureau International de Poids et Mesures - BIPM, pelo Serviço Internacional de Rotação da Terra - IERS, e pela União Astronômica Internacional - IAU;

X - assegurar a manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e sistemas mantidos em operação contínua, e aqueles diretamente ligados a alimentação redundante de energia elétrica; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 24. Ao Serviço de Geração e Disseminação da Hora compete:

I - gerar e disseminar a hora legal brasileira, com base nos padrões nacionais de frequência;

II - assegurar a rastreabilidade nacional e internacional da hora legal brasileira em padrões de alta precisão;

III - manter em condições de operação os instrumentos, equipamento e relógios atômicos;

IV - assegurar atividades de transmissão por intermédio do rádio, em HF e VHF, telefone, sincronização por modem, sincronismo via Internet, entre outros meios;

V - participar da realização de pesquisas e desenvolvimento voltados para a automação de medidas e operações, de relógios sincronizados, de escalas de tempo, de instrumentação, de sistemas sincronizados, de padrões primários e da rastreabilidade nacional e internacional do tempo e da frequência, entre outras atividades de mesma natureza no seu campo de atuação; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 25. À Divisão de Pós-Graduação compete:

I - formar mestres e doutores nas áreas de atuação do ON;

II - organizar e acompanhar o funcionamento dos programas de Pós-Graduação existentes no ON com base no regulamento da Pós-Graduação em vigência;

III - propor e acompanhar o cumprimento do calendário dos cursos de Pós-Graduação em articulação com as áreas de pesquisa assim como organizar as disciplinas, definindo seus conteúdos de acordo com as linhas de pesquisa do ON;

IV - planejar, organizar e executar o processo seletivo para ingresso nos cursos de Pós-Graduação e distribuir as bolsas de estudo concedidas por órgãos governamentais;

V - instituir comissões e bancas para avaliação de candidatos e para julgamento de dissertações e teses;

VI - colaborar com o programa de iniciação científica e com projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento em suas áreas de atuação;

VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 26. À Divisão de Atividades Educacionais compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de cursos públicos e das escolas voltados para a disseminação do conhecimento produzido nas áreas voltadas para o estudo da astrofísica, astronomia e geofísica, entre outras que lhe forem designadas;

II - planejar, coordenar e supervisionar todo o sistema eletrônico de divulgação científica do ON por meio de seus websites objetivando a disseminação do conhecimento produzido nas áreas de astrofísica, astronomia e geofísica, entre outras que lhe forem designadas;

III - organizar e coordenar a programação de visitas as instalações do campus do ON;

IV - planejar, organizar e elaborar projetos de publicação de revistas, séries de coleções, folhetos, folders, cartazes e outros meios de divulgação e de produção de materiais didáticos;

V - planejar, coordenar e supervisionar a apresentação dos trabalhos do ON em feiras e eventos científicos com o objetivo de disseminar o conhecimento produzido nas áreas de astrofísica, astronomia e geofísica, entre outras que lhe forem designadas;

VI - colaborar, orientar e coordenar a elaboração e execução de projetos relacionados com a divulgação e difusão do conhecimento produzido nas áreas de atuação do ON;

VII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres, de caráter regional, nacional e internacional, nas áreas de atuação do ON; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 27. À Divisão de Tecnologia da Informação compete:

I - prestar apoio às atividades fins do ON, no que concerne as necessidades em tecnologia da informação;

II - prestar apoio na definição das características técnicas para aquisição de materiais e equipamentos de informática, acompanhando as licitações pertinentes, bem como atestar tecnicamente o recebimento de tais bens;

III - propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, implementação, manutenção e administração das atividades relativas às áreas de informática e redes de comunicação de dados interna, bem como sua respectiva conectividade às redes acadêmicas e comerciais, sempre em consonância com as demais unidades organizacionais e organismos gestores oficiais;

IV - propor políticas e supervisionar o desenvolvimento e a implementação de ferramentas e programas computacionais, visando o aperfeiçoamento de seu sistema de informações;

V - operar, manter e administrar a rede de comunicação de dados interna, com suas conexões às redes externas acadêmicas e comerciais, bem como prover o suporte operacional da infraestrutura computacional da instituição;

VI - elaborar projetos que viabilizem a implantação e operação da rede de comunicação de dados interna institucional, bem como propor e orientar as demais áreas de atuação, quanto aos procedimentos de manutenção e atualização;

VII - assistir e facilitar aos usuários, através dos recursos computacionais da instituição, a localização e acesso de dados, informações e conhecimento nas áreas de informática, sistemas computacionais e redes de comunicação de dados, pertinentes ao exercício de suas atividades;

VIII - pesquisar, coordenar e propor o uso de produtos e serviços e tecnologias emergentes em informática, objetivando sua ampla disseminação e utilização como alternativas àquelas em uso, com a devida orientação aos usuários do sistema;

IX - disseminar informações relevantes sobre as facilidades da rede corporativa, credenciando usuários e estabelecendo condições de acesso à rede de comunicação de dados;

X - instalar, adaptar e atualizar os atuais sistemas operacionais em uso, bem como propor a implantação com a subsequente instalação e migração para sistemas operacionais, aplicativos e utilitários emergentes, baseados no conceito de software não proprietário;

XI - propor, desenvolver, realizar e supervisionar processos de treinamento sobre sistemas operacionais, programas e aplicativos de uso já consolidado, bem como as possíveis alternativas de novos sistemas operacionais, utilitários e aplicativos visando a universalização da informática, agilizar e melhorar o desempenho do usuário final;

XII - conformidade com os interesses da unidade organizacional, envolvendo todos os aspectos relevantes da instituição para a proteção, controle e monitoramento dos dados e dos recursos computacionais, trabalhando de forma coordenada com as demais unidades organizacionais e os organismos oficiais gestores da área de segurança de sistemas computacionais, objetivando a detecção, identificação, resolução e prevenção de incidentes de segurança;

XIII - participar do processo de negociação, bem como coordenar e supervisionar a execução de programas e projetos de cooperação e parcerias estabelecidos em acordos, convênios e congêneres de caráter regional, nacional e internacional, no seu campo de atuação; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Conselho Técnico-Científico

Art. 28. O Conselho Técnico Científico - CTC é órgão colegiado com função consultiva e de assessoramento na implementação da política científica e tecnológica da unidade de pesquisa.

Art. 29. O CTC contará com onze membros, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tendo a seguinte composição:

I - o Diretor do ON, que o presidirá;

II - o Diretor substituto (sem direito a voto);

III - três servidores, de nível superior, do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico em último nível das carreiras;

IV - dois membros dentre dirigentes ou titulares de cargos equivalentes em unidades de pesquisa do MCT ou de outros órgãos da Administração Pública, atuantes em áreas afins às do ON; e

V - quatro membros representantes da comunidade científica, tecnológica ou empresarial, atuantes em áreas afins às do ON.

Parágrafo único. Os membros mencionados nos incisos III, IV e V terão o mandato de dois anos, admitida uma única recondução, e serão escolhidos da seguinte forma:

a) os do inciso III serão indicados a partir de listas tríplices, obtidas a partir de eleição promovida pela Direção da Unidade, entre os servidores do quadro permanente das carreiras de Pesquisa em Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Tecnológico;

b) os do inciso IV serão indicados, fundamentadamente, pelo CTC; e

c) os do inciso V serão indicados a partir de listas tríplices elaboradas pelo CTC, na forma do regimento interno.

Art. 30. Compete ao CTC:

I - apreciar e supervisionar a implementação da política científica e tecnológica e suas prioridades;

II - pronunciar-se sobre o relatório anual de atividades, bem como avaliar resultados dos programas, projetos e atividades implementados;

III - acompanhar a avaliação de desempenho para servidores do quadro de pesquisadores e tecnologistas;

IV - acompanhar a aplicação dos critérios de avaliação de desempenho institucional, em conformidade com os critérios definidos no Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o MCT;

V - participar efetivamente, através de um de seus membros externos ao ON, indicado pelo Conselho, da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Termo de Compromisso de Gestão;

VI - apreciar e opinar a respeito de matérias que lhe forem submetidas pelo Diretor; e

VII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Art. 31. O funcionamento do CTC será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

Seção II

Conselho Interno Científico e Tecnológico

Art. 32. O Conselho Interno Científico e Tecnológico - CICT é órgão colegiado de orientação e assessoramento ao Diretor na gestão das atividades científicas e tecnológicas do ON.

Art. 33. O CICT terá a seguinte composição:

I - o Diretor;

II - o Coordenador de Astronomia e Astrofísica;

III- o Coordenador de Geofísica;

IV - o Coordenador de Administração;

V - o Chefe da Divisão Serviço da Hora;

VI - o Chefe da Divisão de Pós-Graduação;

VII - o Chefe da Divisão de Atividades Educacionais;

VIII - o Chefe da Divisão de Tecnologia e Informação;

IX - representante do Núcleo de e-Astronomia;

X - dois membros representantes dos tecnologistas e pesquisadores eleitos pelos pares; e

XI - os três membros internos do CTC especificados no item III do Art.27.

Art. 34. Ao CICT compete:

I - apreciar a proposta orçamentária;

II - apreciar e aprovar em primeira instância o Compromisso de Gestão do ON;

III - assessorar o Diretor no planejamento de atividades técnicas e científicas;

IV - apreciar as propostas e acompanhar o andamento de projetos de cooperação nacional e internacional;

V - apreciar e submeter ao CTC as propostas de contratação, transferência, demissão e ascensão funcional do quadro técnico-científico; e

VI - acompanhar anualmente a avaliação individual de pesquisadores e tecnologistas.

Art. 35. O funcionamento do CICT será disciplinado na forma de Regimento Interno, produzido e aprovado pelo próprio Conselho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO VI
ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES
Art. 36. Ao Diretor incumbe:
I - planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do ON;
II - exercer a representação do ON;
III - convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Científico - CTC e Conselho Interno Científico e Tecnológico - CITC; e
IV - executar as demais atribuições que lhe forem conferidas.
Art. 37. Aos coordenadores incumbe planejar, coordenar e supervisionar, controlar e avaliar as atividades das respectivas unidades, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.
Art. 38. Aos chefes incumbe supervisionar, coordenar, controlar e orientar a execução das atividades decorrentes das competências de sua unidade, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes vierem a ser delegadas.
CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 39. O ON celebrará, anualmente, com a Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, um instrumento de acompanhamento de gestão onde serão estabelecidos os compromissos das partes, com a finalidade de assegurar a excelência científica e tecnológica no desenvolvimento da missão institucional.
Art. 40. O Diretor poderá, sem qualquer custo adicional, instituir outras unidades colegiadas internas, assim como comitês para interação entre as unidades da estrutura organizacional do ON, podendo, ainda, criar grupos de trabalho e comissões especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do ON.
Art. 41. O ON poderá criar Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, individualmente, ou em parceria com outras Instituições Científicas e Tecnológicas - ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação.
Art. 42 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionados pelo Diretor, ouvido, quando for o caso, o Diretor de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais.

PORTARIA Nº 5.184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016, resolve:
Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma dos anexos I a VIII a esta Portaria.
Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 401, de 22 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 24 de agosto de 2006, nº 591 de 18 de setembro de 2006, publicada no D.O.U. de 20 de setembro de 2006, nº 711, de 12 de novembro de 2008, publicada nº D.O.U. de 13 de novembro de 2008, nº 401, de 4 de maio de 2010, publicada no D.O.U. de 6 de maio de 2010, nº 11, de 26 de janeiro de 2011, publicada no D.O.U. de 28 de janeiro de 2011, nº 19, de 15 de fevereiro de 2011, publicada no D.O.U. de 17 de fevereiro de 2011, nº 69, de 17 de março de 2011, publicada no D.O.U. de 18 de março de 2011, nº 421, de 14 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. de 15 de setembro de 2011, nº 143, de 9 de março de 2012, publicada no D.O.U. de 12 de março de 2012, e nº 832, de 11 de setembro de 2014, publicada no D.O.U. de 12 de setembro de 2014 do Ministério das Comunicações.
Art. 3º Ficam revogadas as Portarias nº 136, de 28 de março de 1996, publicada no D.O.U. de 01 de abril de 1996, nº 137, de 28 de março de 1996, publicada no D.O.U. de 01 de abril de 1996, nº 150, de 15 de abril de 1996, publicada no D.O.U. de 17 de abril de 1996, nº 151, de 15 de abril de 1996, publicada no D.O.U. de 17 de abril de 1996, nº 152, de 15 de abril de 1996, publicada no D.O.U. de 17 de abril de 1996, nº 162 e de 24 de abril de 1996, publicada no D.O.U. de 25 de abril de 1996, nº 163 e de 25 de abril de 1996, publicada no D.O.U. de 25 de abril de 1996, nº 164, de 25 de abril de 1996, publicada no D.O.U. de 25 de abril de 1996, nº 182, de 16 de maio de 1996, publicada no D.O.U. de 20 de maio de 1996, nº 295, de 10 de julho de 1996, publicada no D.O.U. de 12 de julho de 1996, nº 296, de 10 de julho de 1996, publicada no D.O.U. de 12 de julho de 1996, nº 47, de 16 de fevereiro de 2004, publicada no D.O.U. de 17 de fevereiro de 2004, nº 48, de 16 de fevereiro de 2004, publicada no D.O.U. de 17 de fevereiro de 2004, nº 49, de 16 de fevereiro de 2004, publicada no D.O.U. de 17 de fevereiro de 2004, nº 50, de 16 de fevereiro de 2004, publicada no D.O.U. de 17 de fevereiro de 2004, n° 336, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2005, n° 337, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2005, n° 338, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2005, n° 339, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2005, n° 340, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2005, n° 341, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2005, n° 342, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2005, n° 343, de 12 de maio de 2005, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2015, n° 751, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, n° 752, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, n° 753, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, n° 754, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, n° 755, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, n° 756, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, n° 757, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, n° 758, de 03 de outubro de 2006, publicada no D.O.U. de 05 de outubro de 2006, e nº 5, de 15 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 16 de maio de 2012 do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I
DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA
Art. 1º Ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, a ele diretamente subordinado, compete:
I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas, do preparo e do despacho de seu expediente pessoal;
II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional, assim como providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados;
III - acompanhar e coordenar os temas relacionados à área internacional no âmbito de atuação do Ministério;
IV - coordenar a representação do Brasil nos temas de sua competência junto aos organismos internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores;
V - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e providenciar a publicação oficial, bem como a divulgação das matérias relacionadas à área de atuação do Ministério;
VI - exercer as atividades de ouvidoria, em especial em relação às solicitações de acesso à informação e às manifestações referentes a serviços prestados, bem como supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do Ministério;
VII - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao cerimonial; e
VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.
Art. 2º No desempenho de suas funções institucionais, o Ministro de Estado contará ainda com o assessoramento de Assessores Especiais, Assessores, Assistentes e Assistentes Técnicos, a ele diretamente subordinados.
CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO
Art. 3º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura organizacional:
I - Assessoria Especial de Controle Interno - AECI
II - Assessoria Especial de Assuntos Internacionais - ASSIN
a) Serviço de Gestão de Documentos - SEGED
b) Coordenação de Cooperação Internacional Multilateral - COCIM
1. Divisão de Foros Multilaterais e Iniciativas Temáticas - DIFIT
2. Divisão de Organismos Internacionais - DIORI
c) Coordenação de Cooperação Internacional Bilateral - COINB
1. Divisão de Cooperação com Europa e América do Sul e Central - DICEA
2. Divisão de Cooperação com América do Norte, Ásia, África e Oceania - DICAO
3. Divisão de Apoio Administrativo - DIAAD
d) Coordenação-Geral de Bens Sensíveis - CGBS
1. Coordenação de Implementação, Acompanhamento e Controle nas áreas Nuclear, Química, Biológica e de Mísseis - COCBS
III - Subsecretaria de Conselhos e Comissões - SGCC
a) Coordenação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - COCCT
b) Coordenação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio
c) Coordenação do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA
IV - Das unidades Descentralizadas:
a.Escritório Regional de São Paulo - ERESP
b.Órgãos Regionais - REG
V - Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGM
a) Divisão de Gestão do Gabinete do Ministro - DIGGM
b) Divisão de Acompanhamento e Expediente - DIEXP
VI - Ouvidoria - OUVID
VII - Cerimonial - CERIM
VIII - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
a) Coordenação Administrativa de Imprensa - COIMP
b) Coordenação Administrativa de Publicidade - COPUB
IX - Assessoria de Assuntos Parlamentares - ASPAR
a) Coordenação de Acompanhamento do Processo Legislativo e Análise de Informações - COPLE
1. Divisão de Análise de Informações - DIAAI
Art. 4º O Gabinete, as Assessorias Especiais, as Assessorias, as Divisões e os Serviços serão dirigidos por Chefes, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais e as Coordenações por Coordenadores, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.
Art. 5º O Chefe de Gabinete será substituído, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, e na vacância do cargo, por servidor designado pelo Ministro de Estado, e os demais ocupantes das funções previstas no art. 4º serão substituídos por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação pertinente.
CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES
Seção I
Da Assessoria Especial de Controle Interno
Art. 6º À Assessoria Especial de Controle Interno compete:
I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de Controle, de Risco, de Transparência e de Integridade da Gestão;
II - assistir ao Ministro de Estado no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;
III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em Conselhos e Comitês, nas áreas de Controle, de Risco, de Transparência e Integridade da Gestão;
IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades jurisdicionadas do ministério que visam subsidiar a elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República e o Relatório de Gestão;
V - prestar orientação técnica na elaboração e revisão de normas internas e de manuais, com vistas à melhoria dos controles internos administrativos e da governança;
VI - interagir com as unidades de auditoria interna das entidades vinculadas ao ministério, com vistas a subsidiar a supervisão ministerial, inclusive no que tange ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;
VII - auxiliar na interlocução sobre assuntos relacionados a Ética, Ouvidoria e Correição entre as unidades responsáveis no ministério e os Órgãos de Controle Interno e Externo e de defesa do Estado;
VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos Órgãos de Controle Interno e Externo e de defesa do Estado;
IX - acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União, relacionadas ao ministério e às entidades vinculadas, além do atendimento a outras demandas provenientes dos Órgãos de Controle Interno e Externo e de defesa do Estado; e
X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de Controle, de Risco, de Transparência e de Integridade da Gestão.
Seção II
Da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
Art. 7º À Assessoria Especial de Assuntos Internacionais compete:
I - assessorar as diversas áreas do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas nas atividades relacionadas com a cooperação e o cumprimento de acordos internacionais relativos aos assuntos de ciência, tecnologia, inovações e comunicações;
II - supervisionar, coordenar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com a cooperação internacional em ciência, tecnologia, inovações e comunicações do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas;
III - conceber e propor a realização de acordos bilaterais e multilaterais com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País; e
IV - supervisionar, coordenar e acompanhar as atividades relacionadas à área de bens sensíveis, incluindo o controle de exportação de bens e serviços.
Art. 8º Ao Serviço de Gestão de Documentos compete:
I - receber e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Assessoria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos; e
II - executar e controlar trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter atualizadas bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas;
Art. 9º À Coordenação de Cooperação Internacional Multilateral compete:
I - acompanhar os trabalhos no âmbito das Nações Unidas e de suas agências especializadas e em outros foros multilaterais e iniciativas temáticas que apresentem interesse para o Brasil;
II - participar da negociação de instrumentos de livre-comércio e cooperação internacional multilateral em ciência, tecnologia, inovações e comunicações, bem como assessorar os demais setores do Ministério e de suas unidades nessas negociações;
III - estudar, propor e articular mecanismos de implementação dos acordos ou atividades de cooperação internacional multilateral em ciência, tecnologia, inovações e comunicações;
IV - elaborar subsídios técnicos com vistas a apoiar a tomada de decisão relativa a oportunidades de cooperações internacionais multilaterais;
V - opinar sobre a conveniência da adesão e denúncia, por parte do Brasil, a organismos internacionais que atuem nas áreas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações;
VI - orientar os órgãos do Ministério e as entidades vinculadas quanto à implementação de convenções e tratados multilaterais e apoiar as entidades envolvidas na operacionalização dos mesmos;
VII - planejar, organizar e dar apoio às missões, de cunho multilateral, do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Secretários ao exterior;
VIII - coordenar, apoiar e orientar a realização no Brasil de seminários e conferências internacionais multilaterais sobre temas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações;
IX - coordenar e orientar a participação e a representação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, unidades de pesquisa e entidades vinculadas em negociações internacionais multilaterais, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

X - acompanhar o processo de apreciação e implementação de tratados, convenções, acordos e programas, bem como a tramitação de projetos de lei, referentes a matérias e temas de cooperação internacional multilateral; e

XI - auxiliar na avaliação dos resultados obtidos na implementação dos tratados, convenções, acordos e programas referentes à cooperação internacional multilateral.

Art. 10. À Divisão de Foros Multilaterais e Iniciativas Temáticas compete:

I - preparar propostas de acordos internacionais junto a foros multilaterais e iniciativas temáticas, bem como elaborar os respectivos ajustes administrativos, protocolos adicionais e demais documentos complementares;

II - avaliar os resultados obtidos nos acordos celebrados em foros multilaterais e iniciativas temáticas, bem como propor alterações eventualmente necessárias;

III - apoiar a preparação e acompanhar reuniões, seminários e conferências sobre temas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações de foros multilaterais e iniciativas temáticas;

IV - participar da formulação de programas de cooperação de foros multilaterais e iniciativas temáticas;

V - divulgar eventos de foros multilaterais e iniciativas temáticas, no âmbito do Ministério, e tomar as providências necessárias para a participação dos representantes indicados;

VI - processar e distribuir a documentação e informações de foros multilaterais e iniciativas temáticas;

VII - dar apoio às missões do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Secretários ao exterior no âmbito de foros multilaterais e iniciativas temáticas;

VIII - preparar subsídios sobre os assuntos a serem tratados nas reuniões de foros multilaterais e iniciativas temáticas, com base em contribuições dos demais setores e unidades do Ministério;

IX - coletar junto aos setores e órgãos competentes informações solicitadas pelos foros multilaterais e iniciativas temáticas; e

X - preparar e acompanhar visitas relacionadas às cooperações no âmbito dos foros multilaterais e iniciativas temáticas.

Art. 11. À Divisão de Organismos Internacionais compete:

I - preparar propostas de acordos internacionais junto a Organismos Internacionais, bem como elaborar os respectivos ajustes administrativos, protocolos adicionais e demais documentos complementares;

II - avaliar os resultados obtidos nos acordos celebrados com Organismos Internacionais, bem como propor alterações eventualmente necessárias;

III - apoiar a preparação e acompanhar reuniões, seminários e conferências sobre temas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações de Organismos Internacionais;

IV - participar da formulação de programas de cooperação de Organismos Internacionais;

V - divulgar eventos de Organismos Internacionais, no âmbito do Ministério, e tomar as providências necessárias para a participação dos representantes indicados;

VI - processar e distribuir a documentação e informações de Organismos Internacionais;

VII - dar apoio às missões do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Secretários ao exterior no âmbito de Organismos Internacionais;

VIII - preparar subsídios sobre os assuntos a serem tratados nas reuniões de Organismos Internacionais, com base em contribuições dos demais setores e unidades do Ministério;

IX - coletar junto aos setores e órgãos competentes informações solicitadas pelos Organismos Internacionais;

X - supervisionar e controlar o pagamento de contribuições a Organismos Internacionais, e opinar a respeito da assunção de compromissos nessa matéria por parte do Ministério e de suas entidades vinculadas; e

XI - preparar e acompanhar visitas relacionadas às cooperações no âmbito dos Organismos Internacionais.

Art. 12. À Coordenação de Cooperação Internacional Bilateral compete:

I - participar da negociação de instrumentos de cooperação internacional bilateral em ciência, tecnologia, inovações e comunicações, bem como assessorar os demais setores do Ministério e de suas unidades nessas negociações;

II - estudar, propor e articular mecanismos de implementação dos acordos ou atividades de cooperação internacional bilateral em ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

III - elaborar subsídios técnicos com vistas a apoiar a tomada de decisão relativa a oportunidades de cooperação internacional bilateral;

IV - orientar as áreas do Ministério e as entidades vinculadas quanto à implementação de acordos, programas e atividades internacionais bilaterais;

V - planejar, coordenar a organização e dar apoio às missões de cunho bilateral do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Secretários ao exterior;

VI - coordenar e orientar a participação e a representação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, unidades de pesquisa e entidades vinculadas em negociações internacionais bilaterais, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores;

VII - coordenar, apoiar e orientar a realização de seminários e conferências internacionais bilaterais sobre temas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações; e

VIII - acompanhar o processo de apreciação implementação e avaliação de resultados de tratados, acordos e programas, bem como a tramitação de projetos de lei, referentes a matérias e temas de cooperação internacional bilateral em ciência, tecnologia, inovações e comunicações.

Art. 13. À Divisão de Cooperação com Europa e América do Sul e Central compete:

I - auxiliar e apoiar a Coordenação de Cooperação Internacional Bilateral, em assuntos relacionados à Europa, América do Sul e Central, no cumprimento de suas atribuições;

II - manter atualizadas e promover a gestão das informações sobre o desenvolvimento e operacionalização da cooperação bilateral relacionadas à Europa, América do Sul e Central em ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

III - coletar e elaborar subsídios sobre assuntos a serem tratados em reuniões, conferências e demais eventos de caráter bilateral relacionadas à Europa, América do Sul e Central;

IV - processar e distribuir documentação e informações sobre cooperação bilateral relacionadas à Europa, América do Sul e Central;

V - apoiar missões de cunho bilateral do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Secretários ao exterior relacionadas à Europa, América do Sul e Central;

VI - preparar e acompanhar missões internacionais, relacionadas à Europa, América do Sul e Central, no contexto de acordos bilaterais em ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

VII - preparar e analisar propostas de acordos bilaterais, relacionadas à Europa, América do Sul e Central, bem como auxiliar a elaboração dos respectivos ajustes complementares, protocolos adicionais e demais instrumentos de cooperação;

VIII - participar da formulação de programas de cooperação bilateral relacionados à Europa, América do Sul e Central;

IX - monitorar os resultados obtidos nos acordos e programas de cooperação bilateral, relacionadas à Europa, América do Sul e Central, bem como propor eventuais ajustes; e

X - apoiar a realização e divulgação de eventos de caráter bilateral, relacionados à Europa, América do Sul e Central, tais como seminários e conferências, sobre temas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações.

Art. 14. À Divisão de Cooperação com América do Norte, Ásia, África e Oceania compete:

I - auxiliar e apoiar a Coordenação de Cooperação Internacional Bilateral, em assuntos relacionados à América do Norte, Ásia, África e Oceania, no cumprimento de suas atribuições;

II - manter atualizadas e promover a gestão das informações sobre o desenvolvimento e operacionalização da cooperação bilateral relacionadas à América do Norte, Ásia, África e Oceania em ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

III - coletar e elaborar subsídios sobre assuntos a serem tratados em reuniões, conferências e demais eventos de caráter bilateral relacionados à América do Norte, Ásia, África e Oceania;

IV - processar e distribuir documentação e informações sobre cooperação bilateral relacionadas à América do Norte, Ásia, África e Oceania;

V - apoiar missões de cunho bilateral do Ministro de Estado, Secretário-Executivo e Secretários ao exterior relacionadas à América do Norte, Ásia, África e Oceania;

VI - preparar e acompanhar missões internacionais, relacionadas à América do Norte, Ásia, África e Oceania, no contexto de acordos bilaterais em ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

VII - preparar e analisar propostas de acordos bilaterais, relacionadas à América do Norte, Ásia, África e Oceania, bem como auxiliar a elaboração dos respectivos ajustes complementares, protocolos adicionais e demais instrumentos de cooperação;

VIII - participar da formulação de programas de cooperação bilateral relacionados à América do Norte, Ásia, África e Oceania;

IX - monitorar os resultados obtidos nos acordos e programas de cooperação bilateral, relacionados à América do Norte, Ásia, África e Oceania, bem como propor eventuais ajustes; e

X - apoiar a realização e divulgação de eventos de caráter bilateral, relacionados à América do Norte, Ásia, África e Oceania, tais como seminários e conferências, sobre temas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações.

Art. 15. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - administrar recursos humanos, orçamentários, financeiros, logísticos e de tecnologia da informação necessários ao cumprimento das atividades da Assessoria;

II - realizar atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação relativas aos recursos orçamentários e financeiros da Assessoria;

III - distribuir, coletar e transmitir à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério documentação referente aos servidores da Assessoria;

IV - providenciar para os servidores da Assessoria a concessão de diárias e passagens, outros trâmites relativos a afastamentos para o exterior ou dentro do Brasil;

V - requisitar, receber e distribuir material de consumo, bem como controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da Assessoria; e

VI - solicitar e controlar serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Bens Sensíveis

Art. 16. À Coordenação-Geral de Bens Sensíveis compete:

I - subsidiar e coordenar a implementação de medidas decorrentes de compromissos assumidos em tratados ou convenções internacionais e regimes internacionais de controle das transferências de bens sensíveis e serviços a estes diretamente vinculados nas áreas nuclear, química, biológica e missilística, de que trata a legislação pertinente;

II - exercer as atividades pertinentes à Autoridade Nacional perante a Organização para a Proibição de Armas Químicas - OPAQ, nos termos da legislação específica;

III - exercer a função de Secretaria-Executiva Permanente da Comissão Interministerial para a Aplicação dos Dispositivos da Convenção Internacional para a Proibição de Armas Químicas - CPAQ, de que trata a legislação pertinente;

IV - exercer as atividades de Secretaria-Executiva e coordenar os trabalhos e os meios necessários ao funcionamento da Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis, de que trata a legislação pertinente;

V - coordenar as atividades relacionadas à implementação da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas - CPAB, promulgada em 1979;

VI - coordenar, diretamente, o pessoal militar da ativa agregado à sua força de origem, à disposição do MCTIC, e vinculado à CGBS;

VII - aprovar as operações de transferência (importação e exportação) de bens sensíveis, de uso dual e serviços a estes diretamente vinculados nas áreas nuclear, química, biológica e missilística, que são controlados pelos tratados ou convenções internacionais e regimes internacionais, de que trata a legislação pertinente;

VIII - promover atividades de divulgação e informação (outreach) a respeito dos tratados ou convenções internacionais e regimes internacionais de desarmamento e de não proliferação de armas de destruição em massa nas áreas nuclear, química, biológica e missilística, como o Programa Nacional Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (PRONABENS), aos setores da indústria, comércio, academia, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, envolvidos em atividades relacionadas às áreas de bens e serviços sensíveis e de uso dual;

IX - emitir Declaração de Uso/Usuário Final e as Garantias de Governo nas importações de bens e serviços sensíveis, bem como realizar inspeções de uso e de usuário final relacionadas às Garantias de Governo emitidas em tais operações de importação de bens e serviços sensíveis;

X - promover a capacitação para a identificação de bens sensíveis e de uso dual, em nível nacional, dos agentes do governo envolvidos no controle e fiscalização das operações de transferências - importação e exportação - de bens e de serviços sensíveis e de uso dual;

XI - coordenar as atividades voltadas para o desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com entidades públicas e privadas bem como de ações de cooperação internacional no âmbito dos programas, projetos e atividades nas áreas de sua competência;

XII - consolidar e propor a previsão orçamentária, a programação do desembolso financeiro e a prestação de contas dos programas, projetos e atividades da Coordenação- Geral; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 17. À Coordenação para Implementação, Acompanhamento e Controle de Bens e Serviços Sensíveis nas Áreas Nuclear, Química, Biológica e Missilística (COCBS) compete:

I - acompanhar reuniões e preparar informações e subsídios relativos aos trabalhos da Convenção para a Proibição de Armas Químicas - CPAQ, da Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas - CPAB, do Grupo de Supridores Nucleares - NSG, do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis - MTCR;

II- realizar estudos para subsidiar a implementação da CPAQ e CPAB;

III - realizar estudos e sistematizar informações para subsidiar a concepção de diretrizes políticas nas áreas nuclear, química, biológica e missilística;

IV - propor a elaboração de normas e diretrizes relacionadas às atividades do controle de transferências;

V - analisar os pedidos de transferência - importação e exportação - de substâncias controladas pela CPAQ, e de exportação de produtos e serviços listados nos controles das áreas nuclear, biológica e missilística;

VI - adotar providências administrativas e logísticas, bem como acompanhar a realização das inspeções industriais da Organização para a Proibição de Armas Químicas - OPAQ, em instalações industriais brasileiras;

VII - sistematizar as informações recebidas das indústrias químicas e elaborar as declarações de atividades industriais, a serem encaminhadas periodicamente ao Secretariado Técnico da OPAQ;

VIII - auxiliar na formulação e implementação de parcerias institucionais, diretrizes e ações de cooperação internacional no âmbito dos programas, projetos e atividades nas áreas de sua competência;

IX - promover ações de desenvolvimento científico e tecnológico relacionadas com a implantação de regimes internacionais de controle de transferências de equipamentos, materiais, softwares e tecnologias aplicáveis às áreas nuclear e missilística, além de serviços diretamente vinculados, em especial aos do NSG e do MTCR;

X - auxiliar na formulação e implementação de parcerias institucionais, diretrizes e ações de cooperação internacional no âmbito dos programas, projetos e atividades nas áreas de sua competência; e

XI - preparar previsões orçamentárias, programação do desembolso financeiro e prestação de contas dos programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade.

Seção III

Da Subsecretaria de Conselhos e Comissões

Art. 18. À Subsecretaria de Conselhos e Comissões compete:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de competência afetas aos Conselhos e Comissões do Ministério;

II - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo e aos gestores acerca dos temas deliberados pelos Conselhos e Comissões do Ministério;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - prestar apoio técnico e administrativo às reuniões dos Conselhos e Comissões e provê-las da necessária infraestrutura de funcionamento;

IV - secretariar as reuniões dos Conselhos e Comissões, lavrar as atas e promover as medidas destinadas ao cumprimento de suas decisões;

V - divulgar as resoluções e as deliberações dos Conselhos e Comissões;

VI - acompanhar os pedidos de informações de órgãos e entidades externas, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos estipulados; e

VII - subsidiar a elaboração e a distribuição do relatório anual de atividades dos conselhos e comissões.

Art. 19. À Coordenação da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia compete:

I - exercer o papel de Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;

II - prestar apoio técnico e administrativo às reuniões do Conselho e provê-las da necessária infraestrutura de funcionamento;

III - preparar as pautas das reuniões do Conselho, encaminhando a seus membros a documentação necessária a sua realização, nos prazos previstos;

IV - preparar os atos de convocação para as reuniões do Conselho;

V - secretariar as reuniões do Conselho, lavrar as atas e promover as medidas destinadas ao cumprimento das decisões do Plenário;

VI - divulgar as resoluções do Conselho;

VII - acompanhar os pedidos de informações de órgãos e entidades externas, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos estipulados;

VIII - coordenar a elaboração e a distribuição do Relatório Anual de Atividades do Conselho; e

IX - manter controle da documentação do Conselho.

Art. 20. À Coordenação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo aos membros da CTNBio;

II - receber, instruir e fazer tramitar os pleitos submetidos à deliberação da CTNBio;

III - encaminhar as deliberações da CTNBio aos órgãos governamentais responsáveis pela sua implementação e providenciar a devida publicidade;

IV - atualizar o Sistema de Informações em Biossegurança;

V - analisar preliminarmente os documentos encaminhados à CTNBio, verificando o atendimento às exigências contidas em suas Resoluções Normativas;

VI - avaliar requerimentos de pessoas jurídicas para a obtenção do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, manifestando-se no prazo de até trinta dias, a contar da data do recebimento, sobre a documentação oferecida, formulando as exigências que julgar necessárias;

VII - encaminhar os pleitos enviados à CTNBio para análise técnica das Subcomissões Setoriais Permanentes - SSPs;

VIII - acompanhar a implementação da regulamentação de que trata as disposições legais em vigor e as normas específicas baixadas pela CTNBio, tomando as providências necessárias para assegurar sua execução;

IX - analisar, consolidar em relatórios e submeter à CTNBio informações sobre o acompanhamento técnico, físico e financeiro do seu funcionamento;

X - elaborar e encaminhar à CTNBio, para apreciação e aprovação, a Programação Anual de Atividades da Comissão, estabelecida mediante propostas encaminhadas pelas Subcomissões Setoriais Permanentes;

XI - propor à CTNBio as revisões da Programação Anual de Atividades que se fizerem necessárias;

XII - elaborar relatório anual de atividades, submetê-lo à CTNBio e proceder a sua divulgação;

XIII - preparar as reuniões da CTNBio, das Subcomissões Setoriais Permanentes e das audiências públicas, elaborar e distribuir atas das reuniões, bem como providenciar o necessário apoio administrativo à CTNBio e às SSPs;

XIV - encaminhar aos membros da CTNBio e às SSPs convocação para as reuniões e encaminhar as respectivas pautas e matérias a serem objeto de exame e discussão, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos para as reuniões ordinárias e 5 (cinco) dias corridos para as extraordinárias;

XV - providenciar o pagamento de despesas de transporte, alimentação e hospedagem aos membros e convidados pela CTNBio a participarem de suas reuniões.

Art. 21. À Coordenação do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal compete:

I - exercer a Secretaria Executiva do CONCEA;

II - prestar apoio técnico e administrativo necessários à execução dos trabalhos do CONCEA, inclusive de suas Câmaras Permanentes e Temporárias;

III - receber, instruir e fazer tramitar os pleitos submetidos à deliberação do CONCEA;

IV - encaminhar as deliberações do CONCEA aos órgãos governamentais responsáveis pela sua implementação e providenciar a devida publicidade;

V - atualizar e promover os credenciamentos dos institutos no Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais - CIUCA, de acordo com as normas e determinações do CONCEA;

VI - implementar as deliberações do CONCEA;

VII - dar suporte às instituições credenciadas;

VIII - emitir, de acordo com deliberação do CONCEA e em nome deste Conselho, comprovante de registro atualizado de credenciamento;

IX - administrar o cadastro das instituições e dos protocolos experimentais ou pedagógicos, aplicáveis aos procedimentos de ensino ou de pesquisa científica, assim como dos pesquisadores de que trata o inciso VII, art. 2º, Portaria MCTI nº 460, de 30 de abril de 2014;

X - analisar as solicitações de credenciamento, emitindo nota técnica para apreciação do Coordenador do CONCEA;

XI - conceder as licenças, de acordo com as estipulações previstas em portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para as atividades destinadas à criação ou à utilização de animais, ao ensino, à pesquisa científica, de que trata o art. 11 da Lei nº 11.794, de 2008, observadas as normas do CONCEA;

XII - dar publicidade aos atos do CONCEA, por meio de extratos de pareceres técnicos publicados no Diário Oficial da União e em seu sítio na internet;

XIII - publicar as licenças concedidas;

XIV - acompanhar a implementação da regulamentação prevista nas disposições legais em vigor e normas específicas do CONCEA, adotando as providências para assegurar sua execução;

XV - elaborar, para apreciação e aprovação do Plenário do CONCEA, a Programação Anual de Atividades do Conselho e propor as revisões necessárias;

XVI - elaborar e divulgar relatório anual de atividades do CONCEA;

XVII - preparar as reuniões do CONCEA e das Câmaras Permanentes, bem como elaborar e distribuir as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

XVIII - encaminhar aos membros do CONCEA convocação para as reuniões, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis para as reuniões ordinárias e 5 (cinco) dias úteis para as extraordinárias;

XIX - encaminhar aos membros do CONCEA a respectiva pauta das reuniões ordinárias ou extraordinárias, a ser objeto de exame e discussão, bem como divulgá-la na página eletrônica do CONCEA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data previamente fixada; e

XX - providenciar o pagamento de despesas de transporte, alimentação e hospedagem aos membros e convidados pelo CONCEA a participarem de suas reuniões.

Parágrafo único. O suporte às instituições credenciadas, a que se refere o inciso VII deste artigo, compreende:

a) orientar as Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs, pesquisadores e docentes relacionados ao cumprimento da legislação vigente sobre o uso de animais em atividades de ensino ou pesquisa; e

b) orientar e esclarecer a respeito das deliberações do CONCEA.

Seção IV

DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS

Subseção I

Do Escritório Regional de São Paulo

Art. 22. Ao Escritório Regional de São Paulo compete:

I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente, quando de sua presença na região;

II - dar suporte na coordenação e supervisão da execução do planejamento de atividades de comunicação social do Ministro de Estado na região e auxiliar nas providências relacionadas ao cerimonial;

III - representar o Ministro de Estado em eventos e cerimônias afetos à Pasta na região;

IV - identificar e mobilizar novas áreas de atuação que possibilitem a potencialização da ação do Ministério na região;

V - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com a administração de pessoal, das instalações prediais e recursos logísticos, inclusive de informática, necessárias ao funcionamento do Escritório Regional de São Paulo; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção II

Órgãos Regionais

Art. 23. Aos Órgãos Regionais compete:

I - conduzir, a partir de demanda da Secretaria de Radiodifusão, as atividades inerentes à outorga e aos procedimentos de pós-outorga referentes aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como as relativas à instalação desses serviços;

II - apoiar o Ministério no acompanhamento das atividades da Anatel, em âmbito regional, nas respectivas áreas de jurisdição administrativa;

III - apoiar a Secretaria de Telecomunicações na comunicação e prestação de informações a instituições públicas e entidades da sociedade civil que implementam projetos de interesse da inclusão digital, nas respectivas áreas de jurisdição administrativa;

IV - atender usuários de serviços postais prestados pela ECT, com vistas ao encaminhamento de reclamações, consultas, denúncias, sugestões, críticas e demais manifestações ao Ministério;

V - atender a aposentados e pensionistas, prestando-lhes esclarecimentos e orientações sobre assuntos de seus interesses na área de pessoal;

VI - prestar informações e esclarecimentos aos servidores ativos, inativos e pensionistas, sobre assuntos de seus interesses na área de pessoal;

VII - coordenar e acompanhar os serviços de limpeza e conservação, vigilância, segurança, transporte, telefonia e copa, no âmbito da unidade; e

VIII - receber, guardar, distribuir e controlar os materiais de consumo e permanente, no âmbito da unidade.

§1º Nos assuntos pertinentes às respectivas áreas de atuação, os órgãos regionais responderão tecnicamente às Secretarias e Diretorias.

§2º Os Órgãos Regionais serão distribuídos, quanto à localização e área de jurisdição em portaria distinta.

Seção V

Da Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

Art. 24. À Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro compete:

I - assistir diretamente ao Chefe de Gabinete no preparo do expediente pessoal e da pauta de despachos do Ministro de Estado;

II - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização dos expedientes e da documentação submetida à apreciação do Ministro de Estado;

III - examinar, controlar e organizar a documentação a ser submetida ao Chefe de Gabinete e prestar assistência sobre outros assuntos de interesse do Gabinete do Ministro;

IV - coordenar as atividades de recebimento, registro, triagem, distribuição, movimentação e expedição de processos, documentos e correspondências de interesse do Gabinete do Ministro;

V - providenciar e monitorar as consultas à Casa Civil da Presidência da República para nomeação em cargos de Direção Superior e de membros de Diretorias e Conselhos;

VI - gerenciar, acompanhar, controlar, elaborar e executar o encaminhamento, no âmbito do MCTIC, das propostas de atos a serem submetidos à Presidência da República com trâmite obrigatório no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF;

VII - coordenar as atividades de acompanhamento da tramitação dos expedientes de interesse do Ministério junto a outros órgãos e entidades da União, e demais entes federados;

VIII - coordenar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas à administração de recursos humanos, material, patrimônio e serviços gerais no âmbito do Gabinete do Ministro; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 25. À Divisão de Gestão do Gabinete do Ministro compete:

I - prestar apoio técnico, administrativo e logístico necessários ao funcionamento do Gabinete do Ministro;

II - controlar e acompanhar a execução de serviços concernentes à administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais no âmbito do Gabinete do Ministro, observadas as normas vigentes;

III - fazer levantamento dos materiais de consumo necessários à execução das atividades e requisitá-los junto à unidade competente, em conformidade com as normas vigentes;

IV - requisitar, acompanhar e controlar a distribuição e a movimentação dos materiais permanentes e bens móveis;

V - solicitar e acompanhar a execução de serviços gerais, bem como aqueles relativos à manutenção geral;

VI - providenciar o fornecimento de informações necessárias ao cadastro e ao pagamento de pessoal da unidade;

VII - informar às unidades responsáveis acerca do controle de frequência dos servidores e prestadores de serviços; e

VIII - providenciar as propostas de concessão de diárias e passagens nacionais e internacionais para o Ministro de Estado e o Chefe de Gabinete, bem como providenciar a correspondente prestação de contas.

Art. 26. À Divisão de Acompanhamento e Expediente compete:

I - planejar, acompanhar e controlar as atividades administrativas atribuídas à Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro;

II - receber, realizar a triagem, registrar e distribuir os documentos e processos destinados ao Ministro de Estado e ao Chefe de Gabinete;

III - preparar e revisar os atos e documentos a serem submetidos ao Ministro de Estado e ao Chefe de Gabinete;

IV - controlar, enumerar, registrar e emitir os atos oficiais do Ministro de Estado e do Chefe de Gabinete;

V - controlar, registrar, distribuir, encaminhar e expedir os documentos, processos e correspondências emitidas pelo Gabinete do Ministro;

VI - controlar o fluxo de processos e documentos de interesse do Ministro de Estado e do Chefe de Gabinete;

VII - encaminhar os atos do Ministro de Estado para publicação na imprensa oficial;

VIII - acompanhar a tramitação dos expedientes de interesse do Gabinete do Ministro junto a outros órgãos e entidades da União, e demais entes federados;

IX - organizar e manter arquivos correntes atualizados de documentos, processos e atos do Gabinete do Ministro, bem como realizar empréstimos de processos e documentos; e

X - atender ao público interno e externo, fornecendo informações sobre a tramitação de documentos e processos no âmbito do Gabinete do Ministro.

Seção VI

Da Ouvidoria

Art. 27. À Ouvidoria compete:

I - promover a interlocução entre o cidadão e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e suas unidades, bem como mediar conflitos na busca de soluções possíveis;

II - promover a transparência pública, o acesso à informação pública e a abertura de dados;

III - promover o atendimento às demandas oriundas do Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério;

IV - requerer as informações necessárias ao desempenho de sua função;

V - fornecer aos dirigentes do órgão informações e dados, sugerindo-lhes formas ou pontos de aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pelo MCTIC, com o objetivo de proporcionar ao cidadão maior segurança e satisfação em relação à atuação institucional;

VI - prestar assistência à autoridade designada para desempenhar as atribuições previstas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, e no art. 67 do Decreto nº 7.724, de 2012;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VII - receber, registrar, analisar, encaminhar, monitorar e responder manifestações dos servidores da Pasta e dos cidadãos;

VIII - promover as ações necessárias à apuração da veracidade das reclamações e denúncias junto aos órgãos competentes, solicitando as providências necessárias ao saneamento das irregularidades e/ou ilegalidades constatadas;

IX - receber sugestões, elogios, reclamações, solicitações, denúncias e adotar o procedimento legal pertinente, encaminhando à consideração superior; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção VII

Do Cerimonial

Art. 28. Ao Cerimonial compete:

I - zelar pelo cumprimento das regras protocolares definidas no Decreto Presidencial nº 70.274, de 9 de março de 1972, que aprova as normas do Cerimonial Público e a Ordem Geral de Precedência, e na Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências;

II - planejar, executar e coordenar eventos como inaugurações, lançamentos, assinatura de documentos, visitas, conferências, seminários, congressos, entrevistas coletivas, exposições, recepções, reuniões e homenagens na Sede do Ministério e unidades vinculadas, que contem com a presença do Ministro de Estado, e em coordenação com os governos estaduais e municipais, quando necessário;

III - coletar e processar informações dos eventos inseridos na agenda do Ministro de Estado;

IV - planejar e executar, conjuntamente com a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério, as viagens oficiais do Ministro de Estado ao exterior;

V - organizar e executar os arranjos logísticos que subsidiem a realização de viagens do Ministro de Estado, em visitas nacionais, nos quesitos de recursos humanos e materiais;

VI - recepcionar as personalidades, nacionais e estrangeiras, em visita à sede do Ministério e a suas unidades vinculadas, conforme determinação do Gabinete do Ministro de Estado;

VII - acompanhar e assessorar o Ministro de Estado em eventos na Capital Federal e nas unidades federativas;

VIII - elaborar e expedir comunicados em visitas oficiais do Ministro de Estado às unidades federativas;

IX - receber, registrar, encaminhar, acompanhar e arquivar as correspondências relacionadas a convites e cumprimentos ao Ministro de Estado, produzindo relatórios semanais; e agradecer, confirmar presenças e verificar a designação de representantes;

X - elaborar e expedir convites de eventos realizados pelo Ministério e suas unidades vinculadas, ou em parceria com outros órgãos públicos ou iniciativa privada;

XI - atualizar o banco de dados das autoridades de interesse do Ministério;

XII - elaborar o calendário de eventos do Ministério;

XIII - elaboração de termos de referência, conjuntamente com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério para subsidiar as contratações de serviços que zelem pela eficácia do desempenho das atividades do cerimonial;

XIV - gerir os contratos de prestação de serviços de organização de eventos;

XV - gerir a curadoria da Ordem do Mérito Científico e da Ordem do Mérito das Comunicações; e

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção VIII

Da Assessoria de Comunicação Social

Art. 29. À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações nas ações gerais de comunicação social, interna e externa, incluídas as atividades de imprensa, publicidade, relações públicas e mídia eletrônica;

II - elaborar programas e projetos de comunicação social em consonância com as diretrizes da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

III - planejar, coordenar e manter o conteúdo das páginas eletrônicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e das demais redes sociais afetas à Pasta; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 30. À Coordenação Administrativa de Imprensa compete:

I - propor pautas, redigir, executar, editar e divulgar, interna e externamente, matérias de rádio, televisão e texto de interesse do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos vários veículos regionais, nacionais e internacionais da grande imprensa e especializados, bem como para divulgação nas páginas eletrônicas do Ministério;

II - convocar, organizar e acompanhar entrevistas coletivas ou individuais do Ministro e demais autoridades e técnicos do Ministério;

III - fazer o acompanhamento fotográfico de audiências e solenidades do Ministério e manter atualizado e ordenado arquivo de imagens do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IV - elaborar, organizar e manter o clipping de jornais impressos e televisivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como cadastro atualizado de jornalistas da imprensa nacional, regional, internacional e segmentada;

V - propor e supervisionar as atividades de comunicação interna em parceria com as Secretarias e outras unidades do Ministério; e

VI - articular ações de divulgação em parceria com outros órgãos do Poder Executivo Federal.

Art. 31. À Coordenação Administrativa de Publicidade compete:

I - identificar necessidades e atender às demandas pertinentes às ações de publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da:

a) elaboração de planos anuais de comunicação, na forma estabelecida pela Secretaria de Comunicação Social, concebendo planos estratégicos e táticos de comunicação e serem executados de forma padrão pelo MCTIC;

b) observação da eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos destinados às ações de publicidade;

c) atenção às normas pertinentes às ações, atos e processos de que tratam as Instruções Normativas da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; e

d) averiguação e análise dos menores custos e da melhor rentabilidade de compra de tempos e/ou espaços publicitários ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, não desprezando oportunidades originais e inéditas de projetos de comunicação que possam surgir.

Seção IX

Da Assessoria de Assuntos Parlamentares

Art. 32. À Assessoria de Assuntos Parlamentares compete:

I - planejar, coordenar, orientar e acompanhar a execução das atividades, de interesse do Ministério relacionadas à ação parlamentar, ao processo legislativo e à conjuntura política junto ao Congresso Nacional;

II - representar o Ministério perante o Congresso Nacional, à Subchefia para Assuntos Parlamentares da Presidência da República e às Assessorias Parlamentares dos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

III - assistir ao Ministro de Estado e às demais autoridades do Ministério e das entidades vinculadas, quando em missões junto ao Congresso Nacional;

IV - exercer as funções de relações públicas junto aos congressistas e aos órgãos técnicos e administrativos do Congresso Nacional;

V - acompanhar as reuniões dos parlamentares e autoridades com o Ministro;

VI - receber parlamentares e demais autoridades que procuram informações no Ministério e entidades vinculadas; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 33. À Coordenação de Acompanhamento do Processo Legislativo e Análise de Informações compete:

I - realizar a leitura da atividade legislativa nos sítios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, destacando os atos e assuntos de interesse do Ministério, bem como as matérias relativas aos projetos de lei, debates, pronunciamentos e outras publicações;

II - coletar os subsídios necessários ao pronunciamento do Ministério sobre matérias em tramitação no Congresso Nacional, afetas a sua área de competência;

III - acompanhar a tramitação das proposições de interesse do Ministério, solicitando pareceres aos setores competentes para encaminhamento à Subchefia de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República;

IV - participar de reuniões com as secretarias do Ministério e demais entidades para discussão de encaminhamentos e acompanhamento de matérias de interesse junto ao Congresso Nacional;

V - acompanhar as atividades junto às comissões temáticas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que possuam matérias de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas; e

VI - acompanhar as Audiências Públicas nas comissões temáticas que possuam assuntos de interesse deste Ministério, bem como assistir aos seus representantes e de suas entidades vinculadas, quando convidados.

Art. 34. À Divisão de Análise de Informações compete:

I - acompanhar, no âmbito do Ministério, a tramitação das Indicações e dos Requerimentos de Informação apresentados por parlamentares ao Ministro de Estado;

II - organizar os arquivos de Requerimentos de Informação, Indicações, Projetos de Lei, pronunciamentos e solicitações de parlamentares;

III - redigir, controlar, distribuir e despachar correspondências de interesse dos parlamentares, no âmbito do Ministério;

IV - acompanhar as demandas parlamentares oriundas do Gabinete do Ministro;

V - acompanhar a execução das emendas parlamentares dos Deputados Federais e Senadores; e

VI - acompanhar as diligências técnicas das diversas Secretarias do Ministério e entidades vinculadas, quanto à execução das emendas parlamentares e programação voluntária.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 35. Ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das unidades integrantes da estrutura do Gabinete;

II - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social;

III - coordenar a pauta de trabalho do Ministro de Estado, no País e no exterior, e prestar assistência em seus despachos;

IV - analisar e articular, com as demais unidades do Ministério, o encaminhamento dos assuntos a serem submetidos ao Ministro de Estado;

V - examinar os pedidos de audiência do Ministro de Estado, priorizando seus atendimentos;

VI - coordenar a elaboração de programas de viagem do Ministro de Estado;

VII - propor a edição de atos com vistas à adequada regulamentação das atividades afetas à sua área de competência;

VIII - autorizar, nos termos da legislação vigente, marcação e interrupção de férias dos servidores que lhe sejam subordinados, incluindo os assessores especiais do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - arquivar definitivamente ou desarquivar processos e documentos; e

X - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 36. Aos Chefes de Assessorias Especiais e Assessorias do Gabinete incumbe:

I - assessorar o Chefe de Gabinete do Ministro na execução das atividades que lhe forem atribuídas; e

II - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de suas respectivas Unidades.

Art. 37. Aos Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefes de Divisão e Chefes de Serviço incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em suas áreas de competência.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe de Gabinete do Ministro de Estado.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria Executiva compete:

I - assistir o Ministro de Estado na definição de diretrizes, na supervisão e na coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar atividades de formulação e proposição de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativas às áreas de competência do Ministério;

III - supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento nas áreas de ciência, tecnologia, inovações e comunicações, inclusive fundos;

IV - propor a regulamentação e a normatização técnica e tarifária dos serviços postais;

V - coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à prevenção e à apuração de irregularidades, por meio da instauração e da condução de procedimentos correcionais;

VI - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito do Ministério;

VII - avaliar os contratos de gestão firmados entre o Ministério e as entidades qualificadas como organizações sociais;

VIII - desempenhar as atribuições conferidas pela legislação dos Fundos;

IX - promover e coordenar a integração de sistemas corporativos e a gestão da informação no âmbito do Ministério;

X - promover e coordenar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio, conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, de Planejamento e Orçamento Federal - SIOP, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal - SIAFI e de Organização e Inovação Institucional - SIORG, por intermédio das Diretorias e unidades a ela subordinadas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Executiva - SEXEC tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete da Secretaria Executiva - GABEX

a) Divisão de Apoio ao Gabinete - DIGAB

b) Divisão de Documentação e Arquivo - DIDOC

II - Corregedoria - CORREG

III - Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO

a) Divisão de Apoio Administrativo - DIAMI

b) Coordenação-Geral de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - CGUO

1. Coordenação das Unidades de Pesquisa - COUPE

2. Coordenação de Organizações Sociais - COORS

3. Coordenação de Avaliação - COAVL

IV - Diretoria de Gestão de Entidades Vinculadas - DGV

a) Coordenação-Geral de Governança e Acompanhamento de Entidades Vinculadas - CGEV

1. Coordenação de Governança das Entidades Vinculadas - COGEV

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Coordenação de Serviços Postais - COSEP
V - Diretoria de Gestão Estratégica - DGE
a) Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Setorial - CGPE
1. Coordenação de Planejamento e Avaliação - COPLA
2. Coordenação de Projetos Especiais - COPES
b) Coordenação-Geral de Gestão, Inovação e Indicadores - CGGI
1. Coordenação de Indicadores e Informação - COIND
1.1. Serviço de Arquivo e Biblioteca - SEARB
2. Coordenação de Organização Institucional - COORG
3. Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP
3.1. Divisão de Desenvolvimento de Pessoas - DIDEP
3.1.1. Serviço de Avaliações de Desempenho - SERAV
c) Coordenação-Geral de Governança de Fundos - CGGF
1. Serviço de Apoio aos Colegiados - SEACO
2. Coordenação de Planejamento e Gestão de Fundos - COGEF
3. Coordenação Técnica e Operacional dos Fundos - COTEF
VI - Diretoria de Administração - DAD
a) Divisão de Apoio à Diretoria de Administração - DIVAD
b) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF
1. Coordenação de Orçamento - COORF
1.1. Divisão de Programação Orçamentária - DIPOR
1.1.1. Serviço de Avaliação e Elaboração da Programação Orçamentária - SEAEX
1.2. Divisão de Acompanhamento da Execução da Programação Orçamentária - DIEPO
1.2.1. Serviço de Acompanhamento da Execução da Programação Orçamentária - SEAOR
2. Coordenação Financeira - CORFI
2.1. Divisão de Programação Financeira - DIPFI
2.1.1. Serviço de Programação e Liberação Financeira - SEPLF
3. Coordenação de Contabilidade - COTAB
3.1. Divisão de Análise Contábil - DIACO
3.1.1. Serviço de Acompanhamento Contábil - SEACC
3.2. Divisão de Informação de Custos - DIINC
3.2..1. Serviço de Apuração de Custos - SERAC
c) Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP
1. Coordenação de Administração de Pessoal - COAPE
1.1. Divisão de Cadastro de Pessoal - DICAD
1.1.1. Serviço de Acompanhamento de Movimentação de Pessoal - SEAMP
1.2. Divisão de Benefícios - DIBEN
1.2.1. Serviço de Atenção à Saúde do Servidor- SEASS
2. Coordenação de Pagamento, Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - COPEO
2.1. Divisão de Pagamento de Pessoal - DIPAG
2.1.1. Serviço de Pagamento de Pessoal - SEPAG
2.2. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira - DIOFI
3. Coordenação de Informações e Legislação de Pessoal - COLEG
3.1. Divisão de Assuntos Jurídicos e Legislação de Pessoal - DILEG
3.1.1. Serviço de Controle de Assuntos Jurídicos de Pessoal - SECAJ
3.2. Divisão de Informações de Pessoal- DIINF
4. Coordenação de Aposentarias e Pensões - COAPP
4.1. Divisão de Aposentadorias e Pensões - DIPEN
4.1.1. Serviço de Análise e Concessão de Aposentadoria - SEAPO
4.1.2. Serviço de Concessão de Pensões - SEPEN
4.1.3. Serviço de Revisão de Pensões - SERPE
d) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL
1. Coordenação de Licitações, Compras e Contratos - COLCC
1.1. Divisão de Compras e Instrução Processual - DICIP
1.1.1. Serviço de Compras e Cadastro - SECOC
1.1.2. Serviço de Instrução Processual - SEINP
1.2. Divisão de Licitações e Contratos - DILIC
1.2.1. Serviço de Licitações - SELIC
1.2.1. Serviço de Atos e Acompanhamento de Contratos - SEAAC
2. Coordenação de Infraestrutura - COINT
2.1. Divisão de Obras e Engenharia - DIOBE
2.1.1. Serviço de Administração de Edifícios - SEADI
3. Coordenação de Logística e Patrimônio - COLOP
3.1. Divisão de Serviços Gerais - DISEG
3.1.1. Serviço de Atividades Auxiliares - SEATA
3.1.2. Serviço de Transportes - SETRA
3.1.3. Serviço de Apoio Avançado - SEAAV
3.1.4. Serviço de Protocolo-Geral - SEPRG
3.2. Divisão de Material e Patrimônio - DIMAP
3.2.1. Serviço de Almoxarifado e Patrimônio - SEALP
4. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - COEOF
4.1. Divisão de Execução Orçamentária - DIEXO
4.1.1. Serviço de Controle Orçamentário - SECOO
4.2. Divisão de Análise e Execução Financeira - DIAEF
4.2.1. Serviço de Pagamentos e Prestação de Contas - SEPPC
VII - Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI
a) Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação - CGGO
1. Coordenação de Planos e Normas de Tecnologia da Informação - COPLN
1.1. Divisão de Projetos e Processos - DIPRO
1.2. Divisão de Aquisições de Tecnologia da Informação - DIATI
b) Coordenação-Geral de Sistemas - GCSI
1. Coordenação de Projetos de Sistemas - COPRO
1.1. Divisão de Desenvolvimento e Manutenção - DIDEM
2. Coordenação de Qualidade de Software - COSOF
2.1. Divisão de Administração de Dados - DIADD
c) Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação - CGTI
1. Serviço de Atendimento ao Usuário - SEAUS
2. Serviço de Telefonia - SERTE
3. Coordenação de Redes e Segurança Cibernética - COSEG
3.1. Divisão de Segurança de Rede e Banco de Dados - DISEB

Art. 3º A Secretaria Executiva será dirigida pelo Secretário-Executivo, o Gabinete, as Divisões e os Serviços por Chefes, as Diretorias por Diretores, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, e as Coordenações por Coordenadores, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete da Secretaria Executiva

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria Executiva compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo;

II - analisar e articular, com as demais Unidades da Secretaria-Executiva, o encaminhamento dos assuntos a serem submetidos ao Secretário;

III - despachar com o Secretário-Executivo e dar tratamento aos processos e expedientes submetidos à Secretaria-Executiva;

IV - coordenar a pauta de trabalho do Secretário-Executivo e examinar os pedidos de audiências, priorizando seus atendimentos;

V - assistir ao Secretário-Executivo na coordenação de estudos e na elaboração de portarias e atos normativos diretamente relacionados à SEXEC;

VI - prover o Secretário-Executivo de informações necessárias à tomada de decisões, auxiliando na coordenação das tarefas a cargo da SEXEC;

VII - promover a articulação entre os diferentes órgãos e unidades supervisionados pela SEXEC;

VIII - prestar apoio técnico ao Secretário-Executivo;

IX - coordenar e supervisionar a execução das ações técnicas e de gestão interna da SEXEC, especialmente o desenvolvimento institucional, a comunicação administrativa e a gestão; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 6º À Divisão de Apoio ao Gabinete compete:

I - prestar apoio técnico e administrativo ao Gabinete da SEXEC;

II - assistir diretamente ao Chefe de Gabinete no preparo do expediente pessoal e da pauta de despachos do Secretário-Executivo;

III - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização dos expedientes e da documentação submetida à apreciação do Secretário-Executivo;

IV - planejar, coordenar e executar as atividades administrativas necessárias à consecução das ações da SEXEC;

V - analisar os relatórios de servidores dos órgãos da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério, referentes a missões e serviços no exterior;

VI - solicitar, sempre que necessárias, informações adicionais sobre os resultados das missões; e

VII - elaborar resumos de relatórios de missões de servidores no exterior, para conhecimento das autoridades do Ministério.

Art. 7º À Divisão de Documentação e Arquivo compete:

I - elaborar minutas de atos e correspondências oficiais de interesse do Secretário-Executivo;

II - orientar e controlar a emissão, numeração e registro de atos e correspondências oficiais do Secretário-Executivo;

III - receber e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria-Executiva, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos; e

IV - analisar, classificar, organizar e manter atualizada a documentação oficial dirigida ao Secretário-Executivo.

Seção II

Da Corregedoria

Art. 8º À Corregedoria Interna compete:

I - propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem a definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição;

II - participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

III - sugerir ao Órgão Central do Sistema procedimentos relativos ao aprimoramento das atividades relacionadas às sindicâncias e aos processos administrativos disciplinares;

IV- supervisionar, orientar, controlar e avaliar:

a) os procedimentos de apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013; e

b) as atividades de prevenção e correição disciplinares desenvolvidas no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

V - analisar as representações e as denúncias que lhe forem encaminhadas relacionadas aos servidores do Ministério e o juízo de admissibilidade;

VI - promover, isoladamente ou em parceria com outros órgãos ou entidades públicas, o treinamento dos servidores que serão designados para atuar nas comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

VII - promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à conduta disciplinar dos servidores;

VIII - instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos disciplinares, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143 da Lei nº 8.112, de 1990;

IX - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

X - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

XI - supervisionar as atividades de correição desempenhadas pelos órgãos e entidades submetidos à sua esfera de competência;

XII - prestar apoio ao Órgão Central do Sistema na instituição e manutenção de informações, para o exercício das atividades de correição;

XIII - propor medidas ao Órgão Central do Sistema visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição;

XIV - manifestar-se previamente sobre procedimentos disciplinares cuja competência para julgamento seja do Ministro de Estado, se requerido por este, sem prejuízo das competências da Consultoria Jurídica; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Parágrafo único. O Corregedor será indicado pelo Secretário-Executivo deste Ministério, observados os critérios estabelecidos no art. 8º do Decreto nº 5.480, de 2005.

Seção III

Da Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

Art. 9º À Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais compete:

I - supervisionar, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos realizados pelas das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas, visando a geração de novas tecnologias, métodos, processos, produtos e serviços, que contribuam para o desenvolvimento do País;

II - supervisionar, acompanhar e avaliar os Contratos de Gestão firmados entre a União, por intermédio do MCTIC, e entidades qualificadas como Organizações Sociais vinculadas à Diretoria;

III - promover, acompanhar e avaliar a execução dos termos de compromisso de gestão firmados com as unidades de pesquisa;

IV - acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos planos diretores das unidades de pesquisa e, quando couber, das organizações sociais supervisionadas pelo Ministério;

V - supervisionar e coordenar o acompanhamento das realizações de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica das unidades de pesquisa;

VI - coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentária-financeira das unidades de pesquisa;

VII - apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura, no âmbito das unidades de pesquisa, dos projetos e das entidades qualificadas como organização social;

VIII - promover, coordenar e acompanhar o programa de capacitação institucional das unidades de pesquisa;

IX - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 10. À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - assistir ao Diretor na execução de suas atribuições;

II - assistir diretamente ao Diretor no preparo do expediente pessoal e da pauta de despachos do Diretor;

III - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização dos expedientes e da documentação submetida à apreciação do Diretor;

IV - instruir processos e elaborar minutas de atos e correspondências oficiais internos e externos da Diretoria;

V - processar os pedidos de afastamento do país dos servidores das Unidades de Pesquisa;

VI - receber e encaminhar processos, documentos e correspondências afetos à Diretoria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação de tais documentos;

VII - supervisionar e controlar o estoque de material de consumo e controlar o patrimônio afeto à Diretoria; e

VIII - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, digitalização, reprografia, manutenção de instalações e equipamentos e de apoio logístico às reuniões.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais

Art. 11. À Coordenação-Geral de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais compete:

I - dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as atividades realizadas pela Coordenação das Unidades de Pesquisa, pela Coordenação de Organizações Sociais e pela Coordenação de Avaliação;

II - contribuir para a formulação das políticas e das diretrizes do MCTIC em relação às Unidades de Pesquisa e às Organizações Sociais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - contribuir para a formulação do planejamento estratégico do MCTIC em relação às Unidades de Pesquisa e às Organizações Sociais;

IV - supervisionar e avaliar a elaboração da proposta orçamentária e acompanhar a execução da lei orçamentária e dos créditos adicionais em relação aos recursos destinados às Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais;

V - coordenar a elaboração e a consolidação do Relatório de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais;

VI - articular-se com órgãos congêneres de gestão no âmbito do Poder Executivo Federal em relação aos Contratos de Gestão e às Unidades de Pesquisa;

VII - coordenar as iniciativas de Cooperação Internacional no âmbito das Unidades de Pesquisa;

VIII- analisar e encaminhar os processos de afastamentos do País dos servidores das Unidades de Pesquisa;

IX - coordenar a constituição e o funcionamento dos Comitês de Busca; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 12. À Coordenação das Unidades de Pesquisa compete:

I - acompanhar a execução das ações das Unidades de Pesquisa estabelecidas no Plano Plurianual;

II - subsidiar as avaliações das Unidades de Pesquisa e dos projetos associados;

III - apoiar e acompanhar a elaboração e a execução do Planejamento Estratégico das Unidades de Pesquisa;

IV - apoiar e acompanhar a elaboração dos Termos de Compromisso de Gestão das Unidades de Pesquisa;

V - acompanhar as iniciativas de Cooperação Internacional no âmbito das Unidades de Pesquisa;

VI - apoiar os procedimentos para o repasse voluntário de recursos orçamentários do Ministério às Unidades de Pesquisa;

VII - emitir pareceres e notas técnicas sobre os aspectos de gestão, projetos e parcerias que envolvam Unidades de Pesquisa;

VIII - coordenar o Programa de Capacitação Institucional - PCI das Unidades de Pesquisa; e

IX - apoiar e acompanhar as ações relacionadas à inovação e à propriedade intelectual nas Unidades de Pesquisa.

Art. 13. À Coordenação de Organizações Sociais compete:

I - negociar, pactuar e supervisionar os Contratos de Gestão firmados com as Organizações Sociais, conforme metas e indicadores estabelecidos;

II - acompanhar a execução das ações das Organizações Sociais estabelecidas no Plano Plurianual;

III - coordenar e controlar as atividades de execução orçamentária-financeira das Organizações Sociais;

IV - apoiar e acompanhar a elaboração e execução do Planejamento Estratégico das Organizações Sociais, no que tange aos Contratos de Gestão;

V - emitir pareceres e notas técnicas sobre os aspectos de gestão, projetos e parcerias que envolvam as Organizações Sociais; e

VI - subsidiar as avaliações das Organizações Sociais e dos projetos associados.

Art. 14. À Coordenação de Avaliação compete:

I - apoiar a Coordenação das Unidades de Pesquisa e a Coordenação das Organizações Sociais no desenvolvimento de atividades referentes à elaboração de indicadores de desempenho e gestão e de indicadores de produção científica, tecnológica e de inovação;

II - manter bases de dados e sistemas de informação capazes de apoiar a gestão das Unidades de Pesquisa e das Organizações Sociais;

III - promover o apoio técnico, operacional e logístico às Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão;

IV - avaliar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos elaborados pelas Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão;

V - coordenar estudos que permitam a avaliação e o desempenho das Unidades de Pesquisa e das Organizações Sociais; e

VI - avaliar e emitir parecer sobre os relatórios referentes aos Termos de Compromisso de Gestão das Unidades de Pesquisa.

Seção IV

Da Diretoria de Gestão de Entidades Vinculadas

Art. 15. À Diretoria de Gestão de Entidades Vinculadas compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos ao serviço postal e temas desenvolvidos pelas empresas estatais e pelas entidades vinculadas ao Ministério;

II - analisar pleitos tarifários do serviço postal;

III - concorrer para a articulação e a execução das políticas e dos programas das empresas estatais e das entidades vinculadas ao Ministério;

IV - realizar o acompanhamento da governança e do desempenho das empresas estatais e suas subsidiárias, bem como das entidades vinculadas ao Ministério;

V - contribuir para o aumento da transparência e para o aperfeiçoamento da gestão das empresas estatais, das suas subsidiárias e das entidades vinculadas ao Ministério;

VI - acompanhar a atuação dos representantes do Ministério nos conselhos de administração e fiscal das empresas estatais, nas suas subsidiárias e nas entidades vinculadas ao Ministério;

VII - realizar a supervisão e o acompanhamento da governança e do desenvolvimento das empresas estatais e das suas subsidiárias, bem como das entidades vinculadas ao Ministério.

VIII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Governança e Acompanhamento de Entidades Vinculadas

Art. 16. À Coordenação-Geral de Governança e Acompanhamento de Entidades Vinculadas compete:

I - acompanhar e avaliar a implementação das diretrizes, políticas e metas acordadas entre o MCTIC, suas empresas estatais e entidades vinculadas;

II - subsidiar os Conselhos de Administração e Fiscal das empresas estatais vinculadas ao MCTIC com informações de gestão das mesmas, mantendo cadastro para controle dos prazos de atuação dos conselheiros, bem como de suas qualificações técnicas para exercício da função;

III - operacionalizar a indicação e acompanhar a atuação de representantes do MCTIC nos Conselhos de Administração e Fiscal das empresas estatais e entidades vinculadas; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 17. À Coordenação de Governança das Entidades Vinculadas compete:

I - subsidiar a realização e o acompanhamento da governança e do desempenho das empresas estatais e suas subsidiárias vinculadas ao MCTIC;

II - propor metas, monitorar o desempenho e acompanhar resultados institucionais de entidades vinculadas ao MCTIC;

IV - subsidiar a formulação e a pactuação de programas e projetos estratégicos;

V - apoiar a implementação da política institucional de inovação e geração de novas tecnologias, métodos, processos, produtos e serviços em suas empresas estatais e entidades vinculadas; e

VI - manifestar-se sobre os pleitos encaminhados pelas empresas estatais vinculadas ao MCTIC.

Art. 18. À Coordenação de Serviços Postais compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos aos serviços postais;

II - analisar as propostas de implantação ou alteração de serviços postais prestados em regime de exclusividade;

III - manifestar-se quanto a aspectos técnicos relativos à regulamentação dos serviços postais;

IV - analisar propostas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para a fixação, reajuste e revisão de tarifas, preços públicos e prêmios ad valorem dos serviços postais prestados em regime de exclusividade, bem como a fixação de critérios objetivos para a redução de tarifa;

V - analisar as propostas da ECT para a realização de atividades afins ao seu objeto;

VI - promover, no âmbito de sua competência, interação com órgãos e entidades da administração pública relacionados com os serviços postais;

VII - realizar as seguintes atividades inerentes à condução da política postal internacional:

a) representação do Brasil como país-membro de organizações intergovernamentais em que o tema postal seja tratado, no âmbito de suas competências;

b) promoção, no âmbito de sua competência, de interação com países, entidades e organismos intergovernamentais, em assuntos relacionados com os serviços postais;

c) coordenação das atividades da delegação brasileira nos organismos intergovernamentais em assuntos relacionados aos serviços postais; e

d) coordenação das atividades de cooperação técnica internacional relacionadas aos serviços postais em acordos firmados pela União, no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, consideram-se:

I - Empresas Estatais vinculadas ao MCTIC:

a.Indústrias Nucleares Brasileiras - INB;

b.Nuclebrás Equipamentos Pesados - NUCLEP;

c.Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada CEITEC;

d.Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT;

e.Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRÁS;

f.Correios Participações S.A - CORREIOSPAR; e

g.Agência de Financiamento de Projetos - FINEP;

II - Entidades Vinculadas ao MCTIC:

a.Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq;

b.Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

c.Agência Espacial Brasileira - AEB; e

d.Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Seção V

Da Diretoria de Gestão Estratégica

Art. 19. À Diretoria de Gestão Estratégica compete:

I - implementar, acompanhar e avaliar ações de modernização, melhoria e inovação da gestão do Ministério;

II - implementar e coordenar estratégias para avaliação de políticas, programas e projetos das áreas de competência do Ministério;

III - propor e coordenar projetos especiais transversais e programas de cooperação técnica e financeira;

IV - supervisionar a elaboração, a atualização, o monitoramento e a avaliação do planejamento estratégico e do Plano Plurianual do Ministério;

V - supervisionar a elaboração de diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais;

VI - propor e avaliar programas de capacitação, desenvolvimento de recursos humanos e qualidade de vida para o Ministério;

VII - desenvolver ações relativas à gestão da informação e à promoção da transparência;

VIII - realizar ações voltadas à informação e à comunicação acerca do desempenho institucional e das políticas e programas implementadas, promovendo melhorias relacionadas aos processos e aos resultados de suas ações;

IX - propor e coordenar projetos especiais transversais e programas de cooperação técnica e financeira;

X - zelar pela gestão transparente da informação produzida e armazenada no Ministério;

XI - elaborar estudos e cenários econômicos para o acompanhamento e avaliação de dados referentes às políticas nacionais de ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

XII - monitorar, propor e desenvolver indicadores para acompanhamento e a avaliação das políticas públicas na área de ciência, tecnologia, i novações e comunicações;

XIII - planejar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, de documentação e arquivo no âmbito do Ministério;

XIV - supervisionar o planejamento, a coordenação e a gestão dos fundos setoriais de financiamento de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como acompanhar a evolução dos recursos a eles destinados;

XV - coordenar as ações inerentes ao Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993;

XVI - assessorar a Secretaria Executiva nas atribuições que lhe são conferidas pela legislação dos Fundos;

XVII - prestar o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao exercício das atividades de competência dos Conselhos Gestores dos Fundos vinculados ao Ministério;

XVIII - propor e coordenar a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;

XIX - planejar e supervisionar estudos visando ao estabelecimento de normas e procedimentos para captação de recursos relativos à área de ciência e tecnologia.

XX - propor, coordenar e acompanhar a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;

XXI - planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas e procedimentos para captação de recursos relativos à área de ciência e tecnologia;

XXII - identificar carências e fontes de recursos, promovendo articulações que viabilizem planos, programas, projetos ou ações consideradas prioritárias.

XXIII - assessorar a Secretaria Executiva nas atribuições que lhe são conferidas pela legislação dos Fundos;

XXIV - manter a interlocução com a FINEP nos assuntos relativos aos Fundos;

XXV - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XXVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Setorial

Art. 20. À Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico e Setorial compete:

I - coordenar a execução das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico e ao ciclo de gestão do Plano Plurianual, no âmbito do Ministério, observando as diretrizes do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

II - promover o gerenciamento do desenvolvimento dos projetos estratégicos, auxiliando metodologicamente as unidades administrativas na tomada de decisão e informando o andamento às instâncias decisórias, de forma a manter a conformidade entre as expectativas e os resultados apresentados;

III - propor políticas, diretrizes e mecanismos para aprimorar a gestão por resultados, gestão do desempenho e para incentivar o melhor uso dos recursos públicos;

IV - propor e coordenar as atividades relacionadas à melhoria e inovação de processos organizacionais no âmbito do Ministério;

V - promover e apoiar ações voltadas à inovação, desburocratização e melhoria da gestão pública no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

VI - propor e coordenar a implementação de metodologias de acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento científico implementados sob a coordenação do Ministério;

VII - coordenar estudos e sistematizar informações objetivando subsidiar a concepção e a criação de programas de desenvolvimento científico de relevância econômica, social ou estratégica para o País;

VIII - articular-se e formar parcerias institucionais para a implementação de programas coordenados ou implementados no âmbito do Ministério; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. À Coordenação de Planejamento e Avaliação compete:

I - coordenar o processo de elaboração, consolidação e revisão dos programas e ações do plano plurianual e Lei Orçamentária Anual;

II - coordenar o acompanhamento, monitoramento, avaliação e produção de informações gerenciais relativas ao Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual, no âmbito do Ministério;

III - coordenar as atividades que promovam o alinhamento entre o planejamento estratégico, plano plurianual e ações orçamentárias;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - coordenar, no âmbito do Ministério, o processo de elaboração do Relatório de Prestação de Contas, Prestação de Contas Anual da Presidência da República e Mensagem Presidencial a serem submetidos aos respectivos órgãos demandantes, conforme legislação vigente;

V - coordenar o acompanhamento dos registros da execução físico-financeira dos programas e ações dos órgãos e entidades vinculadas do Ministério.;

VI - coordenar, acompanhar e monitorar as atividades de avaliação das Políticas, Estratégias, Programas, Ações e Marcos Legais relacionados ao desenvolvimento científico, tecnológico e de comunicações no âmbito do Ministério; e

VII - articular-se com o Órgão Central dos Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, outras instituições de planejamento, avaliação, controle em nível nacional e internacional.

Art. 22. À Coordenação de Projetos Especiais compete:

I - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Estratégico Institucional;

II - propor e coordenar a implementação das rotinas de monitoramento e avaliação do Plano Estratégico Institucional;

III - coordenar as atividades que promovam o alinhamento entre o planejamento estratégico, plano plurianual e ações orçamentárias;

IV - propor e implementar a sistematização e o monitoramento dos indicadores do Planejamento Estratégico, em conjunto com as unidades administrativas do Ministério;

V - exercer o papel de Escritório de Estratégia no âmbito do Ministério, bem como acompanhar e avaliar o respectivo portfólio;

VI - propor e disseminar metodologias e ferramentas de acompanhamento e avaliação de projetos estratégicos, bem como delinear em conjunto com as unidades administrativas o escopo, os objetivos e as entregas, com os requisitos de qualidade;

VII - apoiar metodologicamente a elaboração e monitoramento de projetos, visando à padronização e ao alinhamento ao planejamento estratégico e à cadeia de valor do Ministério;

VIII - propor e supervisionar planos, programas, projetos e atividades relacionados à melhoria, desburocratização e racionalização de processos e procedimentos; e

IX - propor metodologias relativas ao gerenciamento de processos institucionais do Ministério.

Art. 22. À Coordenação de Projetos Especiais compete:

I - coordenar a elaboração e revisão do Planejamento Estratégico Institucional;

II - propor e coordenar a implementação das rotinas de monitoramento e avaliação do Plano Estratégico Institucional;

III - propor e implementar a sistematização e o monitoramento dos indicadores do Planejamento Estratégico, em conjunto com as unidades administrativas do Ministério;

IV - exercer o papel de Escritório de Estratégia no âmbito do Ministério, bem como acompanhar e avaliar o respectivo portfólio;

V - propor e disseminar metodologias e ferramentas de acompanhamento e avaliação de projetos estratégicos, bem como delinear em conjunto com as unidades administrativas o escopo, os objetivos e as entregas, com os requisitos de qualidade;

VI - apoiar metodologicamente a elaboração e monitoramento de projetos, visando à padronização e ao alinhamento ao planejamento estratégico e à cadeia de valor do Ministério;

VII - propor e supervisionar planos, programas, projetos e atividades relacionados à melhoria, desburocratização e racionalização de processos e procedimentos; e

VIII - propor metodologias relativas ao gerenciamento de processos institucionais do Ministério.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Gestão, Inovação e Indicadores

Art. 23. À Coordenação-Geral de Gestão, Inovação e Indicadores compete:

I - implementar, acompanhar e avaliar ações de modernização, melhoria e inovação da gestão do Ministério, quanto a:

a) desenvolvimento de pessoas;

b) desenvolvimento institucional;

c) modernização administrativa;

d) adequação da estrutura organizacional;

e) gestão da informação; e

f) arquivo, biblioteca;

II - coordenar, acompanhar e prestar orientação técnica no desenvolvimento de planos, programas, projetos e atividades de desenvolvimento institucional, racionalização administrativa, e gestão da informação para o Ministério, no âmbito da administração central;

III - prestar orientação técnica em assuntos relativos à estrutura regimental, regimentos internos e estatutos do Ministério;

IV - coordenar a avaliação de desempenho institucional junto às unidades do Ministério, no âmbito da administração central;

V - gerar e promover a disseminação de informações organizacionais para o Ministério;

VI - estimular, promover e coordenar o processo de implementação de planos, programas, projetos e atividades voltadas à promoção da qualidade e produtividade no âmbito da Administração Central, em articulação com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

VII - propor e avaliar programas de capacitação, desenvolvimento de recursos humanos e qualidade de vida, alinhados à estratégia do Ministério;

VIII - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos centrais dos Sistemas de Modernização Administrativa e Sistema Nacional de Arquivos;

IX - supervisionar e coordenar ações de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações relativas à ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

X - Acessar dados dos Sistemas Estruturantes de Execução Financeira e Orçamentária da Administração Pública Federal, com o objetivo de levantar os dispêndios em ciência e tecnologia; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 24. À Coordenação de Indicadores e Informação compete:

I - Monitorar, propor e desenvolver indicadores para acompanhamento e avaliação das políticas públicas da área da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

II - representar o Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações em fóruns técnicos de especialistas em indicadores, tanto no âmbito nacional quanto internacional;

III - mapear, consolidar, sistematizar e publicar periodicamente dados relacionados ao setor para subsidiar a formulação das políticas desenvolvidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como para transparência ativa de dados à sociedade;

IV - articular-se com instituições que atuem na produção e manutenção de indicadores, no desenvolvimento de estudos setoriais e produção de novas fontes de pesquisa e informação na área da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

V - produzir e/ou apoiar a contratação de estudos e informações setoriais com o objetivo de subsidiar o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas do Ministério;

VI - Assessorar a Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação no monitoramento da implementação do plano de dados abertos e no cumprimento das normas referentes à abertura de dados governamentais;

VII - acompanhar a evolução dos sistemas de análise de dados, inteligência do negócio, bem como das melhores práticas de gerenciamento e publicação de dados e informações, propondo ações de modernização nesses aspectos, quando necessário;

VIII - desenvolver ações para melhorar a organização da informação e a gestão do conhecimento no âmbito do Ministério;

IX - coordenar, orientar e supervisionar a realização das atividades relacionadas à gestão documental;

X - colaborar na definição e execução de procedimentos de agilização dos fluxos de informação voltados para melhoria da eficiência da administração no âmbito do Ministério; e

XI - acompanhar e orientar as atividades de arquivo, biblioteca e documentação do Ministério.

Art. 25. Ao Serviço de Arquivo e Biblioteca, compete:

I - elaborar, implementar e manter o Plano Arquivístico do Ministério;

II - executar a política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, em conformidade com o Sistema de Arquivos - SIARQ;

III - articular-se com as unidades responsáveis pela custódia de documentos para integração das diferentes fases da gestão documental;

IV - executar, em articulação com outros órgãos e unidades, no seu nível de competência, a política de preservação da memória técnica e histórica do Ministério;

V - promover a segurança e o zelo dos documentos e processos administrativos sob sua guarda;

VI - propor ações para melhoria das políticas de segurança e acesso ao patrimônio documental, na defesa dos interesses do Ministério;

VII - gerir os sistemas informatizados inerentes às funções setoriais de biblioteca e documentação;

VIII - coordenar a elaboração e apresentar propostas relativas ao Código de Classificação de Documentos de Arquivo, às Tabelas de Temporalidade dos Documentos de Arquivo e de outros instrumentos de indexação, recuperação e controle dos documentos de arquivo;

IX - aplicar os instrumentos de gestão, indexação, recuperação e controle nos documentos;

X - subsidiar propostas de normas complementares para o recolhimento, a guarda e o descarte do acervo bibliográfico;

XI - arquivar, preservar ou eliminar documentos e processos administrativos nos prazos determinados pela legislação pertinente;

XII - manter atualizados os registros da documentação e processos administrativos arquivados na unidade;

XIII - prestar apoio técnico às unidades e comissões referentes à documentação, arquivo e biblioteca;

XIV - prestar orientação técnica e normativa relacionada ao acervo bibliográfico e ao arquivamento de documentos às unidades do Ministério;

XV - orientar os usuários na utilização dos sistemas de pesquisa de Arquivo e Biblioteca;

XVI - assegurar condições de conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental do Ministério;

XVII - prover ao Ministério informação bibliográfica, documental e legislativa, contribuindo para o desempenho eficaz de suas funções;

XVIII - promover a guarda das publicações editadas, reeditadas, reimpressas ou coeditadas em qualquer suporte;

XIX - promover a guarda, a preservação e a disseminação da memória institucional da produção de conhecimentos realizada pelo Ministério;

XX - organizar, preservar, controlar, atualizar e disseminar o acervo bibliográfico e publicações periódicas em qualquer suporte;

XXI - controlar, registrar e normatizar publicações e coleções em qualquer suporte editadas pelo Ministério;

XXII - propiciar o acesso a textos especializados como instrumento de auto aperfeiçoamento aos servidores do Ministério;

XXIII - zelar pela conservação, preservação e atualização do acervo bibliográfico que se encontra sob sua guarda; e

XXIV - zelar pelo cumprimento, no âmbito do Ministério, dos dispositivos legais voltados à organização e ao funcionamento dos arquivos públicos.

Parágrafo único. A gestão arquivística compreende os documentos em suporte convencional e eletrônico.

Art. 26. À Coordenação de Organização Institucional compete:

I - estimular, disseminar e apoiar iniciativas inovadoras de gestão que contribuam para a melhoria administrativa e organizacional das unidades do Ministério;

II - realizar estudos e pesquisas visando à absorção de novas tecnologias e instrumentos de modernização da gestão organizacional do Ministério;

III - coordenar a elaboração de propostas de alteração de estrutura regimental;

IV - coordenar a execução das atividades de Avaliação de Desempenho Institucional e manter atualizados seus normativos internos, no âmbito da Administração Central;

V - coordenar a implantação e gestão negocial de sistemas de Processo Administrativo Eletrônico e correlatos no âmbito do Ministério; e

VI - representar o Ministério nas iniciativas da Administração Pública para gestão da infraestrutura pública de Processo Administrativo Eletrônico.

Art. 27. À Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - formular, implementar, monitorar e avaliar a política de desenvolvimento de pessoas da Administração Central e manter atualizados seus normativos internos;

II - coordenar a execução de estudos voltados para a proposição de políticas, diretrizes, programas e projetos de desenvolvimento, de recrutamento e seleção de pessoal do Ministério, bem como para a otimização e recomposição de sua força de trabalho;

III - promover levantamentos de necessidades e características profissiográficas destinados à realização de concurso público e adequações funcionais de pessoal;

IV - promover a gestão do processo de remoção interna no âmbito da Administração Central;

V - coordenar e promover o levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos servidores da Administração Central, visando à elaboração do Plano Anual de Capacitação;

VI - coordenar a elaboração e a execução do Plano Anual de Capacitação;

VII - gerenciar a execução das ações ou eventos de capacitação, inclusive na modalidade de reembolso, para o quadro de pessoal ativo da Administração Central;

VIII - coordenar a implementação e manutenção do modelo de gestão de pessoas baseado em competências;

IX - coordenar as atividades referentes à Avaliação de Desempenho Individual para fins de estágio probatório, progressão e promoção nas carreiras e gratificações de desempenho, e manter atualizados seus normativos internos;

X - acompanhar os resultados das avaliações de desempenho individual e propor ações de melhoria quando necessário;

XI - propor e acompanhar planos, programas e atividades relacionados à melhoria da qualidade de vida dos servidores do quadro de pessoal ativo da Administração Central;

XII - propor diretrizes e ações relativas à melhoria do clima organizacional e à gestão de conflitos favorável ao desenvolvimento e aproveitamento das competências de pessoal;

XIII - assessorar a Coordenação-Geral de Gestão, Inovação e Indicadores na definição dos objetivos do planejamento estratégico; e

XIV - exercer as atribuições de secretaria executiva e de apoio aos colegiados de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, e suas respectivas alterações e regulamentações.

Art. 28. À Divisão de Capacitação e Qualidade de Vida compete:

I - realizar ações que proporcionem adequações funcionais relacionadas ao Quadro de Pessoal da Administração Central;

II - promover estudos e ações voltados à melhoria da qualidade de vida no trabalho;

III - realizar o levantamento de necessidades de treinamento, desenvolvimento e educação bem como de projetos voltados à melhoria da qualidade de vida;

IV - elaborar o plano anual de capacitação da Administração Central;

V - expedir, controlar e registrar certificados de conclusão de ações ou eventos de capacitação, promovidas pelo Ministério;

VI - manter intercâmbio e parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, especializadas em treinamento e desenvolvimento de pessoas;

VII - recrutar instrutores internos e externos para atividades docentes, na execução das ações ou eventos de capacitação e desenvolvimento de pessoas;

VIII - executar as ações relacionadas à manutenção do modelo de gestão por competência;

IX - supervisionar as atividades relacionadas às avaliações de desempenho para estágio probatório, progressão e promoção funcionais e gratificações de desempenho; e

X - prestar orientação técnica e normativa relacionada a desenvolvimento de pessoas.

Art. 29. Ao Serviço de Avaliação compete:

I - executar as atividades relacionadas às avaliações de desempenho para estágio probatório, progressão e promoção funcional, bem como de gratificações de desempenho;

II - exercer as atribuições de secretaria-executiva dos órgãos colegiados de matérias inerentes às questões relacionadas à avaliação, progressão e promoção funcional;

III - receber e analisar previamente os processos das Unidades de Pesquisa e da Administração Central inerentes à progressão e promoção funcional a serem submetidos à apreciação e deliberação da Comissão Interna do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia - CI;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

V - receber e analisar previamente os processos decorrentes do processo avaliativo do estágio probatório aptos a serem submetidos à apreciação e deliberação do respectivo colegiado;

VI - encaminhar para publicação oficial +os atos decorrentes das decisões dos colegiados;

X - receber e encaminhar os processos de avaliação dos servidores de outros órgãos à disposição da Administração Central; e

XI - prestar orientação técnica e normativa relacionada a avaliação de desempenho individual para estágio probatório, progressão e promoção funcional, bem como de gratificações de desempenho.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Governança de Fundos

Art. 30. À Coordenação-Geral de Governança de Fundos compete:

I - promover a gestão e apoiar as atividades necessárias à coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico FNDCT e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as competências estabelecidas pela Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2001;

II - subsidiar a Diretoria de Gestão Estratégica para o desempenho das atribuições conferidas à Secretaria Executiva pela legislação dos Fundos;

III - orientar e apoiar o planejamento e a elaboração de estudos visando o estabelecimento de normas, diretrizes e procedimentos dos Fundos;

IV - promover a articulação com órgãos e entidades relacionadas com as atividades dos Fundos;

V - prestar o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao exercício das atividades de competência do Conselho Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 31. Ao Serviço de Apoio aos Colegiados compete:

I - prestar apoio administrativo, operacional e logístico aos Conselhos e Comitês dos Fundos;

II - prestar apoio à Coordenação-Geral de Governança de Fundos;

III - organizar as reuniões das instâncias colegiadas;

IV - organizar e gerenciar o portal dos Fundos;

V - elaborar normas e documentos definidos pelas instâncias colegiadas; e

VI - manter arquivos referentes à normas, deliberações e outros documentos.

Art. 32. À Coordenação de Planejamento e Gestão de Fundos compete:

I - apoiar a elaboração do planejamento dos Fundos;

II - monitorar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros dos Fundos;

III - coordenar as atividades relacionadas à sistematização de informações dos Fundos;

IV - analisar consultas e requerimentos relativos aos Fundos;

V - elaborar relatórios anuais consolidados sobre a execução das ações dos Fundos;

VI - propor e elaborar regramentos para a aplicação dos recursos dos Fundos, no âmbito de sua competência;

VII - prestar apoio técnico aos Conselhos e Comitês dos Fundos; e

VIII - apoiar a elaboração de termos de referências para contratação de estudos e consultorias relacionados a temas de interesse dos Fundos, aprovados pelas instâncias colegiadas.

Art. 33. À Coordenação Técnica e Operacional dos Fundos compete:

I - coordenar e gerir a operação dos Fundos;

II - acompanhar e controlar os processos de arrecadação do FUNTTEL;

III - monitorar os agentes financeiros quanto à execução de projetos com recursos dos Fundos;

IV - realizar a execução orçamentária e financeira do FUNTTEL e outras que forem da competência da Coordenação-Geral; e

V - subsidiar a Coordenação de Planejamento e Gestão no desempenho de suas competências.

Seção VI

Da Diretoria de Administração

Art. 34. À Diretoria de Administração compete:

I - planejar e supervisionar a execução das operações de gestão de contratos e licitações, bem como das atividades relacionadas aos sistemas federais de recursos humanos, logística, orçamento, administração financeira e contabilidade no âmbito do Ministério;

II - acompanhar a execução do orçamento anual do Ministério e das suas entidades vinculadas;

III - desenvolver as atividades de orientação e acompanhamento contábil do Ministério e das suas entidades vinculadas;

IV - realizar a administração de recursos humanos e logística no âmbito da administração central do Ministério;

V - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar, orientar e supervisionar os órgãos no cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e dos demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade que resulte em dano ao erário;

VII - executar as diretrizes emanadas do órgão central do SIAFI, do SISG e do SIAFI, orientar e implantar normas e procedimentos, objetivando a regulamentação, a racionalização e o aprimoramento das atividades, no seu campo de atuação;

VIII - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas, seguindo as diretrizes emanadas do órgão central do SIPEC;

IX - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 35. À Divisão de Apoio à Diretoria de Administração compete:

I - assistir ao Diretor e preparar os documentos administrativos a serem assinados ou chancelados;

II - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização dos expedientes e da documentação submetida à apreciação do Diretor;

III - instruir processos e elaborar minutas de atos e correspondências oficiais internos e externos da Diretoria;

IV - executar as atividades de apoio administrativo no âmbito da Diretoria de Administração;

V - receber e encaminhar processos, documentos e correspondências afetos à Diretoria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação de tais documentos;

VI - controlar os encaminhamentos visando ao cumprimento dos prazos legais para remessa de informações da Diretoria aos órgãos de controle e judiciais;

VII - atender e prestar informações aos interessados, no limite de sua competência, sobre processos em análise na Diretoria;

VIII - analisar, classificar e cadastrar as correspondências recebidas e expedidas, no âmbito da Diretoria;

IX - organizar e manter atualizado a documentação oficial dirigida às unidades da Diretoria; e

X - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, digitalização, reprografia, manutenção de instalações e equipamentos e de apoio logístico às reuniões.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Art. 36. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I - coordenar e orientar o processo de elaboração das propostas de orçamento fiscal e da seguridade social, bem como do orçamento de investimentos das empresas estatais do Ministério, programação financeira e de contabilidade, conforme as orientações dos respectivos órgãos centrais;

II - coordenar e orientar o processo de ajustes orçamentários ao longo do exercício financeiro;

III - analisar e avaliar a proposta de orçamento do Ministério à luz da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e das diretrizes do órgão central do Sistema de Orçamento Federal;

IV - avaliar o desempenho da execução orçamentário-financeira do Ministério, propondo as alterações que se fizerem necessárias;

V- subsidiar a elaboração do Plano Plurianual quanto aos seus aspectos orçamentários;

VI - interagir com os órgãos dos sistemas de planejamento, de orçamento, de administração financeira e de contabilidade;

VII - coordenar o acompanhamento da execução do Programa de Dispêndios Globais - PDG e do Orçamento de Investimento - OI das empresas vinculadas ao Ministério;

VIII - coordenar, orientar e acompanhar a movimentação orçamentária e o limite de empenho junto às unidades do Ministério;

IX - coordenar, orientar, acompanhar e prestar assistência técnica às unidades do Ministério;

X - coordenar, orientar e acompanhar as atividades de informação de custos; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 37. À Coordenação de Orçamento compete:

I - exercer a orientação normativa e a supervisão técnica dos orçamentos anuais, observadas as diretrizes do Órgão Central do Sistema de Orçamento Federal;

II - coordenar, orientar e controlar o processo de elaboração da proposta orçamentária do Ministério;

III - acompanhar e orientar o processo de elaboração do orçamento constante do Plano Plurianual - PPA;

IV - acompanhar e orientar o processo de elaboração do orçamento de investimento das empresas vinculadas ao Ministério;

V - acompanhar, analisar e orientar as solicitações de alterações orçamentárias das unidades e entidades vinculadas ao Ministério;

VI - adotar os procedimentos necessários às descentralizações orçamentárias; e

VII - coordenar, orientar e controlar a movimentação orçamentária e o limite de empenho do Ministério.

Art. 38. À Divisão de Programação Orçamentária compete:

I - supervisionar, orientar e controlar a programação orçamentária e a consolidação de dados do orçamento fiscal da seguridade, de investimentos e das empresas estatais;

II - elaborar instruções técnicas, analisar e processar a proposta orçamentária setorial;

III - analisar as solicitações de alterações orçamentárias, de programação e execução orçamentária sob os aspectos legais e promover as alterações pertinentes;

IV - elaborar e analisar os demonstrativos gerenciais de programação e execução orçamentária e projetar as despesas do exercício, informando a necessidade de se obter créditos adicionais;

V - analisar e acompanhar o fluxo de receita das unidades e entidades vinculadas ao Ministério; e

VI - orientar a aplicação das normas, instruções e manuais sobre orçamento.

Art. 39. Ao Serviço de Avaliação e Elaboração da Programação Orçamentária compete:

I - acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual do Ministério;

II - analisar os limites da proposta orçamentária anual distribuídos pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP;

III - propor a distribuição dos limites da proposta orçamentária anual pelas unidades do Ministério;

IV - analisar e projetar despesas com pessoal e benefícios;

V - analisar as solicitações de créditos adicionais e outras alterações orçamentárias e acompanhar a tramitação das mesmas;

VI - manter os registros atualizados das dotações orçamentárias e dos créditos adicionais;

VII - analisar projeções da despesa e da receita orçamentária, periodicamente, de modo a identificar a necessidade de créditos adicionais;

VIII - prestar assessoramento à Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério; e

IX - manter atualizados registros de lei, decretos, normas, regulamentos e outros atos inerentes à matéria orçamentária.

Art. 40. À Divisão de Acompanhamento da Execução da Programação Orçamentária compete:

I - acompanhar a execução orçamentária do Ministério, bem como manter os registros históricos;

II - gerenciar a movimentação orçamentária e o limite de empenho junto às unidades jurisdicionadas;

III - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais;

IV - analisar e manifestar-se sobre as solicitações de disponibilidade orçamentária;

V - avaliar o desempenho das instituições da Administração Central, unidades de pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério no que se refere à execução orçamentária;

VI - orientar as unidades e entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à movimentação orçamentária; e

VII - acompanhar e analisar a legislação afeta ao processo orçamentário.

Art. 41. Ao Serviço de Acompanhamento da Execução da Programação Orçamentária compete:

I - elaborar relatórios gerenciais sobre a execução orçamentária e financeira do orçamento anual ao longo do exercício;

II - promover o detalhamento orçamentário e sua descentralização para as unidades da administração Direta;

III - realizar a liberação dos limites de empenho das unidades do Ministério;

IV - efetuar no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal os bloqueios de créditos em razão de alterações orçamentárias solicitadas;

V - efetuar o cadastramento de Plano Interno (PI), conforme Portaria MCTI nº 565, de 19/06/2013, publicada no DOU de 16/08/2013;

VI - manter atualizada e divulgar informações sobre orçamento, de forma a atender às demandas internas e externas;

VII - acompanhar a execução do orçamento do Ministério, por intermédio da coleta, processamento e análise avaliativa de informações; e

VIII - elaborar instruções técnicas de execução orçamentária em seu nível de competência.

Art. 42. À Coordenação Financeira compete:

I - coordenar, avaliar e orientar as atividades relativas à programação financeira do Ministério;

II - coordenar ações junto ao Órgão Central do Sistema Federal de Administração Financeira, com vistas ao recebimento dos recursos financeiros necessários à execução da programação financeira do Ministério;

III - acompanhar a observância das diretrizes estabelecidas, anualmente, nas normas de programação financeira;

IV - manter articulação com as unidades do Ministério objetivando garantir a integração das ações do processo financeiro;

V - propor treinamentos inerentes às atividades do Sistema de Programação Financeira para as unidades do Ministério;

VI - coordenar a geração de informações gerenciais relativas à administração financeira, no âmbito do Ministério;

VII - apoiar o órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal propondo melhorias na gestão do SIAFI;

VIII - prestar as informações demandadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal; e

IX - promover conciliação, junto aos órgãos central e setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, dos valores efetivamente pagos, conforme autorizados no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.

Art. 43. À Divisão de Programação Financeira compete:

I - consolidar o cronograma mensal de execução financeira de cada unidade do Ministério;

II - compatibilizar os recursos financeiros solicitados pelas unidades com a programação financeira aprovada;

III - gerenciar o fluxo de caixa nos limites estipulados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

IV - avaliar o desempenho da execução financeira e contatar as unidades orçamentárias, caso necessário;

V - acompanhar o processo de liberação financeira junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - acompanhar as instruções recebidas do Órgão Central do Sistema de Programação Financeira e retransmiti-las às unidades do Ministério, quando necessário;

VII - analisar e conciliar, mensalmente, as informações referentes à folha de pessoal das unidades do Ministério;

VIII - promover o registro da conformidade de operadores junto ao SIAFI; e

IX - preparar informações gerenciais sobre o desempenho da programação financeira, no âmbito do Ministério, visando subsidiar a tomada de decisão.

Art. 44. Ao Serviço de Programação e Liberação Financeira compete:

I- efetuar mensalmente a programação financeira setorial, por categoria de gasto, fonte de recursos e vinculação de pagamento ao órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal;

II - efetuar a liberação de recursos financeiros referentes à programação das unidades do Ministério;

III - liberar recursos financeiros referentes à folha de pagamento e auxílios de pessoal;

IV - analisar as solicitações e liberar os recursos financeiros referentes a sentenças judiciais;

V- acompanhar a movimentação das contas representativas de gestão financeira e promover as regularizações, quando necessário;

VI- efetuar os ajustes de fonte, categoria e troca de vinculação solicitados pelas unidades do Ministério;

VII - proceder o detalhamento da cota de despesa a programar referente às fontes de recursos dos fundos setoriais; e

VIII - detalhar a cota de restos a pagar autorizada referente às fontes e à categoria de gasto inscrito pela unidade.

Art. 45. À Coordenação de Contabilidade compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar as atividades contábeis das Unidades do Ministério quanto ao adequado e tempestivo registro contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive dos processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte, bem como à fidedignidade da informação de custos;

II - apoiar treinamentos na área de contabilidade e de custos para as unidades do Ministério;

III - propor ao órgão central medida de aperfeiçoamento das rotinas e procedimentos contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, inclusive quanto às rotinas de abertura e encerramento do exercício, bem como dos subsistemas relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

IV - apoiar o Órgão Central do Sistema na gestão do SIAFI;

V - realizar a conformidade contábil dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade de registro de gestão da unidade gestora;

VI - orientar e acompanhar a elaboração dos relatórios de tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

VII - atender às demandas especiais de informações contábeis e de custos de natureza gerencial; e

VIII - orientar as unidades do Ministério quanto à observância das normas e instruções relacionadas à área contábil e de custos.

Art. 46. À Divisão de Análise de Contábil compete:

I - orientar as unidades do Ministério quanto às operações de contabilidade dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo os processos relacionados ao encerramento do exercício e abertura do exercício seguinte;

II - acompanhar as atividades contábeis das unidades do Ministério no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III - ministrar treinamentos na área de contabilidade para as unidades do Ministério, se necessário;

IV - analisar e avaliar a consistência dos balanços, balancetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras do Ministério, solicitando providências para regularização das impropriedades detectadas nos registros contábeis;

V - efetuar registros contábeis para as unidades da administração direta do Ministério quando suas peculiaridades, não permitirem que sejam realizadas pelas próprias unidades gestoras executoras;

VI - integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais vinculadas ao Ministério que não utilizam o SIAFI;

VII - garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União, referentes ao Ministério, com os registros contábeis ocorridos no SIAFI;

VIII - acompanhar o registro mensal da conformidade contábil das entidades federais vinculadas ao Ministério;

IX - preparar balanços e demonstrações contábeis, declaração do contador e relatórios destinados a compor o processo de Tomada de Contas Anual do Ordenador de Despesa, das unidades da administração direta do Ministério;

X - efetuar os registros pertinentes de fatos inquinados de ilegais ou irregulares apurados e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a quem estejam jurisdicionados; e

XI - elaborar, trimestralmente, a Revisão Analítica e Notas Explicativas referentes às Demonstrações Contábeis do Ministério, a fim de subsidiar o Órgão Central de Contabilidade Federal.

Art. 47. Ao Serviço de Acompanhamento Contábil compete:

I - cadastrar e manter senhas de operadores das unidades do Ministério nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal;

II - cadastrar usuários responsáveis pela inclusão de inadimplentes pessoas físicas ou jurídicas em débito com órgãos e entidades federais;

III - acompanhar as orientações recebidas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e retransmiti-las às Unidades do Ministério, se necessário;

IV- acompanhar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas unidades gestoras executoras;

V- realizar a conformidade de operadores da Setorial de Contabilidade do Ministério;

VI- acompanhar a conformidade contábil das entidades vinculadas ao Ministério;

VII - orientar as unidades do Ministério quanto aos procedimentos para elaboração e envio da DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais e DIRF - Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte; e

VIII - realizar tomadas de contas especiais dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, limitando-se a efetuar o registro contábil do(s) responsável (eis) pelo débito apurado; a verificar o cálculo do débito; a efetuar a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito.

Art. 48. À Divisão de Informação de Custos compete:

I - coordenar e orientar quanto aos procedimentos de extração de apuração dos custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar corretamente os resultados da gestão;

II - apoiar o órgão central do Sistema de Custos do Governo Federal;

III - prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC das unidades administrativas e entidades subordinadas;

IV - promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação das unidades administrativas e entidades subordinadas;

V - elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo; e

VI - comunicar a autoridade responsável sobre a falta de informação da unidade administrativa gestora sobre a execução física dos projetos e atividades a seu cargo.

Art. 49. Ao Serviço de Apuração de Custos compete:

I - apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física;

II - elaborar e analisar relatórios oriundos do Sistema de Informações de Custos - SIC;

III - elaborar relatórios analíticos, com o uso de indicadores de custos, tendo por base os relatórios do Sistema de Informações de Custos;

IV - subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório;

V - promover a disseminação das informações de custos nas entidades vinculadas; e

VI - prestar informação/apoio na realização de exames de auditorias que tenham por objeto os custos dos projetos e atividades a cargo do órgão;

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

Art. 50. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas, seguindo as diretrizes emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;

II - acompanhar e orientar as Unidades de Pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à gestão de pessoas, no que couber;

III - subsidiar a elaboração da proposta orcamentária relativa à área de gestão de pessoas.;

IV - manter atualizado o controle de cargos comissionados, funções e gratificações do quadro de pessoal do Ministério;

V- preparar atos de nomeação e exoneração de cargos efetivos e comissionados;

VI - preparar atos de designação e dispensa de gratificações, funções e substituições de cargos comissionados; e

VII - executar outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 51. À Coordenação de Administração de Pessoal, compete:

I - coordenar, acompanhar, controlar e orientar a execução das atividades de gestão de pessoal nas áreas de cadastro e administração de benefícios, no âmbito da Administração Central e, no que couber, das Unidades de Pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério;

II - acompanhar e aplicar a legislação e normas que disciplinam os atos de pessoal;

III - subsidiar a elaboração de diretrizes, normas e procedimentos relacionados à área de gestão de pessoas;

IV - realizar a gestão das contratações de estágios obrigatório e não obrigatório no âmbito da Administração Central e Unidades de Pesquisa; e

V - realizar a gestão das contratações temporárias no âmbito da Administração Central.

Art. 52. À Divisão de Cadastro de Pessoal, compete:

I - executar as atividades relativas aos registros funcionais do quadro de pessoal da

Administração Central;

II - realizar a gestão dos assentamentos funcionais do quadro de pessoal da Administração Central;

III - realizar a gestão dos processos de férias, licenças e demais afastamentos do quadro de pessoal da Administração Central;

IV - realizar a gestão do processo de controle de frequência do quadro de pessoal da Administração Central;

VI - elaborar e expedir declarações, certidões, mapas de tempo de serviço e demais atos relacionados à vida funcional do quadro de pessoal da Administração Central;

VII - expedir identificação funcional do quadro de pessoal da Administração Central;

VIII - emitir e registrar relação de óbitos ocorridos no mês para o quadro de pessoal ativo do quadro de pessoal da Administração Central; e

IX - executar as atividades operacionais, no âmbito da Coordenação de Administração de Pessoal, nos sistemas institucionalizados e nos estruturantes de Pessoal.

Art. 53. Ao Serviço de Acompanhamento de Movimentação de Pessoal, compete:

I - instruir os atos relativos à movimentação de pessoal, exceto remoção interna na Administração Central;

II - instruir e controlar os atos relativos a concessões e indenizações de pessoal;

III - instruir os atos relativos ao pagamento de substituição de cargos comissionados da Administração Central; e

IV - instruir os atos relativos a afastamentos e licenças de pessoal, exceto as licenças relacionadas à saúde previstas na legislação; e

V - monitorar e controlar os atos relativos à movimentação de pessoal, inclusive requisitos e prazos legais;

Art. 54. À Divisão de Benefícios compete:

I - instruir, analisar e aprovar a concessão dos benefícios sociais de assistência à saúde suplementar, auxílio-alimentação, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, auxílio pré-escolar, auxílio-reclusão, auxílio-transporte e demais benefícios instituídos;

II - supervisionar, acompanhar, orientar e administrar a concessão da assistência médica, odontológica e social, bem como o desenvolvimento de programas de saúde e de benefícios no âmbito da Administração Central;

III - supervisionar a gestão das ações decorrentes da saúde suplementar; e

IV - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e no estruturante de Pessoal do Poder Executivo Federal.

Art. 55. Ao Serviço de Atenção à Saúde do Servidor compete:

I - desenvolver ações de promoção à saúde, prevenção de doenças visando a melhoria na qualidade de vida dos servidores do Ministério;

II - receber e registrar as informações de licenças médicas e as ações junto ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor;

III - promover a realização de exames admissionais e exames médicos periódicos;

IV - realizar a gestão das ações decorrentes da saúde suplementar;

V - proceder ao atendimento de urgências médicas e odontológicas de baixa complexidade aos servidores;

VI - emitir laudos médicos e pareceres para fundamentar as decisões da Administração;

VII - encaminhar, para pronunciamento da assistência médica, os processos relativos a concessões de direitos que exijam pareceres médicos específicos; e

VIII - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e estruturantes de Pessoal do Poder Executivo Federal.

Art. 56. À Coordenação de Pagamento, Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal, compete:

I - coordenar, controlar e orientar a execução das atividades de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista;

II - coordenar, controlar e orientar a execução das atividades orçamentárias e financeiras relacionadas às despesas de pessoal; e

III - acompanhar e aplicar a legislação e normas que disciplinam as despesas com o pagamento de pessoal.

Art. 57. À Divisão de Pagamento de Pessoal, compete:

I - orientar e acompanhar a execução das atividades relativas a pagamento de pessoal;

II - orientar e acompanhar a elaboração de cálculos em processos relativos a exercícios anteriores da Unidade Pagadora sob sua responsabilidade;

III - conferir e submeter a instâncias superiores os cálculos para pagamento de valores atrasados de pessoal das demais Unidades Pagadoras do Ministério, inclusive aqueles referentes a exercícios anteriores;

IV - elaborar e acompanhar as rotinas de cálculo e processamento das folhas de pagamento de pessoal da Unidade Pagadora sob sua responsabilidade;

V - orientar e acompanhar as rotinas de cálculo e processamento das folhas de pagamento de pessoal das demais Unidades Pagadoras no âmbito do Ministério; e

VI - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e nos estruturantes de Pessoal do Poder Executivo Federal.

Art. 58. Ao Serviço de Pagamento de Pessoal, compete:

I - registrar, atualizar e acompanhar a folha de pagamento de pessoal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - organizar e manter atualizados os registros e fichas financeiras das despesas de pessoal;

III - revisar e implementar em folha de pagamento os benefícios e indenizações apresentados pelas unidades responsáveis;

IV - elaborar e registrar os cálculos relativos ao pagamento decorrente da movimentação de pessoal;

V - elaborar e registrar os cálculos para pagamento de valores atrasados de pessoal da Unidade Pagadora sob sua responsabilidade, inclusive aqueles referentes a exercícios anteriores;

VI - fornecer dados financeiros de pessoal da Unidade Pagadora sob sua responsabilidade;

VII - emitir informações financeiras de despesas de pessoal aos respectivos Órgãos de Fiscalização e Gestão, nos termos da legislação vigente;

VIII - executar e acompanhar as ações de devolução ao erário por folha de pagamento da Unidade Pagadora sob sua responsabilidade; e

IX - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e nos estruturantes de Pessoal do Poder Executivo Federal.

Art. 59. À Divisão Orçamentária e Financeira de Pessoal, compete:

I - orientar e acompanhar as rotinas de cálculo e execução orçamentária e financeira de pessoal das demais Unidades Pagadoras no âmbito do Ministério;

II - elaborar estudos de impacto financeiro e a proposta orçamentária referente às despesas com pessoal do Ministério;

III - executar e controlar as ações financeiras e orçamentárias das despesas com pessoal, inclusive quanto a créditos adicionais;

IV - executar e acompanhar as ações de liquidação e pagamento das despesas de pessoal;

V - executar e acompanhar as ações de ressarcimento de despesas e estornos de pagamentos;

VI - acompanhar e controlar o reembolso das despesas de pessoal cedido do Ministério a outros órgãos com ônus para o cessionário;

VII - executar o repasse das despesas de pessoal de outros órgãos à disposição do Ministério com ônus para o cessionário;

VIII - solicitar, mensalmente, recursos para reembolso das despesas de pessoal da Administração Central, Unidades de Pesquisa e entidades vinculadas ao Ministério;

IX - executar o recolhimento das consignações e dos encargos relativos à folha de pagamento e os respectivos registros; e

X - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e nos estruturantes de Pessoal e de Administração Financeira do Poder Executivo Federal.

Art. 60. À Coordenação de Informações e Legislação de Pessoal, compete:

I - prestar orientação técnica em assuntos relacionados à gestão de pessoas à Administração Central, Unidades de Pesquisa e aos órgãos seccionais do SIPEC;

II - assessorar as unidades da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas na análise de processos administrativos que requeiram pesquisa e estudo sobre direitos, deveres e vantagens de pessoal, emitindo pronunciamentos;

III - assessorar as comissões instituídas no âmbito da Administração Central do Ministério nos assuntos jurídicos e normativos relativos a provimentos de cargos efetivos e concursos públicos;

IV - acompanhar, aplicar e divulgar a legislação e normas que disciplinam os atos de pessoal;

V - acompanhar a aplicação de normas e procedimentos legais pertinentes à gestão de pessoas;

VI - coordenar e orientar o atendimento às exigências das entidades fiscalizadoras das profissões, referentes aos cargos técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério;

VII - realizar a gestão das informações para subsidiar processos jurídicos, bem como orientar e acompanhar o cumprimento das decisões judiciais referentes a assuntos de pessoal em articulação com a Consultoria Jurídica junto ao Ministério;

VIII - acompanhar e orientar a execução dos contratos, convênios e ajustes sob a gestão da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; e

IX - coordenar a elaboração de informações de pessoal no âmbito da Administração Central.

Art. 61. À Divisão de Assuntos Judiciais e Legislação de Pessoal, compete:

I - analisar e orientar as Unidades da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, em articulação com os órgãos competentes da Advocacia Geral da União, quanto ao correto atendimento das requisições e decisões judiciais;

II - consolidar e elaborar informações para subsidiar os órgãos de assessoramento jurídico e de representação judicial da Advocacia Geral da União na defesa da União;

III - consolidar e elaborar informações demandadas pelos órgãos do Poder Judiciário referente aos assuntos de pessoal da Administração Central do Ministério;

IV - elaborar propostas de solicitação aos órgãos competentes da Advocacia Geral da União de parecer no tocante à força executória da decisão judicial;

V - acompanhar as ações judiciais no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, no respectivo sistema estruturante de Pessoal, a fim de efetuar o cumprimento das decisões judiciais;

VI - acompanhar o controle de cumprimento de prazos no atendimento de demandas judiciais;

VII - acompanhar e divulgar as matérias e atos normativos referentes à área de Gestão de Pessoas publicadas nos meios oficiais;

VIII - formular e propor consulta ao Órgão Central do SIPEC em assuntos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

IX - executar as atividades relacionadas à classificação de cargos e empregos, analisando pedidos de revisão de situações funcionais e elaborando, quando necessário, proposta de enquadramento de cargo oriundo de plano de classificação de cargos ou carreira;

X - atender as diligências e informações pleiteadas pelas entidades fiscalizadoras normatizadoras das profissões, referentes aos cargos técnicos pertencentes ao quadro de pessoal; e

XI - apreciar, quando demandado, expedindo pronunciamento, processos sobre requerimentos de vantagens pessoais, férias, licenças, afastamentos, concessões, tempo de serviço e benefícios.

Art. 62. Ao Serviço de Controle de Assuntos Judiciais de Pessoal, compete:

I - controlar a execução, no prazo legal, das decisões judiciais remetidas à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas referentes a assuntos de pessoal da Administração Central do Ministério;

II - orientar às Unidades de Pesquisa do Ministério, quando demandado, quanto à execução das decisões judiciais; e

III - cadastrar as Ações Judiciais no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais.

Art. 63. À Divisão de Informações Pessoal, compete:

I - divulgar os assuntos referentes à gestão de pessoas, tais como leis, decretos, normas e orientações para a Administração Central, as Unidades de Pesquisa e, no que couber, as entidades vinculadas ao Ministério;

II - consolidar e elaborar informações relativas à gestão de pessoas no âmbito da Administração Central para subsidiar respostas às demandas oriundas da Ouvidoria do Ministério ou do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;

III - consolidar e elaborar relatórios das informações de pessoal do Ministério;

IV - consolidar e elaborar informações nos aspectos de gestão de pessoas para subsidiar o preenchimento do Relatório de Gestão Anual a ser apresentado aos órgãos de controle interno e externo; e

V - acompanhar, consolidar e elaborar respostas a demandas dos órgãos de controle interno e externo quanto aos atos inerentes à gestão de pessoas.

Art. 64. À Coordenação de Aposentadorias e Pensões, compete:

I - coordenar, orientar e supervisionar as atividades e normas vinculadas à concessão, manutenção e revisão de benefícios para ativos, aposentados e pensionistas; e

II - acompanhar, orientar e aplicar a legislação pertinente a benefícios para aposentados e pensionistas.

Art. 65. À Divisão de Aposentadorias e Pensões, compete:

I - orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a concessão, a revisão e o registro de aposentadorias e pensões;

II - cadastrar, atualizar e controlar os registros funcionais de aposentadorias e pensões;

III - orientar a elaboração de atos relativos à concessão de direitos, vantagens e benefícios dos aposentados e pensionistas; e

IV - orientar e controlar a execução das atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e no estruturante de Pessoal do Poder Executivo Federal.

Art. 66. Ao Serviço de Concessão e Revisão de Aposentadoria, compete:

I - instruir e analisar os processos de concessão e revisão de aposentadorias;

II - instruir e analisar os processos de concessão e revisão de abono de permanência;

III - instruir os processos de concessão de isenção de Imposto de Renda para aposentados;

IV - atender diligências judiciais relacionadas à concessão e revisão de aposentadorias;

V - emitir e registrar mensalmente, relação de óbitos ocorridos no mês, dos servidores aposentados;

VI - realizar a gestão do recadastramento legal dos aposentados; e

VII - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e no estruturante de Pessoal do Poder Executivo Federal.

Art. 67. Ao Serviço de Concessão de Pensões, compete:

I - instruir e analisar os processos de concessão de pensões;

II - instruir os processos de concessão de isenção de Imposto de Renda para pensionistas;

III - atender diligências judiciais relacionadas à concessão e revisão de pensões;

IV - emitir e registrar mensalmente, relação de óbitos ocorridos no mês, dos pensionistas;

V - realizar a gestão do recadastramento legal dos pensionistas; e

VI - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, nos sistemas institucionais e no estruturante de Pessoal do Poder Executivo Federal.

Art. 68. Ao Serviço de Revisão de Pensões, compete:

I - analisar os processos de revisão de pensões;

II - atender diligências administrativas e judiciais relacionadas à revisão de pensões;

III - elaborar minutas de portarias de alteração de atos de concessão de pensões; e

IV - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, previstas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal e demais sistemas integrados.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

Art. 69. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à aquisição de bens e contratação de serviços, execução orçamentária e financeira, administração de material e patrimônio, licitações e contratos, obras e serviços de engenharia, transporte, terceirização e serviços gerais, administração e manutenção predial no âmbito da Administração Central do Ministério, realizadas por meio de sua Unidade Gestora Executora - UGE e Unidade Administrativa de Serviços Gerais - UASG;

II - executar as diretrizes emanadas do Órgão Central dos Sistemas Integrados de Administração de Serviços Gerais e Financeira, SIASG e SIAFI;

III - orientar e implementar a normas e procedimentos, objetivando a normatização, racionalização e o aprimoramento das atividades no seu campo de atuação;

IV - orientar e encaminhar comunicados circulares às outras unidades do Ministério em assuntos de exclusiva competência da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;

V - autorizar a abertura de procedimento para realizar contratação direta e licitação, inclusive no tocante à modalidade escolhida, no âmbito de sua competência e de sua UASG;

VI - submeter à Diretoria de Administração dúvidas e questões que necessitem parecer jurídico, bem como os procedimentos licitatórios relativos às Compras e aos Contratos, em conformidade com o artigo 38, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/93, a serem encaminhados à Consultoria Jurídica do Ministério;

VII - decidir, em segunda instância, sobre os recursos e representações interpostos em face das decisões das Comissões de Licitação e Pregoeiros, referentes à UASG da CGRL;

VIII - ratificar o reconhecimento de inexigibilidade de licitação realizado pelo Coordenador de Licitações, Compras e Contratos, cujo objeto seja de valor estimado inferior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei nº 8.666/93;

IX - reconhecer a inexigibilidade de licitação, cujo objeto seja de valor estimado igual ou superior ao fixado para Concorrência, conforme a Lei nº 8.666/93, referente à UASG da CGRL;

X - autorizar a alteração, reajuste, recomposição, reequilibro de preços e a prorrogação dos contratos celebrados no âmbito de sua competência, na forma da lei;

XI - designar Comissões de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos no âmbito de sua competência; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Parágrafo único. Na modalidade de Pregão, havendo recurso, o CGRL é a autoridade responsável pela adjudicação do objeto ao licitante vencedor.

Art. 70. À Coordenação de Licitações, Compras e Contratos compete:

I - coordenar e orientar a elaboração das minutas de contratos, convênios, acordos, ajustes e congêneres, inclusive seus aditivos, e acompanhar a sua execução;

II - propor ao Coordenador-Geral de Recursos Logísticos a restituição de garantias contratuais e, quando cabível, a aplicação de penalidades a fornecedores de bens e prestadores de serviços;

III - proceder à aquisição de bens e contratação de serviços até o limite de dispensa ou inexigibilidade de licitação; e

IV - realizar o processamento das licitações.

Art. 71. À Divisão de Compras e Instrução Processual compete:

I - examinar e orientar a elaboração de termos de referências e de projetos básicos, bem como elaborar minutas de editais;

II - requerer das unidades demandantes o encaminhamento, por meio eletrônico, do termo de referência ou projeto básico para elaboração do edital;

III - submeter os editais à autoridade competente para autorização da abertura de processo licitatório;

IV - interagir com outros órgãos da Administração Pública, visando à obtenção de informações acerca dos preços praticados;

V - consultar a área competente sobre a existência de previsão orçamentária e financeira para a despesa;

VI - realizar a aquisição de bens e contratação de serviços até o limite de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

VII - prestar apoio operacional à Comissão Permanente de Licitação; e

VIII - instruir processo de adesão ao Sistema de Registro de Preços.

Art. 72. Ao Serviço de Compras e Cadastro compete:

I - analisar e instruir processos de aquisição de bens e contratação de serviços até o limite de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

II - gerenciar as compras realizadas por intermédio de suprimento de fundos, no âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;

III - promover o cadastramento de itens relativos a serviços no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG;

IV - efetuar o registro da despesa no Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SIDEC, referente aos processos de capacitação de pessoal;

V - lançar cotações eletrônicas e adjudicá-las após verificar a regularidade fiscal e as especificações do pedido e, posteriormente, submetê-las ao ordenador de despesa para homologação;

VI - elaborar e divulgar relatório das aquisições de bens e contratações de serviços dos processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

VII - promover o registro e a atualização de dados cadastrais e fiscais de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - prestar orientação sobre as exigências para inscrição de fornecedores no SICAF;

IX - registrar no SICAF as sanções administrativas aplicadas aos fornecedores;

X - elaborar a minuta de atestados de capacidade técnica;

XI - subsidiar a Comissão Permanente de Licitação com informações sobre as situações cadastrais dos licitantes registrados no SICAF;

XII - complementar pesquisa de mercado junto a empresas, Órgãos Públicos e ao Sistema de Preços Praticados no Mercado - SISPP, elaborando mapa comparativo de preços, visando subsidiar os procedimentos de compras diretas; e

XIII - consultar a regularidade das empresas no SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT e Certidão de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Art. 73. Ao Serviço de Instrução Processual compete:

I - prestar orientação técnica às áreas demandantes na elaboração de termos de referência e editais para aquisição de bens e/ou serviços;

II - elaborar minutas de editais de licitação e demais documentos, visando à instrução dos processos licitatórios;

III - propor o encaminhamento das minutas de editais à Consultoria Jurídica, para análise e parecer; e

IV - complementar pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, visando à instrução dos processos de aquisição de bens e contratação de serviços com a elaboração de mapas comparativos.

Art. 74. À Divisão de Licitações e Contratos compete:

I - iniciar os procedimentos de licitações previamente autorizadas;

II - solicitar a atualização da pesquisa de preços, quando necessário;

III - providenciar a publicação de edital;

IV - julgar as impugnações aos editais e prestar os esclarecimentos acerca do instrumento convocatório;

V - realizar a licitação;

VI - receber e apreciar a documentação de habilitação dos participantes da licitação;

VII - receber e analisar os recursos interpostos em conformidade com o art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VIII - realizar as diligências necessárias ao esclarecimento ou à complementação da instrução processual;

IX - julgar as propostas apresentadas de acordo com os requisitos do edital;

X - efetuar a adjudicação do objeto da licitação;

XI - manifestar-se quanto à homologação da licitação;

XII - prestar informações solicitadas por fornecedores, licitantes, empresas prestadoras de serviços e demais usuários;

XIII - distribuir editais e avisos de licitações, bem como quaisquer outros materiais informativos legais, referentes às compras de materiais e contratações de serviços;

XIV - orientar e controlar as atividades de elaboração de contratos, termos aditivos, atas de registro de preços e congêneres, e respectivas publicações;

XV - orientar as atividades de apoio aos fiscais de contratos;

XVI - propor a aplicação de sanções administrativas ou penalidades em caso de inadimplência ou de descumprimento de obrigações contratuais;

XVII - orientar as atividades de registro e atualização dos contratos no SIASG;

XVIII - analisar recursos administrativos, em primeira instância;

XIX - supervisionar as atividades de controle de vigência dos contratos; e

XX - providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes.

Art. 75. Ao Serviço de Licitações compete:

I - elaborar minuta de atos convocatórios inerentes à licitação e aos instrumentos congêneres;

II - subsidiar as Comissões de Licitação e aos Pregoeiros nas respostas à consultas e recursos interpostos em face dos procedimentos licitatórios;

III - prestar apoio administrativo às Comissões de Licitação e aos Pregoeiros;

IV - processar e acompanhar os procedimentos licitatórios até a fase de homologação;

V - controlar o cadastramento e registro de todas as fases dos procedimentos licitatórios no SIASG;

VI - emitir relatórios mensais da área de sua competência; e

VII - consultar a regularidade da(s) empresa(s) vencedora(s) do Pregão no SICAF, CEIS, CNDT e Certidão de Improbidade Administrativa do CNJ.

Art. 76. Ao Serviço de Atos e Acompanhamento de Contratos compete:

I - elaborar minutas de instrumentos contratuais, termos aditivos ou congêneres para suporte à instrução do processo de aquisição, repactuação, reajuste de preços e reequilíbrio econômico-financeiro;

II - solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações, bem como providenciar assinatura dos termos contratuais;

III - formalizar os instrumentos contratuais;

IV - manter registros dos contratos firmados;

V - propor alterações ou rescisão de contratos;

VI - solicitar às unidades demandantes a indicação de fiscais dos contratos e preparar os atos de indicações, designações e substituições de servidores para o exercício da incumbência de Fiscal ou Gestor de Contrato, prestando informações pertinentes;

VII - realizar atividades relativas a acréscimos e supressões nos contratos, quando couber;

VIII - complementar pesquisas de mercado junto a empresas, órgãos públicos e SISPP, visando subsidiar as contratações, acréscimos, prorrogações, repactuações, acompanhamento contratuais;

IX - consultar a regularidade das empresas no SICAF e Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN;

X - acompanhar o cronograma de execução dos contratos;

XI - analisar os pedidos de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

XII - manter controle das garantias contratuais;

XIII - propor ajustes nos contratos e planilhas de custos e formação de preços;

XIV - auxiliar os pregoeiros na análise de planilhas de custos e formação de preços para contratos continuados;

XV - comunicar providências administrativas requeridas para cumprimento das condições contratuais; e

XVI - analisar a aplicação de sanções administrativas em razão de descumprimento contratual.

Art. 77. À Coordenação de Infraestrutura compete:

I - coordenar a execução das atividades de manutenção predial;

II - coordenar a execução das atividades técnicas de manutenção, bem como das obras e reformas das instalações prediais;

III - analisar e opinar sobre as condições técnicas relativas à aquisição, a desapropriação, a permuta, a cessão, locação ou a alienação de imóveis de interesse do Ministério, Administração Central;

IV - fiscalizar a execução dos contratos de obras ou serviços de engenharia e de manutenção predial, comunicando a interrupção, paralisação ou o não cumprimento das obrigações contratuais;

V - elaborar normas técnicas e administrativas relativas a obras e serviços de manutenção das instalações e de equipamentos de engenharia de interesse do Ministério;

VI - analisar a capacidade técnica e instalações de empresas de engenharia a serem contratadas pelo Ministério;

VII - elaborar projetos básicos e orçamentos estimativos, objetivando a contratação de terceiros para serviços de engenharia e obras;

VIII - propor melhorias físicas para os imóveis administrados pelo Ministério;

IX - manter cadastro de empresas atuantes em serviços de responsabilidade da unidade;

X - manter atualizado o acervo técnico dos imóveis de interesse do Ministério; e

XI - prestar apoio técnico ao sistema de telecomunicações, informação e informática do Ministério.

Art. 78. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - coordenar, avaliar, orientar e supervisionar as atividades de execução orçamentária e financeira, convênios, passagens e diárias no âmbito das unidades gestoras sob sua administração;

II - manter atualizado o rol de responsáveis junto aos estabelecimentos bancários e ao SIAFI; e

III - Exercer outras atividades que lhe forem cometidas.

Art. 79. À Divisão de Execução Orçamentária compete:

I - desempenhar e controlar as atividades relativas aos serviços de execução orçamentária, de diárias e requisição de passagens, de custeio e capital e transferências através de convênios, termos de parceira e contratos de repasse, no âmbito da Administração Central do Ministério;

II - preparar, analisar e disponibilizar demonstrativos, quadros, relatórios e outros instrumentos gerenciais e projeção da execução das despesas a fim de subsidiar o controle de gastos;

III - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, previstas no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

IV - acompanhar a execução orçamentária compatibilizando a alocação dos recursos orçamentários disponíveis;

V - verificar a disponibilidade orçamentária nos casos de prorrogações de contratos e para novas contratações e, se for o caso, solicitar a disponibilidade junto à área setorial orçamentária;

VI - acompanhar a legislação relativa à execução orçamentária; e

VII - Executar outras competências que lhe foram cometidas, no seu campo de atuação.

Art. 80. Ao Serviço de Controle Orçamentário compete:

I - elaborar proposta orçamentária anual relativa às despesas, exceto aquelas da área de gestão de pessoas, a cargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

II - elaborar programação orçamentária mensal e trimestral;

III - analisar previamente os processos administrativos e solicitações de emissão de empenho;

IV - emitir notas de empenho e pré-empenho;

V - Controlar a execução do orçamento com o limite disponibilizado;

VI - controlar os saldos de empenho dos contratos;

VII - Manter controle das atividades operacionais relativas à requisição de transporte e proposta de concessão de diárias e passagens;

VIII - Controlar o limite disponível de gastos de diárias e passagens;

IX - executar atividade de transferência de movimentação de crédito recebida e descentralizados; e

X - Executar outras competências que lhe forem cometidas, no seu campo de atuação.

Art. 81. À Divisão de Análise e Execução Financeira compete:

I - proceder às atividades de execução financeira das despesas sob a gestão da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, efetuando os correspondentes acertos contábeis bem como o gerenciamento dos procedimentos internos referentes à prestação de contas de convênios e termos de parcerias firmados até a data de publicação da Portaria nº 1059, de 14 de outubro de 2013.

II - elaborar proposta de programação financeira mensal da unidade gestora;

III - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, previstas no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

IV - acompanhar e controlar as disponibilidades financeiras;

V - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais;

VI - acompanhar a legislação relativa à execução financeira;

VII - realizar visitas "in loco" para acompanhar e examinar a execução financeira de convênios e instrumentos congêneres;

VIII - analisar e controlar as concessões e prestações de contas dos suprimentos de fundos no âmbito do Ministério;

IX - prestar informações e elaborar proposição quanto aos processos de pagamento das despesas a cargo das unidades gestoras sob sua administração, para aprovação do ordenador de despesa;

X- efetuar o pagamento de despesas de fornecedores e retenções de impostos federais;

XI - efetuar a transferência de recursos de convênios e instrumentos congêneres;

XII - examinar e emitir parecer financeiro sobre a regularidade das prestações de contas de convênios quanto à correta e regular aplicação dos recursos;

XIII - monitorar e fiscalizar a execução financeira de convênios e instrumentos congêneres; e

XIV - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua competência, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, e em quaisquer outros sistemas de governo relacionados às atribuições da área.

Art. 82. Ao Serviço de Pagamentos e Prestação de Contas compete:

I - receber, analisar e instruir os processos de pagamentos a fornecedores bem como dos procedimentos internos referentes à prestação de contas de convênios e termos de parcerias firmados até a data de publicação da Portaria nº 1059, de 14 de outubro de 2013;

II - verificar se a nota fiscal está dentro de seu prazo de validade, se foi devidamente atestada pelo fiscal do contrato e se a descrição do produto/serviço está de acordo com os termos contratuais;

III - proceder à verificação das regularidades fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa contratada;

IV - verificar no SIASG os lançamentos de medição da execução do contrato de acordo com o cronograma físico-financeiro e, se for o caso, providenciar a atualização dos lançamentos;

V - apurar o valor devido para pagamento, considerando eventual existência de multa e/ou glosa;

VI - solicitar do fiscal de contrato, quando necessário, complementação ou correção da documentação exigida para fins de pagamento, bem como a realização de atos inerentes ao acompanhamento da execução do contrato;

VII - praticar atos, preparar e expedir documentos inerentes ao exercício das atribuições previstas;

VIII - exercer outras atividades que lhe forem designadas no âmbito da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira;

IX - supervisionar, orientar e exercer o controle das atividades relativas à requisição de passagens aéreas e terrestres e à concessão de diárias nacionais e internacionais;

X - incumbir-se da função de gestor setorial do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

XI - Solicitar a reserva e emissão de passagens junto às companhias credenciadas de acordo com o documento especifico devidamente autorizado e os créditos dos bilhetes não utilizados;

XII - proceder aos atos necessários ao controle de créditos do Ministério, referentes a bilhetes de passagens e diárias não utilizadas;

XIII - efetuar lançamento contábil no SIAFI de créditos e diárias não utilizados;

XIV - efetuar o pagamento de diárias;

XV - incumbir-se da função de assessoramento ao ordenador de despesas;

XVI - acompanhar e fiscalizar contratos firmados entre o Ministério e as empresas prestadoras de serviços referentes à aquisição de passagens nacionais e internacionais;

XVII - orientar os servidores do Ministério quanto à instrução dos processos de prestação de contas alusivos a viagens realizadas;

XVIII - instruir processos de afastamento internacional de servidores;

XIX - encaminhar, para publicação no Boletim de Serviço, relação de concessões de diárias;

XX - praticar atos, preparar e expedir documentos inerentes ao exercício das atribuições previstas; e

XXI - exercer outras atividades que lhe forem designadas no âmbito da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira.

Art. 83. Ao Serviço de Transportes compete:

I - controlar as atividades referentes à documentação, registro, cadastro, licenciamento, emplacamento, utilização e manutenção dos veículos junto ao órgão central do Sistema de Administração de Serviços Gerais - SIASG e ao Departamento de Trânsito - DETRAN;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos da Administração Central do Ministério, bem como providenciar o seu registro no órgão central do SIASG e acompanhar sua execução;

III - providenciar documentos e acompanhar sua tramitação, quando das alienações e recebimentos de veículos, bem como efetuar as respectivas baixas de responsabilidade junto aos órgãos competentes;

IV - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de serviços de transporte e manutenção de frota; e

V - supervisionar e controlar as atividades de uso da frota de veículos do Ministério, inclusive dos suprimentos necessários, no transporte de pessoal e de material.

Art. 84. Ao Serviço de Apoio Avançado compete:

I - solicitar e acompanhar a distribuição de bens móveis nas áreas comuns sob administração do Ministério;

II - solicitar a aquisição de material de consumo e/ou permanente para uso nas áreas comuns às unidades do Ministério situadas em local diverso do Edifício Sede;

III - atender às solicitações de serviços de manutenção predial e limpeza, realizando controle e operacionalização, requisitando a execução dos mesmos quando forem específicos e necessários;

IV - apoiar a Divisão de Serviços Gerais na execução do serviço de transporte, realizando controle e operacionalização das demandas;

V - atender, controlar e encaminhar à Divisão de Obras e Engenharia as solicitações de serviços de manutenção predial, realizando controle e operacionalização, requisitando a execução dos mesmos; e

VI - controlar, fiscalizar e atestar a prestação de serviços realizados por terceiros, no âmbito de sua competência.

Art. 85. Ao Serviço de Protocolo-Geral compete:

I - proceder a formalização, tramitação e controle dos processos administrativos;

II - controlar o envio de matérias para publicação no Diário Oficial da União;

III - elaborar, editar e distribuir Boletins de Serviço;

IV - implementar os dispositivos legais voltados para a formalização e o controle de processos e documentos;

V - propor sistemática de recepção, registro, controle, distribuição interna e expedição de documentos e processos;

VI - controlar, fiscalizar e atestar a prestação dos serviços realizados por terceiros, no âmbito da sua competência;

VII - controlar a integridade das correspondências do Ministério; e

VIII - prestar apoio técnico às unidades da Administração Central do Ministério e às unidades de pesquisa, no seu nível de competência.

Art. 86. À Divisão de Material e Patrimônio compete:

I - controlar, supervisionar e promover a execução das atividades de administração de material e patrimônio, no âmbito do Ministério;

II - controlar e supervisionar a guarda, a alienação, a movimentação e o armazenamento de bens patrimoniais;

III - promover estudos, reuniões e apresentar sugestões para aperfeiçoamento da gestão de materiais;

IV - avaliar, supervisionar e promover a instrução dos processos e a execução da transferência, cessão, alienação ou renúncia de bens móveis considerados genericamente inservíveis, em conjunto com a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis; e

V - controlar, fiscalizar e atestar a prestação dos serviços realizados por terceiros, no âmbito da sua competência.

Art. 87. Ao Serviço de Almoxarifado e Patrimônio compete:

I - controlar e promover a execução das atividades de administração de material e patrimônio do Ministério;

II - supervisionar e promover a execução dos serviços de almoxarifado quanto às solicitações, recebimento, conferência, aceitação, armazenamento, distribuição e controle dos estoques mínimos e máximos de materiais de consumo e permanente;

III - realizar inventários periódicos do almoxarifado;

IV - elaborar estatística de consumo por materiais e centros de custos para previsão das compras;

V - propor a aquisição, controlar e supervisionar a execução das atividades de compra de materiais de consumo e permanente, considerando o ponto de pedido e a demanda existente;

VI - examinar, conferir e receber o material adquirido de acordo com as Notas de Empenho, podendo, quando for o caso, solicitar o exame dos setores técnicos requisitantes ou especializados;

VII - conferir os documentos de entrada de material, e liberar as Notas Fiscais para pagamento;

VIII - atender às requisições de materiais das Unidades Administrativas e dos Centros de Custos, de acordo com o cronograma previsto;

IX - controlar e manter os registros de entrada e saída dos materiais sob sua guarda;

X - realizar o balanço periódico, fornecendo dados para a contabilidade e emitir o Resumo Movimentação do Almoxarifado - RMA;

XI - organizar o almoxarifado de forma a garantir o armazenamento adequado, e a segurança dos materiais em estoque;

XII - acompanhar a comissão nomeada pelo Coordenador-Geral de Recursos Logísticos-CGRL, ao final do exercício;

XIII - propor, instruir os processos e providenciar a transferência, cessão, alienação ou renúncia de bens móveis considerados genericamente inservíveis, em conjunto com a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis;

XIV - realizar o cadastramento e tombamento dos bens patrimoniais obedecendo o Plano de Contas da União, bem como manter controle da distribuição;

XV - promover a avaliação e reavaliação dos bens móveis e imóveis para efeito de alienação, incorporação, seguro e locação;

XVI - realizar o inventário e manter atualizado o registro dos bens móveis e imóveis do MCTIC, elaborando relatório circunstanciado referente às ocorrências e mapas de variação patrimonial;

XVII - controlar e processar a inscrição e transferência de responsabilidade pelos bens patrimoniais distribuídos às unidades organizacionais, de acordo com a legislação pertinente, bem como emitir o respectivo termo de responsabilidade;

XVIII - receber, recuperar e redistribuir os bens móveis danificados ou recolhidos; e

XIX - controlar, fiscalizar e atestar a prestação dos serviços realizados por terceiros, no âmbito da sua competência.

Art. 88. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - coordenar, avaliar, orientar e supervisionar as atividades de execução orçamentária e financeira, convênios, passagens e diárias no âmbito das unidades gestoras sob sua administração; e

II - manter atualizado o rol de responsáveis junto aos estabelecimentos bancários e ao SIAFI.

Art. 89. À Divisão de Execução Orçamentária compete:

I - desempenhar e controlar as atividades relativas aos serviços de execução orçamentária, de diárias e requisição de passagens, de custeio e capital e transferências através de convênios, termos de parceira e contratos de repasse do Ministério;

II - preparar, analisar e disponibilizar demonstrativos, quadros, relatórios e outros instrumentos gerenciais e projeção da execução das despesas afim de subsidiar o controle de gastos;

III - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, previstas no SIAFI;

IV - acompanhar a execução orçamentária compatibilizando a alocação dos recursos orçamentários disponíveis;

V - verificar a disponibilidade orçamentária nos casos de prorrogações de contratos e para novas contratações e, se for o caso, solicitar a disponibilidade junto à área setorial orçamentária; e

VI - acompanhar a legislação relativa à execução orçamentária.

Art. 90. Ao Serviço de Controle Orçamentário compete:

I - elaborar proposta orçamentária anual relativa às despesas, exceto aquelas da área de gestão de pessoas, a cargo da Diretoria de Administração;

II - elaborar programação orçamentária mensal e trimestral;

III - analisar previamente os processos administrativos e solicitações de emissão de empenho;

IV - emitir notas de empenho e pré-empenho;

V - controlar a execução do orçamento com o limite disponibilizado;

VI - manter controle das atividades operacionais relativas à requisição de transporte e proposta de concessão de diárias e passagens;

VII - solicitar a reserva e emissão de passagens junto às companhias credenciadas de acordo com o documento específico devidamente autorizado;

VIII - controlar a quitação de fornecimento de diárias, canhoto de embarque e bilhete de passagens, solicitando, quando for o caso, o reembolso junto a servidores e colaboradores;

IX - emitir a proposta de concessão de diárias, submetendo-a à aprovação do ordenador de despesas;

X - solicitar junto às companhias aéreas os créditos dos bilhetes não utilizados; e

XI - emitir relatórios sobre a movimentação de diárias e passagens.

Art. 91. À Divisão de Análise e Execução Financeira compete:

I - desempenhar e controlar as atividades de execução financeira das despesas sob a gestão da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, efetuando os correspondentes acertos contábeis, bem como o gerenciamento dos procedimentos internos referentes à prestação de contas de convênios e termos de parcerias firmados até a data de publicação da Portaria nº 1059, de 14 de outubro de 2013.

II - elaborar proposta de programação financeira mensal da unidade gestora;

III - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua atuação, previstas no SIAFI;

IV - acompanhar e controlar as disponibilidades financeiras;

V - elaborar, analisar e disponibilizar demonstrativos gerenciais;

VI - acompanhar a legislação relativa à execução financeira;

VII - realizar visitas in loco para acompanhar e examinar a execução financeira de convênios e instrumentos congêneres;

VIII - analisar e controlar as concessões e prestações de contas dos suprimentos de fundos no âmbito do Ministério;

IX - prestar informações e elaborar proposição quanto aos processos de pagamento das despesas a cargo das unidades gestoras sob sua administração, para aprovação do ordenador de despesa;

X- efetuar o pagamento de despesas de fornecedores;

XI - efetuar a transferência de recursos de convênios e instrumentos congêneres;

XII - examinar e emitir parecer financeiro sobre a regularidade das prestações de contas de convênios quanto à correta e regular aplicação dos recursos;

XIII - monitorar e fiscalizar a execução financeira de convênios e instrumentos congêneres; e

XIV - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua competência, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, no SIAFI, e em quaisquer outros sistemas de governo relacionados às atribuições da área.

Art. 92. Ao Serviço de Pagamentos e Prestação de Contas compete:

I - receber, analisar e instruir os processos de pagamentos a fornecedores, bem como os processos relativos à prestação de contas de convênios e termos de parcerias firmados até a data de publicação da Portaria nº 1059, de 14 de outubro de 2013;

II - verificar a conformidade da nota fiscal quanto ao seu prazo de validade, ao devido ateste pelo fiscal do contrato e à descrição do produto/serviço, conforme os termos contratuais;

III - proceder à verificação das regularidades fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa contratada;

IV - verificar no SIASG os lançamentos de medição da execução do contrato, de acordo com o cronograma físico-financeiro e, se for o caso, providenciar a atualização dos lançamentos;

V - controlar os saldos de empenho dos contratos;

VI - apurar o valor devido para pagamento, considerando eventual existência de multa e/ou glosa;

VII - solicitar do fiscal de contrato, quando necessário, complementação ou correção da documentação exigida para fins de pagamento, bem como a realização de atos inerentes ao acompanhamento da execução do contrato;

VIII - praticar atos, preparar e expedir documentos inerentes ao exercício das atribuições previstas;

IX - exercer outras atividades que lhe forem designadas no âmbito da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira;

X - supervisionar, orientar e exercer o controle das atividades relativas à requisição de passagens aéreas e terrestres e à concessão de diárias nacionais e internacionais;

XI - incumbir-se da função de gestor setorial do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

XII - incumbir-se da função de assessoramento ao ordenador de despesas;

XIII - proceder aos atos necessários ao controle de créditos do Ministério, referentes a bilhetes de passagens e diárias não utilizadas;

XIV - efetuar lançamento contábil no SIAFI de créditos e diárias não utilizados;

XV - efetuar o pagamento de diárias;

XVI - acompanhar e fiscalizar contratos firmados entre o Ministério e as empresas prestadoras de serviços referentes à aquisição de passagens nacionais e internacionais;

XVII - orientar os servidores do Ministério quanto à instrução dos processos de prestação de contas alusivos a viagens realizadas;

XVIII - instruir processos de afastamento internacional de servidores;

XIX - encaminhar, para publicação no Boletim de Serviço, relação de concessões de diárias; e

XX - praticar atos, preparar e expedir documentos inerentes ao exercício das atribuições previstas.

Seção VII

Da Diretoria de Tecnologia da Informação

Art. 93. À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - propor políticas e diretrizes referentes ao planejamento, à implementação e à manutenção das atividades relativas à governança de tecnologia da informação;

II - planejar as contratações e as aquisições relativas à tecnologia da informação do Ministério;

III - atuar no Plano Estratégico Institucional, subsidiando o Ministério na definição de prioridades de Tecnologia da Informação e Comunicação;

IV - elaborar, em conjunto com as unidades do ministério, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, conforme o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Plano Estratégico Institucional;

V - elaborar o orçamento relativo às atividades de tecnologia da informação e acompanhar sua execução;

VI - participar da elaboração e do acompanhamento do orçamento relativo às atividades de tecnologia da informação;

VII - direcionar o desenvolvimento de planos, programas, ações, métodos, projetos e processos de governança de tecnologia da informação para o Ministério;

VIII - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com os órgãos centrais dos sistemas de tecnologia da informação;

IX - promover a articulação com os órgãos responsáveis pela governança e pelo controle de tecnologia da informação, dos sistemas federais de planejamento e de controle interno;

X - informar, orientar e supervisionar as unidades do Ministério quanto ao cumprimento das normas de segurança da informação aplicadas à tecnologia da informação e das normas técnicas de tecnologia da informação;

XI - propor políticas e normas inerentes às atividades de Tecnologia da Informação do Ministério;

XII - propor, planejar e coordenar as soluções de integração de sistemas corporativos de informação;

XIII - prestar apoio técnico às demais unidades do Ministério na implantação de sistemas de informação, inclusive propondo normas de utilização dos recursos computacionais que envolvam a governança de tecnologia da informação;

XIV - planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação necessários ao funcionamento do Ministério;

XV - planejar, coordenar e controlar redes locais e de longa distância;

XVI - propor a escolha e a implementação de metodologias, sistemas, plataformas e bases tecnológicas a serem adotadas pelo Ministério.

XVII - implementar melhorias aos processos de trabalho da Diretoria de Tecnologia da Informação;

XVIII - propor, planejar e coordenar as soluções de integração de sistemas corporativos de informação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XIX - propor melhorias aos processos de trabalho da Diretoria de Tecnologia da Informação; e

XX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação

Art. 94. À Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação compete:

I - coordenar e acompanhar as ações de governança de TI que assegurem a padronização de controles e o alinhamento dos objetivos com as políticas, padrões, regras e regulamentos pertinentes;

II - coordenar a prospecção de novas tecnologias de gestão administrativa para o suporte necessário ao cumprimento dos objetivos organizacionais;

III - coordenar a gestão do conhecimento de TI e sua disponibilidade na rede interna do Ministério;

IV - coordenar a comunicação interna e a publicidade sobre as atividades de TI;

V - planejar e coordenar a execução das atividades e das ações de TI necessárias ao funcionamento desta Coordenação-Geral;

VI - promover campanhas de divulgação, visando à disseminação da POSIC e da cultura de segurança cibernética da informação junto aos usuários de recursos de TI;

VII - estabelecer diretrizes e padrões para a definição e manutenção dos processos da Coordenação-Geral;

VIII - assessorar o Diretor em assuntos referentes às áreas de sua competência;

IX - propor melhorias aos processos de trabalho da Diretoria de Tecnologia da Informação; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 95. À Coordenação de Planos e Normas de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar as ações relativas à governança de tecnologia da informação e comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação;

II - propor e elaborar políticas, normas e padrões relativos à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação;

III - apoiar a elaboração, a revisão e o acompanhamento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do Ministério;

IV - apoiar a elaboração do processo orçamentário e da proposta de orçamento anual e plurianual de tecnologia da informação e comunicações do Ministério;

V - apoiar o desenvolvimento de parcerias com Universidades e outras instituições de pesquisa e ensino que possam contribuir para a modernização da gestão da tecnologia da informação e comunicações do Ministério;

VI - estimular a capacitação dos servidores da Coordenação-Geral nas disciplinas de governança de tecnologia da informação e comunicações; e

VII - apoiar na interação com os órgãos de controle interno e externo, consolidando informações a respeito dos contratos, projetos e demais atividades da Coordenação-Geral.

Art. 96. À Divisão de Projetos e Processos compete:

I - definir e manter a metodologia de gerenciamento de projetos e de portfólio de tecnologia da informação e comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação;

II - realizar pesquisas, estudos e provas de conceito para a implementação de melhores práticas e de tecnologias relacionadas à gestão de serviços, portfólio de projetos e processos de tecnologia da informação e comunicações;

III - fomentar a maturidade dos processos de tecnologia da informação e comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação, baseado em modelos de melhores práticas consolidados;

IV - identificar, apoiar a priorização e realizar o monitoramento do portfólio de projetos de tecnologia da informação e comunicações da Coordenação-Geral;

V - alinhar o portfólio de projetos de tecnologia da informação e comunicações com o plano diretor e o planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicações do Ministério;

VI - orientar as equipes envolvidas no gerenciamento de projetos de tecnologia da informação e comunicações e do portfólio da Diretoria de Tecnologia da Informação, fornecendo suporte técnico e metodológico;

VII - gerenciar diretamente os projetos de tecnologia da informação e comunicações sob a responsabilidade da Coordenação-Geral e considerados estratégicos para o Ministério; e

VIII - consolidar e divulgar informações para o monitoramento estratégico do desempenho das atividades do portfólio de projetos, de operação dos serviços e dos processos de tecnologia da informação e comunicações providas pela Coordenação-Geral.

Art. 97. À Divisão de Aquisições de Tecnologia da Informação compete:

I - definir e manter a metodologia de gestão de aquisições e contratos de tecnologia da informação e comunicações do Ministério;

II - realizar pesquisas, estudos e provas de conceito para a implementação de melhores práticas e tecnologias relacionadas à gestão de aquisições e contratos de tecnologia da informação e comunicações;

III - identificar e apoiar a priorização dos projetos de aquisições e realizar o monitoramento do portfólio de aquisições e contratos de tecnologia da informação e comunicações sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação;

IV - alinhar o portfólio de aquisições com o plano diretor e o planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicações do Ministério;

V - propor e elaborar projetos de aquisição de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação;

VI - orientar os envolvidos no planejamento das aquisições e gestão de contratos de tecnologia da informação e comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação, fornecendo suporte técnico e metodológico;

VII - coordenar e acompanhar os processos de aquisição de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação;

VIII - apoiar a elaboração e a gestão dos Termos de Cooperação ou outros instrumentos legais destinados ao estabelecimento de parcerias com Universidades e instituições públicas no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação; e

IX - consolidar e distribuir informações para o monitoramento estratégico das aquisições e contratos de tecnologia da informação e comunicações da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Sistemas

Art. 98. À Coordenação-Geral de Sistemas compete:

I - planejar e coordenar a execução das atividades e das ações de TI necessárias ao funcionamento das equipes que compõem esta Coordenação-Geral;

II - apoiar a Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação na elaboração de metodologias e padrões e viabilizar sua implementação por meio de sistemas de informação quando necessário;

III - propor contratação de ferramentas e soluções necessárias para sua atuação;

IV - selecionar, planejar, implantar e disponibilizar soluções baseadas em sistemas de informação otimizados para atender necessidades de TI e de negócio;

V - analisar, prospectar e propor novos projetos de desenvolvimentos e modernização de sistemas;

VI - promover a aderência necessária dos sistemas de informação às necessidades de negócio do Ministério;

VII - promover o desenvolvimento de sistemas corporativos de informação que primem pela integração interna e externa ao Ministério;

VIII - supervisionar o relacionamento com as empresas contratadas para execução dos serviços complementares às atividades desta Coordenação-Geral;

IX - supervisionar o planejamento e execução das atividades relacionadas à gestão da arquitetura dos sistemas;

X - supervisionar a efetividade do plano de garantia de qualidade de Software para os projetos de TI;

XI - supervisionar os modelos de dados dos sistemas de informação;

XII - supervisionar a aplicação do padrão de interface de portais definido para utilização pelo Ministério;

XIII - supervisionar e implementar controles nos sistemas de informação para proteger a comunicação de dados nas redes;

XIV - propor melhorias aos processos de trabalho da Diretoria de Tecnologia da Informação; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 99. À Coordenação de Projetos de Sistemas compete:

I - coordenar a implementação, a utilização e a avaliação do processo unificado de desenvolvimento de sistemas informatizados;

II - colaborar no planejamento, orientar, executar e controlar as atividades de desenvolvimento de sistemas informatizados e de sítios no âmbito da Administração Central do Ministério;

III - definir e manter a metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas do Ministério e demais processos e procedimentos necessários ao gerenciamento de projetos de desenvolvimento de sistemas;

IV - estabelecer procedimentos para assistência técnica aos sistemas informatizados no âmbito da Administração Central do Ministério;

V - planejar e coordenar as ações relativas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas sob responsabilidade da Coordenação-Geral;

VI - avaliar e decidir sobre a aquisição de sistemas informatizados, bem como coordenar o desenvolvimento e a implementação de sistemas informatizados desenvolvidos por terceiros para uso no âmbito da Administração Central do Ministério; e

VII - gerir a execução dos contratos relativos aos sistemas informatizados no âmbito da Administração Central do Ministério.

Art. 100. À Divisão de Desenvolvimento e Manutenção compete:

I - acompanhar e gerenciar as ações relativas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas sob responsabilidade da Coordenação-Geral;

II - planejar, implementar e manter sistemas de informações analíticas e gerenciais;

III - apoiar a área de atendimento ao usuário para avaliação de problemas e falhas nos sistemas sob responsabilidade da Coordenação-Geral;

IV - identificar, propor e detalhar demandas e oportunidades de sistemas de informação no âmbito do Ministério;

V - apoiar o Serviço de Operações e Produção na implantação dos sistemas de informação no âmbito do Ministério;

VI - manter e verificar a aderência à metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas do Ministério;

VII - manter e verificar a aderência aos padrões de gestão e engenharia de requisitos, análise, projeto, codificação e testes dos sistemas do Ministério;

VIII - manter e verificar a aderência os padrões de qualidade para sistemas em nível de produto e documentação;

IX - consolidar e distribuir informações sobre a execução dos contratos da área para monitoramento orçamentário e do desempenho das atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas no Ministério;

X - propor e realizar pesquisas, estudos e provas e conceito para a implementação de melhores práticas e tecnologias relacionadas ao desenvolvimento e manutenção de sistemas;

XI - propor e elaborar projetos para aquisições de produtos e serviços relacionados ao desenvolvimento e manutenção de sistemas; e

XII - identificar, registrar e acompanhar a resolução dos defeitos e oportunidades de melhoria na qualidade dos sistemas de informação do Ministério.

Art. 101. À Coordenação de Qualidade de Software compete:

I - definir normas, padrões, procedimentos e práticas de desenvolvimento de sistemas no âmbito da Administração Central do Ministério;

II - definir e implementar o modelo de dados corporativo e demais modelos de dados envolvidos em sistemas sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação;

III - definir e implementar as arquiteturas de softwares no âmbito da Administração Central do Ministério;

IV - definir as linguagens de desenvolvimento de sistemas, assim como seus respectivos Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados utilizados no âmbito da Administração Central do Ministério;

V - definir e implementar o framework de desenvolvimento de software para as linguagens de desenvolvimento adotadas no âmbito da Administração Central do Ministério;

VI - definir e implementar tecnologias para integração de sistemas corporativos de informação;

VII - prospectar, propor e implementar novas tecnologias relacionadas ao desenvolvimento de sistemas; e

VIII - supervisionar e implementar controles nos sistemas de informação para proteger a comunicação de dados nas redes, sob supervisão da Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia.

Art. 102. À Divisão de Administração de Dados compete:

I - definir e supervisionar as características qualitativas da arquitetura de banco de dados;

II - realizar a análise prévia e modelagem dos dados das aplicações sob desenvolvimento e manutenção na Coordenação-Geral;

III - propor e implementar modelos corporativos de dados;

IV - identificar, propor e implementar a racionalização de dados;

V - propor e implementar práticas e ferramentas de higienização e qualidade de dados; e

VI - definir normas, padrões e procedimentos para criação, utilização e administração das bases de dados no âmbito da Administração Central do Ministério.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação

Art. 103. À Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação compete:

I - promover e coordenar a elaboração de projetos para execução de atividades relacionadas com o estudo, implantação, modernização, avaliação de produtos e serviços, aquisição, expansão, remanejamento, segurança e utilização dos recursos computacionais, visando à sua compatibilidade e integração;

II - promover e coordenar os estudos de prospecção tecnológica, com vistas a identificar novos produtos ou serviços mais adequados para a infraestrutura dos recursos de informática;

III - propor adoção de normas, diretrizes, padrões técnicos e procedimentos para o uso eficiente dos recursos, equipamentos de informática e programas de computador, bem como definir os padrões para a estruturação da comunicação de dados e de teleprocessamento;

IV - propor a adoção de normas, diretrizes, padrões técnicos e definir procedimentos, de forma a promover o maior nível de segurança física e lógica do ambiente de informática, inclusive com relação às interconexões com outros ambientes;

V - planejar, implementar e controlar as interconexões com outras redes;

VI - gerenciar a rede de computadores, promovendo o controle e a conservação dos dados e equipamentos de informática, inclusive na instalação;

VII - supervisionar e controlar os meios de comunicação de dados, avaliando o desempenho e a utilização dos recursos;

VIII - apoiar as atividades da comissão permanente de licitação do ministério nas aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação;

IX - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades e das ações de TI necessárias ao funcionamento das equipes que compõem esta Coordenação-Geral;

X - apoiar a Coordenação-Geral de Governança de Tecnologia da Informação na elaboração de metodologias e padrões e viabilizar sua implementação por meio de sistemas de informação quando necessário;

XI - planejar, coordenar e acompanhar as ações relativas à gestão da infraestrutura e operações de tecnologia da informação e comunicações;

XII - planejar os serviços relativos aos sistemas de armazenamento, backup e restauração de dados;

XIII - planejar os serviços de produção e ativos de rede;

XIV - planejar a instalação e atualização de softwares, em articulação com a Coordenação-Geral de Sistemas;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XV - planejar os ambientes computacionais, de desenvolvimento, homologação, treinamento e produção dos sistemas e sítios de responsabilidade do Ministério;

XVI - propor contratação de ferramentas e soluções necessárias para sua atuação;

XVII - definir, planejar, implantar e disponibilizar soluções de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para atender necessidades de negócio;

XVIII - analisar, prospectar, propor e aprovar novos projetos de infraestrutura e segurança de redes de dados e comunicação;

XIX - propor, implantar e supervisionar serviços de atendimento ao usuário;

XX - acompanhar, em conjunto com a CGCO, a execução dos contratos e convênios de prestação de serviços na DTI;

XXI - propor, e normatizar controles visando garantir o monitoramento do tráfego de dados e segurança cibernética da informação; planejar rotinas e procedimentos operacionais periódicos em hardwares e softwares de ativos de TI;

XXII - propor melhorias aos processos de trabalho da Diretoria de Tecnologia da Informação; e

XXIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 104. Ao Serviço de Atendimento ao Usuário compete:

I - coordenar e acompanhar as ações relativas à gestão da infraestrutura e operações de tecnologia da informação e comunicações sob a responsabilidade da Coordenação-Geral;

II - implementar e monitorar a conformidade das políticas e normas referente a segurança cibernética da informação e do uso de ativos de TI;

III - executar os serviços relativos aos sistemas de armazenamento, backup e restauração de dados;

IV - executar os serviços de produção e ativos de rede;

V - executar a instalação e atualização de softwares, em articulação com a Coordenação-Geral de Sistemas;

VI - implantar e monitorar os ambientes computacionais, de desenvolvimento, homologação, treinamento e produção dos sistemas e sítios de responsabilidade do Ministério;

VII - implementar controles visando garantir o monitoramento do tráfego de dados e segurança cibernética da informação;

VIII - executar rotinas e procedimentos operacionais periódicos em hardwares e softwares de ativos de TI;

IX - auditar e avaliar os níveis de segurança cibernética da informação; e

X - gerenciar os projetos relativos aos serviços de produção, sob a orientação do Escritório de Projetos.

Art. 105. Ao Serviço de Telefonia compete:

I - disseminar a cultura de Segurança cibernética da informação e Comunicações - SIC e monitorar a infraestrutura de TI, visando garantir sua disponibilidade;

II - analisar, tratar e reportar incidentes relacionados à segurança cibernética da informação;

III - analisar e buscar soluções para mitigar vulnerabilidades detectadas;

IV - coordenar a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes - ETIR;

V - avaliar os riscos de segurança a nível operacional, mantendo o equilíbrio dos investimentos em soluções de controle, de acordo com os danos que podem ser causados aos negócios do Ministério, em função de potenciais falhas de segurança;

VI - implementar e acompanhar as práticas cibernéticas da Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC;

VII - assessorar o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC nas questões que envolvem novas tecnologias em segurança cibernética da informação e comunicações;

VIII - coordenar e acompanhar a execução das ações deliberadas no âmbito do CSIC;

IX - realizar testes de segurança em código de programação junto às equipes de desenvolvimento de sistemas, visando identificar possíveis falhas de segurança nas aplicações em construção;

X - monitorar disponibilidade, vulnerabilidade, ataques e riscos nos sistemas de informação e demais serviços de tecnologia da informação e comunicação;

XI - propor normas e procedimentos que visem à segurança cibernética da informação na infraestrutura de redes do Ministério;

XII - definir, implementar e acompanhar as atividades de gerenciamento de banco de dados;

XIII - gerenciar mudanças no ambiente de TI que possam causar impactos no Ministério, garantindo a utilização de métodos e procedimentos padrões;

XIV - apoiar a gestão de problemas na identificação, avaliação e resolução de causas-raiz dos incidentes ocorridos; e

XV - gerenciar os projetos relativos à segurança cibernética da informação e comunicações sob a orientação da Divisão de Projetos e Processos.

Art. 106. À Coordenação de Redes e Segurança Cibernética compete:

I - efetuar a manutenção dos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério;

II - realizar testes de aceitação de equipamentos de informática;

III - executar, em articulação com a Divisão de Desenvolvimento de Pessoal, treinamento básico de usuários na operação de microcomputadores, softwares básicos, aplicativos e periféricos;

IV - realizar o atendimento de suporte de primeiro, segundo e terceiro nível aos usuários dos serviços de tecnologia da informação e comunicações do Ministério e assegurar o cumprimento dos acordos de nível de serviço internos;

V - transferir para os níveis superiores de atendimento as solicitações e incidentes cujas ações nos níveis anteriores não tenham sido eficazes;

VI - apoiar a gestão de problemas na identificação, avaliação e resolução de causas-raiz dos incidentes ocorridos;

VII - monitorar o atendimento dos chamados transferidos para o segundo e terceiro níveis até o seu encerramento;

VIII - elaborar relatório gerencial sobre as ações de sua competência; e

IX - organizar e garantir a disponibilidade das estações de trabalho e respectivos aplicativos instalados, em articulação com os usuários.

Art. 107. À Divisão de Segurança de Rede e Banco de Dados compete:

I - orientar e controlar a execução das atividades do serviço de telecomunicações, envolvendo as redes de dados e voz - fixa e móvel, propondo, quando necessário, a sua expansão, substituição ou aquisição;

II - propor medidas administrativas referentes aos serviços de telecomunicações em geral;

III - providenciar reparo, instalação e remanejamento de equipamentos envolvidos no serviço de telecomunicações;

IV - acompanhar, controlar e atestar a execução dos serviços realizados por terceiros, no âmbito de sua competência;

V - definir e manter a política, planos e normativos para utilização dos serviços de telecomunicações;

VI - gerenciar as contas de usuários nos serviços de telecomunicações;

VII - gerenciar os projetos relativos aos serviços de telecomunicações, sob a orientação do Escritório de Projetos;

VIII - realizar ações de restauração imediata dos serviços de telecomunicações em caso de incidentes;

IX - apoiar a gestão de problemas na identificação, avaliação e resolução de causas-raiz dos incidentes ocorridos;

X - apoiar a área de atendimento ao usuário para avaliação de problemas e falhas gerais, atuando como um segundo nível de atendimento em atividades relacionadas à sua área de atuação;

XI - propor e elaborar projetos para aquisições de produtos e serviços relacionados aos serviços de telecomunicações;

XII - planejar, implantar e monitorar o suporte local aos usuários, no que tange os serviços de instalação e configuração de equipamentos, softwares e comunicação (rede e telefonia); e

XIII - consolidar e distribuir informações para monitoramento estratégico do desempenho dos serviços de telecomunicações no Ministério.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 108. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - supervisionar e avaliar a execução dos programas e atividades do Ministério;

II - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva;

III - fazer cumprir as normas emanadas dos Sistemas Federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de pessoal civil e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

IV - homologar ou referendar os atos vinculados à área de competência da Secretaria-Executiva;

V - decidir, em grau de recurso, sobre atos praticados pelos titulares das unidades sob a supervisão da Secretaria-Executiva, dirimir conflitos de competência entre essas autoridades e avocar, a qualquer tempo e a seu critério, a decisão sobre quaisquer processos administrativos e outros assuntos afetos à Secretaria-Executiva;

VI - constituir grupos de trabalhos interdisciplinares, com o objetivo de realizar estudos especiais de natureza jurídica, técnica, econômica e administrativa;

VII - aprovar contratos, acordos, ajustes e convênios, relativos a atividades inerentes à Secretaria Executiva;

VIII - autorizar afastamentos do País de servidores do Ministério e dos dirigentes máximos das entidades vinculadas a este Ministério;

IX - aprovar métodos de acompanhamento das políticas tarifárias de produtos e serviços referentes aos serviços postais;

X - supervisionar os processos de elaboração e acompanhamento, avaliação e revisão do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária, no âmbito do Ministério; e

XI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 109. Ao Secretário-Executivo Adjunto incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação de suas atividades;

II - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária da SEXEC, bem como acompanhar e controlar a sua execução;

III - supervisionar e coordenar as atividades das Diretorias da Secretaria Executiva;

IV - substituir o Secretário-Executivo nos seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo; e

V - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 110. Ao Chefe do Gabinete da Secretaria Executiva incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades do Gabinete;

II - coordenar as atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes da estrutura da SEXEC;

III - assistir ao Secretário-Executivo na execução de suas atribuições;

IV - organizar a agenda do Secretário-Executivo;

V - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

VI - atender às partes interessadas em assuntos a cargo do Gabinete;

VII - organizar o despacho de processos, documentos e expedientes do Secretário-Executivo e dar encaminhamento aos assuntos tratados no Gabinete; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 111. Aos Diretores incumbe:

I - promover, planejar, dirigir, coordenar, orientar e encaminhar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - auxiliar o Secretário no exercício de suas atribuições em suas respectivas áreas de competência;

III - representar as Diretorias nos assuntos relativos às suas áreas de competência;

IV - aprovar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 112. Aos Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefes de Divisão e de Serviço incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de suas respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 113. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário-Executivo.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º A Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério.

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de editais de licitação e dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Consultoria Jurídica - CONJUR tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete do Consultor Jurídico

a) Coordenação de Organização Administrativa - COADM

b) Divisão de Documentação Jurídica - DIJUR

c) Divisão de Apoio Administrativo - DIAPA

II - Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC

a) Coordenação Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares - CORSA

b) Coordenação Jurídica de Licitação de Radiodifusão - COLIR

c) Coordenação Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária - COREC

III - Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Atos Correlatos - CGLC

a) Coordenação Jurídica de Licitação e Contratos - COLIC

b) Coordenação Jurídica de Convênios e Atos Correlatos - COCAC

VI - Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais - CGAJ

a) Coordenação Jurídica de Contencioso Judicial - COJUD

IV - Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Ciência, Tecnologia e Inovações - CGCI

a) Coordenação Jurídica de Assuntos Científicos - COACI

b) Coordenação Jurídica de Tecnologia e Inovações - COTEC

III - Coordenação-Geral de Telecomunicações, Supervisão e Pessoal - CGTP

a) Coordenação Jurídica de Supervisão e Pessoal - COSUP

Art. 3º A Consultoria Jurídica será dirigida por Consultor Jurídico; as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais; as Coordenações por Coordenadores e as Divisões por Chefes, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções mencionadas no caput do art. 3º e o Consultor Jurídico Adjunto serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação pertinente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES
Seção I
Do Gabinete do Consultor Jurídico

Art. 5º À Coordenação de Organização Administrativa compete:

I - assessorar direta e imediatamente os integrantes da CONJUR em assuntos administrativos;

II - planejar, controlar e dirigir as atividades relacionadas com:

a) a tramitação de documentos e processos, comunicações administrativas, recursos humanos, material de consumo, patrimônio, orçamento e informática, no âmbito da Consultoria Jurídica;

b) a catalogação, registro e manutenção do acervo documental, legal, jurisprudencial e doutrinário da Consultoria Jurídica;

III - a racionalização das tarefas administrativas pertinentes à Consultoria Jurídica e a propositura de medidas visando à organização, modernização, informatização e uniformização dos métodos de trabalho;

IV - manter arquivo atualizado de peças processuais que possibilite a verificação imediata da situação de cada feito;

V - a elaboração de relatórios gerenciais, no âmbito da Consultoria Jurídica;

VI - providenciar a concessão de passagens e diárias aos integrantes da Consultoria;

VII - solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, digitalização, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, no âmbito da Consultoria;

VIII - coordenar as Divisões de Documentação Jurídica e de Apoio Administrativo;

IX - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

X - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico, Consultor Jurídico Adjunto, Coordenadores-Geral e Coordenadores.

Art. 6º À Divisão de Documentação Jurídica compete:

I - assessorar os integrantes da CONJUR em assuntos administrativos;

II - acompanhar as publicações de leis, decretos, medidas provisórias, portarias e demais atos normativos ou administrativos de interesse do Ministério, mantendo cadastro atualizado de tais publicações;

III - realizar pesquisa documental com vistas a fornecer subsídios aos advogados para a elaboração de pareceres e informações;

IV - manter arquivo atualizado de peças processuais que possibilite a verificação imediata da situação de cada feito;

V - recomendar ao Consultor Jurídico a aquisição de livros e a assinatura de publicações de natureza jurídica;

VI - organizar e manter atualizados ementários, fichários e publicações técnico-jurídicas e literárias, bem como as referentes à legislação e jurisprudência, de interesse da Consultoria, que compõem o acervo de sua biblioteca;

VII - providenciar a aquisição, o registro, a classificação e a conservação de obras de interesse da Consultoria;

VIII - elaborar relatórios gerenciais, no âmbito da Consultoria Jurídica; e

IX - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência.

Art. 7º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - assessorar os integrantes da CONJUR em assuntos administrativos;

II - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Consultoria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos;

III - requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da Consultoria;

IV - solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, no âmbito da Consultoria;

V - controlar e executar trabalhos de digitação, reprografia e fax;

VI - exercer o controle dos recursos tecnológicos da Consultoria Jurídica; e

VII - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência.

Seção II
Da Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicações

Art. 8º À Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação compete:

I - coordenar, orientar e executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e documentos referentes a:

a) exploração dos serviços de radiodifusão e do serviço de retransmissão de televisão;

b) instrumentos convocatórios de licitação relativos à exploração de serviços de radiodifusão;

c) contratos e convênios a serem celebrados para a exploração de serviços de radiodifusão;

d) declaração de nulidade de atos administrativos, afetos à sua área de atuação, praticados no âmbito do Ministério ou oriundos de entidade vinculada;

e) apuração de infração relacionada aos serviços de radiodifusão e ao serviço de retransmissão de televisão;

f) pedidos de reconsideração, recursos e representações, relativos à sua área de competência, dirigidos ao Ministro de Estado; e

g) interpretação das disposições constitucionais, legais, regulamentares ou normativas relacionadas aos serviços de radiodifusão e ao serviço de retransmissão de televisão.

II - proferir manifestações jurídicas, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral, sobre anteprojetos e projetos de leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

III - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

IV - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 9º À Coordenação Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária compete:

I - executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e documentos referentes:

a) aos serviços de radiodifusão de caráter educativo;

b) aos serviços de radiodifusão comunitária;

c) a apuração de infração relativa a exploração dos serviços de radiodifusão de caráter educativo e de radiodifusão comunitária;

d) pedidos de reconsideração, recursos e representações, relativos à sua área de competência, dirigidos ao Ministro de Estado.

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Art. 10. À Coordenação Jurídica de Radiodifusão Comercial e de Serviços Ancilares compete:

I - executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e documentos referentes a:

a) outorga de concessão, permissão ou autorização para a exploração dos serviços de radiodifusão de caráter comercial, bem como à transferência direta e indireta, renovação, declaração de perempção e revogação da outorga desses serviços;

b) outorga de autorização para a exploração do serviço de retransmissão de televisão, bem assim à transferência e revogação da outorga desse serviço;

c) contratos e convênios a serem celebrados para a exploração dos serviços de radiodifusão de caráter comercial;

d) declaração de nulidade de atos administrativos, afetos à sua área de atuação, praticados no âmbito do Ministério ou oriundos de entidade vinculada;

e) apuração de infração relativa aos serviços de radiodifusão de caráter comercial e serviço de retransmissão de televisão; e

f) pedidos de reconsideração, recursos e representações, relativos à sua área de competência, dirigidos ao Ministro de Estado.

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Art. 11. À Coordenação Jurídica de Licitação de Radiodifusão compete:

I - executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e documentos referentes a:

a) instrumentos convocatórios de licitação relativos à exploração de serviços de radiodifusão;

b) homologação de procedimentos licitatórios relativos à exploração de serviços de radiodifusão;

c) declaração de nulidade de atos administrativos, afetos à sua área de atuação, praticados no âmbito do Ministério;

d) pedidos de reconsideração, recurso ou representação, relativos à sua área de competência, dirigidos ao Ministro de Estado.

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Seção III
Da Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Atos Correlatos

Art. 12. À Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Atos Correlatos compete:

I - coordenar, orientar e executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e documentos referentes a:

a) processos administrativos relativos a licitações, contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres, exceto aqueles de competência relacionados nas demais Coordenações-Gerais;

b) processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação;

c) legalidade dos contratos e demais ajustes a serem celebrados no âmbito do Ministério; e

d) pedidos de reconsideração, recursos ou representações concernentes a sua área de atuação.

II - acompanhar e propor medidas referentes aos processos administrativos que tramitam na Controladoria-Geral da União, no Tribunal de Contas da União e no Ministério Púbico, de interesse do Ministério, sem prejuízo da atuação conjunta com as demais coordenações desta Consultoria Jurídica;

III - proferir manifestações jurídicas, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral, sobre anteprojetos e projetos de leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

IV - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

V - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 13. À Coordenação Jurídica de Convênios e Atos Correlatos compete:

I - coordenar e executar atividades relacionadas à análise jurídica de processos e documentos referentes a:

a) analisar, prévia e conclusivamente, os processos referentes a convênios, acordos, termos de parceria, contratos de gestão e demais atos correlatos;

b) instrumentos públicos de seleção de entidades para a celebração;

c) minutas de instrumentos e aditivos a serem celebrados;

d) controle de legalidade de atos administrativos;

e) pedidos de reconsideração, recursos ou representações;

f) acompanhar e orientar a padronização de minutas e de procedimentos uniformes concernentes à sua área de atuação;

g) acompanhar e orientar a aplicação de pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação;

h) elaborar estudos e pareceres quanto à aplicação de legislação concernente à sua área de atuação;

i) acompanhar os processos relevantes de interesse do Ministério relativos a convênios e instrumentos congêneres; e

j) proceder a estudos e pareceres quanto à aplicação da legislação concernente à sua área de atuação.

II - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

III - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Atos Correlatos.

Art. 14. À Coordenação Jurídica de Licitação e Contratos compete:

I - coordenar e executar atividades relacionadas à análise jurídica de processos e documentos referentes a:

a) instrumentos convocatórios de licitação relativos à aquisição de bens ou contratação de obras e serviços;

b) situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação relativas à aquisição de bens e contratação de obras e serviços;

c) legalidade dos contratos e demais ajustes a serem celebrados no âmbito do Ministério; e

d) pedidos de reconsideração, recursos ou representações concernentes a sua área de atuação.

II - acompanhar e orientar a padronização de minutas e de procedimentos uniformes concernentes à sua área de atuação;

III - acompanhar e orientar a aplicação de pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação;

IV - elaborar estudos e pareceres quanto à aplicação da legislação concernente à sua área de atuação;

V - acompanhar os processos relevantes de interesse do Ministério relativos à sua área de atuação;

VI - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

VII - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Administrativos.

Seção IV
Da Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais

Art. 15. À Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais compete:

I - assistir o Consultor Jurídico no exame e na interpretação de decisões judiciais;

II - fornecer subsídios necessários à defesa dos interesses da União;

III - articular-se com outras unidades da Advocacia-Geral da União para a otimização dos esforços na defesa da União em juízo;

IV - acompanhar os processos judiciais de interesse do Ministério e da Advocacia-Geral da União, zelando pelo correto atendimento das decisões do Poder Judiciário e orientando as autoridades quanto ao exato cumprimento delas, observados os atos normativos que regem a matéria;

V - analisar processos e documentos, bem como emitir manifestações jurídicas referentes a assuntos de natureza judicial;

VI - proferir manifestações jurídicas, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral, sobre anteprojetos e projetos de leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

VII - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

VIII - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 16. À Coordenação Jurídica de Contencioso Judicial compete:

I - fornecer subsídios necessários à defesa dos interesses da União mediante a elaboração de manifestações jurídicas a serem encaminhadas à Advocacia-Geral da União - AGU;

II - acompanhar os processos judiciais de interesse do Ministério e da Advocacia-Geral da União, zelando pelo correto atendimento das decisões do Poder Judiciário e orientando as autoridades quanto ao exato cumprimento delas, observados os atos normativos que regem a matéria;

III - analisar processos e documentos, bem como emitir manifestações jurídicas referentes a assuntos de natureza judicial;

IV - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

V - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Judiciais.

Seção V
Da Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Ciência, Tecnologia e Inovações

Art. 17. À Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Ciência, Tecnologia e Inovações compete:

I - coordenar, orientar e executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e documentos referentes a:

a) assuntos relacionados à pesquisa científica, política nacional de biossegurança, política espacial, política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis;

b) assuntos relacionados à pesquisa tecnológica e inovação, política de desenvolvimento de informática e automação, circuitos integrados, segurança da informação, Internet, inclusão digital, propriedade intelectual, direito autoral, propriedade industrial e poder de compra do Estado; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

c) requerimentos de incentivos fiscais, bem como propostas de sua suspensão ou cassação.

II - emitir manifestação jurídica em ajustes e acordos internacionais relacionados aos assuntos elencados no inciso I;

III - proferir manifestações jurídicas, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral, sobre anteprojetos e projetos de leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

IV - prestar assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas, relativamente aos assuntos elencados no inciso I;

V - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

VI - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 18. À Coordenação Jurídica de Assuntos Científicos compete:

I - proferir manifestações jurídicas sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados à pesquisa científica, política nacional de biossegurança, política espacial, política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis;

II - prestar assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas, relativamente aos assuntos elencados no inciso I;

III - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

IV - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 19. À Coordenação Jurídica de Tecnologia e Inovações compete:

I - proferir manifestações jurídicas sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados à pesquisa tecnológica e inovação, política de desenvolvimento de informática e automação, circuitos integrados, segurança da informação, Internet, inclusão digital, propriedade intelectual, direito autoral, propriedade industrial e poder de compra do Estado;

II - proferir manifestações jurídicas sobre requerimentos de incentivos fiscais, bem como propostas de sua suspensão ou cassação;

III - prestar assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das unidades de pesquisa e das entidades vinculadas, relativamente aos assuntos elencados nos incisos I e II;

IV - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência;

V - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Ciência, Tecnologia e Inovações.

Seção VI

Da Coordenação-Geral de Telecomunicações, Supervisão e Pessoal

Art. 20. À Coordenação-Geral de Telecomunicações, Supervisão e Pessoal compete:

I - coordenar, orientar e executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e documentos referentes a:

a.serviços postais;

b.telecomunicações;

c.Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST;

d.Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL;

e.pessoal;

f) sindicância e processo administrativo disciplinar; e

g) assuntos administrativos diversos, ressalvadas as competências das demais Coordenações-Gerais.

II - proferir manifestações jurídicas, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral, sobre anteprojetos e projetos de leis, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

III - proferir manifestações jurídicas sobre acordos, convênios e demais ajustes de âmbito internacional, referentes às matérias afetas a esta Coordenação-Geral;

IV - analisar pedidos de reconsideração, recursos e representações, afetos à sua área de competência, dirigidos ao Ministro de Estado;

V - prestar apoio jurídico às comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

VI - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

VII - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 21. À Coordenação Jurídica de Supervisão e Pessoal compete:

I - proferir manifestações jurídicas sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados a pessoal, serviços postais, telecomunicações, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL;

II - proferir manifestações jurídicas sobre demandas ou processos que tenham por objeto assuntos relacionados a assuntos administrativos diversos, ressalvadas as competências das demais Coordenações-Gerais;

III - proferir manifestação jurídica nos processos referentes a apuração de irregularidades funcionais;

IV - analisar, prévia e conclusivamente, os procedimentos persecutórios, recursos, pedidos de reconsideração e revisão, e de outros pertinentes à matéria, cuja competência para julgamento seja de quaisquer das autoridades do Ministério;

V - prestar apoio jurídico às comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

VI - desenvolver outras atividades relacionadas com a sua área de competência; e

VII - desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Coordenador-Geral de Atos Normativos, Supervisão e Pessoal.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 22. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento jurídico, direto e imediato, ao Ministro de Estado;

II - planejar, dirigir, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Consultoria Jurídica;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - zelar pelo cumprimento e observância das orientações normativas, firmadas pela Advocacia-Geral da União;

V - aprovar os pareceres, as notas, as informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria Jurídica e submetê-los ao Ministro de Estado e ao Advogado-Geral da União, se for o caso;

VI - delegar aos Coordenadores-Gerais, Coordenadores e aos membros da Advocacia-Geral da União a prática de atos de sua competência;

VII - indicar servidores em exercício na Consultoria Jurídica para representá-lo nas reuniões de grupo de trabalho, atribuir-lhes serviço, missão ou estudo em qualquer parte do território nacional;

VIII - designar servidores para o exercício de funções no âmbito da Consultoria Jurídica;

IX - indicar membros e servidores em exercício na Consultoria Jurídica para participação em programas e cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

X - distribuir internamente os membros e servidores em exercício na Consultoria Jurídica necessários ao seu regular funcionamento;

XI - expedir normas e instruções complementares a este Regimento Interno, para a execução de serviços afetos à Consultoria Jurídica; e

XII - exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.

Parágrafo único. Poderá o Consultor Jurídico, no interesse do serviço, atribuir outros encargos e atividades às unidades sob sua supervisão, bem assim redistribuir trabalhos, de modo a evitar acúmulo de serviço em determinada unidade ou perda de prazos, administrativos e judiciais.

Art. 23. Ao Consultor Jurídico Adjunto incumbe:

I - auxiliar o Consultor Jurídico na coordenação das atividades administrativas da CONJUR;

II - distribuir e supervisionar a distribuição de trabalhos no âmbito da CONJUR;

III - dirigir e supervisionar a atuação das Coordenações-Gerais, nos termos deste Regimento;

IV - aprovar os pareceres, as notas, as informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria Jurídica e submetê-los ao Ministro de Estado e ao Advogado-Geral da União, se for o caso;

V - acompanhar e orientar a padronização de minutas, de pareceres e de procedimentos uniformes na Consultoria Jurídica;

VI - estudar e propor medidas com vistas à prevenção e ao encerramento de litígios;

VII - exercer as competências e atos que lhes sejam atribuídos, delegados ou subdelegados pelo Consultor Jurídico;

VIII - acompanhar, por solicitação do Consultor Jurídico, quaisquer assuntos de interesse da CONJUR.

Art. 24. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - aprovar os pareceres, notas, informações e despachos elaborados no âmbito de suas unidades, encaminhando-os para a aprovação do Consultor Jurídico ou do Consultor Jurídico Adjunto, quando não houver delegação de competência;

II - emitir pronunciamento a respeito de assuntos atinentes à sua área de atuação;

III - planejar, coordenar, orientar e praticar atos de administração necessários à execução das atividades das respectivas unidades;

IV - zelar, conjuntamente com o Consultor Jurídico e com o Consultor Jurídico Adjunto, pela uniformização de teses e entendimentos jurídicos no âmbito da CONJUR;

V - avocar as competências das respectivas unidades, sempre que necessário, como medida de equalização de demanda, bem como para evitar acúmulo de serviços ou perda de prazos;

VI - programar, orientar e controlar a distribuição e a execução das atividades a cargo de suas respectivas unidades, quando não houver delegação de competência;

VII - acompanhar e orientar a padronização de minutas e de procedimentos uniformes concernentes à sua área de atuação;

VIII - acompanhar e orientar a aplicação de pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação;

IX - acompanhar os processos relevantes de interesse do Ministério relativos à sua área de atuação;

X - estudar e propor medidas com vistas à prevenção, redução e ao encerramento de litígios; e

XI - realizar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 25. Aos Coordenadores incumbe:

I - aprovar os pareceres, notas, informações e despachos elaborados no âmbito de suas unidades, encaminhando-os para a aprovação do Coordenador-Geral, quando não houver delegação de competência;

II - emitir pronunciamento a respeito de assuntos atinentes à sua área de atuação;

III - planejar, coordenar, orientar e praticar atos de administração necessários à execução das atividades das respectivas unidades;

IV- zelar, conjuntamente com o Coordenadores-Gerais, pela uniformização de teses e entendimentos jurídicos no âmbito da CONJUR;

V - avocar as competências das respectivas unidades, sempre que necessário, como medida de equalização de demanda, bem como para evitar acúmulo de serviços ou perda de prazos;

VI - programar, orientar e controlar a distribuição e a execução das atividades a cargo de suas respectivas unidades;

VII - acompanhar e orientar a padronização de minutas e de procedimentos uniformes concernentes à sua área de atuação;

VIII - acompanhar e orientar a aplicação de pareceres normativos de matérias concernentes à sua área de atuação;

IX - acompanhar os processos relevantes de interesse do Ministério relativos à sua área de atuação;

X - estudar e propor medidas com vistas à prevenção e ao encerramento de litígios; e

XI - realizar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Coordenadores-Gerais.

Art. 26. Ao Chefe de Divisão incumbe:

I - planejar, dirigir e orientar a execução das atividades da respectiva unidade;

II - submeter ao Coordenador, Consultor Jurídico Adjunto e ao Consultor Jurídico os planos de trabalho e os relatórios das atividades pertinentes à sua unidade; e

III - executar outras atividades que lhe forem atribuídas.

CAPÍTULO V

DAS CONSULTAS

Art. 27. As consultas somente serão encaminhadas à Consultoria Jurídica pelo Ministro de Estado, Chefe de Gabinete do Ministro, Secretário-Executivo, Secretários e Subsecretários ou seus substitutos eventuais.

Art. 28. As consultas de interesse das entidades vinculadas ao Ministério deverão ser encaminhadas à Consultoria Jurídica por intermédio das autoridades mencionadas no art. 30, devidamente instruídas e analisadas por órgãos técnicos e com parecer conclusivo do órgão jurídico.

Art. 29. As consultas de interesse dos órgãos do Ministério deverão ser encaminhadas à Consultoria Jurídica por intermédio das autoridades mencionadas no art. 30, devidamente instruídas e analisadas pelos órgãos técnicos.

Art. 30. Os expedientes e consultas oriundos dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério deverão ser autuados em Processo Administrativo, devidamente instruído, que contenha além dos demais documentos previstos na legislação pertinente:

I - a identificação do setor de origem responsável pela propositura;

II - exposição clara do assunto e seu objeto;

III - a justificativa de sua necessidade e, quando couber, o ato normativo que o ampare;

IV - o pronunciamento da unidade jurídica de origem (nota técnica, parecer, informação ou despacho); e

V - a aprovação expressa da autoridade responsável.

§ 1º Os processos que tratarem de gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento do órgão técnico, deverão estar instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, contendo, obrigatoriamente, dentre outros aspectos pertinentes, a indicação funcional - programática dos recursos financeiros por onde correrão as despesas.

§ 2º Poderá a Consultoria Jurídica restituir à origem, para completar a instrução na forma deste artigo, os processos insuficientemente preparados, submetidos ao seu exame.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. O parecer da Consultoria Jurídica, aprovado pelo Ministro, adquire caráter normativo no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas.

Art. 32. É prerrogativa da Consultoria Jurídica dirigir-se aos órgãos integrantes da estrutura do Ministério e às entidades vinculadas requisitando informações ou a realização de diligências necessárias à instrução de processo submetido à sua apreciação ou ao exercício da supervisão ministerial.

§ 1º Deverá ser dado tratamento urgente e preferencial às requisições de que trata o caput.

§ 2º As requisições relativas a assuntos judiciais deverão ser atendidas no prazo nelas estipulado e sua inobservância importará em apuração de responsabilidade na forma da lei.

Art. 33. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Radiodifusão compete:

I - formular e propor políticas públicas, diretrizes, objetivos e metas relativos aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares;

II - coordenar as atividades referentes à orientação, à execução e à avaliação das diretrizes, objetivos e metas, relativas aos serviços de radiodifusão, de seus ancilares e auxiliares;

III - propor a regulamentação dos serviços de radiodifusão, de seus ancilares e auxiliares;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - proceder à avaliação técnica, operacional, econômica e financeira das pessoas jurídicas executantes dos serviços de radiodifusão, de seus ancilares e auxiliares;

V - coordenar e executar as atividades integrantes dos processos de outorga, de pós-outorga e de renovação;

VI - fiscalizar e acompanhar a exploração dos serviços de radiodifusão e de seus ancilares e auxiliares nos aspectos referentes ao conteúdo de programação das emissoras, à composição societária e administrativa e às condições de capacidade jurídica, econômica e financeira das pessoas jurídicas executantes desses serviços;

VII - instaurar procedimento administrativo visando à apuração de infrações referentes aos serviços de radiodifusão, aos seus ancilares e auxiliares nos aspectos referentes ao conteúdo de programação das emissoras, à composição societária e administrativa e às condições de capacidade jurídica, econômica e financeira das pessoas jurídicas executantes desses serviços;

VIII - sancionar, por meio de suspensão, as entidades executantes de serviços de radiodifusão, de seus ancilares e auxiliares, em casos de cometimento de infrações relacionadas aos aspectos fiscalizados pela Secretaria de Radiodifusão.

IX - subsidiar a Secretaria Executiva na integração de sistemas corporativos e na gestão da informação do Ministério;

X - zelar pela implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XI - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em suas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Radiodifusão - SERAD tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete da Secretaria de Radiodifusão - GSRAD

a) Coordenação de Documentação e Informação - CODIN

1. Divisão de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial - DICOR

1.1. Serviço de Documentação e Informação de Outorgas - SEOUT

1.2. Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS

1.3. Serviço de Documentação e Informação de Televisão Digital - SEDIG

2. Divisão de Documentação de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização - DIESF

2.1. Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED

2.2. Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Comunitária - SERCO

2.3. Serviço de Documentação e Informação de Fiscalização de Outorgas - SEFOT

3. Divisão de Gestão da Informação - DIGIN

3.1. Serviço de Gestão da Informação - SEGES

3.2. Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR

3.3. Serviço de Apoio Administrativo - SEAPA

II - Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

a) Divisão de Acompanhamento de Radiodifusão - DIARA

1. Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão - SEARA

2. Serviço de Controle de Ações de Radiodifusão - SECAR

b) Coordenação-Geral de Outorgas - CGOU

1. Coordenação Legal dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão - COLAN

1.1. Divisão de Outorga Legal dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão DILAN

1.1.1. Serviço de Análise Legal dos Serviços Ancilares de Radiodifusão - SELAN

1.1.2. Serviço de Análise Legal dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão - SELAU

2.2. Coordenação Técnica dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão - COTAN

2.2.1. Divisão de Análise Técnica dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão - DITAN

2.2.1.1. Serviço de Análise Técnica dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão - SETAN

c) Coordenação-Geral de Pós-outorgas - CGPO

1. Serviço de Alterações Societárias - SEASI

2. Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão - CORÓR

2.1. Divisão de Renovação de Outorga - DIVRO

2.1.1. Serviço Legal de Renovação de Outorga - SELRO

2.1.2. Serviço Técnico de Renovação de Outorga - SETRO

3. Coordenação de Alteração de Características Técnicas - COACT

3.1. Serviço de Alteração de Características Técnicas - SEACT

d) Coordenação-Geral de Televisão Digital - CGTD

1. Serviço de Apoio Técnico e Estatísticas de Televisão Digital - SEETD

2. Coordenação de Implantação da Televisão Digital - COITD

2.1. Divisão de Estudos e Modernização de Televisão Digital - DIETD

2.1.1. Serviço de Estudos de Televisão Digital - SESTD

2.1.2. Serviço de Análise Técnica de Televisão Digital - SEATD

2.1.3. Serviço de Modernização de Televisão Digital - SEMTD

3. Coordenação de Monitoramento de Televisão Digital - CORES

III - Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização - DECEF

a) Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização - SEACP

b) Serviço de Controle de Ações de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização - SECOT

c) Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas - CGFI

1. Serviço de Degravação - SEDEG

2. Coordenação de Fiscalização de Regime Legal - COFIR

2.1. Divisão de Fiscalização das Outorgas Legais - DIFIS

2.1.1. Serviço de Análise de Atos Societários - SEATO

3. Coordenação de Fiscalização de Conteúdo e de Aspectos não Técnicos - COFIT

3.1. Serviço de Análise de Infrações - SEAIC

3.2. Serviço de Análise de Denúncias - SEADE

d) Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - CGEC

1. Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COLEC

1.1. Divisão de Outorga e Pós-Outorga de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - DIPEC

1.1.1. Serviço de Consignações da União e Canal da Cidadania - SECOC

1.1.2. Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa - SEORE

1.1.3. Serviço de Pós-Outorga de Radiodifusão Educativa - SEPRE

2. Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COTED

2.1. Serviço de Estudos e Análise Técnica - SESTE

e) Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

1. Serviço de Ações de Outorga - SEARO

2. Coordenação de Processos de Rádio Comunitária - COPRC

2.1. Divisão de Processos de Rádio Comunitária - DIPRC

2.1.1. Serviço de Análise Pós - Jurídica - SEAPJ

2.1.2. Serviço de Análise Técnica - SEANT

2.1.3. Serviço de Análise de Renovação - SEARE

2.1.4. Serviço de Análise de Renovação e Outorga - SEAOU

Art. 3º A Secretaria de Radiodifusão será dirigida por Secretário, o Gabinete, as Divisões e Serviços por Chefes, os Departamentos por Diretores, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das Unidades integrantes da estrutura da Secretaria;

II - analisar e articular, com as demais Unidades da Secretaria o encaminhamento dos assuntos a serem submetidos ao Secretário;

III - coordenar a pauta de trabalho do Secretário e prestar assistência em seus despachos;

IV - examinar os pedidos de audiências do Secretário, priorizando seus atendimentos;

V - coordenar e requisitar com a aprovação superior proposta de concessões de diárias e passagens nacionais e internacionais no âmbito desta Secretaria;

VI - coordenar e consolidar o levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos servidores desta Secretaria, visando à elaboração de programa anual de treinamento;

VII - coordenar e acompanhar as atividades administrativas e de gestão de pessoal no âmbito desta Secretaria,

VIII - coordenar a elaboração do relatório de gestão anual da Secretaria;

IX - acompanhar, em articulação com a Assessoria Parlamentar e com a Consultoria Jurídica do Ministério, projetos de lei e instrumentos legais, cujos temas e atividades estão sob a responsabilidade da Secretaria;

X - assessorar o Secretário nas ações de cooperação internacional, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XI - assessorar o Secretário nas representações em colegiados e fóruns nacionais e internacionais de responsabilidade da Secretaria;

XII - assessorar o Secretário nas atividades de comunicação social, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XIII - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro nas atividades de responsabilidade da Secretaria;

XIV - prestar informações e fornecer dados e documentos da Secretaria aos órgãos oficiais de controle;

XV - analisar assuntos afetos às atividades inerentes à Secretaria; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 6º À Coordenação de Documentação e Informação compete:

I - coordenar e analisar as atividades de recebimento, registro e fluxo de documentos, processos, correspondências e demais expedientes no âmbito da Secretaria;

II - coordenar e analisar as atividades necessárias à garantia da segurança da informação no âmbito da Secretaria, de acordo com as normas estabelecidas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

III - coordenar e analisar o tratamento de dados e informações referentes aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como do passivo processual em tramitação no âmbito da Secretaria;

IV - articular junto à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, visando garantir a segurança das informações e acompanhar o desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação que apoiam as atividades da Secretaria;

V - articular junto à Agência Nacional de Telecomunicações, visando garantir a segurança das informações, e acompanhar a manutenção dos sistemas de informação que apoiam as atividades da Secretaria;

VI - articular com demais unidades da Secretaria com vistas à uniformização de procedimentos;

VII - coordenar e analisar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral;

VIII - coordenar e analisar o modelo de concessão e alteração de acessos aos sistemas e diretórios corporativos no âmbito da Secretaria;

IX - coordenar e analisar a concessão de acessos e a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

X - coordenar e analisar acompanhar o desenvolvimento, implantação e melhorias de aplicações e sistemas no âmbito da Secretaria; e

XI - encaminhar documentos e processos a outros órgãos, ou interessados em processos de radiodifusão, mediante delegação específica.

Art. 7º À Divisão de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial compete:

I - supervisionar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - supervisionar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - supervisionar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - supervisionar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - supervisionar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 8º Ao Serviço de Documentação e Informação de Outorgas compete:

I - executar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - executar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - executar e acompanhar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - executar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - executar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 9º Ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga compete:

I - executar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - executar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - executar e acompanhar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - executar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - executar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 10. Ao Serviço de Documentação e Informação de Televisão compete:

I - executar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - executar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - executar e acompanhar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - executar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - executar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 11. À Divisão de Documentação de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização compete:

I - supervisionar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - supervisionar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - supervisionar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - supervisionar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - supervisionar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 12. Ao Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União compete:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - executar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - executar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - executar e acompanhar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - executar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - executar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 13. Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Comunitária compete:

I - executar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - executar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - executar e acompanhar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - executar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - executar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 14. Ao Serviço de Documentação e Informação de Fiscalização de Outorgas compete:

I - executar atividades administrativas com vistas a garantir a organização, tramitação, juntada e a expedição de documentos e processos;

II - executar a classificação e organização, para fins de pesquisa e recuperação de informações, das informações relativas à processos e documentos;

III - executar e acompanhar a publicação de atos oficiais junto à Imprensa Nacional;

IV - executar o arquivamento e desarquivamento de processos em geral; e

V - executar o acompanhamento de prazos dos processos de radiodifusão em tramitação.

Art. 15. À Divisão de Gestão da Informação compete:

I - supervisionar o tratamento e o compilamento de dados e informações referentes aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como do passivo processual em tramitação no âmbito da Secretaria;

II - supervisionar as atividades necessárias à garantia da segurança da informação no âmbito da Secretaria; e

III - supervisionar a concessão e alteração de acessos aos sistemas e diretórios corporativos no âmbito da Secretaria.

Art. 16. Ao Serviço de Gestão da Informação compete:

I - executar o tratamento e o compilamento de dados e informações referentes aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como do passivo processual em tramitação no âmbito da Secretaria;

II - executar as atividades necessárias à garantia da segurança da informação no âmbito da Secretaria; e

III - executar a concessão e alteração de acessos aos sistemas e diretórios corporativos no âmbito da Secretaria.

Art. 17. Ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão compete organizar e manter as informações cadastrais das entidades detentoras de outorgas e autorizações de serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

Art. 18. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização dos expedientes e da documentação submetida à apreciação do Secretário;

II - instruir processos e elaborar minutas de atos e correspondências oficiais internos e externos da Secretaria;

III - executar as atividades de apoio administrativo no âmbito da Secretaria;

IV - receber e encaminhar processos, documentos e correspondências afetos à Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação de tais documentos;

V - controlar os encaminhamentos visando ao cumprimento dos prazos legais para remessa de informações da Secretaria aos órgãos de controle e judiciais;

VI - analisar, classificar e cadastrar as correspondências recebidas e expedidas, no âmbito da Secretaria;

VII - organizar e manter atualizado o sistema de arquivo da documentação oficial dirigida às unidades da Secretaria; e

VIII - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, digitalização, reprografia, manutenção de instalações e equipamentos e de apoio logístico às reuniões.

Seção II

Do Departamento de Radiodifusão Comercial

Art. 19. Ao Departamento de Radiodifusão Comercial compete:

I - subsidiar a proposição de políticas, diretrizes, objetivos e metas referentes aos serviços de radiodifusão comercial e seus ancilares:

II - planejar, coordenar e elaborar os planos nacionais de outorga, os editais de licitação e outros processos seletivos para execução dos serviços de radiodifusão comercial e de seus ancilares e auxiliares;

III - coordenar as atividades inerentes as outorgas e o acompanhamento da instalação dos serviços de radiodifusão comercial e de seus ancilares e auxiliares;

IV - instaurar e acompanhar os procedimentos administrativos relacionados ao deferimento e à revisão de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial e de seus ancilares e auxiliares;

V - promover a formalização de instrumentos referentes à execução dos serviços de radiodifusão comercial;

VI - instaurar e acompanhar procedimentos de pós-outorga relativos aos serviços de radiodifusão e de seus ancilares e auxiliares;

VII - elaborar e propor normas, padrões, instruções e manuais referentes aos serviços de radiodifusão comercial e de seus ancilares e auxiliares;

VIII - elaborar planos de avaliação de desempenho da execução dos serviços de radiodifusão comercial e de seus ancilares e auxiliares;

IX - coordenar e conduzir os órgãos regionais nas atividades inerentes à outorga e aos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como atividades relativas à instalação destes serviços;

X - coordenar o levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos servidores, no âmbito de sua competência.

XI - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 20. À Divisão de Acompanhamento de Radiodifusão compete:

I - acompanhar as demandas dirigidas ao titular do Departamento, que exijam atendimento imediato;

II - subsidiar o titular do Departamento com informações visando o atendimento dos órgãos internos e externos;

III - auxiliar o titular do Departamento no acompanhamento das atividades administrativas e de gestão de pessoal;

IV - acompanhar as ações de radiodifusão comercial e seus ancilares e auxiliares com vistas ao atingimento das metas institucionais do Departamento; e

V - subsidiar o titular do Departamento com informações atinentes às ações de radiodifusão comercial e seus ancilares e auxiliares.

Art. 21. Ao Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão compete:

I - controlar as demandas dirigidas ao titular do Departamento, que exijam atendimento imediato;

II - elaborar respostas para subsidiar o titular do Departamento, visando o atendimento dos órgãos internos e externos; e

III - realizar o acompanhamento das atividades administrativas e de gestão de pessoal do Departamento.

Art. 22. Ao Serviço de Controle de Ações de Radiodifusão compete:

I - controlar as ações de radiodifusão comercial e seus ancilares e auxiliares com vistas ao atingimento das metas institucionais do Departamento; e

II - elaborar respostas para subsidiar o titular do Departamento com informações atinentes às ações de radiodifusão comercial e seus ancilares e auxiliares.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Outorgas

Art. 23. À Coordenação-Geral de Outorgas compete:

I - subsidiar a proposição de políticas, diretrizes, objetivos e metas referentes aos serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão;

II - subsidiar a execução das atividades de outorga dos serviços de ancilares e auxiliares de radiodifusão;

III - coordenar as atividades relativas aos procedimentos de outorga de serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão, incluindo os processos seletivos;

IV - decidir quanto ao indeferimento de processos no âmbito de sua área de competência;

V - arquivar processos de tramitação regimental inviável;

VI - assessorar às autoridades superiores;

VII - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes aos serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão, no âmbito de sua competência;

VIII - orientar e supervisionar os órgãos regionais nas atividades inerentes à outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como as atividades relativas à instalação destes serviços; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 24. À Coordenação Legal dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão compete:

I - coordenar e analisar as atividades de instrução e formalização dos procedimentos visando à outorga do serviço ancilar e auxiliar de incluindo os processos seletivos; e

II - coordenar e analisar os processos de outorga para execução dos serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão.

Art. 25. À Divisão de Outorga Legal dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão compete supervisionar e executar as atividades inerentes instrução e formalização dos procedimentos visando à outorga do serviço ancilar e auxiliar de radiodifusão, incluindo os processos seletivos.

Art. 26. Ao Serviço de Análise Legal dos Serviços Ancilares de Radiodifusão compete:

I - analisar os processos de outorga para execução dos serviços ancilares de radiodifusão incluindo os processos seletivos; e

II - executar as atividades necessárias à abertura de avisos de habilitação.

Art. 27. Ao Serviço de Análise Legal dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão compete analisar os processos de outorga para execução dos serviços auxiliares de radiodifusão.

Art. 28. À Coordenação Técnica dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão compete coordenar e analisar as atividades inerentes à instalação dos serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão.

Art. 29. À Divisão de Análise Técnica dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão compete supervisionar as atividades inerentes á análise dos projetos de instalação e de utilização de equipamentos para execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.

Art. 30. Ao Serviço de Análise Técnica dos Serviços Ancilares e Auxiliares de Radiodifusão analisar os projetos de instalação e de utilização de equipamentos para execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Art. 31. À Coordenação-Geral de Pós-Outorgas compete:

I - subsidiar a proposição de políticas, diretrizes, objetivos e metas referentes aos serviços de radiodifusão comercial;

II - analisar e coordenar a execução das atividades de outorga dos serviços de radiodifusão comercial;

III - analisar e coordenar as atividades inerentes à instrução de procedimentos de alterações de características societárias e técnicas das entidades detentoras de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial e ancilares;

IV - analisar e coordenar a execução das atividades inerentes à renovação e revisão de outorga de serviços de radiodifusão comercial;

V - analisar e coordenar as atividades referentes à instrução dos procedimentos de transferência direta e indireta de outorgas para a execução de serviços de radiodifusão comercial;

VI - analisar e coordenar as atividades referentes à instrução dos procedimentos de transferência de autorizações para a execução de serviços de retransmissão e repetição de televisão;

VII - analisar e coordenar as atividades referentes à instrução dos procedimentos de substituição de geradora cedente de programação de executantes de serviços de retransmissão e repetição de televisão;

VIII - homologar alterações estatutárias ou contratuais efetivadas em razão de dispositivos legais referentes aos serviços de radiodifusão comercial, respeitadas as limitações legais;

IX - decidir quanto ao indeferimento de processos no âmbito de sua área de competência;

X - autorizar o arquivamento e desarquivamento de processos, no âmbito de sua competência;

XI - assessorar as autoridades superiores;

XII - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes aos serviços de radiodifusão comercial, no âmbito de sua competência;

XIII - aprovar atos praticados em decorrência de autorizações prévias referentes aos serviços de radiodifusão comercial;

XIV - orientar e supervisionar os órgãos regionais nas atividades inerentes aos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como as atividades relativas à instalação destes serviços; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 32. Ao Serviço de Alterações Societárias compete:

I - analisar os processos de alteração contratual ou estatutária das entidades detentoras de outorgas para a execução de serviços de radiodifusão comercial;

II - analisar os processos relativos à transferência direta e indireta de outorgas para a execução de serviços de radiodifusão comercial;

III - analisar os processos relativos à substituição de geradora cedente de programação básica; e

IV - analisar os processos relativos à transferência de autorização das executantes de serviço de retransmissão e repetição de televisão.

Art. 33. À Coordenação de Renovação de Outorgas de Serviços de Radiodifusão no âmbito de sua área de atuação, compete coordenar e analisar a execução das atividades referentes à instrução dos procedimentos de renovação e de revisão de outorga de serviços de radiodifusão, exceto aquelas relativas à radiodifusão comunitária.

Art. 34. À Divisão de Renovação de Outorga compete:

I - supervisionar a analise de processos de renovação e revisão de outorga de serviços de radiodifusão comercial e propor as ações decorrentes; e

II - supervisionar a manutenção do controle dos prazos de outorgas vincendas dos serviços de radiodifusão e propor as ações decorrentes.

Art. 35. Ao Serviço Legal de Renovação de Outorga compete:

I - analisar processos de renovação e revisão de outorga de serviços de radiodifusão e propor as ações decorrentes; e

II - manter o controle dos prazos de outorgas vincendas dos serviços de radiodifusão e propor as ações decorrentes.

Art. 36. Ao Serviço Técnico de Renovação de Outorga compete:

I - realizar as atividades inerentes à declaração de aptidão para renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial; e

II - realizar as atividades inerentes à consolidação de características técnicas de instalação dos serviços de radiodifusão.

Art. 37. À Coordenação de Alterações de Características Técnicas e Societárias compete:

I - analisar e coordenar a execução das atividades referentes à instrução de procedimentos de alteração contratual ou estatutária das entidades detentoras de outorgas de serviços de radiodifusão comercial;

II - analisar e coordenar a execução das atividades referentes à instrução dos procedimentos de transferência direta e indireta de outorgas para a execução de serviços de radiodifusão comercial;

III - analisar e coordenar as atividades referentes à utilização de nome de fantasia para a execução de serviços de radiodifusão, exceto os de radiodifusão comunitária;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - analisar e coordenar a execução das atividades referentes às alterações de características técnicas e de novas condições de operação dos serviços de radiodifusão comercial; e

V - analisar e coordenar a execução das atividades referentes à proposição de realização de estudos, visando à alteração do plano básico de distribuição de canais de serviços de radiodifusão comercial.

Art. 38. Ao Serviço de Alteração de Características Técnicas compete:

I - executar as atividades referentes às alterações de características técnicas e de novas condições de operação dos serviços de radiodifusão comercial; e

II - executar as atividades referentes à proposição de realização de estudos, visando à alteração do plano básico de distribuição de canais de serviços de radiodifusão comercial.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Televisão Digital

Art. 39. Coordenação-Geral de Televisão Digital compete:

I - coordenar a execução das atividades referentes às análises de requerimentos de consignação de canais digitais do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

II - coordenar a execução das atividades referentes às análises de requerimentos de instalação e de utilização de equipamentos de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

III - coordenar a execução das atividades referentes às análises de requerimentos de aumento de potência de estações dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia digital;

IV - coordenar a execução das atividades referentes às análises de requerimentos de alterações de características técnicas de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

V - coordenar a execução das atividades inerentes às análises de requerimentos para execução de serviço especial para fins científicos e experimentais, no âmbito de sua competência;

VI - coordenar a execução das atividades inerentes às análises de requerimentos para uso temporário de radiofrequências, no âmbito de sua competência;

VII - coordenar a execução das atividades inerentes às análises de requerimentos de desligamento do sinal e devolução do canal analógico à União, relativos aos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia digital;

VIII - coordenar as atividades inerentes ao cadastramento de informações técnicas e à elaboração de licenças de funcionamento de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

XIV - assessorar, sempre que necessário, as autoridades superiores mediante a elaboração de estudos e o fornecimento de informações relevantes relacionadas ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

X - avaliar, monitorar e subsidiar as proposições de políticas, as diretrizes, os objetivos e as metas referentes ao processo de transição para SBTVD-T;

XI - fornecer subsídios para a elaboração de Plano Nacional de Outorgas relacionado ao SBTVD-T;

XII - supervisionar o processo do desligamento do sinal analógico dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão e a implantação do SBTVD-T;

XIII - coordenar estudos com vistas ao estabelecimento de normas, metas e critérios para a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão;

XIV - coordenar o acompanhamento de metas estabelecidas para a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão;

XV - coordenar, propor e acompanhar a elaboração de minutas de atos normativos relacionados ao SBTVD-T;

XVI - coordenar estudos com a finalidade de propor à Agência Nacional de Telecomunicações a alteração do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital, em conformidade com as políticas públicas, no âmbito de sua competência;

XVII - coordenar a participação de representantes do Ministério em reuniões de negociação, conferências, fóruns, organismos e entidades internacionais, no âmbito de sua competência;

XVIII - participar de fóruns e comissões de organizações nacionais e internacionais que tratem de assuntos relativos ao SBTVD-T;

XIX - coordenar a elaboração de propostas técnicas, a serem encaminhadas às Assembleias de Radiocomunicações e às Conferências Mundiais de Radiocomunicações, referentes ao SBTVD-T;

XX - coordenar a elaboração de cenários futuros para o setor de radiodifusão, notadamente em relação ao SBTVD-T, identificando os impactos e as alterações necessárias no posicionamento estratégico do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações;

XXI - coordenar estudos sobre a evolução de uso do espectro, realizando análises e estudos sobre tendências, demandas e novas tecnologias e aplicações que façam uso de radiofrequências vinculadas ao SBTVD-T; e

XXII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 40. Ao Serviço de Apoio Técnico e Estatísticas de Televisão Digital compete:

I - assessorar tecnicamente o Coordenador-Geral de Televisão Digital no desempenho de suas funções;

II - acompanhar o processo do desligamento do sinal analógico dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão e a implantação do SBTVD-T;

III - elaborar, organizar e manter o clipping com informações relacionadas à digitalização dos serviços radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia digital; e

IV - acompanhar o cumprimento de metas estabelecidas para a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Art. 41. À Coordenação de Implantação da Televisão Digital compete:

I - analisar e coordenar as análises de requerimentos de consignação de canais digitais do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

II - analisar e coordenar as análises de requerimentos de instalação e de utilização de equipamentos de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

III - analisar e coordenar as análises de requerimentos de aumento de potência de estações dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia digital;

IV - analisar e coordenar as análises de requerimentos de alterações de características técnicas de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

V - analisar e coordenar as análises de requerimentos para execução de serviço especial para fins científicos e experimentais, no âmbito de sua competência;

VI - analisar e coordenar as análises de requerimentos para uso temporário de radiofrequências, no âmbito de sua competência;

VII - analisar e coordenar as análises de requerimentos de desligamento do sinal e devolução do canal analógico à União, relativos aos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia digital;

VIII - analisar e coordenar o cadastramento de informações técnicas e a emissão de licenças de funcionamento de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

IX - submeter ao Coordenador-Geral de Televisão Digital as análises que resultarem em fixação ou prorrogação de prazos para o cumprimento de exigências, no âmbito de sua competência;

X - submeter ao Coordenador-Geral de Televisão Digital as análises que resultarem em prorrogação de prazo para a instalação de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

XI - submeter ao Coordenador-Geral de Televisão Digital as análises que resultarem em arquivamento e desarquivamento de processos, no âmbito de sua competência;

XII - analisar e coordenar a realização de estudos de viabilidade técnica, no âmbito de sua competência; e

XIII - analisar e coordenar a realização de estudos com a finalidade de propor à Agência Nacional de Telecomunicações a alteração do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital, em conformidade com as políticas públicas, no âmbito de sua competência.

Art. 42. À Divisão de Estudos e Modernização de Televisão Digital compete:

I - supervisionar as proposições de políticas, as diretrizes, os objetivos e as metas referentes ao processo de transição para o SBTVD-T;

II - supervisionar a atualização da relação de canais digitais constantes do Plano Básico de Televisão Digital e do replanejamento de canais, com a finalidade de fornecer subsídios para a elaboração de Plano Nacional de Outorgas relacionado SBTVD-T;

III - supervisionar estudos com vistas ao estabelecimento de normas, metas e critérios para a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão;

IV - supervisionar a elaboração de minutas de atos normativos relacionados SBTVD-T;

V - supervisionar a participação de representantes do Ministério em reuniões de negociação, conferências, fóruns, organismos e entidades internacionais, no âmbito de sua competência;

VI - supervisionar a elaboração de propostas técnicas, a serem encaminhadas às Assembleias de Radiocomunicações e às Conferências Mundiais de Radiocomunicações, referentes ao SBTVD-T;

VII - supervisionar a elaboração de cenários futuros para o setor de radiodifusão, notadamente em relação ao SBTVD-T, identificando os impactos e as alterações necessárias no posicionamento estratégico do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações; e

VIII - supervisionar a elaboração de estudos sobre a evolução de uso do espectro, realizando análises e estudos sobre tendências, demandas e novas tecnologias e aplicações que façam uso de radiofrequências vinculadas ao SBTVD-T.

Art. 43. Ao Serviço de Estudos de Televisão Digital compete:

I - realizar estudos de viabilidade técnica, no âmbito de sua competência;

II - realizar estudos com a finalidade de propor à Agência Nacional de Telecomunicações a alteração do Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital, em conformidade com as políticas públicas, no âmbito de sua competência;

III - elaborar proposições de políticas, diretrizes, objetivos e metas referentes ao processo de transição para o SBTVD-T;

IV - manter atualizada a relação de canais digitais constantes do Plano Básico de Televisão Digital e do replanejamento de canais, com a finalidade de fornecer subsídios para a elaboração de Plano Nacional de Outorgas relacionado SBTVD-T;

V - realizar estudos com vistas ao estabelecimento de normas, metas e critérios para a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão; e

VI - elaborar minutas de atos normativos relacionados ao SBTVD-T.

Art. 44. Ao Serviço de Análise Técnica de Televisão Digital compete:

I - analisar requerimentos de consignação de canais digitais do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

II - analisar processos relacionados ao termo aditivo de geradoras do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

III - analisar requerimentos de instalação e de utilização de equipamentos de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

IV - analisar requerimentos de aumento de potência de estações dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia digital;

V - analisar requerimentos de alterações de características técnicas de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

VI - analisar requerimentos para execução de serviço especial para fins científicos e experimentais, no âmbito de sua competência;

VII - analisar requerimentos para uso temporário de radiofrequências, no âmbito de sua competência;

VIII - analisar requerimentos de desligamento do sinal e devolução do canal analógico à União, relativos aos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia digital; e

IX - realizar o cadastramento de informações técnicas e a emissão de licenças de funcionamento de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital.

Art. 45. Ao Serviço de Modernização de Televisão Digital compete:

I - elaborar estudos e documentos para subsidiar de informações os representantes do Ministério em reuniões de negociação, conferências, fóruns, organismos e entidades internacionais, no âmbito de sua competência;

II - elaborar propostas técnicas, a serem encaminhadas às Assembleias de Radiocomunicações e às Conferências Mundiais de Radiocomunicações, referentes ao SBTVD-T;

III - elaborar cenários futuros para o setor de radiodifusão, notadamente em relação ao SBTVD-T, identificando os impactos e as alterações necessárias no posicionamento estratégico do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações; e

IV - elaborar estudos sobre a evolução de uso do espectro, realizando análises e estudos sobre tendências, demandas e novas tecnologias e aplicações que façam uso de radiofrequências vinculadas ao SBTVD-T.

Art. 46. À Coordenação de Monitoramento de Televisão Digital compete:

I - analisar e Coordenar o acompanhamento do processo do desligamento do sinal analógico dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão e a implantação do SBTVD-T;

II - analisar e Coordenar o acompanhamento de metas estabelecidas para a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão;

III - analisar e Coordenar as proposições de políticas, as diretrizes, os objetivos e as metas referentes ao processo de transição para o SBTVD-T;

IV - analisar e Coordenar a participação de representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em reuniões de negociação, conferências, fóruns, organismos e entidades internacionais, no âmbito de sua competência; e

V - analisar e Coordenar a elaboração de propostas técnicas, a serem encaminhadas às Assembleias de Radiocomunicações e às Conferências Mundiais de Radiocomunicações, referentes ao SBTVD-T.

Seção III

Do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Art. 47. Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização compete:

I - subsidiar a proposição de políticas, diretrizes, objetivos e metas referentes aos serviços de radiodifusão educativa, comunitária e de fiscalização;

II - planejar, coordenar e elaborar os planos nacionais de outorga e os processos seletivos para execução de serviços de radiodifusão educativa e comunitária;

III- coordenar os procedimentos relativos à obtenção e renovação de outorgas e o acompanhamento da instalação dos serviços de radiodifusão educativa e comunitária;

IV - coordenar a execução das atividades inerentes à instrução de procedimentos de alterações de quadros diretivos das entidades detentoras de outorgas dos serviços de radiodifusão educativa e comunitária;

V - instaurar procedimentos administrativos relacionados ao deferimento e à revisão de outorgas e consignações de radiodifusão educativa e comunitária;

VI - coordenar a alteração de características técnicas que impliquem em alteração do plano básico do serviço de radiodifusão educativa e seus ancilares, exceto nos casos de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora do município de outorga e de mudança de classe de potência;

VII - preparar os contratos referentes à execução dos serviços de radiodifusão educativa e comunitária;

VIII - instaurar e acompanhar procedimentos de pós-outorga relativos aos serviços de radiodifusão educativa e comunitária;

IX - elaborar e propor normas, padrões, instruções e manuais referentes aos serviços de radiodifusão educativa e comunitária;

X- elaborar planos de avaliação de desempenho da execução de todos os serviços de radiodifusão educativa e comunitária;

XI - supervisionar a fiscalização do cumprimento das obrigações legais e regulamentares referentes aos aspectos não-técnicos da execução dos serviços, à organização da programação veiculada, à composição societária e administrativa e às condições de capacidade jurídica das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XII - monitorar as instaurações de procedimento administrativo para apurar infrações cometidas por entidades executantes dos serviços de radiodifusão e de ancilares;

XIII - monitorar o cumprimento das sanções aplicadas aos executantes de todos os serviços de radiodifusão e de ancilares;

XIV - sancionar as entidades que cometerem infrações referentes ao conteúdo da programação veiculada, à composição societária e administrativa e às condições de capacidade jurídica, econômica e financeira das pessoas jurídicas executantes dos serviços de radiodifusão e de ancilares;

XV - propor a aplicação de sanções administrativas às entidades que cometeram infrações referentes à organização da programação veiculada, à composição societária e administrativa e às condições de capacidade jurídica das pessoas jurídicas executantes dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

XVI - elaborar consultas à Consultoria Jurídica no âmbito de sua competência;

XVII - coordenar e conduzir os órgãos regionais nas atividades inerentes à outorga e aos procedimentos de pós-outorga referentes aos serviços de radiodifusão, bem como as atividades relativas à instalação destes serviços;

XVIII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XIX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 48. Ao Serviço de Acompanhamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Fiscalização compete:

I - acompanhar e controlar as demandas dirigidas ao titular do Departamento, que exijam atendimento imediato;

II - subsidiar o titular do Departamento com informações visando o atendimento dos órgãos internos e externos; e

III - auxiliar o titular do Departamento no acompanhamento das atividades administrativas e de gestão de pessoal.

Art. 49. Ao Serviço de Controle de Ações de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização compete:

I - controlar as ações de radiodifusão pública com vistas ao atingimento das metas institucionais do Departamento; e

II - subsidiar o titular do Departamento com informações atinentes às ações de radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

Art. 50. À Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas compete:

I - coordenar e analisar a elaboração dos procedimentos de fiscalização afetos a sua área de atuação;

II - coordenar e analisar a fiscalização do cumprimento das obrigações legais e regulamentares referentes aos aspectos não-técnicos da execução dos serviços, à organização da programação veiculada, à composição societária e administrativa e às condições de capacidade jurídica das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

III - coordenar e analisar a execução das atividades inerentes à análise dos processos de apuração de infração e processos de averiguação de denúncia relativos aos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

IV - instaurar processo de apuração de infração em decorrência da constatação de irregularidades cometidas por entidades executantes dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

V - notificar as entidades executantes dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares acerca de irregularidades cometidas na exploração dos serviços;

VI - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências, a apresentação de defesa e de recursos administrativos nos procedimentos pertinentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

VII - arquivar ou desarquivar os processos de apuração de infração e outros procedimentos administrativos, no âmbito de sua competência;

VIII - coordenar e analisar as ações referentes à propositura de aplicação de sanções às entidades exploradoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares, por descumprimento da legislação pertinente;

IX - propor a aplicação de sanções administrativas às entidades que cometerem infrações referentes aos aspectos não-técnicos da execução dos serviços, à organização da programação veiculada, à composição societária e administrativa e às condições de capacidade jurídica das pessoas jurídicas executantes dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

X - coordenar e analisar a adoção de medidas necessárias ao efetivo cumprimento das sanções aplicadas às exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

XI - coordenar e analisar as atividades de apreciação de recurso administrativo;

XII - coordenar e analisar o cadastro das penalidades aplicadas e dos antecedentes infracionais das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e de seus ancilares;

XIII - coordenar e analisar a execução das atividades inerentes ao tratamento das denúncias;

XIV - orientar e acompanhar a articulação com órgãos externos, entidades e segmentos da sociedade no que concerne à fiscalização e apuração de fatos denunciados relativos à exploração dos serviços de radiodifusão e de seus ancilares;

XV - atender às demandas oriundas de órgãos externos e internos afetos a sua área de atuação;

XVI - autorizar a permanência da estação fora do ar por mais de 30 (trinta) dias consecutivos das exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares, assim como enviar comunicação a respeito do fato à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel;

XVII - elaborar plano anual de fiscalização dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

XVIII - manter o controle e organização dos processos de apuração de infração e outros procedimentos administrativos em trâmite no âmbito de sua Coordenação;

XIX - efetuar a distribuição dos processos para análise inicial, assim como para análise definitiva com ou sem defesa;

XX - providenciar a expedição de documentos vinculados, bem como controlar o envio e o recebimento de Avisos de Recebimento Postais;

XXI - coordenar e analisar a expedição de documentos vinculados aos processos de apuração de infração e processos administrativos, bem como o recebimento das respectivas respostas;

XXII - coordenar e analisar a liberação de processos e documentos para vistas e concessão de cópias;

XXIII - providenciar a inscrição e exclusão do registro de multas no sistema de gestão de créditos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL;

XXIV - propor a suspensão da exigibilidade de aplicação de penalidades;

XXV - submeter minutas de atos à apreciação das autoridades competentes;

XXVI - realizar diligências e notificações referentes a pendências existentes nos processos de que trata;

XXVII - elaborar consultas à Consultoria Jurídica no âmbito de sua competência; e

XXVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 51. Ao Serviço de Degravação compete:

I - receber, controlar e fazer a triagem das mídias e outros multimeios contendo gravação de conteúdo da programação das emissoras; e

II - promover a degravação das mídias e outros multimeios para elaboração do correspondente relatório.

Art. 52. À Coordenação de Fiscalização de Regime Legal compete:

I - analisar e supervisionar a fiscalização do cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

II - analisar e supervisionar a elaboração das pré-análises dos laudos e relatórios de radiovideometria e degravação, encaminhados pela Anatel ou produzidos por este órgão, para fins de instauração ou não de processos de apuração de infração;

III - propor a instauração de processo de apuração de infração relativa às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

IV - propor a notificação das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

V - analisar e coordenar a análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares;

VI - analisar e coordenar a execução das atividades inerentes à análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

VII - supervisionar as ações referentes à propositura de aplicação de sanções relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares do, por descumprimento da legislação pertinente;

VIII - analisar e coordenar a adoção de medidas necessárias ao efetivo cumprimento das sanções aplicadas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares;

IX - analisar e coordenar as atividades de apreciação de recurso dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares; e

X - propor o arquivamento do processo de apuração de infração e processos administrativos relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares.

Art. 53. À Divisão de Fiscalização das Obrigações Legais compete:

I - controlar a instauração de processo de apuração de infração relativa às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

II - orientar e acompanhar a notificação das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

III - providenciar a análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

IV - orientar a execução das atividades inerentes à análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

V - promover ações referentes à propositura de aplicação de sanções relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares, por descumprimento da legislação pertinente;

VI - controlar a adoção de medidas necessárias ao efetivo cumprimento das sanções aplicadas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

VII - controlar as atividades de apreciação de recurso dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares; e

VIII - orientar a elaboração de minuta de nota técnica para arquivamento do processo de apuração de infração e processos administrativos relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e ancilares.

Art. 54. Ao Serviço de Análise de Atos Societários compete:

I - propor a instauração de processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

II - elaborar a notificação das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

III - realizar análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

IV - promover a execução das atividades inerentes à análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

V - promover as ações referentes à propositura de aplicação de sanções relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares, por descumprimento da legislação pertinente;

VI - promover a adoção de medidas necessárias ao efetivo cumprimento das sanções aplicadas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

VII - realizar as atividades de apreciação de recurso dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares; e

VIII - elaborar minuta de nota técnica para arquivamento do processo de apuração de infração e processos administrativos relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares.

Art. 55. À Coordenação de Fiscalização de Conteúdo e de Aspectos não Técnicos compete:

I - supervisionar a fiscalização do cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

II - supervisionar a elaboração das pré-análises dos laudos e relatórios de radiovideometria e degravação, encaminhados pela Anatel ou produzidos por este órgão, para fins de instauração ou não de processos de apuração de infração;

III - propor a instauração de processo de apuração de infração relativo às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

IV - propor a notificação das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

V - coordenar a análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

VI - coordenar e analisar a execução das atividades inerentes à análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

VII - supervisionar as ações referentes à propositura de aplicação de sanções relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares, por descumprimento da legislação pertinente;

VIII - coordenar e analisar a adoção de medidas necessárias ao efetivo cumprimento das sanções aplicadas às exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

IX - coordenar e analisar as atividades de apreciação de recurso dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

X - propor o arquivamento do processo de apuração de infração e processos administrativos relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

XI - receber e, no âmbito do Departamento, dar o devido tratamento à denúncia;

XII - promover diligências objetivando identificar se a entidade denunciada detém outorga para executar o serviço objeto da denúncia;

XIII - encaminhar a solicitação de realização de vistorias em estações de serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

XIV - orientar e controlar a emissão de documento eletrônico de fiscalização, para a Anatel, visando à verificação em campo de possíveis irregularidades cometidas por parte de entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

XV - supervisionar o recebimento dos documentos encaminhados pela Anatel em resposta aos pedidos de vistoria requeridos por Radar;

XVI - providenciar o encaminhamento dos respectivos laudos e relatórios para análise da área competente, quando houver a comprovação da irregularidade denunciada; e

XVII - supervisionar minuta de ofício a ser enviado ao denunciante comunicando a providência adotada com relação a denúncia.

Art. 56. Ao Serviço de Análise de Infrações compete:

I - propor a instauração de processos de apuração de infração relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

II - elaborar a notificação das entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e de seus ancilares e auxiliares relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares;

III - realizar análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

IV - promover a execução das atividades inerentes à análise dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares;

V - promover as ações referentes à propositura de aplicação de sanções relativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares, por descumprimento da legislação pertinente;

VI - promover a adoção de medidas necessárias ao efetivo cumprimento das sanções aplicadas às exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

VII - realizar as atividades de apreciação de recurso dos processos de apuração de infração relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares; e

VIII - elaborar minuta de nota técnica para arquivamento do processo de apuração de infração e processos administrativos relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 57. Ao Serviço de Análise de Denúncias compete:

I - receber e, no âmbito do Departamento, dar o devido tratamento à denúncia;

II - promover diligências objetivando identificar se a entidade denunciada detém outorga para executar o serviço objeto da denúncia;

III - encaminhar a solicitação de realização de vistorias em estações de serviços de radiodifusão e seus ancilares;

IV - providenciar a emissão de documento eletrônico de fiscalização, para a Anatel, visando à verificação em campo de possíveis irregularidades cometidas por parte de entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

V - controlar o recebimento dos documentos encaminhados pela Anatel em resposta aos pedidos de vistoria realizados;

VI - providenciar o encaminhamento dos respectivos laudos e relatórios para análise da área competente, quando houver a comprovação da irregularidade denunciada;

VII - elaborar minuta de ofício a ser enviado ao denunciante comunicando as providências adotadas em relação à denúncia; e

VIII - elaborar minuta de nota técnica para arquivamento de processos administrativos de denúncia relativos às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão e ancilares e auxiliares.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Art. 58. À Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União compete:

I - subsidiar a proposição de políticas públicas, diretrizes, metas e objetivos referentes aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares;

II - propor e elaborar os Planos Nacionais de Outorgas, bem como editais referentes a esses planos, relativos aos serviços de radiodifusão educativa;

III - coordenar e analisar a execução das atividades inerentes à outorga e pós-outorga dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignação da União e seus ancilares e auxiliares;

IV - coordenar e analisar a execução de estudos de viabilidade técnica, relativos aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União, com vistas à solicitação de inclusão de novos canais nos planos básicos de distribuição de canais dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, à Agência Nacional de Telecomunicações;

V - coordenar e analisar a execução das atividades e atos referentes às alterações de características técnicas dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares;

VI - coordenar e analisar a execução das atividades inerentes à análise dos pedidos, realizados por executantes do serviço de radiodifusão educativa e por consignatárias da União, para execução de serviço especial para fins científicos e experimentais;

VII - coordenar e analisar as atividades inerentes ao cadastramento de informações técnicas e à elaboração de licenças de funcionamento das estações dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União;

VIII - coordenar e analisar estudos e projetos com vistas à elaboração/revisão de regulamentos, normas, critérios, padrões, instruções e manuais referentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, em especial os relacionados à radiodifusão educativa, ao canal da cidadania e às consignações da União;

IX - coordenar e analisar estudos e projetos com vistas ao desenvolvimento de novos serviços e tecnologias referentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, em especial os relacionados à radiodifusão educativa, ao canal da cidadania e às consignações da União;

X - coordenar e analisar o acompanhamento, em âmbito nacional e internacional, da evolução doutrinária, regulatória e tecnológica das atividades inerentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, em especial os relacionados à radiodifusão educativa, ao canal da cidadania e às consignações da União;

XI - coordenar e analisar a participação em fóruns e comissões de organizações nacionais e internacionais que tratem de assuntos relacionados à área de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

XII - propor a articulação e integração de desenvolvimento tecnológico com outros projetos corporativos, na sua área de competência;

XIII - submeter à apreciação das autoridades competentes propostas de deferimento e indeferimento de pedidos de outorga de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares;

XIV - submeter à apreciação das autoridades competentes propostas de deferimento e indeferimento de pedidos de renovação de outorga de radiodifusão educativa;

XV - elaborar consultas à Consultoria Jurídica, no âmbito de sua competência;

XVI - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares, no âmbito de sua competência;

XVII - autorizar o arquivamento e desarquivamento de processos, no âmbito de sua competência;

XVIII - aprovar projetos de instalação de estações e de utilização de equipamentos relativos aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares, no âmbito de sua competência;

XIX - orientar e supervisionar os órgãos regionais nas atividades inerentes à outorga e aos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, bem como as atividades relativas à instalação destes serviços; e

XX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 59. À Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União compete:

I - coordenar e analisar as atividades para elaboração dos Planos Nacionais de Outorgas, bem como dos editais referentes a esses planos, relativos aos serviços de radiodifusão educativa;

II - coordenar e analisar as atividades relativas aos procedimentos seletivos para outorga de serviços de radiodifusão educativa;

III - coordenar e analisar as análises de processos de outorga e pós-outorga de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares; e

IV - coordenar e analisar e responder às demandas de âmbito legal, relativas aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União, advindas das assessorias da Secretaria de Radiodifusão e dos radiodifusores.

Art. 60. À Divisão de Outorga e Pós-Outorga de Radiodifusão Educativa e Consignações da União compete:

I - supervisionar as atividades relativas aos procedimentos seletivos para outorga de serviços de radiodifusão educativa;

II - supervisionar e responder às demandas de âmbito legal, relativas aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União, advindas dos radiodifusores;

III - elaborar, organizar e manter atualizadas as informações relacionadas aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União; e

IV - acompanhar o trâmite dos processos de outorga e renovação de outorga de radiodifusão educativa no âmbito do Congresso Nacional.

Art. 61. Ao Serviço de Consignações da União e Canal da Cidadania compete:

I - analisar processos de outorga, pós-outorga e demais alterações legais referentes ao serviço de consignações da União e seus ancilares;

II - analisar processos de outorga, pós-outorga e demais alterações legais referentes ao serviço do canal da cidadania; e

III - elaborar, organizar e manter atualizadas as informações e estatísticas relacionadas aos serviços do canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares.

Art. 62. Ao Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa compete:

I - analisar processos de outorga para execução dos serviços de radiodifusão educativa e elaborar demais atos correlatos ao serviço; e

II - elaborar, organizar e manter atualizadas as informações e estatísticas relacionadas à outorga dos serviços de radiodifusão educativa.

Art. 63. Ao Serviço de Pós-outorga de Radiodifusão Educativa compete:

I - analisar processos de pós-outorga de radiodifusão educativa e elaborar demais atos correlatos ao serviço; e

II - elaborar, organizar e manter atualizadas as informações e estatísticas relacionadas à pós-outorga de radiodifusão educativa.

Art. 64. À Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União compete:

I - supervisionar e executar a análise de projetos técnicos relativos à outorga dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares;

II - supervisionar e executar as atividades e atos referentes às alterações de características técnicas dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares;

III - supervisionar as atividades inerentes à instalação dos serviços de radiodifusão educativa e canal da cidadania;

IV - supervisionar e executar as atividades inerentes ao cadastramento de informações técnicas e à elaboração de licenças de funcionamento das estações dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União;

V - supervisionar e executar estudos de viabilidade técnica, relativos aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União, com vistas à solicitação de inclusão de novos canais nos planos básicos de distribuição de canais dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, à Agência Nacional de Telecomunicações;

VI - supervisionar e executar as atividades inerentes à análise dos pedidos, realizados por executantes do serviço de radiodifusão educativa e por consignatárias da União, para execução de serviço especial para fins científicos e experimentais;

VII - supervisionar e executar estudos e projetos com vistas à elaboração/revisão de regulamentos, normas, critérios, padrões, instruções e manuais referentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, em especial os relacionados à radiodifusão educativa, ao canal da cidadania e às consignações da União;

VIII - supervisionar e executar estudos e projetos com vistas ao desenvolvimento de novos serviços e tecnologias referentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, em especial os relacionados à radiodifusão educativa, ao canal da cidadania e às consignações da União; e

IX - acompanhar e participar de fóruns e comissões de organizações nacionais e internacionais que tratem de assuntos relacionados à área de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares.

Art. 65. Ao Serviço de Estudos e Análise Técnica compete:

I - analisar projetos técnicos relativos à outorga dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares;

II - realizar atividades e atos referentes às alterações de características técnicas dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares e auxiliares;

III - realizar atividades inerentes ao cadastramento de informações técnicas e à elaboração de licenças de funcionamento das estações dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União;

IV - realizar estudos de viabilidade técnica, relativos aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União, com vistas à solicitação de inclusão de novos canais nos planos básicos de distribuição de canais dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, à Agência Nacional de Telecomunicações;

V - analisar pedidos, realizados por executantes do serviço de radiodifusão educativa e por consignatárias da União, para execução de serviço especial para fins científicos e experimentais;

VI - realizar estudos e projetos com vistas à elaboração/revisão de regulamentos, normas, critérios, padrões, instruções e manuais referentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, em especial os relacionados à radiodifusão educativa, ao canal da cidadania e às consignações da União;

VII - realizar estudos e projetos com vistas ao desenvolvimento de novos serviços e tecnologias referentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, em especial os relacionados à radiodifusão educativa, ao canal da cidadania e às consignações da União; e

VIII - acompanhar fóruns e comissões de organizações nacionais e internacionais que tratem de assuntos relacionados à área de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Art. 66. À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária compete:

I - subsidiar a proposição de políticas, diretrizes, objetivos e metas referentes ao serviço de radiodifusão comunitária e ao segmento de comunicação comunitária;

II - elaborar e propor Planos Nacionais de Outorgas, bem como editais referentes a esses planos, dos serviços de radiodifusão comunitária;

III - analisar e coordenar a execução das atividades inerentes à outorga dos serviços de radiodifusão comunitária;

IV - analisar e coordenar a análise de processos de radiodifusão comunitária;

V - analisar e coordenar a execução das atividades de consolidação de atos referentes a alterações de características técnicas e de novas condições de operação dos serviços de radiodifusão comunitária;

VI - analisar e coordenar a execução das atividades inerentes à instalação dos serviços de radiodifusão comunitária;

VII - analisar e coordenar as atividades inerentes ao cadastramento de informações técnicas e à elaboração de licenças de funcionamento das estações dos serviços de radiodifusão comunitária;

VIII - analisar e coordenar a execução das atividades inerentes à análise dos atos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão comunitária;

IX - analisar e coordenar a execução das atividades inerentes à renovação e revisão de outorga de serviços de radiodifusão comunitária;

X - submeter à apreciação das autoridades competentes propostas de deferimento e indeferimento de pedidos de outorga do serviço de radiodifusão comunitária;

XI - elaborar consultas à Consultoria Jurídica no âmbito de sua competência;

XII - orientar e supervisionar os órgãos regionais nas atividades inerentes à outorga e aos procedimentos de pós-outorga referentes aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como as atividades relativas à instalação destes serviços; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 67. Ao Serviço de Ações de Outorga compete:

I - elaborar os atos necessários à instrução dos processos de outorga para execução de serviços de radiodifusão comunitária no que concerne aos aspectos legais; e

II - elaborar as atividades inerentes à análise dos atos de pós-outorga jurídica dos serviços de radiodifusão comunitária.

Art. 68. À Coordenação de Processos de Rádio Comunitária compete:

I - analisar e coordenar as atividades inerentes à outorga dos serviços de radiodifusão comunitária;

II - analisar e coordenar as atividades inerentes à instalação dos serviços de radiodifusão comunitária;

III- analisar e coordenar as atividades inerentes à análise dos atos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão comunitária; e

IV - analisar e coordenar as atividades inerentes à renovação e revisão de outorga de serviços de radiodifusão comunitária.

Art. 69. À Divisão de Processos de Rádio Comunitária compete:

I - elaborar os atos necessários à instrução dos processos de outorga para execução de serviços de radiodifusão comunitária no que concerne aos aspectos legais; e

II - realizar análise dos pedidos de recurso administrativo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 70. Ao Serviço de Análise Pós - Jurídica compete elaborar as atividades inerentes à análise dos atos de pós-outorga jurídica dos serviços de radiodifusão comunitária, elaborar os atos decorrentes, bem como outros que lhe forem atribuídos, observadas as competências da Coordenação Geral.

Art. 71. Ao Serviço de Análise Técnica compete:

I - realizar estudos de viabilidade técnica para a elaboração de Editais de Seleção Pública;

II - elaborar os atos necessários à instrução dos processos de outorga para execução de serviços de radiodifusão comunitária no que concerne aos aspectos técnicos; e

III - realizar as atividades inerentes ao licenciamento dos serviços de radiodifusão comunitária.

Art. 72. Ao Serviço de Análise de Renovação compete analisar processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária e propor as ações daí decorrentes, bem como outros que lhe forem atribuídos, observadas as competências da Coordenação Geral.

Art. 73. Ao Serviço de Análise de Renovação e Outorga compete realizar as atividades inerentes à análise dos atos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão comunitária elaborar os atos decorrentes, bem como outros que lhe forem atribuídos, observadas as competências da Coordenação Geral.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 74. Ao Secretário de Radiodifusão incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram a Secretaria;

II - assessorar o Ministro de Estado no que tange à fixação de políticas, diretrizes, objetivos e metas, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - representar a Secretaria nos assuntos relativos à sua área de competência;

IV - propor a edição de atos com vistas à adequada regulamentação das atividades afetas à sua área de competência;

V - aprovar estudos com vistas ao desenvolvimento de novos serviços de radiodifusão, ancilares e auxiliares, bem como os respectivos planos de implementação;

VI - aprovar critérios e procedimentos objetivando o atendimento ao público nos assuntos referentes aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, afetos à área de competência da Secretaria;

VII - promover consultas públicas visando a propiciar a efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na proposição de políticas, diretrizes, objetivos e metas referentes aos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, bem como na elaboração da regulamentação relativa a esses serviços;

VIII - propor a realização de aviso de habilitação com vistas à outorga de serviços de radiodifusão e de retransmissão de televisão;

IX - aprovar planos de avaliação de desempenho dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares;

X - aprovar plano anual de fiscalização dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

XI - aprovar estudos de viabilidade técnica e socioeconômica apresentados por pretendentes à exploração de serviços de radiodifusão;

XII - propor a celebração de contratos e convênios, ou instrumentos congêneres, decorrentes de outorga para explorar serviços de radiodifusão;

XIII - autorizar a nomeação ou destituição de gerentes, diretores ou administradores de entidades detentoras de outorgas de serviços de radiodifusão;

XIV - autorizar a alteração dos objetivos sociais das entidades detentoras de outorgas para explorar serviços de radiodifusão;

XV - propor a consignação de canais de radiofrequência destinados à execução de serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, diretamente pela União;

XVI - autorizar a alteração de características técnicas dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, nos casos de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora da localidade de outorga, bem como de mudança de classe de potência;

XVII - expedir licença para funcionamento de estação dos serviços de radiodifusão e seus ancilares;

XVIII - aplicar às permissionárias e concessionárias de serviços de radiodifusão sonora, seus ancilares e auxiliares, a penalidade de cassação e realizar sua conversão em multa, dentro das hipóteses previstas na legislação em vigor;

XIX - aplicar às permissionárias e concessionárias de serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, a penalidade de suspensão e realizar sua conversão em multa, dentro das hipóteses previstas na legislação em vigor;

XX - decidir, em última instância, quanto aos recursos administrativos, no âmbito de sua área de competência;

XXI - convalidar ou declarar a nulidade de atos administrativos, no âmbito de sua área de atuação;

XXII- propor a celebração ou aprovação dos contratos, convênios, ajustes, acordos ou instrumentos congêneres para a execução das atividades de competência da Secretaria;

XXIII- consignar canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão;

XXIV- aprovar a execução de serviços especiais para fins científicos e experimentais em radiodifusão;

XXV- autorizar a execução dos serviços de retransmissão de televisão, em caráter primário, e de repetição de televisão, ancilares ao serviço de radiodifusão de sons e imagens;

XXVI - propor à Agência Nacional de Telecomunicações a realização de estudos visando a alteração dos planos básicos de distribuição de canais dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, em conformidade com as políticas públicas estabelecidas para esses serviços;

XXVII - expedir os demais atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da Secretaria, em sua área de competência;

XXVIII - decidir sobre a aprovação da prestação de contas dos convênios, contratos ou ajustes similares, celebrados com órgãos ou entidades de qualquer natureza, cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação desta Secretaria, e que recebam repasses financeiros deste Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XXIX- incluir, suspender ou cancelar o registro de inadimplência nos sistemas da Administração Pública Federal, dos convênios, contratos ou ajustes similares, celebrados com órgãos ou entidades de qualquer natureza, cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação desta Secretaria, e que recebam repasses financeiros deste Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XXX- executar as atividades operacionais, no âmbito de sua competência, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, relativamente a quaisquer ajustes cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação desta Secretaria, e que recebam repasses financeiros deste Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações;

XXXI - aprovar a extinção de outorga dos serviços de radiodifusão e seus ancilares quando solicitada a pedido;

XXXII- determinar a suspensão da exigibilidade de aplicação de penalidades, no âmbito de sua competência; e

XXXIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 75. Aos Diretores de Departamento, Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefes de Divisão e Chefes de Serviço compete planejar, dirigir, coordenar, orientar, distribuir e acompanhar as atividades das respectivas unidades, e exercer outras competências que lhes forem cometidas no seu campo de atuação.

§ 1º Ao Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial compete, ainda:

I - autorizar a execução de Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos - SARC pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas a explorar os serviços de radiodifusão;

II - expedir licença para funcionamento de estação dos SARC;

III - autorizar alteração de características técnicas que impliquem em alteração do plano básico dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, exceto nos casos de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora do município de outorga e de mudança de classe de potência;

IV - autorizar a utilização de denominação de fantasia por entidades exploradoras de serviços de radiodifusão;

V - aprovar projetos de instalação de estações e de utilização de equipamentos de serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares;

VI - estabelecer ou prorrogar prazos para a adaptação de estação ou de concessionária, permissionária ou autorizada às normas de exploração dos serviços de radiodifusão e de seus ancilares e auxiliares; e

VII - decidir quanto ao indeferimento de processos, no âmbito de sua área de competência.

§ 2º Ao Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização compete, ainda:

I - propor a realização de aviso de habilitação com vistas à outorga de serviços de radiodifusão;

II- supervisionar os prazos para o cumprimento de exigências, a apresentação de defesa e de recursos administrativos nos procedimentos pertinentes aos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

III - determinar a interrupção e autorizar a permanência da estação fora do ar por mais de 30 dias consecutivos das exploradoras dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares, assim como enviar comunicação a respeito do fato à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel;

IV - propor a adoção das medidas necessárias ao efetivo cumprimento das sanções aplicadas aos executantes dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

V - arquivar e desarquivar processos e outros procedimentos administrativos, no âmbito de sua competência;

VI - propor plano anual de fiscalização dos serviços de radiodifusão e seus ancilares e auxiliares;

VII - decidir quanto ao indeferimento de processos, no âmbito de sua área de competência;

VIII - autorizar alteração de características técnicas que impliquem em alteração do plano básico do serviço de radiodifusão educativa e seus ancilares e auxiliares, exceto nos casos de mudança do sistema irradiante para coordenadas fora do município de outorga e de mudança de classe de potência;

IX - aprovar projetos de instalação de estações e de utilização de equipamentos de serviços de radiodifusão educativa e seus ancilares e auxiliares, consignações da União e seus ancilares e do Canal da Cidadania;

X - estabelecer ou prorrogar prazos para a adaptação de estação ou de concessionária, permissionária ou autorizada às normas de exploração dos serviços de radiodifusão educativa e de seus ancilares e auxiliares;

XI - aplicar de advertência e sanção de multa;

XII - propor normas no âmbito de sua área de competência; e

XIII - propor à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel a realização de estudos visando a alteração de planos básicos de distribuição de canais dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

§ 3º Ao Coordenador-Geral de Outorgas do Departamento de Radiodifusão Comercial compete, ainda:

I - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes aos serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão, no âmbito de sua competência;

II - aprovar atos praticados em decorrência de autorizações prévias referentes aos serviços ancilares e auxiliares de radiodifusão;

III - autorizar o arquivamento e desarquivamento de processos, no âmbito de sua competência; e

IV - submeter às instâncias superiores os resultados dos trabalhos, inclusive as análises de mérito quanto ao deferimento e indeferimento de processos, no âmbito de sua área de competência;

§ 4º Ao Coordenador-Geral de Pós-Outorgas do Departamento de Radiodifusão Comercial compete, ainda:

I - homologar alterações estatutárias ou contratuais efetivadas em razão de dispositivos legais, referentes aos serviços de radiodifusão comercial, respeitadas as limitações legais

II- autorizar alteração de características técnicas dos serviços de radiodifusão comercial, desde que não envolvam alteração do plano básico;

III- fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes aos serviços de radiodifusão comercial, no âmbito de sua competência;

IV - prorrogar prazo para a instalação de estação dos serviços de radiodifusão comercial;

V - prorrogar prazos para a adaptação de estações aos Planos Básicos de Radiodifusão comercial;

VI - autorizar o arquivamento e desarquivamento de processos, no âmbito de sua competência;

VII - submeter às instâncias superiores os resultados dos trabalhos, inclusive as análises de mérito quanto ao deferimento e indeferimento de processos, no âmbito de sua área de competência; e

VIII - aprovar atos praticados em decorrência de autorizações prévias referentes aos serviços de radiodifusão comercial.

§ 5º Ao Coordenador-Geral de Televisão Digital compete, ainda:

I - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências, no âmbito de sua competência;

II - prorrogar prazo para a instalação de estações do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital;

III - autorizar o arquivamento e desarquivamento de processos e outros procedimentos administrativos, no âmbito de sua competência;

IV - realizar diligências e notificações referentes a pendências existentes nos processos de que trata;

V - submeter às instâncias superiores os resultados dos trabalhos, inclusive as análises de mérito quanto ao deferimento e indeferimento de processos, no âmbito de sua área de competência; e

VI - propor a realização de estudos de viabilidade técnica, no âmbito de sua competência.

§ 6º Ao Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização compete, ainda:

I - homologar alterações estatutárias efetivadas em razão de dispositivos legais, referentes aos serviços de radiodifusão comunitária, respeitadas as limitações legais;

II - autorizar alteração de características técnicas dos serviços de radiodifusão comunitária, desde que não envolvam alteração do plano básico;

III - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes aos serviços de radiodifusão comunitária, no âmbito de sua competência;

IV - prorrogar prazo para a instalação de estação dos serviços de radiodifusão comunitária;

V - prorrogar prazos para a adaptação de estações aos Planos de Referência para distribuição de canais de Serviço de Radiodifusão Comunitária;

VI - autorizar o arquivamento e desarquivamento de processos e outros procedimentos administrativos, no âmbito de sua competência; e

VII - realizar diligências e notificações referentes a pendências existentes nos processos de que trata.

§ 7º Ao Coordenador-Geral Radiodifusão Educativa e Consignações da União do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização compete, ainda:

I - homologar alterações estatutárias ou contratuais efetivadas em razão de dispositivos legais, referentes aos serviços de radiodifusão educativa e de processo de consignação de canais à União e seus ancilares e auxiliares, respeitadas as limitações legais;

II - autorizar alteração de características técnicas dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares desde que não envolvam alteração do plano básico;

III - fixar ou prorrogar prazos para o cumprimento de exigências nos procedimentos pertinentes aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignação da União e seus ancilares;

IV - prorrogar prazos para instalação de estação dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignação da União e seus ancilares;

V- prorrogar prazos para a adaptação de estações aos Planos de Referência para distribuição de canais dos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignação da União e seus ancilares;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - arquivar e desarquivar processos e outros procedimentos administrativos, no âmbito de sua competência; e

VII - aprovar projetos de instalação de estações e de utilização de equipamentos relativos aos serviços de radiodifusão educativa, canal da cidadania e consignações da União e seus ancilares, no âmbito de sua competência.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento compete:

I - propor, coordenar e acompanhar as Estratégias Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação;

II - propor ao Ministro de Estado a criação, alteração ou extinção de políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País;

III - articular, implementar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra, da Vida, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e em especial em áreas de interesse estratégico como a Água, Alimentos, Bioeconomia, Biotecnologia, Saúde, Agropecuária, Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia, Mudança do Clima, Ciências do Mar e Antártica, Bioenergia, Biocombustíveis, Recursos Minerais, Tecnologias para Sustentabilidade Urbana e Tecnologias Sociais;

IV - articular, implementar e gerenciar políticas e programas visando à atração de novos talentos e à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em suas áreas de atuação;

V - implementar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e à aplicação de tecnologias modernas à prevenção e à solução de problemas sociais, em suas áreas de atuação;

VI - formular e propor e articular com órgãos e entidades, públicos e privados, o desenvolvimento de programas e ações de inclusão social, tendo a ciência, tecnologia e inovação como elementos propulsores de redução de desigualdades regionais e intrarregionais e geração de inovação social;

VII - propor e formular políticas de ciência, tecnologia e inovação voltadas para a implementação de programas de inclusão socioprodutiva sustentável;

VIII - articular, propor e implementar mecanismos institucionais de prospecção e monitoramento da evolução do progresso científico e tecnológico no País e no exterior, em especial em áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional;

IX - articular, propor e implementar mecanismos institucionais de prospecção e monitoramento da evolução do progresso científico e tecnológico no País e no exterior, em especial em áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional;

X - formular e propor políticas públicas e programas de popularização da ciência e divulgação de ciência e tecnologia;

XI - subsidiar tecnicamente a Secretaria-Executiva na elaboração e revisão do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

XII - contribuir para a articulação e execução das políticas e programas do Ministério, colaborando com seus órgãos, agências de fomento, e unidades de pesquisa, bem como com outros Ministérios e agências, federais, estaduais ou municipais;

XIII - interagir com entidades e órgãos, públicos e privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais, para o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e ações, em suas áreas de atuação;

XIV - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados do Ministério, em suas áreas de atuação;

XV - subsidiar a definição e negociação de políticas em assuntos relacionados com a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros internacionais, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;

XVI - subsidiar a Secretaria Executiva na integração de sistemas corporativos e na gestão da informação do Ministério;

XVII - zelar pela implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XVIII - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em suas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete da Secretaria da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - GSPED

a) Divisão de Apoio Administrativo - DIADM

b) Serviço de Apoio Administrativo - SEADM

c) Coordenação-Geral de Execução e Acompanhamento de Projetos - CGAP

1. Divisão de Formalização, Execução e Acompanhamento de Projetos - DIEAP

2. Serviço de Prestação de Contas - SEPCO

II - Departamento de Políticas e Programas de Ciências - DEPPC

a) Coordenação-Geral de Oceanos, Antártica e Geociências - CGOA

1. Coordenação de Mar, Antártica e Recursos Minerais - COMAR

b) Coordenação-Geral do Clima - CGCL

1. Coordenação de Clima, Meteorologia e Climatologia - COCMC

c) Coordenação-Geral de Ciências Humanas e Sociais Aplacadas - CGHS

III - Departamento de Políticas e Programas de Desenvolvimento - DEPPD

a) Coordenação-Geral de Bioeconomia - CGBE

1. Coordenação de Água, Alimentos e Energia - COAAE

b) Coordenação-Geral de Saúde e Biotecnologia - CGSB

1. Coordenação de Programas e Projetos de Saúde, Biotecnologia e Agropecuária - COSBA

c) Coordenação-Geral de Biomas - CGBI

1. Coordenação de Biodiversidade e Ecossistemas - COBEC

IV - Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social - DEPIS

a) Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência - CGPD

1. Coordenação de Projetos e Espaços de Divulgação Científica - COPDC

b) Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica - CGET

1. Coordenação de Extensão Tecnológica - COEXT

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete, as Divisões e Serviços por Chefes, os Departamentos por Diretores, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário;

II - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

III - examinar e revisar os atos administrativos da Secretaria;

IV - organizar a agenda do Secretário;

V - coordenar as atividades de apoio administrativo e de apoio técnico e orçamentário da Secretaria;

VI - coordenar o levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos servidores da Secretaria, visando à elaboração de programa anual de treinamento;

VII - promover a articulação entre as diferentes unidades supervisionados pela Secretaria;

VIII - organizar a elaboração dos planos anuais e plurianuais de trabalho da Secretaria;

IX - coordenar a elaboração do relatório de gestão anual da Secretaria;

X - acompanhar, em articulação com a Assessoria Parlamentar e com a Consultoria Jurídica do Ministério, projetos de lei e instrumentos legais, cujos temas e atividades estão sob a responsabilidade da Secretaria;

XI - assessorar o Secretário nas ações de cooperação internacional, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XII - assessorar o Secretário nas representações em colegiados e fóruns nacionais e internacionais de responsabilidade da Secretaria;

XIII - assessorar o Secretário nas atividades de comunicação social, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XIV - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro nas atividades de responsabilidade da Secretaria;

XV - prestar informações e fornecer dados e documentos da Secretaria aos órgãos oficiais de controle; e

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 6º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar, supervisionar e orientar as atividades relativas aos documentos e correspondências, correios eletrônicos e fax de interesse da Secretaria, bem como as advindas de suas unidades, supervisionando suas inserções, atualizações e informações no Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

II - executar o recebimento, registro, triagem, distribuição, controle e arquivo de documentos e processos encaminhados à Secretaria;

III - orientar o envio de documentos para o arquivo central do Ministério;

IV - supervisionar as atividades referentes à requisição, à recepção, à guarda, à distribuição e ao controle do estoque do material de consumo, bem como receber e manter controle do material permanente da Secretaria;

V - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, digitalização, reprografia, manutenção de instalações e equipamentos e de apoio logístico às reuniões.

VI - orientar o Serviço de Apoio administrativo e disponibilizar documentos e informações solicitados pelas demais unidades da Secretaria; e

VII - orientar a expedição e a publicação de expedientes e atos.

Art. 7º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - executar as atividades de apoio administrativo necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete e da Secretaria;

II - auxiliar e prover apoio técnico e administrativo à atividades afetas ao Gabinete e à assessoria da Secretária;

III - providenciar o envio de documentos para o arquivo central do Ministério;

IV - executar as atividades referentes à requisição, à recepção, à guarda, à distribuição e ao controle do estoque do material de consumo, bem como receber e manter controle do material permanente da Secretaria;

V - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, de manutenção de instalações e de equipamentos da Secretaria;

VI - auxiliar na realização de eventos da Secretaria;

VII - coordenar os relatórios de ligações telefônicas;

VIII - coordenar e orientar as solicitações de serviços logísticos;

IX - coordenar e orientar as solicitações de serviços de informática;

X - prestar apoio administrativo e disponibilizar documentos e informações solicitados pelas demais unidades da Secretaria; e

XI - providenciar a expedição e a publicação de expedientes e atos.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Execução e Acompanhamento de Projetos

Art. 8º À Coordenação-Geral de Execução e Acompanhamento de Projetos compete:

I - subsidiar a Secretaria no planejamento, coordenação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira de programas, projetos e atividades;

II - promover a elaboração, coordenar e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira, em formato gerencial do físico-financeiro dos programas, projetos e atividades sob responsabilidade da Secretaria, propondo medidas para a correção de distorções e para o seu aperfeiçoamento, em articulação com as unidades técnicas da Secretaria e demais unidades do Ministério;

III - auxiliar na elaboração e acompanhamento da execução da proposta orçamentária anual, de planos operativos, relatórios gerenciais de execução dos programas e ações;

IV - coordenar os atos relativos à execução orçamentária e financeira de todas as ações e planos orçamentários da Secretaria como Unidade Gestora;

V - coordenar os atos e procedimentos relativos à formalização, celebração, execução orçamentária e financeira, o acompanhamento da execução e vigência, e análise da prestação de contas física e financeira das transferências voluntárias firmadas no âmbito da Secretaria, quais sejam, convênios, termos de parceria, Termo de Execução Descentralizada, ajustes, contratos e acordos de cooperação;

VI - coordenar os atos relativos a execução de contratos com organismos internacionais;

VII - realizar o acompanhamento e a verificação do cumprimento do objeto de projetos em prestação de contas;

VIII - elaborar documentos relativos ao Relatório de Gestão, quanto aos aspectos da execução orçamentária, financeira e transferências voluntárias da Secretaria;

IX - coordenar os atos e procedimentos relativos à análise das prestações de contas das transferências voluntárias firmadas no âmbito desta Secretaria, em seus aspectos técnicos e financeiros;

X - elaborar respostas às demandas de auditoria e demais questionamentos relativos à Secretaria, por parte dos órgãos federais de controle; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 9º À Divisão de Formalização, Execução e Acompanhamento de Projetos compete:

I - subsidiar a Coordenação-Geral de Execução e Acompanhamento de Projetos quanto aos atos relativos à execução orçamentária e financeira de projetos da Secretaria;

II - executar atos e procedimentos relativos à formalização, celebração, e acompanhamento da execução das transferências voluntárias firmadas no âmbito da Secretaria;

III - realizar os atos relativos à execução orçamentária e financeira de contratos com organismos internacionais a cargo da Secretaria;

IV - realizar os atos relativos à Execução Orçamentária e Financeira da Secretaria;

V - realizar os procedimentos formais de registro no Sistema de Convênios - SICONV;

VI - verificar e acompanhar a regularidade do proponente;

VII - realizar os atos relativos à formalização e celebração das transferências voluntárias no âmbito da Secretaria, elaboração de minutas dos respectivos termos, com o encaminhamento às áreas competentes, aos convenentes e/ou parceiros, para assinatura e posterior publicação;

VIII - realizar os atos relativos aos aditamentos e apostilamentos dos termos firmados no âmbito da Secretaria;

IX - acompanhar a execução financeira dos projetos apoiados pela secretaria, por meio do SICONV e pela realização de visitas in loco;

X - acompanhar a evolução dos créditos descentralizados da Secretaria;

XI - solicitar ao Setor de Orçamento e Finanças do Ministério os recursos financeiros para repasse as unidades parceiras e pagamentos das despesas administrativas da Secretaria;

XII - acompanhar a evolução da execução orçamentária da Secretaria, monitorar as emendas parlamentares, o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, e a Lei Orçamentária Anual - LOA;

XIII - realizar os atos necessários ao registro e controle de restos a pagar da Secretaria;

XIV - efetuar os atos contábil da Secretaria, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

XV - assistir à Coordenação-Geral de Execução e Acompanhamento de Projetos na consolidação dos documentos relativos ao Relatório de Gestão, quanto aos aspectos da execução orçamentária, financeira e transferências voluntárias da Secretaria; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XVI - operar, no aspecto da execução orçamentária e financeira, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, no âmbito da Secretaria.

Art. 10. Ao Serviço de Prestação de Contas compete:

I - subsidiar a Coordenação-Geral de Execução e Acompanhamento de Projetos quanto aos atos relativos ao acompanhamento e verificação da execução de projetos em prestação de contas da Secretaria;

II - subsidiar a Coordenação-Geral de Execução e Acompanhamento de Projetos quanto aos atos e procedimentos relativos à análise das prestações de contas das transferências voluntárias firmadas no âmbito desta Secretaria, em seus aspectos técnicos e financeiros;

III - realizar os atos relativos ao acompanhamento dos prazos de vigências e de prestação de contas dos termos firmados no âmbito da Secretaria, com a realização de diligências, quando necessárias;

IV - coordenar as atividades relativas às diligências de órgãos de controle;

V - analisar, em seu aspecto técnico, as prestações de contas dos termos firmados no âmbito da Secretaria;

VI - realizar, no âmbito das prestações de contas e no aspecto técnico, diligências junto aos convenentes, com vistas à complementação de documentos necessários à análise;

VII - verificar a execução física dos termos firmados no âmbito da Secretaria, por meio de visita "in loco", quando necessário, no intuito de avaliar o alcance e/ou cumprimento do objeto.

VIII - analisar, em seu aspecto financeiro, as prestações de contas dos termos firmados no âmbito da Secretaria;

IX - realizar, no âmbito das prestações de contas e no aspecto financeiro, diligências junto aos convenentes, com vistas a complementação de documentos necessários à análise e/ou devolução de recursos; e

X - realizar os atos relativos ao encaminhamento de processos, para instauração de Tomada de Contas Especial - TCE, à Setorial Contábil do órgão.

Seção II

Do Departamento de Políticas e Programas de Ciências

Art. 11. Ao Departamento de Políticas e Programas de Ciências compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas e ações de fomento nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra, da Vida, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e, em especial, em áreas de interesse estratégico como a Meteorologia, Climatologia, Mudança do Clima, Ciências do Mar e Antártica, Recursos Minerais e Geociências;

II - propor objetivos e metas a serem alcançados na implementação de programas e ações de pesquisa e desenvolvimento

III - coordenar as atividades relacionadas às políticas e às estratégias para a implementação de programas científicos e de desenvolvimento de tecnologia necessários às atividades de prospecção científica;

IV - planejar e coordenar a implementação de programas, ações e planos orçamentários integrados de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais e com entidades privadas, em articulação com as demais unidades do Ministério;

V - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos afins relacionados com a política nacional de ciência, tecnologia e inovação, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação;

VI - estimular a criação de programas estruturantes que contribuam para a concepção de soluções tecnológicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, por meio da implementação de ações que promovam a consecução de cidades mais sustentáveis e inclusivas;

VII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Oceanos, Antártica e Geociências

Art. 12. À Coordenação-Geral de Oceanos, Antártica e Geociências compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas de Ciências, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo nas áreas de Oceanos, Antártica e Geociências;

II - coordenar, implementar e acompanhar a execução das estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, nas áreas de sua competência, contribuindo para a execução das Políticas Nacionais de Oceanos, Antártica e Geociências;

III - fomentar, apoiar e coordenar programas e projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I nas áreas de Oceanos, Antártica e Geociências;

IV - coordenar tecnicamente e participar das ações de articulação entre o Ministério e instituições nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento e fortalecimento científico e tecnológico das áreas de sua competência;

V - acompanhar e participar de atividades, reuniões, comissões, comitês, conselhos e fóruns nacionais e internacionais em assuntos relacionados a Oceanos, Antártica e Geociências;

VI - acompanhar, subsidiar e apoiar a implementação de tratados, convenções internacionais e protocolos, em particular o Tratado da Antártica e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, além dos demais instrumentos afetos às suas áreas de atuação;

VII - apoiar e secretariar o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA, conforme prevê o Decreto nº 1791, de 15 de janeiro de 1996, e o Comitê de Ciências do Mar - CCM, conforme Portaria nº 404, de 05 de junho de 2012, buscando implementar as deliberações de ambos;

VIII - promover, coordenar e representar o Ministério em atividades relativas às Ciências Oceânicas da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), cumprindo a atribuição ministerial de Instituição Nacional designada junto à COI, conforme previsto no Decreto s/n de 5 de Janeiro de 1994;

IX - representar o Ministério na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, e seus órgãos colegiados, inclusive coordenando o Comitê de Biotecnologia Marinha;

X - participar da formulação, implementação e acompanhamento de políticas e programas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

XI - apoiar a execução de pesquisas em suas áreas de atuação, de forma multidisciplinar e integrada, promovendo a gestão compartilhada de navios e outras infraestruturas de pesquisa e coordenando Redes de Pesquisa sob sua responsabilidade, em estreita colaboração com os demais atores nacionais, garantindo o atendimento adequado à comunidade científica;

XII - articular ações para captação e gestão de recursos destinados ao fomento de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em sua área de atuação;

XIII - subsidiar tecnicamente a Secretaria na elaboração e revisão do Plano Plurianual e do Orçamento Anual; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 13. À Coordenação de Mar, Antártica e Recursos Minerais compete:

I - auxiliar no cumprimento das competências da Coordenação-Geral de Oceanos, Antártica e Geociências, representando-a quando designado;

II - acompanhar e assistir tecnicamente as implementações das políticas públicas voltadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação nos temas relativos a Oceanos, Antártica e Recursos Minerais, inclusive prestando apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, quando oportuno;

III - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação, em especial o Comitê Nacional de Pesquisa Antártica - CONAPA e o Comitê de Ciências do Mar - CCM;

IV - representar e assistir tecnicamente os órgãos colegiados, comitês, grupos de trabalho e fóruns relacionados à pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação nos temas de sua competência;

V - elaborar, executar e acompanhar a proposta orçamentária anual sob sua responsabilidade;

VI - elaborar subsídios técnicos e políticos às ações de promoção da pesquisa científica e tecnológica na área de sua competência;

VII - acompanhar e elaborar relatórios e demais documentos técnicos que auxiliem no cumprimento das competências da Coordenação-Geral de Oceanos, Antártica e Geociências, incluindo aspectos financeiros, midiáticos e de promoção da pesquisa científica, em articulação com demais entidades envolvidas, quando couber;

VIII - acompanhar a implementação e coordenar a operacionalização do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH);

IX - articular atividades estratégicas ao desenvolvimento do País, como o Plano de Trabalho de exploração mineral em águas além da jurisdição nacional, aprovada pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA/ONU e o Plano de Ação da Ciência Antártica para o Brasil; e

X - promover e apoiar a realização de eventos técnicos e científicos no âmbito de suas áreas de atuação.

Subseção II

Da Coordenação-Geral do Clima

Art. 14. À Coordenação-Geral do Clima compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas de Ciências, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo nas áreas de Meteorologia, Climatologia e Mudança do Clima;

II - coordenar, implementar e acompanhar as estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, nas áreas de sua competência, contribuindo para a execução das Políticas Nacionais de Meteorologia, Climatologia e Mudança do Clima;

III - fomentar, apoiar e coordenar programas e projetos de PD&I nas áreas de Meteorologia, Climatologia e Mudança do Clima;

IV - coordenar tecnicamente e participar das ações de articulação entre o Ministério e instituições nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento e fortalecimento científico e tecnológico das áreas de sua competência;

V - acompanhar e participar de atividades, reuniões, comissões, comitês, conselhos e fóruns nacionais e internacionais em assuntos relacionados a Meteorologia, Climatologia e Mudança do Clima;

VI - acompanhar, subsidiar e apoiar a implementação de tratados, convenções internacionais e protocolos, em particular a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio;

VII - participar da formulação, implementação e acompanhamento de políticas e programas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

VIII - articular ações para captação e gestão de recursos destinados ao fomento de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em sua área de atuação;

IX - subsidiar tecnicamente a Secretaria na elaboração e revisão do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

X - elaborar, executar e acompanhar a proposta orçamentária anual sob sua responsabilidade; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 15. À Coordenação de Clima, Meteorologia e Climatologia compete:

I - coordenar, acompanhar, avaliar e divulgar programas e projetos de PD&I nas áreas de Meteorologia, Climatologia e Mudança do Clima;

II - apoiar, acompanhar e avaliar a atuação da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudança do Clima;

III - apoiar a elaboração e a divulgação dos relatórios de avaliação e demais documentos do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima;

IV - propor e coordenar a execução de projetos de cooperação técnica internacional em sua área de atuação;

V - coordenar, elaborar, revisar, monitorar e divulgar periodicamente estimativas, inventários e projeções de emissões de gases de efeito estufa do país, bem como manter e aprimorar bancos de dados, em particular, o Sistema de Registro Nacional de Emissões;

VI - coordenar e executar ações decorrentes dos compromissos assumidos em acordos e convenções internacionais na sua área de atuação, em particular as Comunicações Nacionais do Brasil, os Relatórios de Atualização Bienal, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o Mecanismo Tecnológico da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;

VII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação, em particular a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima; e

VIII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Art. 16. À Coordenação-Geral de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas de Ciências, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em especial no suporte aos processos de transição para cidades brasileiras mais sustentáveis;

II - coordenar, implementar e acompanhar a implementação das estratégias nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas áreas de sua competência;

III - fomentar, apoiar e coordenar programas e projetos de PD&I orientados para a promoção de Cidades Sustentáveis por meio do desenvolvimento de pesquisas aplicadas e implementação de pilotos em áreas de gestão racional de recursos naturais, saneamento ambiental, transporte coletivo e mobilidade urbana, sistemas sustentáveis de energia, materiais e técnicas para construções sustentáveis, agricultura urbana e periurbana e ferramentas para planejamento urbano integrado e sustentável;

IV - coordenar tecnicamente e participar das ações de articulação entre o Ministério e instituições nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento e fortalecimento científico e tecnológico das áreas de sua competência;

V - acompanhar e participar de atividades, reuniões, comissões, comitês, conselhos e fóruns nacionais e internacionais em assuntos relacionados às áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;

VI - acompanhar, subsidiar e apoiar a implementação de tratados, protocolos e convenções internacionais, em particular quanto aos temas afetos às áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;

VII - participar da formulação, implementação e acompanhamento de programas e políticas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

VIII - articular ações para captação e gestão de recursos destinados ao fomento de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em sua área de atuação;

IX - subsidiar tecnicamente a Secretaria na elaboração e revisão do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

X - elaborar, executar e acompanhar a proposta orçamentária anual sob sua responsabilidade;

XI - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação;

XII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Do Departamento de Políticas e Programas de Desenvolvimento

Art. 17. Ao Departamento de Políticas e Programas de Desenvolvimento compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas e ações de fomento nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra, da Vida, Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e em áreas de interesse estratégico como Água, Alimentos, Biodiversidade, Ecossistemas, Bioeconomia, Biotecnologia, Saúde, Radiofármacos, Energia Nuclear, Agropecuária, Bioenergia e Biocombustíveis;

II - propor objetivos e metas a serem alcançados na implementação de programas e ações de pesquisa e desenvolvimento;

III - acompanhar e coordenar as atividades relacionadas às políticas e estratégias para a implementação de programas científicos e de desenvolvimento de tecnologia necessários às atividades de prospecção científica das suas áreas de competência;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - planejar e coordenar a implementação de programas, ações e planos orçamentários integrados de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais e entidades privadas, em articulação com as demais unidades do Ministério;

V - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos afins relacionados com a política nacional de ciência, tecnologia e inovação, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação.

VI - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

VII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Bioeconomia

Art. 18. À Coordenação-Geral de Bioeconomia compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas de Desenvolvimento na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação nas áreas de Bioeconomia, Água, Alimentos e Energia;

II - coordenar, implementar e acompanhar a execução das estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, nas áreas de sua competência, contribuindo para a execução das Políticas Nacionais de Bioeconomia, Água, Alimentos e Energia;

III - fomentar, apoiar e coordenar programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de sua competência;

IV - promover e definir políticas que norteiem as atividades de pesquisa, disseminação, divulgação e transferência de conhecimentos, tecnologias e inovações ligadas às áreas de Bioeconomia, Água, Alimentos e Energia;

V - coordenar tecnicamente e participar das ações de articulação entre o Ministério e instituições, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento e fortalecimento científico e tecnológico das áreas de sua competência;

VI - acompanhar e participar de atividades, reuniões, grupos de trabalho, comissões, comitês, conselhos e fóruns, nacionais e internacionais, em assuntos relacionados as áreas de Bioeconomia, Água, Alimentos e Energia;

VII - acompanhar, subsidiar e apoiar a implementação de tratados, convenções internacionais e protocolos nos temas afetos as áreas de Bioeconomia, Água, Alimentos e Energia;

VIII - participar da formulação, implementação e acompanhamento de políticas e programas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

IX - articular ações para captação e gestão de recursos destinados ao fomento de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de Bioeconomia, Água, Alimentos e Energia;

X - subsidiar a elaboração, o acompanhamento e a implementação das legislações pertinentes à bioeconomia.

XI - subsidiar tecnicamente a Secretaria na elaboração e revisão do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

XII - elaborar, executar e acompanhar a proposta orçamentária anual sob sua responsabilidade; e

XIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 19. À Coordenação de Água, Alimentos e Energia compete:

I - assistir à Coordenação-Geral de Bioeconomia na formulação de políticas e na definição de estratégias para implementação dos programas, ações e atividades visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação nas áreas de Bioeconomia e de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar;

II - coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de Bioeconomia e de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar;

III - articular ações para captação e gestão de recursos destinados ao fomento de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nas áreas de Bioeconomia e de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar;

IV - coordenar, executar, acompanhar e secretariar conselhos e comissões, em especial Redes de Pesquisa, sob sua responsabilidade;

V - propor, coordenar e avaliar estudos estratégicos e a identificação de demandas e oportunidades nas áreas de Bioeconomia e de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar;

VI - acompanhar e participar de atividades, reuniões, grupos de trabalho e fóruns, nacionais e internacionais, em temas relacionados as áreas de Bioeconomia e de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar;

VII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados e fóruns, nacionais e internacionais, nas áreas de Bioeconomia e de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar;

VIII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade;

IX - assessorar a Coordenação-Geral de Bioeconomia na elaboração e acompanhamento da execução da proposta orçamentária anual das suas ações sob sua responsabilidade;

X - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avalição e supervisionar a execução técnica, gerencial e físico-financeira das ações sob sua responsabilidade; e

XI - promover e apoiar a realização de eventos técnicos e científicos no âmbito das áreas de Bioeconomia e de Segurança Hídrica, Energética e Alimentar.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Saúde e Biotecnologia

Art. 20. À Coordenação-Geral de Saúde e Biotecnologia compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas de Desenvolvimento, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo nas áreas de saúde, biotecnologia e agropecuária;

II - coordenar, implementar e acompanhar as estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, nas áreas de sua competência, contribuindo para a execução das Políticas Nacionais de Saúde, Biotecnologia e Agropecuária;

III - fomentar, apoiar e coordenar programas e projetos de PD&I nas áreas de sua competência;

IV - coordenar tecnicamente e participar das ações de articulação entre o Ministério e instituições nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento e fortalecimento científico e tecnológico das áreas de sua competência;

V - acompanhar, participar de atividades, reuniões, comissões, comitês, conselhos e fóruns nacionais e internacionais em assuntos relacionados à suas áreas de competência;

VI - acompanhar, subsidiar e apoiar a implementação de tratados, convenções internacionais e protocolos, em particular quanto aos temas afetos às áreas de saúde, biotecnologia e agropecuária;

VII - coordenar, executar e secretariar conselhos e comissões sob sua responsabilidade, em especial o Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia - CBAB e Redes de Pesquisa Temáticas sob sua responsabilidade;

VIII - participar da formulação, implementação e acompanhamento de políticas e programas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

IX - articular ações para captação e gestão de recursos destinados ao fomento de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em sua área de atuação;

X - subsidiar tecnicamente a Secretaria na elaboração e revisão do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

XI - elaborar, executar e acompanhar a proposta orçamentária anual sob sua responsabilidade;

XII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados, comissões e conselhos sob sua responsabilidade;

XIII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. À Coordenação de Programas e Projetos de Saúde, Biotecnologia e Agropecuária compete:

I - subsidiar a Coordenação-Geral de Saúde e Biotecnologia, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo nas áreas da saúde, biotecnologia e agropecuária;

II - coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos de PD&I nas áreas de saúde, biotecnologia e agropecuária;

III - coordenar a implementação e as atividades das Redes de Pesquisas Temáticas sob sua responsabilidade;

IV - coordenar tecnicamente a execução de programas e projetos de cooperação que venham a fortalecer as ações de sua competência, em especial, o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB) e o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIEGB);

V - acompanhar, participar de atividades, reuniões, comissões, comitês, conselhos e fóruns nacionais e internacionais em assuntos relacionados à suas áreas de competência;

VI - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados, comissões e conselhos sob sua responsabilidade;

VII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade; e

VIII - assessorar a Coordenação-Geral de Saúde e Biotecnologia na elaboração e acompanhamento da execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Biomas

Art. 22. À Coordenação-Geral de Biomas compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas de Desenvolvimento, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo nas áreas de Biodiversidade, Ecossistemas e Biomas;

II - coordenar, implementar e acompanhar a execução das estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, nas áreas de sua competência, contribuindo para a execução das Políticas Nacionais relacionadas ao meio ambiente;

III - fomentar, apoiar e coordenar programas e projetos de PD&I nas áreas de Biodiversidade, Ecossistemas e Biomas;

IV - coordenar tecnicamente e participar das ações de articulação entre o Ministério e instituições nacionais e estrangeiras, visando ao desenvolvimento e fortalecimento científico e tecnológico das áreas de sua competência;

V - acompanhar, participar de atividades, reuniões, comissões, comitês, conselhos e fóruns nacionais e internacionais em assuntos relacionados à suas áreas de competência;

VI - acompanhar, subsidiar e apoiar a implementação de tratados, convenções internacionais e protocolos, em particular quanto aos temas afetos às suas áreas de atuação e em especial quanto à Convenção da Diversidade Biológica; o Protocolo de Nagoia; o Protocolo de Cartagena, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes;

VII - coordenar, executar e secretariar conselhos, comissões, câmaras e Redes de Pesquisa sob sua responsabilidade;

VIII - participar da formulação, implementação e acompanhamento de políticas e programas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

IX - articular ações para captação e gestão de recursos destinados ao fomento de capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em sua área de atuação;

X - subsidiar tecnicamente a Secretaria na elaboração e revisão do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

XI - elaborar, executar e acompanhar a proposta orçamentária anual sob sua responsabilidade;

XII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação;

XIII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 23. À Coordenação de Biodiversidade e Ecossistemas compete:

I - subsidiar a Coordenação-Geral de Biomas na formulação de políticas e definição de estratégias e implementação de programas, ações e atividades nas áreas de Biodiversidade, Ecossistemas e Biomas;

II - acompanhar e auxiliar na coordenação de programas, redes e projetos de PD&I nas áreas de Biodiversidade, Ecossistemas e Biomas;

III - coordenar a execução de projetos de cooperação técnica internacional sob sua responsabilidade;

IV - subsidiar ações de acompanhamento decorrentes dos compromissos assumidos em acordos e convenções internacionais nas áreas de competência da Coordenação-Geral;

V - acompanhar e participar de atividades, reuniões e fóruns nacionais e internacionais em assuntos relacionados às suas áreas de competência;

VI - assessorar a Coordenação-Geral no acompanhamento da execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade; e

VII - subsidiar a elaboração de planos operativos e produzir relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas afetos à Coordenação-Geral.

Seção IV

Do Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social

Art. 24. Ao Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social compete:

I - formular e implementar políticas, programas e a definir estratégias para a popularização e à divulgação ampla de conhecimentos científicos e tecnológicos no âmbito da sociedade não especializada;

II - fomentar a ampliação nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa de práticas e modelos inovadores de comunicação pública da ciência e tecnologia que interajam com os saberes e demandas locais;

III - coordenar a elaboração, para execução por intermédio dos meios de comunicação, de estratégias de popularização de ciência e tecnologia voltadas à melhoria da educação científica;

IV - planejar, coordenar, supervisionar e executar a geração de conteúdos no âmbito da Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação;

V - articular ações e colaborar com entidades governamentais e privadas em programas e projetos relacionados à popularização da ciência e da tecnologia com vistas à alfabetização científica, ao desenvolvimento da cidadania plena e melhoria da educação científica;

VI - promover a formação de profissionais para a popularização e divulgação de ciência e tecnologia no País e para a apropriação da educação não formal por professores da formação inicial;

VII - formular e acompanhar indicadores de desempenho da política de popularização e divulgação de ciência e tecnologia, extensão tecnológica, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e nutricional, tecnologia sociais e assistivas;

VIII - propor e coordenar a execução de estudos, diagnósticos e pesquisas sobre a percepção pública da ciência e tecnologia, a fim de subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas na área;

IX - definir e acompanhar as metas e os resultados a serem alcançados na implementação de programas, projetos e atividades afetos a sua área de competência;

X - estimular ações de desenvolvimento de programas voltados à educação científica a distância, bem como o uso de plataforma de compartilhamento de recursos didáticos no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, entre outras atividades afins;

XI - planejar e articular programas, projetos e ações para a criação, o desenvolvimento e a gestão de espaços científico-culturais;

XII - propor, articular, coordenar e avaliar processos de capacitação de gestores públicos, educadores, pesquisadores sobre a implantação e gestão de espaços científico-culturais;

XIII - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para aprimorar as políticas públicas em curso;

XIV - contribuir para o desenvolvimento de uma política nacional de Tecnologia Social, propondo programas de desenvolvimento socioeconômico e erradicação da pobreza e miséria, por meio de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a sociedade;

XV - estimular e apoiar projetos e ações no âmbito da Política Nacional da Pessoa com Deficiência que propiciem a interação de instituições de pesquisa com setor produtivo e a formação de redes interinstitucionais visando o desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias na área de tecnologia assistiva;

XVI - propor e coordenar ações de Extensão tecnológica que envolvam o processo interdisciplinar, cultural, e político promovendo a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XVII - planejar e coordenar o desenvolvimento de programas, projetos e ações de cooperação internacional no âmbito das diferentes áreas de atuação dessa secretaria;

XVIII - definir e acompanhar as metas e resultados a serem alcançados na implementação de programas, projetos e atividades afetos às suas áreas de competência;

XIX - propor e formular políticas de ciência, tecnologia e inovação que visem à busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades mais vulneráveis em situação de insegurança alimentar e nutricional e que promovam o direito humano à alimentação adequada;

XX - planejar, coordenar, supervisionar, pesquisar e executar ações relacionadas à apropriação da ciência, tecnologia e inovação, por meio das tecnologias digitais e metodologias inovadoras para inclusão social;

XXI - planejar e coordenar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades integradas de cooperação com organismos nacionais, internacionais e entidades privadas, com vistas à difusão e à aplicação dos conhecimentos técnico-científicos nas diversas instâncias sociais e nas instituições de ensino em geral;

XXII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XXIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência

Art. 25. À Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência compete:

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social na formulação e na implementação de políticas de desenvolvimento dos programas que estruturam a Coordenação-Geral e na definição de estratégias e procedimentos para a implementação de programas sob sua responsabilidade;

II - articular com os principais atores, instituições, entidades e órgãos do setor a elaboração da Política Nacional de Popularização da C&T e, posteriormente, o Plano Nacional de Popularização da C&T;

III - planejar a realização de estudos técnicos, desenvolvimento de indicadores e pesquisas que subsidiem a formulação e avaliem os impactos e o alcance das políticas públicas de popularização e divulgação da ciência e tecnologia realizadas no país e promovam a disseminação de seus resultados em âmbitos nacional e internacional;

IV - planejar, articular, coordenar e acompanhar projetos e ações para a implementação e o desenvolvimento dos programas sob sua competência, fazendo da Popularização da Ciência uma ação transversal;

V - assistir ao Departamento de Políticas e Programas para Inclusão Social na formulação de políticas de cooperação nacional e internacional, que venham a apoiar e disseminar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

VI - propor, articular, coordenar e avaliar processos de capacitação de gestores públicos, educadores e pesquisadores sobre o uso da Popularização e da Divulgação da Ciência e Tecnologia como ferramentas para elevar os níveis de educação científica da população e contribuir para o desenvolvimento do país;

VII - participar da articulação com entidades de pesquisa, desenvolvimento e extensão e outras entidades públicas e não governamentais, envolvidas na formulação e implementação de uma Política de Popularização da C&T, visando a dar maior efetividade às suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento e criação de museus e centros de ciência, ao desenvolvimento de projetos e eventos na área e à organização e execução de olimpíadas e feiras de ciências;

VIII - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas sob sua responsabilidade, projetos e atividades, propondo medidas para a correção de distorções e aperfeiçoamento das mesmas;

IX - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação;

X - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade;

XI - estimular o lançamento de editais em sua área de competência, em parceria com outros órgãos de governo, Fundações de Amparo à Pesquisa, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e outras agências de fomento;

XII - avaliar oportunidades e articular com diferentes atores, juntamente ao Departamento, a captação de recursos para apoio dos projetos e programas de popularização, divulgação da ciência e educação científica sob a competência de sua Coordenação;

XIII - fomentar atividades voltadas a comunidades tradicionais, questões de gênero na ciência e tecnologia, e pessoas com deficiência; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 26. À Coordenação de Projetos e Espaços de Divulgação Científica compete:

I - propor, articular, coordenar, acompanhar e avaliar tecnicamente projetos e eventos de popularização e divulgação de ciência e tecnologia;

II - planejar, articular, coordenar, e acompanhar programas, projetos e ações para a criação, desenvolvimento, aprimoramento, ampliação do número e distribuição mais equitativa dos espaços científico-culturais pelo território nacional;

III - propor, articular, coordenar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações para a geração de conteúdos digitais, fortalecimento da popularização da ciência e da tecnologia em todas as mídias e utilização de processos tecnológicos inovadores para melhoria da educação científica;

IV - representar o Ministério e participar tecnicamente de comissões internas e de outros órgãos colegiados na sua área de competência;

V - auxiliar a Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência na formulação, implementação e acompanhamento de políticas e ações de cooperação nacional e internacional no âmbito dos programas e projetos sob sua responsabilidade;

VI - propor e articular programas de cooperação com outros órgãos objetivando a identificação de oportunidades para implementação de projetos e ações orientados para a promoção da inclusão social por meio de projetos e eventos de popularização da ciência, desenvolvimento e criação de espaços científico-culturais, exposições, inclusive de caráter itinerante, e desenvolvimento de conteúdos relacionados à área;

VII - articular com entidades de governo, organizações não-governamentais e movimentos sociais com vistas ao dimensionamento de necessidades e à compatibilização de ações em áreas de interesse da Coordenação;

VIII - acompanhar a evolução teórica e empírica, bem como as tendências internacionais de desenvolvimento tecnológico e metodológico, em temas de sua área de competência, objetivando identificar oportunidades para Programas e Ações específicos;

IX - propor, coordenar e avaliar estudos de demanda em sua área de competência com o objetivo de subsidiar a Coordenação-Geral nas atividades de captação de recursos para apoio a projetos afetos à área de projetos, eventos de divulgação e popularização, educação científica e criação e desenvolvimento de espaços científico-culturais;

X - desenvolver e/ou coordenar o desenvolvimento de produtos institucionais que possuam a finalidade de divulgar aos parceiros e ao público em geral os resultados das ações da Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência;

XI - estimular e fomentar a incorporação de quesitos de acessibilidade e sustentabilidade nos museus e centros científico-culturais existentes;

XII - coordenar e avaliar estudos técnicos e promover a disseminação de seus resultados em temas de sua área de competência;

XIII - ampliar, aprimorar e fortalecer a atuação da Coordenação-Geral de Popularização e Divulgação da Ciência e do Departamento na área de museus e centros de ciência e tecnologia em âmbitos nacional e internacional.

XIV - buscar parcerias nas esferas internacional (governamental e privada) e nacional (federal, estadual, municipal e privada) na captação e recursos para a criação de museus e centros de ciência e tecnologia e outros projetos no âmbito da popularização da ciência e da tecnologia.

XV - articular o desenvolvimento de práticas inovadoras de divulgação e popularização de ciência e tecnologia por parte das instituições brasileiras e induzir o aumento da diversidade dos perfis sócio demográficos, com especial atenção à pessoa com deficiência e as questões de gênero; e

XVI - articular ações continuadas de formação de quadros de profissionais para atuação de práticas no âmbito da educação não formal no Brasil, a fim de criar competências distribuídas no território nacional.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica

Art. 27. À Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica compete:

I - subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas de ciência e tecnologia voltadas para a implementação de programas de inclusão produtiva sustentável, definindo estratégias e ações destinadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais e regionais, em conformidade com a realidade social, econômica, cultural e ambiental das comunidades do meio rural, urbano e periurbano;

II - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas e ações voltadas à implementação de programas e projetos relacionados à adaptação de conhecimentos e tecnologias, voltadas à inclusão socioeconômica de populações em situação de vulnerabilidade, no meio rural e urbano, de acordo com a política nacional para inclusão socioprodutiva, no âmbito de programas municipais, estaduais e regionais;

III - contribuir para o desenvolvimento de uma política nacional de Tecnologia Social em colaboração com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, propondo programas de desenvolvimento socioeconômico e erradicação da pobreza e miséria, por meio de produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a sociedade e que representem efetivas soluções de transformação social e de qualidade de vida;

IV - apoiar e fomentar, por meio de ações e programas de CT&I, a implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a promoção e o desenvolvimento dos conhecimentos necessários para combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a soberania na produção e o acesso universal à alimentação adequada e saudável;

V - propor e coordenar a elaboração e a implementação de planos e programas de fomento à pesquisa e desenvolvimento, no âmbito do que estabelece a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN - Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012;

VI - estimular e apoiar projetos e ações no âmbito do Politica Nacional da Pessoa com Deficiência que propicie a interação de instituições de pesquisa com setor produtivo e a formação de redes interinstitucionais visando o desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias na área de Tecnologia Assistiva;

VII - estimular e apoiar projetos e ações no âmbito do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência com destaque para a criação da Rede de Tecnologia Assistiva, do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva e do Programa de Inovação em Tecnologia Assistiva e Programas de Pós-graduação em Tecnologia Assistiva;

VIII - propor e coordenar a elaboração e a implementação de planos e programas de fomento à pesquisa e desenvolvimento, no âmbito do que estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015); o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

IX - propor e coordenar ações de Extensão tecnológica que envolvam o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político promovendo a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

X - planejar, articular, coordenar, e acompanhar programas, projetos e ações para a criação e desenvolvimento de Centros Vocacionais Tecnológicos, em articulação com os Arranjos Produtivos Locais;

XI - participar da articulação com entidades de pesquisa, desenvolvimento e extensão e outras entidades públicas e não governamentais, envolvidas na formulação e implementação de uma Política de Extensão Tecnológica, visando a dar maior efetividade às suas ações, particularmente em temas afetos à inclusão socioeconômica;

XII - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas sob sua responsabilidade, projetos e atividades, propondo medidas para a correção de distorções e aperfeiçoamento;

XIII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação;

XIV - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade;

XV - estimular o lançamento de editais em sua área de competência, em parceria com outros órgãos de governo, Fundações de Amparo à Pesquisa, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e outras agências de fomento;

XVI - avaliar oportunidades e articular com diferentes atores, juntamente ao Departamento, a captação de recursos para apoio dos projetos e programas de extensão tecnológica sob a competência de suas Coordenações;

XVII - fomentar atividades voltadas a comunidades tradicionais, questões de gênero na ciência e tecnologia, e pessoas com deficiência;

XVIII - planejar e coordenar o desenvolvimento de programas, projetos e ações integradas de cooperação com organismos nacionais, internacionais e entidades privadas na sua área de competência;

XIX - auxiliar o Departamento de Políticas e Programas de Inclusão Social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas e ações de cooperação nacional e internacional no âmbito dos programas e projetos sob sua responsabilidade;

XX - definir e acompanhar as metas e resultados a serem alcançados na implementação de programas, projetos e ações afetos a sua área de competência;

XXI - supervisionar, monitorar e avaliar os programas, projetos e ações na área de sua competência;

XXII - representar o Ministério e participar tecnicamente de comissões internas e de outros órgãos colegiados na sua área de competência; e

XXIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 28. À Coordenação de Extensão Tecnológica compete:

I - subsidiar a Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica na formulação e na implementação de políticas de desenvolvimento dos programas que estruturam a Coordenação-Geral e na definição de estratégias e procedimentos para a implementação de programas sob sua responsabilidade;

II - subsidiar a Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica na articulação com os principais atores, instituições, entidades e órgãos do setor a elaboração da Política Nacional de Tecnologias Sociais e, posteriormente, o Plano Nacional de Tecnologias Sociais;

III - subsidiar a Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica no planejamento e na realização de estudos, desenvolvimento de indicadores e pesquisas que subsidiem a formulação e avaliem os impactos e o alcance das políticas públicas de extensão tecnológica e inclusão socioeconômica realizadas no país;

IV - subsidiar a Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica no planejamento, coordenação e acompanhamento de projetos e ações para a implementação e o desenvolvimento dos programas sob sua competência, fazendo da extensão tecnológica uma ação transversal a

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

todas as áreas de atuação dessa coordenação: Centros Vocacionais Tecnológicos, Arranjos Produtivos Locais, Economia Criativa e Solidaria, Tecnologia Sociais, Tecnologias Assistivas, Agroecologia, e Segurança Alimentar e Nutricional.

V - assistir a Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica na formulação de políticas de cooperação nacional e internacional, que venham a apoiar e disseminar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

VI - coordenar, conforme diretrizes traçadas pela Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica, a elaboração de estratégias e procedimentos para a formulação de políticas de inclusão socioeconômica por meio do aprimoramento e da ampliação do número e distribuição mais equitativa dos Centros Vocacionais Tecnológicos no país;

VII - auxiliar a Coordenação-Geral na proposição e articulação de programas de cooperação com outros órgãos objetivando a identificação de oportunidades para implementação de projetos e ações orientados para a promoção da inclusão socioeconômica por meio do desenvolvimento e criação de Centros Vocacionais Tecnológicos, apoio a cadeias produtivas locais, e desenvolvimento de pesquisas e soluções socioprodutivas;

VIII - coordenar, conforme diretrizes traçadas pela Coordenação-Geral de Extensão Tecnológica a articulação com entidades de governo, organizações não governamentais e movimentos sociais com vistas ao dimensionamento de necessidades e à compatibilização de ações em áreas de interesse da Coordenação;

IX - acompanhar a evolução teórica e empírica, bem como as tendências internacionais, em temas de suas áreas de competência, objetivando identificar oportunidades de desenvolvimento de Programas e Ações específicos;

X - propor, articular, coordenar e avaliar estudos técnicos e promover a disseminação de seus resultados em temas de sua área de competência;

XI - propor, coordenar e avaliar estudos de demanda em sua área de competência com o objetivo de subsidiar a Coordenação-Geral nas atividades de captação de recursos para apoio a projetos afetos à área de extensão tecnológica;

XII - auxiliar a Coordenação-Geral na articulação programas de cooperação com outros órgãos objetivando a identificação de oportunidades para implementação de projetos e ações orientados para a promoção da inclusão social por meio de projetos e eventos de Tecnologias Assistivas;

XIII - subsidiar as discussões e acompanhar as decisões dos Fóruns e Instâncias decisórias e de gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em que o Ministério é membro - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN);

XIV - subsidiar as discussões e acompanhar as decisões dos Fóruns e Instâncias decisórias e de gestão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO);

XV - atuar conjuntamente com a Coordenação- Geral na articulação e implantação de ações interministeriais e intersetoriais em agroecologia e produção orgânica para povos e comunidades em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional;

XVI - acompanhar e avaliar o alcance e a efetividade das políticas públicas de agroecologia e produção orgânica para a juventude rural e para as mulheres, refletindo sobre o papel da inclusão social no fortalecimento das questões de gênero;

XVII - contribuir para o alcance das metas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), via implantação de novos CVTs e NEAs, principalmente, além da avaliação e monitoramento dos Núcleos e Centro Vocacionais Tecnológicos já em execução; e

XVIII - atuar conjuntamente com a Coordenação- Geral na proposição, coordenação e acompanhamento de pesquisas sobre as ações de Tecnologias Assistivas a fim de subsidiar a política nacional na área.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 29. Ao Secretário incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Secretaria;

II - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

IV - adotar medidas para a supervisão e a avaliação de desempenho das unidades de pesquisa e entidades vinculadas que exerçam atividades na área de atuação da Secretaria;

V - promover a integração operacional entre as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;

VI - representar a Secretaria nos assuntos relativos a sua área de competência;

VII - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria;

VIII - coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científicas com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria; e

IX - regulamentar os assuntos necessários ao desenvolvimento das ações da Secretaria, mediante atos administrativos.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Secretário, exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação.

Art. 30. Aos Diretores incumbe:

I - promover, planejar, dirigir, coordenar e orientar e encaminhar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - auxiliar o Secretário no exercício de suas atribuições nas respectivas áreas de competência;

III - representar os Departamentos nos assuntos relativos às suas áreas de competência; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 31. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - coordenar e controlar e avaliar a execução dos projetos e das atividades que forem atribuídas a suas Coordenações-Gerais;

II - auxiliar os Diretores no exercício de suas atribuições nas respectivas áreas de competência; e

III - exercer outras competências que lhe forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 32. Aos Coordenadores incumbe coordenar e orientar a execução das atividades de sua unidade e exercer outras competências que lhe forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 33. Aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe:

I - dirigir, orientar e controlar as atividades da unidade;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à unidade; e

III - praticar os demais atos necessários ao cumprimento das competências de sua unidade.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação compete:

I - propor, coordenar e acompanhar a Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação;

II - propor, articular e coordenar a criação de programas nacionais de desenvolvimento tecnológico e de inovação de relevância econômica, social e estratégica para o País;

III - propor e supervisionar a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento tecnológico e inovação, relacionados à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;

IV - propor e supervisionar o desenvolvimento e a consolidação de ambientes inovadores;

V - propor e supervisionar ações voltadas para o empreendedorismo de base tecnológica;

VI - propor, conceber, coordenar e supervisionar a formulação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento tecnológico e à inovação, infraestrutura laboratorial e a formação e capacitação de recursos humanos em setores da economia relevantes para o desenvolvimento do País;

VII - propor, articular e conceber programas, projetos, ações e estudos que subsidiem a formulação e implementação de políticas de estímulo e programas de desenvolvimento tecnológico e inovação visando a capacitação tecnológica, a atração de investimentos produtivos, o desenvolvimento industrial, a qualidade, a produtividade e a competitividade da empresa brasileira;

VIII - interagir com órgãos e entidades, públicos e privados, estratégicos para o desenvolvimento de políticas públicas, programas, projetos e ações, no âmbito de sua área de competência;

IX - acompanhar e participar do processo de integração econômica do País no âmbito dos foros multilaterais, bilaterais, regionais e sub-regionais, com vistas a fornecer subsídios técnicos em áreas de interesse da Secretaria;

X - estabelecer, em articulação com a Secretaria Executiva, metodologias de acompanhamento e avaliação da execução de políticas, programas, projetos e atividades em suas áreas de atuação;

XI - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;

XII - assistir tecnicamente a Secretaria-Executiva na elaboração e nas revisões do Plano Plurianual e do orçamento anual;

XIII - assistir tecnicamente os órgãos colegiados na área de atuação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

XIV - subsidiar a Secretaria Executiva na integração de sistemas corporativos e na gestão da informação do Ministério;

XV - zelar pela implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XVI - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em suas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - GSTEC

a) Serviço de Apoio Administrativo - SEAAD

b) Serviço de Apoio Técnico e Orçamentário - SEATO

II - Departamento de Políticas e Programas de Apoio à Inovação - DEPAI

a) Coordenação-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo - CGIE

1. Coordenação de Ambientes Inovadores - COAMB

2. Coordenação de Empreendedorismo - COEMP

b) Coordenação-Geral de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - CGIT

1. Coordenação de Incentivos e Transferência de Tecnologia - COITT

c) Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos - CGST

1. Coordenação de Serviços Tecnológicos e Gestão da Inovação - COSGI

III - Departamento de Políticas de Desenvolvimento e Inovação de Tecnologias Estruturantes - DETEC

a) Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Setoriais - CGTS

1. Coordenação de Inovação em Tecnologias Setoriais - COITS

b) Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras - CGTC

1. Coordenação de Inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras - COITC

c) Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Estratégicas - CGTE

1. Coordenação de Inovação em Tecnologias Estratégicas - COITE

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete e Serviços por Chefes, os Departamentos por Diretores, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação compete:

I - dirigir, coordenar, supervisionar e orientar os trabalhos do Gabinete;

II - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário;

III - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

IV - examinar e revisar os atos administrativos da Secretaria;

V - organizar a agenda do Secretário;

VI - coordenar as atividades de apoio administrativo e de apoio técnico e orçamentário da Secretaria;

VII - coordenar o levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos servidores da Secretaria, visando à elaboração de programa anual de treinamento;

VIII - promover a articulação entre as diferentes unidades supervisionadas pela Secretaria;

IX - organizar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria;

X - elaborar o relatório de gestão anual da Secretaria;

XI - acompanhar, em articulação com a Assessoria Parlamentar e com a Consultoria Jurídica do Ministério, projetos de lei e instrumentos legais cujos temas e atividades estão sob a responsabilidade da Secretaria;

XII - assessorar o Secretário nas ações de cooperação internacional, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XIII - coordenar as representações em colegiados e fóruns nacionais e internacionais de responsabilidade da Secretaria;

XIV - coordenar as atividades de comunicação social, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XV - coordenar o cumprimento da legislação referente ao tratamento de informações institucionais com restrições de acesso no âmbito da Secretaria;

XVI - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro nas atividades de responsabilidade da Secretaria;

XVII - prestar informações e fornecer dados e documentos da Secretaria aos órgãos oficiais de controle; e

XVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - executar as atividades de apoio administrativo necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do Gabinete e da Secretaria;

II - executar o recebimento, registro, triagem, distribuição, controle e arquivo de documentos e processos encaminhados à Secretaria;

III - providenciar o envio de documentos para o arquivo central do Ministério;

IV - executar as atividades referentes à requisição, à recepção, à guarda, à distribuição e ao controle do estoque do material de consumo, bem como receber e manter controle de bens patrimoniais da Secretaria;

V - providenciar a execução das atividades de serviços gerais, digitalização, reprografia, manutenção de instalações e equipamentos e de apoio logístico às reuniões.

VI - prestar apoio administrativo e disponibilizar documentos e informações solicitados pelas demais unidades da Secretaria;

VII - proceder ao cumprimento da legislação referente ao tratamento de informações institucionais com restrições de acesso; e

VIII - providenciar a expedição e a publicação de expedientes e atos.

Art. 7º Ao Serviço de Apoio Técnico e Orçamentário compete:

I - proceder, nos termos da legislação específica, à instrução, à celebração e aos demais procedimentos administrativos afetos aos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres, bem como à análise de prestações de contas no âmbito técnico e financeiro, inclusive propondo, se necessário, a instauração de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Secretaria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - controlar vigências e realizar cobranças de prestações de contas de convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Secretaria;

III - obter manifestação das áreas técnicas da Secretaria quanto ao cumprimento dos objetos pactuados nos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Secretaria;

IV - assegurar a consistência das informações transmitidas pelas unidades descentralizadas na movimentação de contas de convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres nos sistemas apropriados, em particular o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

V - executar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos alocados na Secretaria, como empenhar e anular despesas e executar pagamentos, monitorar as contas bancárias, emitir ordens bancárias, nota de crédito e realizar a programação financeira e a concessão de suprimento de fundos, e manifestar-se sobre a prestação de contas;

VI - providenciar a concessão de diárias;

VII - providenciar a aquisição de passagens aéreas e terrestres em território nacional e internacional;

VIII - aprovar a prestação de contas de viagens, analisando os relatórios de viagens e comprovações de embarques;

IX - propor licitação destinada à execução de objeto específico de sua área de atuação, podendo instituir comissões especiais de licitação, cabendo-lhe todos os atos administrativos decorrentes; e

X - acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria.

Seção II

Do Departamento de Políticas e Programas de Apoio à Inovação

Art. 8º Ao Departamento de Políticas e Programas de Apoio à Inovação compete:

I - promover estudos, diagnósticos e ações para o aperfeiçoamento da política nacional de desenvolvimento tecnológico para apoio à inovação;

II - subsidiar a formulação de programas nacionais de desenvolvimento tecnológico e de inovação de relevância econômica, social e estratégica para o País;

III - estimular e acompanhar a concepção e o fortalecimento da inovação nas empresas;

IV - subsidiar e acompanhar a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento tecnológico e inovação;

V - subsidiar e acompanhar a política de financiamentos para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

VI - promover estudos, diagnósticos e ações para a avaliação e o aperfeiçoamento do marco legal da inovação;

V - supervisionar a execução de programas, projetos e ações voltados para os ambientes inovadores e o empreendedorismo de base tecnológica;

VI - supervisionar a execução da política de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, em articulação com outras áreas do Ministério;

VII - supervisionar a implementação de políticas de desenvolvimento tecnológico e inovação voltadas para os arranjos produtivos locais, as cadeias produtivas regionais e as tecnologias apropriadas;

X - supervisionar a concessão de bônus tecnológico destinado ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, e de contratação de serviços tecnológicos especializados;

XI - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento de políticas de apoio à inovação, bem como dos temas de sua área de competência, com vistas a fornecer subsídios técnicos em áreas de interesse da Secretaria;

XII - assistir tecnicamente os órgãos colegiados dentro da área de atuação do Departamento de Políticas e Programas de Apoio à Inovação.

XVIII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XIV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo

Art. 9º À Coordenação-Geral de Ambientes Inovadores e Empreendedorismo compete:

I - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas para a implantação e operação de ambientes voltados à inovação como parques e polos tecnológicos, incubadoras de empresas e demais ambientes inovadores;

II - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas para a formação e o desenvolvimento de ambientes voltados ao empreendedorismo, como aceleradoras de negócios, espaços de trabalhos cooperativos (coworking) e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos para a geração de novos negócios, e outros;

III - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas voltadas para regimes tributários especiais destinados a centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas localizadas em parques tecnológicos;

IV - propor, articular, implementar, coordenar e avaliar programas, projetos e ações destinadas a promover o desenvolvimento e a consolidação de polos e parques tecnológicos, incubadoras de empresas e demais ambientes inovadores;

V - propor, articular, implementar, coordenar e avaliar programas, projetos e ações que visem estimular o empreendedorismo e o surgimento e a consolidação de empresas nascentes de base tecnológica (startup);

VI - propor, articular, coordenar e supervisionar programas, projetos e ações voltadas para o empreendedorismo tecnológico em micro e pequenas empresas;

VII - propor, articular, implementar, coordenar e avaliar programas, projetos e ações que visem à capacitação gerencial e técnica com o intuito de apoiar o surgimento e a consolidação de incubadoras de empresas de base tecnológica, polos e parques tecnológicos, aceleradoras de negócios, laboratórios abertos e demais ambientes de empreendedorismo e inovação;

VIII - promover e coordenar a integração e a articulação de instituições de governo em níveis federal, estadual e municipal, agências de estímulo e fomento, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, entidades e associações, e organizações representativas relacionadas ao tema com vistas à criação e o fortalecimento de ambientes inovadores para empresas de base tecnológica;

IX - estimular e apoiar a prática de empreendedorismo baseado na transferência de conhecimento técnico-científico em atividades de pesquisa e desenvolvimento que resultem em produtos e processos tecnologicamente inovadores;

X - propor, articular, implementar, coordenar e avaliar políticas de desenvolvimento tecnológico e inovação voltadas para os arranjos produtivos locais, as cadeias produtivas regionais e as tecnologias apropriadas visando a redução das desigualdades regionais;

XI - coordenar e supervisionar a implantação de ambientes para o fortalecimento de arranjos produtivos por meio de ações de extensão tecnológica, desenvolvimento de tecnologias e de realização de atividades de educação profissional de base tecnológica e empreendedorismo;

XII - propor, articular, coordenar e avaliar programas, projetos e ações destinadas à inserção e fixação de pesquisadores nas empresas;

XIII - coordenar o programa que apoia os laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos e geração de novos negócios para apoio ao nascimento de novas empresas inovadoras;

XIV - coordenar o programa que apoia incubadoras de empresas, polos e parques tecnológicos;

XV - promover estudos e ações para o aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em sua área de competência;

XVI - articular e promover alianças com órgãos e entidades externas visando a execução de programas, projetos e ações relativas a sua área de competência;

XVII - coordenar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria no âmbito da Coordenação-Geral;

XVIII - propor, fomentar e coordenar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XIX - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XX - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência;

XXI - acompanhar, em articulação com o Diretor do Departamento e o Secretário, a tramitação de projetos de lei e de outros instrumentos legais que tratam de aspectos relativos a sua área de competência;

XXII - assistir tecnicamente ao Diretor do Departamento e ao Secretário na sua área de atuação; e

XXIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 10. À Coordenação de Ambientes Inovadores compete:

I - identificar, formular, articular e propor a formulação de políticas públicas para a implantação e operação de ambientes voltados à inovação como parques e polos tecnológicos, incubadoras de empresas e demais ambientes inovadores, e implementar as ações delas decorrentes;

II - identificar, formular, articular e propor a formulação de políticas públicas voltadas para regimes tributários especiais destinados a centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas localizadas em parques tecnológicos, e implementar as ações delas decorrentes;

III - promover a integração e a articulação de instituições de governo em níveis federal, estadual e municipal, agências de estímulo e fomento, instituições de ciência, tecnologia e inovação, entidades e associações, e organizações representativas relacionadas ao tema com vistas à criação e ao fortalecimento de ambientes inovadores;

IV - planejar, propor, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações que visem à capacitação gerencial e técnica com o intuito de apoiar o surgimento de incubadoras de empresas, polos e parques tecnológicos e demais ambientes inovadores;

V - implementar, acompanhar e avaliar o programa que apoia incubadoras de empresas, polos e parques tecnológicos;

VI - promover e apoiar eventos nacionais e internacionais de divulgação no âmbito das áreas de competência da Coordenação;

VII - propor e acompanhar sistemas de informação para gestão das políticas públicas ligados à sua área de atuação;

VIII - realizar ações de acompanhamento e avaliação dos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Coordenação;

IX - subsidiar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual no âmbito da Coordenação;

X - identificar, propor, subsidiar e acompanhar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XI - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XII - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência; e

XIII - assistir tecnicamente ao Coordenador-Geral e ao Diretor do Departamento na sua área de atuação.

Art. 11. À Coordenação de Empreendedorismo compete:

I - identificar, formular, articular e propor a formulação de políticas públicas para a formação e o desenvolvimento de ambientes voltados ao empreendedorismo, como aceleradoras de negócios, espaços de trabalho cooperativos (coworking), laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos para a geração de novos negócios, e outros, e implementar as ações delas decorrentes;

II - planejar, propor, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações destinadas a promover o desenvolvimento e a consolidação de ambientes de apoio ao empreendedorismo, como aceleradoras de negócios, espaços de trabalho cooperativos (coworking), laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos para a geração de novos negócios, e outros;

III - planejar, propor, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações que visem estimular o empreendedorismo e apoiar o surgimento e a consolidação de empresas nascentes de base tecnológica (startup);

IV - planejar, propor, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações voltadas para o empreendedorismo tecnológico em micro e pequenas empresas;

V - planejar, propor, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações destinadas à inserção de pesquisadores nas empresas, promovendo a interação para a implementação de projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação;

VI - planejar, propor, implementar, acompanhar e avaliar políticas de desenvolvimento tecnológico e inovação voltadas para os arranjos produtivos locais, as cadeias produtivas regionais e as tecnologias apropriadas visando a redução das desigualdades regionais;

VII - coordenar e supervisionar a implantação de ambientes para o fortalecimento de arranjos produtivos por meio de ações de extensão tecnológica, desenvolvimento de tecnologias e de realização de atividades de educação profissional de base tecnológica e empreendedorismo;

VIII - planejar, propor, articular, implementar e avaliar programas, projetos e ações destinadas a incentivar a utilização de capital de risco em empresas de base tecnológica;

IX - estimular e apoiar a prática de empreendedorismo baseado na transferência de conhecimento técnico-científico para atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação que resultem em produtos e processos tecnologicamente inovadores;

X - receber, processar e avaliar as informações sobre programas e projetos de apoio às micro e pequenas empresas enviadas anualmente pelos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica, em conformidade com a legislação decorrente, bem como elaborar e divulgar relatório anual;

XI - implementar, acompanhar e avaliar o programa que apoia laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos para geração de novos negócios, visando o nascimento de novas empresas inovadoras;

XII - analisar a experiência de diferentes arranjos produtivos locais de desenvolvimento industrial e tecnológico, identificando espaços e formas mais adequados para a promoção do desenvolvimento tecnológico das micro e pequenas empresas neles instaladas;

XIII - acompanhar as tendências internacionais relativas ao processo de aprendizado e de inovação tecnológica, com foco na experiência de outros países e organizações de apoio às micro e pequenas empresas;

XIV - promover e apoiar eventos nacionais e internacionais de divulgação no âmbito das áreas de competência da Coordenação;

XV - propor e acompanhar sistemas de informação para gestão das políticas públicas ligados a sua área de atuação;

XVI - realizar ações de acompanhamento e avaliação dos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Coordenação;

XVII - subsidiar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual no âmbito da Coordenação;

XVIII - identificar, propor, subsidiar e acompanhar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XIX - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XX - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas à sua área de competência; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XXI - assistir tecnicamente ao Coordenador-Geral e ao Diretor do Departamento na sua área de atuação.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Art. 12. À Coordenação-Geral de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação compete:

I - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação em diferentes setores da economia;

II - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas de incentivos fiscais que visem ao desenvolvimento e à capacitação tecnológica empresarial;

III - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação da política de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia para a promoção da ciência, tecnologia e inovação, em articulação com outras áreas do Ministério;

IV - propor, articular, coordenar e acompanhar a criação, o aperfeiçoamento e a avaliação do marco legal da inovação;

V - propor, articular, coordenar e acompanhar a criação, o aperfeiçoamento e a avaliação de instrumentos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e a inovação em níveis nacional e regional;

VI - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações no campo da propriedade intelectual e da transferência de inovações tecnológicas;

VII - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações destinados à criação, implementação e aperfeiçoamento de incentivos fiscais para o desenvolvimento tecnológico das empresas;

VIII - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar ações de estímulos ao desenvolvimento tecnológico das empresas mediante o uso do poder de compra com vistas ao aumento de sua competitividade;

IX - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar estudos sobre desenvolvimento tecnológico e inovação, tanto a nível nacional quanto internacional, como elemento de suporte à formulação e à avaliação de políticas de desenvolvimento tecnológico;

X - coordenar e acompanhar a análise dos pleitos de fixação e alteração dos Processos Produtivos Básicos - PPBs;

XI - promover estudos e ações para o aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em sua área de competência;

XII - articular e promover alianças com órgãos e entidades externas visando a execução de programas, projetos e ações relativas a sua área de competência;

XIII - coordenar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria no âmbito da Coordenação-Geral;

XIV - propor, fomentar e coordenar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XV - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XVI - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência;

XVII - acompanhar, em articulação com o Diretor do Departamento e o Secretário, a tramitação de projetos de lei e de outros instrumentos legais que tratam de aspectos relativos a sua área de competência;

XVIII - assistir tecnicamente ao Diretor do Departamento e ao Secretário na sua área de atuação; e

XIX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 13. À Coordenação de Incentivos e Transferência de Tecnologia compete:

I - identificar, propor, articular e implementar o aperfeiçoamento e a avaliação de instrumentos de fomento nacionais e regionais ao desenvolvimento tecnológico e à inovação nas empresas;

II - identificar, propor, implementar e acompanhar o aperfeiçoamento do marco legal relativo aos instrumentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e de inovação tecnológica nas empresas;

III - identificar, propor, articular, subsidiar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de incentivos fiscais que visem ao desenvolvimento e à capacitação tecnológica empresarial;

IV - identificar e avaliar outros benefícios fiscais existentes que contribuam para o incremento da pesquisa e desenvolvimento tecnológico das empresas;

V - receber, processar e avaliar as informações sobre propriedade intelectual e transferência de tecnologias enviadas anualmente pelas instituições de ciência, tecnologia e inovação, em particular pelos Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs, de acordo com as legislações decorrentes, bem como elaborar e divulgar relatório anual;

VI - receber, processar e avaliar as informações enviadas anualmente pelas empresas em conformidade com as legislações decorrentes dos incentivos fiscais sob a responsabilidade da Secretaria, bem como elaborar e divulgar relatórios anuais;

VII - identificar, propor, articular, implementar e apoiar projetos e ações que visem aumentar a competitividade dos diversos setores empresariais, mediante a proteção da propriedade intelectual como instrumento de política tecnológica e industrial;

VIII - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas, projetos e ações destinados à sensibilização e capacitação tecnológica para a utilização adequada dos mecanismos de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia nos diversos setores empresariais e no meio acadêmico;

IX - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas, projetos e ações que visem a aumentar a competitividade de setores empresariais, mediante a criação, implementação e aperfeiçoamento de incentivos fiscais para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico das empresas;

X - identificar e propor instrumentos institucionais e legais, bem como mecanismos operacionais, para o aperfeiçoamento das ações de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia para o desenvolvimento tecnológico das empresas;

XI - acompanhar e avaliar os resultados decorrentes da aplicação de instrumentos institucionais e legais de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia nos diversos setores empresariais e no meio acadêmico;

XII - acompanhar e estabelecer ações de cooperação com os órgãos responsáveis pela propriedade intelectual e pela transferência de tecnologia no governo federal, instituições de ciência, tecnologia e inovação e o setor empresarial;

XIII - apoiar as instituições de ciência, tecnologia e inovação na promoção, difusão e gerenciamento de ações relativas à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia;

XIV - proceder e acompanhar a análise dos pleitos de fixação e alteração dos Processos Produtivos Básicos;

XV - articular e estimular a cooperação tecnológica entre os setores de governo, empresarial e instituições de ciência, tecnologia e inovação, visando a geração de inovações para a competitividade das empresas;

XVI - propor, articular, coordenar, avaliar e apoiar estudos sobre desenvolvimento tecnológico e inovação, e seus desdobramentos em níveis nacional e internacional, para subsidiar a formulação e a avaliação de políticas de desenvolvimento tecnológico e inovação;

XVII - acompanhar as tendências internacionais relativas ao processo de aprendizado e de inovação tecnológica, com foco na experiência de outros países e organizações;

XVIII - promover e apoiar eventos nacionais e internacionais de divulgação no âmbito das áreas de competência da Coordenação;

XIX - propor e acompanhar sistemas de informação para gestão das políticas públicas ligados a sua área de atuação;

XX - realizar ações de acompanhamento e avaliação dos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Coordenação;

XXI - subsidiar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual no âmbito da Coordenação;

XXII - identificar, propor, subsidiar e acompanhar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XXIII - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XXIV - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência; e

XXV - assistir tecnicamente ao Coordenador-Geral e ao Diretor do Departamento na sua área de atuação.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos

Art. 14. À Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos compete:

I - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas de desenvolvimento tecnológico orientadas para os serviços tecnológicos e de inovação, compreendendo metrologia científica, industrial e legal, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade;

II - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas para a difusão de informações tecnológicas;

III - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento tecnológico orientadas para a extensão tecnológica;

IV - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas de desenvolvimento tecnológico orientadas para a inovação tecnológica, desenvolvidas em parcerias com as instituições de ciência, tecnologia e inovação e o setor empresarial;

V - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento de serviços tecnológicos e de inovação e desenvolvimento de ações que visem ao incremento da competitividade da empresa brasileira visando a inserção competitiva do País no comércio nacional e internacional de bens e serviços;

VI - propor, subsidiar, coordenar e supervisionar a concessão de bônus tecnológico destinado ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e de contratação de serviços tecnológicos especializados;

VII - coordenar e avaliar o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas;

VIII - coordenar e avaliar o Sistema Brasileiro de Tecnologia em seus três componentes: extensão tecnológica, serviços tecnológicos e centros de inovação;

IX - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações que visem ao incremento da qualidade de bens e serviços, da produtividade e da competitividade das empresas brasileiras, nos mercados interno e externo, englobando ações de conscientização e motivação, desenvolvimento tecnológico e difusão das tecnologias de gestão e capacitação de recursos humanos;

X - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações voltados à consolidação e ampliação da capacitação brasileira em gestão da inovação;

XI - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar o programa que promove a integração entre os centros geradores do conhecimento e setores empresariais visando impulsionar inovações a partir de demandas das empresas, com objetivo de formatar parcerias e negócios tecnológicos e contribuir para aumentar a competitividade das empresas e do País;

XII - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar programas e ações de sensibilização e mobilização para a inovação;

XIII - promover a integração entre as instituições do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação com o objetivo de potencializar as ações em rede;

XIV - propor, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações voltados à consolidação e ampliação da capacitação brasileira em Tecnologia Industrial Básica, com vistas à inserção competitiva do País no comércio internacional de bens e serviços;

XV - promover estudos e ações para o aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em sua área de competência;

XVI - articular e promover alianças com órgãos e entidades externas visando a execução de programas, projetos e ações relativas a sua área de competência;

XVII - coordenar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria no âmbito da Coordenação-Geral;

XVIII - propor, fomentar e coordenar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XIX - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XX - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência;

XXI - acompanhar, em articulação com o Diretor do Departamento e o Secretário, a tramitação de projetos de lei e de outros instrumentos legais que tratam de aspectos relativos a sua área de competência;

XXII - assistir tecnicamente ao Diretor do Departamento e ao Secretário na sua área de atuação; e

XXIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 15. À Coordenação de Serviços Tecnológicos e Gestão da Inovação compete:

I - identificar, formular e propor políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas para políticas de desenvolvimento tecnológico, orientadas para os serviços tecnológicos e de inovação, compreendendo metrologia científica, industrial e legal, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade;

II - identificar, formular e propor políticas públicas, programas, projetos e ações orientadas para a difusão de informações tecnológicas;

III - identificar, formular e propor políticas públicas nacionais e regionais, programas, projetos e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico no segmento da extensão tecnológica;

IV identificar, formular e propor políticas públicas, programas, projetos e ações orientados para políticas de desenvolvimento tecnológico, voltadas para a inovação tecnológica, desenvolvidas em parcerias com as instituições de ciência, tecnologia e inovação e o setor empresarial;

V - identificar, formular e propor políticas públicas, programas, projetos e ações orientadas para políticas públicas orientadas para o desenvolvimento de serviços tecnológicos e de inovação e desenvolvimento de ações que visem ao incremento da competitividade da empresa brasileira visando a inserção competitiva do País no comércio nacional e internacional de bens e serviços;

VI - propor, articular e acompanhar a formulação e implementação de políticas voltadas à difusão de informações tecnológicas;

VII - identificar, propor, implementar e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos em apoio à inovação e competitividade;

VIII - promover ação coordenada das instituições de ciência, tecnologia e inovação em metrologia científica, industrial e legal, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade;

IX - planejar, articular, implementar e acompanhar o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas;

X - planejar, articular, implementar e acompanhar o Sistema Brasileiro de Tecnologia em seus três componentes: extensão tecnológica, serviços tecnológicos e centros de inovação;

XI - propor, articular, implementar e acompanhar a concessão de bônus tecnológico destinado ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e de contratação de serviços tecnológicos especializados;

XII - promover a articulação de instituições de governo em níveis federal, estadual e municipal, agências de fomento, instituições de ciência, tecnologia e inovação, entidades e associações empresariais, com vistas a apoiar iniciativas locais de extensão tecnológica;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XIII - planejar, articular, implementar e acompanhar programas, projetos e ações relativas ao desenvolvimento e difusão de gestão tecnológica e sensibilização e mobilização da inovação nas empresas;

XIV - planejar, propor, implementar e acompanhar programas, projetos e ações que visem a aumentar a competitividade de setores empresariais, mediante a formação e capacitação de recursos humanos qualificados para a gestão tecnológica e da inovação;

XV - planejar, articular, implementar, acompanhar e avaliar o programa que promove a integração entre os centros geradores do conhecimento e setores empresariais visando impulsionar inovações a partir de demandas das empresas, com objetivo de formatar parcerias e negócios tecnológicos e contribuir para aumentar a competitividade das empresas e do País;

XVI- viabilizar suporte técnico e operacional aos programas e projetos no campo da tecnologia industrial básica, com vistas à sua compatibilização e harmonização;

XVII - promover a qualificação de instituições prestadoras de serviços tecnológicos com vistas ao reconhecimento internacional;

XVIII - planejar, articular, coordenar e avaliar programas, projetos e ações destinadas à capacitação tecnológica das empresas brasileiras, por meio da utilização de serviços tecnológicos especializados;

XIX - promover e apoiar eventos nacionais e internacionais de divulgação no âmbito das áreas de competência da Coordenação;

XX - propor e acompanhar sistemas de informação para gestão das políticas públicas ligados a sua área de atuação;

XXI - realizar ações de acompanhamento e avaliação dos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Coordenação;

XXII - subsidiar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual no âmbito da Coordenação;

XXIII - identificar, propor, subsidiar e acompanhar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XXIV - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XXV - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência; e

XXVI - assistir tecnicamente ao Coordenador-Geral e ao Diretor do Departamento na sua área de atuação.

Seção III

Do Departamento de Políticas de Desenvolvimento e Inovação de Tecnologias Estruturantes

Art. 16. Ao Departamento de Políticas de Desenvolvimento e Inovação de Tecnologias Estruturantes compete:

I - promover estudos, diagnósticos e ações para o aperfeiçoamento da Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação, em especial para Tecnologias Estruturantes;

II - coordenar e supervisionar a execução de programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, infraestrutura laboratorial e à formação e capacitação de recursos humanos nas cadeias produtivas ligadas à Segurança Nacional, como Defesa, Aeronáutica, Espacial e Energia Nuclear, aos Transportes, inclusive Biocombustíveis e Combustíveis Fósseis, à Construção Civil, à Energia, aos Recursos Minerais, ao Petróleo e Gás, e outros temas de sua competência;

III - coordenar e supervisionar a execução de programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, infraestrutura laboratorial e à formação e capacitação de recursos humanos nas aplicações de nanotecnologias, novos materiais e fotônica para geração de produtos e processos na indústria nacional, bem como nas aplicações de tecnologias e processos para Sistemas de Manufatura Avançada;

IV - subsidiar e acompanhar a política de financiamentos para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

V - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos afins relacionados às políticas de desenvolvimento tecnológico e apoio à inovação nas áreas de sua competência;

V - participar, no contexto internacional, das ações que visem ao desenvolvimento de políticas de apoio à inovação e que tratem dos temas de sua área de competência, com vistas a fornecer subsídios técnicos em áreas de interesse da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;

VI - assistir tecnicamente os órgãos colegiados na área de atuação do Departamento de Políticas e Programas de Inovação em Tecnologias Estruturantes.

VIII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Setoriais

Art. 17. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Setoriais compete:

I - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, infraestrutura laboratorial e a formação e capacitação de recursos humanos, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

II - apoiar, coordenar e acompanhar ações voltadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

III - promover, articular e coordenar ações integradas entre empresas, entidades públicas e privadas e instituições científicas e tecnológicas para o aperfeiçoamento de políticas públicas e para o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

IV - subsidiar, apoiar e acompanhar programas, ações e instrumentos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação aplicáveis, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

V - identificar e articular fontes de recursos nacionais e internacionais para a consecução de projetos nacionais de desenvolvimento tecnológico e inovação, voltados, em especial, às cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

VI - propor e coordenar a criação de programas estruturantes que contribuam para a concepção de soluções tecnológicas, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

VII - promover a inovação tecnológica em alinhamento às políticas de conteúdo local para aumento da competitividade empresarial brasileira, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

VIII - coordenar e articular redes de pesquisa e desenvolvimento, bem como projetos cooperativos de forma a garantir a convergência de esforços e a otimização de recursos públicos, em especial, nas áreas de Energia, Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Recursos Minerais, Transportes e Construção Civil;

IX - promover estudos e ações para o aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em sua área de competência;

X - articular e promover alianças com órgãos e entidades externas visando a execução de programas, projetos e ações relativas a sua área de competência;

XI - coordenar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria no âmbito da Coordenação-Geral;

XII - propor, fomentar e coordenar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XIII - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XIV - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência;

XV - acompanhar, em articulação com o Diretor do Departamento e o Secretário, a tramitação de projetos de lei e de outros instrumentos legais que tratam de aspectos relativos a sua área de competência;

XVI - assistir tecnicamente ao Diretor do Departamento e ao Secretário na sua área de atuação; e

XVII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 18. À Coordenação de Inovação em Tecnologias Setoriais compete:

I - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial nas áreas de geração, transmissão, operação, distribuição, armazenamento e uso final de energia elétrica visando o aumento da segurança energética nacional;

II - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial nas cadeias produtivas da bioenergia e biocombustíveis, visando consolidar a base tecnológica e fortalecer a competitividade nas temáticas de biodiesel, etanol, agroenergia, novos biocombustíveis, processos avançados de conversão de biomassa e biorrefinarias;

III - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientados para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial nas áreas de energia solar, hidroeletricidade, energias oceânicas, energia eólica, hidrogênio e bioeletricidade para garantir a alta participação de energias renováveis na matriz energética brasileira;

IV - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientados para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a capacitação e formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial para o desenvolvimento integral das cadeias produtivas de minerais estratégicos (terras raras, lítio, silício, entre outros), com vantagens competitivas (ferro e nióbio) e com elevado déficit comercial (agrominerais, carvão metalúrgico);

V - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientados para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial no setor de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários;

VI - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a capacitação e formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial para os setores de petróleo, gás e biocombustíveis com vistas ao aumento da produtividade, a redução de custos, a melhoria da qualidade dos produtos e a proteção ao meio ambiente;

VII - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial para as áreas de redes elétricas inteligentes, eficiência energética, armazenamento de energia, e geração distribuída e descentralizada para sistemas de energia (solar, eólica, hidráulica, biomassa e resíduos);

VIII - propor, coordenar, acompanhar e avaliar as ações relativas ao módulo de desenvolvimento tecnológico do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel;

IX - propor, coordenar, acompanhar e avaliar ações de desenvolvimento tecnológico e inovação na cadeia produtiva do etanol no contexto de biorrefinarias integradas;

X - propor, coordenar, acompanhar e avaliar ações de desenvolvimento tecnológico e inovação em novos biocombustíveis avançados e bioprodutos, com especial destaque para a estruturação da cadeia de produção e uso do bioquerosene de aviação;

XI - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientados para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial em combustíveis fósseis e renováveis, mobilidade urbana, e novas tecnologias de propulsão, aplicados ao setor de transportes;

XII - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientados para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a capacitação e formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial para as áreas de geologia, mineração e transformação mineral, visando à agregação de valor e ao adensamento de conhecimento na cadeia produtiva mineral;

XIII - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientados para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a capacitação e formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial para produção e uso sustentável de minerais não-metálicos, visando à agregação de valor e inserção competitiva das micro, pequenas e médias empresas de mineração;

XIV - propor, coordenar, acompanhar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento, a inovação, a capacitação laboratorial e a formação e capacitação de recursos humanos para produção e uso limpo do carvão mineral com foco na geração termoelétrica, siderurgia e carboquímica;

XV - propor, coordenar, acompanhar e avaliar ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a capacitação e formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial para a exploração e produção de recursos minerais e de petróleo e gás no mar;

XVI - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial na área de Construção Civil, nas temáticas de saneamento e habitação, em especial abastecimento de água, drenagem urbana, tratamento de esgoto, valorização de resíduos sólidos, águas pluviais, novos processos construtivos, novos materiais, valorização de resíduos e rejeitos, desempenho de edificações, arquitetura bioclimática, dentre outros;

XVII - promover e apoiar eventos nacionais e internacionais de divulgação no âmbito das áreas de competência da Coordenação;

XVIII - propor e acompanhar sistemas de informação para gestão das políticas públicas ligados a sua área de atuação;

XIX - realizar ações de acompanhamento e avaliação dos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Coordenação;

XX - subsidiar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual no âmbito da Coordenação;

XXI - identificar, propor, subsidiar e acompanhar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XXII - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XXIII - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência; e

XXIV - assistir tecnicamente ao Coordenador-Geral e ao Diretor do Departamento na sua área de atuação.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras

Art. 19. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras compete:

I - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento tecnológico e inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras, em especial Nanotecnologias, Novos Materiais, Fotônica e Sistemas de Manufatura Avançada;

II - coordenar, fomentar, articular, acompanhar e avaliar a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO) e as Redes de Nanotecnologia, com vistas a manutenção da competitividade nacional na temática Tecnologias Convergentes e Habilitadoras;

III - coordenar, articular, implementar e acompanhar as ações deliberadas no âmbito dos Comitês vinculados às temáticas das Tecnologias Convergentes e Habilitadoras, objetivando subsidiar as decisões da Secretaria;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV - propor objetivos, indicadores e metas a serem alcançados na implementação dos programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas áreas das Tecnologias Convergentes e Habilitadoras;

V - propor, coordenar e avaliar programas, projetos e ações que visem a criação de soluções tecnológicas, capacitação tecnológica das empresas brasileiras e de recursos humanos, englobando ações de conscientização, mobilização, desenvolvimento, difusão e transferência de inovações em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras;

VI - propor, articular, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações com instituições de ciência, tecnologia e inovação nas esferas Federal, Estadual e Municipal, envolvidas na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação nas áreas das Tecnologias Convergentes e Habilitadoras visando dar maior efetividade as suas ações;

VII - promover a integração entre os centros geradores do conhecimento e os diversos setores empresariais ligados às Tecnologias Convergentes e Habilitadoras, visando ações cooperativas que favoreçam a inovação, geração de soluções tecnológicas e a competitividade das empresas brasileiras;

VIII - promover estudos e ações para o aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em sua área de competência;

IX - articular e promover alianças com órgãos e entidades externas visando a execução de programas, projetos e ações relativas a sua área de competência;

X - coordenar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria no âmbito da Coordenação-Geral;

XI - propor, fomentar e coordenar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XII - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XIII - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência;

XIV - acompanhar, em articulação com o Diretor do Departamento e o Secretário, a tramitação de projetos de lei e de outros instrumentos legais que tratam de aspectos relativos a sua área de competência;

XV - assistir tecnicamente ao Diretor do Departamento e ao Secretário na sua área de atuação; e

XVI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 20. À Coordenação de Inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras compete:

I - identificar, formular e propor políticas públicas, programas, projetos e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras, em especial Nanotecnologias, Novos Materiais, Fotônica e Sistemas de Manufatura Avançada;

II - acompanhar as tendências nacionais e internacionais nas áreas de Tecnologias Convergentes e Habilitadoras, objetivando identificar oportunidades para o desenvolvimento tecnológico e a inovação;

III - propor, articular, coordenar e promover alianças estratégicas com órgãos do Governo, instituições de ciência, tecnologia e inovação, setor empresarial e organismos nacionais e internacionais, com vistas à identificação, à formação de agenda e à formulação de programas, projetos e ações em Tecnologias Convergentes e Habilitadoras;

IV - planejar, propor, promover, implementar e acompanhar ações que visem aumentar a competitividade de setores empresariais e a interação entre instituições de ciência, tecnologia e inovação e o setor empresarial, e estimular a criação de empresas de base tecnológica e a capacitação de recursos humanos especializados na temática Tecnologias Convergentes e Habilitadoras;

V - promover e apoiar eventos nacionais e internacionais de divulgação no âmbito das áreas de competência da Coordenação;

VI - propor e acompanhar sistemas de informação para gestão das políticas públicas ligados a sua área de atuação;

VII - realizar ações de acompanhamento e avaliação dos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Coordenação;

VIII - subsidiar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual no âmbito da Coordenação;

IX - identificar, propor, subsidiar e acompanhar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

X - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XI - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência; e

XII - assistir tecnicamente ao Coordenador-Geral e ao Diretor do Departamento na sua área de atuação.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Estratégicas

Art. 21. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Estratégicas compete:

I - propor, articular, subsidiar, coordenar e acompanhar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, a infraestrutura laboratorial e a formação e capacitação de recursos humanos, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

II - apoiar, coordenar e acompanhar ações voltadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

III - promover, articular e coordenar ações integradas entre empresas e instituições de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento de programas e projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

IV - promover, articular e coordenar ações integradas com a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Agência Espacial Brasileira nos temas ligados a Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

V - subsidiar, apoiar e acompanhar programas, ações e instrumentos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

VI - identificar fontes de recursos nacionais e internacionais para a consecução de projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação, voltados, em especial, às cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

VII - propor e coordenar a criação de programas estruturantes que contribuam para a concepção de soluções tecnológicas, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

VIII - promover a inovação tecnológica em alinhamento com as políticas de conteúdo local para aumento da competitividade empresarial brasileira, em especial, nas cadeias produtivas ligadas aos setores de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

IX - coordenar e articular redes de pesquisa e desenvolvimento e projetos cooperativos de forma a garantir a convergência de esforços e a otimização de recursos públicos, em especial, nas áreas de Energia Nuclear, Defesa, Aeronáutica e Espaço;

X - promover estudos e ações para o aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico em sua área de competência;

XI - articular e promover alianças com órgãos e entidades externas visando a execução de programas, projetos e ações relativas a sua área de competência;

XII - coordenar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual da Secretaria no âmbito da Coordenação-Geral;

XIII - propor, fomentar e coordenar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XIV - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XV - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência;

XVI - acompanhar, em articulação com o Diretor do Departamento e o Secretário, a tramitação de projetos de lei e de outros instrumentos legais que tratam de aspectos relativos a sua área de competência;

XVII - assistir tecnicamente ao Diretor do Departamento e ao Secretário na sua área de atuação; e

XVIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 22. À Coordenação de Inovação em Tecnologias Estratégicas compete:

I - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial nas áreas ligadas, em especial, ao ciclo de combustíveis nucleares, aos reatores nucleares, à segurança nuclear e à disposição de resíduos e rejeitos nucleares;

II - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial nas áreas ligadas, em especial, às aplicações na indústria tais como propulsão naval, radiofármacos, radioproteção, esterilização, irradiação e geração de energia;

III - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial em áreas alinhadas com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, em especial, em temas ligados aos sistemas espaciais compostos de bases de lançamento, centros de rastreio. veículos lançadores e satélites;

IV - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial em áreas alinhadas com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, em especial, para aplicações da tecnologia espacial em comunicações em regiões remotas, vigilância e patrulhamento da Amazônia, fronteiras e da zona costeira, inventário e monitoramento de recursos naturais e ambiental;

V - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial nas áreas de produtos e serviços de defesa alinhados com a Base Industrial de Defesa prevista na Estratégia Nacional de Defesa com destaque para submarinos convencionais e de propulsão nuclear, meios navais de superfície, veículos blindados, sistemas de armamentos e munições, sistemas de comando e de segurança das informações, sistemas de guerra eletrônica, e combatente do futuro;

VI - identificar, formular, propor, articular, implementar e avaliar programas e ações orientadas para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a formação de recursos humanos e a capacitação laboratorial na área Aeronáutica, em especial novas tecnologias para aeronaves, aeronaves de caça, ataque e de transporte, veículos aéreos não tripulados, radares, comunicações, novos combustíveis aeronáuticos, gerenciamento de tráfego aéreo, e sistemas de terra;

VII - promover e apoiar eventos nacionais e internacionais de divulgação no âmbito das áreas de competência da Coordenação;

VIII - propor e acompanhar sistemas de informação para gestão das políticas públicas ligados a sua área de atuação;

IX - realizar ações de acompanhamento e avaliação dos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Coordenação;

X - subsidiar e acompanhar a elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual no âmbito da Coordenação;

XI - identificar, propor, subsidiar e acompanhar a elaboração de estudos, diagnósticos, eventos, fóruns de discussão e ações que subsidiem a formulação, o aperfeiçoamento e implementação de políticas, programas e instrumentos nas áreas de sua competência, além de divulgar seus resultados;

XII - subsidiar, apoiar, implementar e acompanhar ações em cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação no âmbito de sua área de competência;

XIII - participar, quando designado, de fóruns nacionais e internacionais que tratam das questões relacionadas a sua área de competência; e

XIV - assistir tecnicamente ao Coordenador-Geral e ao Diretor do Departamento na sua área de atuação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 23. Ao Secretário incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades das unidades organizacionais da Secretaria e, especificamente:

a) assessorar o Ministro de Estado na fixação de políticas e diretrizes relacionadas aos assuntos de competência da Secretaria;

b) aprovar e submeter à apreciação do órgão setorial competente as propostas consolidadas da Secretaria, relativas ao Plano Plurianual e à programação orçamentária;

c) assinar, observadas as disposições regulamentares, convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos de competência da Secretaria;

II - promover a unidade de atuação dos representantes da Secretaria, em órgãos colegiados ou de deliberação coletiva;

III - homologar, consoante normas específicas:

a) parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria; e

b) licitação relativa à execução de atividades, programas e projetos finalísticos da Secretaria;

IV - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da Secretaria, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

V - praticar os atos de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Secretaria;

VI - apresentar, ao órgão competente, relatórios das atividades desenvolvidas pela Secretaria;

VII - coordenar as ações da Secretaria, quando de atuação nos organismos e fóruns nacionais e internacionais; e

VIII - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Secretaria, observadas as disposições regulamentares.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Secretário, exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação.

Art. 24. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar o desenvolvimento e a execução de programas e ações estratégicas no âmbito da Secretaria e, especificamente:

a) planejar, dirigir, coordenar orientar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades do Departamento;

b) assistir ao Secretário em assuntos de competência;

II - submeter à aprovação do Secretário:

a) propostas de políticas, planos e programas elaborados; e

b) normas, pareceres e outros documentos que dependam de decisão superior;

III - decidir sobre atos e despachos das chefias que lhe forem diretamente subordinadas;

IV - propor convênios, acordos, protocolos, ajustes e contratos pertinentes à área de atuação do Departamento;

V - apresentar ao Secretário relatórios periódicos das atividades do Departamento; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das competências do Departamento, observadas as disposições regulamentares; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 25. Ao Chefe de Gabinete incumbe dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da respectiva unidade e exercer outras competências que lhes forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 26. Aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar o desenvolvimento e a execução de programas e ações estratégicas e prioritários em suas áreas de atuação, e exercer outras competências que lhes forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 27. Aos Coordenadores incumbe gerir a execução das atividades atinentes à unidade organizacional, praticando os atos administrativos necessários ao cumprimento das competências da Coordenação, e exercer outras competências que lhes forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 28. Aos Chefes de Serviço incumbe dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da respectiva unidade.

Art. 29. Ao Assessor Técnico incumbe assessorar o dirigente nos assuntos que demandarem análise e pronunciamento no âmbito da Secretaria.

Art. 30. Ao Assistente incumbe executar atividades sob sua responsabilidade pertinentes à atuação da unidade e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo dirigente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Telecomunicações compete:

I - propor políticas, objetivos e metas relativos aos serviços de telecomunicações;

II - propor políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à inclusão digital do Governo federal;

III - acompanhar as atividades da Anatel nos termos das políticas públicas definidas pelo Poder Executivo, e zelar por sua observância pela agência reguladora;

IV - propor a regulamentação e normatização técnica para a execução dos serviços de telecomunicações;

V - propor o estabelecimento de normas, metas e critérios para a expansão dos serviços de telecomunicações e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas;

VI - propor o estabelecimento de normas e critérios para alocação de recursos destinados ao financiamento de projetos e programas de expansão dos serviços de telecomunicações;

VII - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades, estudos e propostas sobre a formulação de ações que visam à expansão dos serviços de telecomunicações e da infraestrutura de acesso em banda larga;

VIII - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as ações de inclusão digital do Governo Federal;

IX - executar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, em articulação com órgãos e instituições internos e externos;

X - supervisionar a execução das ações destinadas à expansão dos serviços de telecomunicações e da infraestrutura de acesso em banda larga;

XI - apoiar a supervisão da Telebrás e suas subsidiárias vinculadas ao Ministério;

XII - promover, no âmbito de sua competência, interação com administrações e organismos nacionais e internacionais;

XIII - subsidiar a Secretaria Executiva na integração de sistemas corporativos e na gestão da informação do Ministério;

XIV - zelar pela implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XV - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em suas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Telecomunicações - SETEL tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete da Secretaria de Telecomunicações - GSTEL

II - Departamento de Serviços de Telecomunicações - DETEL

III - Departamento de Banda Larga - DEBAN

a) Coordenação de Programas de Infraestrutura de Banda Larga - COINB

IV - Departamento de Inclusão Digital - DEIDI

a) Coordenação-Geral de Formação, Sistemas e Infraestrutura - CGIN

1. Coordenação de Formação - COFOR

2. Coordenação de Infraestrutura - COINF

3. Coordenação de Sistemas - COSIS

b) Coordenação-Geral de Articulação - CGAT

1. Coordenação de Articulação - COART

2. Coordenação Gestão Administrativa e Financeira - COADF

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretores, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais e as Coordenações por Coordenadores, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete da Secretaria de Telecomunicações

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria de Telecomunicações compete:

I - prestar apoio ao Secretário de Telecomunicações;

II - promover a articulação entre as diferentes unidades supervisionadas pela Secretaria de Telecomunicações;

III - coordenar as ações estratégicas de planejamento;

IV - planejar, coordenar e orientar as atividades referentes:

a) ao recebimento, registro, triagem, distribuição e controle de documentos e processos encaminhados ao Secretário de Telecomunicações;

b) à manutenção e atualização dos arquivos de atos e documentos do Gabinete da Secretaria de Telecomunicações;

c) à execução das atividades de requisição e controle de material de expediente;

d) à programação e elaboração da previsão anual de aquisição de material permanente e de consumo;

e) ao levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos servidores do Gabinete, visando à elaboração de programa anual de treinamento; e

f) à elaboração da proposta orçamentária anual do Gabinete da Secretaria de Telecomunicações.

V - apoiar a supervisão e o acompanhamento da governança das empresas estatais de telecomunicações, suas subsidiárias e coligadas vinculadas ao Ministério;

VI - apoiar a monitoramento do desempenho das empresas de telecomunicações vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

VII - receber e distribuir, aos setores competentes, reclamações, consultas, denúncias, sugestões, críticas e demais manifestações de usuários de serviços de Telecomunicações dirigidas à Coordenação, com vistas ao encaminhamento de soluções;

VIII - acompanhar, em articulação com a Assessoria Parlamentar e com a Consultoria Jurídica do Ministério, projetos de lei e instrumentos legais cujos temas e atividades estão sob a responsabilidade da Secretaria;

IX - assessorar o Secretário nas ações de cooperação internacional, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

X - coordenar as representações em colegiados e fóruns nacionais e internacionais de responsabilidade da Secretaria;

XI - coordenar as atividades de comunicação social, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XII - coordenar o cumprimento da legislação referente ao tratamento de informações institucionais com restrições de acesso no âmbito da Secretaria;

XIII - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro nas atividades de responsabilidade da Secretaria;

XIV - prestar informações e fornecer dados e documentos da Secretaria aos órgãos oficiais de controle; e

XV - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Seção II

Do Departamento de Serviços de Telecomunicações

Art. 6º Ao Departamento de Serviços de Telecomunicações compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos aos serviços de telecomunicações e a elaboração do plano geral de metas de universalização;

II - acompanhar a evolução da exploração e prestação dos serviços de telecomunicações, sugerindo mudanças, ajustes, critérios e procedimentos necessários;

III - auxiliar na orientação, no acompanhamento e na supervisão das atividades da Anatel;

IV - realizar estudos sobre normas e critérios para alocação de recursos para os programas financiados por fundos de universalização ou de ampliação dos serviços de telecomunicações;

V - realizar estudos sobre normas, metas e critérios para a expansão dos serviços de telecomunicações e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas;

VI - subsidiar a formulação de políticas relativas ao desenvolvimento da internet no País;

VII - subsidiar a colaboração com o Poder Legislativo nos assuntos relacionados a projetos de lei, decretos, informações técnicas e comissões no âmbito das telecomunicações e temas correlatos;

VIII - acompanhar temas de telecomunicações e correlatos em debates internacionais;

IX - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Do Departamento de Banda Larga

Art. 7º Ao Departamento de Banda Larga compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas de expansão do acesso à banda larga;

II - fomentar a expansão do acesso à banda larga estimulando a implantação de infraestrutura de telecomunicações;

III - incentivar a prestação de serviços de banda larga com melhores condições de preço e qualidade;

IV - articular-se com entidades governamentais e não governamentais para a execução de políticas de aprimoramento e expansão do acesso à banda larga;

V - articular-se com entidades governamentais e não governamentais para a execução de políticas que visem ao aprimoramento e expansão do acesso à banda larga;

VI - acompanhar e avaliar a execução das ações do Governo Federal relativas à expansão do acesso à banda larga;

VII - promover levantamentos de dados, pesquisas e divulgação de informações sobre expansão do acesso à banda larga;

VIII - promover o debate público a respeito de políticas de melhoria da cobertura, dos preços e da qualidade do acesso à banda larga;

IX - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 8º À Coordenação de Programas de Infraestrutura de Banda Larga compete:

I - dar apoio técnico à formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas de ampliação da infraestrutura de telecomunicações em banda larga;

II - gerir o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, bem como demais regimes análogos;

III - incentivar a modernização da infraestrutura para a melhoria da infraestrutura de telecomunicações; e

IV - prestar, no âmbito de suas competências, apoio técnico e administrativo necessários ao exercício das atividades do Departamento de Banda Larga.

Seção IV

Do Departamento de Inclusão Digital

Art. 9º Ao Departamento de Inclusão Digital compete:

I - propor e supervisionar as ações de inclusão digital do Governo federal, definindo políticas, diretrizes, objetivos e metas;

II - propor cooperação técnica e financeira junto a parceiros institucionais relacionados com a política de inclusão digital do Governo Federal;

III - promover ações para a integração das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de cidadania às políticas públicas setoriais;

IV - propor ações e coordenar políticas públicas para potencializar o uso da internet para o empreendedorismo digital;

V - planejar, propor, coordenar e executar ações relacionadas à garantia dos meios físicos, redes digitais e softwares necessários à apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação pela população, prioritariamente em regiões com baixo índice de desenvolvimento humano;

VI - planejar e propor programas e ações de formação nas áreas de: tecnologia da informação; gestão de espaços públicos para inclusão digital; e infraestrutura para comunicação digital;

VII - propor, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de políticas para a gestão sustentável e compartilhada de bens de informática e outros dispositivos tecnológicos necessários à inclusão digital;

VIII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

IX - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Formação, Sistemas e Infraestrutura

Art. 10. À Coordenação-Geral de Formação, Sistemas e Infraestrutura compete:

I - planejar e implementar as ações de formação no âmbito das diversas de inclusão digital;

II - propor e implementar parcerias com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações conjuntas de formação para inclusão digital e sua integração às demais políticas públicas;

III - apoiar e executar programas e ações voltados para sustentação e gestão de espaços públicos de acesso à internet em banda larga;

IV - elaborar e propor os insumos técnicos necessários à provisão de bens e serviços de infraestrutura aos projetos de inclusão digital, bem como realizar o acompanhamento técnico dos instrumentos firmados;

V - executar programas e ações de provimento de comunicação à internet em banda larga gratuitas para comunidades em áreas remotas ou com populações vulneráveis social e economicamente, promovendo a inclusão digital;

VI - apoiar projetos e ações voltados à elaboração e à implementação de projetos tecnológicos de inclusão digital;

VII - implementar programas de estímulo ao uso de serviços de governo eletrônico como forma de aumentar a transparência das ações e da gestão pública e democratizar o acesso às políticas públicas do governo federal;

VIII - supervisionar, monitorar e gerenciar as informações e implantar sistemas necessários ao monitoramento e acompanhamento das ações implementadas no âmbito das ações de inclusão digital;

IX - gerenciar, monitorar e fiscalizar os contratos de serviços e de obras realizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no âmbito das ações de inclusão digital; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 11. À Coordenação de Formação compete:

I - coordenar a implementação de ações de formação para inclusão digital;

II - fomentar a formalização de parcerias com instituições de ensino e entidades privadas sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações conjuntas de formação para inclusão digital e sua integração às demais políticas públicas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - gerenciar, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações as ações relativas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec afetas à Pasta;

IV - integrar os parceiros institucionais em torno das diretrizes comuns planejadas para viabilização das ações de formação para inclusão digital; e

V - acompanhar as parcerias realizadas pelo DEIDI para desenvolvimento de ações de formação, sendo responsável por emitir parecer técnico sobre relatórios e prestação de contas de instituições parceiras.

Art. 12. À Coordenação de Infraestrutura compete:

I - executar ações relacionadas à garantia dos meios físicos e redes digitais necessários à apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação pela população;

II - articular e promover ações para definir os parâmetros de conectividade à internet necessária à inclusão digital de maneira consoante à política de banda larga do Governo Federal;

III - elaborar e propor os parâmetros técnicos necessários à provisão de bens e serviços de infraestrutura aos projetos de inclusão digital do Ministério, bem como realizar o acompanhamento técnico dos instrumentos firmados;

IV - elaborar termos de referência e instrumentos que deem base para a contratação de serviços e obras para a implementação de infraestrutura visando a conexão à internet nas ações de inclusão digital; e

V - apoiar, dentro de sua capacidade técnica, a fiscalização de contratos de serviços e de obras realizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no âmbito das ações de inclusão digital.

Art. 13. À Coordenação de Sistemas compete:

I - coordenar as ações de implantação de aplicativos para a promoção da inclusão digital;

II - fomentar a formação de parcerias para desenvolvimento e disponibilização de aplicativos que propiciem a inclusão digital;

III - realizar a prospecção de produtos e serviços, particularmente no que diz respeito à acessibilidade, para implementação em dispositivos utilizados nas ações de inclusão digital;

IV - acompanhar as parcerias realizadas pelo DEIDI para desenvolvimento de aplicativos, sistemas e plataformas utilizados para serviços e ações de inclusão digital, sendo responsável por emitir parecer sobre relatórios e prestação de contas de instituições parceiras; e

V - definir padrões e modelos para desenvolvimento de aplicativos e plataformas para ações de inclusão digital.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Articulação

Art. 14. À Coordenação-Geral de Articulação compete:

I - articular parcerias com instituições públicas e/ou da sociedade civil para a implantação e gestão compartilhada de iniciativas da política de inclusão digital estabelecida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

II - articular a gestão compartilhada de pontos de inclusão digital implantados e mantidos em conjunto com instituições parceiras;

III - gerenciar as informações necessárias ao monitoramento e acompanhamento das ações executadas de inclusão digital;

IV - monitorar as parcerias institucionais estabelecidas, no âmbito de sua competência, conforme as diretrizes e instrumentos legais firmados;

V - monitorar e gerenciar os bens e serviços instalados, buscando redirecioná-los nos casos em for constatada subutilização ou uso para finalidades diversas das pactuadas com as instituições beneficiárias correspondentes;

VI - propor e coordenar ações relativas ao desenvolvimento de políticas de sustentabilidade ambiental para resíduos e equipamentos da indústria eletroeletrônica no âmbito das ações de inclusão digital;

VII - acompanhar a execução de instrumentos de cooperação firmados com parceiros institucionais; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 15. À Coordenação de Articulação compete:

I - viabilizar a formalização de parcerias com órgãos governamentais para promover as ações conjuntas de inclusão digital;

II - viabilizar a formalização de parcerias com instituições públicas e da sociedade civil para a implantação e gestão compartilhada de iniciativas da política de inclusão digital definida pelo MCTIC;

III - propor e acompanhar a realização de eventos relativos às iniciativas de inclusão digital, desenvolvendo inclusive as iniciativas e parcerias necessárias para sua efetivação;

IV - acompanhar e gerenciar as ações relativas ao desenvolvimento do programa de Centros de Recondicionamento de Computadores, inclusive acompanhar o desenvolvimento da política de desfazimento de bens eletrônicos do governo federal; e

V - monitorar e gerenciar o uso dos bens e serviços instalados, buscando redirecioná-los nos casos em que for constatada subutilização ou uso para finalidades diversas das pactuadas com as instituições beneficiárias correspondentes.

Art. 16. À Coordenação de Gestão Administrativa e Financeira compete:

I - gerenciar, monitorar e acompanhar os processos bem como os resultados das ações implementadas por meio das parcerias institucionais estabelecidas, conforme as diretrizes e instrumentos legais firmados;

II - avaliar a prestação de contas financeiras de parcerias firmadas com instituições parceiras e/ou beneficiárias, emitindo pareceres para decisão superior;

III - preparar e instruir processos de sanções ou avaliar respostas a fim de suspensão destas para as parcerias firmadas com instituições ou órgãos parceiros; e

IV - responder a questionamentos ou demandas do poder judiciário e dos órgãos de controle em relação ao uso de bens e serviços instalados a partir de contratos ou instrumentos de parceria firmados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicações.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 17. Ao Secretário de Telecomunicações incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram a Secretaria;

II - assessorar o Ministro de Estado na fixação de políticas, diretrizes e metas, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - expedir atos administrativos necessários à consecução dos objetivos da Secretaria;

IV - representar a Secretaria nos assuntos relativos a sua área de competência;

V - celebrar contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, inclusive seus aditivos, necessários à execução dos programas e ações, do âmbito do Ministério, relativos às competências da Secretaria;

VI - submeter à apreciação da Consultoria Jurídica os atos a serem editados, relativos aos assuntos de suas atribuições;

VII - decidir sobre a aprovação da prestação de contas dos convênios, contratos ou ajustes similares, celebrados com órgãos ou entidades de qualquer natureza, cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação desta Secretaria, e que recebam repasses financeiros deste Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

VIII - incluir, suspender ou cancelar o registro de inadimplência nos sistemas da administração publica federal, dos convênios, contratos ou ajustes similares, celebrados com órgãos ou entidades de qualquer natureza, cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação desta Secretaria, e que recebam repasses financeiros deste Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua competência, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, relativamente a quaisquer ajustes cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação desta Secretaria, e que recebam repasses financeiros deste Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 18. Aos Diretores de Departamento incumbe:

I - promover, planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar, avaliar e encaminhar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - assessorar o Ministro de Estado na fixação de políticas, diretrizes e metas, nos assuntos de competência do Departamento;

III - auxiliar o Secretário no exercício de suas atribuições nas respectivas áreas de competência;

IV - representar os Departamentos nos assuntos relativos às suas áreas de competência; e

V - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Parágrafo único. Ao Diretor do Departamento de Inclusão Digital incumbe ainda:

I - celebrar acordos de cooperação e termos de parceria com órgãos governamentais e entidades privadas sem fins lucrativos, que não envolvam transferência de recursos orçamentários e financeiros, no âmbito do Departamento de Inclusão Digital;

II - analisar e emitir parecer sobre a aprovação da prestação de contas dos convênios, contratos ou ajustes similares, celebrados com órgãos ou entidades de qualquer natureza, cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação, e que recebam repasses financeiros deste Ministério;

III - incluir, suspender ou cancelar o registro de inadimplência nos sistemas da administração pública federal, dos convênios, contratos ou ajustes similares, celebrados com órgãos ou entidades de qualquer natureza, cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação, e que recebam repasses financeiros deste Ministério; e

IV - executar as atividades operacionais, no âmbito de sua competência, no SICONV, relativamente a quaisquer ajustes cujo objeto do instrumento seja vinculado à área de atuação, e que recebam repasses financeiros deste Ministério.

Art. 19. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - coordenar e controlar e avaliar a execução dos projetos e das atividades que forem atribuídas a suas Coordenações-Gerais.

II - auxiliar os Diretores no exercício de suas atribuições nas respectivas áreas de competência; e

III - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 20. Aos Gerentes de Projeto incumbe:

I - coordenar e controlar e avaliar a execução dos projetos e das atividades que lhes forem atribuídas.

II - auxiliar os Diretores no exercício de suas atribuições nas respectivas áreas de competência; e

III - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 21. Aos Coordenadores incumbe coordenar e orientar a execução das atividades da sua unidade e exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Telecomunicações.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Política de Informática compete:

I - formular a estratégia digital brasileira, em articulação com os setores competentes do campo científico, governamental, produtivo e da sociedade civil;

II - propor, coordenar e supervisionar as políticas e os programas de incentivos e financiamentos para a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e industrial, a formação de recursos humanos e a capacitação tecnológica da empresa brasileira no campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação;

III - estimular e apoiar a economia digital, inclusive por meio de iniciativas voltadas à promoção do empreendedorismo e da criação de modelos de negócios inovadores;

IV - formular políticas, planejar e coordenar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet no País, em conjunto com os diversos órgãos das esferas pública e privada;

V - exercer a coordenação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br;

VI - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política e do plano nacional de informática e automação, bem como à análise das propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor;

VII - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de microeletrônica, software e serviços relacionados;

VIII - assistir tecnicamente e representar o ministério nos órgãos colegiados na sua área de atuação;

IX - planejar e coordenar a implementação de programas, projetos e atividades integradas de cooperação técnico-científicas com organismos nacionais e internacionais e entidades privadas, em articulação com as demais unidades do Ministério;

X - atuar nos fóruns internacionais voltados ao desenvolvimento de ações e à definição de normas e padrões no campo das tecnologias da informação e comunicação e da Internet, bem como interagir bilateralmente a respeito de temas cibernéticos;

XI - interagir com os órgãos e entidades competentes em relação às atividades voltadas para o uso e expansão da infraestrutura para o desenvolvimento da Internet no Brasil;

XII - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial no âmbito da Secretaria de Política de Informática;

XIII - subsidiar a Secretaria Executiva na integração de sistemas corporativos e na gestão da informação do Ministério;

XIV - zelar pela implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XV - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em suas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Política de Informática - SEPIN tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete da Secretaria de Política de Informática - GS-PIN

a) Divisão de Acompanhamento Administrativo-Financeiro - DIAFI

II - Departamento de Políticas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicações - DETIC

a) Coordenação-Geral de Assuntos Cibernéticos - CGAC

b) Coordenação-Geral de Agenda Digital - CGAD

III - Departamento de Ecossistemas Digitais - DECOD

a) Coordenação-Geral de Plataformas e Software - CGPS

1. Divisão de Plataformas Digitais - DIPLD

b) Coordenação-Geral de Ambiente de Negócios - CGAN

IV - Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital - DECTI

a) Coordenação-Geral de Acompanhamento da Inovação Digital - CGID

1. Coordenação de Fomento à Inovação - COFIN

1.1. Divisão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - DIPDI

b) Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia - CGCT

1. Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DIAAV

2. Coordenação de Inovação Industrial - COIIN

3. Coordenação de Microeletrônica - COMCE

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete e as Divisões por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral e a Coordenações por Coordenador, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no caput do art. 3º serão substituídos, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete da Secretaria de Política de Informática

Art. 5º Ao Gabinete da Secretaria de Política de Informática compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário;

II - praticar os atos de administração geral do Gabinete;

III - examinar e revisar os atos administrativos da Secretaria;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - organizar a agenda do Secretário;

V - coordenar o recebimento, registro, triagem, distribuição e controle de documentos e processos encaminhados ao Secretário de Política de Informática;

VI - coordenar a manutenção e atualização dos arquivos de atos e documentos do Gabinete da Secretaria de Política de Informática;

VII - promover a articulação entre as diferentes unidades supervisionadas pela Secretaria de Política de Informática;

VIII - coordenar a manutenção e atualização dos arquivos de atos e documentos do Gabinete da Secretaria de Política de Informática;

IX - planejar, coordenar e orientar a programação e elaboração da previsão anual de aquisição de material permanente e de consumo;

X - orientar a execução das atividades de requisição e controle de material de expediente;

XI - coordenar o levantamento das necessidades de capacitação e treinamento dos servidores do Gabinete, visando à elaboração de programa anual de treinamento;

XII - planejar e coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual do Gabinete da Secretaria de Política de Informática;

XIII - conceder diárias e autorizar a aquisição de passagens aéreas e terrestres em território nacional e internacional;

XIV - aprovar a prestação de contas de viagens, analisando os relatórios de viagens e comprovações de embarques;

XV - acompanhar, em articulação com a Assessoria Parlamentar e com a Consultoria Jurídica do Ministério, projetos de lei e instrumentos legais, cujos temas e atividades estão sob a responsabilidade da Secretaria;

XVI - assessorar o Secretário nas ações de cooperação internacional, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XVII - assessorar o Secretário nas representações em colegiados e fóruns nacionais e internacionais de responsabilidade da Secretaria;

XVIII - assessorar o Secretário nas atividades de comunicação social, cujos temas são de responsabilidade da Secretaria;

XIX - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva e ao Gabinete do Ministro nas atividades de responsabilidade da Secretaria;

XX - prestar informações e fornecer dados e documentos da Secretaria aos órgãos oficiais de controle; e

XXI - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Art. 6º Divisão de Acompanhamento Administrativo-Financeiro compete:

I - auxiliar na elaboração do planejamento anual da Secretaria e acompanhar a sua execução física, orçamentária e financeira;

II - assessorar o Gabinete e os Departamentos na definição e acompanhamento de indicadores e metas dos programas finalísticos;

III - elaborar relatórios de gestão e de controle, estruturando os contatos e procedimentos periódicos junto aos órgãos de controle;

IV - monitorar as solicitações dos órgãos de controle, controlar o cumprimento dos prazos e acompanhar a elaboração das respostas juntamente com as respectivas áreas técnicas;

VI - auxiliar, nos termos da legislação específica, à instrução, à celebração e aos demais procedimentos administrativos afetos aos convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e instrumentos congêneres, bem como à análise de prestações de contas no âmbito técnico e financeiro, com o auxílio das áreas técnicas da Secretaria, incluindo propondo, se necessário, a instauração de Tomada de Contas Especial;

VII - auxiliar no processo de atorização, mediante processo formal, a doação de bens adquiridos com recursos de convênios firmados com Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que prevista no referido instrumento e em conformidade com a legislação específica;

VIII - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial no âmbito da Secretaria, auxiliando nas atividades, como:

a.empenhar e anular despesas e autorizar pagamentos;

b.monitorar as contas bancárias, emitir ordens bancárias, nota de crédito e realizar a programação financeira; e

c.autorizar a concessão de suprimento de fundos e manifestar-se sobre a prestação de contas; e

IX - propor licitação destinada à execução de objeto específico da área de atuação da Secretaria de Política de Informática, podendo instituir comissões especiais de licitação, cabendo-lhe todos os atos administrativos decorrentes.

Seção II

Do Departamento de Políticas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicações

Art. 7º Ao Departamento de Políticas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicações compete:

I - assistir tecnicamente a elaboração e a coordenação da Agenda Digital Brasileira, em articulação com os setores competentes do campo científico, governamental, produtivo e da sociedade civil;

II - realizar estudos e subsidiar a formulação de políticas, objetivos e metas relativos à Internet no País e, no que couber, à sua governança internacional, com vistas à preservação de ambiente regulatório propício ao desenvolvimento da economia digital e à proteção dos interesses dos usuários;

III - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, no âmbito de suas competências;

IV - atuar nos fóruns internacionais voltados a temas cibernéticos, inclusive naqueles relativos à gestão de recursos críticos da internet, à propriedade intelectual, aos serviços, ao comércio eletrônico e seus reflexos, à segurança e à proteção de direitos na internet;

V - subsidiar a atuação do representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na coordenação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br; e

VI - auxiliar na interação com os órgãos e as entidades competentes em relação às atividades voltadas para o uso e a expansão da infraestrutura para o desenvolvimento da internet no País.

VII - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

VIII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Assuntos Cibernéticos

Art. 8º À Coordenação-Geral de Assuntos Cibernéticos compete:

I - apoiar tecnicamente a formulação de políticas, normas, objetivos e metas relativos à Internet no País e, no que couber, à sua governança internacional;

II - realizar e coordenar estudos e diagnósticos relativos a assuntos cibernéticos, promovendo sua ampla disseminação;

III - propor e acompanhar iniciativas legislativas, ações regulatórias e políticas públicas que possam produzir impactos sobre o desenvolvimento da Internet, sobre a economia digital e sobre a proteção dos usuários;

IV - participar de instâncias e mecanismos de cooperação nacionais e internacionais relativos a temas cibernéticos;

V - apoiar a formulação e implementação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, no âmbito de suas competências; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Agenda Digital

Art. 9º À Coordenação-Geral de Agenda Digital compete:

I - apoiar tecnicamente a elaboração e a coordenação da Agenda Digital Brasileira, em articulação com os setores competentes públicos e privados, de modo a promover melhor direcionamento dos esforços governamentais na seara digital, ampliar a competitividade econômica, acelerar a inovação, elevar a qualidade da vida e gerar empregos qualificados para os brasileiros;

II - realizar e coordenar estudos e diagnósticos relativos à economia digital e à agenda digital, promovendo sua ampla disseminação;

III - propor e acompanhar iniciativas legislativas, ações regulatórias e políticas públicas relativas à agenda digital brasileira;

IV - participar de instâncias e mecanismos de cooperação nacionais e internacionais relativos à promoção da agenda digital;

V - apoiar a formulação e implementação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, no âmbito de suas competências; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Do Departamento de Ecossistemas Digitais

Art. 10. Ao Departamento De Ecossistemas Digitais compete:

I - realizar estudos e formular políticas públicas para fomentar a inovação e o desenvolvimento da economia digital e do mercado de tecnologia da informação;

II - acompanhar o ecossistema digital e estimular a produção de indicadores do setor das Tecnologias da Informação e das Comunicações e da Internet, promovendo sua ampla divulgação;

III - propor medidas de incentivo à inovação, de capacitação tecnológica e de remoção de barreiras ao desenvolvimento da economia digital;

IV - estimular o desenvolvimento de aplicações para a melhoria da eficiência do setor público;

V - propor, coordenar, supervisionar e acompanhar o desenvolvimento e a consolidação de ambientes inovadores;

V - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico;

VII - atuar, em conjunto com os demais órgãos competentes, para o estímulo à criação de conteúdos digitais nacionais;

VIII - avaliar e indicar alternativas referentes ao aprimoramento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da economia digital, em articulação com os órgãos e entidades competentes;

IX - participar de instâncias e mecanismos de cooperação nacionais e internacionais relativos aos temas de sua competência;

X - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Plataformas e Software

Art. 11. Coordenação-Geral de Plataformas e Software compete:

I - formular e coordenar ações de capacitação tecnológica em Tecnologias da Informação e Comunicação, particularmente em software;

II - elaborar políticas de apoio à inovação no setor das Tecnologias da Informação e das Comunicações e da Internet;

III - coordenar e participar de ações de estímulo ao desenvolvimento de conteúdos digitais nacionais;

IV - apoiar a formulação e implementação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica, à inovação digital e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, no âmbito de suas competências; e

V - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 12. À Divisão de Plataformas Digitais compete:

I - apoiar a formulação e coordenação de ações de capacitação tecnológica em Tecnologias da Informação e Comunicação, particularmente em desenvolvimento de software;

II - dar suporte à elaboração de políticas de apoio à inovação no setor das Tecnologias da Informação e Comunicação e da Internet; e

III - coordenar e executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Coordenador-Geral de Plataformas e Software.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Ambiente de Negócios

Art. 13. À Coordenação-Geral de Ambiente de Negócios compete:

I - coordenar a execução de políticas e ações de fomento ao desenvolvimento de ambientes inovadores e ao empreendedorismo digital;

II - coordenar a execução de políticas e ações de fomento ao desenvolvimento de ambientes inovadores;

III - interagir com atores públicos e privados visando obter insumos, construir diagnósticos, formular e coordenar políticas para o desenvolvimento do ambiente de negócios;

IV - propor e acompanhar iniciativas para eliminar barreiras e racionalizar o ambiente de negócios digital;

V - apoiar a formulação e implementação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica, à inovação digital e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, no âmbito de suas competências; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Seção III

Do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital

Art. 14. Ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital compete:

I - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à inovação digital, à pesquisa científica e ao desenvolvimento industrial e tecnológico do setor de tecnologias da informação e da comunicação do País;

II - desenvolver meios para a difusão das inovações científicas e tecnológicas das tecnologias da informação e comunicação, assim como promover a cooperação científica e tecnológica em sua área de atuação;

III - subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas nacionais de informática e automação e de tecnologias da informação e comunicação, tais como aquelas relacionadas à indústria de semicondutores, 5G e internet das coisas;;

IV - executar, em sua área de competência, as medidas necessárias à execução da política e do plano nacional de informática e automação, bem como à análise das propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor;

V - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério e dos setores competentes do campo científico, governamental, produtivo e da sociedade civil, em negociações de programas e projetos relacionados com as políticas nacionais de inovação e de desenvolvimento tecnológico de informática e automação, bem como das tecnologias da informação e comunicação;

VI - interagir bilateralmente e atuar nos fóruns internacionais voltados a discussão das ações que visem a inovação digital e o desenvolvimento das tecnologias da informática, automação, informação e comunicação e seus reflexos;

VII - propor, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos, ações e estudos em tecnologias da informação e da comunicação para a atração de investimentos produtivos, de centros de pesquisa internacionais e para a promoção da inovação e do desenvolvimento industrial, da qualidade, da produtividade e da competitividade da empresa brasileira;

VIII - propor e supervisionar, em articulação com outras áreas do Ministério, a Política de Propriedade Intelectual para a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação, e implementar as ações dela decorrentes, no campo das tecnologias da informação e da comunicação;

IX - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;

X - assessorar tecnicamente os órgãos colegiados da área de atuação do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital;

XI - executar o Sistema de Gestão de Continuidade de negócio conforme a Política de Continuidade de Negócio instituída para o Ministério; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Incentivo à Inovação Digital

Art. 15. À Coordenação-Geral de Incentivo à Inovação Digital compete:

I - propor, implementar, coordenar e avaliar políticas visando à capacitação de recursos humanos, a inovação digital e o desenvolvimento cientifico e tecnológico do setor de informática, automação, informação e comunicação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais que visem a inovação, o desenvolvimento e à capacitação tecnológica no setor de tecnologia da informática, automação, informação e comunicação;

III - planejar, articular, coordenar e avaliar a fruição dos incentivos, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes da contrapartida aos incentivos auferidos;

IV - avaliar e fornecer subsídios para a compatibilização das políticas de inovação digital e de desenvolvimento setorial e regional, com a do setor de tecnologia de informática, automação, informação e comunicação;

V - propor, articular, subsidiar e acompanhar as posições do Ministério no âmbito dos acordos multilaterais e bilaterais, regionais e sub-regionais em temas de interesse do setor de tecnologia da informática, automação, informação e comunicação;

VI - participar e articular a participação de entidades públicas e privadas com vistas à inserção do País no contexto da Sociedade da Informação nas suas áreas de competência;

VII - planejar, articular, coordenar e avaliar estudos sobre a capacitação tecnológica e a competitividade da indústria de tecnologias da informática, automação, informação e comunicação;

VIII - assessorar tecnicamente os órgãos colegiados na sua área de atuação;

IX - fomentar a pesquisa, a inovação e o fornecimento de bens e serviços referentes às tecnologias de redes de comunicações globais, tais como as tecnologias de banda larga móvel de 5ª geração (5G);

X - participar de instâncias e mecanismos de cooperação nacionais e internacionais, no âmbito de suas competências;

XI - apoiar a formulação e implementação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica, à inovação digital e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, no âmbito de suas competências; e

XII - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 16. À Coordenação de Fomento à Inovação compete:

I - propor, articular, fomentar e acompanhar programas da qualidade e de avaliação da conformidade, bem como participar das atividades de normalização no segmento de tecnologias da informática, automação, informação e comunicação;

II - subsidiar a formulação e implantação de políticas e mecanismos que visem ao fortalecimento da capacidade de inovação nos setores informática, automação, informação e comunicação;

III - subsidiar e apoiar as atividades do Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, inclusive em relação a implementação e acompanhamento dos programas prioritários definidos pelo Comitê, nas suas áreas de competência;

IV - propor diretrizes e subsidiar as posições do departamento na formulação de políticas e mecanismos, no âmbito dos acordos multilaterais e bilaterais, regionais e sub-regionais, com vistas a fortalecer a capacidade tecnológica e a inovação do setor de informática, automação, informação e comunicação nas áreas estratégicas estabelecidas pelo CATI;

V - elaborar a consolidação dos relatórios demonstrativos dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento para encaminhamento ao Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI; e

VI - apoiar e acompanhar as atividades do CATI.

Art. 17. À Divisão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação compete:

I - subsidiar, coordenar e avaliar a fruição dos incentivos previstos na legislação de informática, bem como fiscalizar o cumprimento das obrigações decorrentes da contrapartida aos incentivos auferidos;

II - promover ações que estimulem o setor de tecnologia da informação a utilizar os mecanismos da propriedade intelectual como instrumento de política de desenvolvimento e de inovação científica, tecnológica e industrial;

III - acompanhar e avaliar os programas de fomento à capacitação tecnológica e a inovação em tecnologias da informática, automação, informação e comunicação;

IV - propor, subsidiar, articular e acompanhar programas, projetos e ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor de tecnologia informática, automação, informação e comunicação, inclusive no que se refere à inovação digital e à cooperação entre universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento e empresas; e

V - conduzir o processo de análise sobre investimentos em pesquisa e desenvolvimento para fins de cumprimento das obrigações da legislação de informática e das políticas de incentivos fiscais que visem à capacitação tecnológica no segmento de componentes semicondutores e optoeletrônicos.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia

Art. 18. À Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia compete:

I - propor, implementar, coordenar e avaliar políticas visando à capacitação de recursos humanos e o desenvolvimento cientifico e tecnológico do setor de informática, automação, informação e comunicação;

II - subsidiar a formulação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico do setor de tecnologias de informática, automação, informação e comunicação do País;

III - subsidiar, propor, coordenar e avaliar políticas de tecnologias de informática, automação, informação e comunicação, tais como àquelas relacionadas à internet das coisas;

IV - apoiar, assessorar, subsidiar e propor atividades da Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Má- quina e Internet das Coisas (Câmara IoT);

V - desenvolver meios para a difusão das inovações científicas e tecnológicas do setor de informática, automação, informação e comunicação;

VI - propor, executar, acompanhar e avaliar os processos produtivos básicos no âmbito da legislação vigente;

VII - propor, articular, orientar e acompanhar programas, projetos e ações visando o desenvolvimento da indústria de tecnologia da informática, automação, informação e comunicação no País, promovendo a sua integração com as políticas voltadas para o complexo eletrônico, em consonância com as demais entidades de governo;

VIII - fomentar e coordenar parcerias internacionais no âmbito do desenvolvimento industrial, científico e tecnológico do setor de informática, automação, informação e comunicação do País;

IX - participar de instâncias e mecanismos de cooperação nacionais e internacionais, no âmbito de suas competências;

X - apoiar a formulação e implementação de políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e industrial, no âmbito de suas competências; e

XI - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 19. À Divisão de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - coordenar e implementar o processo de acompanhamento da fruição dos incentivos previstos em legislação;

II - propor, coordenar e manter sistemas de informação para concessão de benefícios e acompanhamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informática, automação, informação e comunicação;

III - receber, arquivar e encaminhar processos e documentos referentes aos pleitos de concessão e acompanhamento dos benefícios fiscais;

IV - selecionar e avaliar os documentos a serem preservados, propondo a guarda ou transferência daqueles a serem preservados;

I - propor, implantar e manter sistemas de informação sobre o setor de Tecnologia da informática, automação, informação e comunicação;

II - promover a disseminação e a atualização de informações sobre o setor de tecnologias da informática, automação, informação e comunicação;

III - propor coordenar, disponibilizar e manter pesquisas sobre o setor de tecnologia da informática, automação, informação e comunicação;

IV - planejar, coordenar e acompanhar estudos de prospecção e diagnósticos sobre o setor de tecnologia de informática, automação, informação e comunicação;

V - coordenar a obtenção, analisar e manter indicadores sobre o setor de tecnologia de informática, automação, informação e comunicação; e

VI - coordenar, implantar e manter sistemas de informação para gestão da política para o setor de tecnologia de informática, automação, informação e comunicação.

Art. 20. À Coordenação de Inovação Industrial compete:

I - subsidiar e formular políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos ao desenvolvimento industrial do setor de informática, automação, informação e comunicação;

II - apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor de informática, automação, informação e comunicação; e

III - fomentar e disseminar a utilização de soluções tecnológicas inovadoras do setor de informática, automação, informação e comunicação.

Art. 21. À Coordenação de Microeletrônica compete:

I - propor, implementar, coordenar e avaliar as políticas que visem ao desenvolvimento do segmento de componentes, semicondutores e optoeletrônicos no País;

II - propor, implementar, coordenar e avaliar políticas de incentivos fiscais que visem à capacitação tecnológica no segmento de componentes semicondutores e optoeletrônicos;

III - propor, articular, orientar e acompanhar programas, projetos e ações, visando promover a integração da política de componentes, semicondutores e optoeletrônicos com as demais políticas voltadas para o complexo eletrônico;

IV - analisar propostas de concessão de incentivos fiscais e de credenciamento de instituições de ensino e pesquisa e de incubadoras previstos na legislação de informática;

V - propor, articular, subsidiar e acompanhar as posições do Ministério no âmbito dos acordos multilaterais e bilaterais, regionais e sub-regionais em temas de interesse da indústria de componentes e microeletrônica;

VI - propor, articular, fomentar e acompanhar programas da qualidade e de avaliação da conformidade, bem como participar das atividades de normalização relacionados com a indústria de componentes e microeletrônica;

VII - subsidiar e acompanhar as atividades destinadas à sensibilização e capacitação tecnológica para a utilização dos mecanismos da Propriedade Intelectual nos segmentos de componentes e microeletrônica;

VIII - propor, coordenar e acompanhar estudos técnicos e promover a disseminação de seus resultados, em temas de sua área de atuação; e

IX - subsidiar e apoiar as atividades do Comitê da Área de Tecnologia da Informação, inclusive em relação a implementação e acompanhamento dos programas prioritários definidos pelo Comitê, nas suas áreas de competência.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 22. Ao Secretário incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades da Secretaria:

II - assessorar o Ministro de Estado nas questões inerentes à fixação de políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

III - submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da Secretaria;

IV - adotar medidas para a supervisão e a avaliação de desempenho das unidades de pesquisa e entidades vinculadas que exerçam atividades na área de atuação da Secretaria;

V - promover a integração operacional entre as unidades da Secretaria e outros órgãos e entidades vinculadas ao Ministério;

VI - representar a Secretaria nos assuntos relativos à sua área de competência;

VII - homologar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria;

VIII - coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científicas com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria; e

IX - regulamentar os assuntos necessários ao desenvolvimento das ações da Secretaria, mediante atos administrativos.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Secretário, exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação.

Art. 23. Aos Diretores incumbe:

I - promover, planejar, dirigir, coordenar e orientar e encaminhar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - auxiliar o Secretário no exercício de suas atribuições nas respectivas áreas de competência;

III - representar os Departamentos nos assuntos relativos às suas áreas de competência;

IV - aprovar parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas em seu campo de atuação.

Art. 24. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - coordenar e controlar e avaliar a execução dos projetos e das atividades que forem atribuídas a suas Coordenações-Gerais.

II - auxiliar os Diretores no exercício de suas atribuições nas respectivas áreas de competência;

III - propor parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos da Secretaria; e

IV - exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 25. Aos Coordenadores incumbe coordenar e orientar a execução das atividades da sua unidade e exercer outras exercer outras competências que lhe forem cometidas no seu campo de atuação.

Art. 26. Ao Chefe de Divisão incumbe:

I - dirigir, orientar e controlar as atividades da unidade;

II - emitir parecer nos assuntos pertinentes à unidade; e

III - praticar os demais atos necessários ao cumprimento das competências de sua unidade.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 31 de outubro de 2016

Nº 224/2016/SEI/CPRP/SCP - 53500.006578/2016-71-Homologa a Oferta de Referência de Produto de Atacado de EILD do Grupo TELEFÔNICA.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

RETIFICAÇÕES

No Ato nº 4762, de 08 de novembro de 2016, publicado no DOU de 10/11/2016, Seção 1, página 7, referente ao Processo nº 53508.006498/2016-45, onde se lê: "Modalidade Longa Distância Nacional", leia-se "Modalidade Local".

No Ato nº 4761, de 08 de novembro de 2016, publicado no DOU de 10/11/2016, Seção 1, página 7, referente ao Processo nº 53508.006499/2016-90, onde se lê: "Modalidade Longa Distância Nacional", leia-se "Modalidade Local".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Fiscalização da Anatel, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos) (PROCESSOS: 53504.014083/2015-02; 53504.022538/2011-40; 53504.011709/2013-59; 53504.005490/2013-59; 53504.025468/2011-63; 53504.022583/2011-86; 53504.013574/2011-02; 53504.009953/2013-51; 53504.008829/2013-79; 53504.025679/2011-04; 53504.008528/2012-64; 53504.024922/2012-40; 53504.010067/2013-71; 53504.021309/2012-71; 53504.020644/2011-71; 53504.025609/2012-29; 53504.005123/2012-74; 53504.009333/2012-31; 53504.011941/2012-14; 53504.018919/2010-25)

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel em São Paulo, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos) (PROCESSOS: 53504.025525/2012-95; 53504.000938/2013-48)

SANDRO ALMEIDA RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 32, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno da Anatel - aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013, deliberou submeter a comentários e sugestões do público em geral a proposta de atualização dos requisitos técnicos e procedimentos de ensaio aplicados na avaliação da conformidade técnica de Carregador para Telefone Celular, processo nº 53500.014668/2016-35.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo. Esta Consulta Pública permanecerá disponível por 15 (quinze) dias, contados de sua publicação.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

Em 11 de novembro de 2016

Nº 2.200/2016/SEI - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XXV, da Portaria n.° 143, de 9 de março de 2012, e o que consta do processo n.º 53900.060491/2016-36, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 29514/2016/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de inclusão de canal no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM interposto pela Sra. MARIA ROZANA RIBEIRO DOS SANTOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o n.° 062.807.404-20.

Em 14 de novembro de 2016

Nº 2.238/2016/SEI - A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 71, inciso XIX, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento definitivo da entidade abaixo pela continuidade do serviço de RTV em tecnologia digital, na localidade de FORTALEZA/CE e nas localidades afetadas pelo desligamento da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e art. 8º da Portaria 4.287, de 2015, constante do processo nº 53900.042538/2016-80 ou dos processos indicados no Parágrafo único.

Parágrafo único. Indeferimento da Entidade Detentora de Autorização - EDA, com base no art. 9º da Portaria 4.287, de 2015, a seguir:

Processo	Entidade	CNPJ	Localidade	UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo	Motivo do Indeferimento
53900.060597/2016-30	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	01.731.671/0002-76	Cascavel	CE	36	18	P	-	A Entidade não manifestou interesse.

Art. 2º A nota técnica a respeito do indeferimento definitivo estará à disposição do interessado nos autos do processo a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n° 4.868, de 4 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2016, Seção 1, página 24, onde se lê: "...Processo nº 53900.060701/2016-96...", leia-se: "...Processo nº 53900.060717/2016-07...".

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHOS DO DIRETOR

Em 24 de outubro de 2016

Nº 2.132 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.006120/2014-91, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de MOGI GUAÇU, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 38 (trinta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 27704/2016/SEI-MCTIC.

Nº 2.137 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n.º 53000.075795/2013-07, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RADIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de MACAÉ, estado do RIO DE JANEIRO, utilizando o canal digital nº 57 (cinquenta e sete), classe B, nos termos da Nota Técnica nº 27932/2016/SEI-MCTIC.

Em 11 de novembro de 2016

Nº 2.237/2016/SEI - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 1º, inciso V, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e considerando o disposto na Portaria nº 4.287 de 21 de setembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital, resolve:

Art. 1º Tornar público o indeferimento provisório da entidade abaixo pela continuidade do serviço de RTV em tecnologia digital, na localidade de MANGARATIBA/RJ, conforme art. 8º da Portaria 4.287, de 2015, constante do processo indicado no Parágrafo único.

Parágrafo único. Indeferimento da Entidade Detentora de Autorização - EDA, com base no art. 9º da Portaria 4.287, de 2015, a seguir:

Processo	Entidade	CNPJ	Localidade	UF	Canal Analógico	Canal Digital	Caráter	Nº de Protocolo	Motivo do Indeferimento
53900.062137/2016-46	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA	29.138.310/0001-59	MANGARATIBA	RJ	9	30	S	_	A entidade não manifestou interesse

Art. 2º A nota técnica a respeito do indeferimento preliminar estará à disposição dos interessados nos autos dos processos a partir da publicação do presente Despacho.

Art. 3º Os interessados com número de protocolo poderão solicitar o reexame do pedido, no prazo de 10 dias, a partir da publicação deste ato no Diário Oficial da União, pelo endereço http://sistema.mc.gov.br/manifestacao.

Art. 4º Os interessados sem número de protocolo poderão solicitar o reexame do pedido, no prazo de 10 dias, a partir da publicação deste ato no Diário Oficial da União, pelo CADSEI, informando o número do processo nº 53900.062137/2016-46.

Art. 5º Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CESAR DA COSTA BARROS

RETIFICAÇÃO

No Despacho n° 1.691, de 19 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2016, Seção 1, página 8, onde se lê: "...no município de MAJOR ISIDORO, estado de ALAGOAS, utilizando o canal 22 (vinte e dois)...", leia-se: "...no município de MONTANHA, estado do ESPÍRITO SANTO, utilizando o canal digital 22 (vinte e dois)...".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 79-E, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 2 de 04 de janeiro de 2016, resolve:

Art. 1º - Divulgar a relação dos selecionados e dos suplentes, regularmente inscritos, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "Ventana Sur", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 2 de 04 de janeiro de 2016, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

PROGRAMA DE APOIO À PARTICIPAÇÃO DE PRODUTORES BRASILEIROS DE AUDIOVISUAL EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS - 2016 VENTANA SUR	
RELAÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Vania Beatriz Lima Catani
2	Paulo Roberto Schmidt
3	Karen de Athayde Castanho Vega
4	Anderson Simão
5	Adonias Rios de Moura Teixeira
6	Rafaella Cavinatti Maia Costa
7	Daniel van Hoogstraten
8	Issis Gabriela da Silva Valenzuela
9	Marcus Vinicius Costa Baldini Silva
10	Diana Moro da Cunha
11	Paola Wink Tedesco
12	Cristiana Mafra Lavigne
13	Andre Tarik Jirges Dieb Jemma Ristum
14	Leonardo Luiz Mecchi
15	André de Seixas Sobral
16	Paula Cosenza
17	Marcos Botelho Prado
18	Ana Cecilia de Britto Freire Pacheco
19	Davi de Oliveira Pinheiro
20	Juliana Wanderley Reis
21	Carolina Pereira de Menezes
22	Luiz Augusto Duarte Dantas
23	Maria Lúcia Toledo de Martino
24	Flávia Dib Amado
25	Frederico da Cruz Machado
26	Ivan Carlos de Melo
27	André Luiz de Castro
28	Daniel Pech Bezerra
29	Sérgio Leonardo villar Pinto
30	Pedro Guindani Lopes de Almeida
RELAÇÃO DOS SUPLENTES APTOS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Marcos Vinicius Costa Guttmann
2	Chrystianne Pires
3	Mauro Alejandro Baptista y Vedia Sarubbo

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 129, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera dispositivo da Instrução Normativa nº. 91, de 1º de dezembro de 2010.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, IV, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, e considerando os incisos V, VI e XIV do art. 7º da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, em sua 637ª Reunião ordinária, realizada em 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º. A Instrução Normativa nº. 91, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 .....

§3º O prazo referido no caput deste artigo será contado a partir da data do último arquivamento, na Ancine, dos documentos previstos no §1º deste artigo, conforme a modalidade de registro do agente econômico.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 300, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no D.O.U. de 08/04/2004, e, considerando o disposto no art. 3º do Decreto nº 8.881, de 19 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Promover o Apostilamento dos cargos comissionados da atual Estrutura Regimental, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO FERREIRA BRAGA

ANEXO
APOSTILAMENTOS DE 14/ 11/ 2016
Para Decreto nº 8.881/2016

UNIDADE	Denominação do Cargo/ Função	DAS	UNIDADE	Denominação do Cargo Função	DAS/FCPE
PRESIDÊNCIA	Presidente	DAS 101.6	PRESIDÊNCIA	Presidente	DAS 101.6
	Diretor Executivo	DAS 101.5		Diretor Executivo	DAS 101.5
	Assessor Técnico	DAS 102.3		Assessor Técnico	DAS 102.3
	Assistente	DAS 102.2		Assistente	FCPE102.2
	Auditor Interno	DAS 101.4		Auditor Interno	DAS 101.4
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Chefe de Serviço	DAS 101.1		Chefe de Serviço	FCPE101.1
	Chefe de Serviço	DAS 101.1		Chefe de Serviço	FCPE101.1
PROCURADORIA FEDERAL	Procurador Chefe	DAS 101.4	PROCURADORIA FEDERAL	Procurador Chefe	DAS 101.4
	Assistente Técnico	DAS 102.1		Assistente Técnico	FCPE102.1
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	Coordenador Geral	DAS 101.4	COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	Coordenador Geral	DAS 101.4
	Assistente Técnico	DAS 102.1		Assistente Técnico	FCPE102.1
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	FCPE101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	FCPE101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	FCPE101.3
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE 101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
CENTRO DE ARTES CÊNICAS	Diretor	DAS 101.4	CENTRO DE ARTES CÊNICAS	Diretor	DAS 101.4
	Assistente Técnico	DAS 102.1		Assistente Técnico	FCPE102.1
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	FCPE101.2
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	FCPE101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	FCPE101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	FCPE101.2

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	FCPE101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	DAS 101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	DAS 101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	DAS 101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	DAS 101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	DAS 101.2
CENTRO TÉCNICO DAS ARTES CÊNICAS	Coordenador	DAS 101.3	CENTRO TÉCNICO DAS ARTES CÊNICAS	Coordenador	DAS 101.3
	Chefe de Serviço	DAS 101.1		Chefe de Serviço	FCPE101.1
	Chefe de Serviço	DAS 101.1		Chefe de Serviço	DAS 101.1
ESCOLA NACIONAL DE CIRCO	Coordenador	DAS 101.3	ESCOLA NACIONAL DE CIRCO	Coordenador	DAS 101.3
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	DAS 101.2
CENTRO DE ARTES VISUAIS	Diretor	DAS 101.4	CENTRO DE ARTES VISUAIS	Diretor	DAS 101.4
	Assistente Técnico	DAS 102.1		Assistente Técnico	FCPE102.1
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	DAS 101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	DAS 101.2
CENTRO DA MÚSICA	Diretor	DAS 101.4	CENTRO DA MÚSICA	Diretor	DAS 101.4
	Assistente Técnico	DAS 102.1		Assistente Técnico	FCPE102.1
	Gerente	DAS 101.3		Gerente	DAS 101.3
	Gerente	DAS 101.3		Gerente	DAS 101.3
	Gerente	DAS 101.3		Gerente	DAS 101.3
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	FCPE101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	FCPE101.2
	Subgerente	DAS 101.2		Subgerente	FCPE101.2
CENTRO DE PROGRAMAS INTEGRADOS	Diretor	DAS 101.4	CENTRO DE PROGRAMAS INTEGRADOS	Diretor	DAS 101.4
	Assistente Técnico	DAS 102.1		Assistente Técnico	FCPE102.1
	Gerente	DAS 101.3		Gerente	DAS 101.3
	Gerente	DAS 101.3		Gerente	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	DAS 101.3
	Coordenador	DAS 101.3		Coordenador	FCPE101.3
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	DAS 101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE101.2
	Chefe de Divisão	DAS 101.2		Chefe de Divisão	FCPE 101.2
REPRESENTAÇÕES REGIONAIS	Representante	DAS 101.3	REPRESENTAÇÕES REGIONAIS	Representante	DAS 101.3
	Representante	DAS 101.3		Representante	DAS 101.3

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 715, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

161911 - A Noite do Meu Bem - Musical
Tema Eventos Culturais S/C Ltda.
CNPJ/CPF: 97.453.393/0001-20
Processo: 01400203621201679
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.708.200,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: ?A Noite do Meu Bem? é um musical baseado no livro recente do escritor Ruy Castro, que tem como tema a vida noturna no Rio de Janeiro no período de 1947 a 1965. A peça, montada em formato de revista musical, terá temporada de 3 meses no Rio de Janeiro.

161457 - BOM DE ARTE
Rodrigo Luis Bento
CNPJ/CPF: 276.282.768-06
Processo: 01400027159201605
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 564.050,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto visa à transformação da realidade de crianças e adolescentes potencializando o acesso à cultura, contribuindo com sua formação corporal, humana e social por intermédio do aprendizado da dança e pratica cultural. O projeto contemplara oficinas diárias, ensaios semanais para produção artística, realização de eventos culturais. Ao final do projeto realizar-se-á o encerramento das oficinas com apresentação de um espetáculo de dança com os alunos participantes do projeto.

162621 - CHOCOBROTHERS - Circulação Estrada Real
LA STUPENDA PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 20.051.516/0001-72
Processo: 01400212301201618
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 333.610,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é realizar apresentações gratuitas do espetáculo circense de rua CHOCOBROTHERS em 10 cidades que fazem parte do roteiro da Estrada Real, passando por 3 estados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. CHOCOBROTHERS é um espetáculo criado à partir da união dos artistas circenses Sílvia Compte, Guga Carvalho e Montanha Carvalho e dirigido por Cláudio Carneiro. O espetáculo foi concebido para rua ou qualquer tipo de espaço aberto. Tem uma concepção alegre, recheada de virtuoses que agrada todo o tipo de público. Além das apresentações, ainda vamos oferecer duas Oficinas gratuitas: Técnicas de Malabares e Práticas de Produção.

162070 - Cultura Urbana - Arte e Cultura nas Comunidades

Wanêssa Borges Alves
CNPJ/CPF: 071.636.766-11
Processo: 01400206021201662
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 493.857,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O Projeto Cultura Urbana - Arte e Cultura nas Comunidades surgiu da necessidade de ampliação de novas manifestações artísticas e anseios da comunidade, com o objetivo de possibilitar pessoas portadoras de deficiência física, idosos, pacientes psquiatricos, crianças e jovens em maior vulnerabilidade social e situações de risco, promovendo oficinas de artes plásticas, música instrumental, circo edança, incentivando novas produções e experimentações de forma gratuita e incentivando os talentos locais em suas produções, afirmando o sucesso já adquirido pelos agentes multiplicadores.

161869 - RECREIO CULTURAL
Recreio da Juventude
CNPJ/CPF: 88.649.660/0001-49
Processo: 01400203329201656
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 436.800,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realização de 11 apresentações culturais de Música Instrumental e Artes Cênicas (Teatro, Dança e Arte Circense) no Clube Recreio da Juventude, em Caxias do Sul, com os seguintes Grupos Artísticos gaúchos: Musical Anchieta, Quinteto Persch (Música de Câmara Instrumental) e Cia Palco Iluminado - de Porto Alegre/RS; Musical ACEFH, Orquestra de Sopros ACEFH e Grupo "Foi o que eu disse" - de Harmonia/RS; Grupo Tholl - de Pelotas/RS; Teatro Luz e Cena - de Novo Hamburgo/RS e Orquestra de Teutônia - de Teutônia/RS

162456 - Tom Maior - Carnaval 2017
Grêmio Recreativo Escola de Samba Tom Maior
CNPJ/CPF: 57.286.932/0001-60
Processo: 01400209908201611
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.641.400,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realização do desfile de carnaval do Grêmio Recreativo Escola de Samba Tom Maior, em São Paulo; com a realização de 55 ensaios gratuitos e 3 ensaios técnicos.

160872 - UM DIA DE ARTE E DIVERSÃO
Marcia Arca
CNPJ/CPF: 055.432.008-89
Processo: 01400007252201695
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 388.650,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: A Companhia Lúdica, companhia teatral fundada há 23 anos, com sede na capital paulista, da qual a proponente é co-fundadora, propõe o projeto UM DIA DE ARTE E DIVERSÃO, que consiste na realização, totalmente gratuita para o público, em 20 cidades do interior de São Paulo, da seguinte programação conjunta por cidade: Duas apresentações do espetáculo teatral O catador de lixo, uma oficina pedagógica de teatro para educadores do ensino fundamental e a edição e distribuição, por cidade, de 100 unidades de um livro com história em quadrinhos versando, artísticamente, sobre práticas que colaboram na prevenção de problemas ambientais e visando: economia de água e energia, prática da coleta seletiva e prevenção contra dengue e outras doenças.

161885 - Uma janela para o futuro
DILUVIO FILMES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 13.571.915/0001-07
Processo: 01400203484201672
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 297.731,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: UMA JANELA PARA O FUTURO visa promover oficinas de artes, cultura e educação a jovens de comunidades carentes. Oficinas de dança criativa, musicalização, percussão corporal e capoeira acontecerão nas comunidades da Zona Norte do Rio de Janeiro, dentre elas Engenho da Rainha e Colégio, Manguinhos, Acari, Pavuna, Morro do Juramento, Engenheiro Rubens Paiva, Triagem e Jacarezinho.

162148 - ZÉ DO BRASIL, UM NOME MUITAS HITÓRIAS - CARNAVAL - 2017
G.R.C.E.S. MANCHA VERDE
CNPJ/CPF: 00.964.741/0001-92
Processo: 01400207071201667
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.303.900,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Produção e realização do desfile da MANCHA VERDE no Carnaval de São Paulo, no ano de 2017 , no sambódromo do Anhembi, nos dias 24 e 25 fevereiro com o tema enredo onde serão distribuídas fantasias para comunidade.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

161700 - Natal de Encantos - Cantata Natalina 2016
COMPANHIA DE ÓPERA DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ/CPF: 13.991.594/0001-91
Processo: 01400202217201688
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 175.450,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realização da segunda edição da Cantata de Natal: Natal de Encantos, na cidade de Serra-ES, com a participação de 80 crianças e adolescentes de bairros periféricos da cidade e 100 adultos, além da cantora Lírica Natércia Lopes, num espetáculo com 6 apresentações gratuitas no mês de dezembro.

161805 - Rompendo Barreiras-Habilitação e Reabilitação de Deficiente Visual

Associação dos Amigos do Instituto São Rafael
CNPJ/CPF: 16.581.050/0001-40
Processo: 01400202938201698
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 403.580,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Promove oficinas de musicalização para capacitar e reabilitar, professores e alunos cegos do Instituto São Rafael, e externos interessados em participar de oficinas de teoria e prática de instrumentos musicais, (piano, violão, flauta, percussão e o canto) utilizando se a escrita e leitura musical método braille. Simultâneo as oficinas os participantes orientados pelos professores, irão preparar repertório (com coral e instrumentistas do Instituto São Rafael) para fazer 10 apresentações na cidade de Belo Horizonte e interior de Minas. As atividades visam fomentar esse importante

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

recurso de habilitação e reabilitação, isso porque a alfabetização musical permite aos cegos que venham atuar como profissionais capacitados, podendo exercer atividades pedagógicas e trabalhar como instrumentistas, acreditando numa perspectiva de inclusão das pessoas com deficiência visual.

162524 - Tambor na Praça 2017
ASSOCIACAO BURLANTINS
CNPJ/CPF: 03.014.414/0001-68
Processo: 01400211256201676
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 394.830,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de doze shows de percussão em pracas das cidades de Belo Horizonte e Betim, ao longo do ano de 2017. As apresentações serão gratuitas e abertas ao público, com grupos instrumentais de percussão de Belo Horizonte, artistas e músicos convidados.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
160793 - AMOR SEM SIMETRIA
Daniela Gama
CNPJ/CPF: 964.040.355-53
Processo: 01400007139201618
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 404.965,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Pretende-se a realização de 4 (quatro) exposições fotográficas didáticas em 3 (três) importantes capitais brasileiras, São Paulo, Brasília e Porto Alegre, com o intuito de orientar, fortalecer e ampliar a inclusão social por meio da fotográfia, bem como promover acesso ao importante e engajado trabalho artístico da renomada fotógrafa Daniela Gama, ao registrar e apresentar histórias reais de amor em suas diversas formas de expressão, de modo a contemplar à diversidade humana e cultural para que não haja espaço ao preconceito, acreditando no poder da arte e do conhecimento para conscientizar a sociedade. As exposições serão gratuitas e garantirá plena acessibilidade.

163560 - Cores do Brasil
Associação Cultural Pintura Solidária - Vamos Colorir a Vida
CNPJ/CPF: 08.845.381/0001-11
Processo: 01400215675201687
Cidade: Sorocaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 379.024,36
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: A Pintura Solidária pretende com o projeto percorrer 10 cidades do Estado de São Paulo com exposições que retratem a alegria de seu povo e o modo como compreende o mundo, através das danças, lendas, crenças, comidas e festas tradicionais, de suas regiões, que fazem parte do riquíssimo folclore do Brasil. As cores fortes e vibrantes destacarão a riqueza de seu folclore, que será traduzido em 30 telas. O público esperado é de 50000/pessoas.

162552 - EXPOSIÇÃO: O TEMPO - 20 ANOS
Polobh Promoções Ltda - ME
CNPJ/CPF: 07.128.230/0001-80
Processo: 01400211786201614
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 268.812,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto EXPOSIÇÃO: O TEMPO - 20 ANOS propõe gerar uma exposição de fotografias do acervo do jornal O Tempo, que completa 20 anos em 2016 na cidade de Belo Horizonte/MG, nas grades do Parque Municipal Américo Renê Gianetti, situado no centro na cidade, na avenida Afonso Pena, principal via da capital mineira e com grande fluxo de pedestres. As fotos são de caráter jornalístico, e farão um panorama dos acontecimentos do período de circulação do jornal, resgatando fatos históricos e de relevância cultural para a cidade, Minas Gerais, Brasil e o mundo.

161843 - USINA CULTURAL ENERGISA - OCUPAÇÃO ARTES VISUAIS
DYOGENES CHAVES ATELIER LTDA
CNPJ/CPF: 13.603.392/0001-25
Processo: 01400203128201659
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 179.700,00
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: Realizar atividades artísticas - exposições de artes visuais, individuais e coletivas - na Usina Cultural Energisa, em João Pessoa, com a participação de artistas visuais paraibanos (ou radicados no Estado da Paraíba), para estimular e divulgar a produção local nas artes visuais, buscando revelar, ao mesmo tempo, reflexões sobre a produção contemporânea, novas diretrizes para políticas públicas que discutam o estado da arte contemporânea e que incentive a participação das novas gerações de artistas. Outras atividades, como mediação (visitas guiadas), workshops, debates e palestras também estão previstas para acontecer simultâneamente às exposições.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
163442 - Brasil Hispânico - 1580 à 1640
Walter Dominguez Fernandez
CNPJ/CPF: 028.337.198-68
Processo: 01400214830201648
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 413.195,46
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto consiste em um livro, denominado "Brasil Hispânico - 1580 à 1640", que abordará assuntos de suma importância, como as determinações contra o abatimento de árvores assinadas em 1605 pelo monarca da Espanha, Felipe III, que vão desde a confiscação de bens, até a morte de quem desobedecesse estas ordens no Brasil Colonial, pertencente, no referido período, ao domínio espanhol. E também outros temas desconhecidos, como a expulsão dos franceses, sediados em Viçosa (CE), que há 80 anos abatiam árvores. O livro também trará os testemunhos dos 60 anos da União Ibérica neste país, período em que sofremos forte influência da Hispanidade, como: a urbanização de São Luís (MA), nossos primeiros quadros nas obras de Frei Juan Bautista Maino em Juan de la Corte, a introdução na iconografia, a influência do barroco espanhol em igrejas e o início das esculturas na formação das missões em 1610, organizadas pela Argentina com os sacerdotes do Paraguai e Peru. Ou seja, o livro será uma referência para o início da Hispanidade no Brasil, nos trazendo um novo olhar sobre as relações da Espanha, países íbero-americanos e Brasil.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
160496 - Show Cantos - Ana Rafaela
A. R. DE OLIVEIRA PRODUCOES - ME
CNPJ/CPF: 17.759.789/0001-61
Processo: 01400006709201644
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 1.243.835,74
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: O projeto consiste na circulação do show Cantos, da cantora Ana Rafaela, que lançou seu primeiro CD em setembro deste ano e vem se destacando como a representante da música Pop do Estado de Mato Grosso. Serão realizados 10 shows gratuitos em duas regiões do país, a região Centro-Oeste e a região Norte. Cinco Shows serão realizados pelo interior de Mato Grosso e cinco shows em capitais de outros estados. As cidades são: Interior do Mato Grosso: Sinop, Tangará da Serra, Primavera do Leste, Barra do Garças, Vila Bela da Santíssima Trindade. Capitais: Brasília(DF) , Campo Grande (MS), Goiânia (GO) , Belém (PA), Manaus (AM). O Show trabalha canções autorais e sucessos da música pop, agregando elementos de vídeo e dança. Nos shows a serem executados fora do estado de Mato Grosso, a cantora fará um intercâmbio cultural com artistas de cada cidade, realizando um show duplo.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)
161167 - Casa Geração Vidigal
Fundação de Empreendimentos, Pesquisa e Desenvolvimento Institucional e Tecnológico do Rio de Janeiro - FEMPTEC
CNPJ/CPF: 07.581.316/0001-63
Processo: 01400021053201690
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 618.304,47
Prazo de Captação: 16/11/2016 à 31/12/2016

Resumo do Projeto: A Casa Geração Vidigal é uma escola de moda que funciona como celeiro de jovens artistas e laboratório criativo. Centro de formação que oferece a possibilidade a todos os jovens, sendo gratuito para moradores de comunidades do Rio de Janeiro, de se aproximar do ambiente profissional da moda carioca. Os jovens têm a possibilidade de participar de diferentes formações administradas por um time de profissionas da moda selecionados de acordo com a metodologia da Casa Geração. A formação profissionalizante de 11 meses, cuja aplicação concreta é a criação das coleções de moda "Geração Vidigal" . São 10 coleções criadas pelos alunos e orientadas por 10 estilistas de grandes marcas. O produto desta formação é comercializado no mercado nacional e internacional. Os jovens desenvolvem o sentido criativo e artístico e também o empreendedorismo. A realização destas coleções permite aos beneficiários desta formação participarem da vida cultural e econômica da cidade, trazendo reconhecimento das comunidades, contribuindo para aumentar a autoestima e orgulho de suas raízes.

PORTARIA Nº 716, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
150416 - CULTURA NA VIRADA DA SAÚDE
NeoAnima Comunicação S/S Ltda.
CNPJ/CPF: 02.286.274/0001-14
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 29.700,00
Valor total atual: R$ 738.700,00

PORTARIA Nº 717, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
154688 - Rota Tocantins
Lamira Artes Cênicas Ltda
CNPJ/CPF: 11.591.155/0001-66
Cidade: Palmas - TO;
Valor Reduzido: R$ 171.133,36
Valor total atual: R$ 340.513,64

PORTARIA Nº 718, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 154688 - Rota Tocantins, publicado na portaria nº 0728/15 de 18/12/2015, publicada no D.O.U. em 21/12/2015.

Onde se lê: A proposta pretende a circulação do espetáculo de rua "Do Repente". A circulação será por seis (06) cidade do interior do Tocantins, sendo elas: Brezinho de Nazaré/TO, Peixes/TO, Paranã/TO, São Valério da Natividade/TO, Aparecida do Rio Negro/TO, Colinas do Tocantins/TO. Estas cidades estão distribuídas no estado no Tocantins nas regiões: Centro-Norte e Centro-Sul, Região Norte e Região Sul do Estado. O projeto também visa a manutenção do grupo, pelo período de doze meses.

Leia-se: A proposta pretende a circulação do espetáculo de rua "Do Repente". A circulação será por quatro (04) cidade do interior do Tocantins, sendo elas: Brejinho de Nazaré/TO, Aparecida do Rio Negro/TO, Colinas do Tocantins/TO e Divinópolis do Tocantins/TO. Estas cidades estão distribuídas no estado no Tocantins nas regiões: Centro-Norte e Centro-Sul, Região Norte e Região Sul do Estado. O projeto também visa a manutenção do grupo, pelo período de 07 ou 08 meses, a depender do profissional.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 719, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Torna público o resultado da análise dos recursos impetrados pelas entidades associativas de caráter cultural e artístico, para indicar membros para compor a CNIC - Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, para o biênio 2017-2018, que trata do Edital nº 5, de 7 de julho de 2016 e a Portaria nº 664, de 24 de outubro de 2016.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO AVALIADORA, em cumprimento ao previsto no item 4.2, do Edital nº 5, de 7 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da análise dos recursos impetrados pelas entidades de âmbito nacional, e associativas representativas de setores culturais e artísticos, consideradas habilitadas para indicar representantes que comporão a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, no Biênio 2017-2018, na qualidade de membros, conforme Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Tornar público o resultado da análise dos recursos impetrados pelas entidades de âmbito nacional, e associativas representativas de setores culturais e artísticos, inabilitadas para indicar seus representantes para compor a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura - CNIC, no Biênio 2017/2018, pelo descumprimento de um ou mais itens, conforme disposto nos requisitos constantes do item 2 do Edital nº 5, de 7 de julho de 2016, publicado no D.O.U de 11 de julho de 2016, conforme Anexo II desta Portaria.

Art. 3º A decisão sobre o recurso é irrecorrível, conforme subitem 4.4 do Edital nº 5, de 7 de julho de 2016.

Art. 4º Convocar com base no inciso II do Art. 5º do Resolução nº de 1º de novembro de 2013, em conformidade com a Portaria nº 664, de 24 de outubro de 2016 e o Anexo I da presente Portaria, as entidades habilitadas a participarem de reunião, a ser realizada em Brasília/DF, SCS Quadra 9, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre B - 12º andar, das 09h30 às 18h00, do dia 05 de dezembro do corrente ano, visando a elaboração e composição de listas quíntuplas com os nomes dos representantes que serão indicados para a escolha do Ministro de Estado da Cultura. Para tanto, deverão indicar o nome de um representante da entidade para participar da referida reunião, encaminhando e-mail para editalCNIC@cultura.gov.br, até o dia 24 de novembro de 2016.

Art. 5º As entidades deverão encaminhar, até o dia 24 de novembro de 2016, para o endereço de e-mail editalcnic@cultura.gov.br ,os currículos de até 5 (cinco) indicados, sendo um para cada região do país.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SETOR CULTURAL HABILITADAS
Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR
Cooperativa Brasileira de Circo - COOPCIRCO
Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil
Instituto Pensarte - Organização Social de Cultura
Associação Rede de Produtores Culturais da Fotografia no Brasil - ARPCFB
Sindicato Nacional dos Artistas Plásticos do Estado de São Paulo - SINAP-ESP

ANEXO II

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SETOR CULTURAL HABILITADAS
Associação de Produtores e Artistas - APA
Associação Brasileira de Circo - ABRACIRCO
Comissão Nacional de Folclore - CNF
Mayomel Music Produções Ltda

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.458-T/GC4, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza a alienação de imóveis sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica, localizados no Município de Londrina-PR, mediante Permuta por Obras a Construir, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 77 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 1º da Lei nº 5.658, de 07 de junho de 1971, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67270.002482/2010-DV, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação de imóveis da União, ora jurisdicionados ao Comando da Aeronáutica e sob a responsabilidade patrimonial do Quinto Comando Aéreo Regional, situados no Município de Londrina-PR, Tombo PR.014-000, com 4.245,50 m², Tombo PR.015-000, com 3.734,84 m² e Tombo PR.025-000, com 13.627,98 m², totalizando área de 21.608,32 m², mediante Permuta por Obras a Construir em benefício do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Delegar competência ao Comandante do Quinto Comando Aéreo Regional para representar o Comando da Aeronáutica, a fim de praticar os atos necessários à efetivação da Permuta por Obras a Construir e dar provimento às ações administrativas pertinentes, junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Paraná - SPU-PR.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 817-T/GC4, de 23 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 26 de maio de 2014.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.482-T/GC4, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza a alienação de imóveis jurisdicionados ao Comando da Aeronáutica, localizados no Município de Belém - PA, mediante Permuta por Obras a Construir, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 77 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 1º da Lei nº 5.658, de 07 de junho de 1971, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 00-01/2221/03, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação, de imóveis da União jurisdicionados ao Comando da Aeronáutica e sob a responsabilidade patrimonial do Primeiro Comando Aéreo Regional, situados no Município de Belém - PA, de parcela de área, medindo 103.791,93m², do Tombo PA.001-001, e do Tombo PA.001-021, medindo 140.109,50m², mediante Permuta por Obras a Construir em Belém, em benefício do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Delegar competência ao Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional para representar o Comando da Aeronáutica, a fim de praticar os atos necessários à efetivação da Permuta por Obras a Construir e dar provimento às ações administrativas pertinentes, junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará - SPU-PA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria Nº 1.726-T/GC4, de 12 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União Nº 219, de 17 de novembro de 2015.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 356/DPC, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Credencia o Centro Educacional Manoel Lopes Ltda. para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar o Centro Educacional Manoel Lopes Ltda., CNPJ 07.363.649/0001-16, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), na área sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Macaé, fundamentado na NORMAM-24 (2ª Revisão).

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 30 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 357/DPC, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Credencia a empresa ALTERNATIVA Brigadas de Emergências - EIRELI - EPP - Work Fire - para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art.1º Credenciar a empresa ALTERNATIVA Brigadas de Emergência - EIRELI - EPP - Work Fire., CNPJ 01.657.148/0001-66, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º O presente credenciamento tem validade até 31 de maio de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 358/DPC, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem do Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ) - ZP-15 do Sr. MARCOS ANTONIO GERMANO DA SILVA, CIR nº 461P2009000911, de acordo com o previsto na subalínea 6, da alínea a, do item 0236 (por decisão do prático em requerimento) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 359/DPC, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Cancelar definitivamente o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Santos, Baixada Santista, São Sebastião e Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) (SP) - ZP-16, do Sr. MOACYR ANTONIO MOREIRA BEZERRA, número da CIR 401P2001002250, de acordo com o previsto na subalínea 6, da alínea a, do item 0236 (por decisão do prático em requerimento) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 360/DPC, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Habilita Praticante de Prático à Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 1115, datada de 19 de setembro de 2016, da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem do Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ) - ZP-15, o Praticante de Prático MOACYR ANTONIO MOREIRA BEZERRA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 361/DPC, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Habilita Praticante de Prático a Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 10-92, datada de 10 de novembro de 2016, da Capitania dos Portos de São Paulo e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Santos, Baixada Santista, São Sebastião e Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) (SP) - ZP-16, o Praticante de Prático MARCOS ANTONIO GERMANO DA SILVA (com restrições).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 14 de novembro de 2016

Processo nº: 23123.006969/2016-79
Interessado: Darlindo Maria Pereira Veloso Filho
Assunto: Pedido de reconsideração.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, com fulcro no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aprovo o Parecer nº 01260/2016/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, cujos fundamentos adoto, e decido:

I - Conheço do Pedido de Reconsideração, na medida em que o referido pedido foi protocolizado dentro do trintídio legal, conforme Despacho do Núcleo para Assuntos Disciplinares - NAD, de 09 de setembro de 2016 (DOC SEI nº 0401705); e

II - Indefiro, no mérito, o pedido de reconsideração, uma vez que a penalidade foi devidamente aplicada, tendo o Processo Administrativo Disciplinar - PAD se desenvolvido de forma regular, com observância ao devido processo legal administrativo, garantidos a ampla defesa e o contraditório, e, consequentemente, mantenho a decisão exarada no Despacho do NAD.

MENDONÇA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 40, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

A DIRETORA EM EXERCÍCIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "PROF. MARIANO DA SILVA NETO"- CCE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital Nº 06/2016/CCE, de 04/10/2016, publicado no DOU Nº 192, de 05/10/2016; o Processo Nº 23111.023416/2016-10; e as Leis nº.s 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto"- CCE, da forma como segue:

1. Metodologia e Estágio Supervisionado em Educação Física - Habilitando as candidatas MARIA DESTERRO ALVES MELO (1ª colocada), MARCELA ARAÚJO SÁ (2ª colocada) e MARÍLIA BEATRIZ NUNES DE SOUZA (3ª colocada) e classificando para contratação a 1ª colocada.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANA BEATRIZ SOUSA GOMES

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 571, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso das suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, publicado no DOU de 21 de dezembro de 2007, tendo em vista que foi homologado, pelo Edital/INEP nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, publicado no DOU de 26 de fevereiro de 2013, e pelo Edital nº 4, de 11 de abril de 2013, publicado no DOU de 12 de abril de 2013, o resultado final do concurso público de que trata o Edital/Inep nº 1, de 9 de outubro de 2012, publicado no DOU de 10 de outubro de 2012, retificado pelo Edital/Inep nº 2, de 23 de outubro de 2012, publicado no DOU de 24 de outubro de 2012, e com fundamento no disposto no inciso I do Art. 9º e no § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 96, de 26 de março de 2014, publicada no DOU de 27 de março de 2014, bem como o Edital de Prorrogação de Concurso nº 1, de 5 de fevereiro de 2015, publicado no DOU de 6 fevereiro de 2015,

Considerando as vagas distribuídas no Edital/Inep nº 1, de 9 de outubro de 2012, publicado no DOU de 10 de outubro de 2012, retificado pelo Edital/Inep nº 2, de 23 de outubro de 2012, publicado no DOU de 24 de outubro de 2012,

Considerando o Parecer n. 00569/2016/PFINEP/PGF/AGU e DESPACHO Nº 00781/2016/APOIO/PFINEP/PGF/AGU, que versa sobre a possibilidade de redistribuição das vagas, desde que atendidas suas recomendações,

Considerando a Nota Técnica nº 1/2016, que versa sobre o déficit de servidores na Autarquia,

Considerando a mudança do perfil necessário à realização das atividades no Inep, conforme MEMO.GAB/DAEB/INEP nº 5982/2016 e Memorando MEC/INEP/DIRED/DIR nº 5993/2016,

Considerando a Nota Técnica CGGP/DGP/INEP nº 19/2016, que dispõe sobre o atendimento às recomendações do Parecer n. 00569/2016/PFINEP/PGF/AGU, resolve:

Art. 1º Redistribuir as vagas elencadas no Edital/Inep nº 1, de 9 de outubro de 2012, na forma do Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

ANEXO I

Cargo	Área de especialização	Vagas redistribuídas
Pesquisador-Tecnologista em Informações e Avaliações Educacionais	I	+ 3
	II	- 3

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 715, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, a Portaria Normativa nº 13, de 9 de julho de 2013, e o Edital nº 6, de 23 de dezembro de 2014, ambos do Ministério da Educação, em cumprimento à decisão judicial de 27 de outubro de 2016, emanada nos autos do Processo n° 0001721-07.2015.4.01.4103, que tramita na Vara Única de Vilhena/RO, e considerando o Parecer de Força Executória nº 00250/2016/SEJUR/PURO/PGU/AGU, de 31 de outubro de 2016, da Procuradoria da União no Estado de Rondônia, constante do Processo SEI nº 00545.001469/2015-01, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 579, de 30 de setembro de 2016, publicada no DOU de 03 de outubro de 2016, que tornou sem efeito a Portaria nº 545, de 26 de setembro de 2016, publicada no DOU de 27 de setembro de 2016, exclusivamente no que tange ao município de Vilhena/RO, voltando esta última a produzir efeitos para a divulgação das mantenedoras selecionadas e classificadas no âmbito do Edital nº 6, de 23 de dezembro de 2014, para autorização de funcionamento de cursos de medicina naquele município.

Art. 2º Fica convocada a mantenedora relacionada abaixo para comparecer ao Ministério da Educação (MEC), na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no período de 16 a 29 de novembro de 2016, no horário de 14 às 17h, para entrega da Garantia de Execução nos termos do item 12.1 do Edital.

UF	Município	Inscrição	Mantenedora	Resultado Final
RO	VILHENA	28/2015	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA	1º

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO COSTA ROMÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 14 de novembro de 2016

Nº 3 - A COORDENADORA-GERAL DE CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 469, de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2015, e considerando o disposto no art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 14, § 4º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolve:
§1º Abrir, pelo prazo de quinze dias a contar da data desta publicação, consulta pública para manifestação da sociedade civil acerca de processos que se encontram em fase recursal contra decisão de indeferimento ou cancelamento da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, referentes às entidades elencadas no Anexo.
§2º A manifestação de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada unicamente em meio eletrônico, por meio do endereço http://cebas.mec.gov.br/manifestacao-sociedade-civil.
§3º Em atendimento ao disposto no § 4ºdo art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, não serão admitidas manifestações encaminhadas sem a identificação do autor.
§4º Não serão acolhidas manifestações encaminhadas em desconformidade com o estabelecido nos parágrafos 1º e 2º.

CINARA DIAS CUSTÓDIO

ANEXO

	Nome da Entidade	CNPJ	Nº do Processo	Tipo de Processo
1	Associação Educacional Cidade das Flores	18.174.187/0001-05	23000.013941/2014-12	Concessão
2	Centro Educacional João Combat	29.350.378/0001-05	71010.005043/2009-57	Renovação
3	Centro Educacional Santa Terezinha	04.566.378/0001-08	23123.001768/2010-90	Renovação
4	Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Lajeado	91.167.585/0001-94	71010.004989/2009-04	Renovação
5	Creche Deus Menino	20.039.160/0001-51	71000.111583/2010-21	Renovação
6	Creche Maria Zóffoli Caçador	20.456.398/0001-82	71010.000328/2011-16	Renovação
7	Creche São José	00.234.019/0001-00	23123.003155/2010-97	Renovação
8	Grupo Assistencial de Amigos de JI - Paraná	05.882.170/0001-60	23123.000143/2011-91	Renovação
9	Instituto das Irmãs da Santa Cruz	57.035.933/0001-31	71000.115379/2009-49	Renovação
10	Obras Sociais da Paróquia de Santo Antônio - OSPSA	20.161.030/0001-97	71000.110235/2010-37	Renovação

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União Nº 216, de 10.11.2016, Seção 1, página 24, onde se lê: "PORTARIA Nº 760, de 9 DE NOVEMBRO DE 2016", leia-se: "PORTARIA Nº 760, de 8 DE NOVEMBRO DE 2016".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 418, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de estado de calamidade pública, antecipar os benefícios domiciliados no Município de Tubarão (SC) o pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial e dá outras providências

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA, SUBSTITUTO, E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, à vista do disposto na alínea "j" do inciso V do art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que atribui ao Ministério da Fazenda a competência sobre previdência, e no inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 13.341, de 2016, que vinculou o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nos §§ 1º e 2º do art. 169 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelo Decreto nº 7.223, de 29 de junho de 2010, resolvem:

Art. 1º Autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a antecipar, em razão de estado de calamidade pública decorrente de vendaval, reconhecido por ato do Governo Federal, aos beneficiários domiciliados no Município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina:

I - o pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para o primeiro dia útil do cronograma, a partir da competência novembro de 2016 e enquanto perdurar a situação; e

II - mediante opção do beneficiário, o valor correspondente a uma renda mensal do benefício previdenciário ou assistencial a que tem direito, excetuados os casos de benefícios temporários.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se unicamente aos beneficiários domiciliados no município na data de decretação do estado de calamidade pública, ainda que os benefícios sejam mantidos em outros municípios, bem como aos benefícios decorrentes.

§ 2º O valor antecipado na forma do inciso II deverá ser ressarcido em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas, a partir do terceiro mês seguinte ao da antecipação, mediante desconto da renda do benefício e, dada a natureza da operação, sem qualquer custo ou correção, aplicando-se, no que couber, o inciso II do art. 154 do RPS.

§ 3º Deverá ser adequada a quantidade de parcelas de que trata o § 2º, para aqueles benefícios cuja cessação esteja prevista para ocorrer em data anterior à 36ª parcela, de modo a propiciar a quitação total da antecipação, ainda na vigência dos referidos benefícios.

§ 4º Na hipótese de cessação do benefício antes da quitação total do valor antecipado, deverá ser providenciado o encontro de contas entre o valor devido pelo beneficiário e o crédito a ser recebido, nele incluído, se for o caso, o abono anual.

§ 5º A identificação do beneficiário para fins de opção pela antecipação de que trata o inciso II do caput poderá ser feita pela estrutura da rede bancária, inclusive o correspondente bancário, responsável pelo pagamento do respectivo benefício.

Art. 2º O INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

OSMAR GASPARINI TERRA

DESPACHO DO MINISTRO
Em 14 de novembro de 2016

Processo nº: 17944.000685/97-61.
Interessado: Estado do Sergipe.
Assunto: Quarto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, a ser celebrado entre a União e o Estado do Sergipe, com interveniência do Banco do Brasil S/A, com fundamento na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e dos Decretos nºs 8.616, de 29 de dezembro de 2015, e 8.665, de 10 de fevereiro de 2016.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como o Parecer nº 005/2016/DENOR/CGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União, autorizo a celebração do aditivo contratual mediante o cumprimento das exigências legais.

EDUARDO REFINETTI GUARDIA

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 41 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Aos catorze de novembro de dois mil e dezesseis, das 11h às 11h30, na sede da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, cadastrada no CNPJ sob nº 04.527.335/0001-13 e na Junta Comercial do Distrito Federal sob NIRE 533.0000.651-2, localizada no Edifício São Marcus, Setor Bancário Sul, 1ª Subloja, em Brasília (DF), reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração da EMGEA, presidido pela Sra. Gildenora Batista Dantas Milhomem, com a presença de seus atuais membros, os Srs. Conselheiros Rodrigo Toledo Cabral Cota, Roberto Meira de Almeida Barreto e Marluce dos Santos Borges. Ausente, justificadamente, a Conselheira Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, por motivo de licença-maternidade. Iniciados os trabalhos, passou-se à deliberação do único assunto constante da ordem do dia: 1. Recondução de Diretor da EMGEA - O Conselho de Administração, consoante indicação constante do Ofício nº 11.611/SE-MF, de 11 de novembro de 2016, da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, deliberou por unanimidade reconduzir o Sr. Antonio Luiz Bronzeado, brasileiro, casado, administrador, filho de Luiz da Costa Araújo Bronzeado e Criselides Costa Bronzeado, portador da Cédula de Identidade nº 250.491, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal em 20.12.1982, inscrito no CPF sob nº 153.329.421-68, residente em Brasília (DF) e domiciliado no SBS Quadra 2 Bloco "B" 1ª Subloja - Edifício São Marcus - Brasília (DF), para o cargo de Diretor da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, com prazo de gestão de dois anos, de 14 de novembro de 2016 a 14 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto no artigo 143 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e art. 13, inciso VI, da Lei 13.303, de 30.6.2016, e nos termos do artigo 9º, § 2º, e artigo 15 do Estatuto Social da Empresa, aprovado por meio do Decreto n° 8.590, de 15 de dezembro de 2015. Nada mais havendo a tratar, a Srª. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Conselheiros e declarou encerrada a reunião. Eu, Diana Celestino de Faria, lavrei a presente Ata, que vai assinada pela Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Alfandegamento de recinto.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, com fundamento nas disposições dos Arts. 9º e 10 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, combinadas com o disposto no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11968.720425/2013-50, declara:

Art. 1º Alfandegada, por tempo indeterminado e a título precário, com fiscalização aduaneira ininterrupta, a área de 10.058 m², denominada Cais 05 (Cais V), na Zona Industrial Portuária do Porto de Suape, sob a administração da empresa Suape-Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, CNPJ 11.448.933/0001-62.

Art. 2º Na área ora alfandegada fica autorizada a realização de das operações de movimentação de cargas gerais, granéis sólidos e líquidos, veículos e containeres, na importação, exportação e cabotagem, ficando o recinto sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Suape, que estabelecerá as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal exigido bem como os limites e condições de tais operações, conforme previsto no art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Art. 3º Fica atribuído ao recinto o mesmo código do Porto de Suape, 4.93.13-01.

Art. 4º Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido da interessada, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas legais.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

PORTARIA Nº 514, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Transfere competências entre Unidades.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto no §1º do Art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Transferir temporariamente, até 31 de dezembro de 2017, as competências das Agências da Receita Federal do Brasil (ARF) de Itabaiana, Guarabira e Santa Rita, previstas no artigo 231 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para o Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC da Delegacia da Receita Federal do Brasil em João Pessoa/PB (DRF/JPA).

Parágrafo único. Esta transferência não exclui a competência regimental das ARF, que poderão atuar de forma concorrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados a partir de 1º de novembro de 2016.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAURO DE FREITAS
SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap).

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, no uso da competência de que trata o art. 302, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 (DOU de 17/5/12), delegada pelo art. 12, III, da Portaria DRF/LFS nº 1, de 2 de fevereiro de 2015 (DOU de 3/2/15), tendo em vista o disposto no art. 10 da Instrução Normativa (IN) SRF nº 605, de 2006, e o que consta no processo administrativo nº 11290.720361/2015-69, declara:

Art. 1º - Reconhecer à pessoa jurídica BAHIA SPECIALTY CELLULOSE SA, CNPJ nº 69.037.133/0001-39, a HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), de que tratam os arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21/11/05, o Decreto nº 5.649, de 29/12/05 e a IN SRF nº 605, de 4/1/06.

Art. 2º - O prazo para fruição do beneficio extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

BARTOLOMEU PIMENTEL DA SILVA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e considerando o que consta do e-dossiê nº 10100.005692/0916-41, declara:

Art. 1º Habilitada a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: RIOLAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LTDA.
CNPJ: 07.294.806/0001-89
Edital de Aprovação de Projeto emitido pela Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 160, de 19 de agosto de 2016, seção 3, pág. 5.
Período de vigência do Projeto: 27/04/2016 a 31/05/2017.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTAIR SOARES FERREIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.050, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

ASSUNTO:Normas de Administração Tributária

EMENTA:DISPENSA DE RETENÇÃO DO IRRF. PAGAMENTOS EFETUADOS A PESSOAS JURÍDICAS. É dispensada a retenção de imposto de renda incidente na fonte, de valor igual ou inferior a dez reais, sobre rendimentos que devam integrar a base de cálculo do imposto devido pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado. Nesse caso a adição prevista no § 1º do art. 68 da Lei nº 9.430, de 1996 não é aplicável ao imposto não retido. É vedado o fracionamento das notas fiscais visando a não retenção do imposto de renda incidente na fonte. A dispensa de retenção de imposto de renda na fonte, prevista no art. 67 da Lei nº 9.430, de 1996, aplica-se a cada pagamento ou crédito realizado, levando-se em consideração o total pago ou creditado nessa ocasião, ainda que se refira a mais de um documento fiscal e independentemente de sua natureza, seja decorrente de locação ou prestação de serviços, ou ambos. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 142, DE 5 DE JUNHO DE 2015, E À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 161, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.430, de 1996, art. 67; Decreto nº 3.000/1999, Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, art. 724, ADN Cosit nº 15, de 1997.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Exclui empresa do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA-SP, no uso das suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 28 a 32 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e do que consta no Processo Administrativo nº 10840.723.852/2016-14, declara:

Art. 1º. A exclusão da empresa FISCOLEX ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA EPP, CNPJ nº. 50.812.742/0001-90, situada na Rua Saldanha Marinho, 804, 1º andar, sala 7, Centro, Itapetininga - SP, CEP 18.200-001, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, de que trata a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, na condição de microempresa, por ter praticado as infrações previstas nos incisos II e IV do art. 29 da referida lei.

Art. 2º. A exclusão surtirá efeito a partir de 01/01/2010, com impedimento de opção pelo regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 pelo prazo de 3(três) anos, em conformidade com o previsto no §1º do art. 29 da referida lei.

Art. 3º. Poderá a empresa, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestar por escrito sua inconformidade à Delegacia da Receita Federal de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo previsto no caput, a exclusão tornar-se-á definitiva.

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 188, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no exercício da competência delegada pelo art. 4º, da Portaria DEFIS/SPO nº 91, de 24 de maio de 2016, publicada no DOU de 30 de maio de 2016, com base na Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e alterações posteriores e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º Baixar de ofício a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada, com fulcro no artigo 49 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016:

Empresa:	CNPJ nº:	Processo:
COLOSSUS MINERACAO LTDA	08.040.141/0001-40	19515.720544/2016-95

Art. 2º A presente declaração de baixa baseia-se na falta de regularização cadastral, para a qual o contribuinte foi intimado, conforme o Edital de Intimação nº 001972505, de 22 de setembro de 2016, publicado no sítio da RFB na Internet (http://rfb.gov.br), constatando-se, assim, a inexistência de fato da mencionada pessoa jurídica, de acordo com os registros contidos no processo administrativo acima mencionado.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO RIQUE PINTO PASSOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 299, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a baixa de ofício por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, inciso III, e 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012, com fundamento na alínea "a", inciso II, do art. 29, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

I - BAIXADA DE OFÍCIO, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, com efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição nº 04.886.158/0001-61, da empresa CEREALISTA ROCHINHA LTDA - ME, considerando o teor do processo nº 11516.720950/2015-55, em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica por não dispor de patrimônio e capacidade operacional necessários à realização de seu objeto.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por cancelamento do registro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e nos termos do art. 80-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e, tendo em vista o cancelamento de seu registro conforme certidão simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, e considerando o Processo Administrativo nº 10920.723353/2016-29, declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa Fenix Industrial LTDA - ME, CNPJ nº 04.525.677/0001-02, conforme disposto no inciso IV do art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, com data retroativa à 7 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Cancelamento da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL/RS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, DOU 03/10/2014, declara:

Art. 1º Fica cancelada a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 001852016-88888219, emitida em 27/06/2016, em nome de PAMUL INCORPORAÇÕES LTDA, CEI 51.236.21219/74.

LUIZ WESCHENFELDER

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

Cancelamento de Inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º CANCELAR, a pedido do interessado, a inscrição no Registro de Despachantes Aduaneiros de MARCEL SANTOS PORTELA, CPF 829.216.790-00, constante do Ato Declaratório Executivo nº 11, de 1º de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União, de 08 de agosto de 2016, conforme processo nº 10521.720065/2016-15.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO FIGUEIRA TONDING

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo Previc nº 44011.000179/2016-17, comando nº 416414882 e juntada nº 425275512, resolve:

N° 533 - Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da empresa Osram do Brasil Lâmpadas Elétricas Ltda., CNPJ n° 61.064.697/0001-59, do Plano de Aposentadoria CD - CNPB nº 2008.0037-11, administrado pela Previ-Siemens - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000576/2015-16, comando nº 408345839 e juntada nº 426413904, resolve:

N° 534 - Art. 1º Encerrar o Plano de Benefícios Seara Alimentos, CNPB nº 1993.0018-83, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 16 de fevereiro de 2005, seção 1, página 17 a 22, exclusivamente com relação ao plano citado.rt.

2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 1993.0018-83, do Plano de Benefícios Seara Alimentos.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00003.000000/5587-86, sob o comando nº 416778386 e juntada nº 426921674, resolve:

N° 535 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria PREVIM FLEX, CNPB nº 2006.0033-56, administrado pela Michelin Previdenciária - PREVIM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Justiça e Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.294, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, usando da atribuição que lhe confere o art.1ºdo Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.012995/2014-40, do Ministério da Justiça e Cidadania, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, HAMIDU BANGURA, de nacionalidade serra-leonesa ou nigeriana, filho de Emos Bangura e Ada Bangura, nascido em Makeni, na República da Serra Leoa, em 14 de agosto de 1978, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.295, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, usando da atribuição que lhe confere o art.1ºdo Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.014209/2011-23, do Ministério da Justiça e Cidadania, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MARIA TERESA RIBES FAES, de nacionalidade espanhola, filha de Joaquim Ribes Paes e Pilar Ribes Faes, nascida no Reino da Espanha, em 13 de agosto de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.296, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, usando da atribuição que lhe confere o art.1ºdo Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.003374/2013-22, do Ministério da Justiça e Cidadania, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, KUETE MANUEL PEDRO, de nacionalidade angolana, filho de Manuel Pedro e Maria Antonica, nascido em Luanda, na República de Angola, em 14 de outubro de 1970, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.297, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, usando da atribuição que lhe confere o art.1ºdo Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.01544/2012-53, do Ministério da Justiça e Cidadania, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, FATOUMATA DIALLO, de nacionalidade malinesa, filha de Moussa Diallo e Ramata Lissoko, nascida na República do Mali, em 6 de janeiro de 1975, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.302, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Sobresta a eficácia do art. 5º, caput, da Portaria nº3.383, de 24 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça e Cidadania.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e

Considerando a necessidade de medidas supervenientes aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 por profissionais já mobilizados;

Considerando que a Força Nacional de Segurança Pública vem sendo solicitada por diversas unidades federativas, que enfrentam situações de extrema dificuldade na segurança pública e defesa civil;

Considerando que o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP tem grande participação, em âmbito nacional, em operações de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas suas diversas modalidades de atuação;

Considerando a necessidade da manutenção de contingente superior para o atendimento e das demandas de interesse nacional, priorizadas pelo Ministério da Justiça e Cidadania; e

Considerando a imperiosa necessidade de manutenção de um efetivo em plenas condições de pronto emprego para os meses finais do ano de 2016 e no início do ano de 2017, e que possibilite menor custo à União, resolve:

Art. 1º Sobrestar, até o dia 31 de dezembro de 2017, a eficácia do art. 5º, caput, da Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça e Cidadania.

Art. 2º O servidor civil ou militar não terá a contagem do seu tempo de mobilização interrompido durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 470/MJ, de 21 de maio de 2015.

ALEXANDRE DE MORAES

PORTARIA Nº 1.303, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 0063856-11.2016.4.01.0000, resolve:

SUSPENDER os efeitos do Despacho nº 543, de 06 de agosto de 2015, publicado no D.O.U de 10 de agosto de 2015, Seção 1, que declarou a inidoneidade da empresa BERKANA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.259.712/0001-79, pela prática de atos ilícitos relacionados à fraude na execução do Contrato nº 60/2013 celebrado com a Polícia Rodoviária Federal, nos autos do Processo Administrativo 08650.004308/2014-95.

ALEXANDRE DE MORAES

DESPACHO DO MINISTRO
Em 14 de novembro de 2016

Nº 760 - Processo nº 00734.000328/2016-17 (TC 024.432/2014-8). Interessado: Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida. Assunto: Recurso Administrativo.

Decisão: conheço do recurso interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do PARECER nº 01557/2016/CONJUR-MJ/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica, cujas razões de fato e de direito passam a integrar a presente decisão.

ALEXANDRE DE MORAES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 671, de 28 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 124, de 30 de junho de 2016, Seção 1, página 47, na linha em que se lê: "ALEXANDRO ROBERTO BEDECARATS", leia-se: "ALEJANDRO ROBERTO BEDECARATS".

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Às 10:07h do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, o Presidente Interino do Cade, Márcio de Oliveira Júnior, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do Cade, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, Alexandre Cordeiro, João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. Presentes o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Lafayete Josué Petter, e o Secretário do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira.

O Presidente saudou os estudantes do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia - "Professor Jacy de Assis", que participaram da presente sessão como ouvintes, acompanhados pela professora Shirlei Mello. O Presidente anunciou oficialmente que o Cade sediará a 5ª Conferência Internacional de Concorrência dos BRICS, que ocorrerá nos dias 9 e 10 de novembro de 2017, em Brasília, com o apoio do CEDES e de outros parceiros institucionais.

JULGAMENTOS

5. Processo Administrativo nº 08700.008464/2014-92

Representantes: Multi Armazéns Ltda. e Transportadora Simas Ltda.

Representado: Tecon Rio Grande S.A.

Advogados: Alice Grecchi, Daniel da Silva Antunes, Evandro Wilson Martins, Julio Cesar Cavalcante Aires, Luiz Walter Coelho Filho, Mônica de Melo Alves Ribeiro, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Pedro Gilberto Brand e outros

Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro

O julgamento do processo foi adiado a pedido do Conselheiro Relator.

1. Processo Administrativo nº 08012.002568/2005-51

Representados: Liquigás Distribuidora S.A. (ex-Tropigás), Supergasbrás (ex-Minasgás Distribuidora de Gás Combustível Ltda.) e Paragás Distribuidora Ltda.

Advogados: Antônio Garbelini Júnior, Christiane R. Pantoja, Ângela Burgos Moreira, Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos, José Arnaldo da Fonseca Filho, Alessandro Marius O. Martins, Joyce Ruiz Rodrigues Alves e outros

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Voto-vista: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

O processo foi retirado de pauta a pedido do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior.

8. Processo Administrativo nº 08012.000504/2005-15

Representante: SDE ex officio

Representados: ACTA - Associação Comercial dos Transportadores Autônomos e SINDIGRAN - Sindicato dos Transportes Rodoviários de Cargas e Granel

Advogados: Guilherme Favaro Corvo Ribas, Enrico Spini Romanielo, Sergio Eduardo Pincella e outros

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

O processo foi retirado de pauta a pedido da Conselheira Relatora.

2. Ato de Concentração nº 08700.002792/2016-47

Requerentes: Banco Bradesco S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco Santander (Brasil); Caixa Econômica Federal; Itaú Unibanco S.A.

Terceiros Interessados: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, Boa Vista Serviços S.A., Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Serasa S.A.

Advogados: Barbara Rosenberg, Patrícia Avigni, Francisco Honório Pinheiro Alves, Vivian Meira Avila Moraes, Guilherme Afif Domingos, Thiago Luiz Isacksson D'Albuquerque, Glauco Alves Costa da Silva, George Teixeira Pinheiro, Mariana Tavares de Araújo e outros

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

Manifestou-se oralmente pelas Requerentes a advogada Barbara Rosemberg.

Após o voto do Conselheiro Relator conhecendo da operação e manifestando-se pela aprovação condicionada à celebração e ao cumprimento de Acordo em Controle de Concentrações, a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt apresentou voto vogal pela aprovação da operação com restrições unilaterais listadas em seu voto. Na sequência proferiram voto os Conselheiros Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, Alexandre Cordeiro, aderindo integralmente ao voto do Conselheiro Relator. O Conselheiro João Paulo de Resende também apresentou voto vogal pela aprovação da operação com restrições unilaterais. Em voto, o Presidente Interino do Cade, Conselheiro Marcio de Oliveira Junior, aderiu ao voto do Conselheiro Relator.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e, por maioria, aprovou-a condicionada à celebração e ao cumprimento de Acordo em Controle de Concentrações, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencidos a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e o Conselheiro João Paulo de Resende que se manifestaram pela aprovação da operação com restrições unilaterais listadas nos respectivos votos-vogais.

3. Processo Administrativo nº 08012.003422/2004-41

Representante: Fundação de Seguridade Social - GEAP

Representados: Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do Estado de Mato Grosso - COOPANEST/MT e União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS/MT (atual razão social do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Autogestão em Saúde - CIEFAS)

Terceiro interessado: Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAUDE

Advogados: Alex Sandro Sarmento Ferreira, Amanda da Costa Marques, José Luiz Toro da Silva, Vânia de Araujo Lima Toro da Silva, Paolo Zupo Mazzucato e outros

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação à Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do Estado de Mato Grosso - COOPANEST/MT em virtude do cumprimento integral das obrigações previstas em Termo de Compromisso de Cessação celebrado com o Cade. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde de Mato Grosso - UNIDAS/MT pela prática de infração à ordem econômica, prevista no art. 20, incisos I e II, e no art. 21, incisos II e X, da Lei 8.884/94 (com correspondência no art. 36 da Lei 12.529/11), com aplicação de multa no valor de R$ 638.460,00 (seiscentos e trinta e oito mil quatrocentos e sessenta reais), a ser paga em até 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente decisão no Diário Oficial da União; bem como às seguintes obrigações, sob pena de multa diária de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por item não observado: a) abstenha-se de negociar coletivamente o valor dos honorários cobrados pelas operadoras de planos de saúde; b) abstenha-se de promover, apoiar ou fomentar movimentos de boicote, paralisação coletiva de atendimentos aos beneficiários de planos de saúde por tempo longo ou indeterminado ou descredenciamentos em massa; c) abstenha-se de impedir a negociação direta e individual de honorários entre médicos/hospitais e operadoras de planos de saúde; d) abstenha-se de tentar implementar tabelas e/ou de promover negociações coletivas que tenham por objeto reivindicações que não estejam exclusivamente relacionadas à remuneração dos médicos pelo valor do seu trabalho; e) disponibilize síntese desta decisão em seu sítio eletrônico; f) divulgue às operadoras de planos de saúde filiadas seu teor, por qualquer meio a sua escolha, comprovando seu cumprimento perante o Cade no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da decisão, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Às 12h49 o Presidente Interino do Cade suspendeu a sessão. Os trabalhos de julgamento foram retomados às 14h32.

4. Processo Administrativo nº 08012.009645/2008-46

Representantes: CMW Saúde e Tecnologia Importação e Exportação Ltda.

Representados: Support Produtos Nutricionais Ltda., Pronutri Nutrição e Farmacêutica Ltda., Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda., Art Médica Comércio e Representações de Produtos Hospilares Ltda. e Milena Torres Chaves Seabra - ME

Advogados: Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Ricardo Casanova Motta, Fábio Alessandro Malatesta dos Santos, Rolf Cristhian Zornig, Ana Lúcia Carneiro Bezerra, Edson Alves da Silva Filho, Antônio Mesquita do Bomfim e outros

Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro

Manifestaram-se oralmente o advogado Edson Alves da Silva Filho, pela Art Médica Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda., bem como a advogada Leonor Cordovil, pela Support Produtos Nutricionais Ltda.

O Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Victor Santos Rufino fez uso da palavra para esclarecer questão de ordem suscitada pelo advogado Edson Alves da Silva Filho relacionada ao indeferimento de abertura formal de prazo para alegações finais, nos termos do artigo 159 do Regimento Interno do Cade.

O Plenário, por unanimidade, homologou o despacho do Conselheiro Alexandre Cordeiro nº 24/2016 e indeferiu pedido da Representada Art Médica Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda., atinente a falta de intimação para oferecimento de alegações finais nos termos do art. 159 do Interno do Cade.

Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do processo em relação ao representado Support Produtos Nutricionais Ltda., bem como pela condenação dos representados Pronutri Nutrição e Farmacêutica Ltda., Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda., Art Médica Comércio e Representações de Produtos Hospilares Ltda. e Milena Torres Chaves Seabra - ME pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II, , II e IV, c/c artigo 21, incisos I, II e III da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multas nos seguintes valores, que deverão ser recolhidas no prazo de 30 dias a contar a da publicação da presente decisão: a) Pronutri Nutrição e Farmacêutica Ltda., multa no valor de R$ 3.165.151,99 (três milhões, cento e sessenta e cinco mil cento e cinquenta e um reais e noventa e nove centavos); b) Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda., multa no valor de R$ 489.747,45 (quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos); c) Art Médica Comércio e Representações de Produtos Hospilares Ltda., multa no valor de R$ 4.328.648,72 (quatro milhões, trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos); e d) Milena Torres Chaves Seabra - ME, multa no valor de R$ 101.068,03 (cento e um mil, sessenta e oito reais e três centavos); o Conselheiro João Paulo de Resende manifestou-se aderindo ao voto do Conselheiro Relator mas divergindo tão-somente com relação à dosimetria das penas aplicadas. O Conselheiro Paulo Burnier da Silveira, a Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, e o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo e o Conselheiro Márcio de Oliveira Junior aderiram integralmente ao voto do Conselheiro Relator.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação ao representado Support Produtos Nutricionais Ltda., bem como a condenação dos representados Pronutri Nutrição e Farmacêutica Ltda., Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda., Art Médica Comércio e Representações de Produtos Hospilares Ltda. e Milena Torres Chaves Seabra - ME pela prática de infração à ordem econômica prevista no artigo 20, incisos I, II, , II e IV, c/c artigo 21, incisos I, II e III da Lei nº 8.884/1994 e, por maioria, aplicou as penalidades previstas no voto do Conselheiro Relator. Vencido o Conselheiro João Paulo de Resende que divergiu tão somente com relação à dosimetria das penas impostas.

7. Processo Administrativo nº 08700.010110/2012-46

Representante: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel

Representados: Telemar Norte Leste S.A. e Brasil Telecom S.A. - Oi S.A.

Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande, Schermann Chrystie Miranda e Silva e outros

Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação aos Representados, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

13. Requerimento nº 08700.005552/2016-02

Requerentes: United Parcel Service Inc. (UPS) e UPS SCS Transportes Brasil S.A. (SCS Brasil)

Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Michelle Matos e outros

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho PRES nº 316/2016.

9. Requerimento nº 08700.008910/2015-40

Requerentes: Cerâmicas e Velas de Ignição NGK Do Brasil Ltda. (NGK Brasil), Ngk Spark Plug Co. Ltd. (NGK Japão), Paulo Abe, Edson Isamu Yoshimura, Jerônimo Yoshitaka Suehiro, Norihiko Adachi, Takao Hamada, Shozo Fujita, Mitsuaki Koyama, Akihiko Yamauchi E Gilberto Maeda

Advogados: Marcel Medon dos Santos, Luciana dos Santos Martorano e outros

Decisão: O Plenário, por maioria, homologou a proposta de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho PRES nº 314/2016. Vencido o Conselheiro João Paulo de Resende que se manifestou pela rejeição da proposta.

Ausentou-se, justificadamente, o Conselheiro Paulo Burnier da Silveira.

6. Processo Administrativo nº 08012.005930/2009-79

Representante: SDE ex officio

Representados: Asahi Glass Co. Ltd, Hankuk Electric Glass Co. Ltd., Nippon Electric Glass Co. Ltd., Samsung Corning Precision Glass Co. Ltd., Schott AG, Toshiharu Ariyoshi, Tamotsu Kitagawa, Futajima, Toshihisa Hayagawa (ou Toshihisa Hayakawa), Yuji Nishimi, Timm-Peter Pollak, Takuo Horiuchi, Hyun-Su Chang, Atushi Shimomura, Hyung-Jin Park, Jeong-Cheol Keum, Jung-Ki Kang, Young-Joo Kim, Sung Yeol Lee

Advogados: Celso Cintra Mori, Rodrigo de Magalhães Carneiro de Oliveira, Flávio Lemos Belliboni, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Paulo Leonardo Casagrande, Schermann Chrystie Miranda e Silva, Tulio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Michelle Marques Machado, Batuira Rogerio Meneghesso Lino, Flávia Chiquito dos Santos, Roberto Lourenço Belluzzo e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

Voto-vista: Conselheiro João Paulo de Resende

Na 92ª SOJ, após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do processo em relação a Timm. Peter Pollak, bem como pela decretação de extinção da ação punitiva da Administração Pública em favor de Samsung Corning Precision Glass Co. Ltd. e das pessoas físicas Hyung-Jin Park, Jeong-Cheol Keum, Jung-Ki Kang, Young-Joo Kim e Sung Yeol Lee, em função do Acordo de Leniência firmado com a então Secretaria de Direito Econômico e pela suspensão do processo em relação a Asahi Glass Co. Ltd. e Hankuk Electric Glass Co. Ltd., bem como quanto às seguintes pessoas físicas Yuji Nishimi; Hyun-Su Chang; Toshihisa Hayakawa e Toshiharu Ariyoshi, até que seja declarado o completo cumprimento do Termo de Compromisso de Cessação; bem como pela condenação dos seguintes Representados por infração à ordem econômica, nos termos do artigo 20, incisos I, II e III c/c artigo 21, incisos I, II, III, IV e X, ambos da Lei nº 8.884/1994, com aplicação de multas que serem pagas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente decisão no Diário Oficial da União: pessoas físicas - Tamotsu Kitagawa, multa no valor de R$ 106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais); Hutajima (ou Futajima), multa no valor de R$ 106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais); Takuo Horiuch, multa no valor de R$ 106.410,00 (cento e seis mil quatrocentos e dez reais); Atushi Shimomura, multa no valor de R$ 292.627,50 (duzentos e noventa e dois mil seiscentos e vinte e sete mil reais e cinquenta centavos); pessoas jurídicas: Nippon Electric Glass Co. Ltd., multa no valor de R$ 5.852.550,00 (cinco milhões oitocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais); Schott AG, multa no valor de R$ 4.389.412,50 (quatro milhões trezentos e oitenta e nove mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro João Paulo de Resende. Na presente sessão o Conselheiro João Paulo de Resente apresentou voto vista acompanhando o voto do Conselheiro Relator mas divergindo com relação a) ao valor da multa a ser aplicada à Representada Nippon Electric Glass Co. Ltd., pelo que propôs o importe de R$ 14.895.421,77 (quatorze milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e sete centavos); b) em relação ao valor da multa a ser aplicada ao Representado pessoa física Atushi Shimomura, que por corresponder ao percentual de 5% da multa aplicada à Nippon Electric Glass Co. Ltd., deveria passar para o valor de R$ 744.771,09 (setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e nove centavos); e c) em relação ao valor da multa a ser aplicada à Representada Schott AG, pelo que propôs o importe de R$ 3.447.018,53 (três milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, dezoito reais e cinquenta e três centavos). Na sequência, o Conselheiro Márcio de Oliveira Junior manifestou-se em voto vogal, acompanhando o voto do Conselheiro Relator e divergindo tão-somente em relação à penalidade pecuniária aplicada à Schott AG para que seja cominado o valor de R$ 1.682.046,67 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos). O Conselheiro Relator fez uso da palavra para informar que incorporará ao voto anteriormente proferido a metodologia para dosimetria da penalidade imposta à Schott AG adotada pelo Conselheiro Márcio de Oliveira Junior no voto vogal e alterou o valor da multa proposta a esta Representada. A Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt aderiu ao voto do Conselheiro Relator pela condenação dos Representados e, quanto a dosimetria, seguiu o voto vista do Conselheiro João Paulo de Resende. O Conselheiro Alexandre acompanhou o voto do Conselheiro Relator com as incorporações propostas pelo voto vogal do Conselheiro Márcio de Oliveira Junior.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação a Timm. Peter Pollak, a decretação de extinção da ação punitiva da Administração Pública em favor de Samsung Corning Precision Glass Co. Ltd. e das pessoas físicas Hyung-Jin Park, Jeong-Cheol Keum, Jung-Ki Kang, Young-Joo Kim e Sung Yeol Lee, em função do Acordo de Leniência firmado com a então Secretaria de Direito Econômico e a suspensão do processo em relação a Asahi Glass Co. Ltd. e Hankuk Electric Glass Co. Ltd., às seguintes pessoas físicas Yuji Nishimi; Hyun-Su Chang; Toshihisa Hayakawa e Toshiharu Ariyoshi, até que seja declarado o completo cumprimento do Termo de Compromisso de Cessação. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados pessoas físicas - Tamotsu Kitagawa, Hutajima (ou Futajima), Takuo Horiuch, Atushi Shimomura e pessoas jurídicas: Nippon Electric Glass Co. Ltd., Schott AG, por infração à ordem econômica, nos termos do artigo 20, incisos I, II e III c/c artigo 21, incisos I, II, III, IV e X, ambos da Lei nº 8.884/1994. O Plenário, por unanimidade, determinou a aplicação nas multas previstas no voto do Conselheiro Relator às pessoas físicas Tamotsu Kitagawa, Hutajima (ou Futajima), Takuo Horiuch, que deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente decisão no Diário Oficial da União. O Plenário, por maioria, determinou a aplicação das multas previstas no voto do Conselheiro Relator aos Representados Nippon Electric Glass Co. Ltd., Schott AG e à pessoa física Atushi Shimomura. Vencidos com relação à divergência quanto à dosimetria de parte dos Representados os Conselheiros João Paulo de Resende e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

O Conselheiro Paulo Burnier da Silveira retornou aos trabalhos de julgamento.

11. Requerimento nº 08700.011930/2015-06

Requerentes: FAE Ferragens e Indústria de Hidrômetros S.A. (atual FAE Sistemas de Medição S.A.)

Advogados: Maria Cibele Crepaldi Affonso dos Santos e outros

Decisão: O Plenário, por maioria, homologou a proposta de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho PRES nº 319/2016. Vencido o Conselheiro João Paulo de Resende que se manifestou pela rejeição da proposta.

12. Requerimento nº 08700.000843/2016-04

Requerentes: Grupo OW/WW (Wallenius Wilhelmsen Logistics AS - WWL e Eukor Car Carriers Inc.)

Advogados: Eduardo Caminati Anders, Guilherme Teno Castilho Missali e outros

Decisão: O Plenário, por maioria, homologou a proposta de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho PRES nº 313/2016. Vencido o Conselheiro João Paulo de Resende que se manifestou pela rejeição da proposta.

10. Requerimento nº 08700.009978/2015-46

Requerentes: Autoliv do Brasil LTDA, Richard Schwabe, Fábio Priante e Arnaldo Coronel

Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Rodrigo Alves do Santos e outros

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de Compromisso de Cessação, nos termos do Despacho PRES nº 315/2016.

Embargos de Declaração no Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais nº 08700.006554/2016-19

Embargantes: JBS S.A.; Rodopa Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Forte Empreendimentos e Participações Ltda.

Advogado: José Marcelo Martins Proença

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, negou-lhes provimento nos termos do voto do Conselheiro Relator.

REFERENDOS

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despachos PRES nºs 303/2016 (PI 08700.005560/2016-41), 304/2016 (Acesso Restrito AC 08700.010790/2015-41), 305/2016 (AC 08700.004151/2012-01), 306/2016 (Acesso Restrito AC 08700.005447/2013-12), 307/2016 (Acesso Restrito Denúncia de Conduta 08700.005672/2016-00), 308/2016 (AC 08012.005697/2009-24), 309/2016 (Req 08700.005399/2012-81), 310/2016 (Req 08012.010273/2006-39), 311/2016 (Req 08700.003364/2016-31), 312/2016 (Processo 08700.006928/2016-98), 253/2016 (Processo 08700.001169/2016-77), 321/2016 (Req 08700.006523/2015-79), 317/2016 (Req 08700.002611/2015-00) e 318/2016 (Req 08700.003050/2016-39); apresentados pelo Presidente Interino Márcio de Oliveira Júnior.

Despacho MOJ nº 30/2016 (PA 08012.002568/2005-51), 31/2016 (Req 08700.003672/2016-67); apresentado pelo Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior.

Despacho ACM nº 22/2016 (Acesso Restrito); apresentado pelo Conselheiro Alexandre Cordeiro.

Ofício PBS nºs 5411/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5414/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5415/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5416/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5439/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5442/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5443/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5444/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5445/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5446/2016 (PA 08012.002673/2007-51), 5674/2016 (AC 08700.002792/2016-47); apresentados pelo Conselheiro Paulo Burnier da Silveira.

Despachos CAJS nºs 26/2016 (PA 08012.007155/2008-13), 27/2016 (PA 08012.010744/2008-71); apresentados pela Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 18:48h do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, o Presidente Interino do Cade, Márcio de Oliveira Júnior, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 105 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta na unidade de andamento processual: itens 3, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 13 e Embargos de Declaração no Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais nº 08700.006554/2016-19.

MÁRCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente do Cade
Interino

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016111600096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 127

Dia: 14.11.2016
Hora: 15h04
Presidente Interino: Márcio de Oliveira Júnior
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira
Foi distribuído por conexão o seguinte feito.
Requerimento nº 08700.007539/2016-80
Requerente: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Relator: Acesso Restrito
Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos.

A distribuição é realizada em blocos de modo que o processo seja sorteado aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente. Assim, a distribuição iniciará sem o nome do Conselheiro João Paulo de Resende, que no último bloco de sorteio - na 126ª Sessão Ordinária de Distribuição - foi o relator sorteado. Excluído o nome do Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior nos termos do Parecer nº 43/2016/CGEP/PFE-CADE/PGF/AGU.

Ato de Concentração nº 08700.000723/2016-07
Requerentes: John Deere Brasil Ltda. e Monsanto do Brasil Ltda.
Advogados: Cristianne Zarzur, Natália Felix e outros
Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

Ato de Concentração nº 08700.006903/2016-94
Requerente: Amil Assistência Médica Internacional S.A.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Marcos Paulo Veríssimo, Carolina Maria Matos Vieira e outros
Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
Ato de Concentração nº 08700.006904/2016-39
Requerente: Amil Assistência Médica Internacional S.A.
Advogados: Tito Amaral de Andrade, Marcos Paulo Veríssimo, Carolina Maria Matos Vieira e outros
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos da Lei nº 12.529/2011.

MÁRCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente do Cade
Interino

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 14 de novembro de 2016

Nº 1.409 - Ato de Concentração nº 08700.007263/2016-30. Requerentes: Banco BTG Pactual S.A. e Ibagué Empreendimentos e Participações S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, José Inácio F. de Almeida Prado Filho, Luiz Antonio Galvão e André Luís Menegatti. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.908, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/76978 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITAGUAI CONSTRUÇÕES NAVAIS S/A, CNPJ nº 10.827.182/0001-22 para atuar no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.044, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/72814 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0006-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2233/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.077, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/56942 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GSS SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 08.365.528/0002-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2298/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.139, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/74158 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VALOR EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.541.308/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2218/2016, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 5.164, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2016/74988 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa GUARDA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 14.720.453/0001-05, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Revólveres calibre 38
91 (noventa e uma) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 143, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Processo n° 08669010881/2016-09.

O Superintendente da Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, considerando a manifestação da Advocacia-Geral da União no Parecer nº 0425/2016/CJUMS/CGU/AGU e o contido na Decisão Administrativa nº 02/2016/GAB-MS, resolve:

Liberar a empresa Telbras Sinalização e Segurança Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.977.881/0001-68, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas nº 3293, CEP 92110-330, no município de Canoas-RS, do compromisso assumido junto à Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, através da Ata de Registro de Preço nº 07/2015, sem aplicação de penalidade.

LUIZ ALEXANDRE GOMES DA SILVA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 538, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016

Divulga o resultado da apuração das metas institucionais do sétimo ciclo de avaliação de desempenho.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e no uso das atribuições delegadas pelo art. 1º, inciso I e II, da Portaria SE nº 501, de 29 de maio de 2014, resolve:

Divulgar o resultado da apuração das metas institucionais estabelecidas pela Portaria DEPEN nº 322, de 6 de junho de 2016, relativo ao sétimo ciclo de avaliação de desempenho, referente ao período de 1º de novembro de 2015 à 31 de outubro de 2016, na forma do anexo desta Portaria.

MARCO ANTÔNIO SEVERO SILVA

ANEXO

Descrição da Meta	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Meta Prevista	Resultado
Global Executar o limite orçamentário disponível aoDEPEN no até o final de outubro de 2016	(LOE /LOD) X 100	Percentual	80%	264 mi/265 mi x 100 = 99 % 95 mil/ 102 mil x 100 = 93 % (99 + 93) / 2 = 96 %
Intermediária Garantir o cumprimento das determinações judiciais de inclusões de presos no Sistema Penitenciário Federal, bem como as exclusões e transferências desses presos, na forma estabelecida na lei federal nº 11.671/2008	100 - (quantidade de determinações judiciais não cumpridas no período x 100/ número de determinações judiciais no período)	Percentual	100%	(0 x 100/456) = 100%
Intermediária Prestas as assistências legais e constitucionais às pessoas presas no Sistema Penitenciário Federal	(NASR/NRS) X 100 + (NAER/DAE) X 100 / 2	Percentual	80%	(9.236/8.867) x 100 + (1.852/1.870) x 100 / 2 = 103%

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DO CHEFE

Determino o DEFERIMENTO da Retificação de Assentamentos abaixo relacionado:

Processo: 08460.037742/2015-70, MIKHAIL BELOLIPETSKIY, alterado o nome constante do seu registro, passando de MIKHAIL BELOLIPETSKIY para MIKHAIL VIKTOROVICH BELOLIPETSKIY.

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08505.000381/2015-42 MANUEL ANTONIO SIGNORI ECHEVERRIA, o interessado residi atualmente nos Estados Unidos, sem previsão de retorno.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos da Chefe publicado em 14 de novembro de 2016, no Diário Oficial da União, Seção 1, página 56

Onde se lê:

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08389018816201589, JIZAN HUSSEIN MELHEM, rompimento do lapso temporal de mais de 15 (quinze) anos de residência no território brasileiro.

Processo: 08505035161201611, MOHAMAD AHMAD ZEINEDDINE, não consta o comprovante de pagamento da taxa GRU referente ao pedido de desarquivamento.

Processo: 08452.000041/2014-01, MOHAMOUD SALIOU SIBY, verifica a tempestividade da peça recursal e não se vislumbra o pagamento da taxa GRU referente ao pedido de desarquivamento e novos argumentos capazes de mudar o Despacho nº 154

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe da Divisão de Processos Migratórios

Leia-se:

No uso das atribuições a mim conferidas, decido:

Determino a manutenção do arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo: 08389018816201589, JIZAN HUSSEIN MELHEM, rompimento do lapso temporal de mais de 15 (quinze) anos de residência no território brasileiro.

Processo: 08505035161201611, MOHAMAD AHMAD ZEINEDDINE, não consta o comprovante de pagamento da taxa GRU referente ao pedido de desarquivamento.

Processo: 08452.000041/2014-01, MOHAMOUD SALIOU SIBY, verifica a tempestividade da peça recursal e não se vislumbra o pagamento da taxa GRU referente ao pedido de desarquivamento e novos argumentos capazes de mudar o Despacho nº 154

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe da Divisão de Processos Migratórios

DIVISÃO DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente.

Processo Nº 08505.034690/2016-05 - VICENTE SANJOSE MITJANS

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO os pedidos de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado considerando o disposto no Art. 125, XVI da Lei nº 6.815/80 c/c Art. 70, § 1º, do Decreto nº 86.715/81.

Processo Nº 08000.037671/2016-11 - ISABELLE SUZANNE HENRIETTE REISS

Processo Nº 08000.033164/2016-09 - CARLOS ALBERTO MENDEZ ADRIAN, IRIS RIVERA RODRIGUEZ, IRIS ISABEL MENDEZ RIVERA

Processo Nº 08000.029761/2016-21 - ALESSANDRO GRECO

Processo Nº 08000.029757/2016-62 - JUAN CAYETANO MARIANO CABALLERO, MARTHA ELENA GUTIERREZ COUTINO

Processo Nº 08000.029723/2016-78 - LUIS ADRIAN VERENZUELA ANDREA, EDUALY SALOMONE SPIROW, ELIZABETH VERENZUELA SALOMONE

Processo Nº 08000.029712/2016-98 - JUAN PABLO DE LA PARRA MEJIA

Determino o arquivamento dos processos diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro(a) ao País,abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.012369/2016-42 - ROLANDO RAFAEL KOURANY JOVANE, TAMY ARELIS PIMENTEL FLORES, ALLEN ROLANDO KOURANY PIMENTEL, EVANS EMANUEL KOURANY PIMENTEL

Processo Nº 08000.012303/2016-52 - SUSANA GABRIELA SOUSA BENTO PEREIRA, JOÃO CARLOS DA COSTA PEREIRA, GUILHERME BENTO PEREIRA, JOANA BENTO PEREIRA

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

DEFIRO o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País.

Processo N° 08280.302500/2016-61 - POLICARPO FRANCISCO QUIPUNGO, até 01/12/2017.

Determino o arquivamento dos processos, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada, abaixo relacionados:

Processo N° 08494.008973/2014-06 - REBECA BUELA MUCANDA TIAGO

Processo N° 08018.009615/2014-28 - AIDA FRANCISCA MENDES TEIXEIRA SANHA

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 28/04/2016, Seção 1, pág. 71.

Onde se lê - Processo Nº 08000.011352/2016-78 - DAVID FERNANDEZ EXTREMO.

Leia-se - Processo Nº 08000.011352/2016-78 - DAVID FERNANDEZ EXTREMO, RUTH SANZ DEL OMO, HUGO FERNANDEZ SANZ, LUCIA FERNANDEZ SANZ

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 163, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Conjunto de Episódios: O PODER DO ESPORTE (Brasil - 2016)
Produtor(es): Babel Filmes
Diretor(es): Patrizia Landi/Aude Chevalier-Beaumel
Distribuidor(es): Fundação Roberto Marinho
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.006260/2016-76
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Série: PRETTY LITTLE LIARS - 1ª TEMPORADA (PRETTY LITTLE LIARS - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): 01 A 22
Produtor(es): Alloy Entertainment
Diretor(es): I. Marlene King
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDUSTRIA, COM. E DISTRIBUIÇÃO VIDEO-FONOGRAFICA LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.041373/2016-18
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: SEGREDOS E MENTIRAS (SECRET AND LIES, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 10
Produtor(es): Dean Alioto/Catherine Jelski/Mitch Marcus/Jonathan Winfrey
Diretor(es): Dean Alioto/Catherine Jelski/Mitch Marcus/Jonathan Winfrey
Distribuidor(es): DISNEY - BUENA VISTA INTERNATIONAL, INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.044520/2016-10
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Filme: INVASÃO ZUMBI (TRAIN TO BUSAN, Coréia do Sul - 2016)
Produtor(es): Lee Dongha
Diretor(es): Park Joo-Suk
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.045010/2016-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: MARIA GADÚ - GUELÃ AO VIVO (Brasil - 2016)
Diretor(es): Maria Gadú/Lua Leça
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.046101/2016-12
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. "SOM LIVRE"

Filme: SULLY - O HÉROI DO RIO HUDSON (SULLY, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Kipp Nelson
Diretor(es): Clint Eastwood
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.047066/2016-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: REI ARTHUR - A LENDA DA ESPADA (KING ARTHUR - THE LEGEND OF THE SWORD, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Warner Bros. International
Diretor(es): Guy Ritchie
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.047069/2016-84
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: FAMÍLIA HOLLARS (HOLLARS, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Michael London
Diretor(es): John Krasinski
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.047071/2016-53
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: ROSA DE SARON - ESSENCIAL (Brasil - 2016)
Diretor(es): Daniel Paulo dos Santos/Wellington Rogério Greve/Eraldo Silva Mattos
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.047257/2016-11
Requerente: ROSA DE SARON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME

Show Musical: MILTON NASCIMENTO - UMA TRAVESSIA - 50 ANOS DE CARREIRA AO VIVO (Brasil - 2013)
Diretor(es): João Mario Linhares
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.047264/2016-12
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.

Show Musical: ANDRÉ RIEU - FALLING IN LOVE IN MAASTRICHT (Alemanha - 2016)
Produtor(es): Universal Music International Ltda
Diretor(es): Pit Weyrich/Lidaq Huver/André Rieu
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.047970/2016-56
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ATÉ O ÚLTIMO HOMEM (HACKSAW RIDGE, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Bill Mechanic/Brian Oliver/Bruce Davey/David Permut/Paul Currie/Terry Benedict/William D. Johnson
Diretor(es): Mel Gibson
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Biografia/Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.048488/2016-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PAPA FRANCISCO, CONQUISTANDO CORAÇÕES (FRANCISCO - EL PADRE JORGE, Argentina - 2015)
Produtor(es): Benteveo Prodicciones
Diretor(es): Beda Docampo
Distribuidor(es): RJ DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001089/2016-20
Requerente: RJ DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: FURACÃO BIANCA (HURRICANE BIANCA, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Ash Christian
Diretor(es): Matt Kugelman
Distribuidor(es): WOLFE VIDEO LLC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001108/2016-18
Requerente: WOLFE VIDEO LLC

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.415, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Autoriza o repasse financeiro de investimento do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais para construção ou ampliação de Centrais de Rede de Frio (CRF) destinado ao fomento e ao aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Portaria nº 2.992/GM/MS, de 26 de dezembro de 2012, que institui repasses financeiros do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde Estaduais e do Distrito Federal, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para o fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, em âmbito estadual e regional;

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 2.682/GM/MS, de 7 de novembro de 2013, que estabelece procedimentos e critérios para o repasse de recursos financeiros de investimento pelo Ministério da Saúde, destinados ao fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando a Portaria nº 1.429/GM/MS, de 3 de julho de 2014 que estabelece procedimentos e critérios para o repasse de recursos financeiros de investimento pelo Ministério da Saúde, destinados ao fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

Considerando as Resoluções nº 62/CIB/AL, de 28 de julho de 2014; nº 212/CIB/CE, de 29 de agosto 2014; nº 26/CGSES/DF, de 25 de agosto de 2014; nº 62/CIB/MS, de 28 de agosto de 2014; nº 210/CIB/MT, de 14 de agosto de 2014; nº 53/CIB/PB, de 4 de agosto de 2014; nº 2628/CIB/PE, de 25 de agosto de 2014; nº 310/CIB/PR, de 22 de julho de 2014; nº 175/CIB/RO, de 10 de julho de 2014; nº 360CIB/SC, de 22 de agosto de 2014; nº 375/CIB/SC, de 22 de agosto de 2014; nº 166/CIB/SE, de 18 de agosto de 2014; nº 192/CIB/TO, de 21 de agosto de 2014; nº 201/CIB/TO, de 21 de agosto de 2014, encaminhadas à Secretaria de Vigilância em Saúde, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse financeiro de investimento do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais para construção ou ampliação de Centrais de Rede de Frio (CRF) destinado ao fomento e ao aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio.

Art. 2º Ficam habilitados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a receberem os recursos de que trata o artigo anterior, conforme os anexos a esta Portaria, em 3 (três) parcelas para construção de CRF e 2 (duas) parcelas para ampliação, conforme previsto nos artigos 12 e 13 da Portaria nº 1.429/GM/MS, de 3 de julho de 2014.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos da Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Distrital e Municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em Lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente, em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º O recurso de que trata o artigo 2º será transferido após o término do prazo previsto no inciso VI, alínea a, do art. 73 da Lei nº 9.504/97.

Art. 7º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 8º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.305.2015.20YE.0001 - PO 0002 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

Relação de Propostas Habilitadas para Construção de CRF

UF	IBGE	ENTIDADE	TIPO DE CENTRAL	NOME DA CENTRAL	NÚMERO DA PROPOSTA	TIPO DE INVESTIMENTO	PORTE	VALOR (R$)
AL	270000	SES/AL	Regional	Central Regional de Rede de Frio de Arapiraca	11659171000116002	Construção	II - Câmara frigorífica (menor que 50m²)	956.380,00
AL	270430	Maceió	Municipal	Central de Rede de Frio de Maceió	07792137000116001	Construção	II - Câmara frigorífica (menor que 50m²)	1.050.200,00
MS	500270	Campo Grande	Municipal	Central Municipal de Rede de Frio	11228564000116002	Construção	I - Estrutura simplificada	1.100.000,00
MT	510000	SES/MT	Regional	Central de Rede de Frio Regional Alta Floresta	04441389000116010	Construção	I - Estrutura simplificada	635.600,00
PB	250750	João Pessoa	Municipal	Central de Rede de Frio de João Pessoa	08715618000116007	Construção	I - Estrutura simplificada	1.100.000,00
PE	261160	Recife	Municipal	Central de Rede de Frio da cidade do Recife	41090291000116019	Construção	III - Câmara frigorífica (maior ou igual a 50m²)	1.386.060,00
PR	410690	Curitiba	Municipal	Divisão de Imunobiológicos	13792329000116001	Construção	I - Estrutura simplificada	1.100.000,00
RO	110000	SES/RO	Regional	Central de Rede de Frio Regional de Vilhena	00733062000116014	Construção	I - Estrutura simplificada	966.960,00
SC	420000	SES/SC	Regional	Central de Rede de Frio da SDR de Joaçaba	80673411000116010	Construção	I - Estrutura simplificada	925.040,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SC	420000	SES/SC	Regional	Central de Rede de Frio da SDR de Canoinhas	80673411000116009	Construção	I - Estrutura simplificada	1.094.500,00
SC	420000	SES/SC	Regional	Central de Rede de Frio da SDR de Videira	80673411000116005	Construção	I - Estrutura simplificada	1.098.960,00
TO	170000	SES/TO	Regional	Central Regional de Gurupi	13849028000116012	Construção	I - Estrutura simplificada	731.720,00
TO	170000	SES/TO	Regional	Central Regional de Araguaína	13849028000116013	Construção	I - Estrutura simplificada	731.720,00
TO	172100	Palmas	Municipal	Central Municipal de Vacinas	11320420000116004	Construção	I - Estrutura simplificada	1.024.900,00
Total:								13.902.040,00

ANEXO II

Relação de Propostas Habilitadas para Ampliação de CRF

UF	IBGE	ENTIDADE	TIPO DE CENTRAL	NOME DA CENTRAL	NÚMERO DA PROPOSTA	TIPO DE INVESTIMENTO	PORTE	VALOR (R$)
AL	270000	SES/AL	Estadual	Central Estadual de Rede de Frio	11659171000116003	Ampliação	III - Câmara frigorífica (maior ou igual a 50m²)	654.700,00
CE	230000	SES/CE	Estadual	Central Estadual de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos - CEADIM	74031865000116013	Ampliação	III - Câmara frigorífica (maior ou igual a 50m²)	900.000,00
DF	530000	SES/DF	Estadual	Central da Rede de Frio SES-DF	12116247000116007	Ampliação	III - Câmara frigorífica (maior ou igual a 50m²)	129.980,00
SE	280000	SES/SE	Estadual	Central Estadual de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos	04384829000116006	Ampliação	III - Câmara frigorífica (maior ou igual a 50m²)	730.000,00
Total:								2.414.680,00

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

RETIFICAÇÕES

No Despacho do Coordenador nº 12, de 19 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 13, de 20 de janeiro de 2016, Seção 01 pág. 24

Onde se lê:

AUTUADO: BRASIMPORT TRANSPOSRTE, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 04.128.441/0003-96

25750.801987/2010-09 - AIS: 951577/10-1 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA

Leia-se:

AUTUADO: BRASIMPORT TRANSPOSRTE, INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 04.128.441/0003-96

25750.801987/2010-09 - AIS: 951577/10-1 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

No Despacho do Coordenador nº 43, de 26 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 79, de 27 de abril de 2016, Seção 01 pág. 40

Onde se lê:

AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS SA CNPJ/CPF: 02.012.862/0022-94

25757.298832/2009-44 - AIS:383300/09-3 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

Leia-se:

AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS SA CNPJ/CPF: 02.012.862/0022-94

25757.298832/2009-44 - AIS:383300/09-3 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

No Despacho do Coordenador nº 61, de 05 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União n° 66, de 6 de abril de 2011, Seção 01 pág. 66

Onde se lê:

AUTUADO: PMH - PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 31.217.631/0001-90 - 25759.511845/2007-79 - AIS: 644318/07-4 GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

Leia-se:

AUTUADO: HEMO LINE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ/CPF: 31.217.631/0001-90 - 25759.511845/2007-79 - AIS: 644318/07-4 GGPAF/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

No Despacho do Coordenador nº 73, de 06 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 173, de 8 de setembro de 2016, Seção 01 pág. 44

Onde se lê:

AUTUADO: R&W ALIMENTO SAUDÁVEL LTDA CNPJ/CPF: 04.476.943/0001-46 2351.385840/2007-67 - AIS: 497703/07-3 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

Leia-se:

AUTUADO: R&W ALIMENTO SAUDÁVEL LTDA CNPJ/CPF: 04.476.943/0001-46 2351.385840/2007-67 - AIS: 497703/07-3 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

Onde se lê:

AUTUADO: S.A. (VIAÇÃO AEREA RIO-GRANDENSE) - FALIDA CNPJ/CPF: 92.772.821/0107-12

25752.070795/2006-45 - AIS: 092245/06-5 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

Leia-se:

AUTUADO: S.A. (VIAÇÃO AEREA RIO-GRANDENSE) - FALIDA CNPJ/CPF: 92.772.821/0107-12

25752.070795/2006-45 - AIS: 092245/06-5 - GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

No Despacho do Coordenador nº 89, de 07 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 195, de 10 de outubro de 2016, Seção 01 pág. 62

Onde se lê:

AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55

25743.659561/2012-33 - AIS: 0945353/12-9 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

Leia-se:

AUTUADO: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 82.277.955/0001-55

25743.659561/2012-33 - AIS: 0945353/12-9 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

No Despacho do Coordenador nº 89, de 07 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União n° 195, de 10 de outubro de 2016, Seção 01 pág. 62

Onde se lê:

AUTUADO: NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA CNPJ/CPF: 92.691.609/0003-34 25751.669380/2012-36 - AIS: 0958791/12-8 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

Leia-se:

AUTUADO: NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA CNPJ/CPF: 92.691.609/0003-34 25751.669380/2012-36 - AIS: 0958791/12-8 GGPAF/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR NULIDADE

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Desabilita o Hospital Geral-Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) da realização de procedimentos como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 756/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta e define as Redes Estaduais e/ou Regionais de Assistência ao Paciente Neurológico na Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº. 646/SAS/MS, de 10 de novembro de 2008, que trata dos atributos dos procedimentos relacionados à neurocirurgia na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS e da habilitação dos estabelecimentos nas Redes de Assistência ao Paciente Neurológico; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, por meio do Ofício SES/SUBUS/SAECA nº 798/2015, de 30 de junho de 2016, e a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Deliberação CIB-RJ nº 3.758, de 02 de junho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o estabelecimento a seguir, da realização de procedimentos como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia, códigos de serviço/classificação 105/001, 105/002, 105/003, 105/004 e 105/005:

Estabelecimento	CNES	CNPJ
Hospital Geral-Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro	2270676	33.609.504/0038-54

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.522, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Desabilita a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 221/GM/MS, de 15 de fevereiro de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia;

Considerando a Portaria nº 90/SAS/MS, de 27 de março de 2009, que define as atribuições e as normas para credenciamento dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia e habilita, em seu anexo III, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro/RJ como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia;

Considerando a solicitação de desabilitação da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro/RJ como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, por meio do Ofício SES/SUBUS/SAECA Nº 798/2016 e a aprovação dessa desabilitação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Resolução CIB/RJ n° 3758/2016 de 02 de junho 2016; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o estabelecimento de saúde a seguir como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumato-Ortopedia (2501), nos serviços de Traumatologia e Ortopedia (155/001) e Traumatologia e Ortopedia Pediátrica de Urgência - Até 21 anos de idade (155/002).

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (RJ)	2270676	33.609.504/0038-54

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 529, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do médico intercambista desligado do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

Nome	RNE/RG	RMS	Processo/SIPAR
GERMAN RODRIGUEZ ZALDIVAR	G-240619-B	2600651	25000.049668/2016-51

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 213, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.112060/2016-89, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CINETRAN CENTRO DE INSPEÇÃO E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE LTDA - EPP, CNPJ nº 05.632.361/0001-74, situada no Município de Duque de Caxias - RJ, Rodovia Washington Luiz, nº 1951, Vila São Luis, CEP: 25.055-009 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

PORTARIA Nº 217, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.112130/2016-07, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica CENTRAL LINHARES DE INSPEÇÕES VEICULARES LTDA - ME , CNPJ nº 06.273.616/0001-12, situada no Município de Linhares - ES, Av. Prefeito Anario Marreiro, nº 873, Nossa Senhora da Conceição, CEP: 29.900-505 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

PORTARIA Nº 218, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.110332/2016 -14, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica NICTRAN INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 08.878.189/0001-21, situada no Município de Benfica - RJ, Rua São Luiz Gonzaga, nº 1701, CEP: 20.910-065 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

PORTARIA Nº 222, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.034850/2015-35, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, a licença de funcionamento à pessoa jurídica ANGRATEC INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 23.438.560/0001-28, situada no Município do Rio de Janeiro - RJ, Av. Padre Guilherme Decaminada, nº 847, Santa Cruz, CEP: 23.575-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLAVO DE ANDRADE LIMA NETO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.095, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003312/2015-55. Interessada: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte. Objeto: Alterar a Resolução Autorizativa nº 5.688, de 8 de março de 2016, por meio da substituição dos Anexos daquela Resolução pelos Anexos desta Resolução. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 6.100 - Processo nº 48500.003290/1999-98. Interessado: Iguaçu Minas Energética Ltda. Objeto: Revogação da outorga de autorização da Pequena Central Hidrelétrica Lavras, localizada no município de Barbacena, estado de Minas Gerais.

Nº 6.101 - Processo nº 48500.003290/1999-98. Interessado: Iguaçu Minas Energética Ltda. Objeto: Revogação da outorga de autorização da Pequena Central Hidrelétrica Ilhéus, localizada no município de Barbacena, estado de Minas Gerais.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.108, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003458/2015-09. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - CHESF. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestação Pau Ferro; (ii) estabelecer o valor da parcela adicional de Receita Anual Permitida - RAP correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 1º de novembro de 2016

Nº 2.877 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004240/2016-44, decide por: (i) conhecer e dar provimento ao pedido interposto pela empresa Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., em face de decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que aplicou à Requerente desconto de Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI por atraso na entrada em operação comercial da SE Luziânia; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema que proceda a recontabilização da Receita Anual Permitida da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., e modo a cancelar a aplicação do referido desconto, conforme estabelecido no submódulo 15.12 dos Procedimentos de Rede, nos termos da REN nº 372, de 2009.

Nº 2.878 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006185/2013-84, decide: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Eurus II Energias Renováveis S.A. em face do Despacho nº 554, de 03 de março de 2015, mantendo inalterado o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Eurus II e o início do suprimento do respectivo Contrato de Energia de Reserva - CER.

Nº 2.879 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006186/2013-29, decide: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Renascença V Energias Renováveis S.A. em face do Despacho nº 555, de 03 de março de 2015, mantendo inalterado o cronograma de implantação da Central Geradora Eólica Renascença V e o início do suprimento do respectivo Contrato de Energia de Reserva - CER.

Nº 2.893 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000809/2016-01, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Planalto Service Ltda, CNPJ nº 02.843.359/0001-56, em face da Decisão nº 11/2016-SLC/ANEEL, de 3 de maio de 2016, emitida pela Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC, que aplicou sanção administrativa de "multa compensatória de 20% do valor mensal do contrato e de suspensão de licitar e impedimento de contratar com a ANEEL pelo período de 2 (dois) anos", nos termos do item 15.2 da Cláusula Décima Quinta do referido Contrato e do art. 87 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para alterar a sanção para multa compensatória de 10% do valor mensal do contrato, mantendo a suspensão de licitar e impedimento de contratar com a ANEEL pelo período de 2 (dois) anos.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de novembro de 2016

Nº 2.892 - Processo nº 48500.006008/2008-31. Interessado: RC Administração e Participações S.A. Decisão: (i) aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Tocantinzinho, no trecho a montante do remanso do reservatório da UHE Mirador, afluente do rio Maranhão, localizado na sub-bacia 20, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no estado de Goiás, de titularidade da empresa RC Administração e Participações S.A., inscrita no CNPJ nº 03.932.129/0001-26. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de novembro de 2016

Nº 2.965 - Processo nº 48500.006397/2008-02. Interessado: Usina Guariroba Ltda. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 15 de novembro de 2016. Usina: UTE Guariroba. Unidade Geradora: UG1, de 12.000 kW, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Pontes Gestal, Estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 15 de novembro de 2016.

Nº 2.966 - Processo nº 48500.005493/2008-25. Interessados: Energia Sustentável do Brasil S.A. Usina: UHE Jirau. Unidades Geradoras: UG50 de 75.000 kW cada. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Nº 2.967 - Processo nº 48500.004384/2014-39. Interessados: Santa Úrsula Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Santa Úrsula. Unidades Geradoras: UG1, UG11, UG12 e UG13, de 2.100 kW cada, totalizando 8.400 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

IMPRENSA NACIONAL
EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 2.960, de 11 de novembro de 2016, publicado no DOU nº 218, de 14 de novembro de 2016, seção 1, página 132, onde se lê: "Restaurar, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da unidade geradora UG1 e UG2 da UHE Itiquira I, com potência instalada de 30.400 kW", leia-se: "Restaurar, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da unidade geradora UG1 da UHE Itiquira I, com potência instalada de 30.400 kW".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de novembro de 2016

Nº 2.961 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.004592/2015-19, decide aprovar o Custo Variável Unitário - CVU no valor de R$ 856,27/MWh (oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos por megawatt-hora), para aplicação no processo de contabilização do mês de outubro de 2016 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte pela geração da UTE Araguaia.

Nº 2.962 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000270/2014-10, decide aprovar o Custo Variável Unitário - CVU no valor de R$ 821,61/MWh (oitocentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos por megawatt-hora), para aplicação no processo de contabilização do mês de outubro de 2016 na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com vistas ao ressarcimento dos custos variáveis à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte pela geração da UTE Santarém.

Nº 2.963 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000270/2014-10, decide: (i) autorizar o ressarcimento financeiro à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, conforme disposto no § 2º do art. 1º das Portarias do Ministério de Minas e Energia - MME nº 88, de 27 de fevereiro de 2014, e nº 418, de 13 de agosto de 2014, pela disponibilização da geração da central geradora termelétrica Santarém, no valor de R$ 9.044.583,30 (nove milhões e quarenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e três reais e trinta centavos) para cobertura dos custos fixos no período de março a outubro de 2016; (ii) autorizar, a partir da contabilização do mês de novembro de 2016 até a contabilização do mês de dezembro de 2016 no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o ressarcimento financeiro mensal à Eletronorte, para cobertura dos custos fixos referentes à disponibilização da geração da UTE Santarém, conforme tabela a seguir; e (iii) determinar à CCEE que efetue o ressarcimento autorizado nos itens "i" e "ii" adotando critério de rateio entre os agentes pagadores idêntico ao do Encargo de Serviços do Sistema - ESS por restrição de operação a ser alocado no Submercado Norte.

Mês/Ano	Valor
Novembro/16	R$ 1.107.500,00
Dezembro/16	R$ 1.144.416,66

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de novembro de 2016

Nº 2.953 - Processo nº 48500.003336/2015-12. Interessados: Vendedores do 4º Leilão de Energia de Reserva - LER, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia de reserva. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva, recontabilize para o 4º LER, 2º ano de apuração, o acrônimo ENF_DT para as usinas Corredor de Senandes II, Corredor de Senandes III, Corredor de Senandes IV e Vento Aragano I. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 14 de novembro de 2016

Nº 1. 351 - O SECRETÁRIO EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 863, de 4 de novembro de 2016, resolveu:

Conhecer, conforme a Resolução de Diretoria nº 896, de 4 de novembro de 2016, do pedido de reconsideração interposto pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em face da Resolução de Diretoria nº 522/2016 e, no mérito, dar provimento, aprovando o Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Congro - Bacia de Campos (Contrato de Concessão 48000.003714/97-11), e determinando: I) a apresentação de um Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) até 31/01/2017, contemplando: a) a perfuração de dois poços produtores e um injetor no reservatório EN/BR10; b) o desenvolvimento do reservatório QM40; c) os resultados da nova modelagem geológica, geofísica e de fluxo, além das alternativas de desenvolvimento dos carbonatos; d) a ampliação da capacidade de tratamento das Unidades Estacionárias de Produção (UEPs) que atendem o Campo de Congro; e e) as instalações e os poços que serão utilizados no âmbito do projeto e aqueles que serão desativados. II) a apresentação de revisão do Plano de Desenvolvimento até 30/09/2017, contemplando os subitens constantes no item anterior, que apresentarem viabilidade econômica.

LEONARDO MONTEIRO CALDAS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 230/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
800.186/2013-GUSTAVO BEZERRA DE MENEZES GOMES DE MATTOS ME
800.309/2014-GUSTAVO BEZERRA DE MENEZES GOMES DE MATTOS ME
800.172/2015-GUSTAVO BEZERRA DE MENEZES GOMES DE MATTOS ME
800.173/2015-GUSTAVO BEZERRA DE MENEZES GOMES DE MATTOS ME
Não conhece o recurso interposto(1837)
864.494/2012-Interposto porQUANTUM FERTILIZANTES DO TOCANTINS LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
821.113/2002-DEMACTAM DEPÓSITO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 68/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
858.184/2011-E. S. ROSSI ME
858.051/2012-COOPERATE MINERAÇÃO LTDA
858.008/2014-GENPOWER ENERGY PARTICIPAÇÕES LTDA.
858.060/2014-BAIA EXTRAÇÃO MINERAL LTDA
858.045/2016-SILVIO VERIANO PORTO
858.051/2016-SILVIO VERIANO PORTO
858.056/2016-DINELSON DE LIMA ARAÚJO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.721/1988-MINERAÇÃO SERRA MORENA LTDA-OF. N°441/2016
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
858.084/2010-PEDRO GILBERTO NASCIMENTO DE SOUSA
858.036/2011-RAMA MINERAÇÃO LTDA
858.143/2011-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
858.006/2012-MINERAIS & METAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
858.134/2012-JOAQUIM CARNEIRO DA FROTA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
858.094/2012-EMMANUEL SAVIO FLEXA DE ALMEIDA
858.086/2013-LICINA GONÇALVES SALES
858.109/2013-PAULO SANDRO PAULA DA SILVA
858.090/2014-PEDRO GILBERTO NASCIMENTO DE SOUSA
858.091/2014-EDVAL CARDOSO GOMES
858.093/2014-EDVAL CARDOSO GOMES
858.094/2014-PEDRO GILBERTO NASCIMENTO DE SOUSA
858.056/2015-PEDRO GILBERTO NASCIMENTO DE SOUSA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
858.002/2015-LIMA & COSTA LTDA- Registro de Licença N°:02/2015 - Vencimento em 06/10/2019
858.003/2015-LIMA & COSTA LTDA- Registro de Licença N°:03/2015 - Vencimento em 06/10/2019

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 197/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
872.246/2013-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.-CAMPO FORMOSO/BA, JAGUARARI/BA - Guia n° 097/2016-16.000t-Quartzito (revestimento)- Validade:31/01/2018
872.256/2013-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.-MORRO DO CHAPÉU/BA - Guia n° 091/2016-16.000t-Quartzito-Validade:31/10/2017
870.544/2014-AGATHA MINERACAO LTDA EPP-CURAÇÁ/BA, JUAZEIRO/BA - Guia n° 081/2016-10.000t-Mármore-Validade:06/04/2017
870.296/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-CURAÇÁ/BA - Guia n° 082/2016-10.000t-Mármore- Validade:30/09/2017
872.354/2015-PAVISÉRVICE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÁO LTDA-JUAZEIRO/BA - Guia n° 092/2016-8.500t-Cascalho- Validade:21/06/2017
870.609/2016-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-CATURAMA/BA, RIO DO PIRES/BA - Guia n° 083/2016-16.000t-Granito- Validade:04/10/2017
871.896/2016-PAVISÉRVICE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÁO LTDA-JUAZEIRO/BA - Guia n° 093/2016-16.000t-Argila-Validade:21/06/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
874.697/2007-MANGANÊS CONGONHAL LTDA- Área de 2000ha para 861,24ha-Manganês
874.727/2007-MANGANÊS CONGONHAL LTDA- Área de 1.996,95ha para 315,73ha-Manganês
870.195/2008-MANGANÊS CONGONHAL LTDA- Área de 1.984,71ha para 117,14ha-Manganês
870.197/2008-MANGANÊS CONGONHAL LTDA- Área de 1.995,62ha para 105,17ha-Manganês
870.199/2008-MANGANÊS CONGONHAL LTDA- Área de 1.525ha para 343,57ha-Manganês
870.368/2009-GRAVITAL PEDRAS LTDA EPP- Área de 1.000,00ha para 467,27ha-Granodiorito
870.018/2010-MINERAÇÃO AZEVEDO LTDA- Área de 603,96ha para 48,75 ha-Areia
872.448/2010-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA.- Área de 1939,36ha para 968,65ha-Granito
870.371/2011-COOPERATIVA DE TRAB. DOS MINERADORES DE P.E. DE OUROLÂNDIA E R. COOMPOR MÁRMORES- Área de 162,58ha para 83,09ha-Mármore
870.637/2011-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA- Área de 293,22ha para 47,61ha-Gnaisse
871.264/2011-IZIMEX PEDRAS DO BRASIL LTDA-Área de 906,33ha para 91,93ha-Granito
872.641/2011-CERÂMICA OLEGÁRIO LTDA ME- Área de 715,11ha para 321,61ha-Argila
872.258/2013-MARGRAMAR MINERAÇÃO LTDA.- Área de 961,65ha para 588,39ha-Quartzito
870.111/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- Área de 991,26ha para 726,85ha-Mármore
870.112/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- Área de 982,47ha para 647,40ha-Mármore
870.296/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA- Área de 577,93ha para 436,82ha-Mármore
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
872.399/2009-KURT HERWIG MENCHEN-Argila
872.022/2010-RICARDO VERZOLA-Calcário (industrial)
872.023/2010-RICARDO VERZOLA-Calcário (industrial)
872.930/2010-MBM MINERAÇÃO LTDA-Quartzo e Feldspato
873.374/2011-PJ COMERCIAL DE AREIA LTDA ME-Areia (agregado)
873.375/2011-PJ COMERCIAL DE AREIA LTDA ME-Areia (agregado)
873.874/2011-BNM-BAHIA NIGRANITO MINERAÇÃO LTDA-Quartzo (monzonito brita)
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
871.202/2010-BENTONIT UNIAO NORDESTE IND.E COM.LTDA-ALVARÁ N°16396/2010
870.930/2011-R E 17 MINERAÇÃO, PESQUISAS MINERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°9.427/2011
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

871.035/2012-PAZINI E BORCHARDT MINERAÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°6511/2013

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

872.185/2011-COOPERATIVA MISTA EXTRATIVISTA MINERAL DE MINERADORES DE FELDSPATO E OUTRAS SUBS-ALVARÁ N°17776/2011

870.116/2012-ROCKEX MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°8.532/2013

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

871.873/2004-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-MIGUEL CALMON/BA - Guia n° 094/2016-16.000t-Quartzito- Validade:06/08/2019

873.042/2006-OSWALDINO FERRAZ GUSMÃO FILHO ME-RIBEIRÃO DO LARGO/BA - Guia n° 086/2016-50.000t-Areia- Validade:31/10/2018

873.510/2006-MAGNITOS MAGNAGO GRANITOS LTDA.-CATURAMA/BA, PARAMIRIM/BA - Guia n° 089/2016-16.000t-Quartzito- Validade:29/07/2017

870.469/2007-MINERAÇÃO MONTE ALEGRE LTDA ME-ILHÉUS/BA - Guia n° 095/2016-50.000t-Areia (Agregado)- Validade:31/10/2017

871.971/2008-MAGNITOS MAGNAGO GRANITOS LTDA.-ITANHÉM/BA - Guia n° 088/2016-6.000t-Granito- Validade:07/10/2017

870.135/2010-LESSA EMPREENDIMENTOS INDUSTRIA COMERCIO DE BRITAS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME-JACOBINA/BA - Guia n° 090/2016-50.000t-Granito (brita)- Validade:20/10/2017

872.579/2010-LEITE & ROCHA LTDA-JEQUIÉ/BA - Guia n° 096/2016-50.000t-Granito (brita)- Validade:25/03/2017

872.690/2011-PEDREIRA COITE LTDA-SERRINHA/BA - Guia n° 084/2016-50.000t-Granito (brita)- Validade:31/10/2017

874.661/2011-PIRES E GAMBERT LTDA-MEDEIROS NETO/BA - Guia n° 087/2016-6.000t-Granito- Validade:31/12/2017

RELAÇÃO Nº 198/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)

870.647/2015-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME

870.848/2015-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME

870.849/2015-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME

870.851/2015-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME

870.852/2015-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME

870.993/2015-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME

Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)

870.368/2009-GRAVITAL PEDRAS LTDA EPP

870.860/2013-SILICA DEL PIERO LIMITADA

870.908/2013-SILICA DEL PIERO LIMITADA

871.041/2013-SILICA DEL PIERO LIMITADA

871.408/2014-MINERADORA DIAMANTE NEGRO LTDA.

Fase de Requerimento de Lavra

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

873.541/2008-GLOBUS MINERAÇÃO COMERCIO LTDA ME

870.351/2010-ANTÔNIO DAVI DOS SANTOS NETO

RELAÇÃO Nº 213/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

872.588/2015-MINERADORA UBAX LTDA-OF. N°953/2016

872.708/2015-MINERAÇÃO PRIMAVERA LTDA ME-OF. N°952/2016

870.544/2016-SANDRO ANDRADE FERREIRA-OF. N°932/2016

870.582/2016-MINERAÇÃO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°921/2016

870.583/2016-MINERAÇÃO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°921/2016

870.584/2016-MINERAÇÃO DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°921/2016

870.741/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°920/2016

870.742/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°920/2016

870.743/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°920/2016

870.744/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°920/2016

870.745/2016-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.-OF. N°920/2016

870.752/2016-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES-OF. N°904/2016

870.757/2016-BRAZ SONDAS POÇOS ARTESIANOS E SERVIÇOS LTDA ME-OF. N°924/2016

870.771/2016-COTEX CONSULTORIA TÉCNICA E EXECUÇÕES LTDA-OF. N°933/2016

870.794/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-OF. N°928/2016

870.795/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-OF. N°928/2016

870.796/2016-HÉRCULES MINERAÇÃO DA BAHIA LTDA-OF. N°928/2016

870.833/2016-P.W.VASCONCELOS ME-OF. N°922/2016

870.834/2016-P.W.VASCONCELOS ME-OF. N°922/2016

870.864/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°9372016

870.865/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°937/2016

870.866/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°937/2016

870.868/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-OF. N°936/2016

870.948/2016-MPS MINERAÇÃO PERFURAÇÃO E SONDAGEM LTDA-OF. N°935/2016

870.949/2016-LUIZ CARLOS SAMPAIO DE OLIVEIRA PINTO-OF. N°934/2016

870.959/2016-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°931/2016

870.960/2016-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°923/2013

870.961/2016-GRANFÉLIX MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°923/2016

871.107/2016-PEDRO ROBERTO BONADIMAN FILHO-OF. N°892/2016

871.282/2016-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°906/2016

871.404/2016-L.T.CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE CARINHANHA LTDA-OF. N°909/2016

871.410/2016-ANTONIO PAULO NETO-OF. N°910/2016

871.495/2016-ALEX SOUZA DOS ANJOS-OF. N°898/2016

871.582/2016-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. N°899/2016

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

871.121/2016-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A

871.233/2016-PEDREIRA AMORIM LTDA.

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)

872.171/2014-MARCIO ALVES CAIRES MINERAÇÃO ME

870.183/2015-CONSÓRCIO MOTA EMPA CONCRESOLO

870.345/2016-TERRAPLENAGEM 2000 LTDA EPP

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

871.020/2015-ALDERICO JANUARIO GOMES JUNIOR ME

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

870.367/2006-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°794/2016

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

870.367/2006-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°795/2016

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

870.044/2016-MARTINS E CAETANO IND E COM DE MATERIAIS CERAMICOS LTDA ME-Registro de Licença N°93/2016 de 05/11/2016-Vencimento em 12/11/2025

871.873/2016-ALDERICO JANUARIO GOMES JUNIOR ME-Registro de Licença N°92/2016 de 05/11/2016-Vencimento em 07/06/2021

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

871.209/2016-CONSÓRCIO MOTA EMPA CONCRESOLO

871.614/2016-MARCIO ALVES CAIRES MINERAÇÃO ME

871.952/2016-TERRAPLENAGEM 2000 LTDA EPP

Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)

870.070/2016-PV CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS GERAIS EIRELI

870.302/2016-PERVILLE ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S. A.

870.319/2016-MATERIAL DE CONSTRUÇÃO GALEGO DE QUINCA LTDA ME

870.335/2016-MATERIAL DE CONSTRUÇÃO GALEGO DE QUINCA LTDA ME

870.435/2016-PERVILLE ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S. A.

871.069/2016-CERÂMICA SERRA GRANDE LTDA EPP

871.354/2016-FLORAMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA.

871.417/2016-INDÚSTRIA CERÂMICA IDEAL LTDA ME

871.437/2016-J.SCHAVES CONSTRUÇÕES ME

871.546/2016-SIDERVAL OLIVEIRA BISPO JÚNIOR

871.634/2016-PJ COMERCIAL DE AREIA LTDA ME

871.666/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

871.793/2016-SETA ENGENHARIA S.A.

ADIEL DE MACEDO VERAS

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 326/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

834.855/2011-JOSÉ DIVINO DE MORAES EPP-AI N°2107/2016

860.185/2011-MINERAÇÃO CURRAL DE PEDRA LTDA-AI N°2108/2016

860.253/2011-MATHEUS MATIAS ARRUDA-AI N°2109/2016

860.598/2011-RAIO DO SOL MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°2110/2016

860.697/2013-LUIZ ARTUR FRANCO DA CUNHA-AI N°2111/2016

860.796/2013-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-AI N°2081/2016

861.526/2013-BRITAGO MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-AI N°2112/2016

861.995/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°2113/2016

862.086/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°2114/2016

862.087/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°2115/2016

860.111/2014-SABLO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO EIRELI ME-AI N°2116/2016

860.813/2014-PLANALTO TRANSPORTADORA LTDA-AI N°2117/2016

861.010/2014-LEMOS CONST. TRANSP. AREIA E CASCALHO LTDA-AI N°2082/2016

861.024/2014-MARCELINO MAX ALMEIDA LASSE-AI N°2083/2016

861.151/2014-NORMA LOURENÇO-AI N°2084/2016

861.163/2014-CARLOS ANTÔNIO PEREIRA NEVES-AI N°2085/2016

861.203/2014-SANDRO FERREIRA COSTA-AI N°2086/2016

861.245/2014-CHARLES ANTONIO DO AMARAL-AI N°2087/2016

861.345/2014-CARDEAL CONSTRUÇÕES POÇOS ARTESIANOS E GEOLOGIA LTDA ME-AI N°2118/2016

861.551/2014-RIO GRANITO LTDA-AI N°2119/2016

861.573/2014-MARIA DA GLORIA LEITE VILELA-AI N°2120/2016

860.020/2015-ROBERTO ALVES DE AMORIM-AI N°2088/2016

860.088/2015-CLOVES MARTINS DE ALMEIDA-AI N°2089/2016

860.089/2015-CLOVES MARTINS DE ALMEIDA-AI N°2090/2016

860.093/2015-COMGEO MINERAÇÃO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°2091/2016

860.226/2015-AWALIAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME-AI N°2121/2016

860.227/2015-DIPRATA EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°2092/2016

860.240/2015-MARCOS CORREIA DA SILVA-AI N°2093/2016

860.245/2015-CARLO RODRIGO VALLE CURADO-AI N°2094/2016

860.257/2015-CERAMICA SANTA BARBARA LTDA EPP-AI N°2095/2016

860.299/2015-TRINDADE MINERAÇÃO LTDA-AI N°2096/2016

860.340/2015-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-AI N°2097/2016

860.345/2015-AREIAS NOSSA SENHORA APARECIDA EIRELI ME-AI N°2098/2016

860.350/2015-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-AI N°2122/2016

860.351/2015-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-AI N°2123/2016

860.409/2015-D. G. DE OLIVEIRA MINERADORA ME-AI N°2124/2016

860.434/2015-CALCÁRIO OURO BRANCO LTDA-AI N°2125/2016

860.448/2015-LAIANA RODRIGUES SARDINHA-AI N°2126/2016

860.480/2015-MINERAÇÃO PIRINEUS LTDA-AI N°2127/2016

860.497/2015-CHARLES ANTONIO DO AMARAL-AI N°2099/2016

860.501/2015-V & A. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO LTDA-AI N°2100/2016

860.539/2015-MINERADORA CIANITA LTDA-AI N°2128/2016

860.540/2015-MINERADORA CIANITA LTDA-AI N°2129/2016

860.541/2015-MINERADORA CIANITA LTDA-AI N°2130/2016

860.647/2015-WELLITON BATISTA DA COSTA-AI N°2101/2016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

860.716/2015-MARCOS CORREIA DA SILVA-AI N°2102/2016
860.729/2015-LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO-AI N°2103/2016
860.732/2015-RAFAEL DA CRUZ NASCIMENTO-AI N°2104/2016
860.745/2015-SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA-AI N°2105/2016
860.755/2015-CLEUNICE GUNDIM MENDONÇA-AI N°2121/2016

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 74/2016

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
806.101/2006-VALMIR FERREIRA PASSOS- AI N°141/2013
806.258/2009-MANOEL NETO FILHO- AI N°247/2013
806.128/2013-F. RAMALHO MINERAÇÃO LTDA.- AI N°62/2015
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
806.128/2013-F. RAMALHO MINERAÇÃO LTDA.- AI N°62/2015

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
866.448/2016-SB PEDREIRA LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.751/2013-DIDIMO DA SILVA RODRIGUES
866.678/2014-OMEGA CONSTRUÇÕESCIVIS LTDA
866.564/2015-ALEXANDRE BUSSAB
866.572/2015-EGMAR DIVINO DE PAULA
866.713/2015-JOSÉ DARCY NOGUEIRA
866.726/2015-PLANICIE MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
867.205/1994-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°280/2016-Sup
866.503/2016-HUDSON NEVES DEPAULA-OF. N°229/2016-Sup
866.536/2016-J S SASSAMOTO ME-OF. N°228/2016-Sup
866.537/2016-J S SASSAMOTO ME-OF. N°235/2016-Sup
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
866.487/2012-BECKER - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.671/2003-FLÁVIO DE MEDEIROS BOCAYUVA BULCÃO
866.150/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.833/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.834/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.865/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.867/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.868/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.869/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
866.870/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
866.487/2012-BECKER - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
867.388/2013-BRUNO SOTTOMAIOR VOLPATO
866.716/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS, MINERAÇÃO E AGROFLORESTAL
Homologa desistência do requerimento de PLG(613)
866.880/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
Indefere por Interferencia Total(1339)
866.699/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.700/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.722/2015-ELIZEU HENRIQUE CAPRETZ GUILLEN
866.001/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.010/2016-ANTONIO MARCOS GULARTE
866.049/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.096/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.097/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.098/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.099/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.101/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.102/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.103/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.104/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.105/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.116/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.117/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.174/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.255/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.266/2016-ARTUR NAZARIO NUNES
866.331/2016-FRANCISMAR CRISTIANO LIMA FORMIGA
866.332/2016-FRANCISMAR CRISTIANO LIMA FORMIGA
866.333/2016-FRANCISMAR CRISTIANO LIMA FORMIGA
866.477/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.478/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.479/2016-COOPERATIVA DE PEQUENOS MINERADORES DE OURO E PEDRAS PRECIOSAS DE ALTA FLORESTA
866.481/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.489/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
866.508/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE JURUENA
866.524/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.851/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG Nº 10/2014 de 19/02/2014- Vencimento em 29/09/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.443/2016-JUSSILIL ALVES-OF. N°281/2016-Sup
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.833/2006-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
867.333/2008-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.
867.334/2008-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.

RELAÇÃO Nº 173/2016

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito Notificação Administrativa - CFEM (NFLDP)(549)
867.379/2005-J.G INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA EPP- NOT.N°22/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
867.101/2012-VOTORANTIM CIMENTOS S A - Publicado DOU de 22/07/2016, Relação n° 103/2016, Seção 13/06/2016, pág. 175- Onde se lê:"...Área de 612,14 ha para 179,95 ha - Filito..." - Leia-se"...Área de 858,23 ha para 612,14 ha - Filito..."

MARCIO CORREIA DE AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 120/2016

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
868.027/2009-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°1478/2016-DOU de 09/11/2016

RELAÇÃO Nº 121/2016

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.335/2016-ITA RENDÁ MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP-OF. N°1570/2016
868.338/2016-W. BARIZOM EIRELI ME-OF. N°1574/2016
868.339/2016-JOELSON GALDINO VIEIRA JUNIOR - EPP-OF. N°1578/2016
868.341/2016-PAULO SERGIO DIAS EIRELI EPP-OF. N°1579/2016
868.342/2016-PAULO SERGIO DIAS EIRELI EPP-OF. N°1580/2016
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.027/2009-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°1477/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
868.027/2009-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°1478/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.242/2014-CERÂMICA NEMER LTDA EPP-Registro de Licença N°29/2016 de 04/11/2016-Vencimento em 18/11/2019
Indefere requerimento de licença - área onerada(2095)
868.312/2016-CARLOS VENTURA DE BARROS FILHO
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
300.264/2016-Eike Fuhrken Batista
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
868.570/1994-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°221.44.024/2016
868.020/2003-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
866.989/1991-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
866.990/1991-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.133/2000-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.073/2005-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.217/2007-ALDRIN HAMMERSCHMIDT & CIA LTDA EPP-OF. N°221.44.029/2016
868.660/2008-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°221.44.024/2016
868.356/2009-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.238/2010-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.118/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.119/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.015/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016
868.020/2015-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-OF. N°221.44.028/2016

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 637/2016

Fase de Concessão de Lavra
Determina a interdição da lavra(442)
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.- N° do Termo de Interdição:82/2016-SUP.DNPM/MG, de 18/10/2016- Lacre N°
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.- AI N° 1455; 1456; 1457; 1458; 1459; 1460; 1461 e 1462/2016-MG
800.220/1974-VALE S A- AI N° 992; 993; 994; 995; 996; 997; 998; 999; 1000; 1001; 1002; 1003; 1004; 1005; 1006; 1007; 1008; 1009; 1010 e 1011/2016-MG
830.719/1982-MUNDO MINERAÇÃO LTDA.- AI N° 1222 e 1223/2016-MG
930.150/1983-VALE S A- AI N° 1128,1129,1130,1131/2016-MG
831.304/1984-COMPANHIA DE MINERAÇÃO SERRA AZUL COMISA- AI N° 1122; 1123; 1124/2016-MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.193/1936-VERMELHÃO MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°2215/2016-FISCAM
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.-OF. N°2401/2016-FISC
000.323/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1182/2016-FISC e 1148/2016-FISCAM
800.220/1974-VALE S A-OF. N°2105/2016-FISC
830.707/1982-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°2184/2016-FISC
930.150/1983-VALE S A-OF. N°2226/2016-FISCAM
931.299/2009-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-OF. N°1275/2016-FISC

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

931.798/2011-CIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FARO-FA-OF. N°2087 e 2088/2016-FISCAM para MMX SUDESTE MINERAÇÃO S.A

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)

001.193/1936-VERMELHÃO MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°2214/2016-FISCAM

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

000.323/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1176/2016-FISC

Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)

000.323/1973-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.-OF. N°1174 e 1175/2016-FISC

RELAÇÃO Nº 648/2016

Fase de Lavra Garimpeira

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1695)

833.678/2004-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DO CENTRO LESTE DE MINAS GERAIS COOGEMIG- AI N°2007;2008;2009 e 2010/2014-FISC-MG

Fase de Concessão de Lavra

Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)

001.328/1940-CHAFFYR FERREIRA- AI N°2459/2013-FISC

832.018/1999-ÁGUAS MINERAIS FONTE SANTA CECÍLIA LTDA.- AI N°1602 e 1603/2014-FISC

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 222/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Auto de Infração(109)

815.076/2012-ROGÉRIO LUIS BALTT- AI N°988/2016 (Relação nº 125/2015)

815.214/2012-ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI- AI N°882/2015

Torna sem efeito despacho publicado(192)

815.076/2012-ROGÉRIO LUIS BALTT- DOU de 28/08/2015 (Relação nº 171/2015)

815.214/2012-ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI- DOU de 28/08/2015 (Relação nº 171/2015)

Retificação de despacho(1387)

815.423/2010-CODEJAS CIA DE DESENVOLVIMENTO DE JARAGUÁ DO SUL S A - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 910/2014 (230)"

815.917/2010-CYSY MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 16/10/2015, Relação n° 208/2015, Seção I, pág. - Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1131/2015 (230)"

815.934/2010-DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1161/2015 (230)"

815.174/2012-LUZIA TOMELIN WONSIEWSKI - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1255/2015 (230)"

815.175/2012-ILSON LUIZ FANTONI - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1256/2015 (230)"

815.176/2012-IVAN CARLOS FANTONI - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1257/2015 (230)"

815.199/2012-FIRMA INDIVIDUAL NILTON DA SILVA O NILTINHO ME - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1237/2015 (230)"

815.203/2012-PARISI BRITAGEM E TERRAPLENAGEM LTDA - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1238/2015(230)"

815.210/2012-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: Determina o Arquivamento definitivo do processo(279), Leia-se: Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1240/2015"

815.212/2012-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1224/2015 (230)"

815.213/2012-IVAN CARLOS FANTONI - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 1225/2015 (230)"

815.214/2012-ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI - Publicado DOU de 01/10/2015, Relação n° 198/2015, Seção I, pág. 119- Onde se lê: "Determina o arquivamento definitivo do processo(279)", Leia-se: "Determina o Arquivamento do Auto de Infração nº 882/2015 (230)"

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)

815.791/2010-SÍLVIO GERCINO GIACOMOSSI - Publicado DOU de 13/07/2016, Relação n° 136/2016, Seção I, pág. 38- Onde se lê: "Aprova o relatório de Pesquisa(317)" Leia-se: Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291) Área de 348,03 ha para 49,93 ha ha - Argila"

RELAÇÃO Nº 229/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

815.907/2015-JAIR ANTONIO LOCATELLI-OF. N°5431/2016

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

815.794/2013-TRAINOTTI DADAM EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA EPP

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

815.050/2001-MARIA MARLI NICOLAU ME-OF. N°5420/2016

815.497/2003-COMÉRCIO DE PEDRAS ARDÓSIA CENTRAL CATARINENSE LTDA ME-OF. N°5413/2016

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

815.072/2001-CEMAN COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-CANELINHA/SC - Guia n° 106/2016-10.000t-Areia- Validade:04/11/2017

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

815.800/2007-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)

815.050/2001-MARIA MARLI NICOLAU ME-OF. N°5419/2016

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

815.526/2001-MARIA MARLI NICOLAU ME-OF. N°5420/2016

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

815.526/2001-MARIA MARLI NICOLAU ME-OF. N°5420/2016

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

815.194/2007-BRITADOR KNAPP LTDA.-OF. N°5417/2016

815.780/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°5422/2016

815.782/2011-BRITAXAN BRITADEIRA LTDA.-OF. N°5422/2016

RELAÇÃO Nº 230/2016

Fase de Autorização de Pesquisa

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)

815.869/2011-ALEX SANDRO ADURVÂNIO REUS ME - Publicado DOU de 30/08/2016, Relação n° 175/2016, Seção I, pág. 44- Onde se lê: "Aprova o relatório de Pesquisa(317)" Leia-se: "Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291) Área de 52,73 ha para 45,33 ha - Saibro"

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 11 de novembro de 2016

Autorizo a averbação à margem do titulo de Manifesto de Mina nº 308/1936-XI, de 02/03/1936, as fls. 119 do livro AI, a redução da poligonal da área de 497,76ha, para 483,59ha, localizado na Comarca de Sabará, Distrito e Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

(Processo DNPM nº 000.331/1973).

Processo DNPM nº 826.204/2000. Interessada: Calcário Monte Negro Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração interposto com suporte no artigo 59 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face da Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2015, que indeferiu o requerimento de lavra apresentado pela empresa interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 00663/2016/CONJUR-MME/CGU/AGU, o qual adoto como fundamento desta decisão, conheço do pedido de reconsideração interposto e no mérito nego provimento mantendo a decisão ora atacada. Após publicação, nos termos do artigo 56, §1º da Lei 9.784/99, remetam-se os autos à Consultoria Jurídica, visando subsidiar a decisão do Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia.

Processo DNPM nº 826.467/2002. Interessada: Areial do Vale Ltda. Assunto: Pedido de Reconsideração interposto com suporte no artigo 59 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face da Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2015, que indeferiu o requerimento de lavra apresentado pela empresa interessada. Despacho: Nos termos do Parecer nº 00661/2016/CONJUR-MME/CGU/AGU, o qual adoto como fundamento desta decisão, conheço do pedido de reconsideração interposto e no mérito nego provimento, mantendo a decisão ora atacada. Após publicação, nos termos do artigo 56, §1º da Lei 9.784/99, remetam-se os autos à Consultoria Jurídica, visando subsidiar a decisão do Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia.

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA

Indefere o requerimento de concessão de lavra. (3.90)

O processo permanecerá nesta Secretaria durante o prazo recursal, para vista e cópias.

826.162/2001 - CUBATÃO DRAGAGENS LTDA

826.339/2002 - JEZZINE MINERAIS PRECIOSOS LTDA

862.870/2011 - ALFA ROCCK CONSTRUTORA LTDA

830.192/2003 - J. FRANCO MASCARENHAS AMARAL ME

846.228/2003 - BELO GRAN MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA

830.350/1990 - MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA

864.163/2001 - CIA DE MELHORAMENTOS DO OESTE DA BAHIA - CMOB

861.143/2009 - DISTRIBUIDORA DE AREIAS E TELHAS SHEKNA LTDA. - ME

861.123/2010 - MINERPAL MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA

826.571/2013 - MINERADORA ÁGUA RIGOLIN LTDA

815.343/2004 - WCT - WEBER CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

860.457/2005 - AREIA SÃO TOMAZ LTDA

860.148/2007 - NOVA VENEZA MINERAÇÃO LTDA

860.283/2007 - AREIA CACHOEIRA LTDA. ME

890.600/1998 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS ROLA LTDA - ME

848.180/2004 - MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

890.270/1984 - MARGRANCIL MÁRMORES E GRANITOS LTDA

832.552/2003 - MARCEL MINERAÇÃO LTDA

848.021/2010 - PEDREIRA POTIGUAR LTDA

890.403/1990 - MINERAÇÃO ROCHA VERDE EXPORTADORA LTDA

848.609/2007 - MINERAÇÃO APODI LTDA

862.869/2011 - ALFA ROCCK CONSTRUTORA LTDA

848.676/2007 - IMETAME GRANITOS LTDA

840.167/1990 - ROCA SANITÁRIOS BRASIL LTDA

831.637/1997 - DRAGASUL MINERAÇÃO LTDA

890.109/1992 - TREVISA MINERAÇÃO LTDA. - ME

844.038/2002 - NOGUEIRA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.

840.714/1988 - BRITEX MINERAÇÃO LTDA

820.556/2006 - MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA

846.007/1995 - ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA

810.301/2000 - IPÊ ÁGUA MINERAL LTDA

848.566/2008 - PEDREIRA POTIGUAR LTDA

890.708/1998 - MOPEL - MOYSES PEDRAS LTDA

890.436/1991 - J. S. PALMEIRA

868.052/2006 - CERÂMICA FORNARI LTDA

826.007/1989 - MINERADORA IMACULADA CONCEIÇÃO LTDA. - ME

848.085/2011 - SERVENG CIVILSAN S.A. EMP. ASSOCIADAS DE ENGENHARIA

831.481/1988 - CAL FERREIRA LTDA

860.716/2002 - AREIA SÃO TOMAZ LTDA

890.023/1984 - INDÚSTRIA DE MÁRMORES ITALVA LTDA

826.582/2002 - MAIZ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA

860.079/2010 - AGROPECUÁRIA SÃO GABRIEL LTDA

840.482/1989 - ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA

848.192/2003 - QUIMICA INDUSTRIAL ITAMIL LTDA

868.018/2004 - AGRÍCOLA E FLORESTAL SÃO FÉLIX LTDA

VICENTE HUMBERTO LÔBO CRUZ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 224, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II e § 1º, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 416, de 1º de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo à presente Portaria, os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 416, de 1º de setembro de 2015.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas dos Pontos de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOACIR CARLOS BERTOL

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS USINAS EÓLICAS

Nº processo	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Potência instalada vigente (MW)	GF revisada (MWmed)
48000.001327/2015-11	EOL.CV.PI.031580-0.01	Ventos de Santa Joana III	29,6	13,4
48000.001323/2015-31	EOL.CV.PI.031662-8.01	Ventos de Santo Augusto III	29,6	14,0
48000.001319/2015-73	EOL.CV.PI.031603-2.01	Ventos de Santo Augusto IV	28,9	15,5
48000.001321/2015-42	EOL.CV.PI.031661-0.01	Ventos de Santo Augusto V	29,6	13,4
48000.000798/2016-91	EOL.CV.PI.033479-0.01	Testa Branca III	22,0	11,7
48000.000928/2016-96	EOL.CV.BA.031120-0.01	São Salvador	18,9	11,3
48000.000706/2016-73	EOL.CV.RN.031759-4.01	Vila Pará I	27,0	13,7
48000.000708/2016-62	EOL.CV.RN.031757-8.01	Vila Pará II	24,0	12,0
48000.000707/2016-18	EOL.CV.RN.031765-9.01	Vila Pará III	24,0	11,8
48000.000713/2016-75	EOL.CV.RN.031750-0.01	Vila Amazonas V	24,0	12,8
48000.001014/2016-42	EOL.CV.BA.033648-3.01	Ventos da Santa Dulce	28,0	13,9
48000.001015/2016-97	EOL.CV.BA.033649-1.01	Ventos da Santa Esperança	28,0	13,8
48000.001008/2016-95	EOL.CV.BA.033650-5.01	Ventos do São Mário	30,0	14,4

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 250, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Portaria MDS nº 14, de 26 de fevereiro de 2013, e a Portaria MDS nº 64, de 30 de junho de 2015, estabelecendo a correlação entre o resultado da Avaliação de Desempenho Individual e a pontuação individual para fins da Gratificação de Desempenho.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, tendo em vista o disposto no § 5º do art. 7º-A da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e o disposto no § 5º do art. 22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, no art. 8º da Lei 12.094, de 19 de novembro de 2009, e nos arts. 12 e 25 do Decreto nº 8.435, de 22 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Fica incluído o art. 9º-A na Portaria MDS nº 14, de 26 de fevereiro de 2013, com a seguinte redação:

"Art. 9º-A. A correlação entre o resultado da Avaliação de Desempenho Individual e a pontuação individual para fins da GDPGPE e da GDACE será estabelecida com base na tabela a seguir:

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	PONTUAÇÃO
Maior ou igual a 90%	20
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	19
Maior ou igual a 70% e menor que 80%	16
Maior ou igual a 60% e menor que 70%	14
Maior ou igual a 50% e menor que 60%	10
Menor que 50%	0"

Art. 2º Fica incluído o art. 13-A na Portaria MDS nº 64, de 30 de junho de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 13-A. A correlação entre o resultado da Avaliação de Desempenho Individual e a pontuação individual para fins da GDAPS será estabelecida com base na tabela a seguir:

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	PONTUAÇÃO
Maior ou igual a 90%	20
Maior ou igual a 80% e menor que 90%	19
Maior ou igual a 70% e menor que 80%	16
Maior ou igual a 60% e menor que 70%	14
Maior ou igual a 50% e menor que 60%	10
Menor que 50%	0"

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAUTA DE REUNIÕES

Pauta da Comissão Temática

Local: Sede do Conselho Estadual de Assistência Social do Pará (Avenida Marques de Herval, 2411, Pedreira, esquina da Rua Alferes Costa, Belém/PA)

21/11/2016 às 14h - 19h

Reunião extraordinária da Comissão de Política da Assistência Social: Apreciação de propostas de resoluções - Programa Criança Feliz e Programa Nacional Acessuas Trabalho e outros.

Convidado: SNAS/MDAS

Pauta da Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS

Local: CENTUR - Centro Cultural Tancredo Neves - Avenida Gentil Bittencourt, 650 - Belém/PA

Telefone (91)3202-4313

22/11/2016

08h - 9h |Credenciamento

9h - 10h | Abertura

10h-11h30 | Mesa Redonda 1

O controle social na efetivação do Plano Decenal

11h30 - 13h00 |Debate

14h30 16h30 | Mesa Redonda 2

Os impactos da PEC 241/2016 (atual PEC 55) no SUAS

16h30 - 18h00 |Debate

23/11/2016

9h - 12h | Oficinas Temáticas

Oficina 1 - BENEFÍCIOS E PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: BPC e PBF

Oficina 2: A PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS

Oficina 3: O MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - MROSC

Oficina 4: FINANCIAMENTO (qualificação da rede e manutenção dos serviços)

14h - 17h | Sistematização das Oficinas e Debates

Pauta da 249ª Reunião Ordinária do CNAS

Local: CENTUR - Centro Cultural Tancredo Neves - Avenida Gentil Bittencourt, 650 - Belém/PA

Telefone (91)3202-4313

23/11/2016 - Reuniões das Comissões Temáticas e Presidência Ampliada

Reunião extraordinária conjunta da Comissão de Normas e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: Orientações com relação ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC.

Reunião da Presidência Ampliada: Definição da pauta da 250ª Reunião Ordinária.

24/11/2016 - Plenária

9h às 09h30

Aprovação da ata da 248ª reunião ordinária do CNAS e da pauta da 249ª Reunião Ordinária do CNAS

9h30 às 12h

Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros.

14h às 17h

Apreciação das propostas de Resoluções pactuadas no âmbito da CIT

FÁBIO MOASSAB BRUNI
Presidente do Conselho

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 557, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera o Anexo da Resolução nº 295/PRES/INSS, de 8 de maio de 2013.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999;
Decreto Legislativo nº 8.358, de 13 de novembro de 2014; e
Portaria MPS nº 555, de 29 de dezembro de 2010.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do Anexo I do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando:

a) os acordos internacionais vigentes em matéria de Previdência Social;

b) o art. 85-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 382 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que estabelecem que os tratados, convenções e outros acordos internacionais em que o estado estrangeiro ou organismo internacional e o Brasil sejam partes e que versem sobre matéria previdenciária, serão interpretados como lei especial;

c) a delegação de competência para o Presidente do INSS, constante da Portaria MPS nº 555, de 29 de dezembro de 2010;

d) a necessidade de atribuir a execução dos procedimentos relativos a cada acordo internacional a um único organismo de ligação, facilitando o intercâmbio de informação entre os países signatários;

e) a celebração de novos acordos internacionais para proporcionar cobertura previdenciária aos imigrantes; e

f) a necessidade de redefinir as unidades encarregadas de desenvolver as atividades pertinentes, denominadas por organismos de ligação, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo da Resolução nº 295/PRES/INSS, de 8 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) n° 88, de 9 de maio de 2013, acrescentando-se na relação dos Organismos de Ligação Brasileiros o Acordo firmado com Peru, que será operacionalizado pela Agência da Previdência Social Atendimento Acordos Internacionais Curitiba - APSAICT.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO DE MELO GADELHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

(ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 295/PRES/INSS, DE 8 DE MAIO DE 2013)
RELAÇÃO DOS ORGANISMOS DE LIGAÇÃO BRASILEIROS

PAÍS (ES)	ACORDO (S)	GERÊNCIA-EXECUTIVA	Agência da Previdência Social Acordos Internacionais - APSAI (ORGANISMO DE LIGAÇÃO)		
			CÓDIGO	NOME	
Portugal Cabo Verde Japão	Bilateral/Iberoamericano Bilateral Bilateral	São Paulo - Sul	21.004.12.0	APS Atendimento Acordos Internacionais São Paulo	APSAISP
Espanha França	Bilateral/Iberoamericano Bilateral	Rio de Janeiro - Centro	17.001.22.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Rio de Janeiro	APSAIRJ
Itália	Bilateral	Belo Horizonte	11.001.14.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Belo Horizonte	APSAIBH
Argentina Paraguai Uruguai (MERCOSUL) Alemanha	Multilateral MERCOSUL/ Iberoamericano Bilateral	Florianópolis	20.001.13.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Florianópolis	APSAIFL
Coreia Bolívia Equador El Salvador Peru	Bilateral Iberoamericano	Curitiba	14.001.03.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Curitiba	APSAICT
Chile	Bilateral/Iberoamericano	Recife	15.001.12.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Recife	APSAIRE
Bélgica Canadá Grécia Luxemburgo Quebec	Bilateral	Brasília	23.001.14.0	APS Atendimento Acordos Internacionais Brasília	APSAIBR

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 512, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art.32 e parágrafo único da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 084/2016 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no valor de US$ 10,000.00 (dez mil dólares norte-americanos) do produto CHASSI DE AÇO PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS - Cód. Suframa 2027, para o produto PARTES E PEÇAS PINTADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS - Cód. Suframa 1581, ambos aprovados pela Portaria nº 0572 de 27/11/2015, em favor da empresa J. TOLEDO COMPONENTES PEÇAS E ACESSÓRIOS DA AMAZÔNIA LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 201474018 e CNPJ nº11.152.300/0001-02.

Art.2º ESTABELECER que a J. TOLEDO COMPONENTES PEÇAS E ACESSÓRIOS DA AMAZÔNIA LTDA. apresente, no prazo que consta na Portaria nº 40 de 26 de janeiro de 2016, projeto técnico-econômico de ampliação e/ou atualização, em cumprimento ao que preceitua o parágrafo único do Art. 32, da Resolução n º 203/2012 para o produto PARTES E PEÇAS PINTADAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS - Cód. Suframa 1581.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

PORTARIA Nº 513, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32 da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 086/2016 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no valor de US$ 1,168,604.66 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quatro dólares norte-americanos e sessenta e seis centavos) do produto SECADOR DE CABELO PARA USO DOMÉSTICO - Cod. Suframa 1790 para o produto APARELHO PARA ALISAR CABELO - Cód. Suframa 1416, ambos aprovados pela Resolução nº 176, de 17 de dezembro de 2015, em nome da empresa BRASITECH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS PARA BELEZA LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.1174.01-4 e CNPJ nº 07.293.118/0001-02.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REBECCA MARTINS GARCIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução n.º 075, de 15 de julho de 2016, do Conselho de Administração da Suframa, publicada no DOU n.º 147, de 2 de agosto de 2016, Seção 1, página 51.

Onde se lê:".. cujo montante é de R$ 72.314,04 e que deverá ser quitado ainda neste ano"

Leia-se: ".. cujo montante é de R$ 72.314,04 e que deverá ser atualizado nos termos da

Resolução n.º 301, de 16 de dezembro de 2010".

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 955, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267 de 24 de outubro de 2013, Portaria nº 25 de 03 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação do projeto desportivo no processo 58701.005895/2015-46, divulgado na Deliberação nº 955, de 11 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 197, Seção 1, página 58 de 13 de outubro de 2016.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

RETIFICAÇÕES

Na Deliberação nº 820/2015, Processo nº 58701.002709/2015-17, Anexo I, publicada no Diário Oficial da União nº 236, de 10 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 65, onde se lê: Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social, leia-se: Proponente: Instituto Brasileiro do Valor Humano.

Na Deliberação nº 819/2015, Processo Nº 58701.004334/2015-20, Anexo I, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 9 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 117, onde se lê: Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social, leia-se: Proponente: Instituto Brasileiro do Valor Humano.

Na Deliberação nº 819/2015, Processo Nº 58701.004336/2015-19, Anexo I, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 9 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 117, onde se lê: Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social, leia-se: Proponente: Instituto Brasileiro do Valor Humano.

Na Deliberação nº 819/2015, Processo Nº 58701.004337/2015-63, Anexo I, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 9 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 117, onde se lê: Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social, leia-se: Proponente: Instituto Brasileiro do Valor Humano, e onde se lê: Valor aprovado para captação: R$ 1.611.750,00, leia-se: Valor aprovado para captação: R$ 1.612.319,10.

Na Deliberação nº 819/2015, Processo Nº 58701.004335/2015-74, Anexo I, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 9 de dezembro de 2015, na Seção 1, página 117, onde se lê: Proponente: Instituto Akel de Responsabilidade Social, leia-se: Proponente: Instituto Brasileiro do Valor Humano.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 34, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada por Decreto de 2 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 22, inciso II e V, do Decreto nº 6.099 de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007 e art. 111, incisos IV e VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente,

Considerando a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Considerando a Lei Complementar n° 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal.

Considerando a Portaria IBAMA n° 77-N, de 13 de julho de 1992, publicada em 14 de julho de 1992, que cria, nas Superintendências Estaduais do IBAMA, os Núcleos de Educação Ambiental - NEAs, vinculados diretamente ao Gabinete do Superintendente.

Considerando o Regimento Interno do Ibama, aprovado pela Portaria GM/MMA nº 341 de 31 de agosto de 2011, que estabelece como ação a ser desenvolvida pelo Ibama a execução de programas de educação ambiental.

Considerando a Portaria MMA n°132, de 27 de abril de 2009, de 28 de abril de 2009, que institui a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), com a finalidade de fortalecer, articular e integrar as ações de educação ambiental não formal desenvolvidas pelo MMA.

Considerando a necessidade de o Ibama, na qualidade de órgão executor do Sisnama, promover ações e executar programas de educação ambiental.

Considerando o disposto no Processo Administrativo n° 02001.007858/2014-24, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea), com a finalidade de fortalecer, articular e integrar as ações de educação ambiental desenvolvidas pelo IBAMA.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria, ficam observados os princípios, diretrizes, objetivos e linhas de ação definidos pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Art. 2º Compete ao Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea):

I - estabelecer as Diretrizes da Educação Ambiental no IBAMA de forma participativa, contando com as contribuições dos NEAs;

II - contribuir com o planejamento das ações e atividades de EA do Ibama para otimizar recursos e esforços institucionais;

III - discutir os processos formativos em Educação Ambiental voltados para os servidores do IBAMA;

IV - discutir os processos formativos em Educação no processo de gestão, referenciados nos eixos temáticos pelos quais o Ibama exerce sua competência na gestão ambiental federal;

V - apoiar e monitorar as ações de EA dos setores do Ibama buscando sua integração; e

VI - sistematizar e divulgar as ações de EA do Ibama.

Art. 3° O Cipea será composto por pelo menos um representante titular e um suplente dos seguintes setores:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - Gabinete da Presidência;
II - Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas - DBFLO;
III - Diretoria de Proteção Ambiental - DIPRO;
IV - Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC;
V - Diretoria de Qualidade Ambiental - DIQUA;
VI - Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN;
VII - Centros Especializados - CEs; e
VIII - NEAs de cada uma das cinco regiões brasileiras.

Parágrafo único. Os representantes serão indicados pelas respectivas chefias no prazo de vinte dias e designados por ato da Presidente do IBAMA.

Art. 4º O Cipea se reunirá ordinariamente uma vez por ano.

Parágrafo único. O Cipea poderá se reunir extraordinariamente quando julgar necessário.

Art. 5º Os trabalhos do Cipea serão coordenados por representante(s) a ser(em) indicado(s) pela Presidência do Instituto.

Parágrafo único. Compete ao(s) Coordenador(es) do Cipea convocar e presidir as reuniões.

Art. 6º A comunicação entre os membros do Cipea dar-se-á, preferencialmente, por meio de correio eletrônico.

Art. 7º O Gabinete da Presidência prestará o apoio administrativo e logístico necessário ao desenvolvimento das atividades do Cipea.

Parágrafo único. O Cipea deverá se reportar à Presidência do Instituto.

Art. 8º O trabalho no Comitê de que trata esta Portaria será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SUELY MARA VAZ GUIMARAES DE ARAUJO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 347, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Define critérios e procedimentos para o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano Plurianual - PPA 2016-2019.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019, e no Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º O monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano Plurianual - PPA 2016-2019 serão realizados em observância aos princípios e diretrizes contidos na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016.

Art. 2º O monitoramento do PPA 2016-2019 incidirá sobre:

I - os Programas Temáticos e seus Indicadores, Objetivos, Metas, Iniciativas e Empreendimentos Individuais como Iniciativas; e

II - as variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano.

Parágrafo único. O monitoramento será orientado para produzir informações e conhecimentos que aperfeiçoem a implementação das políticas públicas com o objetivo de ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados ao cidadão.

Art. 3º O registro de informações sobre os Programas, Indicadores, Objetivos, Metas, Iniciativas e Empreendimentos Individualizados como Iniciativas dos Programas Temáticos será realizado por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

Parágrafo único. As informações sobre as Iniciativas serão tratadas nos campos reservados à análise do Objetivo.

Art. 4º O Órgão Responsável por Objetivo de Programa Temático prestará informações no SIOP sobre:

I - Objetivos; e

II - Empreendimentos Individualizados como Iniciativa vinculados ao Objetivo.

Parágrafo único. O Órgão Responsável por Metas de Programa Temático prestará informações sobre esse atributo no SIOP.

Art. 5º Para subsidiar a elaboração de relatórios de monitoramento e avaliação e procedimentos de prestação de contas, será realizado, no mínimo, um levantamento anual de informações no SIOP até o dia 31 de janeiro do ano subsequente.

§ 1º As informações sobre atributos de consecução coletiva serão enviadas ao Órgão Responsável pelo atributo do Programa Temático no prazo mínimo de dez dias úteis anteriores ao encerramento do prazo estabelecido no caput, observado o disposto no § 2º do art. 5º do Decreto nº 8.759, de 2016.

§ 2º A Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos - Seplan poderá estabelecer prazos extraordinários para o levantamento de informações necessárias à elaboração de relatórios específicos.

Art. 6º Compete à Seplan:

I - coordenar os processos e consolidar as informações de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2016-2019 em articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo;

II - disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para o monitoramento e a avaliação do PPA 2016-2019;

III - coletar e inserir informações sobre os Indicadores dos Programas Temáticos no SIOP, observadas as especificidades e periodicidades próprias de cada indicador, bem como sobre a execução dos financiamentos extraorçamentários dos Objetivos;

IV - orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo sobre o cadastramento dos gestores responsáveis pela prestação das informações sobre os Objetivos e respectivos atributos dos Programas Temáticos no SIOP; e

V - fomentar a participação social no processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019.

Art. 7º A revisão do PPA 2016-2019, na hipótese do inciso I do art. 9º do Decreto nº 8.759, de 2016, será realizada ao menos uma vez por ano, no prazo de noventa dias contados da data de publicação da Lei Orçamentária Anual, e consolidará, inclusive, as alterações promovidas por leis de crédito adicional.

Art. 8º A Seplan poderá definir critérios e procedimentos adicionais para o monitoramento, a avaliação e a revisão do PPA 2016-2019.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 348, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, e no Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Art. 2º Para os empreendimentos com valor de investimento inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e cuja execução se encontre paralisada na data de referência de 30 de junho de 2016, fica estabelecido o prazo máximo de 30 de junho de 2017 para que a execução seja retomada.

§ 1º Para fins deste artigo, considera-se:

I - execução paralisada: o empreendimento iniciado e sem apresentação de boletim de medição em período igual ou superior a noventa dias, salvo ateste de execução física pelo Ministério gestor ou pela mandatária da União; e

II - execução retomada: o empreendimento com relatório de execução de parcela do objeto apresentado, depois de constatada sua paralisação, ao órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável ou à mandatária da União.

§ 2º Caso o empreendimento não seja retomado até o prazo máximo previsto no caput, ficam os órgãos responsáveis orientados a promover a redução de metas e valores, preservada a funcionalidade das etapas iniciadas.

§ 3º Observada a disponibilidade orçamentária e financeira, fica autorizado, após a retomada das obras, o adiantamento de recursos financeiros de até 5% (cinco por cento) do valor de repasse para os empreendimentos de que trata o caput realizados por transferência.

§ 4º O adiantamento de recursos de repasse aplica-se aos termos de compromisso executados com a interveniência da mandatária da União e deverá ficar bloqueado na conta bancária específica do Termo de Compromisso até a efetiva execução da parcela do objeto correspondente.

§ 5º Os prazos máximos para conclusão dos objetos dos empreendimentos de que trata o caput são:

I - 30 de junho de 2018, para os empreendimentos com execução financeira superior a 50% (cinquenta por cento) do valor de investimento em 30 de junho de 2016; e

II - 30 de dezembro de 2018, para os empreendimentos com execução financeira igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de investimento em 30 de junho de 2016.

§ 6º Os prazos de vigência dos contratos de execução e fornecimento, nos casos de execução direta, e dos termos de compromisso relativos aos empreendimentos de que trata o caput deverão ser repactuados, com vistas ao cumprimento dos prazos máximos estabelecidos no § 5º.

Art. 3º Os Ministérios gestores disponibilizarão informações gerenciais dos empreendimentos de que trata o art. 2º à Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura - SDI, trimestralmente a partir de 30 de dezembro de 2016, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

I - identificação do empreendimento: número de contrato, código de identificação no Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - SisPAC, nome, executor ou proponente, Unidade Federativa e Município em que se localiza;

II - percentual de execução alcançado, o estágio do empreendimento e a informação se a obra está paralisada, e por qual motivo;

III - valores de empenho e pagamento totais e os acumulados desde 30 de junho de 2016;

IV - indicação de data de previsão de retomada ou informação da data da efetiva retomada;

V - indicação de data de previsão de conclusão ou informação da data da efetiva conclusão; e

VI - análise gerencial da situação do empreendimento quanto ao ritmo de execução e possíveis situações de alerta.

Art. 4º Serão analisadas pelo Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC propostas de remanejamento de valores de repasse entre empreendimentos, preservado o valor global da carteira ativa do PAC de cada Ministério.

Parágrafo único. As solicitações de remanejamento devem ser encaminhadas ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão por Aviso Ministerial indicando valor, origem e destino dos recursos do PAC a serem remanejados, e devidamente acompanhado de Nota Técnica.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.250, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO EXECUTIVO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e nos termos da Portaria GM/MP nº 456, de 17 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 18 de dezembro de 2014, tendo em vista o item 13.28 Edital nº 1- MP/ENAP, de 12 de junho de 2015, publicado no DOU de 16 de junho de 2015, retificado pelo Edital nº 2- MP/ENAP, de 19 de junho de 2015, publicado no DOU de 22 de junho de 2015, e em face do que consta no processo administrativo nº 03110.213139/2015-57, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por mais 1 (um) ano, a partir de 3 de dezembro de 2016, o prazo de validade do concurso público para provimento de vagas em cargos do quadro de pessoal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP e da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, cujo resultado final foi homologado pelo Edital nº 1 - SE/MP, de 2 de dezembro de 2015, publicado no DOU de 3 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 82, de 11 de março de 2016, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO I
REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

	Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
71000	LIMITES ATÉ DEZEMBRO Encargos Financeiros da União	0	0	0	0	0	85.000.000	85.000.000
	TOTAL ATÉ DEZEMBRO	0	0	0	0	0	85.000.000	85.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016111600108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

(Anexo I ao Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016)

R$ 1,00

	Órgãos	PAC			Despesas Obrigatórias	Emendas Individuais	Demais Despesas Discricionárias	Total
		Emendas de Bancada Estadual	Demais	Total				
25000	LIMITES ATÉ DEZEMBRO Ministério da Fazenda	0	0	0	0	0	85.000.000	85.000.000
	TOTAL ATÉ DEZEMBRO	0	0	0	0	0	85.000.000	85.000.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 271, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 18, inciso II e §§ 2º a 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nos arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, no art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o Processo nº 04952.003104/2014-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, à WPR SÃO LUIS GESTÃO DE PORTOS E TERMINAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 18.729.181/0001- 57, de espaço físico em águas públicas, com área de 201.796,87 m², localizado na Baía de São Marcos, Município de São Luís, Estado do Maranhão, com as características descritas a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-45ºW, Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM, de coordenadas N 9.710.588,85 m e E 570.144,96 m; deste segue com azimute de 90º00'00" por uma distância de 150,00 m, até o ponto P2, de coordenadas N 9.710.588,85 m e E 570.294,96 m; deste segue com azimute de 180º00'00" por uma distância de 621,80 m até o ponto P3, de coordenadas N 9.709.967,05 m e E 570.294,96 m; deste segue com azimute de 90º00'00" por uma distância de 176,30 m, até o ponto P4, de coordenadas N 9.709.967,05 m e E 570.471,26 m; deste segue com azimute de 180º00'00" por uma distância de 45,00 m, até o ponto P5, de coordenadas N 9.709.922,05 m e E 570.471,26 m; deste segue com azimute de 90º00'00" por uma distância de 868,29 m, até o ponto P6, de coordenadas N 9.709.922,05 m e E 571.339,55 m; deste segue azimute de 231º4'44" por uma distância de 70,03 m, até o ponto P7, de coordenadas N 9.709.878,05 m e E 571.285,06 m; deste segue com azimute de 270º00'00" por uma distância de 990,10 m, até o ponto P8, de coordenadas N 9.709.878,05 m e E 570.294,96 m; deste segue com azimute de 108º00'00" por uma distância de 283,20 m, até o ponto P9, de coordenadas N 9.709.594,85 m e E 570.294,96 m; deste segue com azimute de 270º00'00" por uma distância de 150,00 m, até o ponto P10, de coordenadas N 9.709.594,85 m e E 570.144,96 m; deste segue com azimute de 360º00'00" por uma distância de 994,00 m, até o ponto P1, onde teve início essa descrição. O perímetro descrito tem 4.348,73 m de comprimento e configura polígono com área de 20,1796 ha/201.796,87 m².

Parágrafo único. O espaço físico em águas públicas a que se refere o caput é contíguo a terreno regularmente aforado à pretensa cessionária sob o RIP nº 09210113677-50.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º se destina à implantação de Terminal de Uso Privado - TUP - Terminal Portuário de São Luís-MA.

Art. 3º O prazo da cessão será de até 25 (vinte e cinco) anos, contado da data da assinatura do contrato, prorrogável por sucessivos períodos a critério da Administração.

Parágrafo único. O prazo para a implantação do projeto será de 5 (cinco) anos, contado da data da assinatura do contrato.

Art. 4º Durante o prazo previsto no caput do art. 3º, fica a outorgada cessionária obrigada a pagar mensalmente à União, a título de arrendamento, o valor de R$ 1.950,72 (um mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos).

§ 1º A retribuição mensal deverá ser recolhida diretamente à União até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento e, em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 3% (três por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com atualização monetária do valor da mensalidade calculada desde o dia seguinte ao do vencimento até a data do efetivo pagamento, utilizando-se a base de cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 2º O valor previsto no caput será reajustado anualmente, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pelo arrendamento dos imóveis será revisado a cada 5 (cinco) anos ou a qualquer tempo, desde que comprovada a superveniência de fatores que tenham alterado o equilíbrio econômico do contrato.

Art. 5º Fica a cessionária obrigada a arcar com as retribuições mensais devidas entre a data da ocupação do espaço físico em águas públicas e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

Art. 6º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pela cessionária, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários à construção e ao funcionamento do Terminal de Uso Privado - TUP de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º A cessionária deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União no Maranhão, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, em regime de arrendamento, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

PORTARIA Nº 279, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, § 3º, inciso II, da Portaria MP nº 67, de 1º de março de 2016 e tendo em vista o disposto no art.30, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 8.818, de 21 de julho de 2016, nos arts. 5º e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04967.007493/2016-17, resolve:

Art. 1º Autorizar a locação de parte de imóvel, com área de 12.315,43 m², situado na Avenida Presidente Vargas, n° 3.131, Bairro Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para abrigar temporariamente as Unidades vinculadas do Ministério da Cultura e seus acervos bibliográficos.

Parágrafo único. Esta autorização fica vinculada:

I - a que, no contrato para locação do imóvel, seja observada a área média de até 9 (nove) metros quadrados de área útil para o trabalho individual, a ser utilizada por servidor, empregado, militar ou terceirizado que nele exerça suas atividades;

II - ao cumprimento das normas e critérios básicos para garantir às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços no imóvel a que se refere o caput; e

III - à inclusão dos dados referentes ao imóvel locado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Art. 2º Caberá ao Órgão indicado pelos procedimentos necessários à locação pretendida, realizar os trâmites legais necessários, inclusive aos relacionados à dispensa/inexigibilidade de licitação, realização de procedimento concorrencial, quando for o caso, e assinatura do contrato, valendo-se do assessoramento prestado pelo seu respectivo órgão jurídico.

Art. 3º A autorização desta Secretaria não supre a necessidade da aquiescência das demais autoridades previstas no Decreto nº 7.689/12, e nem de observância da legislação pertinente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 13 de outubro de 2016

Com fundamento na liminar proferida nos autos do Processo Judicial 535-09.2016.5.10.0019, oriundo da 10ª Vara do Trabalho de Brasília do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e na Nota Técnica 532/2016/AIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve: INCLUIR o código sindical (082) da FECOMBASE - FEDERACAO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DOS ESTADOS BA/SE, CNPJ 15.243.686/0001-19, Carta Sindical L00b P031 A1957, no cadastro do SINDILIMP-BA - Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública, Asseio, Conservação, Jardinagem e Controle de Pragas, CNPJ 32.700.148/0001-25, Processo 46000.003886/96-23.

Em 24 de outubro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1951/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical 46213.008688/2012-13 do SISEMO - Sindicato dos Servidores Municipais de Moreno, CNPJ 41.008.905/0001-95 do, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1952/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical 46208.000979/2013-13 do Sindicato dos Trabalhadores na Estiva, Chapas, Cargas e Descarga de Mercadorias e Produtos de Qualquer Natureza em Veículos Automotores, Trem de Ferro de Catalão - GO, CNPJ 12.458.166/0001-35, nos termos do art. 5º, inciso I, da Portaria 186/2008 c/c o art. 26, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186/2008 c/c o art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46204.000384/2013-06
Entidade	SINDISCAR - Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde, Educação e Administração Municipal de Caraíbas - BA
CNPJ	17.165.132/0001-76
Fundamento	NT 1953/2016/CGRS/SRT/MTb

Processo	46210.000194/2013-00
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Auxiliares e Técnicos em Saúde Bucal - SINTAUTESB/MT
CNPJ	13.509.458/0001-12
Fundamento	NT 1955/2016/CGRS/SRT/MTb

Processo	46206.005753/2013-29
Entidade	Sindicato Nacional dos Empreendedores Individuais - SINDIEI
CNPJ	17.538.714/0001-50
Fundamento	NT 1956/2016/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 01 de março de 2013 e na Nota Técnica 1954/2016/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Governador Mangabeira, CNPJ 13.864.897/0001-43, Processo 46204.008854/2010-29, com fundamento no art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/13.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46214.002323/2013-56
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Palmeirais/PI
CNPJ	06.509.079/0001-67
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Piauí: Palmeirais

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 25 de outubro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46204.001229/2013-07
Entidade	Sindicato dos Meios de Hospedagem do Litoral Sul da Bahia
CNPJ	07.505.633/0001-09
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Bahia: Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Santa Luzia e Una

Categoria Econômica: Categoria Econômica das Empresas do Ramo de Hospedagem (incluídas neste ramo os Albergues, Aluguel de Quartos, Apart-Hotéis, campings, Casa de Cômodos, casas de repouso, estâncias, Flats-Service, Hospedagem, Hospedarias, Hotéis, hotéis fazenda, Motéis, Pensionatos, Pensões, Pousadas, Resorts, Spas), e do ramo de Gastronomia (incluídas neste ramo as Adegas, Bares, Barracas de Praia, Bebidas a Varejo, Bombonieres, Botequins, Buffets, Cafés, Caldo de Cana, Cantinas, Casa de Chás, Casa de Lanches, Casas de Chopp, Casas de Salgados, Casas de Sucos, Casas de Vitaminas, Cervejarias, Churrascarias, Confeitarias, Docerias, Fast-Food, Galeterias, Lanchonetes, Leiterias, Padarias, Pastelarias, Petisqueiras, Pit-Dogs, Pizzarias, Quitandas, Restaurante de Comida a Quilo, Restaurantes, Rotiserias, Rotisserias, Salsicharias,Self-Services e Sorveterias)

Em 26 de outubro de 2016

Tendo em vista a decisão judicial prolatada pelo MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Araçatuba do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Processo 0010735-37.2016.5.15.0019, a Portaria Ministerial 326/2013 e a Nota Técnica 556/2016/AIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, SUSPENDE a análise do processo de pedido de registro sindical da FESERPSP - Federação Estadual, Democrática dos Sindicatos de Servidores, Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo, CNPJ 24.043.456/0001-05, Processo Administrativo 46219.005366/2016-96, até nova decisão judicial.

Em 10 de novembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46217.007841/2012-55
Entidade	Sindicato dos Técnicos e Tecnólogos e Auxiliares em Radiologia do Estado do Rio Grande do Norte
CNPJ	12.754.982/0001-96
Abrangência	Estadual
Base territorial:	Rio Grande do Norte

Categoria: Profissional nominada no caput deste artigo, tendo em vista seu caráter de uma e indivisível, profissionais técnicos em radiologia médica, técnicos em raditerapia, técnicos em radioisótopos, técnicos em medicina nuclear, técnicos em radiologia industrial e auxiliares de câmara clara e câmara escura e/ou manipulem substâncias radioativas, tais como: técnicos e auxiliares em escópia aéreo - portuárias, operadores em gamagrafia, operadores em Cr, técnico em cobaltoterapia, técnico em hemodinâmica, técnico em odontologia, técnico em ressonância magnética, técnico em RX, técnico em tomografia computadorizada e tecnólogos e demais funcionários ou empregados em estabelecimentos radiológicos e industriais do Estdo do Rio Grande do Norte.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99, na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 338/2016/GAB/SRT/MTb, resolve anular a publicação no DOU n.º 130, Seção I, p. 114, de 08/07/2011, e Publicar o Processo 46293.003233/2010-05, de interesse do SINSERPMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Assai - PR, CNPJ 11.759.484/0001-73. E, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de Registro Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013. Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve excluir da representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, a Categoria do Servidor Público Municipal, no município de Cacoal no estado de Rondônia, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

Processo	46293.003233/2010-05
Entidade	SINSERPMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Assai - PR
CNPJ	11.759.484/0001-73
Abrangência	Municipal
Base territorial:	Paraná: Assai
Categoria:	Categoria dos Servidores Públicos Municipais ativos e inativos da administração pública direta e indireta, Fundações e autarquias, no município de Assai.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46224.000744/2013-23
Entidade	Sindicato dos Condutores e Empregados em Empresas de Transporte de Combustíveis Produtos Perigosos e Derivados de Petróleo no Estado da Paraíba - SINDCONPETRO/PB
CNPJ	17.571.933/0001-31
Base territorial:	Estadual: Paraíba
Categoria:	Condutores e empregados em empresas de transporte de combustíveis produtos perigosos e derivados de petróleo

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo:	46217.001344/2014-13 (SC15955)
Data de Protocolo:	14/02/2014
CNPJ:	19.367.997/0001-40
Interessado:	SAERN - SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Abrangência:	Estadual
Base Territorial:	Rio Grande do Norte

Categoria: A representação da categoria profissional abrange todos aqueles definidos como Aeroviários, nos termos do decreto lei nº 1.232/1962, os Empregados de Empresas Aéreas que exerçam suas funções em terra, os empregados de Aeroclubes que exerçam suas funções em terra; os empregados de empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo, definidos pela autoridade aeronáutica e em lei, os trabalhadores de Aviação Civil, que trabalham em todas as Companhias de Transporte Aéreo, que operam e/ou prestem serviços assim como os Empregados em empresas de Aviação, como também os Empregados em Empresas coligadas, pertencente ou contratadas por grupo econômico da Aviação Civil, Empresas de Serviço Técnico de Manutenção, cujo desempenho profissional contribua de forma direta ou indireta para a consecução e desenvolvimento da atividade econômica preponderante das Empresas coligadas, os trabalhadores que exerçam suas funções relacionadas com a manutenção de aeronaves; incluem-se também todas as Empresas de Administração Pública, seja qual for a sua natureza jurídica e regime de trabalho de seus servidores, bem como os empregados de empresas de táxi aéreo que exerçam suas funções em terra, empregados em empresas de representação de companhias aéreas, os empregados de aviação agrícola, os empregados de indústrias aeronáuticas e de oficinas de manutenção de aeronaves, instrumentos de aeronaves, escolas de aviação, os empregados das empresas de transporte de carga aérea, de empresas de refeição que abastecem as aeronaves (Chatering), os agentes de proteção da aviação civil, de atendimento ao passageiro, de limpeza, trabalhos em pista e pátio, os operadores de equipamentos e motoristas, assim como os envolvidos na administração e proteção patrimonial.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento previsto no art. 53, da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, aprova a NOTA TÉCNICA 341/2016/GAB/SRT/MTb, com adoção da seguinte medida: ANULAR a publicação do Diário Oficial da União - D.O.U - Seção I, p. 60, n.º 69, de 12/04/2016, que arquivou o Pedido de Registro Sindical; e PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical referente ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Barra do Corda, Processo 46000.003089/2003-18, CNPJ 05.458.616/0001-24, para representar a Categoria dos Empregados no comércio atacadista de algodão e outras fibras, carnes frescas e congeladas, carvão vegetal e lenha, gêneros de alimentos, tecidos, vestuário e armarinho; louças, tintas e ferragens, maquinismos em geral, materiais de construção, material elétrico, produtos químicos para indústria e lavoura, drogas e medicamentos, sacaria, pedras preciosas, jóias e relógios, papel e papelão, álcool e bebidas em geral, couros e peles, frutas, artigos sanitários, vidros plano, cristais e espelhos, aparelhos e materiais ópticos, fotográficos e Cinematográficos, sucata e ferro, exportador, café, derivados de petróleo, minérios e pesquisas, bijouterias; Empregados no comércio lojista de tecidos, vestuário, adorno e acessórios, de objetos de arte, de louças finas de cirurgia, de móveis e congêneres; Empregados no comércio varejista de gêneros alimentícios, de maquinismos, ferragens e tintas (utensílios e ferramentas); material Médico-Hospitalar científico, de calçados, material elétrico e aparelho eletrodoméstico, varejista de veículos, de peças e acessórios para veículos, de carvão e lenha, de vendedores ambulantes, de feirantes, de frutas, verduras, flores e plantas, estabelecimentos de serviços funerários (casas, agências e empresas funerárias), de material óptico, fotográfico e cinematográfico, de livros, de material de escritório e papelaria, de derivados de petróleo (inclusive lavagem de veículos), empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo, transportador-revendedor retalhista de óleo, diesel, óleo combustível e querosene, de garagem, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos, de carnes frescas, de produtos farmacêuticos, com abrangência municipal e base territorial no município de Barra do Corda, no estado do Maranhão. Ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007, e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e na NT 347/2016/GAB/SRT/MTb, resolve indeferir o recurso administrativo 46000.005058/2016-16, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-Fabricados em Concreto do Estado de São Paulo, CNPJ 62.263.637/0001-28; deferir o registro sindical ao SINDTPRÉ - Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-Fabricados em Concreto de Itapevi, Alumínio, Araçariguama, Barueri, Cajamar, Cotia, Ibiúna, Jandira, Mairinque, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Roque e Vargem Grande Paulista, CNPJ 11.324.047/0001-27; e anotar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes Peças e Pré Moldados em Concreto do Estado de São Paulo, 62.263.637/0001-28, para que exclua de sua representatividade Trabalhadores em Estudo de Solo (Serviços de Geotecnia), Fundações (Serviços de Tubulações, Sapatas, Blocos, Cravação de Estacas, Tirante de Proteção), Pré-Fabricados em Concreto (Peças para Construção de Edifícios, Galpões, Pontes, Silos), Fabricação e Acabamento de Peças de Concreto (Produtos de Cimento, também Lajes Pré-Fabricadas, Lajes Alveolar, Blocos, Postes, Colunas, Vigas, Pilares, Tubos, Aduelas, Bloquetes, Caixas para Ar Condicionado, Mesas, Telhas, Escadas, Caixas D'água, Tanques, Painéis de Isolamento, Ornamentos, Churrasqueiras, Bancos, Canaletas, Paineis de Fechamento, Paineis de Vedação, Paineis de Pisos, Defensas, Mourões, Guias, Grelhas, Elementos Vazados, Jardineiras, Concregrama, Lixeiras, Placas, Pisos, Gavetas para Túmulos, Vasos, Balaústres e Montagens, nos municípios: Alumínio, Araçariguama, Barueri, Cajamar, Cotia, Ibiúna, Itapevi, Jandira, Mairinque, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Roque e Vargem Grande Paulista, no estado de São Paulo, no termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99, na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 351/2016/GAB/SRT/MTb, resolve DEFERIR o recurso administrativo 46000.002376/2016-25, interposto pelo Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio dos Municípios de Uberaba/MG, Araxa/MG, Uberlandia/MG e Ituiutaba/MG- SINFRILACTE, CNPJ 10.916.379/0001-38, para ANULAR ato administrativo correspondente à Nota Técnica 517/2016/CGRS/SRT/MTPS, publicada no Diário Oficial da União n.º 70, do dia 13/04/2016, seção 1, p. 86, nos termos do art. 53 da Lei 9.784/1999; e DEFERIR o pedido de registro sindical do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio dos Municípios de Uberaba/MG, Araxa/MG, Uberlandia/MG e Ituiutaba/MG- SINFRILACTE, CNPJ 10.916.379/0001-38, para representar a categoria profissional dos empregados vendedores e viajantes do comércio, com base territorial intermunicipal, com abrangência nos municípios de Araxá, Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia, no estado de Minas Gerais, nos termos do art. 25, III da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99, na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 336/2016/GAB/SRT/MTb, resolve ANULAR o ato administrativo correspondente à Nota Técnica 312/2015/CGRS/SRT/MTE, publicado no DOU n.º 56, do dia 24/03/2015, seção 1, pág. 52, nos termos do art. 53 da Lei 9.784/1999; e DEFERIR o pedido de registro sindical do Sindicato dos Guardas Municipais de Estância- SIGME (CNPJ 11.938.252/0001-82), para representar a categoria dos Servidores ocupantes dos cargos de guarda municipal, agentes de transito e demais servidores lotados na guarda municipal de Estancia-SE, com abrangência municipal, base territorial do município de Estância, no estado de Sergipe, nos termos do art. 25, I da Portaria 326/2013.

Em 14 de novembro de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 361/2016/GAB/SRT/MTb, resolve: ANULAR a publicação do Diário Oficial da União - Seção I, p.58, n.º 202, de 20/10/2016, que ARQUIVOU o Pedido de Registro Sindical; e PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical 46210.002296/2012-71, referente ao SINDSPEN/MT - Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso, CNPJ 12.406.431/0001-31, para representar a Categoria Profissional de Nível Superior, Agente Penitenciário, Assistente Penitenciário e Auxiliar Penitenciário, com abrangência Estadual e base territorial, no estado do Mato Grosso. Ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007, e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46474.003480/2012-37
Entidade	SINDTIO - Sindicato dos Técnicos em Imobilizações Ortopédicas do Estado de São Paulo
CNPJ	13.102.993/0001-54
Base territorial:	Estadual: São Paulo
Categoria:	Técnicos em Imobilização Ortoédica, Técnico em Aparelho Gessado, Técnico em Gesso Hospitalar, Técnico em Gesso Ortopédico, Técnico em Imobilizações do Aparelho Locomotor, Técnico em Imobilizações Gessadas, Técnico Engessador, Técnico Gessista, Técnico em Imobilizações Ortopédicas
Fundamento	NT 360/2016/GAB/SRT/MTb

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

PORTARIA Nº 188, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Ceará, no uso da competência conferida que lhe foi delegada pela Portaria nº. 153, de 12/02/09, c/c o artigo 2º. da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25/05/06, e em conformidade com a documentação constante no Processo nº. 46205.012170/2015-26, resolve:

Art. 1º Homologar o Plano de Cargos, Carreira e Salários do corpo docente do INSTITUTO CRISTÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA (FACULDADE EXCELÊNCIA - FEX).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

FÁBIO ZECH SYLVESTRE

PORTARIA Nº 189, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego no Ceará, no uso da competência conferida que lhe foi delegada pela Portaria nº. 153, de 12/02/09, c/c o artigo 2º. da Portaria SRT/MTE/Nº. 02, de 25/05/06, e em conformidade com a documentação constante no Processo nº. 46205.012170/2015-26, resolve:

Art. 1º Homologar o Plano de Cargos, Carreira e Salários do Corpo Docente e do Pessoal Técnico Administrativo da SOCIEDADE EDUCACIONAL CÉSAR VIEIRA DINIZ - JUAZEIRO DO NORTE LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

FÁBIO ZECH SYLVESTRE

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 2.892, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00071.500006/2016-14, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Hospital Universitário Getúlio Vargas;

II - código OACI: SJGA;

III - município (UF): Manaus (AM); e

IV - ponto de referência do heliponto (coordenadas geográficas): 03° 06' 58" S / 060° 01' 09" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 2.950, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00058.500728/2016-47, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Palmital;

II - código OACI: SIQF;

III - município (UF): Morro Agudo (SP); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 41' 46" S / 048° 17' 13" W

Art. 2º A inscrição tem validade até 13 de junho de 2023.

Art. 3ºAs características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1502/SIA, de 12 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2013, Seção 1, página 2.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 2.985, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2016

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.505797/2016-58, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Ecides Fires;

II - código OACI: SSDF;

III - município (UF): São Sebastião do Passé (BA); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 12° 31' 02" S / 038° 30' 01" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.925, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.162162/2015-71, resolve:

Art 1º Revogar a suspensão cautelar da homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado Avião (PP-A), Piloto Comercial Avião (PC-A), Instrutor de Voo Avião (INV-A) e Voo por Instrumentos (IFR) da Jundiaí - Academia do Ar e Escola de Aviação Civil Ltda., nome fantasia, Academia das Águias, situada à Rua Siqueira de Moraes, 242, Centro, na cidade de Jundiaí - SP, CEP: 13201-032.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SIMONE AQUINO MARTINS DE CASTRO

PORTARIA Nº 3.350, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.502495/2016-28, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, a homologação dos cursos teóricos e práticos de Piloto Comercial Avião e Voo por Instrumentos do Aeroclube de Lages, situado na BR 282 km 4, Aeroporto Federal de Lages, Hangar 6, Bairro Vila Mariza, na cidade de Lages - SC, CEP: 88502-970.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE AQUINO MARTINS DE CASTRO

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 3.014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 670/SPO, de 19 de março de 2015, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.017171/2016-99, resolve:

Art. 1º Revalidar, até 5 de novembro de 2019, o credenciamento da médica ELINE DE ALMEIDA SORIANO, CRM-AL 3840, MC 26, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Dr. José Afonso de Melo, nº 118, 8º andar, sala 828, Jatiuca, em Maceió (AL), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª e 4ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos no RBAC nº 67.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pela referida médica, no âmbito dos termos desta portaria, desde 6 de novembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAVIO VALVIESSE DA MOTTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.072, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nºs 50300.001077/2009-37 e 50300.010814/2016-11, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 572-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, de titularidade da empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, o qual passa a vigorar na forma e condições fixadas em seu 6º Termo Aditivo, em virtude de exclusão de embarcação.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.073, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos processos nºs 50300.002299/2011-91 e 50300.010815/2016-66, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 846-ANTAQ, de 4 de abril de 2012, de titularidade da empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, o qual passa a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude da exclusão de embarcação.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.074, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nºs 50300.001064/2009-68 e 50300.010813/2016-77, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 550-ANTAQ, de 31 de julho de 2009, de titularidade da empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, o qual passa a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração na frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 5.075, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nºs 50300.001069/2009-91 e 50300.009477/2016-10, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 562-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, de titularidade da empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, o qual passa a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração na frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.076, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nºs 50300.001076/2009-92 e 50300.010545/2016-93, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 563-ANTAQ, de 7 de agosto de 2009, de titularidade da empresa Pipes Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 06.065.767/0001-85, o qual passa a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de inclusão de embarcação.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.077, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002480/2015-21, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito da Associação de Terminais Portuários Privados - ATP, para determinar à Companhia Docas do Pará - CDP que se abstenha da cobrança de tarifas referentes à utilização de infraestrutura de acesso, nas operações realizadas por embarcações da navegação interior, uma vez que, no caso, inexiste fato gerador da incidência tarifária, bem como por ter restado demonstrado que não são demandados serviços ou infraestrutura fornecida pela Autoridade Portuária em comento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.082, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 00045.004109/2015-94, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, na versão ajustada que contempla as observações da Gerência de Portos Organizados - GPO e da Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, constante dos Documentos SEI nº 0146717, 0146731 e 0147499, com Valor Presente Líquido - VPL de R$ 5.249.996,92 (cinco milhões, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), com valores dos fluxos de caixa atrelados à data base de dezembro de 2014, nos termos do Parecer Técnico nº 6/2016/GPO/SOG (SEI 0146717), ressalvados os apontamentos contidos nos Despachos da GPO e SOG, com a utilização do Weighted Average Capital Cost - WACC de 10,00% a.a., Payback descontado: 12/05/2040, e com Valor Futuro de R$ 47.010.060,16 (quarenta e sete milhões, dez mil, sessenta reais e dezesseis centavos).

Art. 2º Reconhecer a possibilidade de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento CT nº 31/94, celebrado em 01/11/1994, entre a empresa Pandenor Importação e Exportação SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.499.730/0001-89, e o Complexo Industrial Portuário SUAPE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.448.933/0001-62, nos termos do que dispõe o inciso V do artigo 2º do Decreto nº 8.033/2013, conjuntamente com o caput do artigo 57 da Lei nº 12.815/2013, com vigência até janeiro de 2044, em virtude dos novos investimentos da ordem de R$ 70.670.817,71 (setenta milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos e dezessete reais e setenta e um centavos), referenciado ao ano de 2014, que não foram previstos originalmente no Contrato de Arrendamento CT nº 31/94, e que não se amortizam no primeiro período contratual, uma vez que o fluxo de caixa marginal apresentou um VPL negativo de R$ 67.791.169,58 (sessenta e sete milhões, setecentos e noventa e um mil, cento e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), com a utilização de WACC de 10,00% a.a.

Art. 3º Reconhecer a inviabilidade técnica de licitação da área pretendida para ampliação, nos termos das considerações contidas no Parecer Técnico nº 6/2016/GPO/SOG, o qual concluiu "que não há óbices ao adensamento da área equivalente a 8.167 m² (oito mil, cento e sessenta e sete metros quadrados) ao Contrato CT nº 31/94, dado que há inviabilidade técnica de licitá-la como um arrendamento portuário independente."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.085, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, consoante delegação prevista no art. 1º da Portaria nº 182/2014-SEP, de 5 de junho de 2014, considerando o que consta do processo nº 50300.001939/2008-41, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a adaptação do Contrato de Adesão nº 001/2011-ANTAQ, de 4 de junho de 2011, firmado originalmente junto à empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, inscrita no CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01, atualmente de titularidade da empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, inscrita no CNPJ/MF nº 02.709.449/0001-59, eis que atendidas as exigências de que tratam a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, bem como o disposto na norma aprovada pela Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, Portaria nº 182-SEP/PR, de 5 de junho de 2014, e Portaria nº 249-SEP/PR, de 29 de novembro de 2013, nos termos da minuta de contrato de adesão acostada aos autos, condicionada à apresentação da declaração de que a interessada está adimplente perante todas as administrações dos Portos Organizados e a certidão atestando que não está inadimplente perante à ANTAQ (art. 3º, VI, c/c seu § 3º, I, da Portaria 249/13-SEP/PR).

Art. 2º Determinar à Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, que altere a redação da Cláusula Segunda do instrumento autorizativo de adaptação (Doc/SEI nº 0091179), nos seguintes termos:

"CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento contratual tem por finalidade adaptar a autorização aos termos da Lei nº 12.815, de 2013, conforme disposto em seu art. 58, bem como transferir a titularidade do terminal objeto da presente autorização à Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, subsidiária integral da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS (...)"

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.087, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002252/2011-28, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de aprovação do aumento de capacidade de armazenagem, sem expansão da área original, do Terminal de Uso Privado - TUP localizado no município de Itacoatiara/AM, objeto da autorização outorgada pelo Contrato de Adesão nº 013/2014-ANTAQ, firmado em 3 de setembro de 2014, junto à empresa Terminais Fluviais do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 11.389.394/0001-38.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.089, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e considerando o que consta do processo nº 50301.001515/2014-14, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo fixado pelo Aviso de Audiência Pública nº 06/2016-ANTAQ, de 21 de outubro de 2016, de forma a possibilitar aos interessados o envio de contribuições para o aprimoramento da proposta de Norma que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários, dos agentes intermediários e das empresas que operam nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, e estabelece infrações administrativas, até o dia 9 de dezembro de 2016.

Art. 2º Realizar audiência presencial adicional, a ocorrer no dia 23 de novembro de 2016, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ, localizado à av. Mal. Câmara, 150, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.020-010, com início às 14:30h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 17h o seu horário limite. (O credenciamento será realizado no local supracitado, das 14h às 15h).

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições do Aviso de Audiência Pública nº 06/2016-ANTAQ.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.090, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.002276/2015-19, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Comunicar à Administração do Porto de Maceió - APMc, em resposta à consulta formalizada por meio do Ofício APMC Nº 239/2015, de 23 de outubro de 2015, a admissibilidade da pactuação de Termo de Adiantamento de Tarifas - TAT, entre a consulente e a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01, cujas cláusulas prevejam, pelo menos, as condições em que serão operacionalizados os investimentos pela Autoridade Portuária no Porto de Maceió, com os recursos do adiantamento da tarifa, a ser promovido pela PETROBRAS em favor da APMc, a sistemática de compensação desse adiantamento, e as responsabilidades de cada uma das Partes no exercício das obrigações impostas pelo Termo.

Art. 2º Determinar à APMc que, caso decida pela citada forma de viabilizar a realização das obras referentes à manutenção das estruturas do Terminal de Granéis Líquidos - TGL do Porto de Maceió, e haja a anuência da PETROBRAS mediante a celebração de TAT - que deverá ser aprovado pela ANTAQ - caberá àquela conduzir o necessário procedimento licitatório, contratar diretamente a empresa a que venham a ser adjudicados os serviços licitados, acompanhar a execução desses serviços e respectivas medições, e efetuar o desembolso para pagamento dos serviços faturados pela empreiteira contratada.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Regulação - SRG e à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, o acompanhamento e as providências cabíveis, porventura demandados à ANTAQ, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.092, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.008210/2016-13, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar a reorganização societária da arrendatária Amaggi & LDC Terminais Portuários S/A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.143.827/0001-21, titular do Contrato de Arrendamento nº 011/2012-EMAP, de 2 de fevereiro de 2012, firmado junto à Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, consoante instrução processual.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.097, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001537/2013-11, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de atender o requerimento de prorrogação de prazo apresentado pelo Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, para dar início à operação do Terminal de Uso Privado - TUP Porto Sul, de sua titularidade, localizado no distrito de Aritaguá, no município de Ilhéus, BA, pelo período de três anos, a partir de 10 de janeiro de 2017, com base no que preceituam os §§ 1º e 2º do art. 26 do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, bem como de revisar a Cláusula Sexta do Contrato de Adesão nº 02/2014-SEP/PR, conforme minuta acostada aos autos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 5.098, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001557/2013-84, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de atender o requerimento de prorrogação de prazo apresentado pela empresa Bahia Mineração S/A - BAMIN, inscrita no CNPJ sob o nº 67.392.063/0001-80, para dar início à operação do Terminal de Uso Privado - TUP, de sua titularidade, localizado no município de Ilhéus/BA, pelo período de três anos, a partir de 10/01/2017, com base no que preceituam os §§ 1º e 2º do art. 26 do Decreto nº 8.033, de 2013, bem como de revisar a Cláusula Sexta do Contrato de Adesão nº 03/2014-SEP/PR, conforme minuta acostada aos autos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.099, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50000.007295/1993, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter especial e de emergência, a empresa Ultrafértil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.476.026/0008-02, com base no § 1º do art. 49 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, comissionamento em área ampliada - fase 2, da instalação portuária de sua titularidade, denominada Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita - TIPLAM, localizada no município de Santos/SP.

Art. 2º Ressaltar que a autorização ora deferida não gera direitos à continuidade da prestação dos serviços, nem desonera a empresa Ultrafértil S.A. do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente afeto.

Art. 3º Determinar que a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, acompanhe a operação ora autorizada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.101, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que constam dos processos nºs 50301.000866/2012-46 e 50300.010300/2016-66, e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 901-ANTAQ, de 26 de setembro de 2012, de titularidade da empresa Starmar Navegação e Serviços Marítimos EIRELI, CNPJ nº 07.459.435/0001-48, o qual passa a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração da natureza jurídica e razão social.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.102, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50650.003774/2016-81, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 413ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Reiterar o posicionamento exposto pela Superintendência de Administração e Finanças - SAF e manifestado pela Presidente da CPAD-PORT-016-15-CRG, desta Agência, em consonância com o Parecer nº 941, de 13 de abril de 2015, da Controladoria Geral da União - CGU, para indeferir solicitação de cópia de gravação de vídeo do sistema de câmeras de vigilância instalado na Unidade Regional do Rio de Janeiro - URERJ, relativa ao mês de outubro de 2013, com o consequente arquivamento do Recurso de 2ª Instância ao SIC 50650.003774/2016-81.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.208, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016

Aplica a pena de declaração de inidoneidade à empresa Expresso Formosa Transportes Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 218, de 1º de outubro de 2016, e no que consta do Processo nº 50500.004705/2008-07, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de declaração de inidoneidade à empresa Expresso Formosa Transportes Ltda., CNPJ nº 04.609.849/0001-18, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com os parágrafos 1º e 5º do artigo 36 e artigo 86, inciso VI, ambos do Decreto nº 2.521, de 1998, c/c o artigo 78 - A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 152, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Concede prioridade ad referendum de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º do Decreto nº 5.269, publicada no Diário Oficial da União, DOU, em 11 de novembro de 2004, e considerando o disposto no art. 8º da Portaria GM/MT nº 253, publicada no DOU em 16 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Conceder prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante, de acordo com a com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no DOU em 18 de dezembro de 2009, à empresa brasileira e respectivo projeto, abaixo relacionado, pelo prazo de 360 dias contados a partir da publicação desta Resolução:

I. SOUTH AMERICAN TANKER COMPANY NAVEGAÇÃO S.A. (CNPJ nº 08.309.960/0001-40), construção de 8 (oito) embarcações do tipo navio-tanque para produtos claros de 49.000 TPB, com valor total do projeto de R$ 2.285.427.785,04 (dois bilhões, duzentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos) que correspondem a US$ 712.104.376,25 (setecentos e doze milhões, cento e quatro mil, trezentos e setenta e seis dólares norte-americanos e vinte e cinco centavos), com data-base de 22/07/2015, processo nº 50000.118913/2016-25.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 87, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Portaria PGR/MPU nº 61, de 22 de julho de 2016, que regulamenta, de forma transitória, dispositivos da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da competência atribuída pelo art. 26, inciso XIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista as disposições da Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Os artigos 10, 12, 14,14-A, 27, 29-A e 29-B da Portaria PGR/MPU n° 61, de 22 de julho de 2016, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10.....

.....

III - fiscalização técnica do cumprimento de normas e procedimentos de segurança estabelecidos pelos ramos do Ministério Público da União, incluindo a inspeção, coordenação e controle da execução das atividades terceirizadas de vigilância armada e desarmada;

.....

§ 7º Ressalvados os casos envolvendo ocupantes de cargos de Técnico do Ministério Público da União/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte, bem como militares e policiais, ativos ou inativos, a designação para o exercício de funções de segurança mencionadas nos incisos I, II, IV e V deste artigo fica condicionada a regulamento específico a ser editado pelo Procurador-Geral da República.

.....

§ 9º No Ministério Público Federal, são unidades de segurança, para os fins desta Portaria, a Secretaria de Segurança Institucional da Procuradoria-Geral da República, as Divisões de Segurança Orgânica e Transporte das Procuradorias Regionais da República e as Divisões e Seções de Segurança Orgânica e Transporte das Procuradorias da República.

§ 10. No Ministério Público Federal, somente as Procuradorias da República nos Municípios se enquadram na definição constante do § 3º deste artigo.

§ 11. Nas Procuradorias da República nos Municípios, as funções de segurança serão exercidas pelos servidores ocupantes do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte, inclusive as mencionadas no item 2.1.3 do Plano de Segurança Institucional, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 417, de 5 de julho de 2013, sob subordinação técnica à Divisão ou Seção de Segurança Orgânica e Transporte da Procuradoria da República correspondente.

§ 12. Durante as ausências ou afastamentos do Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte ou quando não houver servidor ocupante deste cargo lotado na Procuradoria da República no Município, as funções de segurança deverão ser exercidas, transitoriamente, pela Divisão ou Seção de Segurança Orgânica e Transporte da Procuradoria da República correspondente.

§ 13. Nas hipóteses mencionadas no parágrafo anterior, o Coordenador da Procuradoria da República no Município ou outro servidor especificamente designado pelo Procurador-Chefe prestará auxílio ao planejamento e à fiscalização do cumprimento de normas e procedimentos de segurança na unidade e, quando necessário, no interesse do serviço, sob a orientação da respectiva Divisão ou Seção de Segurança Orgânica e Transporte, poderá realizar atos administrativos de entrega de notificações e intimações e de condução de veículos oficiais, desde que habilitado.

§ 14. Sem prejuízo dos deveres inerentes ao desempenho de qualquer função pública, o exercício das atividades nas condições descritas no parágrafo anterior não implicará a responsabilidade extraordinária decorrente do especial dever de cuidado, vigilância e proteção a que estão submetidos os servidores que exercem funções de segurança e não ensejará a percepção da gratificação." (NR)

.....

"Art. 12.....

§1º-A. O conteúdo do programa de atualização profissional promovido pela Administração deverá contemplar noções de Direitos Humanos aplicadas ao exercício da atividade de segurança.

§1º-B. Nas ações de treinamento voltadas à segurança, a Administração priorizará a capacitação de servidores que estejam designados para exercer as funções de segurança descritas no art. 10, incisos I e II.

.....

§ 3º .....

I - para a gratificação prevista no art. 10, inteligência, contrainteligência, segurança ativa, segurança orgânica, técnicas operacionais, proteção de dignitários, direção defensiva, defesa pessoal ou equivalentes;

.....

§ 6º-A. Para o primeiro atendimento apontado no parágrafo anterior, deverão ser observadas as seguintes disposições complementares:

I - serão aceitos comprovantes de ações de treinamento realizadas no exercício de 2016, ainda que em data anterior à entrada em vigor da Lei nº 13.316, de 2016;

II - não será exigida a comprovação do primeiro atendimento de que trata o parágrafo anterior do Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte que tenha entrado em exercício no cargo em 2016, devendo, nos anos subsequentes, apresentar os comprovantes referentes aos programas e às ações de que venha a participar, com aproveitamento, nos termos deste artigo.

.....

§ 9º Na hipótese de não comprovação tempestiva dos requisitos de que trata este artigo, o pagamento da gratificação será imediatamente suspenso, só devendo ser retomado a partir da respectiva regularização." (NR)

.....

"Art. 14. As chefias das unidades de segurança e das unidades de pesquisa e análise e as respectivas chefias imediatas manterão a unidade de gestão de pessoas do correspondente ramo do Ministério Público da União devidamente informada quanto às lotações e ao efetivo exercício das funções e das atividades de que tratam os arts. 10 e 11, para a percepção da respectiva Gratificação de Atividade de Segurança e sua continuidade.

§ 1º Os mecanismos de verificação periódica do preenchimento dos demais requisitos para a continuidade de percepção da gratificação serão objeto dos regulamentos a serem editados, salvo o mencionado no § 3º do art. 12, que será objeto de controle direto da área de desenvolvimento profissional.

§ 2º As chefias mencionadas no caput e o servidor que perceber a gratificação deverão comunicar imediatamente à unidade de gestão de pessoas do correspondente ramo do Ministério Público da União qualquer ocorrência que tenha implicação no pagamento da gratificação." (NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art. 14-A. No Ministério Público Federal, os Procuradores-Chefes encaminharão ao Secretário de Gestão de Pessoas formulários contendo todas as informações necessárias para o pagamento das gratificações de que tratam os arts. 10 e 11.

§ 1º A Secretaria de Gestão de Pessoas, após a verificação do preenchimento dos requisitos previstos nesta Portaria, remeterá à Secretaria de Segurança Institucional ou à Secretaria de Pesquisa e Análise, conforme o caso, os formulários mencionados no caput, para validação e posterior devolução àquela unidade.

§ 2º Os formulários indicados no caput, subscritos pelo chefe da unidade de segurança ou da unidade de pesquisa e análise, pelo chefe imediato e pelo servidor que pretenda perceber a gratificação, deverão conter informações sobre a lotação deste e o efetivo exercício das funções ou atividades de que tratam os arts. 10 e 11, bem como advertir sobre a obrigação de comunicar imediatamente à Secretaria de Segurança Institucional ou à Secretaria de Pesquisa e Análise, conforme o caso, e à Secretaria de Gestão de Pessoas qualquer ocorrência que tenha implicação no pagamento da gratificação.

§ 3º Sem prejuízo da obrigação mencionada no parágrafo anterior, as Coordenadorias, as Divisões e os Núcleos de Gestão de Pessoas das unidades do Ministério Público Federal deverão comunicar qualquer ocorrência que tenha implicação no pagamento das gratificações mencionadas nos arts. 10 e 11.

§ 4º Quando se tratar de servidores lotados na Secretaria de Segurança Institucional ou na Secretaria de Pesquisa e Análise, o respectivo Secretário, observados os termos deste artigo, com a anuência do Secretário-Geral, remeterá à Secretaria de Gestão de Pessoas os formulários correspondentes, para as providências pertinentes.

§ 5º Sem prejuízo das demais disposições deste artigo, anualmente, no mês de dezembro, a Secretaria de Gestão de Pessoas realizará o recadastramento de todos os servidores que percebem as gratificações de que tratam os arts. 10 e 11, devendo, para tanto, ser encaminhados, àquela unidade, no mês de novembro, os formulários contendo as informações necessárias para a continuidade do pagamento, sob pena de sua suspensão imediata.

§ 6º Para o recadastramento mencionado no parágrafo anterior, a Secretaria de Educação e Desenvolvimento Profissional deverá encaminhar à Secretaria de Gestão de Pessoas, até o mês de dezembro, as informações necessárias sobre o preenchimento, pelos respectivos servidores, dos requisitos de que trata o art. 12, devidamente validadas pela Secretaria de Segurança Institucional e pela Secretaria de Pesquisa e Análise, conforme o caso." (NR)

.....

"Art. 27.....

§ 1º A definição de lotação dos Técnicos do Ministério Público da União/Apoio Técnico-Administrativo/Segurança Institucional e Transporte nas respectivas unidades de segurança institucional e os atos de nomeação ou designação, respectivamente, para cargos em comissão ou funções de confiança pertencentes à estrutura organizacional de tais unidades serão considerados designações válidas, para os fins do art. 10.

§ 2º A definição da lotação de servidores nas unidades de pesquisa e análise e os atos de nomeação ou designação, respectivamente, para cargos em comissão ou funções de confiança pertencentes à estrutura organizacional de tais unidades serão considerados designações válidas, para os fins do art. 11.

§ 3º As designações de que tratam os parágrafos anteriores, para fins de percepção da respectiva gratificação, não dispensam o preenchimento dos demais requisitos previstos nesta Portaria, notadamente quanto à lotação e ao efetivo exercício das funções ou atividades de que tratam os arts. 10 e 11.

§ 4º Qualquer designação para o exercício de atividades de pesquisa, análise ou tratamento de dados e informações sensíveis deverá ser precedida de prévia consulta à Secretaria-Geral sobre a disponibilidade orçamentária para eventual pagamento da gratificação." (NR)

.....

"Art. 29-A. Os Procuradores-Gerais de cada ramo do Ministério Público da União e o Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União editarão os atos necessários para regulamentar, na sua esfera de atribuição, as questões tratadas nos dispositivos desta Portaria que, expressamente, se reportem ao Ministério Público Federal, observadas, no que couber, as disposições correspondentes." (NR)

"Art. 29-B. No prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da Portaria PGR/MPU nº 87, de 14 de novembro de 2016, as unidades de gestão de pessoas dos ramos do Ministério Público da União realizarão recadastramento de todos os servidores que percebem as gratificações de que tratam os arts. 10 e 11, observando-se, no que couber, o disposto no art. 14 -A." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 234ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2016

Aos 19 dias do mês de outubro de 2016, às 10h11, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do MPM, sob a presidência do Dr. Jaime de Cassio Miranda, Procurador-Geral de Justiça Militar, presentes os Conselheiros Mário Sérgio Marques Soares, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Alexandre Concesi, Arilma Cunha da Silva, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, José Garcia de Freitas Junior, Herminia Celia Raymundo, Maria de Nazaré Guimarães de Moraes, Giovanni Rattacaso e Clauro Roberto de Bortolli. Ausente, justificadamente, a Conselheira Anete Vasconcelos de Borborema. Primeira Parte - Expediente: Aprovação da Ata da 233ª Sessão Ordinária: Aprovada. Comunicações da Presidência: O Sr. Presidente, após cumprimentar a todos, informou sobre o trabalho que vem sendo realizado pela Administração do Ministério Público Militar visando a construção da nova sede da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ. Comunicações dos Conselheiros: O Conselheiro Giovanni Rattacaso, na qualidade de presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, apresentou informações de interesse dos associados. Segunda Parte - Ordem do Dia: 1) Elaboração de Lista Tríplice para a escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público Militar, em virtude do término de mandato. Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR deliberou, por unanimidade de votos, nos termos do art. 131, inciso VI, da Lei Complementar nº 75/93, em constituir a seguinte Lista Tríplice para a escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público Militar: 1º lugar: Dr. GIOVANNI RATTACASO; 2º lugar: Dr. EDMAR JORGE DE ALMEIDA e 3º lugar: Dra. ANETE VASCONCELOS DE BORBOREMA, Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar." 2) Processo nº 289/CSMPM - Processo de promoção, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça Militar. Conselheira-Relatora: Dra. Maria de Nazaré Guimarães de Moraes. Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, nos termos do artigo 131, inciso V, combinado com os artigos 199 e 200 da Lei Complementar n° 75/1993, observando o disposto na Resolução nº 57/CSMPM e o constante no Processo nº 289/CSMPM, deliberou em constituir a seguinte lista tríplice para a promoção ao cargo de Procurador de Justiça Militar, pelo critério de merecimento, objetivando o preenchimento de uma vaga na Procuradoria de Justiça Militar em Bagé/RS, em vaga decorrente da promoção do Dr. Clauro Roberto de Bortolli ao cargo de Subprocurador-Geral de Justiça Militar, conforme Portaria PGR 68, de 2 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, pág. 57, de 5 de setembro de 2016: em 1º lugar, por maioria de votos (9x4), o Doutor SERGIO DE SALDANHA DA GAMA JUNIOR. Os Conselheiros Maria de Nazaré Guimarães de Moraes, Edmar Jorge de Almeida e José Garcia de Freitas Junior votaram no Dr. Irabeni Nunes de Oliveira e o Conselheiro Carlos Frederico de Oliveira Pereira votou no Dr. Soel Arpini; em 2° lugar, por maioria de votos (12x1), o Doutor IRABENI NUNES DE OLIVEIRA. O Conselheiro Carlos Frederico de Oliveira Pereira votou no Dr. Alexandre Reis de Carvalho e, em 3° lugar, por maioria de votos (11x2), o Doutor ALEXANDRE REIS DE CARVALHO. Os Conselheiros Herminia Celia Raymundo e Jaime de Cassio Miranda votaram no Dr. Soel Arpini." 3) Processo nº 280/CSMPM - Proposta de alteração da Resolução nº 22/CSMPM. Conselheiro-Relator: Dr. Roberto Coutinho. Processo retirado de pauta a pedido do relator. 4) Processo nº 288/CSMPM - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE/2017. Conselheiro-Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares. Termo de Deliberação: "O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso da competência prevista no art. 131, inciso X, da Lei Complementar nº. 75, de 20 de maio de 1993, opinou favoravelmente, à unanimidade de votos, pela indicação do Dr. Fernando Hugo Miranda Teles, Promotor de Justiça Militar, para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra no ano de 2017." 5) Processo nº 287/CSMPM - Regulamentação da obrigatoriedade dos membros do MPM de requererem a imediata expedição de guias de execução criminal e de execução de ativos fiscais resultantes de condenações confirmadas pelo STM, bem como procederem à correta fiscalização de sua exatidão e dos devidos encaminhamentos. Conselheiro-Relator: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza. Após a apresentação do relatório e voto, foi decido que a matéria será encaminhada à Câmara de Coordenação e Revisão para análise. 6) Processo nº 286/CSMPM - Proposta de alteração da Resolução nº 62/CSMPM. Conselheiro-Relator: Dr. José Garcia de Freitas Junior. Após a apresentação do relatório e voto, foi deliberado pelo não acolhimento da recomendação do CNMP quanto à designação de um membro do MPM para exercer atividades de secretário do CSMPM, bem como pelo não provimento da proposta de convocação de membro de grau inferior para comporem o colegiado nos julgamentos disciplinares de Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar. 7) Processo nº 266/CSMPM - Regulamentação da Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014. Conselheiro-Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares, com vista para o Procurador-Geral de Justiça Militar. Aprovada a resolução que disporá sobre a designação e a substituição de membros, com a redistribuição de feitos e audiências, em face da Lei nº 13.024, de 26/8/2014, no âmbito do Ministério Público Militar. 8) Indicação de membro suplente para compor a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, em virtude da renúncia da Dra. Arilma Cunha da Silva. Matéria não apreciada, devendo ser definida na próxima sessão do Colegiado. 9) Apresentação do Relatório de Correição Ordinária promovida na Procuradoria de Justiça Militar em Santa Maria/RS. Conselheira-Relatora: Dra. Herminia Celia Raymundo. Relatório apresentado, ficando à disposição dos Conselheiros para consulta.

Não havendo assuntos a serem deliberados, o Sr. Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e encerrou a sessão às 12h48.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar
Presidente do Conselho

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO
Secretária

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 70, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.041375/16-09, que tem como interessados: CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, EDILAIR DA SILVA, MÁRIO MEDEIROS, ÁTILA VINICIUS, DANIEL LUCHINE, JAQUELINE GALUBAN e NIEDJA FREITAS, para apurar a prática de improbidade administrativa por violação dos princípios.

ROBERTO CARLOS SILVA

PORTARIA Nº 72, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.041376/16-63, que tem como interessados: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e LARISSA ÁVILA TAVERNARD, para apurar a prática de improbidade administrativa por lesão ao erário, enriquecimento ilícito e violação de princípios.

ROBERTO CARLOS SILVA

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 36, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2016
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidência: Presidente Aroldo Cedraz

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

Secretária das Sessões, em substituição: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 17 horas e 13 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes os Ministros Walton Alencar Rodrigues, com causa justificada, e Augusto Nardes, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 35, referente à sessão extraordinária realizada em 1º de novembro (Regimento Interno, artigo 101).

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão extraordinária do Plenário para o dia 23 de novembro, às 10 horas, não havendo, em consequência, a sessão ordinária prevista para o período vespertino.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 2866, adotado no processo nº TC-003.951/2016-2, constante da Relação nº 42 do Ministro Benjamim Zymler;

Acórdão nº 2867, adotado no processo nº TC-027.728/2007-6, constante da Relação nº 35 da Ministra Ana Arraes;

Acórdão nº 2868, adotado no processo nº TC-031.884/2014-8, constante da Relação nº 49 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2869, adotado no processo nº TC-026.414/2016-3, constante da Relação nº 50 do Ministro Augusto Nardes;

Acórdão nº 2870, adotado no processo nº TC-023.284/2010-2, constante da Relação nº 50 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 2871, adotado no processo nº TC-021.794/2016-2, constante da Relação nº 34 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

Acórdão nº 2872, adotado no processo nº TC-026.867/2016-8, constante da Relação nº 34 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão nº 2873, adotado no processo nº TC-033.547/2015-7, constante da Relação nº 34 do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

Acórdão nº 2874, adotado no processo nº TC-023.913/2016-9, constante da Relação nº 48 do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSO APRECIADO DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou o processo listado a seguir e aprovou o seguinte acórdão:

Acórdão nº 2875, adotado no processo nº TC-022.995/2014-5, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo do respectivo processo, tornou-se público o acórdão nº 2868, a seguir transcrito.

RELAÇÃO Nº 49/2016 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2868/2016 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia acerca de possíveis irregularidades na execução de obras objetos de contratos de repasse firmados entre a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/SE e o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte e do Ministério do Turismo;

Considerando o registro da Secex/SE de que a documentação em tela preenche os requisitos, previstos no art. 235 do Regimento Interno desta Casa, para ser admitida como denúncia, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito à sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do denunciante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada;

Considerando o registro daquela unidade técnica de que, dos 11 contratos de repasse denunciados, contendo irregularidades em sua execução, as verificações levadas a efeito identificaram evidências de efetivas ocorrências irregulares em três deles, a saber, os de números Siafi 715146, 735488 e 705280, explicitando-se haverem sido constatadas, nos três ajustes, evidências do duplo pagamento das referidas notas fiscais, tanto com recursos do contrato de repasse, quanto com recursos municipais;

Considerando o aspecto de tais indicativos de irregularidades não haverem sido afastados pelas razões de justificativas apresentadas pela então Prefeita Municipal, em resposta à sua audiência;

Considerando o diferencial de o Contrato de Repasse número Siafi 705280, diferentemente dos dois outros ajustes mencionados, ainda se encontrar vigente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento no art. 235 do Regimento Interno desta Casa, conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) converter este processo em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/92 c/c o art. 252 do RITCU e o art. 41, *caput*, da Resolução TCU 259/2014;

c) determinar, com fulcro nos arts. 10, § 1º, e 12, inc. II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, inc. I, do Regimento Interno do TCU, a citação da responsável Sra. Luana Michele de Oliveira Silva Cacho para que, no prazo de quinze dias, apresente alegações de defesa ou recolha, aos cofres do Tesouro Nacional, as quantias indicadas no quadro a seguir, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até os efetivos recolhimentos, na forma da legislação em vigor, ou, ainda, adote ambas as providências:

Referência	Valor do débito (R$)	Data da ocorrência*
Contrato de Repasse 715146	139.777,74	7/5/2012
Contrato de Repasse 735488	98.501,79	9/4/2012
	76.187,21	18/5/2012

* Data do pagamento das notas fiscais questionadas (fls. 11, 21 e 38, peça 16).

d) determinar que o ofício que levar a efeito a citação mencionada no item precedente esclareça que os débitos em questão decorrem de:

d.1) fortes indícios de fraude na comprovação da despesa, haja vista o uso da Nota Fiscal 207, emitida em 3/5/2012, pela Construtora Tamanduá Ltda., no valor de R$ 139.777,74, para comprovar despesas do Contrato de Repasse 715146, paga por meio da conta corrente 647052-6, da agência 3303 da Caixa Econômica Federal, específica para movimentação dos recursos do ajuste em apreço, e também para comprovar gastos com recursos disponíveis na conta corrente 4605-1 da agência 612 do Banco do Brasil, de livre movimentação do município de Nossa Senhora da Glória/SE, conforme informações disponíveis no Portal da Transparência do TCE-SE (anexar ao oficio de citação o documento constante às fls. 24/25 da peça 17);

d.2) fortes indícios de fraude na comprovação das despesas, haja vista o uso da Nota Fiscal 003, de 4/4/2012, e da Nota Fiscal 005, de 14/5/2012, emitidas pela empresa LFB Construções e Consultoria Ltda., no valor de R$ 98.501,79 e R$ 76.187,21, respectivamente, para comprovar despesas do Contrato de Repasse 735488, pagas por meio da conta corrente 647073-9, da agência 3303 da Caixa Econômica Federal, específica para movimentação dos recursos do ajuste em apreço, e também para comprovar gastos com recursos disponíveis na conta corrente 4605-1 da agência 612 do Banco do Brasil, de livre movimentação do município de Nossa Senhora da Glória/SE, conforme informações disponíveis no Portal da Transparência do TCE-SE (anexar ao ofício de citação o documento constante às fls. 26/27 da peça 17);

e) determinar que a citação referida nos dois itens imediatamente precedentes informe, ainda, à responsável que, caso venha a ser condenada pelo Tribunal, ao débito ora apurado serão acrescidos os juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RI/TCU.

f) determinar, com fulcro no inc. II do art. 250 do Regimento Interno/TCU:

f.1) à Caixa Econômica Federal e ao munícipio de Nossa Senhora da Glória/SE que, conjuntamente, adotem providências necessárias com vistas à conclusão das obras objetos do Contrato de Repasse Siafi nº 705280, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, informações acerca das medidas adotadas em atendimento à determinação, acompanhadas de competente documentação comprobatória, bem como dos eventuais resultados já alcançados;

f.2) à Caixa Econômica Federal que, além da adoção das providências com vistas à conclusão da obra objeto do Contrato de Repasse Siafi nº 705280, reexamine a prestação de contas parcial do ajuste, com a devida consideração da irregularidade abaixo, informando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas e os resultados alcançados:

f.2.1) fortes indícios de fraude na comprovação das despesas, haja vista o uso das notas fiscais relacionadas no quadro a seguir, emitidas pela empresa ARM-Construções Ltda., para comprovar despesas do ajuste, pagas por meio da conta corrente 647045-3 da agência 3303 da Caixa Econômica Federal, específica para movimentação dos recursos federais, e também para comprovar despesas pagas com recursos municipais disponíveis na conta corrente 4605-1 da agência 612 do Banco do Brasil, de livre movimentação do município de Nossa Senhora da Glória/SE, conforme informações disponíveis no Portal da Transparência do TCE-SE (anexar à notificação o documento constante às fls. 1/8 da peça 17):

Documento fiscal	Data emissão	Valor pago	Data pagamento com recursos federais	Data pagamento com recursos municipais
NFS-e 037	24/11/2011	R$ 87.119,21	12/12/2011	9/12/2011
NFS-e 038	24/11/2011	R$ 3.100, 13	12/12/2011	9/12/2011
NFS-e 012	28/2/2012	R$ 137.195,29	13/3/2012	13/3/2012
NFS-e 312	6/7/2012	R$ 145.092, 27	19/7/2012	18/7/2012

g) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão e da instrução constante da peça nº 52:

g.1) à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/SE, à Caixa Econômica Federal e ao denunciante, para conhecimento;

g.2) à responsável mencionada no item "c" deste Acórdão, em atendimento ao § 3º do art. 41 da Resolução TCU 259/2014 e como subsídio ao seu pronunciamento;

g.3) aos Ministros de Estado do Esporte e do Turismo, com vistas a cientificá-los a respeito da conversão destes autos em Tomada de Contas Especial, em atendimento ao parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno;

h) apensar os presentes autos ao processo de tomada de contas especial que vier a ser autuado, na forma prevista no art. 43 da Resolução TCU 191/2006;

i) autorizar a Secex/SE a autuar processo de monitoramento a fim de verificar o cumprimento da determinação constante do item "f", e desdobramentos, desta Deliberação;

j) levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos.

1. Processo TC-031.884/2014-8 (DENÚNCIA)

1.1. Apensos: 008.187/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsável: Luana Michele de Oliveira Silva Cacho, CPF 999.035.085-72.

1.3. Denunciante: Identidade preservada (*caput* do art. 55 da Lei 8.443/1992).

1.4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória/SE.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secex/SE.

1.8. Representação legal: não há.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo Único desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 53 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 16 de novembro de 2016 e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 14 de novembro de 2016.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

ATA Nº 44, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2016
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Presidente Aroldo Cedraz

Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, em exercício, Cristina Machado da Costa e Silva

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 14 horas e 39 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes), André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas) e Weder de Oliveira e da Procuradora-Geral, em exercício, Cristina Machado da Costa e Silva. Ausentes, em férias, a Ministra Ana Arraes, o Ministro Bruno Dantas e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou as Atas nºs 42 e 43, referentes às sessões extraordinária e ordinárias realizada em 26 de outubro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet (www.tcu.gov.br).

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Realização do *workshop* "GeoControle: O Uso de Geotecnologias como Ferramenta de Controle Externo".

QUESTÃO DE ORDEM (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Questão de ordem suscitada pelo Ministro Vital do Rêgo acerca da suspensão do prazo recursal por força de interposição de embargos de declaração. O Ministro Raimundo Carreiro teceu algumas considerações acerca do encaminhamento do assunto. O presidente acolheu as sugestões e informou que determinará a adoção das providências necessárias.

MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo nº TC-021.542/2016-3, pelo Ministro Bruno Dantas e comunicada pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, para que a Eletronuclear, em eventuais pagamentos que sejam feitos no âmbito de contratos relacionados ao empreendimento de Angra 3, retenha quantia suficiente para garantir os montantes apurados.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 27 de outubro e 1º de novembro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 013.371/2010-0
Interessado: Osvaldo Martins Rizzo
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 014.217/2016-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 025.974/2014-9
Interessado: /GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 030.087/2016-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: IN - TCU 74/2015
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - IN- TCU 74/15
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 032.456/2011-5/R001
Recorrente: Boaventura Vidal Cavalcante
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 040.953/2012-2/R004
Recorrente: Francisco de Assis Rodrigues Fróes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 040.953/2012-2/R005
Recorrente: Renato Stoppa Candido
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 040.953/2012-2/R006
Recorrente: DUE PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do § 3º do art. 119 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo nº TC-011.706/2014-7 (Ata nº 51/2015) e o Plenário aprovou o Acórdão nº 2780/2016, sendo vendedora a proposta apresentada pelo revisor, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-002.256/2011-8 (Ata nº 45/2012) e o Tribunal aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2785/2016.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-007.437/2016-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. Já votou o relator, conforme relatório, voto e minuta de acórdão constantes do Anexo IV desta Ata.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-008.348/2010-3, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-025.244/2015-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e o 1º revisor, o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-029.120/2016-0e TC-029.526/2012-4, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-005.590/2011-6, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-014.199/2015-7, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-020.669/2016-0, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, a pedido do revisor (art.119) Ministro Raimundo Carreiro; e

TC-005.406/2013-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2758 a 2779.

RELAÇÃO Nº 58/2016 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2758/2016 - TCU - Plenário

Considerando que o Acórdão 732/2013-TCU-Plenário julgou irregulares as contas dos Srs. Cairo Alberto de Freitas, Antônio Durval de Oliveira Borges e da empresa Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento de débito no valor original de R$ 44.556,87, sem, contudo, imputar-lhes multa;

Considerando que os responsáveis impetraram embargos declaratórios (peças 92, 93 e 164) e recursos de reconsideração (peças 114 e 135), os quais foram apreciados pelo Acórdão 2471/2013-TCU-Plenário (peça 106), Acórdão 1.989/2014-TCU-Plenário (peça 148) e Acórdão 3.045/2014-TCU-Plenário (peça 181), que conheceram dos recursos impetrados, para, no mérito, negar-lhes provimento;

Considerando a interposição de recurso de revisão (R006, peça 229), em 19/4/2016, por Cairo Alberto de Freitas contra o Acórdão 732/2013-Plenário;

Considerando que o recurso de revisão requer o atendimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei nº 8.443/1992: I - erro de cálculo nas contas; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado a decisão recorrida; III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando que o recorrente se limita a invocar a hipótese legal compatível com o recurso de revisão, entretanto, os documentos acostados aos autos não possuem eficácia para elidir a irregularidade e desconstituir a deliberação recorrida;

Considerando que os pareceres da Secretaria de Recursos e do Ministério Público são uniformes pelo não conhecimento do recurso, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer do presente recurso de revisão, por não preencher os requisitos de admissibilidade, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente:

1. Processo TC-016.833/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 005.713/2015-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Antônio Durval de Oliveira Borges (194.347.401-00); Cairo Alberto de Freitas (216.542.981-15); Hospfar Ind e Com de Produtos Hospitalares Ltda (26.921.908/0001-21)
1.3. Recorrente: Cairo Alberto de Freitas (216.542.981-15)
1.4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.9. Representação legal: Arthur Simas Pinheiro (48314/OAB-DF) e outros, representando Cairo Alberto de Freitas; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (21359/OAB-DF) e outros, representando Hospfar Ind e Com de Produtos Hospitalares Ltda; Johann Adrianus Camargo Boudens (14.410E/OAB-DF) e outros, representando Antônio Durval de Oliveira Borges e Cairo Alberto de Freitas.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2759/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "e", e 183, inciso I, "d" e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 90 (noventa) dias, a contar do prazo inicialmente fixado, para o atendimento da presente Solicitação do Congresso Nacional, nos termos do art. 15, § 2º, da Resolução-TCU 215/2008, em virtude da necessidade de terminar e consolidar o resultado das fiscalizações objeto dos TCs 021.577/2016-1, 021.573/2016-6, TC 019.494/2014-9 e 012.179/2016-7; e em adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer da SeinfraHid:

1. Processo TC-012.092/2016-9 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).
1.5. Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Mauricio Santo Matar (322216/OAB-SP) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A..
1.6. Medidas:
1.6.1. comunicar ao Coordenador da Comissão Externa - Construção da Ferrovia Nova Transnordestina (Cextrane), de acordo com o disposto no art. 15, § 3º, da Resolução-TCU 215/2008, a prorrogação de 90 (noventa) dias no prazo para atendimento da presente Solicitação, findo o qual a comissão será informada dos resultados das fiscalizações ora em andamento relativas ao Contrato de Concessão da Ferrovia Nova Transnordestina;
1.6.2. restituir os presentes autos à SeinfraHidroFerrovia para a continuidade das análises.

RELAÇÃO Nº 40/2016 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2760/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237, inciso VII, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente, julgar prejudicada, em consequência, a medida cautelar postulada e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s) e à Justiça Federal - Seção Judiciária de São Paulo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.032/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Justiça Federal - Seção Judiciária/sp - Trf-3
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 38/2016 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2761/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo qualificados, dando-lhes quitação plena, conforme proposta da unidade técnica, ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal, dar ciência deste acórdão e da instrução que o fundamenta (peça 11), ao Instituto Brasileiro de Turismo e arquivar o presente processo:

1. Processo TC-031.011/2015-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Alexandre Nakagawa (993.032.131-49); Austerlitz Bringel Erse (087.711.622-91); Bruno Giovanni dos Reis (000.297.401-00); Cibele Hoisel Amâncio Costa (770.766.055-20); Claudio Correa Vasques (755.448.146-00); Delma Santos de Andrade (381.034.781-72); Flavio Dino de Castro e Costa (377.156.313-53); Gilson Andrade Lira (886.158.474-87); Katia Cristina Alves Bitencourt (266.625.901-34); Leila Maria Quinhoes de Carvalho Holsbach (279.383.441-68); Lourenco Milton Rabelo dos Santos (184.626.341-72); Marco Antonio de Britto Lomanto (270.782.991-91); Paulo Roberto Neves Santos (013.227.625-97); Sérgio Flores de Albuquerque (186.513.641-72); Tiago José Tomazella (305.764.428-79); Tufi Michreff Neto (947.748.629-91); Vicente José de Lima Neto (379.853.455-15); Victor Hugo Toniolo Silva (036.007.319-04); Walter Luiz de Carvalho Ferreira (709.935.807-34); Walter Nunes de Vasconcelos Junior (416.529.166-87)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: Maria do Perpetuo Socorro Lobato de Farias e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência, à Embratur, nos termos do art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, de que foram verificadas as seguintes falhas em processos licitatórios e de pagamento;
1.7.1.1. No Pregão Eletrônico 05/2014, foi utilizado o tipo menor preço global para a contratação de mais de uma solução de TI, o que pode ter reduzido a competitividade do certame, fato que contraria o art. 3º, inciso I, da IN SLTI 02/2008, art. 5º, inciso I, da IN SLTI 04/2010 e o art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993;
1.7.1.2. No Pregão Eletrônico 017/2014, foram identificadas deficiências no planejamento da contratação, como ausência de estudos aprofundados de viabilidade da solução de TI e ausência de adequada definição da solução de TI;
1.7.1.3. No processo administrativo de pagamento 72100.000715/2014-59, que trata da criação e da produção do filme "Brasil Preparado", não constam nem cotação de mercado, nem pesquisa de preço junto ao Sistema de Disponibilização de Referência de Preços (SIREF) para os serviços subcontratados pelas agências de publicidade, o que está em desacordo com os arts. 3º e 15, inciso V, da Lei 8.666/1993 e com o Manual de Orientações às Agências de Publicidade da Embratur, aprovado mediante a Portaria Embratur 31, de 21/3/2012;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.7.1.4. Nos processos de pagamento 72100.000715/2014-59 (que trata da criação e da produção do filme "Brasil Preparado") e 72100.000769/2014-14 (relativo à negociação do plano de mídia on-line para ativação do referido filme), verificou-se que o pedido de pagamento de três notas fiscais e a homologação do pedido foram feitos pela mesma servidora, que atuou como gerente da solicitação e como ordenadora de despesa, concomitantemente. O fato representa inobservância ao princípio da segregação de funções.

ACÓRDÃO Nº 2762/2016 - TCU - Plenário

Considerando o disposto no subitem 9.10.3 do Acórdão nº 168/2015-Plenário e em atenção à manifestação do representante do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU (peça 84);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 277, inciso I e 278, § 2º, do Regimento Interno do TCU, em encerrar o presente processo, tendo em vista que as decisões proferidas no Processo nº 0013381-04.2010.4.02.5151 (2010.51.51.013381-5) transitaram em julgado no âmbito do 2º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro (peça 83), não produz qualquer efeito sobre a situação da responsável Ana Paula Soares dos Santos, conforme parecer do *parquet* (peça 84).

1. Processo TC-006.193/2013-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 005.397/2015-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.389/2015-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.391/2015-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.396/2015-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.394/2015-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.392/2015-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.388/2015-5 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.395/2015-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.393/2015-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.390/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Alberto Alexandre Dias Ribeiro (784.297.307-53); Ana Paula Soares dos Santos (777.202.887-34); Antonia Neves Lobato (907.849.797-15); Antonio Inácio de Lima (528.976.057-15); Caterina Angelina Papa Pazzini (002.416.027-00); Celso Guimarães (407.097.957-34); Dirceu Custódio Silva (197.845.976-91); Elizandra Candida Mendes (078.719.307-02); Henrique Dutra Filho (348.498.747-20); Joana Rodrigues dos Santos (021.641.767-82); Jorge Almeida (075.524.367-60); Jorge Ferreira Maravalhas (034.894.427-68); Jorge de Oliveira (384.891.987-72); José Carlos Silva Rocha (376.504.407-53); José Luiz dos Santos (376.053.137-72); José da Cruz Lemos (308.864.577-34); Manoel Alves Pinto (993.770.558-49); Maria Emilia Gonçalves (532.234.387-34); Maria de Fátima Moreira Diniz (782.134.446-04); Nanci Pedro (543.218.757-49); Norma Passos dos Santos (375.433.007-10); Orlando Nogueira Dias (219.921.187-87); Roberto Pereira da Silva (708.643.498-15); Zilvilezi da Silva Roeles (386.569.657-00).

1.3. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.7. Representação legal: Francisco Castigliola (OAB/RJ 058.018), Defensoria Pública da União, a favor de Maria Emilia Gonçalves (peça 32, p. 7); Hellen Nogueira (OAB/RJ 98.724) (peça 4, p. 243/245).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2763/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a"; 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, para considerá-la parcialmente procedente, de acordo com o parecer da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (peça 39), sem prejuízo das determinações descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-015.569/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 016.043/2016-2 (DENÚNCIA); 015.970/2016-7 (DENÚNCIA); 015.577/2016-3 (DENÚNCIA); 016.038/2016-9 (REPRESENTAÇÃO); 016.055/2016-0 (REPRESENTAÇÃO); 015.941/2016-7 (REPRESENTAÇÃO).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, previamente à reabertura do Pregão Eletrônico 168/2016, adote as medidas abaixo, informando ao TCU em 15 dias, as medidas adotadas;

1.7.1.1. justifique, por meio de estudos técnicos, que deverão ser juntados ao processo administrativo da contratação, a definição dos pontos de controle de velocidade contemplados no Pregão Eletrônico 168/2016, com vistas a demonstrar o cumprimento ao art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993 e ao § 2º do art. 4º da Resolução 396/2011 do Contran;

1.7.1.2. justifique, por meio de estudos técnicos, que deverão ser juntados ao processo administrativo da contratação, a exigência de Declaração de Solidariedade como condição de habilitação, que, conforme exposto no Acórdão 1.805/2015 - TCU - Plenário, somente poderá ser admitida em situações excepcionais, quando imprescindível à execução do objeto contratual;

1.7.1.3. reavalie a pertinência da regra estabelecida no item 3, alínea "g", do Termo de Referência do Pregão Eletrônico 168/2016, que limita a dois a quantidade de lotes adjudicados a um mesmo licitante, considerando os riscos relacionados à competitividade e à divisão do objeto entre os potenciais licitantes, conforme destacado na instrução da unidade técnica (peça 39), e fundamente a decisão adotada em estudos técnicos conclusivos;

1.7.1.4. reavalie a pesquisa de mercado que subsidiou o orçamento estimado da licitação e considere, conforme destacado na presente instrução, outros parâmetros além de orçamentos obtidos junto a potenciais fornecedores, tais como o Portal de Compras Governamentais e contratações similares realizadas pela Administração Pública, em especial as contratações anteriores do DNIT, conforme assentado em precedentes do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 2.816/2014, 1.445/2015 e 3.351/2015, todos do Plenário;

1.7.1.5. em relação ao subitem 7.4.10 do Termo de Referência, considerando o entendimento do TCU sobre a matéria (Acórdãos 2.769/2014 - Plenário, 1.884/2015 - Primeira Câmara e 5.942/2014 - Segunda Câmara, dentre outros), exija o registro da licitante apenas no Conselho que fiscaliza a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação:

1.7.2. Dar ciência ao DNIT sobre as seguintes impropriedades, identificadas no Pregão Eletrônico 168/2016, de forma a evitar a ocorrência de outras semelhantes;

1.7.2.1 exigência contida no subitem 11.7.1 do edital, de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação, e não do valor equivalente ao período de doze meses, contrariando o entendimento do TCU, exposto na fundamentação do Acórdão 1.214/2013-Plenário;

1.7.2.2. exigência, para fins de habilitação econômico-financeira, de capital circulante líquido de, no mínimo, 16,66% do valor estimado da contratação, que, segundo o Acórdão 592/2016 - TCU - Plenário, somente é adequada aos serviços continuados com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, sendo cabível, nos demais contratos por escopo, a adoção de critérios de habilitação econômico-financeira com requisitos diferenciados de CCL, estabelecidos conforme as peculiaridades do objeto a ser licitado, tornando-se necessário que exista justificativa do percentual adotado nos autos do procedimento licitatório;

1.7.2.3. prazo exíguo para a realização de vistoria técnica, considerando a proximidade entre a publicação do edital e a data agendada para a sessão pública, contrariando o entendimento constante do Acórdão 2.826/2014 - TCU - Plenário;

1.7.2.4. manutenção de cláusula editalícia referente a amostras, subitem 10.2 do edital, apesar de não exigida no Termo de Referência da licitação;

1.7.2.5. estimativa do valor da contratação baseada, unicamente, em orçamentos fornecidos por empresas do ramo, contrariando o entendimento do TCU (Acórdãos 2.816/2014, 1.445/2015 e 3.351/2015, todos do Plenário) de que, para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, "Portal de Compras Governamentais" e "contratações similares de outros entes públicos", em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, "pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo" e "pesquisa com os fornecedores", cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar;

1.7.3. Dar ciência desta deliberação à empresa Fotosensores Tecnologia Eletrônica Ltda., CNPJ 73.688.517/0001-99, bem como aos demais representantes (Talentech - Tecnologia Ltda., CNPJ 15.773.416/0001-10, Serget Comércio Construções e Serviços de Trânsito Ltda., CNPJ 02.363.619/0001-96 e Junqueira Lima & Nascimento Advogados Associados, CNPJ 13.317.890/0001- 01) e denunciantes (TC 016.043/2016-2, TC 015.970/2016-7 e TC 015.577/2016-3);

1.7.4. Determinar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog), com base no art. 243 do Regimento Interno do TCU, que monitore as determinações constantes do subitem 1.7.1 desta deliberação.

RELAÇÃO Nº 51/2016 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2764/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 1348/2016 - TCU - Plenário, Sessão de 25/5/2016 - Ordinária, Ata nº 18/2016 - Plenário, relativamente aos itens 3.2 e 9.1, para que:

- onde se lê: "(...) Sholze", leia-se "(...) Scholze"

Mantendo-se os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos pela Secex-RS e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-001.721/2013-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Belmiro Heylmann (203.295.980-15); Elias Maria da Silva (136.728.000-15); Elio Albano Juchen - Falecido (069.131.990-15); Hardi Walter Jost (229.640.880-04); Paulo Ricardo Scholze (382.870.720-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.6. Representação legal: Giovani Fuhr (17833/OAB-RS), representando Elsina Juchem e Maiquel Cristiano Juchem.

ACÓRDÃO Nº 2765/2016 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pelo Sr. Juacele Maria da Cunha Lopes Machado, contra o Acórdão Acórdão 715/2016 - Plenário - (Peça 17) - itens recorridos 9.2, 9.3, 9.4 e 9.6. (R001).

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143 e 285, § 2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer o Recurso de Reconsideração, por intempestivo e não apresentar fatos novos.

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-010.883/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Recorrente: Juacele Maria da Cunha Lopes Machado (159.492.902-59)

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-centro/RJ - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.7. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2766/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em prorrogar até 17/7/2017 o prazo para a conclusão da determinação constante do item "a" do Acórdão nº 1.570/2016 - Plenário, haja vista a complexidade dos estudos demandados e tendo em conta a alegação do solicitante *"que se encontram em andamento as ações necessárias ao atendimento e que são necessários 12 (doze) meses para realização dos trabalhos"*.

1. Processo TC-012.235/2009-3 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2767/2016 - TCU - Plenário

Visto e relacionado este processo que trata de Monitoramento (RMON) autuado pela Secretaria de Controle Externo do Estado de Mato Grosso (Secex-MT) em cumprimento à determinação do item 9.5 do Acórdão 3123/2013-TCU-Plenário (TC 031.608/2012-4 - Relator: Ministro Aroldo Cedraz), a seguir transcrito, para verificar os procedimentos de regularização fundiária adotados nas obras de pavimentação da BR 158/MT.

9.5. autorizar a realização de monitoramento, de que trata o art. 243, do Regimento Interno do TCU, processo do tipo RMON, para verificar os procedimentos de regularização fundiária adotados pela SR/MT/Dnit nas obras de pavimentação da BR 158/MT, podendo inclusive, efetuá-la de forma conjunta com o RMON a ser realizado nos procedimentos de regularização fundiária adotados pela Septu/MT nas obras de pavimentação da BR 158/MT;

Considerando que, a fim de cumprir a determinação do item 9.5 do Acórdão 3123/2013-TCU-Plenário - Relator: Ministro Aroldo Cedraz, o responsável foi notificado, por meio do Ofício 0702/2014 - TCU/Secex-MT, de 23/5/2014 (peça 4), recebido em 3/6/2014 (peça 5), para que prestasse informações, no prazo de 15 dias, acerca dos procedimentos de regularização fundiária adotados nas obras de pavimentação da BR 158/MT.

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA A TERCEIROS

Considerando que, embora o DNIT tenha demorado para dar cumprimento ao item 9.5 do Acórdão 3132/2013 - TCU - Plenário, constatou-se que o processo licitatório para a contratação da empresa especializada, pode ser acolhido como plano de ação.

Considerando tal documentação como o plano de ação, o monitoramento, autorizado pelo item 9.5 do Acórdão 3132/2013 - TCU - Plenário pode ser realizado.

Considerando que o contrato para a regularização fundiária terá a vigência de 630 dias, propõe-se a conversão do presente processo de RMON para MON, para fins de acolher o plano de ação apresentado e, em seguida arquivá-lo.

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, em:

a) proceder a exclusão da fiscalização cadastrada no Fiscalis sob o número 13/2014;

b) determinar à Secex/MT inicie a fiscalização já autorizada no item 9.5 do Acórdão 3124/2013-Plenário, no prazo de 365 dias, a fim de verificar o andamento da execução do contrato a ser firmado pelo DNIT para a regularização fundiária da BR 158/MT;

c) converter o presente processo de RMON para MON, para fins de acolher a documentação apresentada como o plano de ação de que trata o item 9.4.3 do Acórdão 3124/2013-Plenário e em seguida arquivá-lo.

1. Processo TC-000.944/2014-9 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Orlando Fanaia Machado (789.624.046-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso - DNIT/MT

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2768/2016 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos que tratam de representação autuada em atenção à determinação contida no Acórdão 9.453/2015 - TCU - 2ª Câmara (Relator: Ministro Raimundo Carreiro) que, embora decidindo pelo não conhecimento de pedido de reexame formulado pelas empresas Castor Alimentos Ltda. e Pro Ativa Alimentos Ltda. nos autos do TC 021.586/2010-1, determinou o seguinte:

"(...)

b) encaminhar cópia dos autos à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas/Selog, para autuação de representação da unidade técnica com o objetivo de estudar e apreciar as complexas questões de fato levantadas pelos recorrentes, em especial contratos que envolvem dois elementos, a saber, aquisições de bens e logística de armazenagem e de distribuição e, por conseguinte, se é possível avaliar nesses tipos de contrato quanto do seu valor referese ao custo do item e quanto à logística; (...)"

Considerando que processo tratou de auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP) na Prefeitura Municipal de São Paulo com o objetivo de avaliar a boa e regular gestão de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, ao Município de São Paulo, nos exercícios de 2009 e 2010.

Considerando que o documento constante da peça 1 pode ser conhecido como representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno/TCU.

Considerando que as análises procedidas pela unidade técnica não levaram a conclusões, nem mesmo aproximadas, sobre a participação dos custos de logística no valor total do objeto. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas, mas não foram identificadas informações relevantes sobre o tema.

Considerando que, embora os contratos envolvendo fornecimento de alimentos *in natura*, com entrega nas unidades escolares, em regra, não possam ser prorrogados sucessivamente com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993, podem haver hipóteses em que, devido às peculiaridades do objeto demandado, seja mais vantajoso para Administração formalizar contratos com duração mais extensa. Nesse caso, por se tratar de medida de exceção, sua adoção deverá estar amparada pelos estudos preliminares elaborados pelos gestores durante a etapa de planejamento da contratação.

Considerando que as sucessivas prorrogações efetuadas pela Prefeitura de São Paulo em contratos decorrentes do Pregão 23/SME/DME/2011, podem ter caracterizado descumprimento ao subitem 9.6.2 do Acórdão 3.891/2011 - 2ª Câmara (Relator: Ministro Aroldo Cedraz), a seguir transcrito, cabe informar a Secex/SP sobre o fato para averiguação.

9.6. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Departamento da Merenda Escolar/SME/PMSP que:

(...)

9.6.2. não realize prorrogações sucessivas regulamentadas pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993 em contratações que tenham por objeto o fornecimento de bens de consumo, inclusive gêneros alimentícios destinados à merenda escolar;

Considerando que a empresa Comercial Milano do Brasil solicitou ingresso nestes autos como interessada, bem como cópia integral do processo (peças 22 e 23).

Considerando que não foram caracterizadas razões legítimas para intervir nos presentes autos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal;

b) informar à Secex/SP sobre as sucessivas prorrogações contratuais efetuadas pela Prefeitura de São Paulo em contratos decorrentes do Pregão 23/SME/DME/2011, que podem ter caracterizado descumprimento ao subitem 9.6.2 do Acórdão 3.891/2011 - 2ª Câmara (Relator: Ministro Aroldo Cedraz), sopesando as informações constantes destes autos;

c) indeferir o ingresso nos autos da empresa Comercial Milano do Brasil como parte interessada, com fulcro no art. 146, § 2º, do RI/TCU;

d) deferir o pedido de cópia integral do presente processo para a empresa Comercial Milano do Brasil, com fulcro na Lei nº 12.527/2011.

e) encaminhar cópia integral do presente processo ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo;

f) arquivar estes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

1. Processo TC-030.798/2015-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2769/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em autorizar:

a)a prorrogação, por mais 15 (quinze) dias a contar da notificação, do prazo para cumprimento do Acórdão 2354/2016- Plenário - TCU, conforme requerido pela Construtora Espaço Aberto Ltda. (CNPJ 76.601.343/0001-73) e pela Construtora Damiani Ltda. (CNPJ 03.618.474/0001-90;

b) a concessão de cópia dos autos, inclusive em meio digital, para a Construtora Espaço Aberto Ltda. (CNPJ 76.601.343/0001-73) e para a Construtora Damiani Ltda. (CNPJ 03.618.474/0001-90;

c)acesso às partes aos presentes autos.

1. Processo TC-035.677/2015-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Antonio Gustavo Matos do Vale (CPF 156.370.266-53), Eduardo Roberto Stuckert Neto (CPF 818.548.891-68), Francisco José de Siqueira (CPF 070.459.304-10), Geraldo Moreira Neves (CPF 205.913.813-20), Marcelo Raggi Pacheco (CPF 042.884.269-01), Paulo Maurício Brito Verçosa (CPF 642.466.713-04).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraTel).

1.6. Representação legal: Kamai Figueiredo Arruda (74869/OAB-PR) e outros; Carlos Alberto de Araujo Gomes (13565/OAB-SC) e outros; Clarissa Pacheco Ramos (OAB/DF 32.502, peça 2), Lilian Macedo Novais (OAB/DF 29.511, peça 2), Márcia Uchoa de Oliveira da Rocha (CPF 462.208.101-63, peça 8) e Rosimeire Gaudad Sardinha Carneiro (CPF 150.804.981-53, peça 8).

ACÓRDÃO Nº 2770/2016 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo que cuida de Pedido de Reexame interposto pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar contra o Acórdão nº 864/2016 - Plenário proferido em sede de processo de "Solicitação do Congresso Nacional", que pretendia a realização de auditoria no Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis) - R002, contra o item 9.2.1., a seguir transcrito:

9.2. Determinar à SecexPrevidência que:

9.2.1. Aprofunde a avaliação dos fatos que levaram ao elevado déficit acumulado nos fundos de investimentos administrados pelo Postalis, apure as responsabilidades no âmbito da EFPC, da ECT e da Previc, promova as respectivas citações e/ou audiências e analise as respostas que vierem a ser apresentadas, submetendo a matéria ao relator para posterior deliberação e comunicação dos resultados à comissão solicitante;

Considerando que o recorrente alega que "*objetiva-se, com essa manifestação, comprovar que a atuação da Previc não foi omissiva, mas sim constante e firme, no sentido tanto de identificar os responsáveis pelas operações financeiras realizadas em desacordo com a legislação, quanto de supervisionar a nova política de investimentos e acompanhar a implementação de melhorias na governança da Postalis, prevenindo novos prejuízos ao Instituto*".

Considerando que o recurso em exame é contrário à pretensão declarada na própria peça recursal, haja vista insurgir-se contra determinação dirigida à unidade técnica do Tribunal exatamente no sentido de responder as questões cujo esclarecimento também é perseguido pelo recorrente.

Considerando que a pretensão recursal é mais bem atendida com o desprovimento do recurso do que com seu provimento o que demonstra cabalmente a ausência de interesse recursal.

Considerando que a decisão recorrida não trouxe qualquer prejuízo ao recorrente no sentido jurídico.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, 146 e 282, do RI/TCU; em:

a) não conhecer do pedido de reexame interposto por Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, nos termos do artigo 48 da Lei 8443/1992 e artigos 146 e 282 do Regimento Interno/TCU, bem como pelo não cabimento do recurso com base no artigo 279 do RITCU;

b) encaminhar os autos à unidade técnica de origem, para que dê ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor do presente Acórdão e prossiga com o cumprimento do item 9.2.1 do Acórdão recorrido.

1. Processo TC-015.443/2015-9 - PEDIDO DE REEXAME (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)

1.1. Apensos: 007.880/2016-2 (Representação); 007.879/2016-4 (Representação); 007.877/2016-1 (Representação); 016.626/2015-0 (Denúncia); 007.875/2016-9 (Representação); 007.883/2016-1 (Representação); 007.872/2016-0 (Representação); 007.870/2016-7 (Representação); 007.881/2016-9 (Representação); 001.164/2016-3 (Denúncia)

1.2. Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar (07.290.290/0001-02); José Roberto Ferreira - Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Sergio Djundi Taniguchi - Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

1.3. Entidade: Superintendência Nacional de Previdência Complementar

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.8. Representação legal: Flávio Roberto Fay de Sousa (25528-B/OAB-PR) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

RELAÇÃO Nº 35/2016 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2771/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 35 da Resolução-TCU 259/2014, ACORDAM em considerar atendidas as determinações constantes dos subitens 9.16.1, 9.16.2, 9.16.3, 9.16.4, 9.16.5 e 9.16.6 do Acórdão 734/2013 - Plenário, e parcialmente cumprida a do item 9.16.7; adotar as seguintes providências e autorizar, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao TC-009.847/2008-7 após a notificação da unidade, conforme os pareceres emitidos:

1. Processo TC-031.224/2015-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais RJ).

1.6. Representação legal: Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

1.7. Determinar à Petróleo Brasileiro S/A que inclua em sua prestação de contas anual, referente ao exercício financeiro de 2016, as medidas adicionais adotadas para a recuperação do valor integral do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) pago na execução dos Contratos SAP 4600207686 e SAP 4600236269, tendo em vista a não incidência do tributo sobre os serviços de afretamento de bens, nos termos da determinação do subitem 9.16.7 do Acórdão 734/2013 - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2772/2016 - TCU - Plenário

Processo TC-009.737/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)

1. Representante: Rogério Negreiros Knust Grassini (086.409.417-50)

2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

4. Representante do Ministério Público: não atuou

5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais RJ)

6. Representação legal: Adriano Marques Manso (OAB/RJ 114.483) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros, representando Marco Túlio Pereira Machado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

7. Acórdão:

VISTOS estes autos de representação, apreciada nos termos do Acórdão 2.545/2016 - Plenário, sob a forma de relação.

Considerando que, no mérito, o julgamento do processo deu-se em linha de concordância com as propostas do auditor e dos dirigentes da Secex;

Considerando que, na instrução do feito, o auditor da Serur havia proposto a adoção de medidas atinentes à classificação do sigilo de documentos e à realização de apurações adicionais;

Considerando que, em seus pareceres, os dirigentes da Secex entenderam desnecessárias as soluções propostas, porquanto, no tocante ao sigilo, as respectivas providências poderiam ser encaminhadas no âmbito da própria unidade técnica, e, quanto às novas apurações, em vez de constituir neste momento processo de representação ou propor determinação para que outra unidade o faça, é mais adequado que aquela Secretaria inclua nova ação de controle no Sistema Planejar, ferramenta de suporte às ações das unidades, de modo que o início da ação possa ser organizado de acordo com o planejamento da unidade e em função da força de trabalho disponível;

Considerando que a posição dos dirigentes, particularmente no que se refere às novas apurações, é mais consentânea com as necessidades de planejamento e acompanhamento das ações de controle das unidades;

Considerando, no entanto, que as propostas do auditor constaram equivocadamente do Acórdão 2.545/2016 - Plenário, consolidadas nos seus itens 1.7 e 1.8;

Acordam, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, em excluir, de ofício, os itens 1.7 e 1.8 do Acórdão 2.545/2016 - Plenário, mantendo-se em seus exatos termos as demais partes da deliberação.

ACÓRDÃO Nº 2773/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso III, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para considerá-la, no mérito, parcialmente procedente, indeferir o pedido de cautelar, mandar adotar as seguintes providências e arquivar o presente processo, notificando a representante, a unidade jurisdicionada e a Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda., consoante os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.671/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Power Safety Serviços e Comércio de Eletroeletrônicos Ltda. - ME (03.629.664/0001-08)

1.2. Interessada: Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda. (26.972.885/0001-84)

1.3. Unidade: Defensoria Pública da União

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Dalmo Rogério S. de Albuquerque (OAB/DF 10.010) e outros, representando Liga Engenharia Industria e Comercio Ltda.

1.8. Dar ciência à Defensoria Pública da União de que:

1.8.1. a exigência de declaração do fabricante, carta de solidariedade ou credenciamento como condição para habilitação de licitante configura restrição à competitividade, sendo admitida somente em casos excepcionais, quando for necessária à execução do objeto contratual, situação que deverá ser adequadamente justificada de forma expressa e pública, conforme jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão nº 1.805/2015-TCU-Plenário);

1.8.2. a desistência sem justificativas por parte de empresas convocadas para apresentar proposta em processo licitatório enseja a autuação de processo administrativo com vistas à apenação, ante a possibilidade de ocorrência de ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

1.9. Determinar à Defensoria Pública da União que instaure processo administrativo com vistas à apuração de eventual responsabilidade das empresas inicialmente convocadas para apresentação dos documentos de habilitação (Engevisa Serviços de Engenharia Ltda. - EPP; AGM Engenharia Eireli - ME; e Rocha Bressan Engenharia Indústria e Comercio Ltda.), uma vez que, pelos indícios levantados, não haveria por parte destas intuito de honrarem suas propostas, em possível prática prejudicial ao regular andamento do certame;

1.10. Determinar à Selog que monitore o cumprimento da determinação contida no item 1.9 acima.

ACÓRDÃO Nº 2774/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, mandando-se adotar as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.562/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Phoenix comércio e Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda.-ME (CNPJ: 08.889.307/0001-05)

1.2. Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Dar ciência à representante e às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte/Superintendência de Geração Hidráulica - OGH desta decisão, com envio de cópia da instrução da unidade técnica;

1.8. Encaminhar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraElétrica), para conhecimento, cópia desta decisão, em respeito ao art. 18, § 3º, da Resolução TCU 170/2004;

1.9. Arquivar os presentes autos.

RELAÇÃO Nº 36/2016 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 2775/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a)considerar cumpridas as determinações contidas nos Acórdãos 1.627/2012, 2.583/2013 e 147/2015, todos do plenário;

b)dar ciência desta decisão à Universidade Federal de Goiás;

c) apensar os presentes autos ao TC 022.658/2011-4, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009;

1. Processo TC-016.365/2013-5 (Relatório de Monitoramento)

1.1. Apensos: 012.647/2013-6 (Monitoramento).

1.2. Responsável: Edward Madureira Brasil (288.468.771-87).

1.3. Entidade: Universidade Federal de Goiás.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2776/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado por Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda., em razão da inexistência dos pressupostos que a autorizam;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-029.353/2016-5 (Representação)

1.1. Órgão: Gerência Executiva do INSS em Bauru/SP.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 46/2016 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2777/2016 - TCU - Plenário

Considerando que o presente processo trata de monitoramento das determinações contidas no Acórdão 2.822/2014 proferido pelo Plenário do TCU no âmbito do TC 010.637/2011-7, que cuidou de auditoria realizada nas obras de construção do novo edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador/BA (TRT/BA);

Considerando que a matéria tratada no presente feito também se constitui como objeto do TC 001.232/2015-0;

Considerando que, na Sessão do Plenário de 26/10/2016, ao apreciar o TC 001.232/2015-0, o TCU proferiu o Acórdão 2.744/2016, do Plenário, nos seguintes termos:

"(...) *9.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, com fundamento no art. 250, inciso II, do RITCU, que:*

9.1.1. até a finalização da obra do seu novo Edifício-Sede no Centro Administrativo da Bahia - CAB, faça constar, dos próximos relatórios de gestão inerentes à prestação de contas do TRT- 5, tópico específico sobre a situação do aludido empreendimento, informando todas as providências adotadas para a sua retomada, a situação das demandas judiciais afetas ao empreendimento, além de detalhar as despesas relacionadas com a manutenção e a preservação das etapas já concluídas, evidenciando, ainda, a situação dos correspondentes procedimentos licitatórios e o andamento do cronograma físico-financeiro da obra;

9.1.2. observe as disposições contidas no art. 73 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando do recebimento de obra do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA;

9.1.3. observe as disposições contidas nos arts. 77, 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993, sobretudo em face do encerramento inapropriado do Contrato 09.53.09.0196-35 celebrado com a empresa Cinzel Incorporações Imobiliárias Ltda., sem que fossem aplicadas as penalidades devidas diante da inexecução contratual;

9.2. recomendar ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que inclua no seu próximo plano anual de auditoria a realização de fiscalização in loco sobre a obra do novo EdifícioSede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, em Salvador/BA, tendo em vista as ocorrências registradas no Acórdão 2441/2015-TCU-Plenário;

9.3. determinar que a Secex/BA promova o envio de:

9.3.1. cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

9.3.2. cópia integral dos presentes autos, além de cópia deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamenta, ao Conselho Nacional de Justiça, em atenção à Resolução CNJ nº 114, de 20 de abril de 2010, que trata do planejamento, execução e monitoramento das obras no Poder Judiciário; e

9.4. arquivar os presentes autos.";

Considerando que o relatório de gestão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, no próximo exercício, constituirá objeto da prestação de contas anual do referido órgão;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de considerar que o objeto do presente monitoramento, estabelecido no item 9.3 do Acórdão 2.822/2014-TCU-Plenário, está contemplado nas medidas alvitradas pelo Acórdão 2.744/2016-TCU-Plenário:

1. Processo TC-028.856/2014-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT/BA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à SeinfraUrbana que envie cópia do presente Acórdão ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT/BA).

ACÓRDÃO Nº 2778/2016 - TCU - Plenário

Considerando que se trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 66/GAP-DF/2016 conduzido pelo Grupamento de Apoio do Distrito Federal (GAP/DF), junto ao Comando da Aeronáutica, para a contratação de serviços continuados de limpeza e conservação das áreas patrimoniais do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) e do 6º Serviço Regional de Investigação e Prevenção e Acidentes Aeronáuticos (Seripa VI), conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e nos seus anexos;

Considerando que foi identificado o item 8.7.2.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 66/GAP-DF/2016 com a exigência de a licitante promover a apresentação de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Química (CRQ), a qual deveria constar do documento do CRQ da licitante;

Considerando que, na análise preliminar, essa exigência foi considerada irregular, vez que o registro de licitante em entidade de fiscalização profissional deveria se limitar, unicamente, à inscrição no conselho fiscalizador da atividade básica ou do serviço preponderante em relação ao objeto da licitação, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/1980 e da jurisprudência do TCU (a exemplo da Decisão 450/2001-TCU-Plenário, do Acórdão 2.521/2003-TCU-1ª Câmara e do Acórdão 2.769/2014-TCU-Plenário);

Considerando que foi promovida a oitiva prévia do GAP/DF, com fundamento no art. 276, § 2º, do RITCU, para que o órgão se pronunciasse sobre a legalidade dessa exigência, tendo em vista que ele poderia ser restritiva à competitividade;

Considerando que, após reexaminar a matéria, o GAP/DF resolveu, de ofício, suspender o certame e retificar o edital, eliminando a exigência questionada na republicação da nova versão editalícia;

Considerando que esse foi o único questionamento dirigido ao GAP/DF;

Considerando que, por meio de despacho à Peça nº 11, foi indeferido o pedido de ingresso da representante como parte interessada nestes autos;

Considerando, pelo exposto, que, ante a perda de objeto do presente feito, deve a apreciação de mérito desta representação ser tida por prejudicada, nos termos dos pareceres convergentes da Selog (Peças nºs 18, 19 e 20);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la prejudicada, ante a perda do objeto, dando por prejudicado também o pedido de cautelar suspensiva, além de fazer as determinações abaixo indicadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC 024.355/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Agroservice Empreiteira Agrícola Ltda. (CNPJ 00.478.727/0001-89).

1.2. Órgão/Entidade: Grupamento de Apoio do DF/Comando da Aeronáutica/Ministério da Defesa (GAP/DF).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Elda Gomes de Araújo (OAB-DF 12.155).

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Grupamento de Apoio do DF (GAP/DF) que, com base no art. 7º da Resolução TCU nº 265/2014, abstenha-se de exigir, nas futuras licitações, a exemplo do ocorrido no item 8.7.2.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 66/GAP-DF/2016, que a licitante promova a apresentação de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Regional de Química (CRQ), vez que a exigência de registro de licitante em entidade de fiscalização profissional deve estar limitada, unicamente, a inscrição em conselho fiscalizador da atividade básica ou do serviço preponderante em relação ao objeto da licitação, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/1980 e da jurisprudência do TCU (a exemplo da Decisão 450/2001-TCU-Plenário, do Acórdão 2.521/2003-TCU-1ª Câmara e do Acórdão 2.769/2014-TCU-Plenário);

1.7.2. à Selog que:

1.7.2.1. envie cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao Grupamento de Apoio do DF (GAP/DF); e

1.7.2.2. arquive os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 2779/2016 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e no art. 11, § 3º, da IN TCU nº 71/2012, em conhecer da presente Solicitação apresentada pelo Exmo. Sr. Brigadeiro Intendente Sergio Almeida de Paula e Silva, como chefe interino do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, para conceder ao Cenciar a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo para o encaminhamento da tomada de contas especial instaurada por meio da Portaria COMGAP nº R-6-T/ASSCOM, de 28 de abril de 2015, de acordo com o parecer emitido pela unidade técnica:

1. Processo TC-029.714/2016-8 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Solicitante: Exmo. Sr. Brigadeiro Intendente Sergio Almeida de Paula e Silva, como chefe interino do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

1.2. Órgão/Entidade: Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2780 a 2804, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2780/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.706/2014-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto V: Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria realizada nos órgãos da Administração Pública Federal Direta, com o objetivo de apurar a existência de pagamentos indevidos de pensão a filhas maiores solteiras, em desacordo com o artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 3.373/1958, a Súmula 285 do TCU e o Acórdão 892/2012-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Revisor, em;

9.1 com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar às unidades jurisdicionadas em que tenham sido identificados os **19.520 indícios** de pagamento indevido de pensão a filha solteira, maior de 21 anos, em desacordo com os fundamentos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a adoção das seguintes providências:

9.1.1. tendo por base os fundamentos trazidos no voto, a prova produzida nestes autos e outras que venham a ser agregadas pelo órgão responsável, promover o contraditório e a ampla defesa das beneficiárias contempladas com o pagamento da pensão especial para, querendo, afastar os indícios de irregularidade a elas imputados, os quais poderão conduzir à supressão do pagamento do benefício previdenciário, caso as irregularidades não sejam por elas elididas:

9.1.1.1 recebimento de renda própria, advinda de relação de emprego, na iniciativa privada, de atividade empresarial, na condição de sócias ou representantes de pessoas jurídicas ou de benefício do INSS;

9.1.1.2 recebimento de pensão, com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas "a", "b" e "c";

9.1.1.3 recebimento de pensão com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas "d" e "e" e inciso II, alíneas "a", "c" e "d";

9.1.1.4 titularidade de cargo público efetivo federal, estadual, distrital ou municipal ou de aposentadoria pelo Regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público,

9.1.1.5 ocupação de cargo em comissão, de cargo com fundamento na Lei 8.745/1993, de emprego em sociedade de economia mista ou em empresa pública federal, estadual, distrital ou municipal;

9.1.2 fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da respectiva notificação pela unidade jurisdicionada, para que cada interessada apresente sua defesa, franqueando-lhe o acesso às provas contra elas produzidas e fazendo constar no respectivo ato convocatório, de forma expressa, a seguinte informação: *"da decisão administrativa que suspender ou cancelar o benefício, caberá recurso nos termos dos arts. 56 a 65 da Lei 9.784/1999, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da ciência da decisão pela parte interessada, perante o próprio órgão ou entidade responsável pelo cancelamento da pensão"*;

9.1.3 na análise da defesa a ser apresentada pelas interessadas, considerar não prevalentes as orientações extraídas dos fundamentos do Acórdão 892/2012-TCU-Plenário, desconsiderando a subjetividade da aferição da dependência econômica das beneficiárias em relação à pensão especial instituída com base na Lei 3.373/1958 e da aferição da capacidade da renda adicional oferecer subsistência condigna, em vista da possibilidade de supressão do benefício previdenciário considerado indevido;

9.1.4. não elididas as irregularidades motivadoras das oitivas individuais descritas nos subitens 9.1.1.1 a 9.1.1.5 deste acórdão, promover, em relação às respectivas interessadas, o cancelamento da pensão decorrente do art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/58;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar prazo de 60 dias, a contar da ciência, para que as unidades jurisdicionadas apresentem ao Tribunal de Contas da União plano de ação com prazo para cumprimento e ciência a esta Corte de Contas das medidas determinadas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste Acórdão, a serem implementadas em até 180 dias da ciência da presente deliberação;

9.3. com base no art. 250, inciso V, do Regimento Interno, promover a oitiva dos órgãos listados na peça 241, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, apresentem esclarecimentos e providências adotadas sobre os indícios de pensionistas falecidas, mantidas em folha de pagamento, juntando os documentos necessários à comprovação de suas alegações;

9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que monitore as determinações expedidas nos itens 9.1 a 9.3 deste Acórdão;

9.5. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, às unidades jurisdicionadas listadas nas peças 240 e 241, a ser anexadas aos respectivos ofícios de notificação;

9.6. apensar o TC 012.423/2013-0 aos presentes autos.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2780-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro com voto vencido: Raimundo Carreiro (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2781/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.630/2012-8.

1.1. Apenso: 003.088/2005-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Camter Construções e Empreendimentos S.A. (05.500.018/0001-76); Emanuel Leite Borges (029.015.442-15); José Ribamar da Cruz Oliveira (076.076.283-04); Júlio Augusto Miranda Filho (826.270.968-34); Luís Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Mauro Ernesto Campos Lima (160.271.757-53); Rogério Araújo de Miranda Lobo (606.659.556-34).

3.2. Recorrentes: José Ribamar da Cruz Oliveira (076.076.283-04); Emanuel Leite Borges (029.015.442-15); Júlio Augusto Miranda Filho (826.270.968-34); Mauro Ernesto Campos Lima (160.271.757-53).

4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do Dnit Nos Estados de Rondônia e Acre - DNIT/MT.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex-RO).

8. Representação legal:

8.1. Washington Ferreira Mendonça (1946/OAB-RO) e outros, representando José Ribamar da Cruz Oliveira.

8.2. Richard Campanari (2889/OAB-RO) e outros, representando Emanuel Leite Borges.

8.3. Gustavo Felipe Costa e Silva (105.657/OAB-MG), Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF) e outros, representando Luís Munhoz Prosel Junior.

8.4. Luiz Carlos Braga de Figueiredo (16010/OAB-DF) e outros, representando Júlio Augusto Miranda Filho.

8.5. Felipe Furtado Morais (142.387/OAB-RJ) e outros, representando Mauro Ernesto Campos Lima.

8.6. Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92.114 e OAB/PR 38.422), Maria Beatriz Picarelli Gonçalves Johonsom Di Salvo e outros, representando Camter Construções e Empreendimentos S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, que cuidam, nesta fase, de embargos de declaração opostos pelos Srs. Emanuel Leite Borges, José Ribamar da Cruz Oliveira, Júlio Augusto Miranda Filho e Mauro Ernesto Campos Lima contra o Acórdão 1.637/2016-Plenário, que julgou irregulares suas contas e os condenou, solidariamente com outros responsáveis, ao recolhimento de débito, além de aplicar-lhes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração do Sr. Emanuel Leite Borges por serem intempestivos;

9.2. conhecer dos embargos de declaração dos Srs. José Ribamar da Cruz Oliveira, Júlio Augusto Miranda Filho e Mauro Ernesto Campos Lima, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.3. dar ciência desta deliberação aos embargantes, remetendo-lhes cópia do relatório e do voto que a fundamentam;

9.4. encaminhar o presente processo à Secretaria de Recursos para exame de admissibilidade das peças 225 e 226.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2781-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2782/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.835/2010-5.

1.1. Apensos: 023.955/2014-7; 013.973/2014-2; 008.695/2011-3; 030.188/2015-6

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Garton Márcio Leonardo da Silva (791.093.733-49); João de Lima Veloso Filho (858.725.127-91) e Pedro José Barusco Filho (987.145.708-15).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPetróleo).

8. Representação legal: Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria nas obras de terraplenagem, drenagem e anel viário do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj, no Município de Itaboraí/RJ, efetivada no âmbito do Fiscobras 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.Considerar saneada a irregularidade consignada em achado de auditoria denominada *"Retenção/pagamento de tributos (contribuição previdenciária, IR, ISS, etc.) em desacordo com os percentuais previstos no BDI da contratada ou na legislação vigente"*;

9.2.Apensar em definitivo os presentes autos ao TC 009.962/2015-8, com fundamento no art. 2º inciso I, da Resolução TCU 259/2014.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2782-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2783/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.101/2003-6.
1.1. Apensos: 009.186/2005-2; 006.370/2013-6; 008.535/2007-7; 004.714/2004-5; 007.766/2009-6; 008.949/2010-7; 028.288/2013-0; 013.223/2011-9; 018.588/2007-4; 027.720/2007-8; 006.128/2006-3; 011.137/2008-0
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Congresso Nacional
3.2. Responsáveis: Airton Tadeu de Barros Rabello (027.372.718-43); Artur Pereira Cunha (002.053.201-63); Carlos Eduardo Corsini (827.792.878-53); Construtora OAS Ltda. (14.310.577/0011-86); Douglas Leandrini (853.070.928-49); Fernando Antonio Duarte Leme (754.998.358-53); Jorge Luiz Castelo de Carvalho (344.471.647-87); Jovino Cândido da Silva (693.441.328-87); Kimei Kunyoshi (039.128.688-91); Nelson Rodrigues Pandeló (305.134.648-91); Sueli Vieira da Costa (876.086.938-00); Vania Moura Ribeiro (047.883.204-44).
3.3. Recorrentes: Construtora OAS S.A. (14.310.577/0001-04); Alexandre Lobo de Almeida (123.172.818-38); Jorge Luiz Castelo de Carvalho (344.471.647-87); Artur Pereira Cunha (002.053.201-63); Nelson Rodrigues Pandeló (305.134.648-91) e Valdir Antonucci Minto (045.723.648-50).
4. Entidades: Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (extinta), Ministério da Integração Nacional, Ministério das Cidades e Município de Guarulhos - SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não se manifestou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraTel).
8. Representação legal: Paulo Henrique Triandafelides Capeloto (OAB/SP 270.956), Augusto Neves Dal Pozzo (OAB/SP 174.392) e outros, representando Construtora OAS Ltda.; Vanessa Araujo Bueno de Godoy (OAB/SP 214.753), representando o Município de Guarulhos - SP; Carlos Eduardo Colombi Froelich (OAB/SP 170.435) e outros, representando Nelson Rodrigues Pandeló; Rafael Ramires Araújo Valim (OAB/SP 248.606) e outros, representando Kimei Kunyoushi; Carlos Eduardo Moreira (OAB/SP 169.809), representando Alexandre Lobo de Almeida, Artur Pereira Cunha. Valdir Antonucci Minto e Jorge Luiz Castelo de Carvalho; Rafael Ramires Araújo Valim (OAB/SP 248.606) e outros, representando Douglas Leandrini; João Carlos Pannocchia (OAB/SP 79.458), representando Fernando Antonio Duarte Leme; Rafael Ramires Araújo Valim (OAB/SP 248.606) e outros, representando Sueli Vieira da Costa.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelos Srs. Artur Pereira Cunha, Jorge Luiz Castelo de Carvalho, Nelson Rodrigues Pandeló, Valdir Antonucci Minto e Alexandre Lobo de Almeida e pela sociedade empresária Construtora OAS Ltda. contra o Acórdão 1.721/2016-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos, com fundamento no art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Aviação Civil e Comunicações (SeinfraTel) que instrua o expediente juntado pelo Sr. Airton Tadeu de Barros Rabello (peça 227), submetendo os autos a este Gabinete após o devido saneamento do feito;
9.3. determinar à Secretaria de Recursos que, após a adoção das medidas processuais indicadas no item anterior:
9.3.1. promova o exame de admissibilidade da petição juntada pelo Sr. Jovino Cândido da Silva (peça 230) e dos pedidos de reexame já juntados ao processo;
9.3.2. envie o processo à Secretaria das Sessões com vistas ao posterior sorteio de relator dos recursos e da petição juntada pelo Sr. Jovino Cândido da Silva;
9.4. dar ciência desta deliberação, juntamente do voto e do relatório que a subsidiam, aos recorrentes, ao Ministério das Cidades, ao Ministério da Integração Nacional, à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2783-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Vital do Rêgo.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2784/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.413/2016-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: José Martins (360.162.847-34); Leila da Costa Moreira (907.945.677-20); Mercedes Barros de Souza (271.229.057-72); Nilza Neves Fernandes (221.007.257-34).
4. Órgão/Entidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de aposentadoria de servidores do Tribunal Regional Federal da 2ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso II do art. 41 da Lei 8.443/1992 e no §1º do art. 17 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de José Martins (número de controle 20782110-04-2015-000038-0) e determinar seu registro;
9.2. considerar prejudicado o exame do ato número de controle 20782110-04-2008-000043-3 (peça 4), relativo à servidora Mercedes Barros de Souza, nos termos do art. 7º da Resolução 206/2007;
9.3. considerar ilegais os atos números de controle 20782110-04-2016-000020-0 (peça 3), 20782110-04-2014-000035-3 (peça 5) e 20782110-04-2015-000008-9 (peça 6), relativos, respectivamente, aos servidores Leila da Costa Moreira, Mercedes Barros de Souza e Nilza Neves Fernandes e denegar seus registros;
9.4. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelos interessados mencionados no subitem anterior;
9.5. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que adote as seguintes medidas:
9.5.1. dê ciência do inteiro teor deste acórdão a Leila da Costa Moreira, Mercedes Barros de Souza e Nilza Neves Fernandes no prazo de quinze dias e faça juntar aos autos os comprovantes de notificação nos quinze dias subsequentes;
9.5.2. suspenda, no prazo de trinta dias, os pagamentos efetuados com base nos atos ora impugnados;
9.5.3. emita novos atos livres das irregularidades mencionadas;
9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:
9.6.1. autue o ato de alteração de fundamento legal de aposentadoria de Nilza Neves Fernandes número de controle 20782110-04-2006-000040-3 e proceda à instrução do processo;
9.6.2. acompanhe o cumprimento das determinações contidas no subitem 9.5.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2784-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2785/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.256/2011-8
2. Grupo II - Classe VI - Pensão Civil
3. Interessada: Celia Berg da Silva (CPF 923.288.907-25)
4. Unidade: Senado Federal
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogada constituída nos autos: Márcia Maria Araújo Caires (OAB/DF nº 19.760)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil a dependente de ex-servidora do Senado Federal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no 40 da Lei nº 8.443/1992 e no art. 187 do Regimento Interno, em:
9.1. diligenciar o Senado Federal para que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe a este Tribunal os documentos pertinentes à designação da interessada Celia Berg da Silva como pensionista e à sua condição de dependência econômica em relação à instituidora do benefício;
9.2. determinar à Sefip que, à luz da resposta à diligência, promova a reinstrução do processo, se necessário precedida da oitiva da pensionista, com posterior encaminhamento ao Ministério Público junto ao TCU.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2785-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Revisor), José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2786/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.809/2006-0.
1.1. Apensos: 008.773/2012-2; 008.771/2012-0; 008.775/2012-5; 008.774/2012-9; 008.766/2012-6; 008.772/2012-6; 008.767/2012-2; 008.770/2012-3; 019.782/2009-2; 008.776/2012-1; 008.769/2012-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).
3. Embargante: Eudes Lima Garcia (016.267.014-15).
4. Órgão/Entidade: Município de Palmeirândia - MA.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Marisvaldo Paiva de Menezes (OAB/DF 29.518).

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração opostos ao Acórdão 1062/2016-TCU-Plenário pelo Sr. Eudes Lima Garcia;
Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno do TCU, dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao embargante e, excepcionalmente, à Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), para conhecimento e adoção das providências que entender cabíveis de acordo com o que preconizam o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 8.906/1994) e o Código de Ética e Disciplina da OAB relativamente ao exercício da advocacia.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2786-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2787/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.979/2013-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV -Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Clarismundo Romualdo Marques (222.110.201-00).
4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia petição contra o Acórdão 2364/2015 - Plenário, que julgou irregulares as contas, imputou multa e declarou inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo período de oito anos,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. de ofício, tornar insubsistente o Acórdão 2364/2015 - Plenário, com fulcro no art. 174 do RI/TCU;

9.2. restituir os autos ao Relator.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2787-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2788/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.184/2002-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Departamento de Policia Federal - DPF (00.000.000/0200-00); Djalma Vando Berger (436.678.729-68); Dário Elias Berger (341.954.919-91); Ministério Público do Estado de São Paulo (01.468.760/0001-90); Ordem dos Advogados do Brasil Santa Catarina - OAB/SC (82.519.190/0001-12); Prefeitura Municipal de São José/SC (82.892.274/0001-05); Procuradoria da República em Santa Catarina - PR/SC (26.989.715/0029-03).

3.2. Responsáveis: Aurélio Castro Remor (415.198.339-20); Cícero Camargo Vieira (463.873.669-68); Djalma Vando Berger (436.678.729-68); Dário Elias Berger (341.954.919-91); Lúcia Maria de Oliveira (289.630.759-15); Magaly Dias Cordeiro (561.275.701-82); Maguidar Dutra Behr (501.909.389-00); Pedro Roberto Bartucheski (563.457.719-53); Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda (85.150.985/0001-94); Sanderson Almeci de Jesus (908.891.269-68); de Faria Construções Ltda (80.428.519/0001-04); Átila Rocha dos Santos (178.854.189-87).

3.3. Embargante: Átila Rocha dos Santos (178.854.189-87).

4. Unidade: Município de São José/SC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF), André Jansen do Nascimento (51.119/OAB-DF) e outros, representando Átila Rocha dos Santos.

8.2. Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/OAB-DF) e outros, representando Djalma Vando Berger.

8.3. Rogério Reis Olsen da Veiga (7855/OAB-SC), representando Djalma Vando Berger e Dário Elias Berger;

8.4. Nelson Antônio Serpa (1.658/OAB-SC) e outros, representando Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda. e de Faria Construções Ltda;

8.5. Jeferson da Rocha (21.560/OAB-SC), representando Lúcia Maria de Oliveira, Sanderson Almeci de Jesus, Átila Rocha dos Santos e Magaly Dias Cordeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia, nesta fase processual, peça recebida como embargos de declaração opostos ao Acórdão 1.887/2012-TCU-Plenário, proferido sob na forma da Relação 26, Sessão de 25/7/2012, do gabinete do Exmo. Ministro Aroldo Cedraz,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, os acolher com efeitos infringentes;

9.2. em consequência ao item precedente, dar a seguinte redação ao Acórdão 1.887/2012-TCU-Plenário:

"*Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e em cumprimento ao item 9.2.3 do Acórdão 889/2012 - TCU - Plenário, bem assim em atenção à fundamentação contida no voto condutor do referido julgado, em: a) julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Dário Elias Berger (CPF 341.954.919-91), Djalma Vando Berger (CPF 436.678.729-68), e Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda. (CNPJ 85.150.985/0001-94), dando-lhes quitação, em face do recolhimento do débito imputado no item 9.2.2 do Acórdão 889/2012 - TCU - Plenário; b) julgar regulares com ressalva as contas do responsável Átila Rocha dos Santos (178.854.189-87); c) dar ciência da presente deliberação aos responsáveis Dário Elias Berger, Djalma Vando Berger e Átila Rocha dos Santos; à empresa Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda.; ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina; ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina; à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Santa Catarina; ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; à Superintendência Regional em Santa Catarina do Departamento de Polícia Federal; e à Associação do Centro Histórico de São José da Terra Firme, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:*

1. Processo TC-017.184/2002-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aurélio Castro Remor (415.198.339-20); Cícero Camargo Vieira (463.873.669-68); Dario Elias Berger (341.954.919-91); Djalma Vando Berger (436.678.729-68); Lúcia Maria de Oliveira (289.630.759-15); Magaly Dias Cordeiro (561.275.701-82); Maguidar Dutra Behr (501.909.389-00); Pedro Roberto Bartucheski (563.457.719-53); Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda. (85.150.985/0001-94); Sanderson Almeci de Jesus (908.891.269-68); de Faria Construções Ltda. (80.428.519/0001-04); Átila Rocha dos Santos (178.854.189-87)

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de São José - SC

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Advogados constituídos nos autos: Gustavo Henrique Serpa (OAB/SC 13.355), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e Rogério Reis Olsen da Veiga (OAB/SC 7.855)."

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que, ante o acolhimento dos presentes embargos de declaração, exclua o nome do embargante da relação dos responsáveis por contas julgadas irregulares no que se refere à condenação original proferida pelo Acórdão 1.757/2008-Plenário;

9.4. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao embargante e aos demais responsáveis e interessados.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2788-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2789/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.884/2015-0.

1.1. Apenso: 035.343/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Responsável: Neuza Arantes Silva (055.161.611-34).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Jose Carlos Nespoli Louzada (OAB/DF 18.494), representante da empresa Tellus S.A. Informática e Telecomunicações.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação contra irregularidades cometidas no Pregão Eletrônico 23/2015, promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Neuza Arantes Silva;

9.2. aplicar à Sra. Neuza Arantes Silva a multa prevista no art. 58, inc. II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, no valor de R$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar o desconto da dívida na remuneração da servidora, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação e não seja possível o desconto autorizado;

9.5. dar ciência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de que a defesa da Sra. Neuza Arantes Silva, relativa a este processo, foi apresentada em nome do Ministério, por meio da Nota Técnica 1/2016/BINAGRI/DGE-SE/SE/GM/MAPA, de 9/5/2016, quando deveria ter sido apresentada em nome da servidora, em vista do caráter personalíssimo de sua responsabilização; e

9.6. considerar cumprido o subitem 9.5 do Acórdão 859/2016-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal determinou a anulação do Pregão Eletrônico 23/2015.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2789-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2790/2016 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 002.572/2014-1

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Tomada de Contas Especial

3. Embargante: Marcelo Rodrigues (CPF 302.347.942-91)

4. Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria-Geral no Pará - DR/ECT/PA

5.Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8.Representação legal: Carlos Pedro Paiva Furtado (OAB/PA 6.588); Roberto Teixeira de Oliveira Junior (OAB/PA 17.817); Josias Ferreira Botelho (OAB/PA 10.333)

9.Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em tomada de contas especial opostos por Marcelo Rodrigues em face do Acórdão 102/2016-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração com fundamento nos arts. 32, inciso II e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se incólume o acórdão embargado;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Sr. Marcelo Rodrigues e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Diretoria-Geral no Pará - DR/ECT/PA.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2790-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2791/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.367/2016-5

2. Grupo I - Classe VII: Contestação de Coeficientes de Transferências Obrigatórias (CCTO)

3. Interessado: Wilmar Carelli, Prefeito

4. Unidade: Município de Videira (SC)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de contestação de coeficiente de transferência obrigatória apresentada pela Prefeitura Municipal de Videira (SC), especificamente quanto à distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios estabelecida na Decisão Normativa TCU nº 148/2015 para o exercício de 2016.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente contestação em razão da sua intempestividade, conforme o disposto no art. 292 do Regimento Interno do TCU;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Videira (SC) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

9.3. apensar o presente processo ao TC 028.809/2015-7, que trata do cálculo dos coeficientes relativos ao Fundo de Participação dos Municípios para o exercício de 2016 (Decisão Normativa TCU nº 148/2015).

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2791-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2792/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.312/2007-8
1.1. Apensos: TC 012.251/2009-7; TC 010.650/2008-4; TC 032.744/2011-0; TC 018.296/2008-8
2. Grupo I - Classe V - Monitoramento (em Relatório de Auditoria)
3. Responsável: Jorge Eduardo Levi Mattoso (ex-presidente)
4. Unidade: Caixa Econômica Federal
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidades Técnicas: 2ª Secex (extinta) e SecexFazenda
8. Advogado constituído nos autos: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF nº 32.261)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão nº 2.085/2005-Plenário, referente a auditoria de natureza operacional sobre a terceirização de serviços na Caixa Econômica Federal (TC 014.523/2004-7).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 e nos arts. 243 e 250, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar cumpridas as determinações dos itens 9.2, 9.3.3 e 9.3.4 do Acórdão nº 2.085/2005-Plenário;
9.2. considerar cumpridas as recomendações dos itens 9.4.2, 9.4.3, 9.4.6 e 9.5 do Acórdão 2.085/2005 Plenário e parcialmente cumpridas as recomendações dos itens 9.4.4 e 9.4.7 do referido acórdão;
9.3. considerar não aplicáveis a reiteração de determinação do item 9.1.1 do Acórdão 2.085/2005-Plenário e as determinações dos itens 9.3.1 e 9.3.2 do referido acórdão;
9.4. considerar não aplicáveis as recomendações dos itens 9.4.1 e 9.4.5 do Acórdão 2.085/2005-Plenário;
9.5. recomendar à Caixa Econômica Federal que:
9.5.1. proceda à normatização dos procedimentos operacionais necessários à consecução da análise de custo-benefício dos processos de terceirização, prevista em sua Política de Terceirização de Serviços (PO 011), com vistas a promover a eficácia da referida análise, mediante a evidenciação do caráter vantajoso das terceirizações eventualmente efetuadas;
9.5.2. adote providências no sentido de que os procedimentos operacionais necessários à consecução da análise de custo-benefício dos processos de terceirização contemplem as informações disponíveis acerca de condenações judiciais em face de terceirizados, de modo a favorecer a completude da referida análise e, por conseguinte, a economicidade das contratações efetuadas;
9.6. dar ciência da presente decisão à Caixa Econômica Federal; ao Ministério Público do Trabalho; à SecexDefesa, em razão do TC 027.911/2010-1, que trata do monitoramento do Acórdão 2.132/2010 Plenário/TCU, relativo à fiscalização de orientação centralizada sobre a conformidade dos contratos de terceirização de mão de obra no âmbito da Administração Pública Federal Indireta; e à Ouvidoria deste Tribunal, tendo em conta as manifestações constantes das peças 20 (p. 26-50) e 21 (p. 1-20) destes autos;
9.7. apensar o presente processo ao TC 014.523/2004-7.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2792-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2793/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.364/2012-1
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: José Acélio Paulino de Freitas (CPF 273.174.393-04), ex-Prefeito de Acarape/CE
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Acarape/CE
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidades Técnicas: Secex/CE e Serur
8. Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em fase de recurso de revisão interposto por José Acélio Paulino de Freitas contra o Acórdão 128/2014 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32 e 35 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer deste recurso de revisão, para, quanto ao mérito, negar-lhe provimento;
9.2. notificar o recorrente.
10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2793-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2794/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.020/2016-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Desestatização
3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU)
4. Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraElétrica)
8. Representação legal : não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento da segunda etapa do Leilão Aneel 13/2015, para a concessão do serviço de transmissão de energia elétrica, contemplando diversos trechos agrupados em 22 lotes, em nove estados das regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no arts. 169, inciso V, e 258, inciso II, do Regimento Interno/TCU c/c os arts. 7°, inciso I, e 8°, inciso I, da Instrução Normativa-TCU 27/1998, em:
9.1. dispensar, excepcionalmente, o acompanhamento dos estágios do Leilão Aneel 13/2015, sem prejuízo de que o Tribunal atue em decorrência de eventuais denúncias ou representações sobre os respectivos procedimentos e de que a nova metodologia de precificação da Receita Anual Permitida (RAP) seja avaliada no âmbito do monitoramento do Acórdão nº 288/2016-Plenário;
9.2 arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2794-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo (Declaração de voto).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2795/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.023/2016-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria
3. Responsável: Marcus Vinicius David, Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (CPF: 651.123.006-63)
4. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana)
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria, realizada no âmbito do Fiscobras 2016, nas obras de ampliação do Hospital da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 250, inciso II, do RI/TCU, em:
9.1. determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora que adote as seguintes medidas, encaminhando ao Tribunal as informações pertinentes no prazo de 60 (sessenta) dias:
9.1.1 elaboração de plano contendo as ações necessárias para a retomada das obras no Hospital Universitário, mantendo esta Corte inteirada acerca da situação do atual contrato e de eventuais novas licitações a serem abertas;
9.1.2. preservação dos serviços já realizados com o objetivo de resguardar o patrimônio público, diminuir a necessidade de retrabalhos quando do retorno das obras e evitar ou reduzir o risco à segurança das pessoas, promovendo, em particular e com brevidade, a estabilização dos taludes que cercam o Bloco I (Radioterapia);
9.1.3. instauração de processo administrativo a fim de identificar os responsáveis e quantificar o dano relativo aos serviços que necessitarão ser corrigidos ou refeitos em decorrência do tempo de paralisação das obras;
9.2. apensar os presentes autos ao TC-009.996/2015-0.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2795-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2796/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.025/2016-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria
3. Responsável: Marcus Vinicius David, Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (CPF: 651.123.006-63)
4. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SeinfraUrbana
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora, com o objetivo de fiscalizar as obras do Parque Tecnológico, Nova Reitoria e Campus Avançado.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, e nos arts. 2º, inciso VII, e 36 da Resolução-TCU 259/2014, em:
9.1.revogar a medida cautelar expedida para a Concorrência 13/2012, que resultou no Contrato 166/2012 (Parque Tecnológico) da Universidade Federal de Juiz de Fora, por meio do item 8.(a) do despacho proferido pelo Relator em 6/12/2012, devido à perda de objeto, uma vez que a contratação da obra não foi efetivada por desistência da empresa vencedora do processo licitatório;
9.2.determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote providências com vistas à proteção das vigas metálicas já adquiridas e dos serviços realizados nas obras de construção da nova reitoria, a fim de resguardar o patrimônio público e diminuir a necessidade de retrabalho quando do retorno das obras;
9.3.apensar os presentes autos ao TC 013.106/2013-9;
9.4.dar ciência à Universidade Federal de Juiz de Fora e à empresa Collen Engenharia Ltda. desta deliberação.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.
11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2796-44/16-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2797/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.833/2016-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Paulo Roberto Castilho Martins (673.810.907-59).
4. Entidade: Gerência Executiva do INSS - Rio de Janeiro-Centro/RJ.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro (RJ) - Centro, em desfavor de Paulo Roberto Castilho Martins, ex-servidor da autarquia, e dos corresponsáveis Hélio de Freitas Carneiro e Lázaro Luiz Soares, na condição de segurados do INSS e beneficiários de pagamentos, em razão de irregularidades relacionadas a pagamentos indevidos de benefícios previdenciários a partir da Agência da Previdência Social da Barra da Tijuca;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Federal, em:
9.1. excluir da relação processual Hélio de Freitas Carneiro (109.388.507-68) e Lázaro Luiz Soares (168.690.286-72), segurados beneficiados;
9.2. julgar irregulares as contas de Paulo Roberto Castilho Martins (673.810.907-59), ex-servidor da Agência da Previdência Social da Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. condenar o responsável identificado no subitem anterior ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios aos seguintes segurados:

Beneficiário: Hélio de Freitas Carneiro (109.388.507-68)	
Data de Ocorrência	Valor Original (R$)
4/5/2004	1.254,76
1/6/2004	2.361,15
1/7/2004	2.361,15
2/8/2004	2.361,15
1/9/2004	2.361,15
1/10/2004	2.391,32
1/11/2004	2.361,21
1/12/2004	4.131,12
3/1/2005	2.361,21
1/2/2005	2.377,54
1/3/2005	2.361,47
1/4/2005	2.361,47
2/5/2005	2.361,47
1/6/2005	2.511,38
1/7/2005	2.511,38
1/8/2005	2.510,09
1/9/2005	2.509,98
3/10/2005	2.509,98
1/11/2005	2.509,34
1/12/2005	5.019,46
2/1/2006	2.509,01
1/2/2006	2.509,01
2/3/2006	2.509,01
3/4/2006	2.561,37
2/5/2006	2.633,70
1/6/2006	2.633,70
3/7/2006	2.633,70
2/8/2006	2.633,70
1/9/2006	3.951,71
2/10/2006	2.633,77
1/11/2006	2.633,73
1/12/2006	3.952,20
2/1/2007	2.633,73
1/2/2007	2.634,01
4/5/2004	1.254,76
1/6/2004	2.361,15
1/7/2004	2.361,15
2/8/2004	2.361,15
1/9/2004	2.361,15
1/10/2004	2.391,32
1/11/2004	2.361,21
1/12/2004	4.131,12
3/1/2005	2.361,21
1/2/2005	2.377,54
1/3/2005	2.361,47
1/4/2005	2.361,47
2/5/2005	2.361,47
1/6/2005	2.511,38
1/7/2005	2.511,38
1/8/2005	2.510,09
1/9/2005	2.509,98
3/10/2005	2.509,98
1/11/2005	2.509,34
1/12/2005	5.019,46
2/1/2006	2.509,01
1/2/2006	2.509,01
2/3/2006	2.509,01
3/4/2006	2.561,37
2/5/2006	2.633,70
1/6/2006	2.633,70
3/7/2006	2.633,70
2/8/2006	2.633,70
1/9/2006	3.951,71
2/10/2006	2.633,77
1/11/2006	2.633,73
1/12/2006	3.952,20
2/1/2007	2.633,73
1/2/2007	2.634,01

Beneficiário: Lázaro Luiz Soares (168.690.286-72).	
Data de Ocorrência	Valor Original (R$)
3/6/2004	1.736,59
3/6/2004	3.427,33
7/7/2004	1.736,59
6/8/2004	1.736,59
2/9/2004	1.736,59
5/10/2004	1.736,59
5/11/2004	1.736,59
6/12/2004	3.183,69
4/1/2005	1.736,59
14/2/2005	1.736,59
3/3/2005	1.736,59
5/4/2005	1.736,59
5/5/2005	1.736,59
2/6/2005	1.847,01
5/7/2005	1.847,01
8/8/2005	1.847,01
5/9/2005	1.847,01
5/10/2005	1.847,01
4/11/2005	1.847,01
9/12/2005	3.693,09
5/1/2006	1.847,01
7/2/2006	1.847,01
6/3/2006	1.847,01
6/4/2006	1.847,01
4/5/2006	1.939,36
12/6/2006	1.939,36
5/7/2006	1.939,36
4/8/2006	1.939,36
4/9/2006	2.909,05
4/10/2006	1.939,36
6/11/2006	1.939,36
4/12/2006	2.909,11
10/1/2007	1.939,36
8/2/2007	1.939,36

9.4. aplicar ao ex-servidor do INSS Paulo Roberto Castilho Martins (673.810.907-59) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. inabilitar, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992, Paulo Roberto Castilho Martins (673.810.907-59) para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo período de cinco anos, observadas as disposições do Acórdão 714/2016-TCU-Plenário;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.9. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria Geral Federal - PGF que a decisão contida no subitem 9.1 deste acórdão não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos indevidamente aos segurados ali mencionados, em razão da concessão irregular de benefício previdenciário.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2797-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2798/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.529/2016-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco Ricardo Lima Cruz (425.957.113-34) e Francineide Monteiro Landim Cruz (115.748.873-00).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. Francisco Ricardo Lima Cruz, então servidor do INSS, em razão de prejuízo causado em virtude de concessão fraudulenta de benefícios previdenciários;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator:

9.1. excluir da relação processual a Sra. Francineide Monteiro Landim Cruz (115.748.873-00);

9.2 julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Ricardo Lima Cruz, CPF 425.957.113-34, ex-servidor do INSS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d" e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar o responsável identificado no subitem anterior, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios aos seguintes segurados:

Beneficiária: Iva Boris de Souza

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
23/10/2002	173,33
23/10/2002	200,00
12/11/2002	200,00
12/12/2002	83,33
12/12/2002	200,00
13/1/2003	200,00
13/2/2003	200,00
17/3/2003	200,00
10/4/2003	200,00
13/5/2003	240,00
11/6/2003	240,00
10/7/2003	240,00
13/8/2003	240,00
10/9/2003	240,00
10/10/2003	240,00
13/11/2003	240,00
10/12/2003	240,00
10/12/2003	240,00
13/1/2004	240,00
11/2/2004	240,00
10/3/2004	240,00
5/4/2004	240,00
5/5/2004	240,00
3/6/2004	260,00
5/7/2004	260,00
4/8/2004	260,00
3/9/2004	260,00
5/10/2004	260,00
4/11/2004	260,00
3/12/2004	260,00
3/12/2004	260,00
5/1/2005	260,00
3/2/2005	260,00
3/3/2005	260,00
5/4/2005	260,00
4/5/2005	260,00
3/6/2005	300,00
5/7/2005	300,00
3/8/2005	300,00
5/9/2005	300,00
5/10/2005	300,00
4/11/2005	300,00
5/12/2005	300,00
5/12/2005	300,00
4/1/2006	300,00
3/2/2006	300,00
3/3/2006	300,00
5/4/2006	300,00
4/5/2006	350,00
5/6/2006	350,00
5/7/2006	350,00
3/8/2006	350,00
5/9/2006	175,00
5/9/2006	350,00
4/10/2006	350,00
6/11/2006	350,00
5/12/2006	175,00
5/12/2006	350,00
4/1/2007	350,00
5/2/2007	350,00
5/3/2007	350,00
4/4/2007	350,00
4/5/2007	380,00
5/6/2007	380,00
4/7/2007	380,00
3/8/2007	380,00
5/9/2007	190,00
5/9/2007	380,00
3/10/2007	380,00
6/11/2007	380,00

Beneficiária: Francineide Monteiro Landim Cruz

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
10/5/1999	347,43
1/6/1999	579,05
2/7/1999	583,39
2/8/1999	583,39

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6/9/1999	583,39
7/10/1999	583,39
10/11/1999	583,39
6/12/1999	437,54
6/12/1999	583,39
12/1/2000	583,39
9/2/2000	583,39
13/3/2000	583,39
7/4/2000	583,39
4/5/2000	583,39
8/6/2000	583,39
7/7/2000	617,28
3/8/2000	617,28
1/9/2000	617,28
3/10/2000	617,28
3/11/2000	617,28
1/12/2000	617,28
1/12/2000	617,28
9/1/2001	617,28
8/2/2001	617,28
1/3/2001	617,28
2/4/2001	617,28
2/5/2001	617,28
1/6/2001	617,28
4/7/2001	664,56
3/8/2001	664,56
3/9/2001	664,56
1/10/2001	664,56
1/11/2001	664,56
3/12/2001	664,56
3/12/2001	664,56
2/1/2002	664,56
15/2/2002	664,56
8/3/2002	664,56
4/4/2002	664,56
6/5/2002	664,56
3/6/2002	664,56
9/7/2002	725,69
2/8/2002	725,69
6/9/2002	725,69
14/10/2002	725,69
1/11/2002	725,69
3/12/2002	725,69
3/12/2002	725,69
2/1/2003	725,69
10/2/2003	725,69
6/3/2003	725,69
1/4/2003	725,69
2/5/2003	725,69
3/6/2003	725,69
7/7/2003	868,72
6/8/2003	868,72
1/9/2003	868,72
1/10/2003	868,72
3/11/2003	868,72
1/12/2003	868,72
1/12/2003	868,72
2/1/2004	868,72
2/2/2004	868,72
1/3/2004	868,72
1/4/2004	868,72
3/5/2004	868,72
1/6/2004	908,07
1/7/2004	908,07
2/8/2004	908,07
1/9/2004	908,07
1/10/2004	908,07
1/11/2004	908,07
1/12/2004	908,07
1/12/2004	908,07
3/1/2005	908,07
1/2/2005	908,07
1/3/2005	908,07
1/4/2005	908,07
2/5/2005	908,07
1/6/2005	965,77
1/7/2005	965,77
1/8/2005	965,77
1/9/2005	965,77
3/10/2005	965,77
1/11/2005	965,77
1/12/2005	965,77
1/12/2005	965,77
2/1/2006	965,77
1/2/2006	965,77
1/3/2006	965,77
3/4/2006	965,77
2/5/2006	1.014,05
1/6/2006	1.014,05
3/7/2006	1.014,05
1/8/2006	1.014,05
1/9/2006	507,02
1/9/2006	1.014,05
2/10/2006	1.014,14
1/11/2006	1.014,14
1/12/2006	507,12
1/12/2006	1.014,14
2/1/2007	1.014,14
1/2/2007	1.014,14
1/3/2007	1.014,14
2/4/2007	1.014,14
2/5/2007	1.047,60
1/6/2007	1.047,60
2/7/2007	1.047,60
1/8/2007	1.047,60
3/9/2007	523,80
3/9/2007	1.047,60
31/8/2010	4.392,60
1/10/2010	1.255,03
1/11/2010	1.255,03
1/12/2010	627,52
1/12/2010	1.255,03
3/1/2011	1.255,03
1/2/2011	1.335,47
1/3/2011	1.335,47
1/4/2011	1.335,47
2/5/2011	1.335,47
1/6/2011	1.335,47
1/7/2011	1.335,47
1/8/2011	1.335,47
1/9/2011	668,11
1/9/2011	1.336,23
3/10/2011	1.336,23
1/11/2011	1.336,23
1/12/2011	668,12
1/12/2011	1.336,23
2/1/2012	1.336,23
1/2/2012	1.417,47
1/3/2012	1.417,47
2/4/2012	1.417,47
2/5/2012	1.417,47
1/6/2012	1.417,47
2/7/2012	1.417,47
1/8/2012	1.417,47
3/9/2012	708,73
3/9/2012	1.417,47
1/10/2012	1.417,47
1/11/2012	1.417,47
3/12/2012	708,74
3/12/2012	1.417,47
2/1/2013	1.417,47
1/2/2013	1.505,35
1/3/2013	1.505,35
1/4/2013	1.505,35
2/5/2013	1.505,35
3/6/2013	1.505,35
1/7/2013	1.505,35
1/8/2013	1.505,35
2/9/2013	752,67
2/9/2013	1.505,35
1/10/2013	1.505,35
1/11/2013	1.505,35

9.4. aplicar ao Sr. Francisco Ricardo Lima Cruz, CPF 425.957.113-34, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de publicação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar ao responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7 . inabilitar, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992, o Sr. Francisco Ricardo Lima Cruz, CPF 425.957.113-34, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo período de cinco anos, observadas as disposições do Acórdão 714/2016-TCU-Plenário;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, conforme determina o art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU;

9.9. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria Geral Federal - PGF que a decisão contida no subitem 9.1 deste acórdão não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos indevidamente à segurada ali mencionada, em razão da concessão irregular de benefício previdenciário.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2798-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2799/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.587/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alexsandro de Souza (047.994.166-18); Gloria Ferreira Bergamaschi (100.616.156-25); Marta Aparecida Lozasso (017.553.326-10); Roberto Carlos Ferreira de Paula (799.558.277-34).

4. Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em razão de concessões irregulares de benefícios por parte do ex-servidor Roberto Carlos Ferreira de Paula, que resultaram em recebimentos indevidos por parte das Sras. Glória Ferreira Bergamaschi e Marta Aparecida Lozasso, e do Sr. Alexsandro de Souza.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Roberto Carlos Ferreira de Paula, ex-servidor do INSS, CPF 799.558.277-34; das seguradas Glória Ferreira Bergamaschi, CPF 100.616.156-25, e Marta Aparecida Lozasso, CPF 017.553.326-10; e do procurador Alexsandro de Souza, CPF 047.994.166-18, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar o Sr. Roberto Carlos Ferreira de Paula, CPF 799.558.277-34, solidariamente com os respectivos responsáveis identificados abaixo, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, eventuais valores já ressarcidos:

Beneficiária Glória Ferreira Bergamaschi (CPF 100.616,156-25)	
VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
459,00	05/01/2007
1060,00	02/02/2007
1.059,54	05/03/2007
1.059,54	03/04/2007
1.094,54	03/05/2007
1.094,54	04/06/2007
1.094,54	04/07/2007
1.094,54	03/08/2007
1.641,54	04/09/2007
1.094,54	02/10/2007
1.094,54	05/11/2007
1.641,30	04/12/2007
1.094,91	03/01/2008
1.094,91	07/02/2008
1.094,91	04/03/2008
1.148,91	02/04/2008
1.148,91	05/05/2008
1.148,91	03/06/2008
1.148,91	02/07/2008
1.148,91	04/08/2008
1.723,91	02/09/2008
1.148,91	02/10/2008
1.148,91	04/11/2008
1.723,20	02/12/2008
1.148,91	06/01/2009
1.148,91	04/02/2009
1.216,91	03/03/2009
1.216,91	02/04/2009
1.216,91	06/05/2009
1.216,91	02/06/2009
1.217,61	02/07/2009
1.217,61	04/08/2009
1.825,61	03/09/2009

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.216,70	04/11/2009
1.825,05	02/12/2009
1.216,70	05/01/2010
1.291,40	02/02/2010
1.291,40	02/03/2010
1.291,40	05/04/2010

Beneficiária Marta Aparecida Lozasso (CPF 017.553.326-10)	
VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
906,00	07/03/2008
1.698,83	07/03/2008
1.783,56	04/04/2008
1.783,56	07/05/2008
1.783,58	05/06/2008
1.783,51	04/07/2008
1.784,02	08/08/2008
2.675,36	04/09/2008
1.783,62	07/10/2008
1.783,67	06/11/2008
2.675,31	04/12/2008
1.784,08	09/01/2009
1.783,81	05/02/2009
1.888,95	05/03/2009
1.889,46	06/04/2009
1.889,58	07/05/2009
1.888,83	04/06/2009
1.888,93	06/07/2009
1.889,22	06/08/2009
2.834,07	04/09/2009
1.889,07	06/10/2009
1.889,07	06/11/2009
2.833,45	04/12/2009
1.889,07	08/01/2010
2.005,08	04/02/2010
2.004,92	04/03/2010
2.004,92	07/04/2010

Sr. Alexsandro de Souza (CPF 047.994.166-18)	
VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
579,00	03/02/2006
579,00	03/03/2006
579,00	04/04/2006
606,00	03/05/2006
606,00	05/06/2006
606,00	04/07/2006
606,00	02/08/2006
894,00	04/09/2006
606,00	03/10/2006
606,00	03/11/2006

9.3. aplicar ao Sr. Roberto Carlos Ferreira de Paula, CPF 799.558.277-34, à Sra. Glória Ferreira Bergamaschi, CPF 100.616.156-25, à Sra. Marta Aparecida Lozasso, CPF 017.553.326-10, e ao Sr. Alexsandro de Souza, CPF 047.994.166-18, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor individual de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), R$ 20.000 (vinte mil reais), R$ 20.000,00 (vinte mil reais), e R$ 5.000,00 (cinco mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, considerar graves as infrações cometidas e inabilitar o Sr. Roberto Carlos Ferreira de Paula, CPF 799.558.277-34, a Sra. Glória Ferreira Bergamaschi, CPF 100.616.156-25, a Sra. Marta Aparecida Lozasso, CPF 017.553.326-10 e o Sr. Alexsandro de Souza, CPF 047.994.166-18, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos; e

9.7. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2799-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2800/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.563/2013-8.

1.1. Apenso: TC 043.929/2012-5.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Pedro Rezende Tavares (291.752.321-20), Marília Barros Coelho (812.472.571-34), Lucélia Lima de Oliveira (944.638.911-91), Marcos Santos Jorge (016.778.271-14), Paulo Leniman Barbosa Silva (422.905.624-91), Maria Regina Borges Leal (049.256.206-73) e Ferreira Franco Engenharia Ltda. - EPP (86.904.109/0001-79).

4. Entidade: Município de Formoso do Araguaia/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins - Secex/TO.

8. Representação legal: Sandra Patta Flain, OAB/TO 4.716; Eder Mendonça de Abreu, OAB/TO 1.087, Márcio Vieira Villas Boas Teixeira de Carvalho, OAB/DF 39.742.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial oriunda da conversão do processo de Relatório de Auditoria (TC 043.929/2012-5), por força do Acórdão 1.255/2013 - Plenário, referente à fiscalização realizada no Município de Formoso do Araguaia/TO, com a finalidade de verificar a regularidade na aplicação dos recursos públicos federais oriundos do Termo de Compromisso, aprovado pela Portaria 97/2009 da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, para a execução de obras de drenagem pluvial e canalização de córregos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o processo em relação às contas da Sra. Maria Regina Borges Leal, nos termos do art. 212 do RI/TCU;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Rezende Tavares e da empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda., condenando-os, na forma a seguir indicada, ao pagamento das quantias adiante discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor do Tesouro Nacional:

9.2.1. de forma individual, Sr. Pedro Rezende Tavares:

Valor (R$)	Data
14.272,60	30/11/2012
279,11	30/11/2012

9.2.2. de forma solidária, Sr. Pedro Rezende Tavares e empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda.:

Valor (R$)	Data
137.473,89	26/11/2010
500.051,60	09/09/2010
276.690,73	02/08/2010
226.372,09	31/05/2010
222.660,90	26/11/2010
178.838,79	24/09/2010
654.650,10	09/09/2010
372.885,60	02/08/2010
50.664,04	31/05/2010
108.995,82	09/09/2010
149.820,17	26/11/2010
7.582,08	09/09/2010
857,19	09/09/2010
36.404,08	26/11/2010
4.115,72	26/11/2010
38.765,26	26/11/2010
22.710,96	26/11/2010
123.079,70	26/11/2010
69.490,05	05/04/2010
2.481,79	12/05/2010

9.3. aplicar individualmente ao Sr. Pedro Rezende Tavares e à empresa Ferreira Franco Engenharia Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis a seguir indicados a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, nos valores abaixo consignados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Srs. Pedro Rezende Tavares e Paulo Leniman Barbosa Silva, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

9.4.2. Sra. Marília Barros Coelho, R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.4.3. Sra. Lucélia Lima de Oliveira e Sr. Marcos Santos Jorge, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o sustentam, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2800-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2801/2016 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.233/2016-3.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: V - Auditoria de Conformidade.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgãos/entidades: Governo do Estado do Amapá, Municípios de Santana/AP e Macapá/AP.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Amapá - Secex/AP.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório da Auditoria de Conformidade realizada pela Secex/APno período de 1º/08/2016 a 19/09/2016 em cinco Transferências Voluntárias (TVs) selecionadas com base em modelo preditivo desenvolvido pela Secretaria de Gestão da Informação (Seginf).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária Extraordinária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1 fixar o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência deste Acórdão, para que o Ministério do Esporte conclua a análise de sua competência em relação à prestação de contas do Convênio 726.170/2009, celebrado com o Município de Santana/AP, levando em consideração, ainda, os Achados de Auditoria apontados pela Secex/AP, neste processo, quais sejam:

9.1.1 movimentação de recursos fora da conta específica, descumprindo a Cláusula Sexta do Termo de Convênio, o Decreto 6.170/2007, art. 7º, § 1º, e a Portaria 127/2008/MPOG/MF/CGU, art. 30, inciso XIII;

9.1.2 realização de pagamentos vedados pela legislação, descumprindo a Portaria 127/2008, MPOG/MF/CGU, art. 39, inciso VI e o prazo de pagamento do Manual das Diretrizes do Programa Segundo Tempo de 2010;

9.1.3 ausência de depósito da contrapartida, descumprindo o Decreto 6.170/2007, art. 7º, c/c Portaria 127/2008, MPOG/MF/CGU, art. 20;

9.2 determinar ao Ministério do Esporte que, no mesmo prazo fixado no subitem acima, remeta a este Tribunal informações sobre as conclusões alcançadas e providências adotadas, em especial para dar cumprimento ao art. 8º da Lei n. 8.443/1992, no tocante à eventual verificação de dano ao erário.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2801-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2802/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.623/2016-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.
3.2. Responsável: Adão Francisco de Oliveira (CPF 624.464.011-04).
4. Órgão: Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade sobre a regularidade das ações relacionadas com os cursos oferecidos no âmbito da Bolsa-Formação Estudante e da Bolsa-Formação Trabalhador, no período de janeiro de 2013 a junho de 2016, como modalidades de implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação) no âmbito da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar a audiência dos responsáveis pelas irregularidades tratadas no Achado de Auditoria III.3, à Peça nº 51, com fulcro no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU (RITCU), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as suas razões de justificativa sobre os atrasos observados em relação à certificação e expedição dos diplomas de mais de 7 mil alunos que concluíram os cursos do Pronatec;

9.2. determinar a oitiva da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifeste sobre as ações adotadas pelo órgão para impedir a continuidade das seguintes irregularidades (apuradas na presente fiscalização):

9.2.1. não adoção de medidas concretas para conhecer e corrigir as principais causas determinantes para os altos índices de evasão no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação (achado de auditoria III.1 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.2. não manutenção pelas unidades de ensino ofertantes dos registros estudantis das turmas e dos beneficiários da Bolsa-Formação, inclusive das listas de presença, dos termos de compromisso e dos comprovantes de matrícula assinados, em registro impresso ou digital, em conformidade com os critérios e procedimentos seguros, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos após o encerramento dos cursos (achado de auditoria III.2 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.3. falta de assinatura do termo de compromisso, no ato da matrícula, pelos beneficiários, na forma estabelecida no Manual de Gestão da Bolsa-Formação (achado de auditoria III.2 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.4. falta da exigência dos comprovantes de escolaridade mínima dos inscritos, especialmente para os cursos FIC (achado de auditoria III.2 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.5. não confirmação das matrículas, de forma tempestiva, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec (achado de auditoria III.2 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.6. não notificação do estudante, por meio do Sistec, nos casos de interrupção de frequência no curso (achado de auditoria III.2 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.7. não atualização no Sistec de todas as ofertas de turmas em cursos por meio da Bolsa-Formação (achado de auditoria III.2 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.8. atraso em relação à certificação e expedição dos diplomas de mais de 7 mil alunos que concluíram os cursos do Pronatec (achado de auditoria III.3 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.9. aquisição de bens e serviços em detrimento do fornecimento de materiais e a prestação de serviços indispensáveis à oferta de cursos de formação técnica e profissional de qualidade (achado de auditoria III.5 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.10. pagamento realizado a bolsistas (sem vínculo) sem a retenção dos tributos devidos (achado de auditoria III.6 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.11. pagamento realizado a bolsistas sem a comprovação da efetiva prestação de serviços ao programa (achado de auditoria III.6 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.12. não realização de processo seletivo de bolsistas para atuar no Pronatec, com pagamentos realizados à conta do Bolsa-Formação com recursos federais, caracterizando, no caso dos bolsistas sem vínculo, mecanismo irregular de escolha de agente público, com afronta aos princípios da impessoalidade, da moralidade administrativa e da isonomia (achado de auditoria III.6 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.13. realização de pagamentos com recursos federais do Bolsa-Formação do Pronatec a bolsistas servidores (com vínculo) sem a devida comprovação da efetiva contraprestação laboral (achado de auditoria III.6 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.14. não publicidade no portal eletrônico da Seduc/TO dos projetos pedagógicos, dos planos de curso, dos regimentos, das normas internas e dos demais documentos orientadores dos cursos ofertados no âmbito da Bolsa-Formação (achado de auditoria III.7 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.15. ausência de condições adequadas de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal para o desenvolvimento adequado dos cursos em todos os locais de oferta (achado de auditoria III.7 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.16. desatualização do Sistec em relação às informações sobre as ofertas de turmas por meio da Bolsa-Formação, informando o local de realização de cada turma (achado de auditoria III.7 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.17. não garantia aos beneficiários da Bolsa-Formação de acesso pleno à infraestrutura educativa e recreativa existentes nas unidades ofertantes (achado de auditoria III.7 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.18. falhas na ação de notificar o estudante, por meio do Sistec, em caso de interrupção de frequência no curso (achado de auditoria III.7 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.19. não manutenção, na unidade de ensino ofertante do curso, dos registros estudantis das turmas e dos beneficiários da Bolsa-Formação, inclusive das listas de presença e dos termos de compromisso e dos comprovantes de matrícula assinados, em registro impresso ou digital, em conformidade com critérios e procedimentos seguros, pelo prazo mínimo de vinte anos após o encerramento dos cursos (achado de auditoria III.7 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.20. não definição de metodologia, realização e envio à Setec/MEC da pesquisa de avaliação de egressos, por mantenedora, de 6 a 12 meses após a conclusão dos cursos (achado de auditoria III.7 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.21. omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Estado do Tocantins nos exercícios de 2014 e 2015 (achado de auditoria III.8 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.22. utilização de conta bancária paralela, em detrimento da movimentação dos recursos do programa em conta bancária exclusiva e vinculada, recebedora dos repasses federais (achado de auditoria III.8 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.23. indícios de simulacro de prestação de contas, com o fito de convencer a equipe de auditoria do TCU sobre o cumprimento do dever de prestar contas, no prazo legal (achado de auditoria III.8 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.24. falhas na prestação de contas dos recursos transferidos ao Estado do Tocantins no âmbito do Pronatec exercício de 2013 (achado de auditoria III.8 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.25. participação dos mesmos beneficiários (de cursos FIC e/ou Técnico) em mais de um evento e/ou oferta de cursos idênticos ou similares na mesma localidade pelos ofertantes do Pronatec no Tocantins, verificada em cruzamento de dados do Sistec/MEC e em visita in loco ao Colégio Manoel Gomes da Cunha, em Araguaína (achado de auditoria III.9 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.26. atrasos injustificados dos pagamentos devidos a título de auxílios e bolsas do Pronatec (achado de auditoria III.10 à Peça nº 51 dos autos);

9.2.27. ausência de toda a documentação comprobatória do pagamento obrigatório da assistência estudantil obrigatória por parte do órgão local (achado de auditoria III.10 à Peça nº 51 dos autos);

9.3. recomendar à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) que, no prazo de até 360 (trezentos e sessenta) dias, adote as medidas cabíveis para solucionar o problema referente à contratação de professores bolsistas sem a formação técnico-profissional e/ou a experiência didático-pedagógica compatível com os cursos ofertados, de que trata o Achado de Auditoria III.4 à Peça nº 51, informando o TCU sobre o resultado dessas medidas ao final do mesmo prazo;

9.4. determinar ao FNDE que instaure tomadas de contas especial específicas, informando o TCU sobre os resultados obtidos com essa medida, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, para apurar a eventual ocorrência de dano ao erário decorrente das seguintes irregularidades:

9.4.1. aquisição de bens e serviços em detrimento do fornecimento de materiais e a prestação de serviços indispensáveis à oferta de cursos de formação técnica e profissional de qualidade (achado de auditoria III.5 à Peça nº 51 dos autos);

9.4.2. pagamento de bolsistas (achado de auditoria III.6 à Peça nº 51 dos autos) com as seguintes falhas:

9.4.2.1. sem a comprovação da efetiva prestação de serviços ao programa;

9.4.2.2. com base em valor fixo mensal, e não em horas, além de praticar valores acima dos praticados por outros entes federados, com prejuízo da carga horária institucional regular;

9.4.3. omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Estado do Tocantins nos exercícios de 2014 e 2015 (achado de auditoria III.8 à Peça nº 51 dos autos), considerando na correspondente análise as informações sobre:

9.4.3.1. a utilização de conta bancária paralela, em detrimento da movimentação dos recursos do programa em conta bancária exclusiva e vinculada, recebedora dos repasses federais;

9.4.3.2. indícios de simulacro de prestação de contas, com o fito de convencer a equipe de auditoria do cumprimento do dever de prestar contas no prazo legal;

9.4.4. irregularidades na prestação de contas dos recursos transferidos ao Estado do Tocantins no exercício de 2013 (achado de auditoria III.8 à Peça nº 51 dos autos);

9.4.5. atrasos indevidos dos auxílios estudantis e das bolsas aos beneficiários do Bolsa-Formação (achado de auditoria III.10 à Peça nº 51 dos autos);

9.5. determinar à Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins (Seduc/TO) que:

9.5.1. promova, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a entrega de todos os certificados aos alunos que concluíram os cursos do Pronatec, em atenção ao art. 22, incisos XXX e XXXI, da Portaria MEC nº 817/2015, comunicando o TCU sobre o cumprimento dessa determinação, acompanhada de documentação probatória suficiente (achado de auditoria III.3 à Peça nº 51 dos autos);

9.5.2. adote as providências cabíveis para a realização de processo seletivo de bolsistas com e sem vínculo, para atuarem no Pronatec, cujos pagamentos sejam realizados à conta do Bolsa-Formação com recursos federais, no âmbito da Seduc/TO, em obediência aos princípios da legalidade e da impessoalidade previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal (achado de auditoria III.6 à Peça nº 51 dos autos);

9.5.3. não efetue pagamentos com recursos federais do Bolsa-Formação do Pronatec a bolsistas servidores com vínculo, seja a título efetivo, seja a título precário, sem que se comprove a efetiva contraprestação laboral, comprovada mediante a prestação de serviços ao programa, além da carga horária normal da função pública exercida (achado de auditoria III.6 à Peça nº 51 dos autos);

9.5.4. adote as medidas cabíveis para, no prazo de 60 (sessenta) dias, promover todos os pagamentos devidos a título de auxílios e de bolsas do Pronatec, em cumprimento ao art. 7º, § 1º, da Portaria MEC nº 817/2015 (achado de auditoria III.10 à Peça nº 51 dos autos); e

9.6. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, acompanhada de cópia do parecer acostado à Peça nº 51 dos autos, à Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE/MEC e à Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins (Seduc/TO).

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2802-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2803/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.784/2015-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessada: EBN Comércio, Importação e Exportação S.A.
3.2. Responsáveis: João Wayner da Costa Ribas (CPF: 568.696.737-72) e Ricardo Marques Figueiredo (CPF: 849.675.958-04).
4. Unidade jurisdicionada: Comando Logístico do Exército (Colog).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Humberto Barbosa da Silva Leite (OAB/DF 35.074) e Raíssa Fernandes Barbosa Leite (OAB/DF 44.375), representando a EBN Comércio, Importação e Exportação S.A.
8.2. Carlos Alberto Silva de Melo (OAB/PB 12.381), representando a Ricol Têxtil Indústria e Comércio Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela EBN Comércio, Importação e Exportação S.A., com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 4/2015 conduzido pelo Comando Logístico do Exército (Colog) para o registro de preços na eventual aquisição de material de intendência (item 1: conjunto camuflado - modelo 2009);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar parcialmente procedente a presente representação, já conhecida pelo TCU por meio do Acórdão 1.219/2016-Plenário;

9.2. acolher as razões de justificativas apresentadas por João Wayner da Costa Ribas e Ricardo Marques Figueiredo;

9.3. determinar ao Comando Logístico do Exército, nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.3.1 aprimore o planejamento das aquisições de itens de fardamento, entre outras aquisições de bens ou serviços, abstendo-se de duplicar esforços da máquina administrativa com a condução de mais de um certame para a aquisição do mesmo objeto, sob pena de responsabilização dos gestores pela prática dos atos considerados indevidos;

9.3.2. atente para a necessidade de promover as licitações anuais destinadas à compra de fardamento com a suficiente antecedência, de modo a assegurar que a conclusão do certame se dê dentro do próprio exercício financeiro, evitando a ocorrência de prazo exíguo para a emissão de empenho, além de atentar para a necessária avaliação da relação custo/benefício para a realização de licitação no âmbito do sistema registro de preços, na forma do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2003;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Comando Logístico do Exército e ao 11º Departamento de Suprimento do Exército; e

9.5. arquivar os presentes autos, dispensando a unidade técnica de promover o monitoramento da determinação contida no item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2803-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2804/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.625/2015-5.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsável: Luciano Galvão Coutinho (636.831.808-20).

4. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

8. Representação legal:

8.1. Juliana Calixto Pereira (OAB/RJ 130.070) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre supostas irregularidades ocorridas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito da execução do contrato de financiamento firmado com a empresa Klabin S.A.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. recomendar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social realize estudos e informe ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte dias), sobre a possibilidade de tornar obrigatório percentual de investimentos sociais como condição para concessão de créditos vultosos, considerando os potenciais impactos negativos dessa proposição no investimento econômico e os potenciais impactos positivos da medida nos investimentos sociais;

9.3. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 44/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 1/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2804-44/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 8 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 9 de novembro de 2016.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

ATA Nº 45, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2016
(Sessão Extraordinária do Plenário)

Presidência: Presidente Aroldo Cedraz

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

Secretária das Sessões, em substituição: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 10 horas e 10 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo) e André Luís de Carvalho e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes o Ministro Vital do Rêgo, em missão oficial; o Ministro Bruno Dantas, com causa justificada, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em férias.

O Presidente comunicou que a sessão extraordinária foi convocada, no último dia 19 de outubro, para a apreciação do processo de consolidação do Fiscobras, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, em atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

PROCESSO APRECIADO DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu o Acórdão de nº 2810, a seguir transcrito e incluído no Anexo I desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou e a declaração de voto do Ministro Augusto Nardes.

ACÓRDÃO Nº 2810/2016 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.421/2015-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII (Administrativo)

3. Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO

4. Órgão/Entidade: não há

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2016 (Fiscobras 2016), com o objetivo de atender ao disposto no art. 119, inciso II, da Lei nº 13.242/2015, que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 (LDO 2016).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 119, inciso II, da Lei nº 13.242/2015, em:

9.1. autorizar a remessa dos documentos e informações a seguir indicados, relativos ao Plano de Fiscalização de Obras de 2016, atualizados até 4/11/2016, em meio digital, aos presidentes do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO):

9.1.1. lista dos processos de fiscalizações;

9.1.2. relação das obras e serviços com indícios de irregularidade grave com recomendação de paralisação (IGP) detectados em fiscalizações anteriores a 2016 e ainda não saneadas pelos respectivos gestores, resumida a seguir:

UF	Obras com IGP confirmado em anos anteriores ainda não saneadas	Processo no TCU	Ministro Relator
AL	Canal do Sertão - Alagoas	006.708/2016-1	Raimundo Carreiro
PI	Construção da Vila Olímpica - Parnaíba/PI	013.638/2013-0	André Luís de Carvalho
RS	BR-448/RS - Implantação e Pavimentação	017.978/2015-7	Walton Alencar Rodrigues
SP	Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1	015.351/2016-5	Bruno Dantas

9.1.3. relação das obras e serviços com indícios de irregularidade grave com recomendação de paralisação (IGP) detectados em fiscalizações de 2016, distinguindo as confirmadas por decisão monocrática ou colegiada das pendentes de confirmação, resumida a seguir:

UF	Obras com IGP confirmado em 2016	Processo no TCU	Ministro Relator
RJ	Usina Termonuclear de Angra III - RJ	021.542/2016-3	Bruno Dantas
RJ	Obras de construção da BR-040/RJ	023.204/2015-0	Walton Alencar Rodrigues
RJ	Construção do Hospital Regional em Queimados/RJ	008.937/2016-8	Benjamin Zymler
RO	Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO	014.504/2016-2	Bruno Dantas
RS	Obras do Aeroporto de Porto Alegre/RS	035.677/2015-5	Raimundo Carreiro
TO	BRT de Palmas/TO	018.777/2016-3	André Luís de Carvalho

UF	Obras com IGP pendente de confirmação	Processo no TCU	Ministro Relator
BA	Corredor de ônibus de Salvador - BA	008.594/2016-3	Augusto Sherman Cavalcanti
RN	Sistema de esgotamento sanitário (SES) de Parnamirim/RN	021.110/2016-6	Vital do Rêgo
PE	Construção da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia - PE	010.595/2016-3	Walton Alencar Rodrigues
PR	Manutenção de Trechos Rod. - PR - BR-Legal-Contrato 133/2014	013.068/2016-4	Benjamin Zymler
RJ	Usina Termonuclear de Angra III - RJ	002.651/2015-7	Bruno Dantas

9.1.4. relação das obras e serviços com indícios de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores (IGR), resumida a seguir:

UF	Obra com IGR	Processo no TCU	Ministro Relator
PE	Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife/PE	026.363/2015-1	Benjamin Zymler

9.1.5. relatórios sintéticos das fiscalizações de obras realizadas em 2016, juntamente com os respectivos votos e acórdão proferidos, contendo os dados previstos no art. 120, § 2º, da Lei nº 13.242/2015 (LDO/2016);

9.1.6. informação sobre outros processos de fiscalização de obras com indícios de irregularidade grave, em cumprimento ao art. 120, § 1º, da referida lei;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, às autoridades indicadas no subitem 9.1, bem como aos presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; ao Ministro-Chefe do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e ao Procurador-Geral da República;

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que:

9.3.1. programe a realização de uma fiscalização na Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) com o objetivo de efetuar uma completa avaliação do Sistema de Obras do Governo;

9.3.2. programe a realização de uma fiscalização destinada a avaliar o sistema de gestão dos convênios da Fundação Nacional de Saúde (Funasa);

9.3.3. adote as providências necessárias para a criação de um grupo de trabalho específico com o objetivo de construir rol de medidas dotadas de real efetividade e focadas no ganho de eficiência dos métodos de controle dos convênios sob a responsabilidade da Funasa, a exemplo do grupo de trabalho sobre as prestações de contas sob a responsabilidade do FNDE constituído por meio da Portaria nº 237, de 23/9/2016;

9.3.4. no âmbito do Fiscobras 2017:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3.4.1. utilizando os critérios de materialidade, relevância e risco, programe a realização de auditorias destinadas a avaliar os controles exercidos pelas estatais acionistas em empreendimentos viabilizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), dando especial atenção à possibilidade de superavaliação dos investimentos com potencial prejuízo aos cofres públicos, incluindo auditorias da espécie no planejamento estratégico do TCU para 2017/2021;

9.3.4.2. apresente as conclusões havidas nas fiscalizações a que se referem os subitens 9.3.1 a 9.3.3;

9.3.4.3 crie indicadores com o objetivo de permitir uma avaliação histórica dos resultados apurados nos diversos Fiscobras;

9.4. arquivar os presentes autos, de acordo com o art. 169, inciso V, do Regimento Interno, visto que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído.

10. Ata n° 45/2016 - Plenário.

11. Data da Sessão: 8/11/2016 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2810-45/16-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

Após o pronunciamento da Presidência (v. Anexo II), a palavra foi devolvida ao relator, que agradeceu as referências ao trabalho apresentado e manifestou seu reconhecimento aos servidores e colaboradores envolvidos na tarefa.

ENCERRAMENTO

Às 12 horas, o Presidente encerrou a sessão extraordinária, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 9 de novembro de 2016.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO AMAZONAS

DESPACHOS

Considerando as necessidades de flexibilização para acompanhamento dos serviços dentro e fora da autarquia, resolve:

I - Reconhecer a dispensa de licitação, por preço, para contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços de engenharia de elaboração do projeto básico para adequação, reforma e pintura da nova sede do CRMV-AM, conforme artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

II - Adjudicar o objeto da Dispensada Licitação declaro vencedor da coleta de preço constante do processo administrativo, a empresa TOTAL HOME FIX., detentora do CNPJ nº 13.465.316/0001-09, e Inscrição Estadual 990551547, com endereço comercial na Rua Barão dos Cocais, 3, Bairro do Parque das Laranjeiras - Manaus/AM, no valor global de R$ 14.100,00 (catorze mil e cem reais).

Manaus-AM, 14 de janeiro de 2016
FABÍOLA GABÍNIO DE ARAÚJO
Presidente da Comissão de Licitação

De acordo, ratifico, em cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93, as razões expostas.

Manaus-AM, 14 de janeiro de 2016
CARLOS AUGUSTO MACHADO CARNEIRO
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

PAUTA DE JULGAMENTO CONVOCAÇÃO

O CONSELHO PLENO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia seis de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das onze horas, com prosseguimento no período vespertino, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 3º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, quando serão julgados os processos incluídos em pauta e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e interessados notificados. OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Conselho

1ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

A Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das nove horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01- RECURSO N. 49.0000.2015.008095-3/PCA. Recte: Zeille Maria de Oliveira OAB/PR 71894 (Adv.: Marcel Dimitrow Gracia Pereira OAB/PR 27001). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Marina Motta Benevides Gadelha (PB). Redistribuição: Conselheiro Federal Luis Augusto de Miranda Guterres Filho (MA). 02- RECURSO N. 49.0000.2016.004199-7/PCA. Recte: Rejane Gomes dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relatora: Edni de Andrade Arruda (PR). Relator: Conselheiro Federal Alessandro de Jesus Uchôa de Brito (AP). 03- RECURSO N. 49.0000.2016.009963-9/PCA. Recte: Dayan Teixeira de Brito OAB/PR 65472. Interessado1: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Interessado2: Alessandro Rafael Bertollo de Alexandre - Juiz Federal Substituto da 14ª Vara Federal de Curitiba/PR. Relator: Conselheiro Federal Ricardo Bacelar Paiva (CE). 04- RECURSO N. 49.0000.2016.009965-3/PCA. Recte: Débora Priscila André OAB/PR 43975. Interessado1: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Interessada2: Carmen Lúcia Rodrigues Ramajo - Juíza da 2ª Vara de Família e Sucessões e Acidentes de Trabalho (Adv.: Ana Paula Rossi Silva OAB/PR 68059). Relatora: Conselheira Federal Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda (PI). 05- RECURSO N. 49.0000.2016.010341-6/PCA. Recte: Thales Morais da Costa OAB/PR 29177 (Adv: Katia Alves da Silva OAB/PR 30512). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Jose Santos da Silva (SP). 06- RECURSO N. 49.0000.2016.010496-6/PCA. Recte: Ademir Prado Estrela (Adv(s).: Rafael Gonçalves da Costa OAB/SP 373096 e Sara Cristina Freitas de Souza Ramos OAB/SP 332777). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luciano Rodrigues Machado (ES). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO CONVOCAÇÃO

A Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das oito horas e trinta minutos, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e o remanescente da pauta de julgamento anterior, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2014.014631-2/SCA. Recte: J.S.A.J. (Advs: José Antônio Carvalho OAB/SP 53981, Pascoal Belotti Neto OAB/SP 54914, Silvio Carlos Alves dos Santos OAB/SP 233033 e outros). Recda: C.S. (Advs: Fabrício Assad OAB/SP 230865 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. (Adv: Fernando Calza de Salles Freire OAB/SP 115479). Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). 02-RECURSO N. 49.0000.2015.010206-0/SCA. Matéria afetada ao Pleno da Segunda Câmara. Art. 89-A, § 4º, do RGEAOAB. Recte: M.B. (Def. Dativo: Adriano Custódio Bezerra OAB/SP 285371). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 03-PEDIDO DE REVISÃO N. 49.0000.2016.010296-5/SCA. Reqte: A.A.S. (Advs: Aparecido Antonio Silva OAB/SP 125614 e José Gilberto Martins OAB/SP 61679). Reqda: Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Câmara

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO CONVOCAÇÃO

A Primeira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das dez horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e o remanescente da pauta de julgamento anterior, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2016.002108-8/SCA-PTU-ED. Embte: F.L.C. (Adv: Fabio Luis Cortez OAB/SP 191794). Embdo: Acórdão de fls. 741/744. Recte: F.L.C. (Advs: Bianca Langiu Carneiro OAB/SP 240783, Fabio Luis Cortez OAB/SP 191794 e outros). Recdo: Homero Pinto de Assunção. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). 02-RECURSO N. 49.0000.2016.003501-0/SCA-PTU. Recte: C.H.P.S. (Advs: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508 e Gabriel Huberman Tyles OAB/SP 310842). Recdo: A.C.P. (Advs: Edison Gonçalves Paiva OAB/SP 99047 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). 03-RECURSO N. 49.0000.2016.003505-0/SCA-PTU. Recte: L.A.P.P.J. (Adv: Luiz Ademaro Pinheiro Prezia Júnior OAB/SP 154403). Recdo: F.X.J.V. (Adv: Waldir Luiz Didi Giovannetti OAB/SP 58365). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). 04-RECURSO N. 49.0000.2016.003659-4/SCA-PTU. Recte: A.L.E. (Adv: André Luis Evangelista OAB/SP 268581). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). Redistribuído: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 05-RECURSO N. 49.0000.2016.003728-2/SCA-PTU. Recte: M.R.A.P. (Adv: Márcia Regina Araújo Paiva OAB/SP 134910). Recda: Margarida Cândida de Oliveira (Falecida). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). Redistribuído: Conselheira Federal Marié Lima Alves de Miranda (AL). 06-RECURSO N. 49.0000.2016.003737-1/SCA-PTU. Recte: A.C.N.F. (Adv. Assistente: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Recdo: J.A.D.P.J. (Advs: José Arthur Di Próspero Junior OAB/SP 181183 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). Redistribuído: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). 07-RECURSO N. 49.0000.2016.003741-0/SCA-PTU. Recte: M.I.G. (Advs: Cristiane Lourenço OAB/SP 180129 e outro). Recdo: Cícero Antônio dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 08-RECURSO N. 49.0000.2016.004042-0/SCA-PTU. Recte: L.T.A.N.P. (Advs: Fábio Oliveira Santos OAB/SC 34739 e Leonard Thomas Arthur Nigel Pegler OAB/RS 17489). Recdos: Despacho de fls. 413 do Presidente da PTU/SCA e C.D.S. (Adv: Clóvis Darrazão OAB/SC 13037). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). 09-RECURSO N. 49.0000.2016.004899-6/SCA-PTU. Recte: C.T.M. (Adv: Claudio Tadeu Muniz OAB/SP 78619). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). 10-RECURSO N. 49.0000.2016.004905-8/SCA-PTU. Recte: W.C.M.J. (Advs: Roberta Lopes Varella Fernandes Sumi OAB/SP 259602 e outros). Recda: D.L.G. (Adv: Alexandre Pessoa Afonso OAB/SP 156361). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). 11-RECURSO N. 49.0000.2016.004951-1/SCA-PTU. Recte: R.M. (Adv: Roberto Mafulde OAB/SP 54892). Recdo: O.S. (Adv: Oziar de Souza OAB/SP 137432). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). Redistribuído: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). 12-RECURSO N. 49.0000.2016.004964-3/SCA-PTU. Recte: G.C. (Advs: João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670 e outros). Recdo: S.N.A.P.I.F.S.-SINDNAPI. Reptes. legais: C.A.O. e J.B.I. (Advs: Ana Aparecida de Carvalho Santos OAB/SP 274532, Tonia Andrea Inocentini Galleti OAB/SP 177889 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). 13-RECURSO N. 49.0000.2016.005036-1/SCA-PTU. Recte: J.R.C.C. (Adv: José Roberto Castanheira Camargo OAB/SP 175642). Recdo: I.N.A.L.Ltda. Repte. legal: J.G.A. (Advs: Marcelo Moreira Monteiro OAB/SP 208678 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). Redistribuído: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonca Júnior (PB). 14-RECURSO N. 49.0000.2016.005045-9/SCA-PTU. Recte: H.J.C.A. (Adv: Hamilton José Cera Avanço OAB/SP 201400).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). Redistribuído: Conselheira Federal Marié Lima Alves de Miranda (AL). 15-RECURSO N. 49.0000.2016.005065-3/SCA-PTU. Recte: F.G. (Adv: Francisco Giglio OAB/SP 189246). Recdo: A.S.G.L.Ltda. Reptes. legais: A.C.B. e C.D.P. (Advs: Luis Júlio Volpe Júnior OAB/SP 280033 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). 16-RECURSO N. 49.0000.2016.005075-9/SCA-PTU. Recte: A.C. (Adv: Roberto Luiz Carósio OAB/SP 45254). Recdo: Thiago Rodrigo Rota Favaro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). Redistribuído: Conselheiro Federal Flávio Pansieri (PR). 17-RECURSO N. 49.0000.2016.005081-5/SCA-PTU. Recte: L.F.F. (Advs: Luiz Fernando de Felício OAB/SP 122421 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). Redistribuído: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). 18-RECURSO N. 07.0000.2016.005091-0/SCA-PTU. Recte: R.C. (Advs: Diego Danieli OAB/DF 31136 e outros). Recda: A.T.V.S. (Adv: Ariane Torres Veras de Souza OAB/DF 1882/A). Relator: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). 19-RECURSO N. 49.0000.2016.006050-0/SCA-PTU. Recte: A.L.S. (Adv: Aldinei Limas da Silva OAB/SP 141195). Recdo: M.E.B.R. (Adv: Cristiane Queiroz Fernandes Macedo OAB/SP 128529). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). 20-RECURSO N. 49.0000.2016.006182-3/SCA-PTU. Recte: P.M.F.C. (Adv: Paulo Murad Ferraz de Camargo OAB/SP 48550). Recdo: CEAGESP. Repte. legal: M.M.L.M. (Advs: Carlos Eduardo de Melo Ribeiro OAB/SP 114883 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). 21-RECURSO N. 49.0000.2016.006561-4/SCA-PTU. Recte: I.R. (Adv: Ivan Ribas OAB/PR 4394). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 22-RECURSO N. 49.0000.2016.006603-5/SCA-PTU. Recte: M.D.C.R. (Adv: Maurício Dalbaran de Castro Ribas OAB/PR 15772 e OAB/GO 32937). Recdo: C.E.B.P. Repte. legal: D.F.C. (Adv: Yara Alexandra Dias Christofolli OAB/PR 33122). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Marié Lima Alves de Miranda (AL). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO CONVOCAÇÃO

A Segunda Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das dez horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2016.002218-1/SCA-STU. Recte: P.H.P.P. (Adv: Paulo Henrique Proença Pereira OAB/SP 163162-A). Recdos: Despacho de fls. 140 do Presidente em exercício da STU/SCA e L.F. Repte. legal: M.P.P.A.C. (Adv. Assistente: Raimundo Sousa Santos OAB/SP 252992). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). 02-RECURSO N. 49.0000.2016.003657-8/SCA-STU. Recte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Recdo: D.R. Repte. legal: R.B.M. (Advs: Paulo Delgado de Aguillar OAB/SP 213567 e Sergio Yuji Koyama OAB/SP 217073). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 03-RECURSO N. 49.0000.2016.003667-5/SCA-STU. Recte: P.E.G. (Adv: Paulo Esposito Gomes OAB/SP 66390). Recdo: Luiz Apolinário Ferreira. Repte. legal: Eunice Pereira da Conceição. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gierck Guimarães Medeiros (RR). Redistribuído: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). 04-RECURSO N. 49.0000.2016.003672-1/SCA-STU. Recte: A.M.R. (Advs: Marcos Vasco Molinari OAB/SP 264989 e José Luis Stephani OAB/SP 100704). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). 05-RECURSO N. 49.0000.2016.003679-7/SCA-STU. Recte: P.A.N.R. (Advs: Fernanda Pedroso Cintra de Souza OAB/SP 306781 e outro). Recda: M.C.S. (Advs: Marli Toccoli OAB/SP 168062 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 06-RECURSO N. 49.0000.2016.003690-0/SCA-STU. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e outra). Recdo: J.B.A. (Advs: Paulo Delgado de Aguillar OAB/SP 213567 e Sergio Yuji Koyama OAB/SP 217073). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gierck Guimarães Medeiros (RR). Redistribuído: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 07-RECURSO N. 49.0000.2016.003695-9/SCA-STU. Recte: P.R.G.S. (Adv: Rodrigo Fonseca OAB/SP 279007). Recda: Fernanda Geralda Rogério. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 08-RECURSO N. 49.0000.2016.003703-9/SCA-STU. Recte: A.R.M. (Adv: Alan Roberto Monteiro OAB/SP 193554). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). 09-RECURSO N. 49.0000.2016.003727-4/SCA-STU. Recte: J.C.A.G.F. (Adv: Valéria Alvarenga Rollemberg OAB/SP 176996). Recdo: Antônio Carlos Silva Pessoa. Repte. legal: Denivaldo da Silva Pessoa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 10-RECURSO N. 49.0000.2016.003732-2/SCA-STU. Recte: V.A.B. (Adv: Valdilei Amado Batista OAB/SP 53592). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 11-RECURSO N. 49.0000.2016.003739-8/SCA-STU. Recte: P.S.G.P. (Adv: José Henrique de Araújo OAB/SP 121267). Recdos: A.A.B. e E.A.P. (Adv: Alexandre de Alencar Barroso OAB/SP 100508). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). 12-RECURSO N. 49.0000.2016.003742-8/SCA-STU. Recte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Recdos: Jorge Pereira da Silva e Maria das Dores Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 13-Com julgamento unificado os seguintes processos: RECURSO N. 49.0000.2016.003926-7/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: I.F.Q., I.G.Q., M.A.P., N.R.C. e R.P.S. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003928-3/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: M.T.F. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003934-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: T.S.P. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003935-6/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: A.D.S. e A.M.H. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003936-4/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: C.B. e C.B.V.M. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003937-2/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: A.C., A.L., A.A.O., A.J.F., V.R.F. e V.M.B. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003938-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: D.P.P., H.E.K.S., H.M.S.B., I.F.L., I.A.S., I.F.D., J.I.S. e L.C.P. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003939-9/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: M.M.M.C. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003940-2/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: L.N.P.R. e L.A.B.M. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003941-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: E.K.S. e E.T.B.O. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003942-9/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: M.L.H.B. e M.C.C.P. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003944-5/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: N.N.C., N.O., N.T.Y. e N.G.M.S.M. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003945-1/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: M.T.D.F., M.F.A. e S.F.L. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003946-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: A.S.F., E.S.N., E.F.P., F.P.S., F.J.S., I.C.M., I.A.C., I.M.A., L.D.S., M.A.M., M.S.S., M.L.A., M.Z.P.M., N.C.S., R.C.D.F., R.F.S.A. e R.F.A.C. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003947-8/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdo: R.A. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003948-6/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: I.M.F.F., I.N. e I.I.M. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003949-4/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: H.S.O. e M.C.D.R. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003955-9/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: E.R.Z. e E.R.R. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003957-5/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: E.M., E.B.V. e V.A.B.T. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003958-3/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: A.C.S., A.H.O.K., A.M.T.R. e A.S. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003959-1/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: L.T.M. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003961-5/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: S.R.N.S. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003962-3/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdo: V.J.K. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003963-1/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: M.N.A. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003964-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: F.C.O. e G.C.A. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003965-6/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: I.A.J., J.C.Q. e J.Q.F. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Recurso n. 49.0000.2016.003966-4/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: C.N.G.S. e M.S.A. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003967-2/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdo: A.C.B. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003969-9/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: B.C.A.A. e B.R.A. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003971-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: A.G., C.R.H., D.F. e D.V.S. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003972-9/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: I.R.G.M., I.A.P.W. e I.V.R.B. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003973-7/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: W.T.J.D., Z.C.C.C., Z.M.R. e Z.A.V. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003974-5/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: M.M.S., M.V.S., M.I.S.S. e M.N.S.T. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003975-1/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: N.S.P., O.S.D. e P.R. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003976-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: E.C.R.O. e N.L.M. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003978-6/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: A.L.P.I. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003979-4/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: L.N.M. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003980-0/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: M.E.Z. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003981-8/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: M.F.S.B., M.E.L.N., M.H.L.N.Z., M.S.B. e M.T.B.S. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003982-6/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: M.P.C. e M.T.N. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003984-2/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: A.C.S.D.N., A.M.B.S. e A.T.I.R. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003985-9/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdas: S.B.C. e S.M.P.C. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003987-5/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: S.T.I.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003988-3/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: S.D.O. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003989-1/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recda: I.L.G. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003990-7/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: M.A.S. e M.L.F. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. RECURSO N. 49.0000.2016.003991-5/SCA-STU. Rectes: G.M.C. e J.V.S.F. (Advs: André Luiz Borges Netto OAB/MS 5788 e Outro). Recdos: A.F.A.S., A.I.F.C., B.B.A., C.A.B., E.C.V., E.M.L.S., E.S.O., E.G.K., I.L.W.K., L.G.S., M.A.C., M.C.U., M.G.C.A., M.C.S.A., M.T.F., R.S.V., R.T.G.O., R.A.F.P., S.K.G., T.N.T. e V.L.R.S. (Adv: Renata Barbosa Lacerda OAB/MS 7402). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). 14-RECURSO N. 49.0000.2016.004935-0/SCA-STU. Recte: L.M.S.N. (Adv: Lourival de Melo Santos Neto OAB/SP 176914). Recdo: M.A.R.F. (Advs: Eli Alves Nunes OAB/SP 154226 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 15-RECURSO N. 49.0000.2016.004940-6/SCA-STU. Recte: A.C.F. (Adv: Marcella Vieira Ramos Baraçal OAB/SP 269408). Recdo: O.C. (Advs: José Fernando Costa Camargo OAB/SP 89225 e Oswaldo Conti OAB/SP 128681). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). 16-RECURSO N. 49.0000.2016.004950-3/SCA-STU. Recte: J.R.S. (Adv: Valéria Aparecida Antônio OAB/SP 191469). Recda: Ana Maria dos Santos Guimarães. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 17-RECURSO N. 49.0000.2016.004955-2/SCA-STU. Recte: L.Z.P. (Adv: Lucina Zanotti Piassi OAB/SP 30129). Recda: Elaine da Silva Freitas. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gierck Guimarães Medeiros (RR). Redistribuído: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). 18-RECURSO N. 49.0000.2016.004969-2/SCA-STU. Recte: F.V.S. (Adv: Fernando Victor Signorelli OAB/RJ 90063). Recda: Tatiana Tiemi Nagata Nako. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 19-RECURSO N. 49.0000.2016.005035-3/SCA-STU. Recte: R.C.O.A. (Advs: Rosana de Cássia Oliveira Andrade OAB/SP 87868 e outra). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 20-RECURSO N. 49.0000.2016.005037-0/SCA-STU. Recte: R.R.C. (Adv: Renne Ribeiro Correia OAB/SP 148000). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gierck Guimarães Medeiros (RR). Redistribuído: Conselheiro Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 21-RECURSO N. 49.0000.2016.005043-4/SCA-STU. Recte: A.S.C. (Advs: Alberto da Silva Cardoso OAB/SP 104299 e outro). Recda: Rafaela Iafrate Cassaro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). 22-RECURSO N. 49.0000.2016.005049-1/SCA-STU. Rectes: D.J.R.B. e R.F. (Advs: Daniel José Ribas Branco OAB/SP 146004 e Ronni Fratti OAB/SP 114189). Recdo: A.G.U. (Advs: Ademar de Toledo OAB/SP 123917 e João Osvaldo Bonifácio OAB/SP 124096). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 23-RECURSO N. 49.0000.2016.006180-7/SCA-STU. Recte: M.C.R. (Adv: Mauro César Ribeiro OAB/GO 14913). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Arnaldo de Aguiar Machado Júnior (SE). 24-RECURSO N. 49.0000.2016.006226-0/SCA-STU. Recte: S.M.B. (Adv: Cristiane da Silva Lima de Moraes OAB/SP 125644). Recda: M.G.M. (Adv: Murilo Urtado Sabio OAB/SP 302922). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO CONVOCAÇÃO

A Terceira Turma da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das dez horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2016.003670-5/SCA-TTU. Recte: L.G.S. (Adv: Lourival Gama da Silva OAB/SP 122928). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). 02-RECURSO N. 49.0000.2016.003681-0/SCA-TTU. Rectes: T.J.S. e C.A.B.D. (Advs: Rodolfo Von Sydow Canavarro Pereira OAB/RJ 59463 e Carlos Augusto Behrensdorf Derraik OAB/RJ 89904). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 03-RECURSO N. 49.0000.2016.003701-2/SCA-TTU. Recte: R.B. (Adv: Roberto Biagini OAB/SP 91523). Recdos: F.F.N.C., L.A.L. e A.S. (Advs: Flávia Fernanda Neves Coppio OAB/SP 264714, Luiz Alberto Leschkau OAB/SP 241312 e Christiane Brambilla Tognoli OAB/SP 310669). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). Redistribuído: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Júnior (PE). 04-RECURSO N. 49.0000.2016.003708-8/SCA-TTU. Recte: L.C.F. (Adv: Luiz Carlos Ferreira OAB/SP 157626). Recdo: W.F.G.S. (Advs: Wagner Frumento Galvão da Silva Júnior OAB/SP 328825 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 05-RECURSO N. 49.0000.2016.003716-9/SCA-TTU. Recte: J.J.P. (Adv: José Jesus Pizzutto OAB/SP 43922). Recdo: J.P. (Adv: José Poli OAB/SP 31971). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 06-RECURSO N. 49.0000.2016.003723-3/SCA-TTU. Recte: A.V.G. (Adv: Adão Valentim Garbim OAB/SP 95425). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). 07-RECURSO N. 49.0000.2016.003733-0/SCA-TTU. Recte: A.J.B. (Advs: Carlos Roberto Alves de Andrade OAB/SP 344725 e outra). Recdo: R.M.V.Ltda. Repte. legal: Z.C. (Advs: Walter Carlos Cardoso Henrique OAB/SP 128600 e outras). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). 08-RECURSO N. 49.0000.2016.003738-0/SCA-TTU. Rectes: E.C.T. e C.A.A.J.A. (Advs: Elisandra Carvalho Torres OAB/SP 169964 e Carolina Angélica Alves Jorge Antônio OAB/SP 168897). Recdo: Antônio Hélio Aranda. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 09-RECURSO N. 49.0000.2016.003740-1/SCA-TTU. Recte: A.C.C. (Adv: Arnaldo César da Cruz OAB/SP 214250). Recdos: D.T.F. e M.L.Z. (Advs: Deval Trinca Filho OAB/SP 104558 e outro, e Marta Lúcia Zerati OAB/SP 104563). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). 10-RECURSO N. 49.0000.2016.004901-7/SCA-TTU. Recte: C.T.M. (Adv: Claudio Tadeu Muniz OAB/SP 78619). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). Redistribuído: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). 11-RECURSO N. 49.0000.2016.004904-1/SCA-TTU. Recte: R.C. (Adv: Reinaldo Caram OAB/SP 90575). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). 12-RECURSO N. 49.0000.2016.004948-0/SCA-TTU. Recte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 13-RECURSO N. 49.0000.2016.005034-7/SCA-TTU. Recte: J.M.N. (Adv: José Marques das Neves OAB/SP 90565). Recdo: P.F. (Advs: Marcel Pedro dos Santos Belotto OAB/SP 256538 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 14-RECURSO N. 49.0000.2016.005988-2/SCA-TTU. Recte: R.T.R. (Adv: Marcelo Bonelli Carpes OAB/SP 121185). Recda: A.G.S. (Adv: Adriana Gonçalves Serra OAB/SP 90649). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). 15-RECURSO N. 49.0000.2016.006037-3/SCA-TTU. Recte: L.C.L. (Adv: Luiz Carlos Lopes OAB/SP 44846). Recda: M.P.W.D. (Advs: Mirian Paulet Waller Domingues OAB/SP 124129 e outras). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Turma

3ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO CONVOCAÇÃO

A Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das nove horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2012.005255-3/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Exercício 2011. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. (Gestão 2016/2019. Presidente: Antônio Fabrício de Matos Gonçalves OAB/MG 59472; Vice-Presidente: Helena Edwirges Santos Delamonica OAB/MG 47001; Secretário-Geral: Gustavo Oliveira Chalfun OAB/MG 81424; Secretário-Geral Adjunto: Charles Fernando Vieira da Silva OAB/MG 96415 e Diretor-Tesoureiro: Sergio Rodrigues Leonardo OAB/MG 85000. Exercício 2011: Luís Cláudio da Silva Chaves OAB/MG 53514; Eliseu Marques de Oliveira OAB/MG 30327; Sergio Murilo Diniz Braga OAB/MG 47969; Helena Edwirges Santos Delamonica OAB/MG 47001 e Antonio Fabrício de Matos Gonçalves OAB/MG 59472). Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Júnior (MT). 02-PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2014.008971-9/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Rondônia. Exercício: 2013. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rondônia. (Gestão 2016/2019. Presidente: Andrey Cavalcante de Carvalho OAB/RO 303-B; Vice-Presidente: Maracélia Lima de Oliveira OAB/RO 2549; Secretário-Geral: Márcio Melo Nogueira OAB/RO 2827; Secretário-Geral Adjunto: Eurico Soares Montenegro Neto OAB/RO 1742 e Diretor-Tesoureiro: Fernando da Silva Maia OAB/RO 452. Exercício 2013: Andrey Cavalcante de Carvalho OAB/RO 303-B; Veralice Gonçalves de Souza Veris OAB/RO 170-B; Michel Fernandes Barros OAB/RO 1790; Walter Gustavo da Silva Lemos OAB/RO 655-A e Fernando da Silva Maia OAB/RO 452). Relator: Conselheiro Federal Celso Barros Coelho Neto (PI). 03-PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2015.001315-5/TCA. Assunto: Prestação de Contas do FIDA. Exercício 2014. Interessados: Gestão 2013/2015. Alberto Simonetti Cabral Neto OAB/AM 2599; Antonio Oneildo Ferreira OAB/RR 155; Carlos Augusto Alledi de Carvalho OAB/ES 4839; Carlos Fabio Ismael dos Santos Lima OAB/PB 7776; Francisco Eduardo Torres Esgaib OAB/MT 4474/O; Felipe Sarmento Cordeiro OAB/AL 5779; Gedeon Batista Pitaluga Júnior OAB/TO 2116; Luiz Viana Queiroz OAB/BA 8487; Manoel Veríssimo Ferreira Neto OAB/RO 3766; Paulo Marcondes Brincas OAB/SC 6599; Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves OAB/PE 13576; Ricardo Alexandre Rodrigues Peres OAB/MT 6376/O; Walter Candido dos Santos OAB/MG 29919. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 04- PRSTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2015.005748-1/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Bahia. Exercício: 2013. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Bahia. (Gestão 2016/2019. Presidente: Luiz Viana Queiroz OAB/BA 8487; Vice-Presidente: Ana Patricia Dantas Leão OAB/BA 17920; Secretário-Geral: Carlos Alberto Medauar Reis OAB/BA 5670; Secretário-Geral Adjunto: Pedro Nizan Gurgel de Oliveira OAB/BA 6390 e Diretora-Tesoureira: Daniela Lima de Andrade Borges OAB/BA 27283. Exercício 2013: Luiz Viana Queiroz OAB/BA 8487; Fabrício de Castro Oliveira OAB/BA 15055; Ilana Kátia Vieira Campos OAB/BA 9247 e Antonio Adonias Aguiar Bastos OAB/BA 16815). Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). 05- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2015.008274-5/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Paraíba. Exercício 2013. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraíba. (Gestão: 2016/2019. Presidente: Paulo Antonio Maia e Silva OAB/PB 7854; Vice-Presidente: Raoni Lacerda Vita OAB/PB 14243; Secretário-Geral: Francisco de Assis Almeida e Silva OAB/PB 9276; Secretário-Geral Adjunto: Rogério da Silva Cabral OAB/PB 11171 e Diretora-Tesoureira: Tainá de Freitas OAB/PB 12737. Exercício 2013: Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho OAB/PB 5481; Vital Bezerra Lopes OAB/PB 7246; Valberto Alves de Azevedo Filho OAB/PB 11477; Nildo Moreira Nunes OAB/PB 10762 e Marcus Tulio Macêdo de Lima Campos OAB/PB 12246). Relator: Conselheiro Federal Odilardo José Brito Marques (AC). 06-RECURSO N. 49.0000.2015.011381-6/TCA. Recte: Chapa - Avança OAB - Advocacia e Justiça. Repte Legal: Carlos Alberto Amaro Cavalheiro OAB/RS 35785. (Adv: Carlos Alberto Amaro Cavalheiro OAB/RS 35785). Recdo: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). 07- RECURSO N. 49.0000.2015.012466-2/TCA. Recte: Chapa - Onze Onicidade e Dignidade com a Advocacia. Repte Legal: Antônio Jorge Marques OAB/SP 130436. (Adv: Antônio Jorge Marques OAB/SP 130436). Recdo: Chapa - União, Integração e Trabalho. Repte Legal: Eudécio Teixeira Ramos OAB/SP 141213. (Adv: Eudécio Teixeira Ramos OAB/SP 141213). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). 08- RECURSO N. 49.0000.2015.012505-7/TCA. Recte: Chapa - OAB Independente. Repte Legal: Enil Henrique de Sousa Filho OAB/GO 9593. (Advs: Arthur Penido Bech OAB/GO 35558, Monimar Leão Alves OAB/GO 25595 e outros). Recdo: Chapa - OAB Forte. Repte Legal: Flávio Buonaduce Borges OAB/GO 10114. (Adv: Cleone José Meirelles Júnior OAB/GO 39439, André Abrão Junior OAB/GO 39340 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Goiás e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Junior (MT). 09- RECURSO N. 49.0000.2016.000022-0/TCA. Recte: Chapa - Renovação. Repte Legal: Francisco Lucas Costa Veloso OAB/PI 7104. (Adv: Lucas Santos Eulálio Dantas OAB/PI 6343). Recdo: Chapa - Novas Ideias, mais Trabalho. Repte Legal: Sigifroi Moreno Filho OAB/PI 2425. (Adv: Georgia Ferreira Martins Nunes OAB/PI 4314 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Piauí e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Piauí. Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Junior (MT). 10- RECURSO N. 49.0000.2016.001144-0/TCA. Recte: Chapa - Onze Onicidade e Dignidade com a Advocacia. Repte Legal: Antonio Jorge Marques OAB/SP 130436. (Adv: Antonio Jorge Marques OAB/SP 130436). Recdo: Chapa - União, Integração e Trabalho. Repte Legal: Eudécio Teixeira Ramos OAB/SP 141213. (Adv: Eudécio Teixeira Ramos OAB/SP 141213). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton José Assis (RO). 11- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2016.001927-6/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Federal da OAB. Exercício 2015. Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (Gestão 2016-2019. Presidente: Claudio Pacheco Prates Lamachia OAB/RS 22356; Vice-Presidente: Luís Cláudio da Silva Chaves OAB/MG 53514; Secretário-Geral: Felipe Sarmento Cordeiro OAB/AL 5779; Secretário-Geral Adjunto: Ibaneis Rocha Barros Junior OAB/DF 11555 e Diretor-Tesoureiro: Antonio Oneildo Ferreira OAB/RR 155. Exercício 2015. Marcus Vinicius Furtado Coêlho OAB/PI 2525; Claudio Pacheco Prates Lamachia OAB/RS 22356; Cláudio Pereira de Souza Neto OAB/RJ 96073; Claudio Stabile Ribeiro OAB/MT 3213/O e Antonio Oneildo Ferreira OAB/RR 155). Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(AP). 12- RECURSO N. 49.0000.2016.003330-2/TCA. Recte: Chapa - Uma OAB para Todos. Repte Legal: Luiz Renato Adler Ralho OAB/MS 7693. (Adv: Luiz Renato Adler Ralho OAB/MS 7693). Recdo: Chapa - Ordem em Progresso. Repte Legal: Mansour Elias Karmouche OAB/MS 5720. (Adv: Cerilo Casanta Calegaro Neto OAB/MS 9988, Felipe Ramos Baseggio OAB/MS 8944). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira (RN). 13- RECURSO N. 49.0000.2016.003933-1/TCA. Recte1: Chapa - Pela Ordem. Repte Legal: Airton Sebastião Bressan OAB/SP 76728. (Adv: Glauco Gumerato Ramos OAB/SP 159123 e outros). Recte2: Chapa - OAB para Você. Repte Legal: Katia Cristina Gante OAB/SP 121817. (Advs: Karina de Paula Kufa OAB/SP 245404 e Katia Cristina Gante OAB/SP 121817). Recdo1: Chapa - OAB para Você. Repte Legal: Katia Cristina Gante OAB/SP 121817. (Advs: Karina de Paula Kufa OAB/SP 245404 e Katia Cristina Gante OAB/SP 121817). Recdo2: Chapa - Pela Ordem. Repte Legal: Airton Sebastião Bressan OAB/SP 76728. (Adv: Glauco Gumerato Ramos OAB/SP 159123 e outros). Interessados: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Jose Assis (RO). 14- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2016.004197-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Exercício: 2015. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. (Gestão 2016/2019. Presidente: Fernanda Marinela de Sousa Santos OAB/AL 6086-B; Vice-Presidente: Ednaldo Maiorano de Lima OAB/AL 5081; Secretário-Geral: Davi Antônio Lima Rocha OAB/AL 6640; Secretário-Geral Adjunto: Rubens Marcelo Pereira da Silva OAB/AL 6638 e Diretora-Tesoureira: Maria Thaisa Gameleira dos Santos Barbosa OAB/AL 5901. Exercício 2015: Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim OAB/AL 6352; Ednaldo Maiorano de Lima OAB/AL 5081; Fabio Henrique Cavalcante Gomes OAB/AL 4801; Davi Antônio Lima Rocha OAB/AL 6640 e Karoline Mafra Sarmento Beserra OAB/AL 7072). Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). 15- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2016.006333-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Roraima. Exercício: 2015. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Roraima. (Gestão 2016/2019. Presidente: Rodolpho César Maia de Morais OAB/RR 269; Vice-Presidente: Ednaldo Gomes Vidal OAB/RR 155-B; Secretário-Geral: Cláudio Belmino Rabelo Evangelista OAB/RR 314-B; Secretária-Geral Adjunta: Ellen Euridice Rodrigues Cardoso OAB/RR 176; Diretora-Tesoureira: Maria do Rosário Alves Coelho OAB/RR 300. Exercício 2015: Jorge da Silva Fraxe OAB/RR 78; Rodolpho Cesar Maia de Morais OAB/RR 269; Claudio Belmino Rabelo Evangelista OAB/RR 314-B; Almir Rocha de Castro Júnior OAB/RR 385 e Terezinha Muniz de Souza Cruz OAB/RR 257). Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). 16- RECURSO N. 49.0000.2016.007297-1/TCA. Recte: Chapa - OAB para Todos. Repte Legal: Paulo Madeira OAB/PR 16756. (Adv: Paulo Madeira OAB/PR 16756). Recdo: Chapa - XI de Agosto. Repte Legal: Ricardo dos Santos Lobo OAB/PR 37145. (Adv: Aracyr Azevedo de Moura Cordeiro OAB/PR 05133 e outro). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraná e Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Mauricio Gentil Monteiro (SE). 17- PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA N. 49.0000.2016.010345-7/TCA. Assunto: Proposta Orçamentária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para o Exercício 2017. Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (Gestão 2016/2019. Presidente: Claudio Pacheco Prates Lamachia OAB/RS 22356; Vice-Presidente: Luís Cláudio da Silva Chaves OAB/MG 53514; Secretário-Geral: Felipe Sarmento Cordeiro OAB/AL 5779; Secretário-Geral Adjunto: Ibaneis Rocha Barros Junior OAB/DF 11555 e Diretor-Tesoureiro: Antonio Oneildo Ferreira OAB/RR 155). Relator: Conselheiro Federal Fabrício de Castro Oliveira (BA). OBS.: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das Sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara

ÓRGÃO ESPECIAL

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2012.004223-3/OEP. Recte: V.A.S. (Adv: Vânia Andrade da Silva OAB/SP 139183). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Felipe Sarmento Cordeiro (AL). EMENTA N. 145/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Locupletamento e ausência de prestação de contas. Celebração de contrato de empréstimo entre advogada a cliente. Condutas tipificadas no artigo 34, incisos XX e XXI, do EAOAB, que não restaram cabalmente demonstradas. Petição da representante, após julgamento pela Terceira Turma da Segunda Câmara, informando que recebeu os valores devidos e requerendo arquivamento do feito. Análise dos autos permite constatar violação aos artigos 2º, inciso I, e 9º, do Código de Ética e Disciplina, e 31 e 34, inciso IX, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Recurso parcialmente provido, de ofício, para desclassificar a conduta e impor à advogada a sanção disciplinar de censura. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Brasília, 7 de novembro de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício e Relator. RECURSO N. 49.0000.2012.008583-7/OEP. Recte: J.J.S. (Adv: Marcelo Gonzaga OAB/SC 19878). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Schuh (RS). EMENTA N. 146/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Exclusão de advogado dos quadros da OAB. Infração ao artigo 34, inciso XXVII, da Lei n. 8.906/94. Participação em organização criminosa, destinada à prática de roubos em residências. Condutas que, inequivocamente, tornam o advogado moralmente inidôneo para o exercício da profissão. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 108 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 07 de novembro de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Luiz Henrique Cabanellos Schuh, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2013.010559-3/OEP. Assunto: Consulta. Atividade policial de qualquer natureza. Atividade policial restrita. Poder de Polícia. Consulente: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso - Gestão 2013/2016 - Maurício Aude. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). Revisor: Conselheiro Federal Maurício Gentil Monteiro (SE). EMENTA N. 147/2016/OEP. Consulta. Atividade policial de qualquer natureza. Atividade policial restrita. Poder de Polícia. Encaminhamento da matéria à apreciação ao Conselho Pleno. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em encaminhar a matéria à apreciação do Conselho Pleno. Brasília, 7 de novembro de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2014.004299-0/OEP. Recte: R.B. (Adv: Henrique Antonio Patarello OAB/SP 114949). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Solano Donato Carnot Damacena (TO). EMENTA N. 148/2016/OEP. Recurso ao Órgão Especial. Acórdão unânime da Segunda Turma da Segunda Câmara, que não conhece de recurso por ausência de seus pressupostos de admissibilidade. Ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão recorrida. Mera reprodução das mesmas teses do recurso anterior. Pretensão ao reexame de fatos e provas. Ausência dos pressupostos de admissibilidade do artigo 85 do Regulamento Geral. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 07 de novembro dede 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Solano Donato Carnot Damacena, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.009450-5/OEP - E.D. Embgte: S.G.F. (Adv: Jorge Luiz Rodrigues Baptista de Paula OAB/RJ 154890). Embgdo: Acórdão de fls. 247/250. Recte: S.G.F. (Adv: Sergio Gomes de Freitas OAB/RJ 91667). Recda: S.A.H. (Advs: Filipi Moratelli Knauer OAB/RJ 134544 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Junior (MT). EMENTA N. 149/2016/OEP. Embargos de declaração. Ausência de ambiguidade, obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão embargada. Art. 25-A da Lei n. 8.906/94. Inaplicabilidade. Dispositivo que regulamenta apenas prazo prescricional para ajuizamento de ação de prestação de contas. Embargos de declaração rejeitados. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 7 de novembro de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Duilio Piato Junior, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2015.003572-2/OEP. Assunto: Possibilidade de prestação de consultoria jurídica através da internet (sites e e-mails), mediante prévia contratação por livre iniciativa de terceiros interessados e de forma remunerada. Consulente: Barbara Melissa Pinheiro OAB/MG 151511. Relator: Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR). EMENTA N. 150/2016/OEP. Consulta. Possibilidade de prestação de consultoria jurídica através da internet (sites e e-mails) mediante prévia contratação por livre iniciativa de terceiros interessados e de forma remunerada. Encaminhamento da matéria ao Conselho Pleno. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em encaminhar a matéria à apreciação do Conselho Pleno, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 07 de novembro de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. José Lucio Glomb, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2015.005123-5/OEP. Assunto: Restrição das informações dos processos disciplinares. Controvérsia entre o art. 72, § 2º da Lei n. 8.906/94 e o art. 35 da Resolução n. 3/2010 do CFOAB. Consulente: Secretário-Geral do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul - Gestão 2013/2015 - Ricardo Breier. Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). EMENTA N. 151/2016/OEP. Consulta. Processo disciplinar. Sigilo. Acesso às suas informações somente pelas partes e seus defensores e autoridade judiciária competente. Consulta n. 49.0000.2011.006296-1. Membros do Ministério Público e autoridade policial. Necessidade de autorização judicial. Resolução n. 03/2010. Sugestão de alteração do artigo 3º. Consulta arquivada, por já haver manifestação anterior sobre o mesmo tema. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 07 de novembro de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Roberto Charles de Menezes Dias, Relator. CONSULTA N. 49.0000.2016.001476-2/OEP. Origem: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Processo n. 2016/00660 de 29/01/2016 (Protocolo n. 396609 de 29/01/2016). Assunto: Exercício da advocacia por Procurador Geral do Município de Piracanjuba/GO. Consulente: Procurador do Município de Piracanjuba - Pedro Ulysses Buritisal Alves de Souza OAB/GO 27575. Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). EMENTA N. 152/2016/OEP. Consulta. Caso concreto. Impossibilidade. Arquivamento. Ausência do requisito do art. 85, inciso IV, do Regulamento Geral do EAOAB. Consulta não respondida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em não conhecer da consulta, nos termos do voto do Relator. Brasília, 07 de novembro de 2016. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente em exercício. Roberto Charles de Menezes Dias, Relator.

Brasília, 11 de novembro de 2016
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2011.002133-4/OEP - E.D. Embgte: M.A.M.F. (Adv: Pedro Henrique dos Reis Martins OAB/DF 36409 e outros). Embgdo: Acórdão de fls. 229/231. Recte: M.A.M.F. (Adv: Pedro Henrique dos Reis Martins OAB/DF 36409 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Jose Lucio Glomb (PR). DESPACHO: "Cuida-se de novos embargos de declaração opostos pelo advogado M.A.M.F., agora em face do acórdão de fls. 258/260, pelo qual este Órgão Especial, por unanimidade, rejeitou os embargos anteriormente opostos. (...). Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, não conheço dos presentes embargos de declaração, por serem manifestamente protelatórios, e determino à Secretaria deste Órgão Especial que certifique o trânsito em julgado da decisão de fls. 258/260, decorrido o prazo legal, a contar da publicação de fl. 263. Destaco, ainda, por força do artigo 138, §§ 3º e 5º, do Regulamento Geral, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios, hipótese dos autos. Assim, concomitante à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo embargante, sejam os autos remetidos ao Conselho Seccional de origem, para execução da decisão condenatória. Determino, ainda nesse sentido, que qualquer manifestação recebida posteriormente à publicação desta decisão, referente ao presente processo, seja remetida diretamente à origem para que analise sua pertinência, já em sede de execução do julgado, sem a necessidade de nova manifestação desta Relatoria ou retorno dos autos a este Conselho Federal. Brasília, 7 de novembro de 2016. José Lucio Glomb, Relator.". DESPACHO: Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR), às fls. 298/300, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 11 de novembro de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. RECURSO N. 49.0000.2014.001516-3/OEP. Recte: Cristiano Bonfim da Cruz (Adv: Dean Carlos Borges OAB/SP 132309 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Pedro Donizete Biazotto (TO). DESPACHO: "Trata-se de Recurso manejado por Cristiano Bonfim da Cruz em face do acórdão da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que manteve incólume as decisões proferidas pelo Conselho Seccional da OAB/São Paulo. (...). Diante do exposto, com fundamento no art. 140 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, indefiro liminarmente o recurso apresentado por Cristiano Bonfim da Cruz, tendo em vista a sua intempestividade, e proponho o encaminhamento na forma preconizada pelo dispositivo acima elencado. Brasília, 21 de setembro de 2016. Pedro Donizete Biazotto, Relator.". DESPACHO: Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Pedro Donizete Biazotto (TO), às fls. 259/261, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 11 de novembro de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente. RECURSO N. 49.0000.2014.001559-5/OEP. - E.D. Embgte: A.I.G.A. (Adv: Antonio Ivanir Gonçalves de Azevedo OAB/RS 21686). Embgdo: Acórdão de fls. 645/647. Recte: A.I.G.A. (Advs: Antonio Ivanir Gonçalves de Azevedo OAB/RS 21686 e Cristina Preissler de Almeida OAB/RS 54567). Recdo: J.R.D. (Advs: Perciano de Castilhos Bertolucci OAB/RS 4684, Francisco Azambuja Salles OAB/RS 83454, Gabriela Ruschel Michaelsen OAB/RS 45888 e Guilherme Ruschel Michaelsen OAB/RS 60326). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). DESPACHO: "Cuida-se dos terceiros embargos de declaração opostos pelo advogado A.I.G.A., agora em face do acórdão de fls. 690/692, pelo qual este Órgão Especial, por unanimidade, rejeitou os embargos anteriormente opostos. (...). Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, não conheço dos presentes embargos de declaração, por serem manifestamente protelatórios, e determino à Secretaria deste Órgão Especial que certifique o trânsito em julgado da decisão de fls. 690/692, decorrido o prazo legal, a contar da publicação de fl. 695. Destaco, ainda, por força do artigo 138, §§ 3º e 5º, do Regulamento Geral, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios, hipótese dos autos. Assim, concomitante à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo embargante, sejam os autos remetidos ao Conselho Seccional de origem, para a imediata execução da decisão condenatória.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016111600132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Determino, ainda nesse sentido, que qualquer manifestação recebida posteriormente à publicação desta decisão, referente ao presente processo, seja remetida diretamente à origem para que analise sua pertinência, já em sede de execução do julgado, sem a necessidade de nova manifestação desta Relatoria ou retorno dos autos a este Conselho Federal. Brasília, 11 de novembro de 2016. Sergio Eduardo Fisher, Relator.". DESPACHO: Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ), às fls. 735/737, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 11 de novembro de 2016. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente.

Brasília, 11 de novembro de 2016
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

PAUTA DE JULGAMENTO
CONVOCAÇÃO

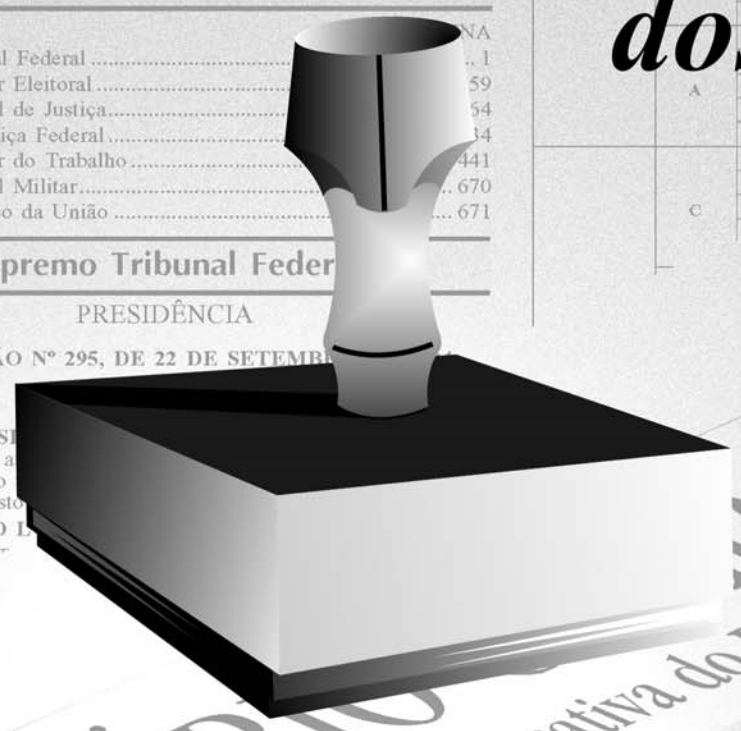
O Órgão Especial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia cinco de dezembro de dois mil e dezesseis, a partir das quatorze horas, no plenário da Terceira Câmara do edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, para julgamento dos processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01. RECURSO N. 49.0000.2013.002038-9/OEP. Recte: J.P.R. (Adv: Jose Petrini Rodrigues OAB/SP 10795). Recdo: Wally Biachi Chiola (Repte Legal: Jussara Bianchi Castelli). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Veralice Gonçalves de Souza Veris (RO). 02. RECURSO N. 49.0000.2013.008360-0/OEP. Recte: M.S. (Advs: Massao Simonaka OAB/SP 18940 e Ricardo Andre Simonaka OAB/SP 241074). Recdo: E.R.M. (Adv: Eneida Rute Manfredini OAB/SP 128909). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO). 03. RECURSO N. 49.0000.2014.000456-0/OEP. Recte: D.P.R. (Adv: Denise Pelichiero Rodrigues OAB/SP 114207). Recdos: C.R.B.S. e R.B.T. (Adv: Carlos Roberto Bittencourt Silva OAB/SP 163366 e Rodrigo Benedito Tarossi OAB/SP 208700). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). 04. RECURSO N. 49.0000.2014.008744-2/OEP. Recte: O.R.J. (Adv: Orlando Rasia Neto OAB/SP 216239). Recdo: Cláudio Roberto Alves. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS). 05. RECURSO N. 49.0000.2014.012259-8/OEP. Recte: R.B. (Adv.: Henrique Antônio Patarello OAB/SP 114949). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). 06. RECURSO N. 49.0000.2014.012437-0/OEP. Recte: P.R.V.N. (Advs: Paulo Roberto Vieira Negrão OAB/TO 2132-B e outro). Recdo: Raimundo Nonato Barbosa Pinheiro. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Junior (MT). 07. RECURSO N. 49.0000.2014.012805-3/OEP. Recte: J.R.Q.F. (Adv: José Ricardo Quirino Fernandes OAB/SP 121659). Recdo: Jucemara de Oliveira Rodrigues. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Maurício Gentil Monteiro (SE). 08. RECURSO N. 49.0000.2014.014527-6/OEP. Recte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO). 09. RECURSO N. 49.0000.2014.014629-9/OEP. Recte: M.S.F. (Adv: Milton Sanches Fuzeto OAB/SP 126456). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal André Luiz Pinheiro Saraiva (RN). 10. RECURSO N. 49.0000.2014.015366-0/OEP. Recte: J.A.C. (Advs.: Rodrigo Espindola Pinto OAB/RS 87877 e outros). Recdo: Edinair Ferreira Leal. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 11. RECURSO N. 49.0000.2015.000334-8/OEP. Recte: J.C.B. (Advs: José do Carmo Badaró OAB/PR 14471 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Jarbas Vasconcelos do Carmo (PA). 12. RECURSO N. 49.0000.2015.001168-3/OEP. Recte: R.A.B.G. (Adv: Ricardo Aparecido Bueno Godoy OAB/SP 138555). Recdo: Ana de Oliveira Rodrigues. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jarbas Vasconcelos do Carmo (PA). 13. RECURSO N. 49.0000.2015.001469-9/OEP. Recte: T.A.O. (Adv: Tiago Aires de Oliveira OAB/TO 2347). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). 14. RECURSO N. 49.0000.2015.002291-8/OEP. Recte: G.O.G. (Adv: José Roberto Barbosa de Oliveira e Souza OAB/SP 73491 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR). 15. RECURSO N. 49.0000.2015.002312-6/OEP. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul - Gestão 2013/2015 - Marcelo Machado Bertoluci. Recdo: Edson Luiz Vieira de Souza (Advs: Cleber Demetrio Oliveira da Silva OAB/RS 56211 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 16. RECURSO N. 49.0000.2015.002438-4/OEP. Recte: T.A.O. (Adv: Tiago Aires de Oliveira OAB/TO 2347). Recdo: T.F.S.B. (Advs: Elda de Paulo Sampaio Castro OAB/DF 27774 e Evamar Francisco Lacerda OAB/DF 12559). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Luiz Saraiva Correia (AC). 17. RECURSO N. 49.0000.2015.002587-3/OEP. Recte: J.C.S. (Adv: Almeri Pedro de Carvalho OAB/PR 13911 e João Carlos Silveira OAB/PR 19272). Recdo: Associação Cultural Teuto-Brasileiro de Maringá (Repte Legal: Edson Hass). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). 18. RECURSO N. 49.0000.2015.002588-1/OEP. Recte: J.A.C. (Advs: Rodrigo Espindola Pinto OAB/RS 87877 e outros). Recdo: D.S. (Adv: Edson Jose Pereira da Silva OAB/PR 33541). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). 19. RECURSO N. 49.0000.2015.003346-2/OEP. Recte: A.T.P. (Adv: José Luís Corrêa Menezes OAB/SP 168288 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 20. RECURSO N. 49.0000.2015.003404-7/OEP. Recte: A.A.L. (Advs: Angelita de Almeida Lara OAB/RS 27131 e Luis Antonio Zamboni OAB/RS 72528). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves (PE). 21. RECURSO N. 49.0000.2015.003418-5/OEP. Recte: L.C.S.F. (Adv: Giancarlo Castelan OAB/SC 7082). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS). 22. RECURSO N. 49.0000.2015.003704-4/OEP. Recte: A.A.L. (Advs: Angelita de Almeida Lara OAB/RS 27131 e Luis Antonio Zamboni OAB/RS 72528). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Valdetário Andrade Monteiro (CE). 23. RECURSO N. 49.0000.2015.004889-6/OEP. Recte: J.Q.N. e S.C.S.C.Q. (Advs: José Quirino Neto OAB/RJ 70841 e Sônia Cristina Simões de Castro Quirino OAB/RJ 74742). Recdo: Vera Lúcia Fernandes Nery. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Pedro Donizete Biazotto (TO). 24. RECURSO N. 49.0000.2015.005041-5/OEP. Recte: M.A.O. (Adv: Marcio Ayres de Oliveira OAB/PR 32504). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Veralice Gonçalves de Souza Veris (RO). 25. RECURSO N. 49.0000.2015.005068-5/OEP. Recte: A.C.J. (Adv: Antônio Carlos Januário OAB/MG 64945). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). 26. RECURSO N. 49.0000.2015.006165-0/OEP. Recte: A.T.P. (Adv: Gilmar Machado da Silva OAB/SP 176398). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR). 27. RECURSO N. 49.0000.2015.006365-1/OEP. Recte: R.A.M. (Adv: Rosemar Angelo Melo OAB/PR 26033). Recdo: Elias Ferlin. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 28. RECURSO N. 49.0000.2015.008269-9/OEP. Recte: Marcus Aurelio Malinoski OAB/PR 27492 (Adv: Marcus Aurelio Malinoski OAB/PR 27492). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Shuch (RS). 29. RECURSO N. 49.0000.2015.008504-3/OEP. Recte: A.A.B. (Adv: Ademir Alves de Brito OAB/GO 4022). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Goiás e N.J.C.C. (Advs: Emanuel de Oliveira Costa Junior OAB/GO 21861 e Fernando Alves de Sousa OAB/GO 25159). Relator: Conselheiro Federal Duilio Piato Junior (MT). 30. RECURSO N. 49.0000.2015.010338-3/OEP. Recte: Mario David Prado Sá OAB/PA 6286 (Advs: Fernanda Ribeiro da Silva OAB/PA 22510 e Mario David Prado Sá OAB/PA 6286). Recdo: Comissão Eleitoral do Conselho Seccional da OAB/Pará. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relator: Conselheiro Federal Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves (PE). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 11 de novembro de 2016
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016111600135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



A Imprensa Nacional

está trabalhando para aprimorar seu sistema de envio, publicação e faturamento de matérias

Nesse sentido, será realizado até o próximo dia 5/12 o recadastramento dos órgãos e entidades (origens) habilitadas a transmitir matérias para publicação no Diário Oficial da União. Transcorrido esse prazo, as origens não recadastradas estarão sujeitas a restrições no envio de matérias pelo Sistema INCom.

Evite transtornos. Acesse já o formulário eletrônico de recadastramento por meio do INCom e atualize os dados. O procedimento é simples, rápido e necessário para que a Imprensa Nacional disponibilize em breve novas ferramentas e funcionalidades para você usuário.

Em caso de dúvidas, acesse o tutorial de ajuda do formulário ou entre em contato com a Central de Atendimento pelo telefone (61) 3441-9450 ou pelo e-mail incom@in.gov.br.
Contamos com a sua colaboração!

www.in.gov.br

IMPRENSA NACIONAL 1808 Informações Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012016111600136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.